UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

FRANCISCO FRANSUALDO DE AZEVEDO



ENTRE A CULTURA E A POLÍTICA:
uma Geografia dos "currais" no sertão do Seridó Potiguar

UBERLÂNDIA
2007

FRANCISCO FRANSUALDO DE AZEVEDO

ENTRE A CULTURA E A POLÍTICA: uma Geografia dos "currais" no sertão do Seridó Potiguar

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, para a obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientadora: Prof.ª Drª Vera Lúcia Salazar Pessôa.

Uberlândia -MG
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

FRANCISCO FRANSUALDO DE AZEVEDO

Entre a Cultura e a Política: uma Geografia dos "currais" no sertão do Seridó Potiguar

Profa Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa (Orientadora) – (UFU)

Profa. Dra. Ana Virginia Costa de Menezes (UFS)

Profa. Dra. Tânia Bacelar de Araújo – (UFPE)

Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares - (UFU)

Profa. Dra. Suely Regina Del Grossa - (Univ. Católica)

Data: 22 / 3 de 2007

Resultado: Aprovado "com distinção"

Dedico este trabalho à minha família, meu porto seguro, onde sempre posso acostar-me e descansar; vocês, sim, me ajudam concretamente a seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho reflete um processo construtivo de amadurecimento, crescimento, pessoal e profissional, dedicação e abnegação. Cada ser humano é capaz de reconhecer seus próprios limites e suas capacidades, por isso, a depender das circunstâncias, a experiência dessa fase normalmente é única. As descobertas, as alegrias, as decepções, os "desertos" flanqueados de muitos livros e textos, poucos amigos, várias angústias, anseios por conhecer, tudo isso normalmente faz parte dessa etapa. Mas, como afirmou D. Helder Câmara "é graça divina continuar. É graça maior ainda, não desanimar. Mas, a graça das graças é nunca desistir, e mesmo aos pedaços chegar até o fim".

Pervicaz, intrépido, crente, adaptável, criativo, ímpar em adotar estratégias de sobrevivência, embora tênue, são algumas características que podemos ver no (ser)tanejo, cuja identidade talha-se ao meio, no âmago das relações, fenômenos, condições e mitos que a caatinga enreda e encerra. Foram muitos os impactos das mudanças, das várias mudanças, mas, grande o aprendizado. Muitas pessoas fizeram parte dessa história, por isso, a gratidão, a confiança e o afeto sempre me acompanharam nesse período. Nesse sentido, agradeço a todos(as) que me apoiaram em qualquer circunstância, mesmo aqueles aqui não listados.

A Deus, sábio dos sábios, mestre dos mestres, doutor dos doutores, meu louvor e agradecimento por tudo, especialmente, pela vida, pela esperança, pelas conquistas, pelos desafios e até mesmo pelos tantos momentos difíceis. A Ti rogo o dom dos dons para todos os momentos, "a sabedoria", assim como a concedeste a Salomão.

Meu muito obrigado a minha família, por ser o meu porto seguro, onde sempre posso acostar-me e descansar. Agradeço especialmente a minha mãe, Dagmar, e a minha irmã, Francineuma, pelas orações, palavras de confiança e pelos gestos de carinho. Aqui me reporto aos meus sobrinhos e as minhas sobrinhas pelas alegrias e pela felicidade compartida, a Talita, Luiza, Alice, Clara, Emanuel, Estevão e Lucas que um dia saberão o significado desse momento, a vocês meu afeto. Agradeço também a minha avó, Rita, pela intercessão e carinho, embora, por pouco, não tenha visto a finalização deste trabalho. Agradeço aos meus avós, tios, tias, primos e primas pela consideração e respeito.

Agradeço a Celso, companheiro e amigo, pela partilha e amizade. Serei-lhe sempre grato pelo apoio e estímulo incomensurável, em todos os momentos e em todos os sentidos. Muito obrigado, também, pela digitalização dos mapas.

Agradeço à UERN pela viabilização do meu afastamento das atividades docentes e das condições necessárias para cursar o doutorado. Meu agradecimento aos colegas

professores do departamento de Ciências Econômicas do Campus de Açu. Sou grato ao Prof. Joacir pela indicação de alguns textos, como também ao Prof. João Batista Xavier pela amizade, troca de idéias e empréstimos de livros importantes para a finalização do trabalho.

Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro concedido através das bolsas de doutorado no Brasil e do estágio doutoral no exterior.

Meu muito obrigado à Profª. Vera pela orientação deste trabalho, pelo empréstimo de livros e textos, pela preocupação com minha adaptação em Uberlândia e pela torcida e empenho nos momentos-chave da pesquisa e do curso.

Meu agradecimento a todos que fazem o Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, discentes, docentes e técnicos, especialmente aos colegas da Pós-Graduação e as secretarias, Cynara, Lúcia, Dilza e Janete.

Minha gratidão, também, às Professoras Tânia Bacelar, Ana Virgínia, Beatriz Soares e Sueli Del Grossi, pelas contribuições durante a defesa no sentido de sinalizar para alguns ajustes e melhorias no trabalho. À Profª. Sueli, muito obrigado pelo estímulo, diante do desafio de cursar a graduação em Geografia na Faculdade Católica de Uberlândia, concomitantemente ao doutorado, o que no final se constituiu em mais um sonho realizado.

Um agradecimento especial ao Prof. Capel pela orientação do estágio doutoral no exterior, pela amizade e acolhida em Barcelona. Agradeço, também, aos professores e funcionários do departamento de Geografia Humana da Universidade de Barcelona.

Sou muito grato à Profª. Edilva pela dedicação na revisão gramatical do trabalho, a qual se revelou uma "amiga da velha infância".

Meu agradecimento ao Prof. Silvano pela tradução do resumo para o inglês.

Muito obrigado a Olinda pela amizade e por me acolher tantas vezes em Uberlândia.

Também, agradeço à Dona Negrinha e família pelo bom convívio em Uberlândia.

Agradeço a Dilma e Enric pelos bons momentos vividos na Catalunha.

Aos agentes entrevistados na pesquisa de campo, muito obrigado pelas preciosas informações concedidas.

Sou grato ao IBGE de Caicó pelo fornecimento de dados importantes para a pesquisa.

Ao amigo Israel, muito obrigado por ser sempre acolhedor e prestativo.

Minha gratidão ao meu primo Pedro, pelo carinho, pela amizade e pelas brincadeiras. Agradeço o apoio incondicional durante a viagem para a defesa do trabalho

Finalmente, agradeço a todos(as) que de alguma maneira contribuíram para o êxito desta pesquisa.

"A injustiça é una e indivisível: atacá-la e fazê-la recuar, aqui e ali, é sempre fazer avançar a justiça".

D. Helder Câmara.

RESUMO

Toda e qualquer relação social normalmente envolve relações de poder, por conseguinte, relações políticas. A política, na ampla acepção do termo, é responsável, ou ao menos explica boa parte da conjuntura socioeconômica contemporânea global. No Brasil, ela está diretamente relacionada ao arcabouço cultural que lhe é peculiar, marcado por representações simbólicas afro-ameríndea-ibéricas. No Nordeste, as relações políticas conservadoras, embora respaldadas pela cultura política vigente, impedem avanços e melhorias sociais mais amplas e mais efetivas. Esta pesquisa, cuja fundamentação conceitual norteia-se a partir do viés político-cultural, visa, principalmente, a compreender a relação existente entre cultura e política no sertão do Seridó Potiguar, buscando identificar e explicar os "novos" instrumentos de manipulação e controle social dos agentes e grupos político-familiares, com base em algumas ações do Estado, com destaque para os Programas Sociais. As referências arroladas na fundamentação teórica, o amplo levantamento de dados secundários feito e as informações obtidas através da pesquisa empírica possibilitaram a efetivação e o aprimoramento desta análise. Algumas linhas principais nortearão as análises empreendidas: uma diz respeito ao reconhecimento da cultura enquanto capital social, portanto, enquanto elemento capaz de elevar a qualidade de vida de populações alocadas em áreas geográficas desfavorecidas, natural e politicamente, como é o caso do Seridó Potiguar; outra se refere ao que essa mesma cultura política, especialmente, é capaz de respaldar no palco das relações de poder, impedindo, ou ao menos limitando, o desenvolvimento social com "liberdade" individual e grupal; outra linha se preocupa, desde o início do trabalho até às considerações finais, em sugerir mudanças e propor modelos alternativos, mesmo que isso demande mais tempo para se efetivar, mas que, certamente, trará mudanças positivas para a sociedade. Este trabalho visa ainda a somar conhecimentos sobre a região estudada, o Seridó Potiguar, e contribuir com os estudos acerca das temáticas abordadas, cultura e política, passando pelas relações econômicas e sociais, no âmbito da Geografia ou de outras ciências sociais.

Palavras-Chave: Seridó Potiguar; cultura; política; Estado; Programas Sociais; manipulação; controle social.

ABSTRACT

All and any social relationship usually involves relationships of power, consequently, political relationships. Politics, in the wide meaning of the term, is responsible, or at least explains good part of the social and political global contemporary conjuncture. In Brazil, it is directly related to the cultural framework constituted by Afro-Iberian-Indian symbolic representations. In the Northeast, the conservative political relationships, although backed by the effective political culture, impede wider and more effective social improvements. This research, which conceptual basis is orientated towards the political-cultural approach, seeks, mainly, to understand the existent relationship between culture and politics in the Potiguar Seridó area, trying to identify and to explain the " new " manipulation instruments and, at the same time, the social agents control and political-family groups, based in some actions of the State, with prominence for the social programs. The references inventoried in the theoretical framework, the wide rising of secondary data as well as the information obtained through the empiric research made possible the realization and the refinement of this analysis. Some main lines lead the undertaken analysis: one concerns the recognition of the culture while social capital, therefore, while element capable to elevate the quality of life of populations allocated in geographical areas, as it is the case of the Seridó; other refers to that same culture, politics, especially, it is capable to back at the stage of the relationships of power, impeding, or at least limiting, the social development with " individual freedom " and social groups; another line suggests changes and proposes alternative models, even if that demands more time to execute, but that certainly will bring positive transformations for the society. This paper still seeks to add knowledge on the studied area, Seridó, as well as to contribute to the studies concerning culture and politics, taking into consideration the economical and social relationships, in the ambit of Geography and of other social sciences.

Key-words: Seridó Potiguar; culture; politics; State; Social Programs; manipulation; social control.

LISTA DE MAPAS

1 – Rio Grande do Norte: Seridó Potiguar – Localização 24

2 – Seridó Potiguar: Relevo 62

3 – Seridó Potiguar: Festas Religiosas 90

4 – Rio Grande do Norte: IDH – 1991..... 168

5 – Rio Grande do Norte: IDH – 2000..... 169

6 – Rio Grande do Norte: Esperança de vida ao nascer – 2000..... 171

7 – Rio Grande do Norte: Índice de alfabetização – 2000..... 173

8 – Rio Grande do Norte: Índice de pobreza – 2000..... 179

9 – Rio Grande do Norte: Índice de indigência – 1991..... 181

10 – Rio Grande do Norte: Índice de indigência – 2000..... 182

11 – Seridó Potiguar: Contratos do PRONAF (2005) e Estabelecimentos Agropecuários Familiar e Patronal (2000)..... 288

12 – Seridó Potiguar: Variação da Produção Agrícola e Pecuária – 1995-2004..... 298

13 – Rio Grande do Norte: Eleições Municipais, 1996 337

14 – Rio Grande do Norte: Eleição para Governador, 1998 – 1º Turno 339

15 – Rio Grande do Norte: Eleições Municipais, 2000 343

16 – Rio Grande do Norte: Eleições para Senador, 2002 345

17 – Rio Grande do Norte: Eleições para Governador, 2002 – 2º Turno 347

18 – Rio Grande do Norte: Eleições Municipais, 2004 350

19 – Rio Grande do Norte: Eleições para Governador, 2006 – 2º Turno 353

LISTA DE QUADROS

1 – Seridó Potiguar: Espécies vegetais encontradas na caatinga e respectivas empregabilidades..... 66

2 – Modelos e características principais da agricultura brasileira 254

3 – Rio Grande do Norte: Principais doações da campanha eleitoral – candidata ao governo pelo PSB, 2006 365

4 – Rio Grande do Norte: Principais doações da campanha eleitoral – candidato a governador pelo PMDB, 2006 366

5 – Rio Grande do Norte: Principais doações da campanha eleitoral – candidatos ao senado da República, 2006 367

6 – Seridó Potiguar: Principais doações recebidas pelos candidatos a prefeito na campanha eleitoral das eleições municipais, 2004 372

LISTA DE GRÁFICOS

1 – Rio Grande do Norte: Quantidade de beneficiários do Programa do Leite por categoria social – 2004 202

2 – Rio Grande do Norte: Estrutura Fundiária (1996) 267

3 – Seridó Potiguar: Estrutura Fundiária (1996) 268

4 – Rio Grande do Norte: PRONAF – Evolução do Número de Contratos e de Recursos (1999-2005) 274

5 – Rio Grande do Norte: PRONAF – Crédito para a pecuária e para a agricultura – 2002..... 277

6 – Brasil: Crédito Agrícola e Crédito do PRONAF – 2001-2007 (R$ 1 milhão) 285

7 – Rio Grande do Norte e Seridó: Pessoal Ocupado por Atividade Econômica (2000) 293

8 – Rio Grande do Norte: Variação da Pecuária (efetivo do rebanho), 1995 – 2004 294

9 – Seridó Potiguar: Variação da Pecuária (efetivo do rebanho), 1995 – 2004..... 296

LISTA DE FLUXOGRAMA

1– Aproximação teórica ao LEADER como desenvolvimento rural integrado e a situação nas áreas rurais espanholas 236

LISTA DE TABELAS

1 – Rio Grande do Norte: Produção de algodão em pluma– 1906 a 1960..... 118

2 – Rio Grande do Norte: Produção de Algodão em Pluma Classificado, por Zona – 1969 a 1981..... 119

3 – Brasil: Índice de Desenvolvimento Humano - 1991-2000..... 159

4 – Rio Grande do Norte: Índice de Desenvolvimento Humano – 1991-2000 160

5 – Rio Grande do Norte: Nível Educacional da População Jovem – 1991-2000 161

6 – Rio Grande do Norte: Nível Educacional da População Adulta – (25 anos ou mais) – 1991-2000 161

7 – Brasil: Renda *per capita* – 1991 – 2000 162

8 – Rio Grande do Norte: Indicadores de Pobreza e Desigualdade – 1991-2000 163

9 – Rio Grande do Norte – Porcentagem de Renda Apropriada por Estratos da População – 1991-2000 163

10 – Rio Grande do Norte: Acesso a Serviços Básicos – 1991-2000 164

11 – Rio Grande do Norte: Acesso a Bens de Consumo – 1991-2000 164

12 – Seridó Potiguar: Índice de Desenvolvimento Humano - 1991-2000 166

13 – Seridó Potiguar: Taxa de alfabetização - 1991-2000 174

14 – Seridó Potiguar: Renda *per capita* e Índice de Gini – 1991 – 2000 175

15 – Seridó Potiguar: Origem da Renda (Renda proveniente de Transferências públicas e Renda do Trabalho) – 1991 – 2000 177

16 – Rio Grande do Norte: Evolução do Programa do Leite em termos quantitativos de distribuição e custos – 1995 – 2004 198

17 – Seridó Potiguar: Cota de distribuição do leite pelo governo e indústrias fornecedoras por município – 2004 200

18 – Seridó Potiguar: Famílias assistidas pelo Programa do Leite, Número de domicílios e contingente eleitoral – 2002-2004 205

19 – Tabela 19: Brasil: Programas Sociais de Transferência de Renda por Unidades da Federação - 2006..... 214

20 – Tabela 20: Brasil, Nordeste, Rio Grande do Norte e Seridó Potiguar: Programas Sociais de Transferência de Renda - 2006..... 216

21 – Rio Grande do Norte e Seridó Potiguar: Repasse Constitucional - FPM – 2006..... 218

22 – Rio Grande do Norte e Seridó Potiguar: Repasse Constitucional – FUNDEF – 2006..... 220

23 – Seridó Potiguar: Repasses do SUS – 2006..... 221

24 – Brasil: Número de Aposentadorias do INSS e Volume de Recursos por Clientela Urbana e Rural- 2006..... 222

25 – Brasil: PRONAF por Regiões, Estados, Número de Contratos e Valores (2002-2005) 271

26 – Rio Grande do Norte: PRONAF – Ano Fiscal, Enquadramento, Número de Contratos e Montante de Crédito 275

27 – Brasil: Crédito Agrícola e Crédito do PRONAF por Estados e Regiões – 2002 279

28 – Brasil, Rio Grande do Norte e Seridó: Número de Estabelecimentos, Área, VBP, Categorias Familiares por Tipo de Renda, Categoria Patronal e Outras, 2000..... 281

29 – Seridó Potiguar: PRONAF e Crédito Agrícola por Número de Contratos e Volume de recursos – 2002 286

30 – Seridó Potiguar: PRONAF – Modalidade por investimento e custeio, 2005/2006 290

31 – Seridó Potiguar: PRONAF - Enquadramento, 2005/2006 292

32 – Brasil: Receita das contribuições de campanhas eleitorais e percentuais de votos por candidato e partido – 1994, 1998 e 2002 359

33 – Rio Grande do Norte: Receitas e despesas da campanha eleitoral, votação, situação e percentual de votos por candidato, 2006 363

34 – Seridó Potiguar: Receita e despesa da campanha eleitoral (por candidato, a prefeito em 2004, a governador em 2006), em relação à população dos municípios e do estado (2000) 370

LISTA DE SIGLAS

ANCAR – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

APASA – Associação dos Pequenos Agropecuaristas do Sertão de Angicos S.A

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASA – Articulação do Semi-Árido

ASSECOM – Assessoria de Comunicação Social do Rio Grande do Norte

BACEN – Banco Central do Brasil

BB – Banco do Brasil S.A

BCB – Banco Central do Brasil

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CLAN – Cooperativa de Laticínios de Natal

CMDR – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CEPEA – Centro de Estudos Avançados de Economia Aplicada

CERPIL – Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Piranhas Ltda.

CNDRS – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

COACAL – Cooperativa Agropecuária de Caicó Ltda.

COAMTAL – Cooperativa Agrícola de Tenente Ananias Ltda.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

COOLAGONOVA – Cooperativa Agropecuária do Assentamento Lagoa Nova

CPI– Comissão Parlamentar de Inquérito

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

DDAS – Departamento Diocesano de Ação Social

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMPARN – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte

EMSA - Empresa Sul-americana de Montagem S/A

FAMUSE – Feira de Artesanatos dos Municípios do Seridó

FAO – Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste

FEP – Fundo Especial do Petróleo

FIDENE – Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FUNDEF – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Fundamental

GAL – Grupos de Ação Local

IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Médio

IG – Instituto de Geografia

ILBASA – Indústria de Laticínios Boa Saúde Ltda.

ILMOL – Indústria de Laticínios Mossoró Ltda.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPH – Indicador de Pobreza Humana

ITR – Imposto Territorial Rural

LACEN – Laboratório Central da Secretaria de Saúde Pública

LACOL – Laticínios Caicó Ltda.

LAGEA – Laboratório de Geografia Agrária

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LEADER – Liaisons Entre Activités de Developement de L'Economie Rural (Relações Entre Atividades de Desenvolvimento da Economia Rural)

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MAPYA – Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación (Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação)
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
OGU – Orçamento Geral da União
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Política Agrícola Comum
PAN – Partido dos Aposentados da Nação
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDSS – Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFL – Partido da Frente Liberal
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PIB - Produto Interno Bruto
PICDT – Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPC – Paridade do Poder de Compra
PPS – Partido Popular Socialista
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRODER – Programa Operativo de Desarrollo y Diversificación Económica de Zonas Rurales (Programa Operativo de Desenvolvimento e Diversificação Econômica de Zonas Rurais)
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSF – Programa de Saúde da Família

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido do Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PT do B – Partido Trabalhista do Brasil

PV – Partido Verde

RECOR – Registro Comum das Operações Rurais

SAPE – Secretaria de Estado, da Agricultura e Pecuária

SECD – Secretaria da Educação da Cultura e dos Desportos

SET – Secretaria de Estado da Tributação

SESAP – Secretaria de Estado da Saúde Pública

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEAS – Secretaria de Estado da Ação Social

SEIPOA – Serviço Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SETHAS – Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e Ação Social

SINDLEITE – Sindicato das Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados do RN

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

SUS – Sistema Único de Saúde

TER-RN – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDR – União do Desenvolvimento Ruralista

UE – União Européia

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UF – Unidade da Federação

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros

VBP – Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	21
1 –	O ESPAÇO E A CULTURA NO SERTÃO POTIGUAR: a identidade e as representações culturais seridoenses	32
1.1.	A cultura e a identidade: uma aproximação interdisciplinar	33
1.2.	O Sertão do Seridó em sua dimensão sociocultural: existe uma cultura e uma identidade seridoense?	51
1.3.	A identidade: uma abordagem geo-histórica e socioantropológica	54
1.4.	As representações simbólicas no Sertão do Seridó: identidade e diferença	57
1.4.1.	O sertão, a caatinga e a serra: o Seridó enquanto espaço vivido e experienciado ...	61
1.4.2.	As "experiências" e as crenças, a religião e a religiosidade no Sertão do Seridó	73
1.4.3.	Os lugares do *cosmo* e do *caos*: as festividades e as tradições populares seridoenses – nas fronteiras do sagrado e do profano	85
1.4.4.	A vaquejada, o couro e o leite associa(va)m a cultura à pecuária	98
1.4.5.	A criatividade e o esmero do povo sertanejo: outros símbolos e tradições culturais seridoenses	104
2 –	A FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO SERTÃO NORDESTINO: (re) visitando os processos socioeconômicos e políticos	114
2.1.	A formação socioterritorial do *hinterland* sertanejo potiguar: raízes rurais históricas	115
2.1.1.	O processo de ocupação regional, surgimento e formação de núcleos urbanos: importância da agropecuária	120
2.1.2.	As representações culturais no contexto da ocupação regional: papel da agropecuária e das tradições indígenas	124
2.2.	Os desequilíbrios regionais no Brasil e a intervenção do Estado: fases e faces, avanços e retrocessos do desenvolvimento regional	127
2.3.	As transformações rurais e ação do Estado no Brasil: a questão agrária como "raiz mestra" dos principais problemas sociais	133
2.4.	O poder das oligarquias regionais e o coronelismo no Brasil: o caso do Nordeste .	138
2.5.	A ação da SUDENE e os programas desenvolvimentistas regionais para o setor rural nordestino	142

2.6. Agravamento dos problemas regionais nos anos 1980: a seca – principal problema? 148

2.6.1. A intensificação das ações do setor público no semi-árido potiguar: os programas emergenciais, assistenciais e clientelistas 150

2.7. O quadro socioeconômico e político dos anos 1990: uma contextualização 154

3 – O PROGRAMA DO LEITE NO RIO GRANDE DO NORTE E OUTRAS POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS: reflexos sociais e significados político-culturais 157

3.1. O Programa do Leite no Rio Grande do Norte: indicadores socioeconômicos que justificam (ou não) seu desenvolvimento..... 158

3.2. O IDH e as características socioeconômicas dos municípios seridoenses 165

3.3. O Programa do Leite em suas dimensões e fases, características gerais e bases de implementação 189

3.3.1. Os objetivos e as justificativas do Programa do Leite por parte do governo 194

3.3.2. A dimensão socioeconômica do Programa do Leite: as relações assistencialistas e a intensificação das relações intersetoriais 196

3.3.3. A dimensão política do Programa do Leite: mudar para manter 204

3.4. A ampliação das ações governamentais às famílias beneficiárias do Programa do Leite: configurações, perfis e dimensões de outros programas sociais 206

4 – CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS: uma análise do LEADER e do PRODER na Europa e do PRONAF no Rio Grande do Norte 225

4.1. As experiências do LEADER e do PRODER e a valorização da cultura local e regional..... 226

4.2. O LEADER e o PRODER: algumas experiências regionais na Espanha 240

4.3. O PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: breves considerações 253

4.4. Importância dos aspectos culturais na elaboração de projetos e ações do PRONAF 261

4.5. O PRONAF no Rio Grande do Norte: uma análise sobre a distribuição dos recursos para a agropecuária..... 266

4.6. O crédito agrícola e o crédito do PRONAF: desigualdade e disparidade 276

4.7. A agropecuária e o PRONAF no Seridó: avanços e perspectivas 285

4.8. As condições sociais e materiais de vida dos agropecuaristas: moradia, saúde, educação, consumo e acesso a determinados bens e serviços 300

4.9. Outras características importantes da agropecuária seridoense: os avanços e as dificuldades 305

4.10. Os gargalos operacionais do PRONAF no espaço rural seridoense potiguar..... 308

5 – OS INSTRUMENTOS "ATUAIS" DE CONTROLE SOCIOPOLÍTICO REGIONAL: os novos(velhos) donos do poder e a Geografia Política Potiguar 314

5.1. A política e o poder: (re)visitando alguns filósofos 316

5.2. Os territórios conservadores de poder no Rio Grande do Norte e no Seridó potiguar..... 324

5.3. Uma cartografia do voto no Rio Grande do Norte: os novos(velhos) donos do poder 335

5.4. O dinheiro: condição *sine qua non* à manutenção dos "currais eleitorais" e reprodução dos grupos políticos 357

5.5. Como ficam as redes sociais e o poder local no contexto da cultura política regional? 381

CONSIDERAÇÕES FINAIS 388

REFERÊNCIAS 402

ANEXOS 430

ANEXO A – Roteiro de entrevista com os produtores de leite fornecedores para as indústrias de laticínios no Rio Grande do Norte..... 430

ANEXO B – Roteiro de entrevista com os proprietários de laticínios no Seridó Potiguar..... 438

ANEXO C – Roteiro de entrevista com os chefes de famílias beneficiadas pelo Programa do Leite do governo do estado do Rio Grande do Norte..... 441

ANEXO D – CD – O Seridó Potiguar em Fotos..... 445

INTRODUÇÃO

A intenção de desenvolver uma análise sobre cultura e política de modo a explicar as transformações e permanências verificadas no espaço no tempo presente, levou-nos a buscar em outras ciências suporte teórico capaz de tornar o trabalho mais abrangente e mais aprimorado analiticamente. Além dos estudos geográficos, com destaque para a geografia cultural, geografia política e geografia regional, estudos filosóficos, antropológicos, sociológicos, econômicos e de cientistas políticos foram indispensáveis no processo de investigação e explicação da realidade estudada.

Inicialmente pretendíamos analisar a ação do Estado no espaço geográfico potiguar, especialmente na região do Seridó, quanto ao desenvolvimento do Programa do Leite desenvolvido pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal. Isso se deu porque após a conclusão da dissertação de mestrado em 2002, a qual versou sobre o processo de organização do espaço agrário da referida região, vários questionamentos surgiram acerca desse Programa governamental. Na época, o mesmo era criticado por alguns segmentos da sociedade, uma vez que era visível a existência de determinados problemas operacionais. Mas, seus idealizadores defendiam vigorosamente a premissa de que o Programa foi responsável por revitalizar a pecuária regional e mudar as condições sociais de vida dos produtores rurais e da população assistida.

Diante disso, partimos para uma sondagem da realidade empírica, com o intuito de observar o que de fato mudou na pecuária leiteira, quais incentivos reais essa atividade recebeu, e como se encontrava o universo de famílias assistidas pelo Programa. Foi quando as constatações e os resultados preliminares da pesquisa contrapuseram o discurso político, demonstrando que, apesar dos fortes investimentos feitos, principalmente pelo Governo Federal, vários problemas persistiam, tanto no universo de produtores quanto no universo de

famílias assistidas. Decidimos, portanto, analisar os aspectos políticos que, de certa forma, expressavam questões mais amplas e complexas em relação ao Programa do Leite. Ou seja, os reais interesses dos idealizadores dessa política não eram visíveis, tampouco correspondiam àquilo que era propalado.

Nessas circunstâncias decidimos analisar o contexto político regional marcado historicamente pelo poder dos coronéis e das oligarquias, pela "indústria da seca", pelo clientelismo e paternalismo políticos. A partir dessa análise, percebemos que várias relações do antigo sistema de dominação político-econômica persistiam na contemporaneidade, o que nos instigou a buscar explicações que justificassem tal persistência. Foi quando constatamos que a cultura política regional, associada, de alguma forma, à cultura material e imaterial responde, até certo ponto, à reprodução do sistema político em vigor.

Nesse contexto, passamos a investigar a importância e inter-relação da cultura regional no processo de reprodução social, mas, principalmente, no processo de reprodução política. Para essa análise, o estágio realizado no Departamento de Geografia Humana da Universidade de Barcelona (no período de dezembro/2005 a junho/2006) foi fundamental, pois fizemos uma importante revisão teórica sobre o tema, atentando para a valorização da cultura no campo político e no tocante à elaboração e implementação de políticas públicas.

A partir disso, ampliamos a análise sobre a ação do Estado, passando a investigar, além do Programa do Leite, outras políticas públicas, como os principais programas sociais do Governo Federal e o PRONAF, único que, apesar dos problemas enfrentados, se constitui numa política menos clientelista e menos assistencialista.

Para analisar a cultura, nos fundamentamos em autores como Horácio Capel (1987), Paul Claval (2001), Clifford Geertz (1989), Pierre Bourdieu (2005), Zeny Rosendahl e Roberto Lobato Corrêa (1999), (2000), (2001) e (2005) entre outros.

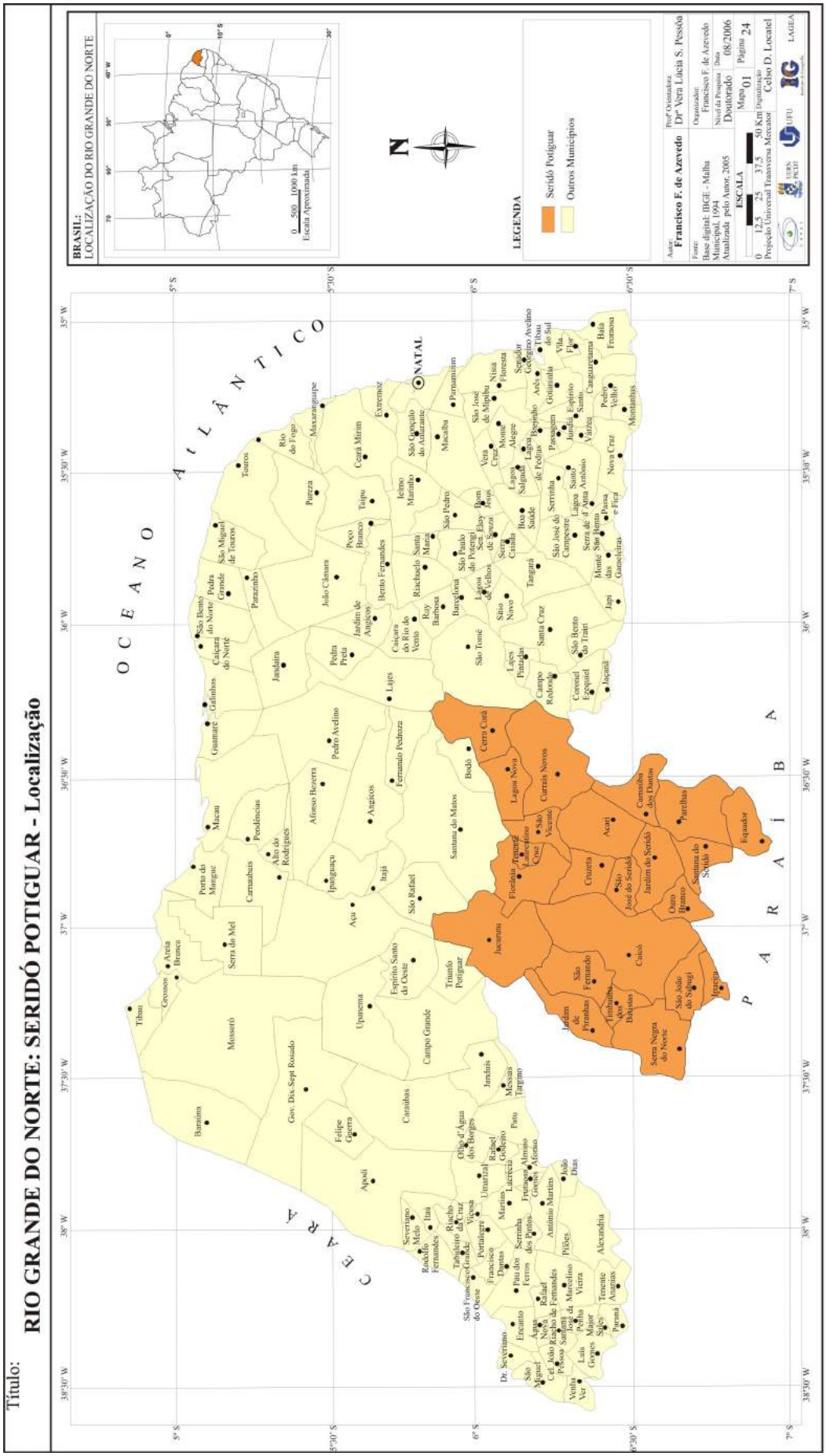
Na análise sobre política nos baseamos, principalmente, em alguns filósofos a exemplo de Karl Marx (2006), Michel Foucault (2006), Marilena Chauí (2006), Pedro Demo (2006), Leonardo Boff (2000) e outros. Nessa análise, ainda nos baseamos nas idéias de autores como Iná de Castro (2005), Patrick Charaudeau (2006), David Samuels (2006) Raimundo Faoro (2000) e outros.

Foram de fundamental importância, também, as obras de autores como Otamar de Carvalho (1988), Manuel Correia de Andrade (1980), (1987), (1988) e (1995), Tânia Bacelar de Araújo (2000), Francisco de Oliveira (1993), Amatya Sen (2000), Robert Putnan (2006), Gláucio Soares e Lucio Rennó (2006), Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (2004), Márcia da Silva (2005) entre outros.

Nesse sentido, delimitamos como área a ser estudada a região do Seridó potiguar, tradicionalmente conhecida na literatura, na academia e no espaço vivido das pessoas como uma área cuja sociedade é caracterizada por valores e símbolos culturais que, não obstante os problemas enfrentados, se exprime como um espaço de diferenciação.

O Seridó[1] Potiguar estudado, composto por 23 municípios, localiza-se na Mesorregião Central do Rio Grande do Norte, mais especificamente na porção centro-meridional do estado, e corresponde ao que hoje o IBGE considera como as microrregiões do Seridó Oriental e do Seridó Ocidental, e a Microrregião de Serra de Santana, excluindo-se os municípios de Bodó e Santana do Matos; inclui-se ainda, nesse estudo, o município de Jucurutu, o qual o IBGE considera fazer parte da microrregião do Vale do Açu (Mapa 1).

[1] O Seridó Potiguar ao qual se refere o presente trabalho corresponde aos municípios da regionalização anterior a 1989. Em junho daquele ano, o IBGE fragmentou a região, criando novas microrregiões e desmembrando municípios para constituir outras, por isso, não consideraremos essa regionalização, a qual está em vigor. Assim, a região estudada corresponde aos municípios de: Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas.


Título:
RIO GRANDE DO NORTE: SERIDÓ POTIGUAR - Localização
BRASIL:
LOCALIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE
LEGENDA
Seridó Potiguar
Outros Municípios
N
OCEANO ATLÂNTICO
CEARÁ
PARAÍBA
NATAL
Autor:
Francisco F. de Azevedo
Prof. Orientadora:
Drª Vera Lúcia S. Pessôa
Organização:
Francisco F. de Azevedo
Nível da Pesquisa: Tese
Doutorado
Mapa 01
08/2006
Página 24
Fonte:
Base digital: IBGE - Malha Municipal, 1994
Atualizada pelo Autor, 2005
ESCALA
0 12,5 25 37,5 50 Km
Digitalização
Celso D. Locatel
Projeção Universal Transversa Mercator
UFRN
UFU
IG
LAGEA

No Nordeste brasileiro, mais especificamente no sertão do Seridó potiguar, a cultura é um fator bastante importante no contexto das relações sociais. Normalmente, as ações dos agentes políticos estaduais, regionais ou locais estão necessariamente vinculadas à cultura regional, daí a importância em entendê-la para se tentar explicar o conjunto de relações que se (re) produz nos vários âmbitos.

Numa perspectiva geográfica, mas também histórica e socioantropológica, é possível observar permanências, transformações e contradições nos âmbitos político, econômico e sociocultural desse espaço geográfico regional. Exemplos disso são os valores e as práticas que se mantêm e se sustentam há vários séculos, ora associados às crenças e à religiosidade, ora à busca pela sobrevivência propriamente dita, isto é, às condições sociais e materiais de vida da população.

Dessa forma, o objetivo principal dessa pesquisa é compreender a relação existente entre cultura e política no sertão do Seridó potiguar, observando os "novos" instrumentos de manipulação e controle social de alguns agentes e grupos político-familiares, com base nas ações do Estado destacando os programas governamentais.

Assim, para melhor apreender e compreender o conjunto de relações inerentes a esse processo, alguns procedimentos metodológicos foram adotados para o desenvolvimento do trabalho, os quais vão, desde uma revisão bibliográfica e teórica-conceitual interdisciplinar sobre as temáticas centrais, como cultura e política, a uma pesquisa empírica, constituída de entrevistas e visitas técnicas às instituições relacionadas com esse estudo.

Os procedimentos metodológicos seguidos contribuíram decisivamente para com o aprimoramento e aperfeiçoamento das idéias-chave e para com os pressupostos da pesquisa, confirmando o que Seabra (2001) destaca como sendo o caminho certo a ser seguido pelo pesquisador quando este pratica e busca a apreensão da realidade. Para esse autor, a metodologia científica está diretamente relacionada às teorias, ocupando aí um lugar central.

Por essa razão, “o procedimento metodológico deve incluir as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam compreender a realidade e a contribuição do potencial criativo do pesquisador” (SEABRA, 2001, p.53). Portanto, a metodologia científica serve fundamentalmente “para o desenvolvimento da pesquisa” e para o “alcance dos resultados perseguidos”.

A princípio, arrolamos as referências concernentes à temática-núcleo da pesquisa, complementadas com textos correlatos, mas sujeitas a ajustes e acréscimos, de maneira que tal procedimento, além de viabilizar a consecução da revisão teórica do trabalho, permitisse também avanços nos questionamentos e reflexões, momentos em que se buscava responder às diversas perguntas da pesquisa.

Portanto, metodologicamente o trabalho baseia-se numa análise teórica, apreendida a partir das referências arroladas, mas correlacionada à análise empírica, baseada, por sua vez, na pesquisa de campo desenvolvida através de entrevistas com os atores/agentes envolvidos com os assuntos abordados.

A pesquisa de campo, nesse processo de investigação, foi de fundamental importância, tendo em vista a análise qualitativa que foi feita. Ao considerar a entrevista uma técnica de pesquisa e um instrumento que possibilita a obtenção de informações relevantes ao trabalho do pesquisador, Marconi e Lakatos (2003, p. 195) afirmam que esta se realiza por meio de “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações” relevantes sobre um determinado assunto. Isso ocorre “mediante uma conversação de natureza profissional”. Nessas circunstâncias, a entrevista se constitui num “procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”, tornando-se, muitas vezes, indispensável ao pesquisador.

A entrevista padronizada ou estruturada sobressai como um dos principais tipos dessa técnica, através da qual “o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as

perguntas feitas ao indivíduo são pré-determinadas" (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 197). Normalmente, segue-se o que está estabelecido num formulário previamente elaborado, aplicando-se, preferencialmente, a agentes selecionados intrínsecos ao objeto de estudo.

Após a primeira sondagem da investigação empírica, a parte seguinte desse processo foi desenvolvida por meio de entrevistas com agentes envolvidos com os programas sociais e, em alguns casos, com o campo político. Assim, entrevistamos os seguintes agentes: agropecuaristas, especialmente produtores de leite vinculados ao Programa do Leite; gestores e/ou técnicos de cooperativas que dispõem de indústrias de laticínios credenciadas ao Programa do Leite; nessa mesma categoria, gestores e técnicos de indústrias de laticínios particulares, também credenciadas ao referido Programa; chefes de famílias assistidas pelos programas sociais, como o Programa do Leite, o Programa Bolsa família e outros. As entrevistas com essas famílias foram essenciais para entendermos o contexto das relações políticas estabelecidas e suas associações com as questões socioculturais.

Em todos os casos, os roteiros das entrevistas (Anexos A, B e C) constavam de uma parte, geralmente no início, onde eram identificados os agentes entrevistados, e outra parte onde investigávamos os aspectos e os elementos da cultura sertaneja seridoense; nos casos dos produtores rurais e das famílias inseridas nos programas sociais, uma parte dos roteiros de entrevistas levantou questões relacionadas às condições sociais de vida de ambos; no caso dos produtores rurais, outras partes dos roteiros de entrevistas levantaram questões relacionadas ao sistema produtivo propriamente dito, o sistema de comercialização, assistência técnica, entre outros assuntos.

Para a realização das entrevistas com os produtores de leite, fornecedores para o Programa do governo, foi estabelecida uma amostra de dois ou três produtores por município, tendo em vista a freqüente repetição de informações. Vale salientar, também, que há divergência de informações no que concerne ao número de produtores por município. Não

existe consenso entre as instituições como cooperativas, secretarias de agricultura, EMATER e SETHAS quanto a esses números. Constatamos situações em que as coorperativas e a SETHAS declararam a existência de um número considerável de produtores de leite fornecedores para o Programa em determinados municípios, porém, a pesquisa de campo não encontrou nenhum produtor em tais condições. Ou seja, em alguns municípios não detectamos nenhum agropecuarista fornecedor de leite para o Programa do governo, o que possivelmente indica maior fornecimento para o setor artesanal.

No total foram entrevistados trinta produtores rurais que se dedicam à pecuária leiteira, sendo que, em alguns casos, esse atividade representa a principal fonte de renda da unidade de produção. Esse número justifica-se haja vista que a realidade regional apresenta-se bastante homogênea, tanto do ponto de vista cultural, como político e, até certo nível, socioeconômico, como também, devido ao número de informações e afirmações idênticas. Nota-se que o universo de produtores rurais pesquisados representa 0,25% do total de estabelecimentos rurais existentes na região, aproximadamente doze mil em 1996. Esse percentual parece pouco representativo, contudo, vale frisar, que se trata de uma amostragem não-probabilística[2], considerando que o nosso objetivo maior na pesquisa empírica foi traçar um "perfil" do universo pesquisado, considerando, também, que se trata de uma análise "qualitativa".

Nesse processo de investigação empírica, entrevistamos também 100% das indústrias de laticínios regionais que fornecem leite pasteurizado para o Progrma do Leite, o que corresponde a um total de cinco. Nesse caso, as entrevistas foram feitas junto a gestores e/ou representantes dos laticínios.

---

[2] De acordo com Gil (1999), os tipos e características de amostragem são: a) probabilística, cujos dados são rigorosamente científicos e baseiam-se nas leis dos grandes números, de regularidade estatística, da inércia dos grandes números, da permanência dos pequenos números, e; b) não-probabilística, cujos dados não apresentam fundamentação matemática ou estatística, dependendo unicamente dos critérios pesquisados. Os procedimentos são mais críticos em relação à validade dos seus resultados. No primeiro caso, a amostragem pode ser aleatória simples, sistemática, estratificada, por aglomerado e por etapas; no segundo, a amostragem é definida por acessibilidade ou por conveniência, por tipicidade ou intencional e por cotas.

Tendo em vista o elevado número de famílias assistidas pelo Programa do Leite, a abrangência desse Programa, em termos de municípios assistidos, e a forte homogeneidade observada no universo de famílias assistidas, estabelecemos, como critério de amostragem para a realização de entrevistas com as famílias, um número de duas, ou no máximo três famílias por município, o que totalizou 48 famílias entrevistadas. Isso, também, representa aproximadamente 0,25% do número de famílias beneficiadas com o Programa do Leite na regiao do Seridó, que em 2004 apresentava aproximadamente vinte mil famílias assistidas. A partir dessa amostra observamos que, mesmo o número de famílias entrevistadas sendo pouco representativo, a investigação não foi comprometida, pois as informações se repetiram com muita freqüência, inclusive, a partir da segunda entrevista, evidenciando homogeneidade e similaridade no contexto das relações estabelecidas, seja no campo social, seja nos campos político ou cultural. Nesse caso, também, buscamos obter um "perfil" do universo de famílias assistidas pelo Programa do Leite por meio de uma amostragem não-probabilística.

O levantamento de dados secundários junto aos órgãos de governo como ministérios, secretarias, IBGE, IDEMA, INCRA, TSE, TRE entre outros órgãos, foi indispensável para o bom andamento da pesquisa. Pode-se afirmar que o trabalho dispõe de um amplo conjunto de informações e dados quantitativos que contribuíram de forma relevante com a análise qualitativa apreendida. Esse ferramental nos possibilitou a elaboração de gráficos, tabelas, quadros e mapas que constituem a parte ilustrativa do texto.

Portanto, a estrutura do trabalho encontra-se organizada em cinco capítulos, além da introdução e considerações finais.

No primeiro capítulo, discutimos a relação entre espaço e cultura no sertão potiguar, partindo de uma abordagem conceitual interdisciplinar voltada para entender o contexto seridoense. A partir daí, explicamos as representações culturais e simbólicas, portanto, identitárias, inerentes à sociedade e à região do Seridó.

No segundo capítulo, analisamos o processo de formação socioterritorial do sertão nordestino, observando os principais elementos que fazem parte dos processos históricos, socioeconômicos e políticos, os quais estão, de alguma forma, relacionados ao contexto cultural regional. Nesse capítulo, discutimos a configuração da "indústria da seca", o poder dos coronéis e das oligarquias, assim como as ações do Estado no espaço semi-árido potiguar, fechando com uma contextualização do quadro socioeconômico e político dos anos 1990.

Diante disso, no terceiro capítulo investigamos as ações do Programa do Leite e de outras políticas compensatórias, analisando alguns indicadores socioeconômicos que justificam, até certo ponto, os custos desses para os cofres públicos. Analisamos o Índice de Desenvolvimento Humano da região estudada em relação ao estado e ao país, atentando, também, para os problemas enfrentados pela população, e para os problemas verificados na operacionalização dos programas sociais. Para isso, investigamos a dimensão política de tais programas.

A partir daí, buscamos mostrar outras ações do Estado que visam a diminuir os problemas enfrentados pela sociedade sertaneja seridoense, especialmente a população alocada no espaço rural. Por isso, no quarto capítulo priorizamos a abordagem do PRONAF que, em nosso entendimento, corresponde a uma política pública não-compensatória, portanto, diferente daquelas analisadas anteriormente. Nesse capítulo, também discutimos algumas experiências européias sobre o planejamento público de políticas de desenvolvimento rural, observando a valorização dos aspectos culturais locais e regionais no interior desse processo. Dessa forma, tentamos mostrar como na Europa parte-se das potencialidades da cultura local/regional ao se elaborarem propostas de desenvolvimento, enquanto no Brasil, pouco importa a diversidade cultural quando se planejam políticas de desenvolvimento rural, por exemplo. Ainda nesse capítulo, procuramos mostrar algumas

mudanças ocorridas no espaço agrário regional na última década, bem como as condições de vida de uma parte da população e os problemas enfrentados por essa.

No quinto capítulo, centramos nossa análise nos instrumentos atuais de controle sociopolítico existentes no estado e na região do Seridó, buscando explicar como os territórios conservadores de poder, portanto, o poder das oligarquias estaduais entrava o processo de desenvolvimento social. Para isso, analisamos a configuração político-partidária que constitui os "currais eleitorais" e luta pela manutenção de privilégios e reprodução dos grupos político-familiares. Mostramos o "preço do voto" para a sociedade, através de análise dos dados que comprovam e explicam as arrecadações e os gastos das campanhas eleitorais, atentando, também, para os custos sociais da corrupção política, tendo como exemplo o desvio de recursos do Programa do Leite, conforme comprovado por Comissão Parlamentar de Inquérito. Por último, discutimos a importância do capital social e do poder local no processo de construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

Por fim, para ilustrar alguns dos assuntos e aspectos regionais tratados neste trabalho, encontra-se organizado no Anexo D um conjunto de fotografias feitas na ocasião da realização do trabalho de campo, o qual evidencia algumas características naturais, econômicas, culturais e políticas da região do Seridó Potiguar.

1 – O ESPAÇO E A CULTURA NO SERTÃO POTIGUAR: a identidade e as representações culturais seridoenses

O sertão brasileiro é um espaço geográfico que, historicamente, tem despertado a curiosidade e o interesse acadêmico de muitos pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento, exatamente porque essa sociedade inspira reflexões e análises sobre diversas questões, muitas delas bastante peculiares. Desde romancistas e escritores de cordel a renomados teóricos e cientistas da academia brasileira dedicaram-se e dedicam-se a estudar os sertões do Brasil.

Nesse capítulo discutiremos a relação entre espaço e cultura no Sertão Potiguar, particularmente na região do Seridó, observando as representações simbólicas que constituem a cultura regional, explicando ainda os valores identitários e as simbologias inerentes a essa sociedade. A partir daí será possível identificar se existe de fato uma cultura regional, uma vez que, geralmente, é atribuído aos habitantes natos desta região um reconhecimento identitário e simbólico nos mais variados âmbitos da sociedade e nos mais diversos espaços do território nacional.

Para isso será necessário analisar a cultura e a identidade, numa visão interdisciplinar para podermos defender a existência ou ausência de uma cultura sertaneja seridoense específica e claramente definida e delimitada, bem como a concepção ou não de uma identidade socioterritorial, como é normalmente conferida aos seus indivíduos.

Buscaremos respostas às questões relacionadas a isso, explicando a teia de relações que se estabelece no espaço vivido das pessoas, no cotidiano propriamente dito das mesmas. Intentaremos entender como esses agentes sentem e vêem a questão do pertencimento ou não ao lugar. Discutiremos como vive essa população, sua relação com a natureza, com os seus concidadãos. Analisaremos como a mesma enfrenta e encara os seus próprios e diversos

problemas, as suas próprias dificuldades, os rigores da natureza e da própria sociedade nacional e estadual no nível da política e dos seus mentores.

Analisaremos as relações simbólicas intrínsecas aos campos social e político. Portanto, abordaremos o sertão do Seridó potiguar do ponto de vista da sua dinâmica socioespacial, discutindo o processo histórico, o viés cultural, enfim, o espaço das relações sociais.

1.1. A Cultura e a identidade: uma aproximação interdisciplinar

A cultura tem sido um assunto bastante investigado pela maioria das ciências humanas e sociais, especialmente a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia e a Geografia. Para o geógrafo, a análise cultural apresenta-se um tanto quanto desafiadora, porque, geralmente, é necessário que se recorra a outras ciências para que se atinja um nível de discussão e reflexão mais aprofundado, tal qual, propicie um entendimento melhor do universo de temas e subtemas que envolve, constitui ou caracteriza uma cultura. Dessa forma, é menos provável que se incorra em erros de interpretação, má visualização e/ou estereotipização, estigmatizada ou estigmatizadora de uma dada sociedade.

Especialmente os antropólogos e os sociólogos têm dado importante contribuição aos estudos da geografia cultural, ou melhor, aos estudos e reflexões sobre cultura dentro da geografia. Ademais, importantes nomes da geografia como, Vidal de La Blache, Carl Sauer, Paul Claval, dentre outros, têm proporcionado importantes avanços nesse campo, através das leituras e releituras de suas obras por parte de alguns geógrafos contemporâneos. A escola européia, presente principalmente na Inglaterra e na França, tem desenvolvido importantes trabalhos sobre assuntos que envolvem essa temática.

Na Espanha, geógrafos têm se dedicado a investigar a cultura a partir dos múltiplos fenômenos evidenciados na morfologia espacial, urbana ou rural. Dentre eles, podemos citar o

exemplo de Horacio Capel que em seu livro *Geografia Humana e Ciências Sociais: uma perspectiva histórica* (1987), tratou da importância da análise cultural numa perspectiva geográfica. Para o autor, "la geografía cultural es, sin duda, un campo en el que confluyen los intereses de especialistas muy diversos: antropólogos, historiadores, sociólogos, arqueólogos, etc. Por ello, los geógrafos se han visto obligados a debatir repetidamente la especificidad de su aportación". (CAPEL, 1987, p. 36).

Dessa forma, o autor considera que os temas mais estudados nesse campo de conhecimento da geografia têm sido, senão, os processos e os conceitos integradores na relação cultura-espaço. Espaço porque é o objeto de análise principal da geografia, para o qual confluem as demais análises da mesma.

Embora suas principais investigações se constituam em amplos estudos acerca do espaço urbano, o mesmo aborda a cultura como sendo um elemento-chave que reflete e se deixa refletir no e pelo espaço. Ao historicizar a importância dos estudos culturais no contexto da geografia, o autor defende que "el estúdio de la distribución espacial de rasgos culturales aislados ha sido antiguo en esta disciplina". (CAPEL, 1987, p. 36). O mesmo afirma que os geógrafos têm realizado interessantes aportações aos estudos sobre os tipos de casas e dos seus elementos construtivos, dos costumes e do consumo de alimentos ou até mesmo, nas práticas culturais relacionadas à agricultura (CAPEL, 1987).

Sob um ponto de vista mais político, observamos que os estudos culturais ganham força no debate geográfico, principalmente, quando as análises se estenderam aos conjuntos culturais que possibilitaram a identificação de territórios ocupados por culturas particulares, sejam eles constituídos por um sistema de crenças e comportamentos, sejam eles forjados por um sistema de classes e ideologias. Nesse sentido, seguindo a concepção analítica de Horacio Capel, entendemos que a cultura se concebe como um "baño" que unifica e integra todas as classes sociais e que resulta das habilidades humanas em comunicar-se através de símbolos.

Diferentes abordagens e diferentes conceituações existem acerca de cultura. Aqui abordaremos algumas, preocupando-nos, principalmente, em estabelecer cruzamentos e inter-relações no sentido de verificarmos as convergências e similaridades que, ao nosso modo de ver, ocorrem entre todas as ciências sociais que se preocupam com o tema.

Na Geografia, a idéia convencionalmente aceita entre os geógrafos é a de que cada cultura dá lugar a um tipo particular de paisagem cultural. Logo, em sua distribuição atual, as diferentes paisagens e regiões culturais resultam da própria história cultural, daí a importância da análise histórica. Isso pode ser identificado por meio dos estudos sobre

> los hábitos alimenticios y los tabúes religiosos, el uso de un instrumental agrícola, las creencias que influyen en el comportamiento habitual de los individuos y en sus decisiones respecto a la localización de la vivienda, sus prácticas laborales tradicionales y sus sistemas de relaciones sociales, así como otros muchos rasgos aparecen generalmente correlacionados en forma de complejos culturales y originan una morfología particular del espacio terrestre, que se reconoce en la disposición y forma de las casas, o en la trama viaria de las ciudades. (CAPEL, 1987, p. 38-39).

Tudo isso se produz num movimento flexível e dinâmico, logo, susceptível de mudanças e transformações ao longo da história, traduzindo-se na distribuição da paisagem cultural nos espaços. Por isso, entendemos que a atenção dos geógrafos tem se canalizado para o entendimento acerca da origem e dispersão de determinados sistemas culturais em suas características, coincidências e correlações, despertos e atentos às relações e práticas como a domesticação de animais e plantas, às práticas de cultivos, aos tipos de casas e planos urbanos e, de um modo geral, à difusão de inovações culturais (CAPEL, 1987).

Baseados nas idéias desse autor, acreditamos que a identificação da extensão territorial de um determinado complexo cultural, em sua paisagem correspondente, nos conduz a investigar os processos que intervêm nas condições ambientais e na sua própria formação. Por isso que as condições naturais, isto é, a paisagem natural, é importante nesta análise. É relevante que se estude, por exemplo, as relações entre as condições naturais e as formas de habitar humanas, a influência da geologia e seus recursos materiais mais abundantes sobre a tipologia da construção de residências, a influência das condições

climáticas sobre a forma dos telhados ou até mesmo dos alojamentos, bem como, a topografia sobre a estrutura do povoamento (CAPEL, 2005).

Outros estudos também têm sido desenvolvidos no sentido de avaliar os efeitos das práticas culturais humanas sobre o meio ambiente. Geralmente, esses estudos buscam entender, não a influência do meio natural sobre a vida humana como defendia o determinismo ambiental, mas o contrário, ou seja, a capacidade humana de transformar e modificar as características físicas e naturais do espaço.

Também na Espanha, Nicolás Cantero nos mostra na obra *Geografia y cultura* (1987) a importância dos avanços culturais e do conhecimento para a análise geográfica. Em sua análise, o mesmo busca conciliar e relacionar a evolução do pensamento geográfico com diferentes temas abordados ao longo da evolução desse conhecimento.

O autor parte dos "horizontes inciertos" da geografia, passando pela tradição moderna, "las interpretaciones del pasado", para entender objeto e sujeito da mesma, adentrando, ainda, na concepção de mundo moderno para a geografia, o papel das atitudes epistemológicas, até chegar à relação entre "crisis de la modernidad y conocimiento geográfico" para, a partir daí, dar algumas sugestões quanto aos caminhos da geografia. Há uma valorização da história, assim como de todo o processo de mudanças e transformações. É discutida ainda a contribuição das diferentes correntes teóricas como o positivismo lógico, o marxismo e outros na evolução do pensamento geográfico.

Ao ver o conhecimento geográfico como parte das ciências sociais preocupada com os temas da modernidade, o autor defende que "la Geografía es una representación cultural del mundo y el modo de expresarse no es – no puede ser – insignificante". (CANTERO, 1987, p. 111). Assim, a partir dos instrumentos de análise e de trabalho que lhe são peculiares, por exemplo, a cartografia, à mesma caberá representar o mundo, ou a região, ou o país no que há

de mais importante e significante em sua essência, a cultura humana, que não obstante tem a ver com a natureza e seus múltiplos fenômenos.

O mesmo ainda nos mostra que “el sentido cultural del punto de vista geográfico, por otra parte, conlleva la constante apertura a otras modalidades de representación del mundo”. (CANTERO, 1987, p. 111). Ou seja, a análise cultural no contexto da geografia nos permite ampliar nossa investigação, de modo que podemos utilizar várias modalidades de representação do mundo, tendo em vista dispormos de um ambiente propício no sentido de discutirmos um universo de temas relacionados ao espaço. Portanto, a cultura e seus subtemas se inserem nesse contexto.

Na França, Paul Claval também deu importante contribuição aos estudos sobre cultura. Depois de dedicar-se aos estudos econômicos na geografia e, à relação dessa com outras ciências sociais, especialmente a sociologia e a ciência política, o autor passou a estudar o tema cultura, dando importantes contribuições à análise do mesmo.

Sua concepção de cultura parte da “soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte”. (CLAVAL, 2001, p. 63). Logo, a cultura se constitui numa herança transmitida de geração em geração. Mas uma vez observamos a valorização do processo histórico.

Assim, a cultura de um grupo está arraigada ao seu passado, representada territorialmente onde seus antepassados foram enterrados e onde os seus deuses se manifestam ou se manifestaram. Para o autor, cada cultura apresenta um conteúdo genuíno, entretanto, alguns componentes essenciais estão sempre presentes em outras, por exemplos, os códigos de comunicação compartilhados entre os membros de uma mesma civilização, bem como, a similitude de hábitos cotidianos e o conjunto de técnicas de produção e de mecanismos de regulação social, os quais asseguram a sobrevivência e a reprodução grupal.

Nesse sentido, “eles aderem aos mesmos valores, justificados por uma filosofia, uma ideologia ou uma religião compartilhadas”. (CLAVAL, 2001, p. 63).

A transmissão dos elementos constituintes de uma cultura ocorre por etapas na vida do grupo. E existem várias etapas, todas igualmente importantes. O mesmo acontece com a transmissão de códigos de comunicação – oral, gestual, escrita e desenho.

Geralmente, são transmitidos gestos, atitudes, ritos, *know-how*, conhecimentos teóricos, normas abstratas, sistemas religiosos ou metafísicos, enfim, um conjunto de elementos interativos e integrados entre si que dão significado e sentido à cultura de um grupo. Por isso, a mesma se constitui original e singularmente, refletindo-se no espaço no qual o grupo vive e se organiza.

Diante do exposto, verificamos que a Geografia dispõe de um rico e variado universo de subtemas, todos relacionados à sua temática central – o espaço. E, no caso da temática cultura, várias análises podem ser empreendidas sem perder de vista o caráter geográfico, ou seja, a sua relação com o espaço.

É de se reconhecer que o tema cultura é bastante amplo e abrangente, às vezes, ambíguo, apresentando uma série de significados, conceitos e compreensões. Como afirma McDowell (1996, p.160), cultura é “um conceito notoriamente escorregadio, difícil de ser pinçado e definido”. O mesmo abrange desde uma análise de relações, objetos e símbolos da vida cotidiana, isto é, do espaço vivido das pessoas, no passado ou no presente, até as representações simbólicas dos elementos constitutivos da natureza, tanto em obras de arte ou na arquitetura, quanto no artesanato propriamente dito, ou em filmes, novelas, na mídia etc.

Outra questão que tem ganhado relevância no âmbito dessa análise tem sido a busca pela leitura e compreensão da paisagem, desde seus caracteres mais aparentes, paupáveis, visíveis e concretos até os mais subjetivos, não aparentes e invisíveis, que se escondem no

imaginário das identidades socialmente construídas, em determinados lugares e espaços vividos e/ou (re) construídos da sociedade.

Nesta parte do trabalho, analisaremos o conceito de cultura, forjado por alguns autores, sem, no entanto, nos preocuparmos em adequá-los forçosamente à realidade estudada, intentando sim, explicá-la a partir destes, para que se tenha clareza da dimensão cultural a qual estamos tratando e investigando. Para isso, também é importante analisar a identidade cultural e a relação da mesma com o âmbito político.

As idéias de Thompson (1995, p. 166) nos esclarecem duas concepções de cultura, uma descritiva e uma simbólica. E forja uma terceira, a estrutural. A primeira "refere-se a um variado conjunto de valores, crenças, costumes, convenções, hábitos e práticas características de uma sociedade específica ou de um período histórico", tratando-se de uma concepção material, mas também, imaterial, e, em nosso entendimento, por vezes espiritual da cultura, envolvendo desde relações e símbolos a costumes e crenças, não objetivamente mensuráveis. Já a concepção simbólica apresenta significado diferente não totalmente dissociado do primeiro, apesar de que "muda o foco para um interesse com simbolismo: os fenômenos culturais, de acordo com esta concepção são fenômenos simbólicos e o estudo da cultura está essencialmente interessado na interpretação dos símbolos e da ação simbólica". (THOMPSON, 1995, p. 166).

Ao criar a concepção estrutural, o autor entende os fenômenos culturais como "formas simbólicas em contextos estruturados". Logo, "a análise cultural pode ser pensada como o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas". (THOMPSON, 1995, p. 166).

Nesse caso, a cultura é o próprio contexto social multifacetado e representado nas mais variadas formas simbólicas. Por isso, é importante pensar como se constituíram e se constituem as diferentes formas simbólicas, bem como a contextualização social em que isso

ocorre. Daí a importância e relevância do caráter histórico na análise cultural, não o historicismo *per si*, mas a história da constituição, lapidação e delimitação cultural. Os múltiplos momentos da história social, em seus fenômenos, eventos e formas, ou seja, os processos em que se forma e se engendra uma cultura.

A própria história do conceito de cultura nos indica claramente que somente na idade moderna este adquiriu importância relevante, principalmente na civilização ocidental, onde o seu uso foi mais notável, passando, inclusive, a fazer parte da estrutura de vários idiomas europeus. Seu uso inicial na maioria desses idiomas preservou fielmente o sentido original da palavra, ou seja, o significado de cultura associado ao cultivo ou cuidado de algo, especialmente relacionado à atividade agropastoril. Para Thompson (1995, p. 167), a partir do século XVI isso se amplia, estendendo-se "da esfera agrícola para o processo do desenvolvimento humano, do cultivo de grãos para o cultivo da mente".

Mas, mesmo assim, o uso e a substantivação da palavra cultura, de modo a referir-se a um processo social geral ou ao resultado deste, permaneceram tímidos, quase não sendo utilizados até inícios do século XIX. Nesse contexto, este "substantivo, como independente, apareceu primeiramente na França e na Inglaterra; e, no fim do século XVII, a palavra francesa estava incorporada ao alemão, grafada primeiramente como *cultur* e, mais tarde, como *Kultur"*. (THOMPSON, 1995, p.167).

Já no início do século XIX, usava-se o termo cultura como sinônimo, ou ao menos como forma de contrastar com a palavra *civilização*, derivada do latim *civilis,* compreendendo aquilo que se refere ou pertence aos cidadãos. Na França e na Inglaterra, em fins do século XVIII, a palavra civilização foi usada no sentido de descrever o processo de evolução da espécie humana, opondo-se "à barbárie e à selvageria", tudo isso fortemente influenciado pelas idéias iluministas européias. Logo, nesses países as palavras *cultura* e *civilização* passaram a ser fortemente usadas com significados diferenciados dos demais, adquirindo

sucessivamente sentidos de *culto* e *civilizado*, quando da descrição do processo de desenvolvimento humano ocidental.

Na Alemanha, *Zivilisation* associava-se ao refinamento das maneiras, exprimindo uma certa negatividade. Já *kultur,* referia-se principalmente ao refinamento das idéias, à espiritualidade, à produção intelectual e artística, a qual expressava a singularidade, individualidade e criatividade do ser. Portanto, essa contraposição contrastante entre essas diferentes formas de dar significado à palavra cultura está diretamente relacionada com o contexto histórico-político prevalecente na Europa do século XVIII, no qual o francês traduzia-se como o idioma burguês nobiliárquico, distinto do alemão[3] que se autoafirmava nas realizações e feitos intelectuais, filosóficos e artísticos, isto é, culturais.

Todavia, na Europa do final do século XVIII e princípio do século XIX, a palavra cultura passou a ser usada em trabalhos que tratavam o homem e a sociedade em contextos históricos universais, sobretudo na sociedade germânica.

Para Thompson (1995), a palavra cultura foi usada nesse período para designar cultivo, isto é, aperfeiçoamento, melhoramento e enobrecimento das qualidades físicas e intelectuais humanas, tudo isso influenciado pelo Iluminismo e seu caráter progressista da época, concebendo, assim, uma visão positiva sobre o termo cultura. Trata-se da concepção clássica sobre cultura, forjada, sobretudo, a partir dos historiadores culturais. Portanto, segundo essa visão, "cultura é o processo de desenvolvimento e enobrecimento das faculdades humanas, um processo facilitado pela assimilação de trabalhos acadêmicos e artísticos e ligado ao caráter progressista da era moderna". (THOMPSON, 1995, p. 170).

[3]De acordo com o pensamento de Aguirre (2000), com o advento do Romantismo, a sociedade germânica passou a exaltar, e assim o fez por muito tempo, a noção/concepção de cultura rural popular, concebendo-a a partir das regiões campesinas, pela qual os cidadãos adquiriam a formação do espírito nacional, portanto, cultural. Ao contrário da França, que a concebeu a partir das cidades, onde a civilização urbana era considerada como a base na qual o progresso se ergueria e a modernidade se difundiria. Nesse caso, o campo era considerado como o lugar da rusticidade analfabeta, como ainda ocorre até hoje em muitos países e regiões, inclusive no Brasil.

Mas, essa concepção clássica de cultura limitou-se essencialmente aos pressupostos progressistas iluministas da Europa dos séculos XVIII e XIX, embora tenha deixado resquícios até os dias de hoje. Em linhas gerais, nesse contexto, o termo cultura pode ser considerado e associado a uma concepção/visão elitista e elitizadora, ademais conservadora, socialmente falando.

No final do século XIX, algumas mudanças ocorreram em virtude da incorporação do conceito de cultura à disciplina Antropologia, a qual emergia no âmbito das ciências sociais. A partir de então, o mesmo desprendeu-se de um caráter mais etnocêntrico, passando a caracterizar ou descrever etnograficamente um povo ou grupo social, ou seja, "o estudo da cultura estava agora menos ligado ao enobrecimento da mente e do espírito no coração da Europa e mais ligado à elucidação dos costumes, práticas e crenças de outras sociedades que não as européias". (THOMPSON, 1995, p. 170).

Pode-se afirmar que nessa fase o conceito de cultura adquiriu um grau elevado de cientificidade e maior capacidade de conhecimento e reconhecimento sociais, pois deixou de ser uma noção humanística referente ao cultivo das faculdades humanas, evidenciada em trabalhos acadêmicos e na arte, passando a analisar, mesmo que de forma descritiva, a sociedade ou grupos sociais. Por isso, Thompson (1995, p. 173) afirma que, resumidamente, na concepção descritiva, "a cultura de um grupo ou sociedade é o conjunto de crenças, costumes, idéias e valores, bem como os artefatos, objetos e instrumentos materiais, que são adquiridos pelos indivíduos enquanto membros de um grupo ou sociedade".

A depender do método de análise adotado pelo pesquisador, a concepção descritiva pode tornar o conceito de cultura vago, e até mesmo redundante, pouco eficaz diante daquilo que se pretende investigar enquanto fenômeno social. Logo, os limites dessa concepção residem exatamente nos pressupostos que envolvem os estudos culturais, não na concepção

em si mesma. Esta poderá ser válida e bastante útil na análise cultural, a depender do método adotado.

Já no século XX, uma outra concepção de cultura surge como forma de superar os limites da anterior. Trata-se da concepção *simbólica* que teve sua repercussão maior no âmbito da antropologia social. Um dos seus precursores foi o antropólogo Clifford Geertz que, na sua clássica e principal obra *A Interpretação das culturas* (traduzida e lançada no Brasil em 1989), conceituou a cultura usando a terminologia semiótica e não simbólica, isso, baseado em Max Weber, o qual vê o homem como "um animal amarrado em teias de significados que ele mesmo teceu". Logo, a cultura aparece como sendo essas teias e a sua análise.

O autor observa vários debates equivocados, ao mesmo tempo errôneos, sobre o tema cultura, especialmente, quando se busca delimitá-la como subjetiva ou objetiva. Muitas vezes, "ao lado da troca de insultos intelectuais ("idealista!" – "materialista!"; "mentalista!" – "behavorista!"; impressionista!" – "positivista!"), que o acompanha, é concebido de forma totalmente errônea". (GEERTZ, 1989, p. 20).

Nesse sentido, o autor considera o comportamento humano como uma ação simbólica que, em nosso entendimento, para ser analisado exige do pesquisador despir-se de toda a carga de preconceito ou ironia, orgulho ou vulgarização. Como bem coloca Geertz (1989), ao se tentar descrever ou analisar uma cultura, a visão segura baseia-se essencialmente na "elaboração de regras sistemáticas, um algoritmo etnográfico que, se seguido, tornaria possível operá-lo dessa maneira, passar por um nativo (deixando de lado a aparência física)" (GEERTZ, 1989, p. 21). Ou seja, importa não o que expressam e falam os diversos meios acerca de uma cultura e dos seus agentes culturais, mas o que ela é e apresenta em si mesma.

É importante frisar que a cultura em si tem um significado e uma significância diferenciada, especialmente para os de dentro – "nós", ao passo que para os de fora, os "não-

nós", a cultura apresentada, normalmente aparece de alguma forma estereotipada, distorcida ou travestida de uma realidade que pouco ou nada reflete da sua essência, do seu significado em si mesma.

Geertz (1989, p. 25-26) defendeu de forma enfática que "os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição, somente um 'nativo' faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura)". Isso o fazem porque vivem cotidianamente a mesma, isto é, simplesmente vivem-na.

De modo geral, quando os de fora, os "não-nós" discutem e mostram uma determinada cultura, isso não o fazem com fidelidade, fazem-no como interpretadores de relatos e fatos, presenciados ou não, mas, não vividos e experienciados como o fazem, ou ao menos poderiam fazer os nativos, os de dentro, os "nós" dessa cultura. Até mesmo um nativo, imbuído de fortes influências do mundo exterior ao seu "lugar" e à sua cultura de origem, incorre muitas vezes em erros de interpretação e análise acerca da sua cultura-mater.

Por isso nem sempre a cultura é cognoscível da maneira mais congruente e adequada, pois "a análise cultural é (ou deveria ser) uma adivinhação dos significados, uma avaliação das conjeturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjeturas e não a descoberta do continente dos significados e o mapeamento da sua paisagem incorpórea" (GEERTZ, 1989, p. 30) como geralmente ocorre ao se tentar interpretar ou caracterizar a mesma.

Essa visão apresentada por Geertz (1989), embora descritiva como afirma Thompson, mas bastante profunda, mostra-nos o quanto é importante conhecer e compreender a cultura. E o mais importante nessa compreensão é que só avançamos numa análise cultural quando conseguimos ser incisivos a partir dos conceitos e afirmações trabalhados, mesmo, e, principalmente, se levarmos em consideração o universo empírico o qual se está investigando.

Dispomos de um universo muito amplo de conceitos e categorias analíticas que nos permite entender de diversas maneiras a teoria cultural, por conseguinte, a cultura.

Trata-se de um "repertório" ou um "sistema de conceitos" forjados na academia no âmbito das mais variadas ciências: símbolo, identidade, *ethos*, ideologia, estrutura, ritual, ator, função, sagrado, profano, integração, racionalização e a própria cultura, entre outros. Todos diluídos e ao mesmo tempo radicalizados/utilizados no interior das diversas áreas do conhecimento.

Até certo ponto concordamos com Geertz quando este utiliza uma máxima das ciências naturais para sugerir outra. Ou seja, se para as ciências naturais a máxima "procure a simplicidade, mas desconfie dela" era, ou ainda é, extremamente válida, para nós, os cientistas sociais, melhor seria, "procurar a complexidade, mas ordená-la", isso porque o ser humano (e a sociedade) é por natureza um ser complexo, mutável e mutador do/no meio ao qual está inserido, muito mais do que todos os demais seres vivos da terra. Mas, nem sempre esse ordenamento da complexidade é possível, até porque a mesma é desordenada, desorganizada e diversa, e, tentar ordená-la dificultaria o seu entendimento.

Utilizando o conceito antropológico de Geertz (1989) sobre cultura, e, relacionando-o ontologicamente ao próprio "homem", observamos que

> a cultura é melhor vista não como complexos de padrões concretos de comportamento – costumes, usos, tradições, feixes de hábitos –, como tem sido o caso até agora, mas como **um conjunto de mecanismos de controle** – planos, receitas, regras, instruções (o que os engenheiros de computação chamam 'programas') – para governar o comportamento. [...] o homem é precisamente o animal mais desesperadamente dependente de tais mecanismos de controle, extragenéticos, fora da pele, de tais programas culturais, para ordenar seu comportamento. (GEERTZ, 1989, p. 56). [Grifo nosso].

Também essa perspectiva teórica ajuda-nos a entender a cultura como um instrumento ou mecanismo de controle, por conseguinte, manipulação social, o que será analisado e discutido posteriormente. Tal raciocínio torna-se possível porque ontologicamente o homem é considerado um ser pensante, com natureza comum aos demais, que age interativamente numa condição de superposição em relação aos outros seres vivos.

Também porque entendemos que as mudanças biológicas por que passaram os seres humanos ao longo da história da evolução de sua espécie, até chegar ao que é hoje o homem moderno, são de ordem estritamente genética, mas, sobretudo intelectiva, transcorridas especialmente no sistema nervoso central, especificamente no cérebro. Seu desenvolvimento cultural inicia-se exatamente a partir daí, da capacidade de raciocinar e produzir ou reproduzir cultura, buscando as mais variadas formas de adaptações às pressões ambientais.

Complementando essa idéia, Geertz (1989, p. 58) discorre que "o homem é, em termos físicos, um animal incompleto, inacabado; o que o distingue mais graficamente dos não homens é menos sua simples habilidade de aprender", mas, sobretudo, quanto e que espécie particular de coisas tem que aprender para poder agir. Dessa forma, a cultura se constitui num ingrediente essencial na reprodução e, poderíamos dizer, no refinamento desse animal, ora tido como distinto dos demais. Mesmo que em muitas situações se verifique condição símile ou com poucas diferenças dos animais não humanos.

Cremos convictamente que vivemos em meio a um "hiato de informações", no qual nossas idéias, valores e atos, "até mesmo nossas emoções, são como nosso próprio sistema nervoso, produtos culturais – na verdade, produtos manufaturados a partir de tendências, capacidades e disposições com as quais nascemos[...]". (GEERTZ, 1989, p. 62). Somos, portanto, resultado daquilo que a nossa cultura-mater nos proporcionou, porém, susceptíveis de mudanças e alterações, mas não tão intensas.

Mas, o maior impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem está na idéia de que, ao ser vista como "um conjunto de mecanismos simbólicos para controle do comportamento, fontes de informação extra-somáticas, a cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um". (GEERTZ, 1989, p. 64).

Nessa perspectiva, entendemos que "ser humano" implica conseqüentemente tornar-se individual, ou grupal, a depender da ótica que se analisa, e isso ocorre desde cedo, usual e culturalmente, pois, de acordo com o direcionamento dos padrões culturais, criamos historicamente um sistema de significados, em torno dos quais objetivamos e damos forma, ordem e direção às nossas vidas. No mundo moderno isso é mais aguçado. Esse sistema de significados integrado por meio de símbolos e ações é fundamental no direcionamento e no curso da existência e da vida humana.

Outra contribuição importante concebida no âmbito das ciências sociais decorre da análise empreendida pela psicologia. Seguindo as idéias do autor espanhol Angel Aguirre (2000), entendemos que somente quando a formação do espírito nacional, e poderíamos dizer, regional, se objetiva e se afirma no interior da sociedade através de um conjunto de elementos culturais que a identificam, é que a cultura se estabelece ganhando visibilidade.

Seguindo as idéias de Aguirre (2000, p. 48), entendemos que na concepção de cultura é importante considerar, "el proceso de adquisición cultural (Bildung[4], educación, enculturación), la cultura adjetiva (el hombre, el pueblo, etc., ‹‹cultivados››), y la cultura objetiva (los elementos culturales que componen la cultura de un pueblo, de un grupo, etc)".

A partir dessa visão é possível compreender que a concepção de cultura está diretamente relacionada ao processo histórico humano, seja com relação a um grupo social, um país ou uma região. E isso implica conhecer, também, o que o autor chama de cultura adjetiva, ou seja, o homem, o povoado, bem como a cultura objetiva, isto é, o conjunto de elementos culturais que fazem parte da cultura adjetiva.

Assim, de acordo com a concepção da psicologia sociocultural, a cultura é um

> sistema de conocimiento que nos proporciona un modelo realidad, a través del cual damos sentido a nuestro comportamiento. Este sistema está formado por un conjunto de elementos interactivos fundamentales, generados y compartidos por el grupo al cual identifican, por lo que son transmitidos a los nuevos miembros, siendo eficaces en la resolución de los problemas. (AGUIRRE, 2000, p. 48).

[4] Palavra do idioma alemão que traduzida para o português significa formação.

Ou seja, trata-se de uma visão não muito distinta da concepção antropológica, senão bastante relacionada. Ambas valorizam o aspecto histórico, a capacidade de transmissão dos conhecimentos adquiridos e o conjunto de elementos interativos gerados e compartilhados por determinados grupos culturais. A Psicologia valoriza mais o aspecto comportamental, já a Antropologia considera principalmente o aspecto etnográfico, embora também considere o comportamento.

Na visão sociopsicológica, cada cultura produz um modelo-realidade das coisas, através do qual se pode interpretar a vida, o trabalho, a festa, a morte, isto é, tudo o que envolve o comportamento humano. Portanto, a esse modelo-realidade podemos dar o nome de cultura, de modo que nos torna inteligíveis, diferenciando-nos dos demais seres, dando também significado e sentido ao nosso comportamento coletivo, bem como individual dentro do grupo do qual fazemos parte, seja isso através das crenças, das linguagens, dos valores, seja através da produção que a nossa inteligência é capaz de gerar e materializar. Produção essa, entendida na ampla acepção do termo, que também tem a ver principalmente com a capacidade de criar e inventar.

Diante do exposto, observamos que a cultura surge com e a partir da interação do grupo social. Logo, a função básica da cultura é identificá-lo, pois a cultura demonstra evidentemente a forma de ser do grupo, em seus caracteres mais adjetivos e objetivos, específicos e peculiares, diferenciando-o dos demais.

Analisaremos, portanto, a cultura enquanto um conjunto de relações socioterritoriais que passam necessariamente pelo processo histórico-social, evidenciada em objetos, símbolos e relações da vida cotidiana, isto é, do espaço vivido das pessoas. Esta também se relaciona com o sistema de conhecimentos e crenças, fatores psicológicos, objetivos e subjetivos[5], que

[5] Os fatores subjetivos de que trata o texto estão relacionados à idéia da "subjetividade" que guarda relação com o sujeito que, na linguagem da filosofia hegeliana do século XVII, diz respeito ao indivíduo, "el yo, en tanto en cuanto que se relaciona con lo dado, en toda su extensión y de forma tanto cognoscitiva como activa, como objeto, esto es, lo hace materia del conocimiento o se lo apropia y transforma prácticamente. La subjetividad es,

resultam de relações materiais e imateriais expressas no espaço, influenciando e deixando-se influenciar no conjunto dessas relações.

A partir dessa concepção, investigaremos a cultura enquanto instrumento e meio de manipulação e controle social, isto é, enquanto respaldo para a dominação política por parte de alguns agentes e grupos, face ao universo populacional regional. Para isso, trabalharemos principalmente na linha de discussão de Geertz (1989) e Bourdieu (2005).

Embora dedique poucos estudos aos processos sociopolíticos engendrados no interior da sociedade, Geertz entende a cultura como um mecanismo de controle do comportamento social. Já Bourdieu a discute no âmbito do espaço social da diferenciação, portanto, relaciona-a ao conjunto de relações sociais e políticas, que ele prefere chamar de relações simbólicas, ou seja, nessa visão a cultura aparece mesmo como um instrumento de dominação social e política.

Para Bourdieu (2005, p. 144), "o mundo social, por meio sobretudo das propriedades e das suas distribuições, tem acesso, na própria objectividade, ao estatuto de sistema simbólico que, à maneira de um sistema de fonemas, se organiza segundo a lógica da diferença, do desvio diferencial, constituído assim em distinção significante". Ou seja, o mundo social se constitui e se circunscreve a partir da lógica da propriedade relacionado ao sistema de símbolos.

Abordaremos primeiro o aspecto cultural, por meio da cultura material e imaterial e seu sistema de relações simbólicas para, posteriormente, discutirmos as relações, o espaço e o palco da política regional.

Afinal, em que consiste a cultura material? Na ampla acepção do termo, a cultura está intimamente relacionada à atividade mental do homem, correspondendo a tudo aquilo que recebemos, herdamos e recriamos da/na e para a sociedade em que vivemos. Logo, a cultura

---

así, el sujeto en todo aquello que constituye su ser en sí y para sí en sus disposiciones naturales, sus capacidades, en el sentir, el querer, el pensar, en la nostalgia, el amor, el sufrimiento y la fe". (RITTER, 1986, p. 10).

material é tudo aquilo que o homem cria ou concebe e que lhe é útil, além de geralmente indispensável no seu cotidiano. A cultura material normalmente é obtida no próprio meio que o envolve (NOGUEIRA, 2002). Uma das formas de representação dessa cultura está nos objetos que servem como utensílios.

De acordo com Nogueira (2002), um objeto não é apenas textura, cor, matéria-prima, função e forma, é muito mais que isso, é mais história, contexto cultural, emoção, experiência sensorial e comunicação corporal. Os objetos ou artefatos são manifestações das nossas identidades, são capazes de vencer as barreiras temporais e espaciais, pois,

> vencem o tempo e a idade, porque perduram para além da sua época. Vencem espaços e distâncias, porque viajam para além das suas fronteiras originárias. Desde tempos imemoriais que o homem tem uma ligação profunda com os utensílios e os objetos que cria e recria para satisfazer as suas necessidades. Qualquer objeto – por mais rude ou singelo que seja –, é fruto de criação intelectual e do trabalho criativo do ser humano. (NOGUEIRA, 2002, p. 141).

Os artefatos podem ser a maior evidência da diferenciação cultural e identitária, podem apresentar uma carga simbólica agregada e terem um papel utilitário muito forte, mas apresentam, também, uma função ideológica da sua sociedade numa relação espaço-temporal. Mas a cultura material resulta do imaterial, isto é, da capacidade humana de pensar, refletir, raciocinar e construir representações mentais e sociais complexas. Nesse sentido, o historiador Arthur Soffiati (2006, p.1) nos adverte que "a emergência da cultura material nos hominídeos não ocorreu necessária e simultaneamente com a cultura imaterial. Todavia, é a partir dela que podemos inferir a capacidade deste grupo zoológico para construir representações mentais e sociais complexas". Para esse autor,

> a cultura material testemunha os passos do desenvolvimento anatômico-sociocultural de cada espécie hominídea, enfim, de sua cultura imaterial. Dependendo da matéria empregada em sua produção, tais manifestações tangíveis podem desaparecer pela ação de vários fatores ou resistir ao tempo, chegando até nosso conhecimento. (SOFFIATI, 2006, p. 1-2).

Para esse autor, tanto a cultura material quanto a cultura imaterial devem ser preservadas e protegidas por parte do Estado, para que não cheguemos ao ponto de ter sociedades desprovidas de história. Mas, um dos maiores desafios que se apresenta, nesse

sentido, diz respeito à dificuldade de preservação por parte dos próprios agentes que a vivem. Muitas vezes, a preocupação é muito maior por parte dos estudiosos da cultura do que dos seus próprios agentes.

Na região do Seridó, a cultura material reflete a capacidade criativa e inventiva do homem seridoense, isto é, seu arcabouço cultural imaterial. Daí a importância em analisarmos se existe uma cultura seridoense e, se existe, como essa se constitui, se estabelece, se mantém e se reproduz.

1.2. O Sertão do Seridó em sua dimensão sociocultural: existe uma cultura e uma identidade seridoense?

Os estudos sobre cultura mostram que é possível, sim, identificar e estudar grupos mais reduzidos e específicos da sociedade; logo, é possível analisar e caracterizar culturas de grupos menores e restritos. Sobre esse assunto, Horacio Capel (1987) destaca a aceitação dessa idéia entre os geógrafos, citando os exemplos das comunidades "menomitas norteamericanas", incluídas dentro do vasto território americano anglo-saxônico, e das comunidades ciganas, existentes na Europa central e ocidental, por exemplo, no território espanhol. Portanto, se é possível identificar e estudar a cultura de grupos como esses, também é possível analisar e caracterizar determinadas culturas regionais ou locais.

O sertão do Seridó se caracteriza, estadual, regional e até nacionalmente, como um espaço de diferenciação em termos de simbologias, valores e práticas culturais. Trata-se de uma região que não dispõe de um idioma próprio, mas dispõe de algumas expressões idiomáticas específicas e bastante peculiares. Além do mais, trata-se de uma área geográfica onde sua população preserva até onde pode, os seus costumes e valores, práticas, saberes e crenças. São costumes relacionados ao trabalho, ao convívio social, portanto, às relações sociais, à religiosidade e à fé que, por sua vez, se constituem e se traduzem por meio de

práticas, hábitos e símbolos, muitos deles dogmatizados e sacralizados que se reproduzem e se mantêm de geração em geração por meio da cultura.

Nesse sentido, ao tratar da relação espaço e cultura e dos limites espaciais regionais, o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó, em seu primeiro volume, destaca que

> pela via dos determinantes da cultura, seu território sobrepassa os limites do espaço natural, passa a assumir uma configuração econômica e sociocultural, que lhe é específica. O peso dessa região é extremamente forte, pois o cidadão que nasce no Seridó do Rio Grande do Norte, antes de ser potiguar, é *seridoense.* (PDSS, 2000, p. 30-31)

Já o Plano de Turismo Sustentável do Seridó, elaborado pelo SEBRAE, discute a cultura e a identidade regional reafirmando e reconhecendo a recorrência do discurso regionalista em vários níveis, imprimindo visibilidade à região, geralmente, associada a certos padrões de identidade. Sob essa ótica, a "identidade regional existe por uma construção histórica que, convivendo com o poder, se entranhou e se emaranhou na memória social, ao longo dos séculos de ocupação humana". (SEBRAE, 2004, p. 13). Seguindo essa linha de raciocínio, há de se reconhecer que

> embora as características do seridoense sejam formadas por inúmeras facetas, entrelaçadas, é possível detectar alguns traços distintivos de sua feição regionalista, isolando características de maior realce na formação da identidade regional seridoense. Elas estão ancoradas, basicamente, em quatro instâncias: a religiosa, a política, a socioeconômica e a educacional. (SEBRAE, 2004, p. 13).

É assim que vai se forjando, constituindo-se e reconhecendo-se uma cultura e uma identidade seridoense. As quatro instâncias acima mencionadas serão discutidas e analisadas nas partes seguintes deste trabalho.

Em seu texto "(De)Marcando o espaço, escrevendo marcas", Medeiros Neta (2006) elenca uma série de autores e obras que se constituem num rico acervo do discurso regionalista versando sobre a região do Seridó potiguar. Embora muitos outros (autores e obras) estejam de fora da análise, todos, sem exceção, dão visibilidade e dizibilidade à região, através das teias dos discursos, das identidades, identificações e diferenciações.

Desse modo, “o espaço territorial da região do Seridó é lido e produzido nos recortes dos atos de fala que na dimensão discursiva vem compor a espacialidade da escrita que é, enquanto espaço, estriada sob a coação de formas, que nela se exercem”. (MEDEIROS NETA, 2006, p.1).

Os discursos de cada autor, através de suas obras, embora imbuídos de interesses peculiares e de objetivos os mais diversos, evidenciam a multiplicidade de olhares sobre o Seridó, caracterizando-o como uma região ou até mesmo como um espaço de diferenciação em termos cultural e identitário.

Na obra *Identidade e diferença*, Kathryn Woodward (2000) defende que a identidade é relacional, marcada por meio de símbolos, pela diferença e, poderíamos acrescentar, por um conjunto de relações simbólicas. Ela é produto da experiência vivida e vivificada, enfim, das coisas e experiências da vida cotidiana. Nesse caso, a construção da identidade é tanto simbólica quanto social, e a luta para sua auto-afirmação normalmente possui causas e conseqüências materiais.

Mas, em nosso entendimento, pode também ter causas e conseqüências subjetivas, isto é, imateriais. Tomemos como base a definição de Silva (2000) ao analisar a produção social da identidade e da diferença. O autor mostra clara e objetivamente que

> a identidade é simplesmente aquilo que se é: sou brasileiro, sou negro, sou heterossexual, sou jovem, sou homem. A identidade assim concebida parece ser uma positividade (aquilo que sou), uma característica independente, um fato autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é auto-contida e auto-suficiente. Na mesma linha de raciocínio, também a diferença é concebida como uma entidade independente. Apenas, neste caso, em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: ela é italiana, ela é branca, ela é homossexual, ela é velha, ela é mulher. (SILVA, 2000, p. 74).

Portanto, nessa perspectiva, a identidade e a diferença aparecem como “auto-referenciadas”, como algo que remete a si próprias. Existe, assim, uma relação de interdependência entre ambas. Constatamos, portanto, que a identidade se constitui a partir da afirmação de um ser face à negação do outro, ou melhor, afirmação de si mesmo, mas, também, afirmação da “diferença” do outro. Ou seja, ao afirmar: sou seridoense, eu

simplesmente me considero como tal, mas também porque existem outros indivíduos que não são seridoenses, mas, caririenses, mineiros, paulistas, gaúchos e outros.

Mas, tanto a identidade quanto a diferença resultam de um processo de produção simbólica e discursiva. E assim ocorre com o Seridó em relação a sua cultura e identidade. São frutos do processo histórico de produção simbólica, e, também, da tessitura do discurso regionalista que posteriormente foi se impregnando nas pessoas e na sociedade regional, a ponto de esculpir uma identidade social regional visivelmente concebida, diferenciada e auto-reproduzida.

1.3. A Identidade: uma abordagem geo-histórica e socioantropológica

No debate sobre a identidade, há várias concepções conceituais – a identidade como história, narrativa e memória, a identidade como diferença, a identidade como processo de identificação, a identidade como construção social e a identidade como si mesmo (BAUER, 2004). A partir daí, podemos estabelecer uma tipologia de análise na qual aparecem três concepções-chave: a identidade cultural, a identidade pessoal ou individual e a identidade social.

A identidade cultural está relacionada à idéia de etnia "proveniente del aislamiento geográfico e histórico", construída desde a unidade-unicidade da cultura própria, como por exemplo, os povos primitivos. Estas, só têm, ou só propugnam "una única cultura definitoria de cada pueblo geograficamente aislado, cuya historia (de identidad) es, solo intrahistoria". (AGUIRRE, 2000, p. 74). Para esse autor, na etnia o principal indicador de identidade é o aspecto geográfico, a partir do etnoterritório e da demografia, junto a outros indicadores intra-históricos como a língua, a religião e a própria história.

Os estudos sobre identidade também nos advertem sobre as confusões conceituais feitas na academia, por exemplo, entre etnia e etnicidade relacionadas à identidade cultural,

pois esta pode estar relacionada à etnicidade, quando provém da "autoadscripción" de um ou de vários grupos. Isso permite ao indivíduo construir o que Aguirre (2000) defende como "una membrana psicológica de identidad", um isolamento psicológico por "autoadscripción" numa realidade urbana plural e mestiça. Dessa forma, um mesmo indivíduo pode pertencer a vários grupos culturais, vivenciando várias culturas em posição de pluralismo, assimetria e variações culturais.

Assim, usando as palavras de Aguirre (2000, p. 74) para definir objetivamente a identidade cultural, entendemo-la como "una nuclearidad cultural que nos cohesiona y diferencia como grupo, y que nos otorga eficácia en la consecución de los objetivos (legitimantes) del grupo al que pertenecemos", levando em consideração a etnia e a etnicidade.

A identidade pessoal (ou individual) refere-se essencialmente à noção de "unicidade" do indivíduo como uma marca positiva implícita no mesmo. E, mesmo sabendo que muitos caracteres e fatos particulares de um indivíduo podem ser encontrados em outros, percebemos que "o conjunto completo de fatos conhecidos sobre uma pessoa íntima não se encontra combinado em nenhuma outra pessoa no mundo, sendo esse um recurso adicional para diferenciá-la positivamente de qualquer outra pessoa". (GOFFMAN, 1988, p. 66-67).

Portanto, a identidade pessoal pode ser entendida a partir das marcas positivas impressas no indivíduo, que também podem ser chamadas de apoio de identidade, e da "combinação única de itens da história de vida que são incorporados ao indivíduo com o auxílio desses apoios para a sua identidade". (GOFFMAN, 1988, p. 67). Tais idéias podem estar relacionadas a fatores como: atributos biológicos imutáveis, a caligrafia, a aparência comprovada através de fotos, ou, a um registro de nascimento, ao próprio nome e a carteira de identidade. Numa linha mais filosófica, a discussão ontológica também possibilita uma ampla abordagem acerca da identidade pessoal, mas não é o nosso objetivo nessa análise.

Aqui nos interessa especialmente a abordagem sobre identidade social, por estar diretamente relacionada ao nosso objeto de investigação. Portanto, analisaremos a identidade no sentido de "pertencimento", por parte de indivíduos e de grupo a um determinado espaço, região ou lugar. Seguiremos, assim, a idéia de Dubbar (2002, p. 15) que afirma ser a identidade social "ante todo un sinónimo de categoria de pertenencia", isto é, pertença, pertencimento. Relacionaremos esta concepção à idéia da diferença, discutida anteriormente, e que voltará a ser abordada posteriormente.

Reforçando as idéias de Dubbar (2002), Morales (1999) defende que a célebre Teoria da Identidade Social tem ganhado proeminência no âmbito das ciências humanas, vinculando a noção de identidade social a idéia de pertencimento de grupo, o qual há de possuir, a seu modo, três características básicas: em primeiro lugar, uma percepção por parte da pessoa, de que ela pertence a um grupo, em segundo lugar, a consciência de que o pertencimento a esse grupo recebe uma avaliação social de certa intensidade, seja ela positiva ou negativa. Por último, existe "un cierto tipo de afecto asociado a la conciencia de la pertenencia grupal"; logo, trata-se de um vínculo que permite a união da pessoa com o grupo. (MORALES, 1999, p. 81).

Retomando a discussão sociológica acerca da identidade é possível observar em Castells (2000) três formas diferentes de abordá-la e identificá-la: a *identidade legitimadora*, a qual é concebida essencialmente num contexto de relações de poder, quando agentes dominantes a concebem com o intuito de expandir e racionalizar seu poder de dominação face aos demais atores e agentes sociais; a *identidade enquanto forma de resistência*, isto é, concebida por atores sociais contrários ao contexto de dominação social atual, os quais criam resistências baseadas em princípios opostos e contrários ao sistema social vigente; e a *identidade de projeto,* através da qual atores sociais, fazendo uso da comunicação, concebem uma nova identidade no sentido de redefinir seu papel na sociedade.

Diante dessa visão político-sociológica, percebemos que a identidade é a principal fonte de significado e experiência de uma determinada sociedade. E seus atributos culturais inter-relacionados são fundamentais para que se possa identificá-la e diferenciá-la das demais. Assim, conforme afirma Castells (2000), a construção da identidade depende necessariamente da matéria-prima proveniente da cultura.

Diante do exposto, é importante considerar que intentamos dialogar com as diferentes concepções sobre cultura e identidade, buscando aproximar as diferentes visões e os diferentes conceitos, os quais, em nosso entendimento, convergem para uma mesma concepção, embora cada um com seu viés discursivo-interpretativo. Por isso, não indicamos, tampouco defendemos uma ou outra concepção como a mais apropriada ou congruente. Destacamos sim, que todas têm sua importância e relevância no amplo debate sobre esses temas. Assim, basear-nos-emos nas distintas concepções acima mencionadas, identificadas e analisadas, para explicarmos o nosso objeto de análise, que no final terá explícito o tipo de identidade ao qual estamos nos referindo.

1.4. As Representações simbólicas no Sertão do Seridó: identidade e diferença

A partir da identificação de um grupo social por meio da cultura surge a noção/concepção de identidade, a qual dá visibilidade ao mesmo. O tema da identidade "es fundamental, porque toda crisis de identidad es, en el fondo, uma crisis ontológica, de ser o no ser[...] sin identidad, no hay ser, no hay personalidad individual o grupal, no hay permanencia en el cambio". (AGUIRRE, 2000, p. 72-73). Assim, é quase inconcebível a existência de um grupo sem cultura.

No livro *O Poder da Identidade* (2000), Manuel Castells cita alguns exemplos de identidades socioterritoriais específicas, que não necessariamente estão ligadas à identidade de um país, mas de uma região ou nação. É o caso, por exemplo, da Catalunha que, na visão

do autor, constitui-se numa "Nação sem Estado" dentro do território espanhol. A identidade catalã aparece muito forte e visivelmente revelada no interior da sociedade espanhola, pois se trata de uma identidade que se mantém arraigada às suas origens e tradições, costumes e valores culturais, comerciais e lingüísticos.

Conforme discutido, esse grupo social está representado num universo populacional de uma dada região, ou seja, num grupo de população que compartilha conhecimentos, valores, saberes, técnicas, costumes e crenças, num contexto de relações socioculturais regionais interativas. Abordaremos aqui a concepção de identidade no sentido de "identificar" o (ser)idoense.

Portanto, estamos trabalhando com a concepção de identidade socioterritorial relacionada à região do Seridó Potiguar, numa perspectiva histórico-geográfica e socioantropológica.

Partindo de uma análise depreendida do texto "Região, Sertão, Nação" de Janaína Amado (1995), podemos afirmar que o Sertão, conhecido até mesmo antes da chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil, permanece vivo no imaginário da sociedade brasileira, materializando-se em todo o país, sobressaindo como uma das mais relevantes categorias espaciais. Para essa autora, no imaginário nordestino, a idéia de Sertão é tão forte, "tão crucial, tão prenhe de significados, que, sem ele, a própria noção de Nordeste se esvazia, carente de um de seus referenciais essenciais". (AMADO, 1995, p. 145).

Várias versões, noções e estereótipos existem sobre esse espaço de diferenciação. Espaço de estórias e contos, de interpretações e cronologias as mais diversas, mas de uma riqueza cultural forte e distinta, embora nem sempre visto, lido ou compreendido como um espaço, que, *per si,* se traduz por meio de uma identidade e de uma cultura peculiar, assim como tantos outros espaços ou regiões do mundo.

Assim, com relação ao Seridó, podemos afirmar que a situação não difere muito do exposto. No imaginário seridoense, falar de Sertão ou até mesmo de Nordeste ou de Rio Grande do Norte é essencial que se faça referência à região, ora pela gama de significados e símbolos que apresenta, ora pela concepção de lugar incutida nos indivíduos que daí são originários. Aqui nos referimos ao lugar enquanto categoria espacial concebida a partir da noção/idéia de pertencimento a um determinado espaço ou sociedade. Ou seja, a identidade sob essa ótica se forja a partir da interação do indivíduo com a sociedade, e, no caso do Seridó, com um espaço físico. Nesse caso, o sujeito "tem um núcleo ou essência interior que é o eu real, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores e as identidades que esses mundos oferecem". (HALL, 2005, p. 11). Diante dessa concepção sociológica a identidade

> preenche o espaço entre o "interior" e o "exterior" – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a "nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os "parte de nós", contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, "sutura") o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis. (HALL, 2005, p. 11-12).

Percebemos, então, que a identidade nos une e nos vincula impreterivelmente ao lugar, através de sentimentos subjetivos e objetivos. Portanto, há também fatores subjetivos que levam à constituição de uma dada cultura ou identidade. Daí a necessidade de trabalharmos com o conceito de subjetividade, haja vista estarmos discutindo a identidade relacionada à idéia de pertencimento.

De acordo com Woodward (2000, p. 55), existe uma certa sobreposição entre esses dois termos, pois a subjetividade sugere uma compreensão acerca de nós mesmos, e isso envolve pensamentos e emoções conscientes e inconscientes "que constituem nossas concepções sobre quem nós somos". Trata-se de pensamentos e sentimentos mais pessoais, embora sujeitos ao discurso e à estrutura social a qual pertencemos.

A subjetividade inclui “dimensões inconscientes do eu”, podendo ser tanto racional quanto irracional. Por meio desse conceito é possível explorar os “sentimentos que estão envolvidos no processo de produção da identidade e do investimento pessoal que fazemos em posições específicas de identidade. Ele nos permite explicar as razões pelas quais nós nos apegamos a identidades particulares”. (WOODWARD, 2000, p. 55-56).

Nesse sentido, discutiremos a identidade a partir das representações simbólicas que marcam a diferença e atribuem significado às relações sociais e à cultura seridoense. Essa análise será pautada numa relação homem-natureza, investigando como o ser que aí vive se identifica com o meio físico-natural e seus múltiplos elementos, aí estabelecendo e reproduzindo valores e crenças relacionados a uma multiplicidade de fenômenos da natureza; observaremos ainda como o sertanejo interpreta e lê a altimetria regional, isto é, como o sertanejo da serra vê a si próprio e ao sertanejo “lá de baixo” e vice-versa.

A religiosidade sertaneja é outra representação simbólica importante de ser analisada. Nesse campo, ora se fundem, ora se contrapõem, as noções de sagrado e profano, traduzidas e evidenciadas por meio de celebrações religiosas devocionais e de festas, sagradas e/ou profanas. De certa forma, é isso que mantém, reproduz e legitima o espaço das crenças e das “experiências”.

Outras representações serão analisadas, como a relevância e importância da atividade pastoril na constituição da cultura regional, seja por meio do artesanato do couro, do valor simbólico e representativo do leite, seja por meio de festas, como a vaquejada ou outras tradições, por exemplo, culinárias e alimentares. Tudo isso chega a confirmar e a reforçar a noção de identidade e diferença que resulta de uma cultura regional constituída e representativa.

1.4.1. O sertão, a caatinga e a serra: o Seridó enquanto espaço vivido e experienciado

Uma das maiores expressões da paisagem sertaneja e do seu meio físico-natural reflete-se no amálgama e nos contornos sob o domínio do bioma caatinga. Vegetação de xerofitismo acentuado, de variedade abundante de plantas rarefeitas, cactáceas e outras espécies com forte capacidade de armazenamento de água, durante os períodos longos de estiagem, a caatinga esconde um elevado potencial de espécies na sua fauna e flora.

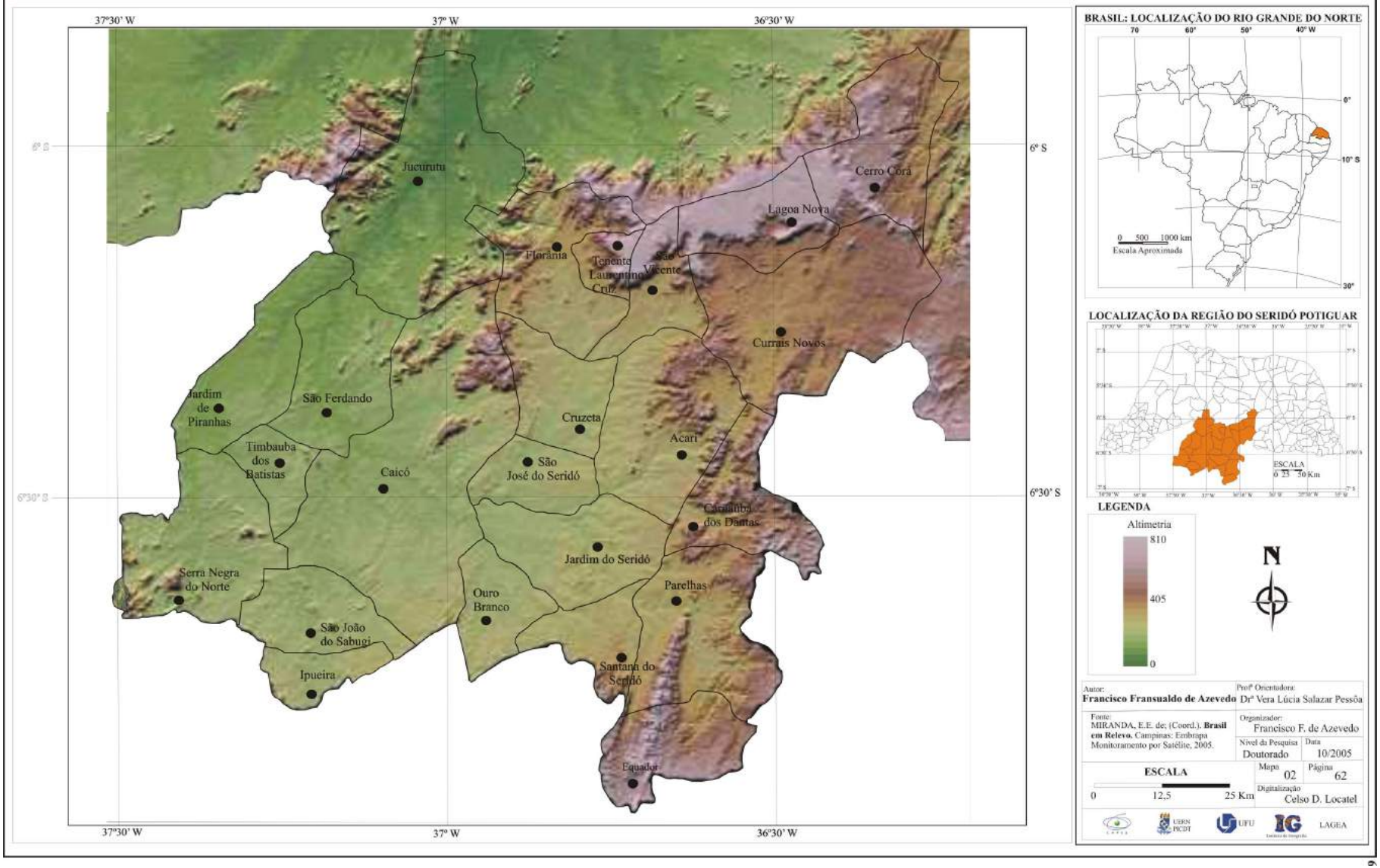
Às vezes, parece que assim como os seres vivos, dos reinos animal e vegetal, apresentam forte poder de resistência aos rigores climáticos desse espaço, assim também o homem sertanejo resiste, até certo ponto, aos rigores edafoclimáticos, adaptando-se ao meio natural que aí, às vezes, parece hostil. Em termos proporcionais, a região é considerada como uma das áreas mais populosa do mundo quando relacionada a regiões de condições climáticas semelhantes.

Mas, há algumas distinções espaciais no imaginário das pessoas que habitam essa região. Existe o sertão e o sertanejo dos e para os que vivem nas áreas serranas, mas existe o sertão dos e para os que habitam áreas não-serranas. Nesse caso, estamos nos referindo ao sertão de altemetria baixa – para além da serra. Conforme os moradores das áreas de serras, "depois daqui" – da serra – "tudo é sertão" e o homem que aí vive é "sertanejo".

Logo, há uma distinção cultural entre o sertanejo serrano ou "serrista" como este é chamado – que corresponde àquele dos chapadões e escarpas, ou, das "chãs da serras" como é mais conhecida essa área na região –, e o sertanejo do "sertão", das áreas mais baixas da depressão sertaneja (Mapa 2).

Título:

SERIDÓ POTIGUAR: Relevo



Em termos edafoclimáticos, as áreas de chapadões de serra apresentam condições bastante diferenciadas, com uma maior proporção de solos férteis, normalmente arenosos, e temperaturas mais amenas, principalmente à noite, o que favorece, dentre outras coisas, o desenvolvimento de culturas e práticas agrícolas diferenciadas em relação à depressão sertaneja.

Nessa área, é comum a produção de uma rica variedade de frutas tropicais como pinha, manga, caju, jaca, graviola, goiaba, dentre outras, além de outros tipos de cultivos, como de mandioca[6], macaxeira, inhame, sisal e forrageiras, a exemplo da palma e do capim elefante, que servem como suporte alimentar à pecuária.

A maior parte da produção de frutas gerada nessas áreas serranas é comercializada principalmente na região, e, também, em outras áreas do Estado e do Nordeste, a exemplo do caju que é comercializado junto a grandes complexos agroindustriais como a Palmeiron e a Maguary.

A altitude média dos municípios serranos seridoenses, a exemplo de Tenente Laurentino Cruz, atinge aproximadamente 700 m acima do nível do mar, constituindo-se numa das áreas mais elevadas do estado. Trata-se de uma estrutura de relevo antigo, com rochas do período pré-cambriano, onde abundam granito e outros tipos de rochas ricas em ferro e sheelita, por exemplo.

Os solos predominantes sobre essa área da "chã da serra" são tipicamente arenosos, constituídos de areia quartzosa, latossolos com coloração vermelho-amarela e regossolos, apresentando, em sua espessura e profundidade, uma boa capacidade de absorção d'água. Tais condições, associadas ao micro-clima que lhes é peculiar, favorecem a prática agrícola anteriormente citada.

---

[6] No Rio Grande do Norte, a mandioca é uma espécie euforbiácea (Manihot utilíssima), venenosa quando colhida ou *in natura,* mas, depois de beneficiada pode gerar diversos alimentos, a exemplo da farinha, goma fresca da qual se faz tapioca, carimã, beiju, bolo entre outros alimentos da culinária regional. Nesse espaço a mandioca difere da macaxeira. Vale lembrar que a macaxeira é uma das espécies dessa euforbiácea, porém, não é venenosa, sendo usada na região mais na forma cozida ou frita.

A partir das informações contidas no mapa, é possível perceber ainda o nível de influência da estrutura de relevo sobre o cotidiano das pessoas, ou melhor, sobre o espaço vivido dos seridoenses serristas.

No Seridó, o espaço geográfico da Serra de Santana apresenta forte representatividade regional, tanto em termos de área territorial, quanto em relação ao contingente populacional residente nessas plagas. São cinco os municípios seridoenses que têm seus limites contornados e/ou situados, total ou parcialmente nessa serra: Florânia, Tenente Laurentino Cruz, São Vicente, Lagoa Nova e Cerro Corá. Do contingente populacional abrangido por esses municípios, estima-se que a maior parte vive na área serrana propriamente dita, especialmente a população dos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova e Cerro Corá, cujas sedes municipais, e boa parte dos seus territórios, estão assentados sobre essa Serra. Significa dizer que, aproximadamente, trinta mil seridoenses vivem na Serra de Santana. Devido à área apresentar características naturais bastante específicas e distintas da maior parte da região, em 1988 o IBGE resolveu criar a Microrregião de Serra de Santana, desintegrando do Seridó os municípios acima. Entretanto, é possível perceber que não somente na história, mas também na memória e na cultura do povo que habita essa área permanecem traços e valores essenciais da cultura, portanto, da sociedade regional seridoense.

O domínio de vegetação predominante nesse espaço, embora fortemente associado ao bioma caatinga, constitui-se também em floresta de serras, apresentando certas particularidades. Trata-se de uma vegetação composta por espécies de grande porte, embora atualmente a prática agrícola tenha deixado apenas resquícios e algumas árvores-testemunho do que foi um dia esse domínio de vegetação na região. Das espécies mais comuns nessa área sobressaem: o angico (*Anadenanthera colubrina*), a jurema preta (*Mimosa tenuiflora*), a jurema branca (*Mimosa sp.*), o pau-d'arco roxo (ipê roxo) (*Tabebuia empetiginosa*), o jatobá

(jataí ou jutaí) (*Hymenaea courbaril*), o pitiá (*Aspidosperma*), o pau doía *(Copaifera sp.)* entre outras espécies.

Nas demais áreas da caatinga sertaneja seridoense, várias dessas espécies também aparecem em maior ou menor número. Exemplo disso é o angico, a jurema e o pau-d'arco. Dentre outras centenas de espécies vegetais possíveis de serem encontradas na vegetação caatingueira regional – no sertão ou na serra –, merecem destaque algumas que são mais recorrentes na paisagem e, geralmente, diversamente úteis no cotidiano sertanejo seridoense, seja no fornecimento da madeira para a construção civil, fabricação de móveis, objetos e utensílios domésticos, imagens de santos, artesanatos e outros fins, seja no que constitui a farmacologia popular da região, onde muitas dessas espécies são consideradas medicinais e, popularmente, costumam apresentar alto poder curativo de várias moléstias e doenças (Quadro 1).

Vale frisar que, em alguns casos, determinadas espécies de plantas podem ser encontradas com facilidade na região, porém não dizem respeito propriamente à vegetação de caatinga nativa, mas a espécies vegetais de outros domínios paisagísticos, como é o caso da algarobeira, além de outras espécies que foram introduzidas na caatinga, as quais trouxeram benefícios, mas, também, prejuízos e malefícios ao equilíbrio desse ecossistema. O caso da algarobeira é bastante complexo e polêmico. A mesma foi trazida do Peru e introduzida no Nordeste brasileiro há cerca de meio século.

As informações do quadro evidenciam a relação homem-natureza ao considerar a caatinga em seus potenciais farmacológico, energético e alimentar, como também, econômico. São várias as formas de empregabilidade e utilidade dos recursos vegetais da caatinga no cotidiano sertanejo. São saberes e valores que, embora afetados por um novo modo de consumo, ainda persistem e resistem, até certo ponto, às mudanças trazidas pelos "novos tempos".

Espécie vegetal	Nome Científico	Utilidade
Algarobeira	Prosopis juliflora	Madeira utilizada na geração de estacas e mourões para as cercas, currais e cercados das propriedades sertanejas, além de servir como combustível através da lenha utilizada nas indústrias cerâmicas, panificadoras, torrefadores e beneficiadores de café, etc. A vagem (algaroba) constitui-se numa rica fonte alimentar animal, por ser adocicada e rica em vitaminas.
Angico	*Anadenanthera sp.*	Utilizada em tabuados, vigamentos (não recomendado para obras externas), serve também para fabricar tacos, vários trabalhos de marcenaria e confecção de móveis finos. Proporciona belos efeitos nesse tipo de móvel devido às raias escuras e vermelhas de seu cerne. A espessura da casca apresenta 32% de tanino fortemente usado nos curtumes.
Aroeira	*Myracroduon urundeuva Allemão*	Madeira utilizada na construção civil através da geração de esteios, dormentes, vigamentos, postes, etc. A casca e a folha podem ser utilizadas com poder curativo de várias doenças, entre elas dos aparelhos respiratório e urinário. A folhagem madura pode servir como alimento animal.
Braúna ou Baraúna	*Schinopsis brasiliensis*	Embora em processo de extinção na região se constitui numa leguminosa de grande porte, cuja madeira tem boa aplicação na construção civil.
Caatingueira	*Caesalpinia pyramidalis*	Madeira utilizada como lenha nas cerâmicas e para fazer carvão e estacas. Nos primeiros sinais de umidade, seu caule solta gemas (resinas que muitas vezes são sorvidas pelos sertanejos como se fossem bala comestível por apresentar sabor adocicado). Para o sertanejo a aparição da resina é sinal de que vai chover. Suas folhas, casca e flores podem ser utilizadas em chás podendo servir no tratamento de infecções catarrais, diarréias e disenterias. Trata-se de uma planta caracteristicamente nativa do bioma caatinga.
Cajaraneira	*Spondias spp*	Fruto (cajarana) semelhante ao umbu (imbu), suave diferença na cor, no sabor e no tamanho, também comestível ao natural e em sucos ou refrescos.
Capim santo ou (capim – cidrão, cidreira,, cheiroso, etc.)	*Cymbopogon citratus*	Embora usado para vários fins no Brasil, no Sertão Potiguar é usado basicamente para chá ou infusão. Popularmente serve como: sedativo do sistema nervoso ou calmante, sudorífero, carminativo (liberar gases), analgésico, febrífugo, diurético, antipirético, emenagogo e anti-reumático. Registramos também seu uso no sentido de normalizar o funcionamento das vias respiratórias e do aparelho digestivo
Cirigüela	*Spondias purpurea*	Fruto (de mesmo nome) comestível e bastante apreciável em sucos e refrescos.
Craibeira (caraibeira ou caraúba)	*Tabebuia caraiba Bur.*	Madeira utilizada para gerar vigamentos de casas, cabos de ferramentas, cangalhas, mesas, etc.
Cumaru	*Coumarouna odorata*	Madeira bastante utilizada na confecção de portais e portas, bem como móveis domésticos por apresentar elasticidade, facilidade de ser trabalhada, além de ser refratária ao ataque de insetos como o cupim. A casca apresenta poder curativo sob diversas doenças, principalmente do aparelho digestivo e de algumas infecções. Tem poder curativo antispasmódicas e emenagogas. Já a infusão das cascas seguida de banho pode sanar dores reumáticas. Serve ainda como ungüento e vermífugo. Uso externo (compressa e banho) e interno (chás). Utiliza-se desde o caule (ramos), as folhas, cascas e raízes, ou seja, do cumaru aproveita-se tudo.

QUADRO 1 – Seridó Potiguar: Espécies vegetais encontradas na caatinga e respectivas empregabilidades[7]

Continua

[7] Boa parte das informações aqui apresentadas resultam de pesquisas e levantamentos feitos no site: <http://www.ufersa.edu.br/zoobotanico/vegetais/ind_vegetais.htm>, entre os dias 15 e 20/07/2006 associando aos depoimentos e comentários obtidos durante o trabalho de campo da tese.

Continuação

Espécie vegetal	Nome Científico	Utilidade
Faveleira[8]	*Cnidoscolus phyllacanthus*	Fruto (favela), cujas sementes são comestíveis. O látex encontrado em toda a planta pode ser utilizado como remédio através do bálsamo. A folhagem seca ou madura pode ser aproveitada para a alimentação animal.
Feijão brabo	*Capparis flexuosa L.*	De folhagem sempre verde, inclusive nos períodos longos de estiagem, é uma excelente ração animal, especialmente para caprinos e ovinos. O chá serve no tratamento de verrugas.
Imburana ou umburana	*Bursera leptophloeos* ou Burserácea	Em alguns casos constatou-se o consumo do fruto e do bálsamo verde-alourado oriundo do tronco (resina/terebintina). A madeira serve para fazer cortiças empregadas em tampas de garrafas de manteiga do sertão, mel de abelha, etc., como também é útil no processo de confecção de redes de pescar na sustentação das bordas da mesma.
Imbuzeiro ou umbuzeiro[9]	*Spondias tuberosa*	Fruto (imbu ou umbu) comestível ao natural e em forma de sucos ou refrescos. A folhagem é bastante apreciada por pequenos animais. No período chuvoso essa planta apresenta uma estrutura frondosa proporcionando uma rica sombra ao sertanejo.
Juazeiro[10]	*Zizyphus joazeiro*	Fruto (juá) bastante apreciável por animais (caprinos, ovinos) e pessoas. Utilização da casca do caule para o combate à caspa, antigamente também se utilizava na higienização dos dentes. Sua folhagem se constitui num rico alimento animal durante o período da seca.
Jucá ou Pau ferro	*Caesalpinia ferrea*	Espécie cuja madeira sobressai como uma das mais resistentes do sertão. Com essa madeira os índios outrora faziam tacapes, arma ou clava com que se defendiam os nativos dos seus inimigos. É uma madeira predileta para confecção de cacetes ou porretes (cacetetes) utilizados por vigilantes e como arma de proteção de alguns sertanejos. A entrecasca pode servir na cura de contusões e feridas, bem como no tratamento de tosse crônica (ou tosse braba) e asma. A folhagem é muito útil na alimentação do rebanho.
Jurema (branca e preta)	*Mimosa acutistipula* Benth	Juntamente com a catingueira se constitui numa das principais (típica) espécies vegetais da caatinga. É bastante utilizada por carvoeiros artesanais, sendo a espécie preferida pela qualidade do carvão que apresenta, como também, é a lenha preferida da mulher sertaneja que utiliza o fogão à lenha, ainda bastante comum na região. Através do gargarejo da água da entrecasca pode-se curar problemas de garganta e feridas.
Mororó	*Bauhinia forficata Linn*	Madeira utilizada na geração de estacas e lenha. O chá das folhas é usado como diurético e expectorante. A casca é utilizada no tratamento de diabetes .
Mufumbo branco	*Combretum leprosum*	Suas folhas e entrecasca podem servir para fazer chás, atuando como hemostáticas, sudoríficas e calmantes.

QUADRO 1 – Seridó Potiguar: Espécies vegetais encontradas na caatinga e respectivas empregabilidades

Continua

[8] Da semente da favela é possível gerar a fuba (ou fubá/farinha). Em seu preparo pode-se adicionar açúcar ou rapadura, batendo-se no pilão, depois se peneira gerando um alimento bastante saboroso, protéico e rico em sais minerais.

[9] Fruto que gera um típico e delicioso alimento sertanejo (a imbuzada ou umbuzada) feito à base da polpa do imbu cozido, leite in natura e açucar, rico em proteínas, vitaminas e sais minerais. Nesse processo, a polpa do imbu também pode ser substituída pela poupa da cajarana cozida, de preferência, antes da sua total maturação. O processo de cozimento diminui a acidez e o azedume do fruto, deixando-o cremoso e suavemente ácido.

[10] Um dos símbolos do sertão, o juazeiro, em sua simbologia e representatividade, é encontrado em várias músicas regionais nordestinas, como também em romances e obras literárias que retratam a vida e a cultura sertaneja no Nordeste. Sua sombra se constitui num agradável abrigo para pessoas e animais, especialmente no período das secas.

Conclusão

Espécie vegetal	Nome Científico	Utilidade
Mulungu	*Erythrina Mulungu*	O chá feito da casca pode servir como calmante. Sua madeira (bastante leve e porosa) quase não apresenta utilidade, salvo a utilização das partes de maior espessura para confecção de cavaletes, com os quais os sertanejos atravessam açudes e rios por ocasião das enchentes. Seus caroços podem servir na produção artesanal de colares, pulseiras e outros itens por apresentarem alta resistência e coloração vermelho-cintilante.
Oiticica	*Licania rigida* Benth	Madeira utilizada como lenha. Suas folhas, por serem bastante rígidas e coriáceas, servem para polir artefatos de chifre. Antes, até os idos dos anos 1980, o seu valor maior estava nas sementes ricas em óleo (60%), propício na produção de tintas e vernizes. Do óleo gerado do fruto, antigamente também fazia-se sabão artesanal.
Pereiro	*Aspidosperma pyrifolium*	É outra espécie típica da vegetação de caatinga. Sua madeira ainda é bastante utilizada nos trabalhos de marcenaria e carpintaria, principalmente para a confecção de cadeiras ou tamboretes.
Pinhão-bravo[11]	*Jatropha pohliana*	Espécie, cujo caule solta um leite viscoso que na tradição camponesa do sertão potiguar tem poder cicatrizante sobre cortes e feridas.
Quixabeira	*Bumelia sartorum*	Fruto adocicado (quixaba) apresenta leve semelhança com a jabuticaba (formato, coloração e sabor), às vezes, comestível por homens e animais. A madeira serve para a construção civil e marcenaria. Muito útil na confecção de cabos de ferramentas como enxadas, machados, foices, etc. Durante a estiagem a folhagem e os frutos servem como alimento para o gado. O chá feito das cascas pode servir como adstringente, tônico e antidiabético.
Tamarineira ou Tamarindeiro	*Tamarindus indica L*	A polpa do fruto (tamarina ou tamarindo) encerra aproximadamente 11% de ácidos (tartárico, cítrico, málico) e mais ou menos 21% de açúcares. É consumida crua, em sorvetes, refrescos e doces, bastante estimada pelas propriedades refrigerantes e laxativas, sendo aconselhada na prisão de ventre e hemorróidas. A madeira serve para fabricação de móveis e gera carvão de boa qualidade.
Trapiazeiro	*Crataeva tapia*	O fruto (trapiá) apresenta-se bastante cremoso sendo apreciável por pessoas e animais. Sua folhagem é utilizada como alimento animal
Umarizeiro ou marizeiro	*Geoffroea striata ou spinosa*	Fruto (umari ou mari), formato de uma amêndoa revestido por uma polpa macia amarelada quando maduro. Quando cozido se constitui num saboroso alimento do sertanejo. Sua folhagem serve de ração animal. Tanto os frutos cozidos quanto o chá dos brotos servem como antidiarréico.

QUADRO 1 – Seridó Potiguar: Espécies vegetais encontradas na caatinga e respectivas empregabilidades

Fonte: Pesquisa de Campo, 2005-2006 e coleta de informações no site da Universidade Federal Rural do Semi-Árido <http://www.ufersa.edu.br/zoobotanico/vegetais/ind_vegetais.htm>.

- Org. AZEVEDO, F. F. de (2006).

Das espécies vegetais citadas, praticamente todas as que têm capacidade de geração de lenha apresentam-se ameaçadas de extinção pela ação predatória de alguns "novos"

[11] Da mesma família dos Pinhões também aparece no sertão a espécie de Pinhão-manso ou Pinhão-roxo que na tradição camponesa, além de ter poder cicatrizante sobre feridas e cortes, serve também para proteger o entorno da casa de mal-olhado, raios (corisco ou faísca) e, cujas folhas são utilizadas pelas rezadeiras para benzerem pessoas, animais e plantas.

agentes econômicos alocados na região, a exemplo das indústrias de artefatos de cerâmicas vermelhas – telhas, tijolos e lajotas. Além das espécies caatingueiras, a algaroba também é usada como combustível nas indústrias de cerâmica, mas apresenta forte capacidade de reprodução.

Nos idos dos anos 1970/80 o plantio de algaroba foi fortemente incentivado em áreas de caatinga, o que levou ao extermínio maciço de algumas espécies nativas. Isso ainda ocorre, porque se trata de uma espécie vegetal que apresenta forte capacidade de proliferação e reprodução, bem como elevada capacidade de retenção e captação de água, por apresentar raízes bastante alongadas e superficiais. No trabalho de campo pudemos perceber situações em que as raízes dessa planta foram capazes de destruir estruturas de construções rurais em alvenaria, quando da busca por água contida em reservatórios como cisternas e tanques. Trata-se de uma espécie vegetal intrusa e extremamente invasiva, às vezes, hostil ao espaço sertanejo caatingueiro. Geralmente, ela se adapta muito bem em áreas mais úmidas, portanto, de solos mais férteis, desenvolvendo-se rapidamente.

Mas, essa espécie vegetal intrusa à caatinga não traz somente prejuízos e malefícios ao sertão e ao sertanejo, pois se trata de uma leguminosa que pode proporcionar, dentre outras coisas, os seguintes benefícios: utilização da madeira para a confecção de estacas e mourões, produção de carvão, fornecimento de lenha que serve como combustível para as indústrias cerâmicas, panificadoras etc., além de ser capaz de proporcionar alimentação animal através da vagem produzida em abundância.

Durante a realização do trabalho de campo constatamos a não adaptabilidade da população sertaneja aos produtos originários da algaroba[12], embora esta seja muito utilizada

[12] Nos idos dos anos 1980, quando a espécie foi introduzida na região, a EMATER tentou estimular a produção de alimentos gerados a partir da vagem de algaroba, o que não passou de tentativa. Tais alimentos correspondiam à farinha, fubá, mel e biscoitos. O mel e o biscoito tiveram relativa aceitação, ao menos no início, depois a vagem dessa planta passou a ser utilizada apenas como alimento animal.

na alimentação animal, constituindo-se numa fonte alimentar rica em nutrientes para o rebanho caprino, ovino e bovino.

Ao se referir à utilidade das espécies de árvores e plantas da caatinga no cotidiano sertanejo, Medeiros Filho (1984) reconhece uma ampla diversidade de usos, principalmente da madeira para: fabricação do mobiliário doméstico e do emadeiramento de habitações, confecção de porteiras de curral e jiquis[13], montagem de esquadrias, confecção de peças de madeira para casas de farinha, entre outras utilidades.

Das espécies de árvores mais utilizadas no passado, e, em alguns casos ainda no presente, destacam-se: a craibeira, a aroeira, o angico, a imburana, o pau d'arco, a timbaúba, a quixabeira, entre outras. Várias dessas espécies ainda são bastante úteis no cotidiano sertanejo a partir do que ainda se tem e se gera das mesmas, embora muitas delas estejam em processo de extinção. Dos móveis, objetos e utensílios domésticos feitos com madeira de árvores da caatinga eram ou são comuns: os cabos de enxadas, de foice, de machado e de outras ferramentas; além disso, fazem-se mesas, cadeiras, cantareiras, bancos de sentar, malas, caixões, que na antiguidade tinham diversas funções, dentre elas, lugar onde se guardava alimentos, prateleiras, além de uma infinidade de itens de uso doméstico, como colher de pau, pilão e conchas.

Isso reforça a afirmação de Macedo (2004), o qual entende que a diversidade florestal do Sertão seridoense se fazia presente nos espaços domésticos das fazendas da região através de uma rica variedade de madeiras de alto valor. Concordamos com o autor quando este defende que "a maioria dos ambientes domésticos das antigas fazendas e sítios do Seridó era simples, sem muita ostentação e requinte, excetuadas as habitações dos grandes latifundiários, coronéis e fazendeiros". (MACEDO, 2004, p. 13).

[13] Na cultura sertaneja, o jiqui corresponde a uma espécie de cancela, feita com armação de madeira (corredor), servido por porteiras nas duas extremidades, que serve para contenção de animais durante a vacinação ou momentos antes do animal ser solto na pista de corrida dos parques de vaquejada. Em algumas regiões o jiqui é denominado brete ou tronco, porém, no Seridó tais termos não são usuais.

Até porque, há muito pouco tempo (aproximadamente final do século XX) os autênticos e verdadeiros símbolos de poder da sociedade sertaneja correspondiam à terra e gado, sem que houvesse grandes preocupações com o conforto e o requinte dos espaços domésticos das fazendas, tampouco com os veículos e automóveis luxuosos de hoje. Até certo ponto tal realidade ainda se faz notar na região.

Além das espécies vegetais até aqui analisadas, a pesquisa empírica desenvolvida na região do Seridó revelou um uso acentuado de uma diversidade de outras plantas e ervas medicinais, que são utilizadas com poder curativo através de chás, compressas, infusões e lambedores[14]. Dos agentes da pesquisa (famílias e produtores), a maioria declarou o uso desses procedimentos no seu dia-a-dia ao ocorrer problemas de saúde na família, ou seja, mesmo as famílias, as quais normalmente vivem nas cidades, preservam essa prática cultural comum na região.

Assim, sobre a diversidade de outras espécies vegetais que servem como fármacos à medicina popular da região aparecem as seguintes variedades: alecrim, hortelã, macela, erva cidreira, manjericão, manjerona, arruda, flor de sabugo ou sabugueiro, quebra pedra, menstruz (mastruz ou mastruço), abacateiro (folha), canela, erva doce, louro, milho (cabelo), boldo, camomila, laranjeira (flor e folha), maracujá (folhas), goiabeira (broto), alho, limão, (folhas, fruto com casca), dentre outras variadas espécies[15].

Ao se referir à representatividade da medicina popular no sertão paraibano, Dantas (2003) no trabalho "Plantas Medicinais comercializadas no município de Campina Grande – PB" constatou mais de 170 espécies vegetais fitoterápicas vendidas e recomendadas por

---

[14] Na região o lambedor corresponde a uma espécie de xarope medicamentoso feito à base de plantas e ervas medicinais de vários tipos e para vários fins curativos. Geralmente se acrescenta somente açúcar ou rapadura ou mel de abelha aos vegetais (sejam as cascas, folhas, raízes, frutos ou galhos das plantas) deixando-os cozinhar em fogo brando por algumas horas. O extrato que sai dos vegetais somados ao açúcar forma o lambedor que serve como remédio no combate a uma diversidade de doenças ou moléstias.

[15] Quanto ao uso como remédio no tratamento de doenças, boa parte dessas espécies vegetais não tem reconhecimento científico ou comprovação de eficácia medicamentosa, embora sejam utilizadas na região há vários séculos, antes mesmo do processo colonizador, ou seja, muitas dessas eram utilizadas pela população indígena.

raizeiros locais. Depois de identificá-las quanto à origem, denominação popular e científica, e após investigar suas eficácias, o autor reconhece "que os elementos de correlação entre o conhecimento popular e o conhecimento científico são muito mais consistentes e que estes conhecimentos não são dicotômicos, mas, sim, representam olhares diversos sobre um mesmo objeto". (DANTAS, 2003, p. 3).

Com base nos compostos bioativos identificados e analisados, o autor afirma que aproximadamente 90% das plantas pesquisadas confirmam a indicação terapêutica dos raizeiros. O referido autor destaca que o potencial fitoterápico das plantas medicinais do Semi-Árido nordestino brasileiro é bastante elevado, porém, pouco conhecido, carecendo de pesquisas e incentivos nesse campo. Nesse sentido, "em relação à utilização de plantas medicinais pode-se afirmar que tanto o conhecimento popular como o conhecimento científico, podem levar a conhecimentos válidos". (DANTAS, 2003, p. 13).

Isso mostra que o saber tradicional também tem representatividade social no mundo contemporâneo e que, de certa forma, ambos os conhecimentos – o cientifico e o popular – não são, ou ao menos não deveriam ser, dicotômicos e auto-excludentes, mas, quando valorizados e associados, podem trazer vários benefícios à população, especialmente a mais carente de assistência, à saúde, à educação e aos recursos sociais e materiais em geral.

Isso mostra também a capacidade de reprodução dos saberes e crenças acumulados pela população brasileira; parte disso, herança dos nossos colonizadores, mas, boa parte, deixada principalmente pelos nossos antepassados indígenas, que tinham em seus espaços vividos, práticas, hábitos, valores, enfim, experiências, saberes e crenças com forte vinculação à natureza em seus múltiplos fenômenos.

Ao discutir o conhecimento popular em suas múltiplas facetas, Michel de Certeau (2005) o chama de "um saber não sabido", de "um conhecimento que não se conhece". Ou seja, saberes sobre os quais seus

> sujeitos não refletem. Dele dão testemunho sem poderem apropriar-se dele. São afinal os locatários e não os proprietários do seu próprio saber-fazer. A respeito deles não se pergunta se há saber (supõe-se que deva haver), mas este é sabido apenas por outros e não por seus portadores. Tal como o dos poetas ou pintores, o saber-fazer das práticas cotidianas não seria conhecido senão pelo intérprete que o esclarece no seu espelho discursivo, mas que não o possui tampouco. Portanto, não pertence a ninguém. Fica circulando entre a inconsciência dos praticantes e a reflexão dos não-praticantes, sem pertencer a nenhum. Trata-se de um saber anônimo e referencial, uma condição de possibilidade das práticas técnicas ou eruditas. (CERTEAU, 2005, p. 143).

Muitos sertanejos desconhecem o seu próprio potencial criativo e inventivo, o qual pode se constituir num instrumento básico de emancipação social. Isso pode ser percebido através do elevado número de objetos, produtos e itens, símbolos da cultura regional gerados artesanalmente, os quais fazem parte do cotidiano das pessoas, mas que apresentam baixo valor comercial e pouco conhecimento e reconhecimento, seja no nível da culinária e da alimentação, seja no nível do artesanato para decoração e/ou utilidades domésticas.

É possível perceber que o homem sertanejo seja ele, do "sertão" ou da serra, embora apresentando semelhanças e, algumas vezes particularidades em seus modos de vida e de ver o outro – o vizinho, da ou além-da-serra – traz em si uma cultura que se mescla e se funde com a natureza representada na caatinga, e com o saber-fazer tradicional, apesar de imbuída de novos elementos e valores da modernidade contemporânea.

1.4.2. As "experiências" e as crenças, a religião e a religiosidade no Sertão do Seridó

As práticas, valores e símbolos da cultura sertaneja até aqui discutidos e analisados se reproduzem e se propagam através das crenças, valores e experiências acumuladas e vividas secularmente por essa população. Ao discutir a cultura brasileira e o interior sertanejo, Ribeiro (2006, p. 307) discorre que aí se conformou um tipo peculiar de população, a qual apresenta uma "subcultura própria, a sertaneja", especializada no pastoreio, dispersa espacialmente, com vários traços característicos possíveis de serem identificados "no modo de vida, na organização da família, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folguedos

estacionais, na dieta, na culinária, na visão de mundo e numa religiosidade propensa ao messianismo".

Nesse último aspecto é possível encontrar sua explicação no credo religioso prevalecente no Brasil, especialmente no Nordeste, particularmente no Sertão do Seridó potiguar. Dos agentes envolvidos nesta pesquisa (produtores rurais e famílias assistidas pelos Programas Sociais), a maioria professa a religião católica e uma minoria professa outras religiões (protestantes ou espírita). Isso denota uma cultura regional marcada por valores associados a esse credo conforme discutiremos em outra parte deste trabalho.

A propensão ao messianismo religioso discutido por Ribeiro (2006) se evidencia também nos múltiplos personagens da história da religiosidade sertaneja, a exemplo de Antônio Conselheiro, Padre Cícero do Juazeiro, Frei Damião, dentre outras, dezenas ou, até, centenas de indivíduos que se consagraram popularmente no imaginário sertanejo como santos[16]. Muitos desses, consagraram-se regionalmente como verdadeiros mitos, "divinos santos", capazes de "obrar milagres", curar doentes, perdoar pecados, veniais ou "mortais", recomendar penitências, alertar para o futuro e, até mesmo, mudar o rumo dos fatos, inclusive, dos "tempos" e eventos da natureza, como por exemplo, a ocorrência ou ausência das chuvas.

Nietzsche, filósofo alemão, contemporâneo do século XIX, tratou acerca do asceticismo humano e da necessidade que o homem sente de crer em algo ou em alguém. O mesmo aponta que se nos reportarmos aos tempos em que a vida religiosa florescia vigorosamente nos "deparamos com uma convicção fundamental, que, atualmente, já não partilhamos e, por causa da qual, vemos diante de nós as portas da vida religiosa fechadas de

[16] É possível ainda identificar vários outros personagens desse enredo, pois de acordo com Araújo (2006, p. 141) "nos sertões nordestinos, nos limites dos séculos XIX e XX, os expoentes máximos desse catolicismo místico e popular foram 'Frei Caetano de Messina, 1843; padre Manuel José Fernandes, em 1848 e o capuchinho Frei Serafim de Catania, entre 1849 e 1853". Destacam-se também o "Padre Hermenegildo Herculano Vieira, José Antônio Pereira Ibiapina, o padre Ibiapina como foi mais conhecido, padre João Maria Cavalcanti – nascido no Seridó e ordenado no seminário de Fortaleza; seu busto em Natal, na praça de mesmo nome, ainda nos dias atuais, recebe visitas e ações votivas de seus devotos – e Frei Damião". Some-se a isso outros personagens ou grupos espirituais, muitos deles anônimos, como as almas dos vaqueiros, do purgatório, dos negros do rosário, alguns, inclusive, votivos através de irmandades como é o caso dos Negros do Rosário e da irmandade das almas. (Pesquisa de campo, 2005)

uma vez por todas, ela diz respeito à natureza e às relações com ela". (NIETSCHE, 2005, p 114-115). Ou seja, essa é, talvez, a origem primeira da crença humana em um ser superior, que antes não era necessariamente o sobrenatural, mas a própria natureza. Com o passar dos tempos, várias outras formas de culto, adoração, louvor e súplica foram surgindo, desde os elementos da natureza como o sol e a lua, a animais e plantas, imagens e objetos ou, até mesmo, um homem-Deus – Jesus Cristo ou outros seres quaisquer.

Para Nietsche (2005), isso ocorre por causa da "necessidade cristã de redenção" sentida pelo homem. Em nosso entendimento, o homem é um ser cuja índole, muitas vezes, é perversa, má e cruel, embora encontremos "espíritos evoluídos", seres compassivos e benevolentes. Para exemplificarmos a capacidade de iniqüidade e crueldade humanas basta olharmos a história das guerras ou, até mesmo, em nossa volta, pois, logo perceberemos os lastros de destruição, perseguição e atrocidades humanas. Por exemplo, um agente político qualquer, e no Brasil temos exemplos de sobra disso, mesmo sabendo que fazendo uso da corrupção fomentará e reproduzirá a fome, a mortalidade infantil, a morte por falta de um sistema de saúde aparelhado e adequado, porém, apesar disso, esse mesmo político continua agindo perversa e insensivelmente. O mesmo acontece com relação às guerras provocadas pelo homem que, aliás, não cessa de destruir povos há séculos. Enfim, são muitos os exemplos de perversidade e iniqüidade humana.

Para alguns filósofos, é por essa razão que o homem sentiu e sente até hoje a necessidade de redenção, remissão e perdão dos pecados e iniqüidades. Em crendo num ser supremo, iluminado e perfeito – Deus – o mesmo estabelece uma certa relação no sentido de tê-lo como modelo de perfeição, pureza e complacência a ser seguido. E, por causa disso, ao enxergar suas misérias, maldades e iniqüidades, sente-se, às vezes, envergonhado diante de tal exemplo. Ao se referir a esse reconhecimento humano das ações causadoras de vergonha e à possibilidade de um outro gênero de ações mais altruístas, cujo humano algumas vezes pensa

e deseja, Nietsche (2005) entende que infelizmente tudo isso não passa da linha do desejo, isto é, de inquietação, preocupação e medo dos castigos e

> conseqüências daquelas ações chamadas "más"; de modo que surge um profundo mal-estar, procurando-se com o olhar um médico, que consiga suprimir essa indisposição e todas as suas causas[...] Mas ele compara-se com um ente que é capaz apenas daquelas ações, a que se chamam "não-egoístas", e que vive na perpétua consciência de uma maneira de pensar desinteressada, com Deus; é porque ele se olha nesse claro espelho que o seu ser lhe parece tão turvo, tão singularmente deformado. Em seguida, mete-lhe medo pensar nesse mesmo ente, na medida em que este paira na sua imaginação como justiça punitiva; em todos os possíveis acontecimentos, grandes e pequenos, ele julga reconhecer a sua ira, a sua ameaça, até já sentir antecipadamente as chicotadas da sua função de juiz e carrasco. Quem o socorre nesse perigo, que, atendendo à duração incomensurável da pena, sobrepuja no horror todos os outros terrores da imaginação? (NIETSCHE, 2005, p. 130).

Tal socorro o homem encontra em Deus, presente, manifestado ou representado das mais variadas formas em diversas religiões e crenças. No sertão semi-árido, além de toda essa necessidade e busca humana por redenção e remissão dos pecados, some-se a busca constante por superação dos sofrimentos, vicissitudes e infortúnios causados pelos rigores do clima, da natureza e das relações de poder coronelistas e oligárquicas. E aí várias são as formas de recorrer ao sobrenatural, uma delas crendo e atribuindo poder messiânico ou, ao menos intercessor, a religiosos piedosos e santos devocionais.

Durante a pesquisa de campo, ao explorar o tema "religiosidade" e crença nos santos populares nordestinos, alguns entrevistados declararam reconhecer o Padre Cícero do Juazeiro e o missionário Frei Damião de Bozzano como verdadeiros santos. É comum, inclusive, no discurso dos entrevistados aparecerem relações de intimidade e apadrinhamento com esses santos[17]. Segundo relatos, no caso do missionário capuchinho Frei Damião de Bozzano, nos idos de 1970/80, durante visitas ao Seridó, em diversas circunstâncias, por ocasiões das Santas Missões Populares, ao levantar a mão ou um lenço branco em direção aos céus, o mesmo mudava o rumo de nuvens que ameaçavam chover sobre a multidão que o seguia e o escutava no sertão semi-árido.

[17] Antigamente, muitos agricultores e sertanejos tomavam esses e outros santos como padrinhos dos seus filhos ou para si próprio, sem, muitas vezes, sequer conhecê-los pessoalmente. Ainda hoje é comum os mesmos se referirem a esses santos com pronomes pessoais ou de tratamento como "Padrinho" ou, conforme relatos de entrevistados, "meu Padim Pade Cíço" ou "meu Padim Frei Damião".

Também constatamos situações em que agricultores, ainda hoje, acreditam em Frei Damião e Padre Cícero do Juazeiro considerando-os capazes de obrar milagres, por exemplo, fazendo chover. De acordo com alguns entrevistados, quando estes imploravam chuvas aos céus ou anunciavam sua falta em "anos de seca", suas profecias se confirmavam, suas palavras sempre eram ouvidas tornando-se fatos, evidenciando-se o messianismo desses santos populares no imaginário sertanejo.

O que atesta e referenda a força e a circularidade do catolicismo popular sertanejo são, dentre outras coisas, os valores "da tradição ibérica acrescida nos arranjos afro-ameríndeos", bem como fontes outras capazes de moldar o imaginário religioso do sertão e do sertanejo nordestinos como: os "três exemplos de literatura popular laica – a oral, a tradicional e a popular –, os livros propriamente sagrados" (ARAÚJO, 2006, p. 145), ou livros de oratório como a Bíblia Sagrada, Da imitação de Christo, o Adoremus e a Missão Abreviada. (ARAÚJO, 2006).

É por isso que esse autor verossimilmente afirma que "o Seridó potiguar é uma floresta de lendas de encantamentos, histórias de milagres, aparições de santos e outras manifestações do sobrenatural, índice seguro da presença formadora, naquelas terras, da cultura das três raças" –, a ameríndia, a ibérica e a africana. Para esse autor, praticamente, todos os municípios seridoenses têm associado a sua criação, ou a algum momento do seu passado, um importante "acontecimento religioso, fazendo parte da sua história oficial ou fixado na tradição popular. Em alguns casos, a localidade foi transformada em santuário de peregrinações e romarias, com votos de agradecimentos às preces alcançadas". (ARAÚJO, 2006, p. 146).

O autor francês Michel de Certeau, analisando criticamente o cotidiano e "as artes de fazer" no Nordeste do Brasil, destaca a constituição de um estado de coisas, num espaço de utopia e "conformação" social. Para esse autor, diferentemente de um espaço polemológico,

onde as condições sociais denunciam a desigualdade socioeconômica e o nível de exploração e sujeição da maioria da população, e onde à perspicácia dos lavradores se apresenta

> uma rede inumerável de conflitos, escondida sob o manto da língua falada, havia um espaço utópico onde se afirmava, em relatos religiosos, um possível por definição milagroso: Frei Damião era o seu centro quase imóvel sem cessar qualificado pelas histórias sucessivas dos castigos do céu que atingiam seus inimigos[...] Ali, numa linguagem necessariamente estranha à análise das relações sócio-ecônomicas [sic], podia-se sustentar a esperança que o vencido da história – corpo no qual se escrevem continuamente as vitórias dos ricos ou de seus aliados – possa, na "pessoa" do "santo" humilhado, Damião, possa erguer-se graças aos golpes desferidos pelo céu contra os adversários. (CERTEAU, 2005, p. 76-77).

O "santo", devotamente procurado e seguido por muitos sertanejos, até hoje pode ser tomado envolto de um messianismo, o qual sempre anunciava e preparava a abolição das condições sociais vigentes naquela sociedade. Esse, também, enquanto peregrino de Cristo, nessas plagas, proclamava a libertação futura do povo sofrido do sertão. Segundo essa visão messiânica, num futuro próximo esse povo passaria "milagrosamente" a viver a felicidade e a justiça plenas, longe dos rigores e hostilidades da natureza e da perversidade da política e dos poderosos.

Mas, essa mesma política e esses mesmos poderosos sempre usufruíram e ainda usufruem, aproveitaram e ainda se aproveitam do messianismo dos "santos populares" buscando nesses seu fortalecimento para continuarem manipulando e explorando a massa sofrida que aí vive nos sertões à espera de prodígios e milagres. Aliás, muitos políticos regionais se diziam, alguns ainda se dizem, devotos autênticos do Frei Damião – o "santo milagroso" da pobreza nordestina – e, por isso, pediam e pedem votos em nome do mesmo. O mesmo acontece com relação ao mito do Padre Cícero do Juazeiro, pois, em vários recantos do Nordeste semi-árido, situação semelhante ainda pode ser encontrada.

Tudo isso, se associado às manobras e ao conluio da política regional é, talvez, o que Certeau (2005, p. 79) chamou de "*trampolinagem",* "trapaçaria, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais" e, portanto, da política.

Em meio ao discurso regionalista fortemente marcado por um biblicismo, o qual concebeu o homem sertanejo em sua rudeza, bravura, religiosidade e fortaleza, mas ao mesmo tempo em sua fragilidade, humildade e mansidão, marcado por uma natureza que em suas agruras lhes faz "um ser viril e forte" é possível perceber que nesse mesmo discurso, quando visto através dos prodígios divinos, o Seridó se torna "o espaço da promissão", pois "os invernos e os manares demonstram que a despeito da certeza das secas, são a contra face da provação, a revelação da promessa, sua reedição". (MACEDO, 1998, p. 99).

Nesse sentido, a região é, ao mesmo tempo, o espaço da promissão – a terra prometida a um povo que luta e que sofre, mas que não se desvanece de lutar e acreditar na mudança – logo, por causa das agruras e de inúmeras dificuldades, aí se estabelece e se circunscreve o espaço da provação, onde "as atribulações climatérias e produtivas do Seridó sob a regência de Deus e persistência dos homens" dão a maior prova disso.

Mas, também, através do discurso regionalista, em um outro momento, especialmente no período fausto da economia algodoeira sertaneja e/ou na visão de políticos, cronistas, intelectuais e escritores mais otimistas, lúdicos ou românticos, o Seridó pode ser editado, elaborado, ganhando visibilidade como o "espaço da superação e da produção". (MACEDO, 1999, p. 102). E assim se vai concebendo e se constituindo imageticamente o espaço e a cultura seridoenses, ao mesmo tempo a reprodução de valores e a constituição das representações simbólicas e identitárias regionais.

Além do exposto acima, destaca-se ainda um conjunto de "experiências" e crenças, de certo modo messiânicas, imbuídas de certo sentido espiritual, associadas ao mundo sobrenatural, o qual permeia o imaginário sertanejo. Aí se pode elencar um número significativo de exemplos. Iniciemos pela erudição popular das experiências de inverno[18]. De

[18] Vale lembrar que para o sertanejo o inverno corresponde ao período chuvoso, que normalmente ocorre entre os meses de fevereiro a maio, e no máximo junho, a depender das ocilações climáticas de cada ano.

acordo com Macedo (1999, p. 71) “dentre as poucas esperanças que o sertanejo guarda para nutrir sua existência, uma dá mais provas em contrário que qualquer outra”.

A expectativa pelo ciclo das chuvas criou no seio da sociedade sertaneja uma observação sistemática dos sinais e eventos da natureza, os quais, geralmente, negam ou prenunciam a fartura e o inverno do ano vindouro. Para o autor, a sintaxe dos eventos e fenômenos da natureza foi experienciada, acumulada, e, por isso, “aprendida por gerações de homens, dentre os quais aqueles mais ‘eruditos’ que os demais nestas artes, e que ainda hoje carregam o título bíblico de antecipadores da ‘boa nova’: são os chamados profetas do inverno”. (MACEDO, 1999, p.71).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, concordamos com ele coloca que

> esta postura messiânica quanto ao inverno é exercitada na leitura da linguagem sígnica das nuvens – os ‘torreames’ (cúmulos) –, florações, disposição e fecundidade dos formigueiros, canto temporão das aves, interpretação da posição dos astros e dias santos – para citarmos algumas dessas incontáveis “experiências”. (MACEDO, 1999, p. 71).

De acordo com relatos dos agricultores entrevistados em nossa pesquisa de campo, a valorização e a crença nas “experiências de inverno” ainda aparecem como fatores marcantes nesta sociedade. É comum a crença em experiências de inverno, muito embora os meios de comunicação anunciem diariamente as previsões do tempo prognosticadas pelos institutos e centros de pesquisas espaciais, fato esse que para a maioria dos sertanejos não passa de “*homens comedores de feijão querendo adivinhar as coisas de Deus e da natureza*[19]”. Das “experiências de inverno” mais comuns constatadas entre os agricultores pesquisados prenunciam um “ano bom de inverno”: a boa carregação[20] de plantas como a craibeira nos meses de setembro a outubro; do feijão brabo, desde que segure a carga (vagens); pau pedra; pereiro, desde que sustente a carga (espécie de casulos cujo formato lembra a silhueta de uma galinha); mangueira (florada); mandacaru, dentre outras espécies de plantas observadas, as

[19] Relatos de agricultor entrevistado durante a pesquisa de campo (julho/2005)

[20] Floradas das plantas que, quanto maiores, melhores as perspectivas do sertanejo quanto ao inverno vindouro. Alguns casos dependem da fase seguinte, ou seja, da sustentação e maturação da carga. Na região, esse termo também é empregado para fazer referência à forte presença de nevoeiros no horizonte ou no ocaso.

quais quanto mais floridas melhor prenunciam o bom inverno esperado na época seguinte – geralmente no primeiro semestre do ano.

Destacam-se ainda outras experiências como: observação da lua, cuja fase "nova", se ocorrer antes do dia 10 de janeiro prenuncia "ano bom de inverno", o mesmo valendo para a "carregação" da lua cheia, cuja "bolandeira[21]" quanto mais acentuada maior o ânimo do sertanejo quanto ao inverno vindouro.

Boa parte dos entrevistados também acredita que a chegada acentuada dos maribondos caboclos (*Polistes canadensis* – espécie de inseto artrópode) às casas ou aos lugares sombrios indicam um bom inverno, assim como a fecundação acentuada das colméias de enxu, enxuí ou de abelha-europa prenuncia o mesmo presságio de boa nova. A incidência de ventos do poente e de chuvas nos dias dos santos São José, Santa Luzia e outros santos, bem como, eventos do tipo, formigueiros assanhados, canto contínuo de pererecas, mais conhecidas na região como rãs, presença da estrela-d'alva no poente, relâmpagos nos dias sete dos últimos meses do ano, e sinal de chuva nos dias de janeiro cujas casas decimais apresentam sete, se constituem em boas "experiências de inverno". Segundo relatos, essa última diz respeito à "experiência" observada e recomendada pelo Padre Cícero do Juazeiro.

Das "experiências" agourentas e desanimadoras ao sertanejo, cujas ocorrências agouram escassez de chuvas ou secas no ano vindouro, destacam-se: incidência constate de redemunhos poeirentos, pouca "carregação" (nevoeiros) no nascente ou no poente, pouca carga (florada) das plantas acima mencionadas, canto regular e contínuo do carão[22], pouca fecundação das abelhas e vespas nas colméias de enxu, enxuí e Europa, postura das rolinhas[23] na própria superfície do solo – mas não em partes elevadas das plantas ou construções –, além da ocorrência contrária, isto é, da negação dessas e outras situações e eventos. Tudo isso são

[21] No sertão corresponde à borda envolta da lua, cuja percepção é maior na fase "cheia".
[22] Ave gruiforme, aramídea (Aramus s. scolopaceus) comum nas várzeas de rios, açudes e lagoas nos períodos que correspondem, ou ao menos deveriam corresponder, às fases chuvosas.
[23] Ave columbiforme (Columbina minuta) de cor cinza claro. Segundo a tradição, "onde a rolinha põe seus ovos a água não passa".

presságios, ou melhor, agouros de tempos de penúria por causa das secas que o sertanejo acredita estar por vir.

Diante desse enredo marcado por crenças populares e messianismo, Araújo (2006, p. 63) vê na região um espaço semelhante ao das escrituras sagradas, pois,

> como na antiga tradição hebraica, esses colonos vencedores tinham a convicção de estarem cumprindo a missão sagrada de proliferar em dezenas, em centenas e, se possível, em milhares, seus descendentes, tomando para si as terras do semi-árido no Seridó, como uma nova terra santa, espaço da promissão, da permissão, da queda pelo pecado, e também, como lugar da remissão desses pecados. Dessa forma, foram convictos construtores da fé de viverem, na glória e na fartura, sob a graça e, na escassez e na penúria, sob a ira do senhor Deus, Jesus Cristo.

É importante destacar que, dos autores acima, tanto Macedo (1999) quanto Araújo (2006), fundamentam suas análises pautando-se essencialmente nos escritos de renomadas personalidades (cronistas, políticos e escritores) do discurso regionalista seridoense, a exemplo de Manoel Antônio Dantas Correia, Felipe Guerra, Luís da Câmara Cascudo, Juvenal Lamartine, Olavo Medeiros Filho e José Augusto Bezerra de Medeiros, entre outros.

Ainda no ambiente dessas discussões, a busca pela cura de doenças através da reza de rezadores e rezadeiras aparece como uma tradição popular bastante comum na região. No imaginário popular sertanejo, tais personagens têm poder de cura atribuído por Deus. Nos relatos dos entrevistados dessa pesquisa, é comum a participação desses no cotidiano seridoense. A maioria dos agentes pesquisados declarou recorrer a esses em busca de cura e libertação de determinadas moléstias e males que acometem a população humana e animal.

Nesse universo, é muito comum a figura da mulher, geralmente adulta ou em idade avançada, mas a figura do macho também aparece com certa freqüência. Em todos os municípios seridoenses, é comum a presença de rezadeiras, cujo nome próprio é substituído por apelidos ou algum pseudônimo, a exemplo de Dona Santa, evidenciando-se de acordo com o imaginário popular sua estreita relação com Deus. Normalmente, todos esses personagens apresentam longa vivência e experiência nessa prática.

No passado, não tão remoto assim, quando o sistema de saúde apresentava deficiências ainda mais graves que hoje, "a reza" se constituiu no principal e, às vezes, único recurso com o qual se podia contar em situações de doenças na família, principalmente, nas famílias rurais, cujo deslocamento até as cidades era dificultado pela ausência de estradas adequadas e de transportes ágeis e motorizados. Sobre esse assunto, Silva (2002, p. 5) enfaticamente afirma:

> o curandeirismo é um fenômeno religioso que resistiu a todas as épocas do processo histórico brasileiro, desde o período colonial aos nossos dias. Essa concepção mágica de curar continua fazendo parte da cultura popular do povo seridoense, uma vez que fé, oração e cura, são um trinômio característico que dá sustentação a essa vivencia religiosa, no âmbito de uma população desassistida em termos médicos.

Não é sem razão que a autora faz essa afirmação, pois, ainda hoje, as deficiências do setor de saúde são notórias nesse espaço, não obstante os programas de governo em curso. De certa forma, isso serve para justificar a persistência desse fenômeno que, além de ser um símbolo da cultura regional, denota o nível educacional e de deficiência e limitações do sistema saúde pública.

Existe uma tradição na região de que as pessoas providas da dádiva de curar – recebida em sonho ou por recomendação de alguém –, não podem passar esse "mistério divino" para pessoas do mesmo sexo ou qualquer outra, pois o poder da reza enfraquece, salvo para algum parente próximo ou amigo íntimo que continuie a missão no mesmo contexto de vida.

É comum observarmos em algumas dessas pessoas características de acentuado desapego material, aparecendo, não raras vezes, personagens que sobrevivem de doações e esmolas, vivendo a pobreza e a abnegação no âmago do seu ser. Alguns sequer possuem casa para morar, vivendo de favor em casas de parentes e amigos. Há toda uma mística envolvendo esses personagens e a relação dos mesmos com o imaginário sertanejo. Cobrar para rezar não faz parte dos bons costumes das rezadeiras. Quantias em dinheiro quase não são aceitas, somente donativos como alimentos, roupas, calçados, enfim, mantimentos da lida diária. As

palavras de Silva (2002, p. 6) nos esclarecem bem isso quando mostram que nesse universo existem "modalidades simbólicas de retribuição pelos serviços, já que o pagamento em dinheiro quase sempre é recusado, mas esperam que 'os de recursos' tragam pequenas quantidades de mantimentos como forma de agradecimento pelo bem praticado sem interesse, logo, aceitos sem protestos".

No Seridó um número significativo de rezadeiras pode ser encontrado, algumas das quais, mais reconhecidas e famosas que outras, ora "pelo poder de cura" das suas orações, isto é, por sua eficácia ao rezar em determinados males ou moléstias de alta gravidade, ora pelo número de casos solucionados. Vários relatos e fatos, alguns presenciados *in locu* e bastante convincentes, também evidenciam e, possivelmente comprovam os resultados positivos e o porquê da manutenção dessa crença popular e desse valor cultural na sociedade sertaneja. Mas, o contrário também ocorre, a depender da intensidade de fé do suplicante da cura.

Pessoas com os mais variados tipos de doenças e males acorrem as rezadeiras[24] e curandeiros buscando suas curas. Os nomes variam de: mal-olhado ou quebranto, cujo afligido sente desde sonolência, dormência e dores no corpo à oscitação freqüente (bocejo) e vômitos; espinhela ou arca caída, peito aberto (dores no peito) provocado por trabalhos pesados, carne triada, doenças como a papeira (caxumba), bexiga (varíola), sarampo, enfermidades com lesão exposta como a erisipela, eczema e outras.

Normalmente, para cada doença ou sintoma os rituais da cura são diferentes, embora os textos das orações sejam geralmente iguais ou semelhantes, convergindo entre si para um mesmo sentido – crença na fé católica[25] –, especialmente no catolicismo popular e tradicional, evidenciado por meio da petição a Deus pelo perdão e purificação dos pecados, súplica pela

[24] Santos (2004) investigou no município de Cruzeta (RN) a prática e o reconhecimento social das rezadeiras.
[25] De acordo com Silva (2002) é comum a preocupação desses atores sociais no sentido de jamais serem confundidos com feiticeiros ou macumbeiros (burundangueiros é outro termo empregado para pessoas do gênero na região). As rezadeiras sempre fazem questão de frisar que só rezam "para o bem e nunca para fazer o mal às pessoas"

intercessão poderosa da santíssima trindade e da virgem Maria e, naturalmente, súplica veemente pela cura do doente.

Vários tipos de objetos e instrumentos são usados durante a sessão de cura, desde folhas de pinhão manso roxo a agulhas com linha e pano, como também pedras, água benta e amuletos. No final da reza, geralmente são prescritos chás de ervas fáceis de serem encontradas na região. Logo, boa parte das rezadeiras e curandeiros utiliza a medicina popular para "acelerar o processo de cura que acontece paralelo às orações" (SILVA, 2002, p. 20), embora em alguns casos isso não ocorra.

No universo de famílias entrevistadas, constatamos situações em que, mesmo após consulta médica e prescrição de medicamentos para determinadas doenças, recorreu-se à rezadeira como forma de acelerar o processo de cura.

Existem casos, também, em que a rezadeira (ou curandeiro) é solicitada para rezar em animais doentes, por exemplo, bovinos, principalmente aqueles com sintomas de "mal-olhado". Nesse caso, os benefícios da reza podem atingir inclusive o mundo animal, como é o caso da pecuária regional.

Portanto, tudo o que foi discutido nessa parte do trabalho está relacionado às "experiências" e crenças que compõem e constituem o espaço vivido e o imaginário sertanejo seridoense, o que se evidencia e se vincula ou se associa e se mistura, de alguma forma, aos rituais festivos, religiosos ou não, e às tradições populares simbolicamente representadas, ora representantes, na/da cultura regional sertaneja seridoense. Aí se mesclam e se fundem elementos fronteiriços dos espaços sagrado e profano.

1.4.3. Os lugares do *cosmo* e do *caos*: as festividades e as tradições populares seridoenses – nas fronteiras do sagrado e do profano

As festividades vividas no interior do Rio Grande do Norte, especialmente no Seridó, também dão evidência singular da cultura regional sertaneja. Praticamente todas as festas são

ou estão, de alguma forma, vinculadas ao cosmo, isto é, ao território ou espaço sagrado, à religiosidade sertaneja. Aqui entendemos o território dividido, ou melhor, constituído por lugares do *cosmo* e do *caos*; do cosmo quando "estão profundamente comprometidos com o domínio do sagrado e, como tal, marcados por signos e significados – e em lugares do caos – que designam uma realidade não-divina". (ROSENDAHL; CORRÊA, 2005, p. 193).

Por exemplo, a maior parte das festas regionais acontecem durante os festejos dos santos(as) padroeiros(as) dos municípios. A principal delas é a festa de Santana, celebrada em 3 municípios da região, dos quais, dois têm maior representatividade econômica e populacional.

Em Caicó, município cuja base econômica e contingente populacional são mais representativos na região, e cuja rede de prestação de serviços e comércio é mais forte, a festa de Santana mobiliza multidões, do próprio município, da própria região, do estado e de outras partes do país, constituindo-se no mais importante evento religioso seridoense, e, por que não dizer, num importante evento social presente, inclusive, no calendário turístico e cultural do estado.

Ano após ano esse evento atrai um número significativo de pessoas, muitas delas originárias ou descendentes de pessoas da cidade e da região. São indivíduos e famílias que desenvolvem suas atividades profissionais longe do Seridó, mas que no período da festa, que normalmente ocorre nos últimos dez dias de julho, fazem questão de participar dos festejos em homenagem à sua padroeira, a gloriosa Santana. Para Araújo (2006), a importância cultural dessa festa é tanta, que durante a realização da mesma os últimos governadores do estado têm transferido temporariamente a sede do governo para o município. Dessa forma, Caicó se torna, durante a festa de Santana, "o centro político do Estado, o lugar de onde o seu representante máximo toma todas as deliberações de rotina". (ARAÚJO, 2006, p. 150).

O valor simbólico desse festejo é tanto que em julho de 2006 foi inaugurada a primeira parte do complexo turístico intitulado "Ilha de Santana", cujo projeto busca urbanizar uma área de cerca de 15 ha, situada entre o leito principal do rio Seridó e um braço do mesmo rio, isto é, próximo ao lendário poço de Santana, à catedral diocesana, cuja mesma santa é padroeira, e à capela do serrote da cruz, cujo patrono é São Sebastião, próximo onde pode ter surgido a cidade e seu processo de urbanização.

De acordo com o Governo do Estado, o projeto envolve a construção de avenidas, pontes, parques, passarelas, estacionamentos, praça de alimentação, bares, restaurantes, lanchonetes, sorveterias, anfiteatro com camarins destinado à realização de eventos públicos e apresentações artísticas e culturais. Além da instalação de 38 boxes para a realização de oficinas de arte, lojas de artesanato e para a realização de exposições e comercialização de produtos da terra, tudo isso para valorizar a cultura seridoense em sua culinária, artesanato, manifestações artísticas e culturais, enfim, em sua história e simbologias.

O projeto do complexo turístico "Ilha de Santana" prevê ainda a implementação de um ginásio poliesportivo com dimensões oficiais e capacidade para três mil pessoas, além da construção de uma área destinada a outros tipos de esporte como, *cooper* e caminhadas às margens do rio Seridó, onde os consumidores desse espaço poderão contemplar a paisagem construída, bem como reviver a memória da cidade e da região em sua história, uma vez que o lugar carrega consigo lendas, estórias, mitos, símbolos e contos que formam o imaginário sertanejo e a cultura regional. De acordo com informações da assessoria de comunicação do Governo do Estado (2006), o projeto foi orçado em R$ 18,4[26] milhões, dos quais 2,5 milhões provenientes do Governo Federal. Em julho de 2006, a maior parte desses recursos, mais de 11 milhões, já havia sido gasto e apenas uma parte do complexo encontrava-se pronto.

[26] Em 27/12/2006 U$ 1 (um dólar comercial) correspondia a R$ 2,14 (dois reais e quatorze centavos), logo, com essa cotação R$ 18,4 milhões corresponde a aproximadamente U$ 8,6 milhões. (www.bb.com.br, 2006).

Mesmo assim, os festejos desse ano aconteceram no complexo parcialmente pronto e parcialmente entregue pela governadora à sociedade local[27].

Para o local, o governo ainda prevê a instalação de um complexo hoteleiro que atenderá ao público visitante à cidade, principalmente durante as festividades do calendário turístico do município. O mesmo será implementado em parceria com o capital privado e "será composto por três pousadas, cada uma dispondo de 20 unidades de hospedagem, e localizado no início da avenida Beira Rio, na rótula do poço de Santana, próximo ao centro histórico-cultural, comercial e religioso da cidade". (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2005).

Mas, além de Caicó todos os demais municípios seridoenses apresentam eventos religiosos importantes no calendário festivo local. E, associado a esses, a realização de outras festas que evidenciam a dimensão simbólica da religiosidade regional. Desses eventos, as festas de padroeiros e oragos sobressaem como os mais importantes e participados, acorrendo a estes, boa parte da população local e regional, ora às igrejas e procissões, ora aos clubes e praças das matrizes onde se realizam os festejos. Nossa pesquisa de campo constatou que a festa de padroeiro é o evento social/religioso anual mais esperado, mais participado e valorizado pela população seridoense, constituindo-se, muitas vezes, na única alternativa de lazer e entretenimento da maioria dos agentes entrevistados.

O SEBRAE (2004, p. 37), a partir do Plano de Turismo Sustentável para o Rio Grande do Norte em seu Roteiro para o Seridó, destaca que na região o turismo religioso, em "sua rota de fé e romarias, volta-se principalmente para as festas de padroeiras e a visita do melhor dos museus de artes sacras de imagens e oratórios do Rio Grande do Norte". O Plano

[27] É importante lembrar que neste mesmo ano a atual governadora, Wilma de Faria, foi reeleita, sendo esta obra um dos trampolins de campanha da mesma na região, somando-se a isso os programas sociais, como o Programa do leite, e outros desenvolvidos na gestão atual.

ainda destaca que “a peregrinação em festas religiosas é interdependente das mais diversas atividades de serviços, lazer, alimentação, alojamento, comércio etc.”.

Para cada festa existe um calendário comemorativo e celebrativo pré-definido, isso, de acordo com as datas em que a Igreja Católica celebra os dias santos, salvo algumas exceções. Por essa razão, trama-se uma ***cartografia da fé e dos símbolos religiosos*** urdida no imaginário e no espaço físico das cidades e vilas sertanejas (Mapa 3).

Das festas representadas no mapa, difícil é identificar a mais participada e com maior representatividade. Sem se pretender classificar o nível de relevância de cada uma, verificamos que todas têm seu grau de importância e sua simbologia na religiosidade local.

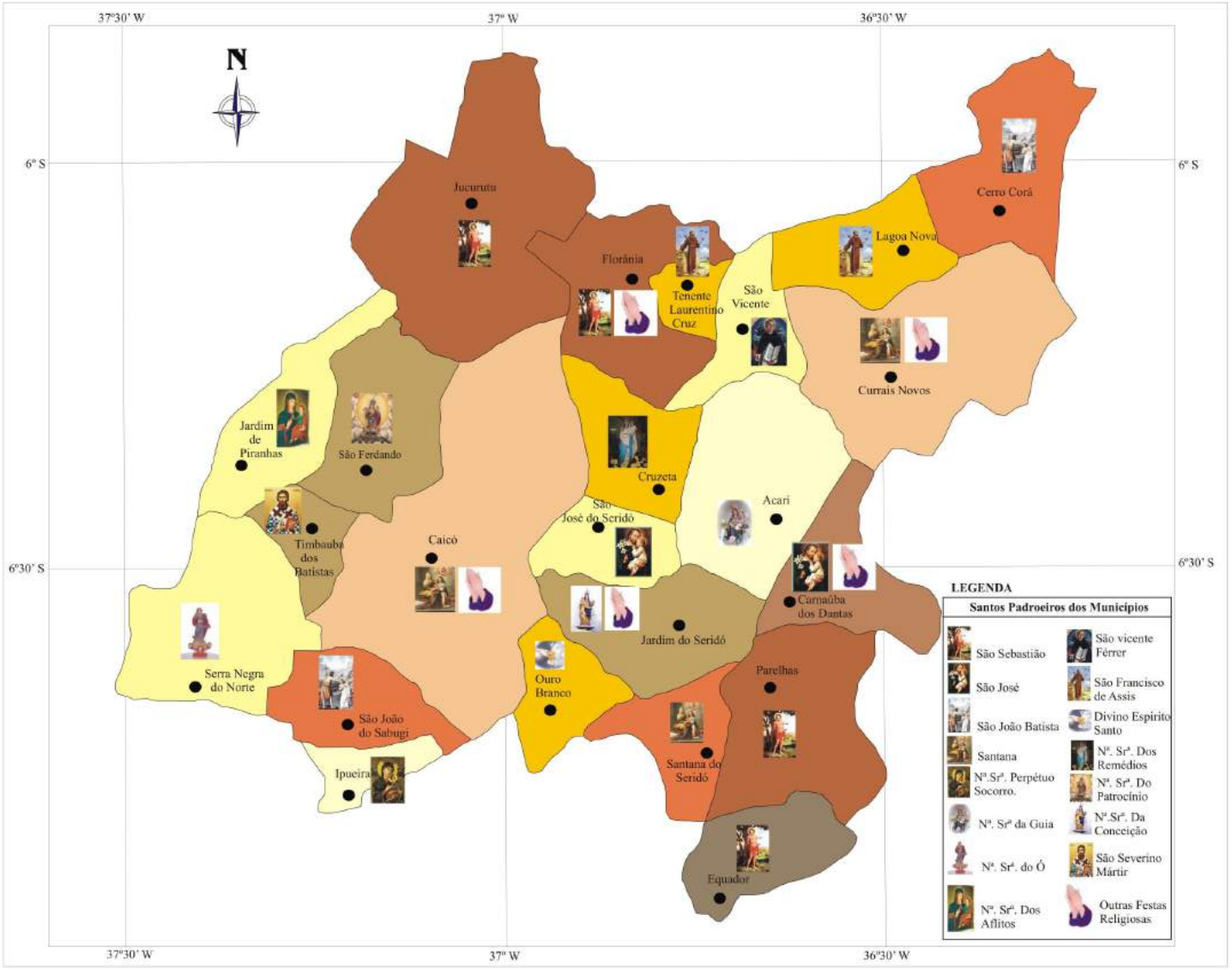
A festa de Santana, por exemplo, ocorre em três municípios da região; porém, o calendário jamais coincide, pelo menos nos últimos dias da festa, talvez para não se chocar com o festejo caicoense, considerado o mais participado da região, ou por esta cidade sediar a diocese. Outra festa importante alusiva a Santana ocorre em Currais Novos, também no mês de julho, porém, normalmente, os dois calendários diferem nos últimos dias, quando acontecem os momentos mais importantes dos festejos. Além de Caicó e Currais Novos, o município de Santana do Seridó também celebra a festa em homengagem a esta santa.

As festas alusivas a São Sebastião também são bastante relevantes no Seridó, celebradas em quatro municípios da região como festa religiosa principal – Jucurutu, Florânia, Parelhas e Equador. Nesses casos, normalmente, os calendários coincidem.

As festas alusivas a Maria, mãe de Jesus Cristo, também se mostram representativas, pois são celebradas em sete municípios, com denominações a essa Santa que variam de acordo com as súplicas feitas e graças alcançadas (benefícios recebidos) outrora.

Título:

SERIDÓ POTIGUAR: Festas Religiosas





Autor: **Francisco Fransualdo Azevedo**	Profª Orientadora: Drª Vera Lúcia Salazar Pessôa
Fonte: Diocese de Caicó, 2006	Organizador: Francisco F. de Azevedo
	Nível da Pesquisa: Doutorado — Data: 09/2006
ESCALA 0 12,5 25 Km	Mapa: 03 — Página: 90
	Edição: Celso D. Locatel

UERN PICDT UFU IG Instituto de Geografia LAGEA

Os nomes atribuídos a Maria na região são: N. Senhora da Conceição, N. Senhora da Guia, N. Senhora dos Remédios, N. Senhora do Perpétuo Socorro, N. Senhora do Ó, N. Senhora dos Aflitos[28] e N. Senhora do Patrocínio.

Ainda aparecem santos, alguns bastante populares na Igreja Católica, como: São José, São Francisco de Assis, São João Batista, São Vicente Férrer, São Severino Mártir e o Divino Espírito Santo, este último padroeiro de Ouro Branco. Em algumas dessas cidades outras festas religiosas acontecem com participação popular relativamente forte, são festas de co-padroeiros(as) realizadas em municípios como, Caicó, Currais Novos, Florânia, Carnaúba dos Dantas e Jardim do Seridó. Concomitantemente aos festejos religiosos, outras festas ocorrem evidenciando os simbolismos e as representações da cultura regional. Representações essas constituídas e enredadas, ora, no espaço do caos – nas festas e tradições populares profanas –, ora, no espaço sagrado – nas festas e tradições populares religiosas. Normalmente, a festa é organizada abrangendo dez dias de celebrações com passeata de abertura, hasteamento da bandeira, novenários, missas, batizados, jantares de confraternização, shows nas praças e clubes, carreatas e outras atividades de lazer e entretenimento, sem perder de vista a fé.

Ao estudar o território das festas religiosas no Seridó, Nascimento Neto (2005, p.118) aponta que "a constituição festiva seridoense decorrida no tempo reafirma valores identitários e simbólicos". Nessa ótica, a constituição identitária regional está diretamente relacionada à realização de eventos sociais, os quais, muitas vezes, se baseiam nas construções materiais e simbólicas, associadas à identidade religiosa coletiva.

Logo, a representatividade das festas religiosas celebradas no Seridó constitui-se em "manifestações que entrelaçam e remodelam o uso dos espaços. Tempo de rememorar

[28] Conforme se pode observar no mapa, essa santa é a padroeira de Jardim de Piranhas. Durante o trabalho de campo realizado neste município, entrevistamos um pecuarista que declarou ter confiado todo o seu rebanho de animais à mesma, rogando a esta proteção contra qualquer mal ou doença a ponto de não necessitar fazer controle de vacinas. Logo, anualmente, durante o período da festa, o mesmo doa um garrote(a) à santa como forma de agradecimento e recompensa, portanto, pagamento da promessa.

simbologias dos lugares, de mesclar o ciclo da vida, recorrendo a história da cultura local, repassada pelos que louvam os(as) seus(as) padroeiros(as) dos lugares[sic]".(NASCIMENTO NETO, 2005, p. 129).

Na maioria dos casos, o cume das comemorações religiosas seridoenses é o último dia dos festejos que normalmente coincide com o dia do santo, salvo algumas exceções. Nesse dia, sempre ocorre a procissão de encerramento. Ao relatar esse momento de fé vivido festivamente pelo povo sertanejo no Seridó, Dantas (2005, p.29) discorre que a procissão aglutina milhares de fiéis que "percorrem as ruas da cidade para fechar um círculo que se encerra com a missa campal". Para essa autora,

> no momento da procissão as fronteiras espaciais e sociais se rompem e todos parecem comungar de um mesmo credo: o culto a santa padroeira. No início a ordem parece dar o tom ao evento religioso. Mulheres de branco adornadas por fitas vermelhas ou azuis, que designam a congregação a qual pertencem, perfilam-se, seguram bandeiras para reverenciar a santa padroeira. Nesses gestos uma mensagem implícita: "somos suas fiéis escudeiras" [...]o espetáculo da ordem é seguido pela desordem dos cidadãos que tentam se aproximar da imagem, como se assim pudessem ser tocados pelo calor divino que recobre a mística religiosa. (DANTAS, 2005, p. 29-30).

Trata-se de um ritual festivo onde se misturam fé, sentimento de convencimento e desejo de poder partilhar ou alcançar um reino esplendoroso que só os santos já contemplam e experimentam, momento de cumprir os votos ou promessas feitas para alcançar uma graça, momento de sacrifício para se pedir perdão dos pecados, momento de súplicas por chuvas, momentos de viver a fé e acreditar em dias melhores que hão de vir.

Nessa trama urdida no imaginário e no espaço físico das cidades, sítios e vilas sertanejas, várias imagens são passíveis de serem visualizadas e plasmadas. Aos olhos da razão ou, de incrédulos e pagãos, nada pode ser tão ilógico e absurdo. Uma imagem de santo ao centro da procissão, imponente, suspensa ao alto, num andor ornado, levado pelos fiéis – homens, mulheres e crianças, alguns políticos, seguindo o itinerário traçado, cujo destino é a matriz donde saíram.

Nesse cenário, segue a multidão fiel pelas ruas e ruelas composta por vários indivíduos descalços; alguns com os pés feridos, machucados, calejados de tanto palmilhar o solo quente e ressequido do sertão, ou devido ao trabalho árduo que o mesmo oferece. Outros atores seguem vestidos de túnicas das mais variadas cores alusivas aos santos intercessores das graças alcançadas, enfim, fiéis com toda sorte de símbolos, na cabeça e em outros membros do corpo, como coroas de espinhos, alimentos, rochas (seixos rolados) etc, tudo isso tramando cenas exóticas, típicas das procissões de santos da religiosidade popular do interior nordestino brasileiro, outra evidência da cultura regional.

Isso nos "remete a um outro padrão de festa que descentralizado dos grandes salões, dos bailes tradicionais promovidos para a elite local, se manifesta num cenário em que todos podem vivenciar instantes que eternizados, suprimem o tempo enquanto unidade cronológica". (DANTAS, 2005, p. 32-33). Tudo representa, enreda, divulga, dá visibilidade e aparência à cultura local e regional onde os espaços do cosmo e do caos se misturam e se confundem.

Constituindo o período das festas de padroeiros(as) e oragos, e, associado à fé do sertanejo, um conjunto de outros eventos festivos acontece nesse espaço. São vaquejadas, leilões, exposições e feiras agropecuárias, feiras de artesanatos e comidas típicas, forrós, bailes, para os mais variados públicos (dos coroas, da juventude e dos idosos), manhãs-de-sol, matinês, corridas de jegues, shows nas praças públicas, tudo para envolver o público atraído pela festa.

Mas, tais festas também podem ocorrer em períodos, não necessariamente, em que se homenageiam os(as) padroeiros(as) e oragos. Algumas dessas ocorrem em outras fases do ano, mas, normalmente, vinculadas à Igreja Católica, como é o caso da festa do agricultor no município de Currais Novos e da festa da colheita no município de Cruzeta. Trata-se de desfiles, cujos participantes são agricultores munidos de ferramentas de trabalho, animais, e

tratores. Em alguns casos, normalmente políticos locais aproveitam para fazer "doações de prendas" aos participantes, como, bois, implementos agrícolas, cestas básicas e quantias em dinheiro, tudo isso como forma de manipular e controlar a população no que diz respeito ao exercício futuro dos seus direitos civis e políticos, a exemplo do voto.

Além de se constituir numa alternativa de entretenimento e lazer para a população participante dos festejos, religiosos ou não, tais acontecimentos se constituem em trampolins ou, momentos-chave, nos quais os políticos locais, regionais e estaduais aproveitam o ensejo e o espetáculo para se promoverem e se articularem politicamente. Aliás, normalmente esses eventos são promovidos por esses mesmos agentes, às vezes, em consonância com a Igreja Católica[29]. Ou seja, é a cultura local e regional servindo, mais uma vez, aos interesses político-eleitoreiros dos neo-coronéis e das oligarquias regionais de poder.

É de praxe a participação dos políticos nesses eventos sociais, inclusive, nos novenários e missas celebradas, num cenário onde vale tudo pela opulência e esbanjamento, pela luxúria e ostentação da riqueza, pública e/ou privada, ora representada nos automóveis de luxo e até mesmo em aeronaves, ora nos "trajes a rigor", mesas de bebidas e comidas típicas da região. Contudo, boa parte da população permanece pobre e dependente cada vez mais dos programas sociais, os quais, esses mesmos políticos se dizem mentores e responsáveis. Com isso, perpetuam-se a pobreza e a miséria social na região, ao passo que se fomenta a manutenção e reprodução desses agentes e grupos no poder.

Outro símbolo da cultura sertaneja, associado à fé e à religiosidade, pode ser verificado nos rituais festivos juninos celebrados anual, tradicional e secularmente no Brasil, especialmente no Nordeste. Acredita-se que sua origem está "na tradição pagã dos povos da Europa, Ásia e África, que festejavam as divindades protetoras da fertilidade e da colheita quando se aproximava o verão no Hemisfério Norte". (TRIGUEIRO, 1999, p. 3).

[29] Durante a pesquisa de campo, um agente entrevistado (padre) declarou ter recebido de um político local uma proposta de empréstimo de um veículo utilitário para o seu uso pessoal e da paróquia, o qual enfatizou tê-lo aceitado para a paróquia, não para si próprio.

Normalmente, esses eventos coincidiam com o ponto alto dos rituais do solstício de verão (22 ou 23 de junho), dia mais longo do ano, quando, além de esperar o verão, esses povos preparavam-se para a colheita tão esperada e desejada.

Antigamente, esses festejos, considerados pagãos, foram ameaçados pelo cristianismo, mas, por resistência cultural popular e persistência do primeiro, foram apropriados e diluídos nos ritos cristãos passando a ser incluídos no calendário católico. Daí a criação e invenção das festas de Santo Antonio, São João Batista e São Pedro comemoradas, sucessivamente, nos dias 13, 24 e 29 de junho de cada ano, merecendo destaque as festividades em honra ao segundo santo.

No interior sertanejo, esse período normalmente é marcado pela alegria contagiante daqueles que vivem nesse espaço, embora, muitas vezes, estigmatizado por seca, miséria e desolação. Conforme afirma Ribeiro (2006, p. 1), "para algumas populações locais, as festas do mês de junho constituem-se no evento festivo mais importante da região, tanto cultural como politicamente". As idéias dessa autora mostram que

> as festas de junho mantêm com o cotidiano dessas populações uma relação de intensos preparativos e cuidadosa organização. Carregada de conteúdos simbólicos e afetivos, essas relações acabam por elaborar uma linguagem artística própria que entrecruza o religioso e o profano, a tradição e a inovação. A diversidade dos elementos atrai, encanta e integra participantes, envolvendo ricos e pobres, de distintas procedências, expressando a face da coletividade que se superpõe as diferenças. (RIBEIRO, 2006, p. 1).

Exceto nos anos com inverno irregular (chuvas escassas ou mal distribuídas ao longo dos meses), normalmente o período dos festejos juninos coincide com a colheita das roças de feijão e milho, também, por isso, essa época é marcada pela abundância e diversidade de comidas típicas derivadas dessa última gramínea.

No Seridó, os festejos juninos preservam, até certo ponto, importantes rituais e acontecimentos como: o culto ao fogo, através da fogueira acesa em frente às casas – principalmente na zona rural e pequenas cidades onde esse ritual é mais comum –, soltura de

fogos de artifício, brincadeiras, adivinhações, superstições, "experiências" de inverno, simpatias casamenteiras, quadrilhas[30], forrós juninos, encontro de vizinhos, entre outros ritos.

Ao abordar esse assunto, Trigueiro (1999, p. 6) entende que "as tradições dos festejos juninos como: superstições, adivinhações, crenças, agouros, fogueiras, danças e comidas típicas, representam nos seus tempos e espaços, um passado que está no nosso imaginário e que continua sendo representado nos dias atuais".

Em alguns municípios da região do Seridó, a quadrilha deixou de ser um evento organizado com naturalidade e espontaneidade, passando a se constituir num espetáculo de ostentação de luxo e de beleza nos trajes e roupas padronizadas, com apresentações e danças coreografadas e ensaiadas, num ritual festivo diverso, criativo e impressionante. Inclusive, há mais de uma década passou a existir o festival estadual e regional de quadrilhas, do qual participam grupos juninos de várias cidades do Nordeste, com premiação e até titulação para os primeiros classificados. Isso nem sempre favorece a manutenção e preservação da originalidade dessa cultura. Trata-se muito mais de uma mercantilização de um símbolo desta, isto é, de uma imitação, produção, arremedo da mesma, do que de sua preservação e manutenção. As palavras de Trigueiro (1999, p. 6) evocam bem essa transformação, haja vista que

[30] De acordo com Ribeiro (2006), o nome quadrilha origina-se do francês *quadrille* que tem a ver com o diminutivo de *squadra*, vocábulo italiano que significa companhia de soldados disposta em quadrado. Mas, para essa autora, a quadrilha teve origem, possivelmente, "na Inglaterra, por volta dos séculos XIII e XIV, e que a guerra dos Cem Anos entre França e Inglaterra levou a sua disseminação, despertando o interesse dos nobres, e influenciando as danças praticadas nos palácios. Era uma dança muito popular entre a aristocracia do século XIX, e abria os bailes das cortes e residências aristocráticas. Reencontrada e reinterpretada pelo povo, teve novas figuras e comandos acrescentados, e acabou sendo a única dança executada durante o baile. Composta de cinco partes ou mais, com movimentos vivos, terminava sempre por um galope". (RIBEIRO, 2006, p. 6). Sobre sua chegada ao Brasil há controvérsias e anacronismos, pois, alguns autores acreditam ter sido trazida pelos portugueses, outros pelas missões artísticas francesas, as quais se concentraram inicialmente no Rio de Janeiro no início do século XIX. Para Ribeiro (2006), a quadrilha chegou ao Brasil nesse período, sendo adotada por compositores nacionais que lhe deram um "sotaque" brasileiro, disseminando-a país afora com conotações e variações regionais. Seu ritual festivo traz consigo lembranças da influência francesa que segundo Ribeiro (2006, p. 6) se faz notar até o presente, uma vez que, "nas quadrilhas juninas, onde a evolução dos pares se faz guiar por palavras francesas aportuguesadas: 'changê' (changer – trocar), 'anavam' (en avant – em frente), 'anarriê' (en arrière – para trás), 'tur' (tour – fazer uma volta), balance (balancer – balançar o corpo)", tudo isso dá evidências da influência cultural francesa sobre o evento.

> as quadrilhas com suas inovações deixam de lado o cenário de matutos desdentados, com roupas remendadas e chapéus de palha rasgados para mostrar luxo e beleza, com coreografias ensaiadas e incorporando novos passos até mesmo de aeróbica. O enredo atualizado da parte dramática de encenação do "casamento matuto" é também uma inovação. Os grupos estão se organizando com mais profissionalismo mobilizando figurinistas, costureiras e coreógrafos que estão transformando as quadrilhas em verdadeiras empresas.

Grupos de quadrilhas seridoenses por vários anos consecutivos conseguiram atingir os primeiros lugares em vários festivais (campeonatos). É importante frisar que a participação direta de agentes políticos locais nesses eventos é algo comum na região. De alguma forma, os mesmos contribuem com essa mudança, pois, muitas vezes, destinam recursos para tal fim, "beneficiando-se" politicamente com isso, ou melhor, promovendo-se com os "shows".

Contudo, mesmo em meio a essas transformações e mudanças, a festa junina na área estudada ainda apresenta relativa expressividade, preservando, até certo ponto, suas características mais recorrentes, como a ornamentação das cidades, clubes, sedes de empresas e até residências com símbolos do período junino (balões, bandeirolas etc). Ainda se realizam forrós pé de serra em alguns sítios, vilarejos e cidadezinhas, com diversões, músicas, comidas típicas, bebidas e outros ritos, portanto, interação social de famílias e grupos.

Observamos que mesmo em meio aos problemas sociais enfrentados pela maioria dessa população, o gesto da comemoração e celebração da festa não se extinguiu no seu cotidiano, mas permanece vivo no seu imaginário, renovando-se a cada estação chuvosa, por conseguinte, a cada colheita junina ou a cada festa celebrada, na maioria delas religiosa.

É importante destacar que, não obstante as comemorações e festividades realizadas, uma parcela significativa de indivíduos permanece alheia ao processo de desenvolvimento social. Com isso, em meio à pobreza da maioria e à altivez e ostentação da minoria, algo acontece caracteristicamente semelhante ao que ocorria na Roma antiga no império de César Augusto, período da "Política do Pão e Circo[31]". Em nosso caso, isso se traduz na "política do

[31] Na antiga Roma clássica, César proporcionava à massa pobre, faminta e sofrida espetáculos de grande importância sociopolítica, geralmente celebrados no Coliseu; esses eventos denominaram-se política do "Pão e Circo", consolidada e difundida em muitos países séculos a fora.

show e leite", quando a cultura é apropriada por agentes políticos no sentido de se fortalecerem e, hegemonicamente, deterem o poder e o controle social de parte da população.

1.4.4. A vaquejada, o couro e o leite associa(va)m a cultura à pecuária

Dos vários símbolos que identificam e caracterizam a cultura sertaneja, a vaquejada, o couro e o leite, nesses dois últimos casos, em seus derivados artesanais e industriais, também são evidências-chave das representações simbólicas seridoenses.

A vaquejada é um tipo de festa muito peculiar da cultura sertaneja, embora atualmente apresente poucos caracteres essenciais da sua originalidade. Em alguns municípios, esta ocorre durante as festividades religiosas alusivas aos santos padroeiros e oragos, em outros ocorre durante outras épocas do ano.

Sobre sua origem, Cascudo (1956) afirma que esta não veio de Portugal, nem mesmo da Espanha, embora alguns eventos semelhantes tenham sido verificados na península ibérica, como o "rabejar" português – ato de torcer o rabo do animal até que este, cedendo, caia, mas não se constituindo num evento lúdico. Eventos parecidos foram encontrados também na América hispânica, em países como Uruguai, Argentina, Paraguai, Venezuela, Colômbia e Peru, mas não festivo e lúdico como no Nordeste brasileiro.

A gênese dessa antiga festa do espaço vivido sertanejo nordestino, cuja originalidade desvirtuou-se, nos dias atuais, está nos rituais de apartação, provavelmente, entre os séculos XVII e XVIII, embora nesse período esse evento talvez não se constituisse numa festa lúdica. Para Cascudo (1956, p. 29),

> outrora, nenhuma festa tinha as finalidades práticas da apartação. Criado em comum nos campos indivisos, o gado, em junho, sendo o inverno cedo, era tocado para os grandes currais, escolhendo-se a fazenda maior e de mais espaçoso pátio. Dezenas e dezenas de vaqueiros passavam semanas reunindo a gadaria esparsa pelas serras e capoeirões, com episódios empolgantes de correrias vertiginosas. Era também a hora dos negócios. Vendia-se e trocava-se. Guardadas as reses, separava-se um bom número para a vaquejada. Puxar gado, correr o boi, eram sinônimos.

Portanto, sob essa visão, "a festa mais tradicional do ciclo do gado nordestino é a vaquejada", a qual tem suas primeiras encenações associadas à apartação. Antes, as condições naturais do sertão nordestino propiciaram sua manutenção. Inicialmente, esse espetáculo apresentava-se como um "ato de agilidade para derrubar o touro fugitivo rapidamente e, aproveitando-lhe a queda, passar-lhe a peia ou a máscara, conduzindo-o ao curral". Posteriormente, "convergiu para a festa da apartação, tornando-se número essencial e único centro de interesse esportivo", atraindo espectadores da redondeza.

Em seu ritual festivo, antes havia apenas a "corrida", onde o vaqueiro, com sua indumentária de couro e a cavalo, corria atrás da rês até derrubá-la pela calda, sem necessidade de parques, faixa[32], alto-falantes e outros apetrechos, nem dos equipamentos modernos usados atualmente.

Hoje (2006), a vaquejada não passa de "festa-espetáculo nas cidades" interioranas ou capitais, guardando muito pouco da sua originalidade. Antes, tratava-se da "mais pura manifestação do modo de vida do vaqueiro", não havendo qualquer ruptura com o seu cotidiano, mas sua própria exaltação, momento em que até a roupa que o mesmo usava era nada mais que a do seu próprio "trabalho, que era a roupa de couro, o cavalo era o seu cavalo de luta diária e a demonstração era a sua prática. Por conseguinte, não havia separação trabalho-lazer". (MAIA, 2003, p. 169).

Portanto, a vaquejada representava, até meados do século XX, parte importante das tarefas inerentes ao trabalho do vaqueiro, realizada no seu próprio local de trabalho, ou próximo a este, nas fazendas de gado. Entretanto, houve transformações nessa festa,

> a partir da década de cinqüenta do século XX, as vaquejadas foram deixando cada vez mais as fazendas, passando para as cidades próximas das áreas de criação de gado, ou seja, para as localidades que ficavam em torno das fazendas. Assim, a vaquejada vai perdendo o seu caráter de festa de vaqueiros e tornando-se cada vez mais um evento de exibição nas cidades[...] Esses eventos foram ganhando alto-

[32] Atualmente, espaço pré-definido e delimitado através de dois riscos paralelos, utilizando-se cal virgem sobre a superfície da pista de corrida em areia, geralmente, defronte à cabina de controle, onde uma comissão julgadora diz se o boi caiu de fato dentro desse espaço.

> falante para chamar os que estavam disputando, propaganda, anúncios, delimitações de percurso, regras, prêmios, cavalos de raça (diferente do tipo caboclo que era o usado pelos vaqueiros nas fazendas de gado), um público citadino curioso; começaram a cobrar taxas de inscrição progressivamente mais caras. (MAIA, 2003, p. 169-170).

Há, desse modo, uma transformação da vaquejada tradicional realizada nas próprias fazendas de gado por seus próprios agentes – vaqueiros e proprietários –, em seu espaço vivido, passando a se realizar nos grandes parques citadinos, servidos por modernos equipamentos e modernas instalações como, carros de som, alto falantes, arquibancadas, camarotes, palcos de shows, lanchonetes, barzinhos, bilheterias com controle de ingressos etc., com direito, inclusive, a calendários festivos oficialmente programados e constituídos de circuitos, incluindo aí os mega-shows de bandas e cantores de forró, não o forró clássico, mas o contemporâneo, considerado como o forró eletrônico.

As vaquejadas mais famosas e participadas na atualidade são exatamente as realizadas no entorno das capitais de alguns estados nordestinos, como Fortaleza, Natal e João Pessoa.

O público que acorre a esses eventos na condição de espectador é significativamente elevado, constituído, em sua maioria, de pessoas que residem nas próprias capitais e cidades interioranas, tendo pouca ou nenhuma vinculação com a cultura e com a vida rural sertaneja.

Trata-se de verdadeiros espetáculos citadinos onde são exibidos os cavalos de raças (manga-larga, quarto de milha, etc) mais famosos e possantes dos grandes fazendeiros da região, donos de parques e haras, médicos, advogados, funcionários públicos bem sucedidos e representantes políticos. Geralmente, não mais participam os vaqueiros tradicionais, mas os próprios proprietários ou, até mesmo, indivíduos por esses designados, que também podem ser vaqueiros modernos[33]. Nesse exibicionismo, agentes políticos também aproveitam para se promoverem politicamente.

[33] Nesse caso, Maia (2003) prefere trabalhar com dois tipos de vaqueiro, em vez de vaqueiro moderno: o profissional e o não-profissional. O primeiro corresponde àquele que trabalha diariamente no trato com os cavalos e com o seu treino e destreza para a corrida; o segundo é o próprio proprietário ou seu filho ou até

Alguns produtores rurais pesquisados demonstraram afeição e participação efetiva nas festas de vaquejada, embora outros destacaram participações como espectadores. Isso comprova a pouca relevância que essa festa apresenta no espaço lúdico sertanejo atualmente, resultado, principalmente, da ideologia dominante na sociedade de consumo em que vivemos, onde a homogeneização dos espaços tende a levar a supremacia urbana, ou seja, daquilo que se processa, se produz, se apresenta e representa a cidade. As palavras de Maia (2003, p. 180) reforçam bem isso, quando esta afirma que

> na vaquejada, encontramos jovens da chamada classe média, outros de menor poder aquisitivo e muitos moradores da área circunvizinha[...] Muitos estão transvestidos de *cowboys* e *cowgirls* espelhando-se nos modelos dos *agroboys* e *agrogirls* cada vez mais propagados pela mídia. Há também aqueles que rejeitam a roupa-fantasia e dizem: "Estes com muita pose, com botas chiques, chapéus e cintos largos, a maioria não tem nem uma bezerra!". O show, que normalmente inicia-se por volta das onze horas da noite, reúne esses jovens movidos à música – forró – e bebida. Enquanto os vaqueiros disputam os prêmios, grande parte do público dirige-se ao local do show para dançar o forró, música da vaquejada.

Percebemos, portanto, que a festa do vaqueiro deu lugar, principalmente, ao espetáculo de ostentação da elite agrária ou urbana local e regional. Muito mais que uma festa tradicional, símbolo da cultura sertaneja e da pecuária, a mesma se constitui numa memória vaga do que foi um dia o sertão e o sertanejo, mesmo fazendo alusão a este. A vaquejada, ora transmutada, transferida da fazenda para a cidade, tem sua revalorização e resignificação perenemente nas capitais e menos no interior caatingueiro. O espetáculo evidencia uma cultura associada à pecuária que não morreu, mas que se transformou e se adequou aos novos tempos.

A indumentária de couro do vaqueiro pouco aparece no espetáculo, sendo mais usada nos eventos desse gênero, realizados no interior. O couro e seus múltiplos utensílios-derivados se constituem em símbolos autênticos da cultura sertaneja nordestina, nesse caso, da cultura seridoense. Em quase todos os municípios da região existem artesãos

---

mesmo outra pessoa que participa da vaquejada "por esporte ou hobby". Existem casos em que a presença feminina ou infantil está presente, tornando-se um fato exótico, chamando ainda mais a atenção do público.

especializados em trabalhar criativamente essa matéria-prima gerando subprodutos bastante típicos e característicos da sua cultura.

São itens dos mais variados tipos, envolvendo toques especiais de criatividade e imaginação do homem sertanejo, como: selas de montaria, chapéus, gibões, perneiras, guarda-peitos, urus, bisacos, sandálias de vários modelos, cinturões, arreios, chibatas, chicotes, rabichos, revestimentos externos para moringa, utilidades domésticas como, assento e encosto para cadeiras e poltronas, produtos artesanais de decoração e adornos, comercializados, inclusive, no turismo estadual, dentre outros itens, todos bastante úteis no cotidiano sertanejo, especialmente do homem do campo. Antigamente, era comum também a utilização de couros procedentes de outros tipos de animais para a geração desses itens, a exemplo do couro de ovinos, caprinos e animais silvestres como a raposa, o guaxinim e o gato-do-mato. Alguns artefatos produzidos com esses outros tipos de couro apresentavam maior valor comercial devido à diferenciação de preço da sua matéria-prima e ao trabalho minucioso e especializado exigido em sua confecção.

Outrora, além de ser responsável pela geração de todos esses subprodutos, por conseguinte, de um razoável número de empregos, o ciclo do couro foi responsável pela geração de divisas internacionais, a partir de sua comercialização enquanto matéria-prima perante a metrópole e outros países, especialmente durante o período colonial, nos idos dos séculos XVII ao XIX.

No Brasil, a região do Seridó foi uma das áreas que mais produziu essa matéria-prima, uma vez que a pecuária sempre foi representativa regionalmente, Os couros extraídos dos animais abatidos, para atender à demanda de carne no ciclo canavieiro da Zona da mata, eram curtidos na própria região e levados para o litoral para serem escoados e comercializados além-fronteiras. Tudo isso demonstra o que foi, e até certo ponto o que ainda é, a cultura associada ao couro no sertão nordestino.

Já o leite, *novo ouro branco* da economia rural seridoense, apresenta-se como mais um símbolo relevante da cultura regional sertaneja. Basta observarmos a diversidade de subprodutos gerados a partir do mesmo, os quais dão à região uma marca de especialização regional produtiva, bem como tradicionalidade na atividade laticínia e na culinária local. São queijos de coalho e de manteiga, nata, doce, manteiga da terra, biscoitos de vários tipos, bebida láctea, coalhada, iogurtes, e outros itens que compõem a culinária e a cultura alimentar sertaneja. Para Azevedo (2005, p. 142),

> a pecuária e o setor de laticínios no Seridó têm atualmente uma importância fundamental na organização socioespacial agrária e regional. Apesar das limitações e dificuldades que assolam a atividade, esta se constitui numa importante fonte de renda, muitas vezes reduzida, mas perene, para os que a integram[...] beneficiando vários atores econômicos e incutindo tradição e fama à região, através dos produtos alimentícios regionais (queijos, carnes, manteiga e similares), ricos em proteínas e lipídios, que levam a marca do sertão seridoense.

Observamos, portanto, que o leite apresenta um valor econômico, mas, também, simbólico e representativo na cultura regional seridoense. Considerando sua importância histórica para as famílias que o produzem e o beneficiam gerando diversos derivados, e o que este representa para as famílias de baixa renda beneficiadas com o Programa do Leite do governo, mas, sobretudo, observando sua importância e valor no que concerne à manutenção da política partidária estadual, neste encontra-se outro símbolo da cultura regional, cooptado pelos agentes políticos estaduais e locais no sentido de se promoverem politicamente e se manterem no poder.

Até aqui, discutimos e analisamos a cultura e a identidade seridoenses em seus símbolos e significados, valores, práticas, crenças, tradições e costumes constituidores do imaginário e do cotidiano sertanejo. Mas, além do que já foi exposto, outras representações culturais, igualmente importantes, constituem e caracterizam a cultura sertaneja e seus símbolos, alguns dos quais discutiremos e analisaremos a seguir.

1.4.5. A criatividade e o esmero do povo sertanejo: outros símbolos e tradições culturais seridoenses

A capacidade de criação e invenção do povo sertanejo, especialmente do "homem comum" – que é quem faz e mantém essa cultura material visível e forte –, concebe uma representação simbólica, nem sempre letrada, tampouco marcada pela erudição, mas, pelo esmero e reflexão contínua sobre o que pode ser feito no sentido de melhorar concretamente, e até embelezar as condições materiais de vida própria e dos seus congêneres. Basta olharmos para a diversidade de itens e símbolos da cultura material sertaneja, todos bastante úteis no cotidiano humano, dos quais, muitos, envolvem, normalmente, toques especiais de criatividade e esmero.

A maioria dos ícones da cultura material seridoense, de modo especial os artesãos e artesãs que confeccionam artesanato de argila, de couro, de madeira e bordados é constituída, quase sempre, por pessoas simples, analfabetas ou semi-analfabetas, que aprenderam seus ofícios fazendo ou vendo alguém fazer. No Seridó é significativo o número de artesãos que ganham a vida com o esmero de suas mãos e de sua capacidade de invenção; alguns, sem jamais ter ido à escola.

Os trabalhos feitos em argila dão um bom exemplo disso. Tradição deixada pelos indígenas – antes, bastante forte na região; hoje, preservada em alguns dos seus aspectos. Muitos dos instrumentos de trabalho e utensílios domésticos são gerados a partir dessa atividade, cuja matéria-prima essencial é a argila. Dela, faz(ia)-se o pote, a panela, a chaleira, o prato, a xícara, a bilha, o alguidar, a bacia, a leiteira, objetos de decoração, enfim, uma diversidade de itens e utensílios domésticos, todos caprichosamente lapidados e moldados, essencialmente úteis no cotidiano sertanejo. Os mesmos variam na forma e no tamanho a depender da necessidade e do gosto do freguês, uma vez que muitos são feitos por encomenda.

Vale lembrar que, na atualidade, utensílios de alumínio, de ferro e de plástico, beneficiados industrialmente, têm substituído consideravelmente os artefatos de argila, confeccionados manualmente na própria região.

No universo pesquisado, observamos que, mesmo tendo difundido-se o uso da geladeira no padrão de consumo das famílias, ainda se preserva o pote com a finalidade de armazenar a água de beber ou de cozinhar, permanecendo, portanto, o rústico e o moderno, e suas funções, ocupando o mesmo espaço, fazendo parte, assim, do dia-a-dia do sertanejo. Geralmente, os trabalhos com argila são desempenhados por mulheres, conhecidas regionalmente como loiceiras ou louceiras, presentes em todos os municípios do Seridó, inclusive na zona rural.

O bordado feito à mão ou com o auxílio mecânico da máquina de bordar, por exemplo, constitui-se noutro símbolo da cultura regional seridoense resultante da capacidade de criação e invenção desse povo. No caso do bordado artesanal, acredita-se ser essa "uma prática muito antiga, sendo ela herança das mulheres dos colonizadores portugueses. Esse ofício é comumente exercido por mulheres que, na maioria das vezes, praticam a arte de bordar por distração, passatempo, e/ou fonte de lucro". (MEDEIROS; MACEDO, 2005, p. 1).

Nas duas últimas décadas aumentou consideravelmente na região a atividade do bordado feito à máquina, especialmente, na máquina elétrica. A atividade emprega um número razoável de mulheres que vivem dessa arte. Nas famílias entrevistadas para esta pesquisa, observou-se relativa participação de renda proveniente do bordado, constituindo-se, muitas vezes, na principal, ou mesmo, única fonte de renda da família.

Em Caicó, diversos estabelecimentos comercializam produtos bordados, dentre os quais uma associação de bordadeiras, cuja sede é também uma loja comercial desses produtos. Mas, são as bordadeiras artesanais ou semi-artesanais, que desenvolvem a atividade intra-

residência, onde vivem também suas famílias, que têm maior fama e reconhecimento comercial.

Diversos utensílios domésticos e de decoração são gerados a partir dessa arte. São bordadas desde peças de cama, mesa e banho a enxovais de recém-nascidos e gestantes, redes de dormir, bem como, artigos para decoração de hotéis, restaurantes, repartições públicas, autarquias e igrejas espalhadas no Brasil e no exterior[34].

Vale salientar que boa parte dos bordados gerados em Caicó e região, e comercializados na própria cidade e em várias partes do Brasil e do mundo, cuja marca leva o nome desse município é, na maioria das vezes, produzida e gerada em outras cidades seridoenses, como Timbaúba dos Batistas, Cruzeta, São João do Sabugi, Carnaúba dos Dantas, Jucurutu, São José do Seridó, Jardim do Seridó, Currais Novos, entre outras.

Em Caicó, durante a festa de Santana (mês de julho de cada ano), o SEBRAE desenvolve anualmente a FAMUSE. O evento conta com o apoio de várias instituições públicas e privadas, dando maior visibilidade à cultura e ao artesanato regional, dispondo, inclusive, de estrutura e espaço próprio para tal fim, geralmente localizado no entorno da praça do santuário do Rosário. Em 2006 desenvolveu-se o 23º evento dessa natureza, com uma programação composta de apresentações musicais, teatrais e feira com produtos da terra, não necessariamente artesanais. Nesse evento, é comum a participação de bordadeiras ou de agentes intermediários dessas, comerciando bordados e artesanatos diversos, procedentes de vários municípios da região.

Mas, até mesmo desse aspecto da cultura regional – da arte de bordar – a política partidária tenta se beneficiar. De acordo com entrevistados (chefes de famílias assistidas pelos Programas Sociais), durante campanhas eleitorais, em determinado município da região, agentes políticos prometeram diversos incentivos às bordadeiras, dentre eles, construções

[34] Durante a pesquisa de campo constatamos uma bordadeira de Caicó, cujos produtos bordados são comercializados em países europeus como Espanha, França, Itália e Inglaterra e também nos Estados Unidos. Dentre os fregueses desta destacam-se igrejas católicas e evangélicas.

adequadas para o funcionamento das oficinas de bordados e concessão de máquinas, o que não passou de promessas de campanha. Normalmente, as artesãs reclamam da falta de incentivo dos órgãos públicos, evidenciando a presença e lembrança dos agentes políticos tão somente durante as campanhas eleitorais.

Outro símbolo da cultura regional seridoense está representado nas cantorias de viola ou cantigas de "repente". Trata-se de tradição histórica na região, visível pelo menos há cerca de meio século, inclusive, com lugar reservado nos meios de comunicação através de Programa de rádio[35]. Ao estudar esse símbolo da cultura sertaneja, Suassuna (1997, p. 220) afirma que "a cantoria, ou desafio, é a forma usada para a poesia improvisada. Dois cantadores, de viola em punho, às vezes durante toda uma noite, improvisam à maneira dos *tensons* provençais. O que existe de melhor nesses desafios é o tom jocoso, satírico".

Normalmente, imaginativa e criativamente os cantadores "repentistas" cantam em duplas, alternando-se em estrofes com rimas improvisadas procurando prosseguir o enredo do outro, sem jamais repetir o que o anterior proferiu. Antigamente era muito comum a realização dos eventos de cantorias nas comunidades rurais. Nos últimos anos, isso tem diminuído, devendo-se talvez a presença da televisão na maioria das residências rurais, as quais, muitas vezes, mudam alguns costumes, transformam relações e sucumbem tradições.

De acordo com um violeiro caicoense, a cantiga de viola ganhou visibilidade na cultura seridoense nos idos dos anos 1960 e, segundo ele, a maior cidade da região – Caicó – "*tá uma cidade politizada com a cantoria, pois hoje se toca pra todo tipo de gente*", nas feiras, nas residências, nas escolas, nas festas, nas praças públicas, nas universidades, inclusive, no festival de violeiros realizado anualmente, normalmente no mês de julho. Trata-se de mais um esteio da cultura popular regional, ora representado na música improvisada.

[35] De acordo com um dos mais antigos violeiros da região, a Radio Rural de Caicó AM, pertencente à Diocese, mantém desde 1962 o Programa de rádio intitulado Violeiros do Seridó, no qual, em cada alvorecer veicula-se e divulga-se a cultura regional por meio da música repentista ou improvisada.

As feiras livres são outro bom exemplo de lugar das manifestações culturais de determinadas regiões. Na área estudada, as feiras livres oferecem desde produtos da terra, como alimentos em geral, meizinhas[36], produtos para chás e artesanatos (utensílios domésticos), até produtos industrializados trazidos de outras regiões brasileiras e de outros países como China e Paraguai.

Mas, a feira é antes de tudo o lugar da interação social, da sociabilidade do povo sertanejo, lócus das manifestações culturais, ora, representadas nas barracas e "bancas" de feirantes, ora, nos amontoados de produtos pitorescos e exóticos, nos mangaios, aves e pequenos animais comercializados.

Ao se referirem às feiras livres, Morais e Araújo (2005, p. 245) afirmam que "para a protagonização desse episódio que acontece uma vez por semana, em boa parte das cidades que compõe a Cartografia Urbana do Seridó, vários atores sociais são emanados dos mais longínquos recônditos espaciais até os mais próximos". Para esses autores, no cenário polissêmico e polifônico das relações complexas tecidas no interior da feira livre produzem-se e reproduzem-se

> espaços das conversas, das tradições, dos encontros, das transgressões, das experiências, das compras, vendas e permutas, das jocosidades, das performances corporais e orais, enfim, das cores, odores e sonoridades que se misturam e se dissolvem[...] No interior das feiras e em suas redondezas é tecida uma complexidade de relações econômicas, sociais e culturais. (MORAIS; ARAÚJO, 2005, p. 247).

Nos municípios seridoenses, as feiras livres ocorrem normalmente aos sábados, embora em alguns casos ocorram aos domingos ou segundas-feiras. Em Caicó e Currais Novos esse evento é diário, mas, com menor representatividade e inferior participação, merecendo destaque o dia em que acorrem ao evento a população rural e de municípios vizinhos, nesses casos, geralmente aos sábados e às segundas-feiras sucessivamente.

Por fim, sem se pretender dissecar a temática em análise, entendemos que a culinária e os hábitos alimentares regionais constituem-se em outros autênticos símbolos da cultura

[36] remédios caseiros mantidos em casa para serem usados em momentos oportunos

sertaneja seridoense, os quais têm a ver com vários aspectos da vida social regional, isto é, com a construção, manutenção e reprodução dessa sociedade, em suas origens, práticas, economias, valores, costumes, crenças e hábitos mais recorrentes.

A análise de Dantas (2004) nos mostra que os sistemas alimentares auxiliam o entendimento das sociedades humanas pelo fato de informarem acerca da sua organização social e das suas representações simbólicas que, a seu turno, explicam a transformação de alimentos naturais em alimentos culturais. Para a autora, a alimentação é "um sistema simbólico complexo que desempenha um papel fundamental na vida social". Muitas vezes, esta também pode constituir-se num sistema de comunicação que envolve "um conjunto de símbolos que servem de critérios de pertencimento e identidade para um grupo social". (DANTAS, 2004, p. 5).

Nesse sentido, acredita-se que cada cultura apresenta um conjunto de práticas e hábitos alimentares definido, "onde são estabelecidos os critérios que determinam quais os alimentos que podem ser ingeridos e os que são perigosos para o ser humano". Portanto, através dessas "representações sociais e individuais, normas e processos técnicos são estabelecidos", às condições e ocasiões mais propícias para ingestão de cada alimento (DANTAS, 2004, p. 5). Por exemplo, na região estudada, alguns alimentos não podem ser ingeridos em determinados horários do dia, pois, acredita-se trazer malefícios à saúde, isto é, costumam "ofender". É o caso da ingestão de algumas frutas no período da noite ou de doce no período da manhã, hábito esdrúxulo aos olhos do sertanejo, especialmente ao homem do campo.

É, também, na cozinha que a cultura regional seridoense se revela, se solidifica e se mantém forte, com base num conjunto de sabores e saberes, valores alimentares e técnicas praticadas. A culinária e os hábitos alimentares aí (re)produzidos apresentam, muitas vezes, abundância, diversidade e exoticidade, embora, nem sempre seja isso o corriqueiro, pois há,

também, escassez e invariância, como é o caso, por exemplo, dos hábitos alimentares da população desfavorecida economicamente; parte dela, beneficiária dos programas sociais de governo. Das famílias inseridas nos programas sociais, entrevistadas para esta pesquisa, a maior parte evidenciou uma base alimentar composta essencialmente por feijão, arroz, farinha, rapadura e leite; esse último, distribuído pelo governo e, geralmente, consumido apenas por crianças e idosos.

Em dias alternados ou em momentos excepcionais como domingos, "festas, feriados e dias santos é mais expressivo o consumo de carne fresca ou verde, como a de galinha, de porco, de criação (carneiro e bode), de gado e de peixe. Essas excepcionalidades são ocasiões ideais à preparação, à distribuição, à exposição pública e à troca das comidas" (DANTAS, 2004, p. 7), ou seja, à comensalidade, hábito ainda comum na região, principalmente entre os vizinhos e/ou parentes.

A partir das comidas e alimentos tipicamente regionais, comuns na culinária seridoense, sobressaem os seguintes pratos: paçoca feita à base de carne-de-sol, assada, moída ou pilada, com farinha, manteiga da terra e cheiro verde; carne-de-sol assada na brasa; carnes de algumas aves e animais silvestres, a exemplo da arribaçã[37] e do preá[38]; peixes de água doce, como curimatã e piau; panelada de miúdos de porco, carneiro ou bode; buchada de carneiro; mocotó bovino cozido na panela; pirão de caldo de carne ou de ossos bovinos; carnes[39] de carneiro, bode, porco, guiné, peru e galinha caipira; feijão verde; feijão-macáçar; fava; arroz de leite e batata-doce cozida e assada. Várias iguarias são feitas também à base de

[37] Ave columbiforme columbídea (Zenaida auriculata virgata) que se reúne em bandos significativos, normalmente entre os meses de março e abril, em certas áreas do Nordeste, como o Seridó, onde acontece a postura dessa espécie. Nesse período a caça dessa ave torna-se comum na região, servindo, muitas vezes, como importante fonte de renda para alguns caçadores.

[38] Vale salientar que a caça é proibida e fiscalizada pelos órgãos ambientais, mesmo assim essa prática persiste na região.

[39] Normalmente, os pratos à base de carnes são preparados com temperos convencionais, mas, cozidos na panela, conhecidos regionalmente como "fritadas", exceto a galinha caipira, que gera o prato conhecido como "galinha torrada", também cozida na panela. A forte presença das carnes nos hábitos alimentares sertanejos, ao menos da população mais abastada, evidencia a influência da pecuária na vida desse povo, atividade, responsável, inclusive, pelo povoamento da região.

milho e/ou seus derivados, seja o milho seco ou verde. Do milho seco, beneficiado, geram-se pratos como o cuscuz, o munguzá ou muncunzá, o xerém, a fuba ou fubá doce e o bolo; do milho verde gera-se a canjica, a pamonha, o bolo e o angu, como também, come-se o milho cozido e assado.

Vários alimentos também são gerados a partir do leite, como queijos de coalho e de manteiga, coalhada, doces, biscoitos, bolachas, nata e manteiga. Alguns outros pratos, típicos da culinária sertaneja, são feitos a partir de frutos silvestres, como é o caso da imbuzada ou umbuzada, feita do imbu (umbu) ou da cajarana verde. Além desses pratos, outras iguarias, também importantes, aparecem na tradição alimentar regional. Por exemplo, a tapioca, a cocada, a fuba de castanha de caju e de gergelim, uma diversidade de frutos silvestres ou domesticados, a rapadura e o chouriço. Este último apresenta-se como uma iguaria bastante exótica, característicamente típica e preservada na região.

No artigo "O chouriço no Seridó: transformação do sangue em doce", Dantas (2004) reconhece alguns dos simbolismos sertanejos que vão além do hábito de comer ou fazer a comida. Trata-se da produção e da comensalidade, nesse caso, do chouriço que, em vez de alimento, se constitui antes num ritual festivo e de adesão social. De acordo com a autora, a feitura dessa iguaria ocorre

> em meio a uma festa, conhecida como "matança do porco", para a qual são chamados os parentes mais próximos, vizinhos, amigos e alguns convidados especiais. No ensejo é servida a carne de porco e outras comidas. A festa serve para comemorar aniversários, casamentos, batizados, boa colheita, o Natal, a passagem de ano, e outras ocasiões especiais, ocorrendo mais no fim do ano. [...] O evento pode ser percebido como um acontecimento aglutinador e de efervescência social, embora nele seja ofertado um alimento proibido para muitas pessoas[...]. (DANTAS, 2004, p. 11).

Tudo isso serve para melhor caracterizar e identificar a cultura regional da qual estamos tratando, seja através da comensalidade, dos hábitos alimentares e da culinária, seja através da festa e do gesto de celebrar.

Com relação aos pratos e iguarias acima citados, vale destacar que alguns são encontrados apenas em determinadas épocas do ano ou, a depender da disponibilidade e

existência do seu componente principal no mercado, dependendo, também, da exigência e necessidade dos que apreciam tais alimentos. É o caso, por exemplo, dos pratos à base de aves migratórias, as quais aparecem na região, normalmente, durante a estiagem ou na colheita do milho seco. Embora a caça seja proibida por lei ambiental, há caçadores profissionais na região que na superoferta dessas aves, formam pequenos estoques mantendo-os acondicionados à espera de demandas excepcionais.

É importante frisar, também, que muitas das especialidades culinárias, dos hábitos alimentares e iguarias até aqui discutidas e analisadas foram herdadas dos indígenas, mas também de tradições afro-lusitanas, portanto, de influência afro-ameríndia-ibérica.

A importância cultural da culinária regional seridoense evidencia-se e evoca-se a cada evento realizado com o intuito de divulgá-la e promovê-la. Conforme discutido anteriormente, as tradicionais "feirinhas gastronômicas" realizadas no período das festas de padroeiro no Seridó dão um bom exemplo disso, bem como, outros eventos semelhantes, às vezes, de maior envergadura realizados em cidades como Currais Novos e Caicó; são eventos como o Festival Gastronômico Curraisnovense e o Festival da Carne-de-sol e do Queijo sucessivamente.

Portanto, entendemos que existem símbolos e representações simbólicas que constituem uma cultura regional seridoense, assim como uma identidade social; e o (ser)idoense nomalmente apresenta o sentimento de pertencimento à região, ou melhor, ao lugar. Isso está relacionado aos elementos da história de povoamento dessa região, bem como ao conjunto de relações homem-meio, portanto, sociais visualizadas nesse espaço.

Todas as características e representações simbólicas enunciadas neste capítulo tratam de mostrar e elucidar a relação entre espaço e cultura no sertão do Seridó potiguar, evidenciando, inclusive, como aí se estabelece e se configura uma identidade regional, marcada por valores, práticas, hábitos, crenças, símbolos, mantidos e reproduzidos

historicamente, quase sempre associados ou cooptados pela política partidária local, estadual e nacional, tema que será aprofundado nos capítulos posteriores.

Tais representações estão diretamente relacionadas ao processo de formação socioterriotiral do sertão nordestino, em seus aspectos históricos, socioeconômicos e políticos, assunto que será abordado no próximo capítulo.

2 – A FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO SERTÃO NORDESTINO: (re) visitando os processos socioeconômicos e políticos

A expansão territorial do complexo econômico regional nordestino tem como marcos principais o desenvolvimento de atividades econômicas como a cana-de-açúcar, a pecuária extensiva, a cotonicultura e a policultura de subsistência. Desde cedo, os colonizadores se preocuparam em povoar esse espaço geográfico a partir da lógica de exploração dos recursos naturais e materiais existentes, dispensando qualquer preocupação cautelar com o meio ambiente e com a cultura indígena aí presente.

A monocultura da cana-de-açúcar foi a principal responsável pelo povoamento de praticamente toda a faixa litorânea regional que corresponde à Zona da Mata Atlântica adentrando até o Agreste. Nesse espaço, associavam-se numa relação simbiótica, o poder do latifúndio, da *plantation* açucareira e o trabalho escravo.

Já nos Sertões, a pecuária e o algodão foram responsáveis pela ocupação espacial de quase todo o *hinterland*, fazendo surgir, inclusive, boa parte das aglomerações urbanas presentes até hoje nesse espaço. Na fixação das fazendas de gado predominavam grandes extensões de terras para dar sustentação à atividade criatória extensiva, criando, muitas vezes, uma relação simbiótica com a cotonicultura. O trabalho escravo também foi utilizado nos sertões, porém em menor proporção que na *plantation* açucareira.

Os impactos mais brutais e perversos verificados no processo de ocupação espacial dessa região se referem à agressão física e de extrema violência contra os indígenas e à devastação da natureza para propiciar o desenvolvimento das atividades econômicas. Estima-se que centenas de aldeias, por conseguinte, milhares de indígenas foram dizimados violentamente na luta pela apropriação das terras. No Nordeste, grandes extensões de florestas foram destruídas para propiciar a alocação das atividades desenvolvidas pelos colonizadores,

nesse caso, principalmente a pecuária e a cana-de-açúcar. Posteriormente apareceram a cotonicultura e a produção de subsistência.

Associada à dinâmica econômica regional, pautada nessas atividades, e ao conjunto de relações inerentes a esse processo, surgiu a vida social e política do Nordeste brasileiro, por conseguinte, a representação cultural simbólica regional.

Assim, no presente capítulo analisaremos inicialmente a formação socioespacial sertaneja, buscando compreender as raízes históricas rurais desse processo de ocupação regional, o surgimento e a consolidação dos núcleos urbanos, as representações culturais, aí estabelecidas, e a diferenciação socioeconômica gerada entre as regiões, ou seja, atentaremos para os desequilíbrios regionais concernentes ao desenvolvimento interno desigual do capital. Também discutiremos como os desequilíbrios regionais justificam a intervenção do Estado, o qual, no caso do Nordeste, fez surgir, através dos seus representantes, a "indústria da seca", configurando um conjunto de relações sociais, políticas e econômicas baseadas no clientelismo, assistencialismo e paternalismo público, o que de algum modo imbrica-se ao contexto político nacional.

Na seqüencia, discutiremos a implantação e ação da SUDENE no espaço regional nordestino, os programas desenvolvimentistas direcionados para o meio rural, o poder das oligarquias e do coronelismo, e como os problemas sociais se agravaram na região diante das ações contraditórias do setor público, buscando entender as causas e os principais responsáveis por esses problemas.

2.1. A Formação socioterritorial do *hinterland* sertanejo potiguar: raízes rurais históricas

A primeira atividade econômica desenvolvida no *hinterland* sertanejo nordestino foi o extrativismo – animal, vegetal ou mineral. O extrativismo animal circunscrito na caça e pesca regional predominou, principalmente, na fase anterior à industrialização, embora

persista incipientemente até os dias atuais. Atualmente (2006), a pesca apresenta maior expressividade nas áreas sob influência das bacias hidrográficas onde foram construídos grandes açudes e barragens com boa capacidade de armazenamento d'água. Nos períodos chuvosos, por ocasião das enchentes dos riachos e rios intermitentes, a pesca também se torna comum na região sertaneja.

Ao estudar a Geografia Econômica do Nordeste, Andrade (1987) destaca que o extrativismo vegetal tem grande importância econômica na região, abrangendo a extração e exploração de produtos como a carnaúba[40], através da cera e da palha, do angico, através da casca usada para fazer o tanino bastante utilizado nos curtumes de couro, da castanha de caju, oiticica, entre outras plantas que favoreceram e ainda favorecem o extrativismo vegetal na região. O Sertão potiguar já se constituiu numa das áreas maior produtora da cera de carnaúba, restando atualmente apenas resquícios dessa espécie vegetal, principalmente no vale do Piranhas-Açu, onde a palmeira ainda sobressai em pontos localizados da paisagem geográfica.

Quanto ao extrativismo mineral, o *hinterland* sertanejo dispõe de várias reservas minerais, merecendo destaque as minerações de scheelita[41] e os pegmatitos, abundantes principalmente na região do Seridó.

Vale ressaltar que nesse espaço sertanejo o extrativismo – animal, vegetal e mineral – tem sido suplantado por outras atividades econômicas, expandindo a agropecuária e a industrialização – ceramista, alimentícia e têxtil.

Ao tratar da formação do complexo econômico nordestino, Furtado (2000) também defende as atividades canavieira e criatória como responsáveis principais pelo processo de

[40] Espécie de palmeira abundante no sertão nordestino, cujas folhas se constituem numa fibra forte e útil na produção artesanal de artefatos e utensílios domésticos usados na unidade rural de produção. Dentre os acessórios e utensílios produzidos a partir da matéria-prima dessa palmeira sobressaem: peneira, chapéu, balaio, cesto, vassoura, esteiras etc.

[41] Trata-se do minério tungstato de cálcio, do qual se extrai o tungstênio e seus compostos abundante na região do Seridó, especialmente no município de Currais Novos.

consolidação regional. Com uma distinção, a pecuária desenvolvida no molde extensivo no *hinterland* sertanejo apresentava baixos custos e fortes possibilidades de expansão dependendo apenas da capacidade de reprodução e multiplicação do efetivo de animais, bem como da demanda mercantil.

Ao analisar as diferenças existentes entre a *plantation* açucareira e a pecuária, Furtado (2000) entende que

> muito ao contrário do que ocorria com a açucareira, a economia criatória não dependia de gastos monetários no processo de reposição do capital e de expansão da capacidade produtiva. Assim, enquanto na região açucareira dependia-se da importação de mão-de-obra e equipamentos simplesmente para manter a capacidade produtiva, na pecuária o capital se repunha automaticamente sem exigir gastos monetários de significação. Por outro lado, as condições de trabalho e alimentação na pecuária eram tais que propiciavam um forte crescimento vegetativo de sua própria força de trabalho. A essas disparidades se devem diferenças fundamentais no comportamento dos dois sistemas no longo período de declínio nos preços do açúcar. (FURTADO, 2000, p. 63-64).

Significa dizer que a atividade criatória apresentou, ao longo dos séculos, maior capacidade de resistência às crises cíclicas surgidas no complexo econômico nordestino do que a economia canavieira, salvo nos longos períodos de seca. Por se tratar de um processo de recuperação, principalmente endógeno, a pecuária teve, também, uma capacidade de converter-se em economia de subsistência, o que permitiu sua contiguidade.

A relação de complementaridade e de simbiose entre essas duas atividades é notória. De acordo com Furtado (2000, p. 65),

> não havendo ocupação adequada na região açucareira para todo o incremento de sua população livre, parte desta era atraída pela fronteira móvel do interior criatório. Dessa forma, quanto menos favoráveis fossem as condições da economia açucareira, maior seria a tendência imigratória para o interior. As possibilidades da pecuária para receber novos contingentes de população – quando existe abundância de terras – são sabidamente grandes, pois a oferta de alimentos é, nesse tipo de economia, muito elástica a curto prazo. Contudo, como a rentabilidade da economia pecuária dependia em grande medida da rentabilidade da própria economia açucareira, ao transferir-se população desta para aquela nas etapas de depressão, se intensificava a conversão da pecuária em economia de subsistência.

Essa articulação e inter-relação entre esses dois sistemas econômicos no Nordeste propiciou a superação de várias crises econômicas vividas nesse complexo regional, ao longo dos séculos, possibilitando, inclusive, empregabilidade, oferta de alimentos e,

conseqüentemente, aumento vegetativo da população vindo a constituir posteriormente um exército de reserva de trabalhadores para atividades econômicas desenvolvidas no Centro-Sul do país. Portanto, historicamente, a tradição rural marca não só a formação socioespacial do interior nordestino, mas também do tecido social de outras regiões brasileiras.

De fato, a cotonicultura também desempenhou um importante papel na formação socioterritorial sertaneja, haja vista a inter-relação dessa atividade com a própria pecuária. O Rio Grande do Norte teve uma importante participação na configuração do espaço cotonicultor nordestino (Tabela 1).

Tabela 1 – Rio Grande do Norte: Produção de algodão em pluma– 1906 a 1960

Períodos de Safra	Quantidade (em toneladas)
1906/07 a 1910/11	8.123
1911/12 a 1915/16	7.426
1916/17 a 1920/21	7.806
1921/22 a 1925/26	9.973
1926/27 a 1930/31	12.025
1931/32 a 1935/36	19.091
1936/37 a 1940/41	23.209
1941/42 a 1945/46	19.723
1946/47 a 1950/51	22.163
1951/52 a 1955/56	20.115
1956/57 a 1959/60	22.388

Fonte: CLEMENTINO (1995, p. 139) Apud Secr. de Agricultura do RN – Serv. Classificação do Algodão

Nota-se que em boa parte do século XX a cotonicultura esteve em expansão no estado, conforme demonstrado especialmente a partir da quantidade produzida. No período acima, a última metade da década de 1930 e o início dos anos 1940, destacam-se como a fase de maior produção. Porém, o maior volume de algodão produzido naquele século, ocorreu nos idos dos anos 1970, destacando-se a produção seridoense. No interior desse processo o Seridó destacou-se, tanto pela qualidade do algodão produzido, quanto pela quantidade gerada (Tabela 2). Em boa parte do século XX, o Seridó se constituiu numa das principais áreas produtoras de algodão do sertão nordestino.

Tabela 2 - Rio Grande do Norte: Produção de Algodão em Pluma Classificado, por Zona – 1969 a 1981

Safras	Mata		Sertão		Seridó		Total
	Ton.	%	Ton.	%	Ton.	%	
1969/70	4.794	20,6	3.620	15,5	14.838	63,9	23.252
1970/71	2.448	24,2	1.162	11,5	6.520	64,3	10.130
1971/72	5.980	23,6	4.624	18,2	14.766	58,2	25.370
1972/73	7.240	25,4	6.038	21,1	15.249	53,5	28.527
1973/74	7.135	22,4	4.586	14,4	20.140	63,2	31.861
1974/75	8.015	31,4	2.769	10,8	14.731	57,8	25.515
1975/76	6.673	25,0	2.545	9,5	17.519	65,5	26.737
1976/77	4.762	24,9	1.551	8,1	12.809	67,0	19.122
1977/78	8.144	27,0	2.825	9,3	19.287	63,7	30.256
1978/79	6.330	23,1	3.446	12,5	17.642	64,4	27.418
1979/80	2.864	20,2	2.576	18,2	8.701	61,5	14.142
1980/81	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	12.851

Fonte: CLEMENTINO (1986, p. 200) Apud Secretaria de Agricultura do RN, Boletins Estatítiscos do Convênio de classificação de produtos de origem vegertal (MA/SAG-RN)

Percebe-se que na década de 1970 o Seridó apresentou a maior participação no volume de produção de algodão gerado no estado, em relação às demais zonas. Em todas as safras a região deteve mais da metade do volume produzido.

Assim, a região desempenhou um importante papel na geração desse produto, tido como o "ouro branco" do sertão. É tanto que o algodão arbóreo, denominado algodão mocó, tornou-se conhecido mundo afora como o algodão seridó. Ou seja, o algodão deu projeção e visibilidade à região. Muito embora, "as grandes forças propulsoras desta projeção parecem ter emanado das hostes políticas a partir de uma bem construída elaboração imagético-discursiva em que a região era anunciada como território da cotonicultura, produtora do algodão de melhor qualidade do mundo" (MORAIS, 2005, p. 168). Acredita-se que o mesmo apresentava fibra altamente competitiva, por esta ser longa e por apresentar maior resistência que as demais variedades. É, portanto, com razão que Morais (2005, p. 168) defende que

> as falas sobre o Seridó, se não podiam dizer a respeito de um primeiro lugar em termos de produção, encontraram-se literalmente à vontade para anunciar a supremacia qualitativa do algodão que a região produzia. Era um dizer produtor de subjetividades que, por enaltecer a qualidade (o melhor) em detrimento da quantidade (o maior), impregnava de simbolismo o fazer econômico e se tornava demasiado eficiente no sentido de parecer hegemônico e obscurecer outras falas.

Portanto, a construção imagética dircusiva difundida sociopolitica e culturalmente sobre o Seridó evoca uma região, cujo espaço se constitui no espaço da "promissão" e do

algodão, no qual, embora a natureza seja severa e demonstre seu rigor climático, a riqueza se produz. É nesse contexto que vai se moldando e se constituindo as representações simbólicas regionais, portanto, a cultura e a identidade seridoense. No apogeu da cotonicultura, "economia, política e cultura se entrelaçaram na elaboração do discurso regionalista" (MORAIS, 2005, p. 169).

Além do mais, é importante destacar que o algodão arbóreo produzido no sertão do Seridó, de fato apresentava uma excelente capacidade de combinação/complementariedade com a pecuária. Após a colheita, que normalmente coincidia com os períodos de estiagem e de baixa oferta de pastagens e ração, os restolhos quase sempre serviram de alimento ao gado, bem como os caroços, separados das plumas, quase sempre destinavam-se à fabricação de torta (ou óleo), constituindo-se, essa última, numa importante fonte alimentar animal de alto valor nutritivo. É por isso que Morais (2005, p. 169) discorre que nessa área,

> enquanto o gado foi elemento fundamental à ocupação e aos alicerces da estrutura espacial, o algodão foi fator de consolidação desse processo inicial, extremamente eficiente no fortalecimento da construção do espaço enquanto região. O algodão foi mais que o principal produto da economia, foi o aporte da discusividade e das práticas políticas, símbolo da riqueza e da prosperidade regional.

Logo, o gado e o algodão são elementos essenciais, constitutivos do imaginário, da cultura e da identidade seridoense, além de outros discutidos anteriormente. Tudo está intrinsecamente relacionado com o processo de configuração regional, bem como com o surgimento e formação dos núcleos urbanos existentes nessa área.

2.1.1. O processo de ocupação regional, surgimento e formação de núcleos urbanos: importância da agropecuária

Até o final do século XX, as atividades agropecuárias desempenhavam papel fundamental na sociedade sertaneja nordestina e potiguar. Os currais de gado e os algodoais foram responsáveis não só pelo povoamento sertanejo, mas também por determinar ou, ao menos, influenciar as relações sociais, políticas e culturais desse espaço.

A maior parte dos núcleos urbanos regionais emergiram sob a égide dessas atividades, especialmente, a partir da criação do gado bovino, embora outros rebanhos apresentem relativa importância na dinâmica rural sertaneja, como o efetivo de miúças[42], por exemplo.

Ao tratar da relevância dessa atividade no Nordeste, Andrade (1987, p. 99) discorre que

> se fizermos um retrospecto histórico veremos que a pecuária foi responsável pelo povoamento da maior parte da região, servindo de suporte à expansão do povoamento por toda a área sertaneja e só à proporção que a população crescia é que ia sendo substituída pela agricultura, naquelas áreas mais favoráveis a esta atividade econômica. Deu ainda notável contribuição ao desenvolvimento das duas culturas de exportação que comandaram, através dos séculos, a evolução econômica regional: a cana-de-açúcar, que das áreas de pecuária recebia os animais de trabalho que moviam as almanjarras, conduziam os carros, os que eram utilizados como animais de carga e que abasteciam de carne as populações dos engenhos e fazendas, e o algodão, cuja cultura sempre foi feita associada à pecuária, no conhecido complexo algodão-gado-cereais.

Dessa forma, observamos que a sociedade sertaneja rural e urbana traz consigo vários traços, relações, práticas e costumes vinculados às atividades agropecuárias. Muitos municípios emergiram da influência dessas atividades, recebendo e preservando nomes, conservando festas populares e até designando padroeiros[43]. Ao se referir à origem dos nomes das localidades sertanejas, Cascudo (1956, p. 14) constata que

> uma pesquisa na toponímia daria a influência da pecuária. Certamente centenas e centenas de topônimos desapareceram substituídos na maré montante de uma alucinação bajulatória cada vez mais alta e mais fremente em sua dedicação efêmera e interesseira. Somente as serras e os rios ainda resistem conservando os velhos nomes de outrora. Mas nesta marcha chegará a hora em que eles perderão igualmente seus títulos seculares em face de uma indispensável homenagem contemporânea a um gênio exigente de incenso e cioso de repercussão nacional.

Depreendemos que o autor reconhece a importância da pecuária no que concerne à toponímia regional, mas destaca a preocupação frenética de alguns personagens, muitos deles,

---

[42] Rebanho conhecido coloquialmente como "miúnça", que se refere ao efetivo de animais ovinos, caprinos, suínos e aves em geral, galinha caipira, galinha da angola ou guiné, pato, ganso, peru, pavão etc.

[43] A religiosidade católica do sertanejo considera e venera a excelsa e gloriosa Senhora Santana como a padroeira do vaqueiro. No Seridó e adjacências, Santana é padroeira de vários municípios, inclusive dos mais importantes, em termos de contingentes populacionais, infra-estrutura urbana e pólos regionais, a saber: Caicó e Currais Novos. Essa tradição é tão arraigada no interior do Sertão potiguar que alguns municípios e uma microrregião apresentam o nome da santa, a saber: municípios de Santana do Seridó, Santana do Matos e microrregião de Serra de Santana.

políticos interessados em atribuírem seus nomes à denominação dos lugares, algo muito comum na toponímia brasileira. Na região do Seridó também é possível observar a influência do algodão na toponímia regional. Várias localidades apresentam nomes alusivos a essa atividade, por conseguinte, à sociedade algodoeira de outrora.

É mesmo indissociável a relação entre a agropecuária e o surgimento/formação dos núcleos urbanos sertanejos. Nesse aspecto, lembra a música popular regional,

> foi da prece de um vaqueiro que nasceu Caicó, coração do sertão brasileiro, capital do Seridó. Vila do príncipe, se iniciou, cem anos atrás como cidade se firmou, centro de glórias e de avante, berço de luz que fez Amaro Cavalcanti, cultura brilhante. (CD – 249ª Festa de Santana de Caicó, Música: Prece de vaqueiro, Autor desconhecido, 1997, faixa 3).

Em alguns casos é possível notar a presença de instalações rurais centenárias no interior do espaço urbano, como é o caso de alguns currais, estábulos antigos e usinas algodoeiras observados em sedes municipais seridoenses evidenciando a influência da agropecuária[44].

Até meados do século XX a economia potiguar era essencialmente rural destacando-se a produção de cana-de-açúcar no litoral úmido, a produção salineira no litoral norte ou litoral semi-árido, a cotonicultura associada às culturas alimentares de subsistência como milho, feijão e mandioca e a pecuária no sertão. De acordo com Felipe (1986, p. 10), "a essas atividades econômicas juntava-se a cultura do agave e o extrativismo da carnaúba e da oiticica, no caso do extrativismo, localizados principalmente nos vales do Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró". Até aí o meio rural tinha forte representatividade no contexto da economia local e regional, com repercussões diretas na configuração política, isto é, na constituição do coronelismo nordestino associado às atividades rurais.

Ainda sobre esse período Felipe (1986) esclarece que o beneficiamento da produção se dava principalmente nos núcleos urbanos. Para esse autor

[44] Em Caicó, cidade-pólo na região, a Fazenda Penedo, outrora tradicionalmente conhecida pela criação de gado deu origem ao bairro de mesmo nome, um dos principais desse núcleo urbano, bairro esse predominantemente habitado pela classe média alta local, na sua maioria, empresários do comércio, industriais e funcionários públicos. Nesse bairro ainda se preservam ruínas do curral que abrigava animais bovinos em períodos remotos.

> essa economia essencialmente agrícola, com exceção do sal, fazia nascer uma indústria de beneficiamento desses produtos de origem agrícola, como é o caso dos engenhos de açúcar, das algodoeiras, das fábricas de óleos (oiticica e algodão), das oficinas de carne seca (carne-de-sol), os curtumes e as casas de farinha. Além dessas outras unidades industriais, existiam, voltadas para a produção de alimentos, as padarias, as fábricas de macarrão e as moageiras de sal. (FELIPE, 1986, p. 10).

Mas, era comum a presença de oficinas de carne-de-sol, casas de farinha, engenhos de cana-de-açúcar e armazéns de algodão principalmente no espaço rural. As cidades desempenhavam as funções de comercialização, além do beneficiamento de parte da produção gerada no campo. É por isso que muitos núcleos urbanos, não só no Nordeste, mas no Brasil, emergiram sob a égide das atividades econômicas acima citadas.

Nesse sentido, concordamos com Felipe (1986) quando este afirma que a organização espacial urbana depende da divisão social e territorial do trabalho apresentando, no caso do sertão, forte relação com a agropecuária. O autor explica que no Nordeste a organização do espaço urbano tem forte ligação com a divisão territorial do trabalho, e isso

> manifestou-se no momento em que a economia açucareira induziu o surgimento e a expansão da pecuária no Sertão. As cidades sertanejas, criadas por esta divisão territorial do trabalho, têm suas funções e formas determinadas pela sua maior ou menor proximidade dos espaços de produção (o Sertão) e dos espaços de consumo e escoamento (o litoral). Essa importância locacional é reforçada com a cultura do algodão que concentra, através de suas unidades industriais, capital e população no espaço urbano. (FELIPE, 1986, p. 11).

Várias sedes municipais sertanejas ainda preservam na sua paisagem urbana algumas estruturas e instalações físicas das usinas algodoeiras, determinantes no processo de organização espacial regional, quando da fase áurea cotonícola. Aí existiu a produção do algodão mocó ou "algodão seridó", como era nacional e internacionalmente conhecido esse símbolo da cultura e da história do sertão.

De acordo com Clementino (1986) em meados do século XX, mais especificamente em 1942, o Seridó sediava mais de 40 estabelecimentos industrias ligados à cotonicultura, dos 168 existentes no estado, cuja maioria tinha a função de beneficiamento. Nesse período destacam-se os municípios de Currais Novos e Parelhas com o maior número de

estabelecimentos desse tipo. Pode-se afimar que a fase áurea da economia seridoense corresponde ao apogeu da cotonicultura. E, as implicações dessa atividade

> sobre a vida seridoense foram notáveis, vindo a se manifestar também em termos de estruturação espacial. Nesse período, a vida urbana regional adquiriu certa vitalidade com a instalação das usinas de beneficiamento de algodão e de fábricas para industrialização de seus derivados. Algumas cidades passaram de meros entrepostos de comercialização a centros de beneficiamento do produto, tornando-se tímidos referentes do discurso da modernização, em voga no país a partir da década de 1950. O perfil industrial-urbano, corolário do projeto de modernização da sociedade brasileira, atingiu o Seridó mesmo que de modo pouco expressivo (MORAIS, 2005, p. 169).

Assim, entendemos que, além do extrativismo, as atividades agropecuárias como a cotonicultura, a atividade criatória em suas nuanças, gado graúdo e miúdo, extensivo ou não, bem como a agricultura de subsistência, através da policultura, foram extremamente importantes no processo de ocupação regional do sertão, fazendo surgir os principais núcleos urbanos, sua vida social, política e cultural.

E, em sendo o principal responsável pela "circulação de capital no espaço regional, o algodão foi fator decisivo para a dinamização e ampliação do setor terciário das cidades, principalmente dos centros regionais Caicó e Currais Novos, para o incremento das feiras semanais e para as melhorias em termos de infra-estrutura urbana" (MORAIS, 2005, p. 169).

2.1.2. As representações culturais no contexto da ocupação regional: papel da agropecuária e das tradições indígenas

A pecuária é a própria cultura sertaneja, pois a religiosidade, a musicalidade, as tradições alimentares, a economia e a política regionais são estreitamente ligadas a essa atividade que consigo carrega símbolos, mitos, valores, significados, práticas e manifestações populares que movem a sociedade local e regional.

Como bem afirma Cascudo (1956, p. 7), no sertão, "quem gado não cria, não tem alegria". De acordo com o autor, a fazenda de gado foi responsável por fixar a população no interior de todo o nordeste brasileiro, e

> a criação nos campos indivisos, solta a gadaria nos plainos e tabuleiros sem fim, deu ao homem um sentimento de liberdade de ação, e a ausência de todo um sistema fiscalizador diretivo: feitores, mestres, apontadores do ciclo da cana-de-açúcar, o que era para o vaqueiro um convite à iniciativa e às forças vivas da imaginação e da incentiva pessoal. (CASCUDO, 1956, p. 7).

É por isso que o arcabouço cultural sertanejo foi se constituindo e se firmando progressivamente associado à pecuária, não obstante a influência da cultura indígena, representada e impregnada na região por essa etnia, além da importante contribuição da cotonicultura. É comum ouvirmos dos sertanejos mais idosos que alguns costumes e crenças presentes até hoje na sociedade sertaneja foram deixados por seus ancestrais indígenas[45]. São hábitos e costumes alimentares, crenças populares, festas, artesanatos e músicas associando cultura indígena e cultura pecuarista. De acordo com Cascudo (1956, p. 11-12), na cultura alimentar

> éramos todos devotos da coalhada habitual, com rapadura raspada, fazendo nódoas na prata do leite coagulado. Frutas, raras. A guloseima era farinha com açúcar e tora de rapadura. A galinha sempre cozida, com pirão gordo, ou refogada, nos dias especiais. Lá em raro, assada. Dava muito trabalho e pouca gente gostava. Peru, pela festa, dezembro. Carneiro, buchada, bode assado, duro, mas dava, afirmavam, "sustança". Tutano de todos os ossos era sorvido, catado à ponta de faca, puxado a língua, como os nossos pré-avós das cavernas. Carne assada, gorda, com farofa, prato diário e real, inesquecível, especialmente do velho gado crioulo, remanescente da gadaria vinda da Madeira, tão longe da carne de borracha do zebu ornamental. Para beber, água. Garapa de açúcar contra secura da garganta ou tosse seca, teimosa. Para os grandes, quando iam à rua, vinho tinto, quente, das garrafas enfileiradas na prateleira. Ou então cachaça, aguardente, pura[...].

Além da alimentação, o artesanato e a arte de fazer os utensílios domésticos e os instrumentos de trabalho tornaram-se bastante comuns na região. Basta ver a diversificação que há desde aqueles que são usados na lida diária da casa até os que servem na labuta com o gado e com os roçados. Bons exemplos disso são os instrumentos feitos com argila, tradição indígena bastante presente no espaço rural sertanejo do Nordeste. O pote para armazenar água, a panela para cozinhar, a bacia para lavar a louça, o prato, a moringa, entre outros inúmeros utensílios domésticos feitos artesanalmente e de extrema importância no cotidiano

[45] No Sertão potiguar, é muito comum nas feições físicas de indivíduos de algumas famílias traços caracteristicamente indígenas. Ao mesmo tempo, observamos nos relatos dos mais velhos comentários do tipo: "minha avó foi capturada à laço de cavalo e dente de cachorro", evidenciando, de certa forma, a violência da colonização, mas, também, a miscigenação do homem branco com os índios da região.

sertanejo. Os utensílios de couro dão outro bom exemplo disso, conforme analisado no capítulo anterior.

O beneficiamento do couro "limitava-se ao âmbito local, constituindo uma forma rudimentar de artesanato. O couro substitui quase todas as matérias-primas, evidenciando o enorme encarecimento relativo de tudo que não fosse produzido localmente". (FURTADO, 2000, p. 65). Entretanto, a arte de trabalhar o couro e fazer uso do mesmo na lida diária, constitui-se, sobretudo, numa representação cultural simbólica regional muito forte. A sela de montaria, os arreios, a véstia[46], que mais parece uma armadura contra a hostilidade severa e espinhosa da caatinga, o chapéu, chato e redondo, dentre outros acessórios, se constituem em aparatos-chave na vida do sertanejo, que, como disse Euclides da Cunha (2003), talham-se às feições do meio, uma vez que se vestido de outro modo o sertanejo não conseguiria romper incólume a caatinga e os pedregais cortantes desse espaço.

No tocante às festas, destacavam-se as vaquejadas, festas de padroeiros, bumba-meu-boi, o forró e as festas de casamento. Como explica Cascudo (1956, p. 12),

> nos arremediados, a roupa de casamento, casimira inglesa, durava toda a vida e servia de mortalha[...] Pelo menos uma vez por mês ia-se à missa na vila mais próxima. Os maiores, a cavalo, as mulheres, de silhão, vestindo a longa montaria que descia até o centro da terra. O povo miúdo, a pé[...]

Tudo isso constituía o ritual festivo da cultura sertaneja no contexto da ocupação espacial e formação social, com algumas transformações no tempo presente, mas com algumas resistências também conforme discutido anteriormente. Diante de tantas peculiaridades e características culturais específicas, concordamos com Cascudo (1956), quando o mesmo lembra que em alguns aspectos essa sociedade parece viver num mundo diverso onde as "cousas" apresentam valor, significado e sentido em dimensões e aspectos diferenciados. O algodão também desempenhou um importante papel na configuração dessa sociedade, seja através da manutenção e suplementação da atividade criatória, seja através da

[46] Termo usado para nomear a roupa do vaqueiro em seus múltiplos acessórios, constituída pelo gibão, perneira, joelheira, peitoral, luvas e guarda-pés, tudo de couro curtido ou sola como era chamado.

ocupação de mão-de-obra no campo, seja através da geração de divisas econômicas, ou até mesmo na configuração política estadual e nacional a partir de agentes locais/regionais vinculados a essa atividade.

Mas, na atualidade, a região também absorve em larga escala elementos e símbolos da modernidade, como se pode verificar, por exemplo, nos aumentos dos usos do automóvel, da televisão, do telefone celular, do computador entre outros símbolos do mundo moderno.

Porém, nem tudo tem sido favorável ao homem que habita esse espaço, principalmente, quando suas melhorias transcendem ao seu poderio. A "depressão" sertaneja tem sofrido não somente os rigores da natureza, mas, sobretudo, os reveses de um sistema econômico e político perverso, excludente, marginalizador e humilhante.

2.2. Os desequilíbrios regionais no Brasil e a intervenção do Estado: fases e faces, avanços e retrocessos do desenvolvimento regional

O desenvolvimento desigual do capital no Brasil gerou uma sociedade extremamente heterogênea, segregada espacialmente e disforme, do ponto de vista socioeconômico regional.

Num país com a dimensão territorial brasileira é quase inevitável a existência de desníveis econômicos entre suas diversas áreas territoriais, bem como o surgimento de rivalidades políticas e ressentimentos sociais, evidenciado pelas notáveis diferenças entre as regiões. Entretanto, tais diferenças são inerentes e, essencialmente, resultantes das desigualdades do desenvolvimento econômico capitalista, artifício encontrado pelo mesmo sistema, para poder se expandir e se reproduzir. O capitalismo sobrevive das desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais e regionais.

Assim sendo, geralmente as áreas mais desenvolvidas mantêm o controle da atividade industrial, consumindo matérias-primas provenientes das demais áreas a um baixo custo e

absorvendo mão-de-obra barata das mesmas, o que viabiliza sua maior acumulação e expansão.

A formação econômica do Brasil evidencia, até meados do século XX, o que Oliveira (1993) chamou de "arquipélago regional", isto é, ilhas econômicas isoladas e desarticuladas entre si, mas vinculadas ao mercado primário exportador. As disparidades e desigualdades inter-regionais aumentaram a partir do processo de expansão do sistema capitalista no território nacional. Essa fase coincide com o apogeu da cafeicultura no Sudeste que, associado a outros fatores, por exemplo, fortes incentivos e investimentos do Estado em infra-estrutura, fez avançar a industrialização naquela região, conseqüentemente o deslocamento do eixo econômico-político-dinâmico que centrava-se no Nordeste para o Centro-Sul.

Nesse sentido, concordamos com Oliveira (1993, p. 75-76), quando este observa que no momento

> em que a expansão do sistema capitalista no Brasil tem seu locus na "região" Sul comandada por São Paulo, o ciclo toma espacialmente a forma de destruição das economias regionais, ou das "regiões". Esse movimento dialético destrói para concentrar, e capta o excedente das outras "regiões" para centralizar o capital. O resultado é que, em sua etapa inicial, a quebra das barreiras inter-regionais, a expansão do sistema de transportes facilitando a circulação nacional das mercadorias, produzidas agora no centro de gravidade da expansão do sistema, são em si mesmas tantas outras formas do movimento de concentração; e a exportação de capitais das "regiões" em estagnação são a forma do movimento de centralização. Aparentemente, pois, sucede de início uma destruição das economias "regionais", mas essa destruição não é senão uma das formas da expansão do sistema em escala nacional.

Percebemos que a lógica de acumulação desigual do capital reforçou as disparidades regionais internas no país, como mecanismo de defesa e viabilização do próprio sistema. Tudo isso tecido e tramado propositadamente pelas oligarquias regionais, as quais, quase sempre, capturavam o Estado no sentido de superfortalecerem a coligação de forças concentradas e desiguais.

Ao discutir a questão regional no Brasil e, as desigualdades existentes entre as distintas áreas do território nacional, Andrade (1988, p. 9) entende que se cria desse modo

> uma situação de dominação, de vez que as áreas mais desenvolvidas adquirem as matérias-primas a preços baixos e vendem os produtos industrializados a preços

> elevados. Além disso, tendo poder de pressão sobre o Governo Federal, conseguem impor barreiras aduaneiras à importação de produtos industrializados, forçando as áreas menos desenvolvidas a adquirir seus produtos a preços superiores ao do mercado internacional. Beneficiam-se da utilização de mão-de-obra barata e pouco exigente, através do estímulo às migrações internas, da aquisição de matérias-primas a preços baixos; garante um mercado para os seus produtos e as divisas obtidas com as exportações das áreas pobres são em geral aplicadas nas áreas ricas, de vez que aos empresários interessa um retorno rápido do capital empregado.

No século XX, especialmente após 1930, o Brasil passou por alguns avanços no sentido de consolidar a soberania e o sentimento nacionalista interno, porém não conseguiu instaurar definitiva e solidamente o Estado-nação. Conforme Ianni (2004), ainda não somos uma nação coesa, portanto não somos propriamente uma nação, podemos, sim,

> ser um Estado nacional, no sentido de um aparelho estatal organizado, abrangente e forte, que acomoda, controla ou dinamiza tanto estados e regiões como grupos raciais e classes sociais. Mas as desigualdades entre as unidades administrativas e os segmentos sociais, que compõem a sociedade, são de tal monta que seria difícil dizer que o todo é uma expressão razoável das partes – se admitimos que o todo pode ser uma expressão na qual as partes também se realizam e desenvolvem. (IANNI, 2004, p. 177).

Como falar em nação se em pleno século XXI o país ainda vive notadamente o estigma da exclusão social, da desigualdade brutal entre as classes e regiões, tudo legitimado e fomentado pelo poder público, associado ao sistema societário vigente? O conjunto de relações e ações se estabelece diante dessa lógica, acentuando e ampliando as disparidades, diferenças e capacidades de exploração do sistema, haja vista essas estratégias se constituírem em instrumentos básicos de auto-reprodução e fortalecimento do capital.

Além desses fatores, todo esse processo é marcado pela permanência e reprodução de relações de trabalho e relações sociais no campo, e até mesmo na cidade, caracteristicamente da fase de acumulação primitiva do capital que, no contexto histórico atual, retarda a evolução da nossa sociedade, bem como, a liberdade de ação dos indivíduos, por conseguinte, a constituição da cidadania no Brasil.

É nesse contexto anacrônico e paradoxal que acontece a política de Estado, dito desenvolvimentista, onde se fomenta a industrialização e o desenvolvimento do capital, mantendo e até agravando as desigualdades entre as classes e regiões.

O desenvolvimento aqui abordado não se refere especificamente à ótica economicista *per si,* prevalecente nas ações do Estado nacional no decurso da história do país. Trata-se de uma abordagem socioterritorial, possivelmente, capaz de transformar e modificar as velhas estruturas preexistentes que, ao longo da história, caracterizou-se pela concentração de recursos em poder duma minoria, como por exemplo terra e renda.

Ao analisar o desenvolvimento na sua ampla acepção terminológica, Sen[47] (2000, p. 28-29) afirma que

> uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele[...] O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo.

Para o autor, o desenvolvimento econômico também deve apresentar outras dimensões, a exemplo da segurança econômica, pois esta, freqüentemente, pode levar ao exercício dos direitos e liberdades democráticas; assim, é fundamentalmente importante serem exercidas a "liberdade política e as liberdades civis" no interior da sociedade. Por isso, "o funcionamento da democracia e dos direitos políticos pode até mesmo ajudar a impedir a ocorrência de fomes coletivas e outros desastres econômicos (SEN, 2000, p. 30)". Porém, é mais comum acontecer o contrário no interior das sociedades capitalistas, em especial nas periféricas.

No tecido social brasileiro, especialmente, nas camadas mais pobres, constata-se forte ausência de liberdade. Existe uma camada expressiva de atores sociais desfavorecidos economicamente e fortemente dependentes da ação pública assistencialista. Dessa forma, existem pessoas frágeis, débeis e fáceis de serem convencidas a votar em troca de um favor,

[47] Renomado economista indiano, Prêmio Nobel de Economia, autor de vários livros e de vários artigos publicados nas áreas de Economia, Filosofia e Ciência Política, traduzidos em diversos idiomas. Entre suas investigações mais importantes destacam-se os estudos sobre a economia do desenvolvimento e da proteção social, e a filosofia da política e da moral. É membro da British Academy e da Econometric Society, como também é membro honorário da American Academy of Arts and Sciences, além de ter recebido numerosos doutoramentos honorários em universidades da América do Norte, Europa e Ásia.

dinheiro ou produtos, a exemplo de um litro de leite, ou qualquer outro donativo que venha paliativa e instantaneamente suprir uma necessidade básica.

Normalmente, é assim que funcionam algumas políticas públicas implementadas na sociedade brasileira. São ações essencialmente paliativas, em vez de preventivas contra os males e catástrofes sociais – como a fome; elas são impeditivas à expansão de capacidades. Capacidades que Sen (2000) defende como o elemento constitutivo básico para se atingir o desenvolvimento autêntico e efetivo.

Ao discutir os papéis básicos da liberdade no sentido de proporcionar o desenvolvimento de uma determinada sociedade, Sen (2000, p. 32-33) atenta

> particularmente para a expansão das 'capacidades' [*capabilities*] das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam – e com razão. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo[...] a liberdade é não apenas a base da avaliação de êxito e fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento. [Grifo do autor].

Sustentando esse conjunto de relações desiguais, relações de tradição, dominação e/ou subordinação, existe uma cultura regional carregada de valores, símbolos, práticas e manifestações que evidenciam uma geografia do simbolismo, da paisagem, com construções afetivas, normativas e reguladoras, isto é, uma geografia das representações culturais.

Ao referir-se às análises acerca do desenvolvimento fomentado pelas políticas públicas e pelos Estados-nação no mundo, Sen (2000) evidencia duas atitudes gerais que são possíveis de serem encontradas, tanto em análises economicistas, quanto em discussões e debates públicos:

> uma visão considera o desenvolvimento um processo 'feroz', com muito 'sangue, suor e lágrimas' – um mundo no qual sabedoria requer dureza. Requer, em particular, que calculadamente se negligenciem várias preocupações que são vistas como 'frouxas' (mesmo que, em geral, os críticos sejam demasiado polidos para qualificá-las com esse adjetivo). Dependendo de qual seja o veneno favorito do autor, as tentações a que se deve *resistir* podem incluir a existência de redes de segurança social para proteger os muito pobres, o fornecimento de serviços sociais para a população, o afastamento de diretrizes institucionais inflexíveis em resposta a dificuldades identificadas e o favorecimento – 'cedo demais' – de direitos políticos e civis e o 'luxo' da democracia[...] As diferentes teorias que compartilham essa

> perspectiva geral divergem entre si na indicação das áreas distintas de frouxidão que devem ser particularmente evitadas, variando da frouxidão financeira à distensão política, de abundantes gastos sociais à complacente ajuda aos pobres. (SEN, 2000, p. 51-52).

As ações praticadas sob influências dessas abordagens são fortemente marcadas por conservadorismo e autoritarismo, o mínimo de liberdade de escolha e participação, o máximo de assistencialismo e ditadura política e financeira de agentes e grupos. Atitudes como essas contrastam

> com uma perspectiva alternativa que vê o desenvolvimento essencialmente como um processo 'amigável'. Dependendo da versão específica dessa atitude, considera-se que a aprazibilidade do processo é exemplificada por coisas como trocas mutuamente benéficas[...] pela atuação de redes de segurança social, de liberdades políticas ou de desenvolvimento social – ou por alguma combinação dessas atividades sustentadoras. (SEN, 2000, p. 52).

Nesses termos, para se pensar o Estado-nação brasileiro deve-se averiguar em qual dessas visões o mesmo se situa, haja vista as ações que legitima e favorece um sistema de desigualdades, bem como clientelismo e paternalismo. De acordo com Ianni (2004, p. 166), "o Brasil talvez não seja mais um arquipélago. Mas ainda está atravessado por sérias desigualdades. As mesmas forças que trabalham no sentido da integração promovem a dispersão". Tanto é que o discurso político vigente continua a apelar para a diminuição das desigualdades e diferenças regionais.

Assim, as fases e faces do desenvolvimento regional brasileiro evidenciam um conjunto de relações e ações de Estado que em muito contribuiu para aprofundar as desigualdades sociais e regionais internas. Basta olharmos os arranjos e rearranjos no campo de forças da classe dominante e entre as regiões mais poderosas. Tudo isso configura alguns avanços no espaço regional, mas, sobretudo retrocessos, que refletem no seio da sociedade nacional.

No Rio Grande do Norte, de acordo com os indicadores socioeconômicos e de distribuição de crédito de algumas políticas públicas, as desigualdades sociais e regionais

aumentaram ou se mantiveram, fazendo crescer o número de excluídos no campo e nas cidades, conforme análise a ser feita no terceiro e no quarto capítulo.

2.3. As transformações rurais e a ação do Estado no Brasil: a questão agrária como "raiz mestra" dos principais problemas sociais

Em meio às transformações observadas no espaço agrário brasileiro, a política de modernização agrícola baseada na Revolução Verde destaca-se como o evento de maior significado político-ideológico no âmbito da reorganização socioespacial rural. O país resistiu num primeiro momento ao progresso tecnológico agrícola, entretanto, logo depois de deflagrada a industrialização, o Estado se preocupou em tecnificar e modernizar sua agricultura por meio de pacotes com "novas tecnologias" que marcaram a história da agricultura nacional. Por isso, "é o desenvolvimento industrial que aciona o desenvolvimento agrícola, que dita à agricultura as regras segundo as quais ela poderá progredir, bem como os limites até onde ela poderá expandir-se". (GUIMARÃES, 1979, p. 83).

Historicamente, a agricultura apresenta uma realidade bastante peculiar e complexa, pelo fato de permitir que uma ou mais estruturas coexistam espacial e contemporaneamente, conjugando relações de produção diversas e relações de trabalho, seja no sentido de formações capitalistas e/ou pré-capitalistas, seja no sentido de estruturas modernas e/ou arcaicas, por seu caráter assincrônico.

Mas é notório o conjunto de problemas que permeia o espaço rural brasileiro. Em parte, isso se deve à expansão do capital industrial mundial que pressiona a agricultura a acompanhar seu ritmo de crescimento, diminuindo os custos de produção com a incorporação de novas tecnologias e concentrando espacialmente a produção primária nos países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil. Além desses problemas, a formação dos complexos agroindustriais tem elevado a tensão e os conflitos sociais no campo, uma vez que

a agricultura menos capitalizada está cada vez mais subordinada às multinacionais e aos trustes e cartéis.

Outra situação complexa se refere à elevação marcante da concentração fundiária nos países que tiveram suas economias reprimarizadas, os quais passaram por intensos processos de expulsão de mão-de-obra do campo, com aglutinações de pequenas propriedades, bem como, importação de insumos como fertilizantes, agrotóxicos, rações, aquisição de matrizes, reprodutores e equipamentos em geral, para dar suporte às suas agricultura e pecuária, alguns desses, causadores de sérios danos ao meio ambiente.

Ao referir-se aos problemas enfrentados pela agricultura brasileira, Guimarães (1979) percebeu que há duas forças convergentes para a irresolução da questão agrária nacional. Isso porque

> há, por um lado, poderosas forças interessadas em manter inalterada a estrutura arcaica da propriedade da terra e que oferecem obstinada resistência a uma melhor e mais justa distribuição da propriedade agrária. Há, por outro lado, poderosas empresas multinacionais monopolizadoras dos suprimentos de equipamentos mecânicos e de todos os demais insumos modernos, as quais desencadeam fortes pressões no sentido de impor uma estratégia concentracionista que conceda prioridades de crédito, subsídios e outros favores aos grandes empresários rurais, que representam o principal mercado para os seus produtos de nível tecnológico mais sofisticado. (GUIMARÃES, 1979, p. 338).

Os caminhos e medidas possíveis de viabilizarem as transformações necessárias na agricultura, de modo que mude a tensa e conflituosa realidade agrária brasileira, devem partir da priorização, por parte do Estado, da agricultura com alto potencial produtivo, capaz de abranger maciçamente mão-de-obra no campo, gerando condições de vida favoráveis para uma parcela significativa da população. Concomitante a isso deve ser feita uma tributação forte, além de desapropriação e redistribuição de terras não exploradas ou insuficientemente exploradas e ociosas, pouco produtivas ou totalmente improdutivas, forçando-as a se tornarem economicamente ativas e socialmente úteis. Além disso, é indispensável impor

> a modernização das relações arcaicas de trabalho ainda existentes na agricultura brasileira, entendendo-se como tal a eliminação das formas pré-capitalistas e semifeudais, como o uso da terra (ou a prestação de trabalho) mediante o pagamento *in natura* (meia, terça, etc.), o trabalho gratuito (*cambão, condição* e outros por

> ventura sobreviventes em algumas regiões rurais), o trabalho de sol-a-sol, a coação por dívidas e outros tipos de coação latifundiária. (GUIMARÃES, 1979, p. 343).

Por ser um dos principais estudiosos da agricultura brasileira, o autor aponta com bastante propriedade o Estado nacional e os interesses daqueles a este vinculados como os responsáveis principais pela crise agrária histórica no país. Em *"Quatro Séculos de Latifúndio"*, o autor afirma que,

> por dominar mais da metade de nosso território agrícola, a classe latifundiária absorve e controla muito mais da metade da renda gerada no setor agrário, recebe muito mais da metade do crédito agrícola, e controla de fato a política de crédito agrícola; determina e orienta a política de armazenagem e de transporte, a política de preços agrícolas e, em decorrência, a dos preços em geral; influi poderosamente sobre a política governamental de distribuição de favores e facilidades, e canaliza para si as subvenções e outros recursos que deveriam encaminhar-se para os setores mais necessitados da agricultura. Por dominar mais da metade das divisas obtidas nas trocas comerciais com o Exterior, das quais depende o suprimento dos meios de produção indispensáveis ao desenvolvimento econômico, a classe latifundiária controla diretamente nossa política cambial e, indiretamente, toda a nossa política econômico-financeira. (GUIMARÃES, 1977, p. 202-203).

Na atualidade o poder dos latifundiários ainda permanece forte, haja vista a represália e a violência que ainda ocorre junto a agentes e grupos que lutam por melhorias de vida para as camadas sociais menos favorecidas. Um bom exemplo disso é a morte de religiosos e de agentes integrantes do Movimento dos Sem Terra na região Norte e em outras partes do país (CAMPBELL, 2006).

A violência no campo, portanto, pode ser vista como que um estigma na história do desenvolvimento da agricultura brasileira, pois está presente nesta desde a colonização do país pelos europeus. Guimarães (1977) via esse problema como um dos principais reflexos da não implementação de um plano integrado de Reforma Agrária, isto é, da não resolução da questão agrária nacional. E aponta a mobilização e a luta de classes (dos sem-terras), como a força motriz do desenvolvimento da agricultura. Nesse sentido, o mesmo defende que

> o latifúndio ganhou terreno onde foi esmagada, pela violência ou meios "suasórios", a luta das classes pobres do campo contra o opressivo sistema latifundiário. E, inversamente, nas regiões onde pôde ampliar-se e conquistar êxitos essa luta, que constitui, hoje como no passado, a força motriz do desenvolvimento de nossa agricultura, alguns avanços progressistas foram alcançados, por mais breves e precários que possam ter sido. (GUIMARÃES, 1977, p. 215).

Depreendemos do pensamento do autor que não se pode implantar uma revolução tecnológica para a agricultura nacional, sem antes ter sido implementada profunda e amplamente uma política sólida de Reforma Agrária. Porém, isso aconteceu no Brasil, com reflexos extremamente negativos, agravados nos dias atuais, seja na dimensão política, econômica, social ou ambiental.

Ao estudar a História das Agriculturas do Mundo, Mazoyer e Roudart (2001, p. 442) declaram que

> após a Segunda Guerra Mundial, centros internacionais de investigação agrícola, financiados por grandes fundações privadas americanas (Ford, Rockfeller...) selecionaram variedades de alto rendimento de arroz, de trigo, de milho e de soja, muito exigentes em adubos e em produtos de tratamento, e afinaram em estação experimental os métodos de cultura correspondentes. Nos anos de 1960-1970, a difusão dessas variedades e desses métodos de cultura permitiu aumentar muito fortemente os rendimentos e a produção de sementes em muitos países da Ásia, da América Latina e, em menor grau, em África. Esse vasto movimento de extensão de alguns elementos da segunda revolução agrícola (seleção, fertilização mineral, tratamentos, cultura pura de populações geneticamente homogêneas, mecanização parcial, estrito controle da água) em três grandes cereais, largamente cultivados nos países em vias de desenvolvimento tomou o nome de "revolução verde".

Entretanto, o aumento dos ganhos e dos rendimentos na agricultura advindo da Revolução Verde mostrou-se altamente excludente e marginalizador, pois, várias regiões e a maior parte dos agricultores familiares permaneceram à mercê de uma grande crise, ou seja, à margem desse processo.

Houve queda nos preços da produção agrícola devido, principalmente, a superprodução, baixa valorização da produção familiar, dependência alimentar das regiões menores produtoras face as maiores produtoras, ocorrência de crises ecológicas e sanitárias, empobrecimento do pequeno produtor, tudo isso como conseqüência direta do desemprego e subemprego, mini e latifundização, entre outros efeitos danosos à sociedade.

Para superar as crises social e agrária estabelecidas, principalmente, nos países subdesenvolvidos, os autores sugerem algumas medidas que deverão ser tomadas sem delonga. Nesse sentido afirmam:

> se quisermos realmente sair da crise geral contemporânea e construir esse mundo de pleno emprego, de prosperidade duradoira, alargada e equitativamente partilhada, ao

> qual a maioria dos habitantes do planeta aspira e do qual qualquer um tiraria vantagem, material e moralmente, é preciso criar as condições de um real desenvolvimento da economia camponesa subequipada e de uma acumulação de capital produtivo de longo fôlego nos países pobres. Para fazer isso, é necessário atacarmos as raízes do mal, isto é, as enormes desigualdades de rendimento que resultam da colocação em concorrência, sem precaução, das heranças agrárias mais desiguais. (MAZOYER; ROUDART, 2001, p 490).

Depreendemos que a raiz mestra que impede a sociedade brasileira de avançar, social e politicamente, reside na complexa e irresoluta questão agrária nacional, a qual desde o processo colonizador exclui, marginaliza e avilta a população pobre. O paradigma euro-americano de desenvolvimento da agricultura adotado no Brasil, ou melhor, o modelo da Revolução Verde, nada mais fez que tirar proveito e acentuar, ao extremo, esse processo. Sobre o poder ideológico da Revolução Verde, Brum (1988, p. 49) assinala que, por trás

> dos aparentes objetivos generosos e humanitários da "Revolução Verde" ocultavam-se poderosos interesses econômicos. A "Revolução Verde" serviu de carro-chefe para ampliar no mundo a venda de insumos agrícolas modernos: máquinas, equipamentos, implementos, fertilizantes, defensivos, pesticidas, etc. Sem dúvida, uma forma inteligente de os grupos econômicos internacionais realizarem a expansão de suas empresas e de seus interesses com extraordinária rapidez e eficiência.

Imbricado a esse processo, o desenvolvimento industrial assumiu o papel principal no cenário econômico nacional, uma vez que o Brasil passou a atrair grandes volumes de capitais estrangeiros no sentido de investir e consolidar a produção de máquinas, implementos, defensivos e toda sorte de bens agrícolas que desse suporte ao evento em curso. Conforme Rossini (1986, p. 103),

> no modo de produção capitalista, a indústria assume o papel dirigente da economia, subordinando, criando e redefinindo outras atividades, tornando a agricultura um ramo seu. A indústria é a célula básica do processo de produção capitalista, cujo objetivo é a criação da mais-valia.

Como sendo um reflexo da difusão mundial do modelo euro-americano de desenvolvimento agrícola, a Revolução Verde cumpriu bem o seu papel no Brasil, elevou a produção e a produtividade, bem como a área plantada a patamares muito elevados, fazendo crescer, também, a automação e a mecanização no campo, eliminando mão-de-obra rural e aumentado mais ainda o êxodo rural e as fileiras de miséria e de pobreza nas distintas regiões nacionais.

Vale ressaltar que todo esse processo de modernização da agricultura foi fomentado e sustentado pelo Estado-nação brasileiro, ditador e autoritário da época, que pregava o desenvolvimento agro-industrial do país, por meio de abertura das fronteiras nacionais para o capital industrial e financeiro internacional. Concederam-se incentivos fiscais e volumes substanciais de capital, convertidos em crédito rural subsidiado para as empresas, trustes e grupos que se viam atraídos pela economia e pela exploração da força de trabalho nacional. Os recursos usados no processo de modernização de agricultura nacional geralmente advinham de empréstimos contraídos junto ao FMI, BIRD e Banco Mundial. Além dessas fontes, o Estado usou recursos dos depósitos compulsórios do sistema bancário nacional.

Devemos considerar, também, que no Nordeste esse processo foi responsável por restabelecer e reconfigurar o poder das oligarquias, da "indústria da seca" e do neocoronelismo nos diferentes estados e sub-regiões. No Rio Grande do Norte isso é bastante visível, pois boa parte dos agentes políticos estaduais se beneficiou com os recursos públicos destinados à região. Nesse estado a modernização agrícola ocorreu pontual, desigual e tardiamente, atingindo, principalmente, o vale úmido do Rio Açu. Na atualidade (2006) o quadro vem alterando-se, pois o fenômeno tem se expandido para outras áreas do estado como, por exemplo, o agreste e o oeste potiguar.

2.4. O poder das oligarquias regionais e o coronelismo no Brasil: o caso do Nordeste

Nas diversas regiões brasileiras, o poder das oligarquias e o coronelismo são fatores marcantes ao longo da história, refletindo, influenciando ou se deixando influenciar nos/pelos âmbitos econômico, cultural, e como não poderia deixar de ser, político.

Cada região apresenta um ou mais grupos de famílias que dominam e exercem o poder numa relação de auto-favorecimento, em detrimento da subordinação e sujeição da maioria populacional, cada uma nas suas especificidades. Mas, grosso modo, o contexto das

relações é o mesmo. Aí se estabelecem diversas relações de poder que sujeitam e humilham a população carente a partir do uso da máquina pública, para constituir uma clientela sempre necessitada do favor estatal, ou melhor, pessoal e/ou familiar oligárquico.

No caso do Nordeste brasileiro, os diversos órgãos públicos regionais e/ou nacionais como o DNOCS, o IAA e a SUDENE, foram "capturados" pelas oligarquias servindo como sustentáculo econômico da burguesia agro-industrial, hegemônica no país e na região.

No sistema político nacional, destacaram-se, e ainda se destacam, as oligarquias vinculadas à UDR e a outras instituições de poder compostas pela classe abastada, historicamente fortes no país.

As duas últimas décadas do século XX foram fortemente marcadas pela modernização das oligarquias regionais no Brasil, a partir da associação de um conjunto de relações, "novas" e velhas, que passaram a constituir o sistema político nacional. De acordo com Carvalho (1988, p. 326), nesse período, a oligarquia rural nordestina

> também sofreu a influência e, até certo ponto, a concorrência da emergente classe industrial nordestina. Esse novo segmento das classes dominantes soube redefinir seus interesses, aliando-se também aos empresários ligados à indústria tradicional (têxteis e alimentos), modernizada sob a coordenação da SUDENE, ou se transformando, muitas vezes, em empresários agroindustriais ou industriais, beneficiados por toda uma gama de incentivos governamentais e crédito fácil. E o que é mais importante: fizeram tudo isso sem transformações na estrutura agrária da região. O pacto social, concebido e praticado por esses grupos – necessário à manutenção do esquema de poder conservador –, consistiu assim na adoção de políticas governamentais que não contribuíssem para alterar as relações de produção vigentes, em particular na agricultura, pelo menos na direção de soluções para os problemas mais prementes, enfrentados pela população mais pobre da região em seu conjunto.

É possível perceber que a modernização das oligarquias regionais aconteceu associada ao desenvolvimento industrial promovido pelo Estado, sem que a estrutura agrária fosse alterada. Ou seja, mantiveram-se os interesses e os padrões conservadores do crescimento econômico e a população pobre mais uma vez pagou o preço da reconfiguração social e do super-fortalecimento da classe dominante.

Nessa fase, o Brasil ainda vivia o "ranço" do regime militar, com um sistema político autoritário e um sistema econômico caracterizado pelo desenvolvimentismo. As várias obras

de infra-estrutura que foram implementadas na região serviram, dentre outras coisas, para fortalecer o patrimônio privado dos grupos político-econômicos dominantes, além, é claro, dos favores creditícios e fiscais que foram concedidos a esses.

Diante do exposto, notamos que o poder dos coronéis no Brasil, secularmente presente nas distintas regiões, não se extinguiu, ao contrário, redefiniu-se e se reconfigurou para continuar a fazer valer as imposições e os interesses de pequenos grupos regionais. Os membros das oligarquias são, geralmente, agentes de poder, influentes representantes do poder central ou estadual. Podem ser, muitas vezes, o prefeito, o vereador ou até mesmo o deputado e/ou o governador, agentes dessa natureza. Por isso, com razão Faoro (2000, p. 240) assinala que nesse aspecto

> tudo se amortece e paralisa diante de uma muralha apagada e inerte. O senhor da soberania, o povo que vota e decide, cala e obedece, permanece mudo ao apelo à sua palavra. O bacharel reformista, o militar devorado de ideais, o revolucionário intoxicado de retórica e de sonhos, todos modernizadores nos seus propósitos, têm os pés embaraçados pelo lodo secular. Os extraviados cedem o lugar, forçados pela mensagem da realidade, aos homens práticos, despidos de teorias e, não raro, de letras.

Tudo isso serve para manter incólume o político influente, o qual Faoro (2000) trata como coronel, "pai dos pobres", agente vinculado a alguma oligarquia que culmina no poderio estadual e federal, mantendo o *status quo* dele próprio e de todos aqueles ligados ao alto escalão do seu domínio.

O estilo social é que fez esse termo entrar na linguagem corrente, diante da função política e burocrática que esse indivíduo apresenta. Dessa forma, os vocábulos, *coronel* e *coronelismo* entraram no sistema sociopolítico brasileiro, diante da configuração partidária nacional constituída ao longo dos anos. Hoje, ele, o coronel, encontra-se travestido na figura do médico, do fazendeiro, do comerciante, do industrial, enfim, do político, pertencente a uma elite conservadora local.

Trata-se de homem rico, embora aparentemente simples e populista, que esbanja poder e fortuna, ostenta vaidade e posição social favorável, não necessária e legitimamente

reconhecido pelo poder militar. Antes sim, o coronel recebia tal nomeação; às vezes, pagava caro por isso, investindo-se daquele posto concedido e reconhecido pelo regime político, militar e social. Hoje não, o mesmo pode até ser um cidadão "comum", basta ter riqueza acumulada, não importando como conseguiu, se de forma lícita ou ilícita, se através de trabalho ou algum meio de corrupção. Também não precisa ser letrado.

Como bem lembra Faoro (2000) debaixo da imagem e da caricatura desse personagem está a realidade social e política nacional. Para esse autor,

> o coronel, antes de ser um líder político, é um líder econômico, não necessariamente, como se diz sempre, o fazendeiro que manda nos seus agregados, empregados ou dependentes[...] O vínculo que lhe outorga poderes públicos virá, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições, notando-se que o coronel se avigora com o sistema da ampla eletividade dos cargos, por semântica e vazia que seja essa operação. (FAORO, 2000, p. 242-243).

Algumas categorias profissionais podem constituir o coronelismo no Brasil, a exemplo de advogados, médicos, comerciantes, padres, funcionários públicos bem sucedidos, entre outras, manifestando relações de intermediação de serviços e prestação de favores e proveitos com laços de reciprocidade, assunto que será aprofundado no quinto capítulo.

Este agente é, antes, um compadre que cria vínculos, constituindo afilhados, comprometendo-se em velar pelos mesmos, dando proteção, ao passo que gera uma relação de dominação *versus* subordinação e obediência. O afilhado é, antes, um eleitor. O eleitor vota no padrinho ou no candidato deste, "não porque tema a pressão, mas por dever sagrado, que a tradição amolda. De outro lado, não se compra voto, ainda não transformado em objeto comercial, só possível a barganha entre partes livres, racionalmente equivalentes". (FAORO, 2000, p. 256).

No Nordeste, o coronelismo se reproduz desde os senhores do gado, do algodão e da cana-de-açúcar. Hoje (2006), encontra-se representado, também neles, mas, sobretudo, reveza-se no sistema de comércio, no setor de serviços, no funcionalismo público e no vetor industrial. Esse agente,

> benfeitor, de seu lado, detentor de conexões, tem, à medida que a sociedade se torna complexa, um corpo de assessores: o médico, o advogado, o padre, o coletor. Os auxiliares, em breve, na medida em que se institucionalizam e se homogeneízam os vínculos legais e costumeiros, disputarão o lugar do coronel. O fazendeiro cede a posição, passo a passo, ao comerciante urbano, ao profissional liberal, que, de associado, passa a dominante do sistema, acompanhando o processo de penetração da sociedade maior, seus padrões e hábitos, na sociedade comunitária. Nesse momento, a própria unidade menor entra em crise, envolvida e descaracterizada pela velocidade da ordem econômica mais ampla. (FAORO, 2000, p. 255).

No sertão potiguar, essa realidade é comun, mesmo que não aparente para toda a sociedade, mas, sutil, ao menos para os que estão sujeitos a esse tipo de relação. O político é, muitas vezes o médico[48], o advogado, o comerciante bem sucedido, o funcionário público – da saúde ou da educação –, além de outras categorias sociais.

2.5. A ação da SUDENE e os programas desenvolvimentistas regionais para o setor rural nordestino

É sabido que por volta de 1930-40 foi deflagrado o modelo de desenvolvimento industrial no Brasil, iniciando-se pelo Sudeste, onde se concentra até hoje o maior parque industrial regional. Entretanto, a questão agrária não foi tocada, muito menos a questão regional. Como bem destaca Delgado (2001, p. 158),

> no pós-guerra, liberais, desenvolvimetistas e interlocutores da 'questão agrária', debateram o lugar do setor rural na economia e na sociedade, mas fortemente influenciados pela industrialização que ocorria, seja como ajustamento constrangido da economia brasileira à realidade da substituição de importações nos anos 30 e no período da Segunda Guerra, seja como um projeto explícito da política econômica no Pós-guerra.

A partir dos anos 1950-60, o Estado inicia uma política de desenvolvimento regional pautada na agroindustrialização, objetivando integrar e desenvolver o país. Nesse período, agências regionais de desenvolvimento foram criadas, a exemplo da SUDAM e da SUDENE no início da década de 1960.

Sobre o assunto, Sorj (1986, p. 95) afirma que "além das políticas aplicadas ao nível nacional, o Governo federal desenvolveu políticas particulares para certas regiões que

[48] É muito comum no Sertão nordestino, médicos do sistema de saúde pública exercerem a função de prefeito. Esses "podem" se constituir, em neocoronéis do sistema político e social regional.

apresentam um menor nível de desenvolvimento das forças produtivas". No caso do Nordeste, tais políticas objetivavam, ao menos teoricamente, dinamizar o espaço econômico regional em decadência devido à derrocada do setor primário-exportador de bens como o açúcar e o algodão, além do substrato pecuário sertanejo e da agricultura de subsistência. Nesse período,

> o novo padrão de produção agrícola orienta-se fundamentalmente para a integração vertical e para o incremento da produção através do aumento de produtividade, embora sem chegar a substituir totalmente o antigo padrão de expansão agrícola. A produção tradicional não é, nem poderia ser, imediatamente substituída, como também se mantém o padrão de expansão horizontal através da ocupação de fronteira. Esse tipo de expansão passa, porém, a adquirir um novo caráter na medida em que se dá conjuntamente com a expansão vertical, isto é, a expansão da fronteira passa a se integrar de forma crescente com a expansão do complexo agroindustrial (SORJ, 1986, p. 69).

O desencadeamento desse novo padrão nacional de desenvolvimento agrícola aumentou a convergência de interesses do capital monopolista no sentido de maximizar a obtenção de lucros via exploração da força de trabalho, amplamente viabilizada por meio da constituição de um exército de reserva de mão-de-obra barata, expressivo no país. No Nordeste a população expulsa do campo intensificou o êxodo rural intra e inter-regional, agravando ainda mais a problemática social.

Por essa razão, entende-se que não foi por acaso, mas por exigência das leis de reprodução do capitalismo monopolista, que a criação do 34/18[49] foi

> copiada para propiciar a expansão monopolista em outras "regiões" e setores da atividade econômica em escala nacional: os incentivos foram primeiramente estendidos à Amazônia, logo em seguida à pesca, ao reflorestamento, ao turismo. Foram estendidos, sob outras formas, ao financiamento das exportações, ao financiamento da "obsolescência programada", enfim a um conjunto de atividades, que expressam na verdade a transformação do conjunto da riqueza nacional em

[49] 0 termo 34/18 refere-se ao sistema de incentivos concedidos à região Nordeste criado no início da atuação da SUDENE, visando ao desenvolvimento dessa região através da industrialização. O termo faz referência ao Artigo 34º da Lei n. 3.995 de 14/12/1961, a qual estabelecia a dedução do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas como fonte de recursos destinados a investimentos na região. O termo fazia referência ainda ao Artigo 18º da Lei n. 4.239 de 27/06/1963, que estendia esta dedução à aquisição de obrigações emitidas pela SUDENE para ampliar os recursos do Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (FIDENE). De acordo com Cavalcanti e Macedo (2003) "este fundo, cujas fontes envolviam também recursos orçamentários, era utilizado na subscrição pela SUDENE de capital de empresas instaladas no Nordeste". Para os autores, "o Sistema 34/18 combinava incentivos fiscais (especialmente para a capitalização do FIDENE) e financeiros (através da subscrição de capital pela SUDENE). É conveniente enfatizar que o Sistema 34/18 referia-se a operações de capital de risco, em que o incentivo concedido ao depositante deveria ser aplicado em investimento, com todos os riscos inerentes à iniciativa. As operações diferiam, portanto, das do chamado capital de empréstimo, nas quais se requeriam reembolso fixo e obrigatório".

> pressupostos da reprodução do capital; e a aceleração da imbricação Estado-burguesia internacional-associada é anunciada também, até certo ponto, pela SUDENE. A SUDENE é, neste sentido, um aviso prévio do Estado autoritário, da exacerbação da fusão Estado-burguesia, da dissolução da ambigüidade Estado-burguesia, a tal ponto que se confunde com o outro, e os limites de Estado e sociedade civil parecem borrar-se completamente. (OLIVEIRA, 1993, p. 125).

Quase que concomitante à atuação da SUDENE, várias empresas e órgãos estatais foram criados para dar suporte e apoio técnico-científico aos grupos empresariais rurais, a exemplo da EMBRAPA, da EMBRATER, ligada ao Ministério da Agricultura, ampliando-se mais ainda com a fundação da EMATER nas diversas Unidades Federativas do país.

No Nordeste a realidade foi mais complexa porque a região encontrava-se em crise devido à derrocada dos seus principais ciclos econômicos, açucareiro, cotonicultor e policultor-pecuário.

A partir da segunda metade da década de 1970 a região passou a viver uma grande seca, principalmente no polígono semi-árido, a qual durou aproximadamente uma década, inviabilizando e dificultando a prática da agricultura tradicional de sequeiro e, some-se a isso, o deslocamento maciço da população, expulsa da região por falta de condições de sobrevivência, seguindo em direção ao Centro-Sul, aumentando ainda mais a fratura social e regional no país. Concomitantemente e paradoxalmente, aconteceu o deslocamento intensivo do capital industrial do Sudeste em direção ao Nordeste visando o usufruto das benécies concedidas pelo Estado através da política de desenvolvimento regional implementada pela SUDENE. É importante frisar que

> o problema da seca (ou melhor, da irregularidade das chuvas) no Nordeste tinha sido durante muito tempo identificado como o gerador de seus problemas sócio-econômicos. De fato, as grandes secas periódicas desde o século passado tinham levado a certa intervenção estatal, especialmente a construção de açudes que, de fato, favoreciam os grandes pecuaristas. A partir de 1950, nas orientações da criação da SUDENE, a seca é colocada em um lugar secundário, e com isso a construção de açudes e a irrigação. As preocupações orientam-se para um melhor aproveitamento da zona da mata e para projetos de colonização nas zonas tropicais úmidas. Em outras palavras, procurou-se relacionar o problema dos trabalhadores nas zonas semi-áridas a uma solução global para a região. (SORJ,1986, p. 100)

Quanto aos projetos acima mencionados, em boa medida se caracterizaram como viabilizadores da acumulação dos agentes econômicos mais capitalizados, sejam do setor

agrário ou industrial, sem, no entanto, proporcionar alterações importantes na estrutura agrária vigente, apesar de ser essa a questão mais complexa a ser resolvida na região Nordeste e no Brasil como um todo.

Acerca da ação da SUDENE Andrade (1988) afirma que a instituição

> estendeu ao campo os favores dos incentivos fiscais, facilitando empréstimos a proprietários rurais e a empresas que formulassem projetos de modernização da atividade pecuária e de explorações agroindustriais, tanto nas áreas tradicionalmente apropriadas, como também naquelas em povoamento. (ANDRADE, 1988, p. 41).

Ao estudar a atuação do Estado na agricultura brasileira a partir da política agrícola e da modernização da economia nacional no período de 1960 a 1980, Gonçalves Neto (1997, p. 122) enfatiza que a política agrícola colocada em prática pelo governo brasileiro, nessas décadas, teve "por objetivo básico manter inalteradas as formas de acumulação dominantes na sociedade, compatibilizando interesses díspares de setores que lutam pelo controle dos principais fatores econômicos". De acordo com esse autor, tal política promoveu a modernização da agricultura, aumentando a produção e a produtividade sem, contudo, tocar nos padrões de acumulação primitiva, evidenciando-se uma modernização conservadora.

A política de planejamento do Estado brasileiro, relacionada à produção e reprodução do capital no espaço rural nacional e regional nordestino a partir do Governo de Juscelino Kubitscheck, com contigüidade nos governos militares, perpassa necessariamente pelo atendimento ao jogo de interesses da classe capitalista dominante. Nesse sentido, Gonçalves Neto (1997, p. 137) enfatiza que

> a decisão de planejar é eminentemente política, o que quer dizer que atende a interesses de partidos, grupos, etc., que estejam envolvidos no jogo de alianças que sustenta um governo. E isto tem marcado as características do planejamento no Brasil: os planos são elaborados por pequeno e seleto número de técnicos, longe das vistas do grosso da população, mas ao alcance da ação lobista dos grupos mais próximos do poder. A isso deve ser acrescentado o problema da execução do plano que, muitas vezes, é dificultada pela ação da própria máquina administrativa governamental, marcada pelo clientelismo, e caracterizada por um imobilismo e ineficiência que podem comprometer o sucesso do plano. É aí que se definem as reais possibilidades do governo: conseguir compatibilizar os interesses e fazer com que as decisões avancem no interior da máquina administrativa.

Em meio à antinomia ação estatal na economia e no espaço rural brasileiro, não se deve negar as transformações ocorridas a partir dos anos 1960-70, pois desenvolveu-se uma política agrícola para o setor, conciliando os vetores industrial e agrícola. Parcelas significativas de capital foram canalizadas para o setor agrícola, ora intermediadas pelos bancos estatais, como o Banco do Brasil, bancos regionais de desenvolvimento, a exemplo do BNB e outros bancos como: o BNCC, o BNDES, bancos estaduais, a Caixa Econômica Federal, além de bancos privados, sociedades de crédito e cooperativas. Tal processo de modernização do campo aumentou a produtividade a patamares nunca vistos, aumentando também a aquisição de novas máquinas, implementos, insumos modernos e tecnologias.

Toda essa tecnificação exigiu mão-de-obra qualificada, ocasionando um notável impacto social, face às desigualdades já existentes nos espaços agrário e regional, bem como entre os produtores e entre as regiões. Por isso, foi concedida a assistência técnica, promovida a extensão rural. Criou-se o seguro agropecuário e foi estimulada a pesquisa para se obter um efetivo desenvolvimento econômico das forças produtivas do país por intermédio dos incentivos públicos.

Em *"A Modernização Dolorosa"*, Graziano da Silva (1982) enfatizou as mudanças observáveis na organização do espaço rural brasileiro, destacando a herança histórica e principalmente "a reconcentração fundiária" e o movimento de expansão da fronteira agrícola e o fechamento desta, explicando que

> quando dizemos que a fronteira está se fechando rapidamente não estamos pensando que as suas terras estejam sendo ocupadas produtivamente. O 'fechamento' não tem o sentido de utilização produtiva do solo mas sim o de que não há mais 'terras

> livres', 'terras sem dono' que possam ser apropriadas por pequenos produtores de subsistência. Há, sim, zonas não efetivamente ocupadas mas onde a terra já representa uma mercadoria que tem preço, e está sujeita, portanto, aos mecanismos de compra e venda; aí a terra já não é 'livre' e está submetida a uma apropriação privada que reclama uma definição precisa de sua propriedade jurídica. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 117).

A fronteira agrícola se expandiu e se fechou, mas não trouxe consigo mudanças sociais na estrutura agrária concentrada e excludente que sempre predominou no espaço rural brasileiro desde o período colonial. Trouxe, sim, respaldo para o vetor agroindustrial, de modo que o grande proprietário também foi privilegiado.

No Rio Grande do Norte, os auspícios da modernização trouxeram uma nova dinâmica para os vales úmidos dos rios Piranhas-Açu e Apodí-Mossoró, principalmente a partir dos anos 1990. As transformações da agricultura em nível nacional repercutiram fortemente no espaço rural potiguar. A produção de fruticultura tropical irrigada, com ênfase a atender ao mercado internacional, europeu e americano, principalmente, se desenvolveu notavelmente no estado, dando uma nova tonalidade à economia regional do mesmo. Mas a estrutura fundiária não foi tocada, pelo contrário, as terras beneficiadas pela estrutura implementada pelo Estado foram prioritariamente compradas e absorvidas por grupos estrangeiros, multinacionais como a DEL MONTE[50], por exemplo, passando a coexistir na região frações de pequenos produtores descapitalizados, frações populacionais que se proletarizam nas zonas urbanas e estruturas econômicas modernas e bem amparadas tecnologicamente. Na década de 1970 Guimarães (1979, p. 84) destacava que

> o progresso da agricultura segue, em suas características mais gerais, a linha evolutiva da economia global ou da economia industrial, mas há elementos específicos que distinguem a atividade agrícola de todas as demais atividades, e por isso obedecem a impulsos próprios em suas marchas e contramarchas. A evolução da indústria urbana, após a separação desta da agricultura, ao passar da fase artesanal para a fase da manufatura, e desta para o sistema de fábrica, destruiu as formas tradicionais da propriedade singular, adotando padrões novos de associação mercantil até atingir suas formas mais elevadas, as sociedades anônimas, os cartéis, os trustes, os conglomerados, nos países capitalistas, ou as organizações estatais e coletivas, fortemente centralizadas, nos países socialistas.

[50] Complexo Agroindustrial de capital americano que desenvolve o agronegócio em 86 países, especializado na produção, beneficiamento e comercialização de frutas tropicais em nível internacional. No caso do Nordeste, trabalha com métodos avançados de irrigação e drenagem e processamento da produção.

A política "industrialista" e agrícola promovida pelo Estado no Nordeste, não alterou as estruturas social e agrária vigentes na região, caracterizadas pela elevada concentração fundiária e de renda, mas, elevou o caráter monopolista da terra e do capital, destituindo o pequeno produtor do acesso a terra, priorizando a produção tecnificada e em larga escala. Nesse sentido, observamos que "a nova política regional orientou-se no sentido de favorecer outros grupos sociais ligados à indústria, que ampliam seus interesses para o Nordeste e se consolidam no poder". (MOREIRA, 1979, p. 100).

Como bem analisou Oliveira (1993), no Nordeste brasileiro, o Estado no século XX nada mais fez que "escravizar-se" para "racionalizar a irrazão capitalista", isto é, o que era projeto imaginoso, sonho, luta e empreendimento de homens, tecidos por intenções, violência e paixão em busca de ascender social e economicamente uma região e um povo, converte-se numa "arma" que o capital, sediado no Centro-Sul, dispara com o fito de absorver, no seu movimento de reposição, numa "fímbria" econômica e social para a sua acumulação. O Estado, portanto, é "capturado" pelo capital privado dominante do Centro-Sul, e o Nordeste mais uma vez deixa de se desenvolver social e politicamente.

Ao apontar possíveis soluções para a complexidade social vigente no Semi-árido nordestino, de modo particular no polígono das secas, Carvalho (1988) sinalizou uma possível solução por meio da "irrigação planejada", dirigida à fração populacional pobre do campo. Essa medida deve ser adotada associada a outros fatores e projetos, como por exemplo, o de reforma agrária, essencial para o país e para a região. Nesse aspecto, o autor assinalou que é praticamente impossível pôr em prática um processo de transformação social dessa envergadura sem "traumas sociais".

2.6. Agravamento dos problemas regionais nos anos 1980: a seca – principal problema?

Desde o século XIX, até por volta de 1970, portanto, durante aproximadamente um século, a ação do setor público no Nordeste restringiu-se basicamente a inspecionar e adotar medidas paliativas de controle e combate aos efeitos das secas nessa região. A partir da atuação do Estado, através de órgão como a SUDENE, o DNOCS e o BNB, esse quadro mudou sensivelmente, mas a situação ainda permaneceu complexa.

Apesar de esses órgãos terem estimulado a industrialização e a modernização regional, a seca ainda continuou fazendo parte da pauta dos governos, isto é, os diversos programas sociais e econômicos continuaram a ser desenvolvidos no sentido de minimizar os problemas decorrentes desse fenômeno natural na região.

Desde o final dos anos 1970, até meados dos anos 1980, portanto, durante quase uma década, o Nordeste viveu um longo período de estiagem, o que inviabilizou parte da produção agrícola. Tudo isso, devido aos problemas não resolvidos no passado, como por exemplo, a ausência de implementação de uma política ampla de irrigação, apesar dos volumes substanciais de recursos que foram destinados para esse fim, mas canalizados para outros fins. Some-se a isso a não realização de uma política de reforma agrária que alterasse a estrutura fundiária vigente, situação essa, responsável pela maior parte dos problemas sociais, não só do Nordeste, mas do Brasil como um todo.

Diante disso, os anos 1980 evidenciaram um agravamento bastante sério dos problemas socioterritoriais na região Nordeste; por conseguinte, no sertão potiguar, pois, além dos males já existentes e agravados nesse período, como o alto índice de mortalidade infantil, baixa expectativa de vida ao nascer, déficit habitacional, déficit em saneamento básico, elevadas concentrações de terra e renda, portanto, pobreza e miséria, rural e urbana, surge ainda a limitação e escassez na disponibilidade de recursos hídricos. Vale frisar que a área já vinha atravessando o colapso do seu sistema econômico, antes constituído pelo complexo algodoeiro e policultor-pecuário.

Mas, para os algozes, a seca foi o único problema responsável pelo quadro de calamidade que marcou a região nos anos 1980. Além de todos esses problemas, as deficiências nos setores de saúde e educação também contribuíram para o agravamento de tal crise. Nesse período, as populações sertanejas ficaram

> mais frágeis, mais dependentes dos interesses e jogo político das velhas e novas oligarquias, que, no comando do poder político, preferem não solucionar a crise e a miséria conseqüentes da mesma, mas manipulá-las, preservá-las em função dos seus interesses políticos-eleitorais. No lugar de políticas sérias que reduzissem a miséria, os donos do poder trabalham com programas assistencialistas, com esmolas, na perspectiva de reproduzir o "curral-eleitoral" na cidade, quer seja em Natal ou na sede do menor município do Estado. Com isso, embotam a consciência da população, que mesmo morando na cidade, mesmo proletarizando-se, ainda está presa a imensos "Currais-eleitorais", o seu voto é comprado por "copo de leite" e outras "ninharias. (FELIPE, 1986, p. 71).

Nota-se que o agravamento dos problemas sociais no semi-árido potiguar, a partir dos anos 1980, decorreu, essencialmente, da incapacidade política dos agentes públicos regionais, imbuídos de interesses conservadores e ações assistencialistas, preocupados mais em garantir seus privilégios e suas permanências no poder.

2.6.1. A Intensificação das ações do setor público no semi-árido potiguar: os programas emergenciais, assistenciais e clientelistas

Conforme mencionado anteriormente, são várias as fases e faces da atuação do setor público no semi-árido brasileiro. Ao discutir a ação do Estado desenvolvimentista no país, Bacelar de Araújo (2000a) afirma que o mesmo foi um dos principais protagonistas do projeto industrializante do espaço econômico nacional, e,

> ao patrociná-lo, o fez em bases conservadoras, ou seja, preservando, até onde pôde, os interesses dominantes, inclusive o das oligarquias agrárias. Diversos movimentos em defesa de uma reforma agrária foram sempre adiados, e a manutenção da estrutura fundiária nas áreas de ocupação antiga foi sempre um importante condicionante das políticas agrícolas patrocinadas pelos governos que se sucediam no poder. (BACELAR DE ARAÚJO, 2000ª, p. 109)

Dessa forma, o Estado brasileiro conseguiu implantar um projeto industrial no país sem alterar as relações de propriedade da terra. As oligarquias sempre foram muito fortes no

Brasil e sempre foram mantidas através de pactos políticos impondo exigências sociais, políticas e econômicas.

Para Bacelar de Araújo (2000a), o Brasil levou a agricultura ao interior para não mexer na estrutura fundiária das áreas consolidadas. Para isso, gerou infra-estrutura, construiu estradas, levou energia, armazenamento, construiu cidades inteiras, no Centro-Oeste, por exemplo, isso porque, no pacto político, havia sempre esta exigência: não mexer na estrutura de posse da terra nas áreas do processo tradicional de ocupação do país. Assim, nota-se que o perfil do Estado brasileiro denota conservadorismo e centralização de poder. Dessa forma,

> a pouca ênfase no bem-estar, ou seja, a tradição de assumir muito mais o objetivo do crescimento econômico e muito menos o objetivo de proteção social ao conjunto da sociedade, fez com que o Estado assumisse uma postura de fazedor e não de regulador. Nós não temos tradição de Estado regulador; nós temos tradição de Estado fazedor, protetor, mas não de Estado que regule, que negocie com a sociedade os espaços políticos; A tradição de que público é governo, público é governamental, é uma tradição muito forte na sociedade brasileira, e isso leva a que só haja – quando há – políticas públicas governamentais. Essa é a grande dificuldade de se operar com a noção de Estado no Brasil, que é uma noção mais ampla do que governo. (BACELAR DE ARAÚJO, 2000a, p. 263).

Diante do exposto, observamos a notória ambigüidade no intervencionismo estatal brasileiro. No Nordeste ou em algumas áreas onde as oligarquias se modernizaram e se reproduzem com impetuosidade, ligadas inclusive às tradicionais e modernas relações clientelistas e paternalistas, essas se perpetuam e se reproduzem, reproduzindo, também, miséria e pobreza rural e urbana. No Rio Grande do Norte, a intensificação dessa ação se fez sentir, sobretudo, através dos programas emergenciais desenvolvidos no decorrer dos anos 1980-90.

No período anterior à ação da SUDENE, verificou-se a atuação do Estado através, principalmente, de órgãos e instituições como o DNOCS, Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Brasil, a ANCAR (Regional), órgãos e secretarias dos governos estaduais e municipais. Ademais, ocorreu também a atuação da Igreja Católica, através dos projetos desenvolvidos em parcerias com as instituições públicas.

Muitas das ações desses órgãos restringiam-se a políticas e/ou programas relacionados às secas. Concomitantes à ação da SUDENE, outras intervenções foram feitas no espaço potiguar, por exemplo, através da LBA, que no Rio Grande do Norte teve, como primeiro superintendente, o político Aluísio Alves – várias vezes governador, deputado federal e senador. Até a sua morte, em 2006, o mesmo foi politicamente influente em nível nacional. Através dessa instituição, esse político combinou assistencialismo político com política governamental de distribuição, doação de alimentos e outros donativos.

Sobre as mudanças observadas na forma de atuação do setor público no Rio Grande do Norte, no período pós-implantanção da SUDENE, o PDSS, elaborado e proposto por várias instituições, dentre elas o Governo do Estado e a Igreja Católica, através da diocese regional, reconhece que "os planos de emergência e as políticas setoriais continuaram a ser executadas, mas agora sob a perspectiva inédita de um esforço regional de coordenação, do qual participaram os governadores nordestinos, todos com assento no Conselho Deliberativo" (PDSS, 2000, p. 279) da SUDENE.

Mas a atuação da SUDENE no Rio Grande do Norte não foi satisfatória, tendo em vista o reduzido número de projetos e o volume de recursos investidos no estado, pois a

> política de industrialização, que seria decisiva como fator catalisador das mudanças na agricultura, teve, no Rio Grande do Norte, uma de suas menores performances. Estudos realizados naquele período indicam que a política de industrialização foi instituída de forma desigual. Os Estados mais privilegiados com essa política foram a Bahia, Pernambuco e Ceará. Do total de 1.205 projetos aprovados, para todo o Nordeste, no período 1960-77, o Rio Grande do Norte participou com apenas 86 projetos, não se tendo notícia de nenhuma participação mais significativa da Região do Seridó nesse contexto. (PDSS, 2000, p. 279).

Diante do exposto, percebemos que a distribuição desigual dos recursos e dos investimentos públicos nessa fase do desenvolvimento brasileiro ocorreu de forma extremamente seletiva, pois poucos estados foram privilegiados e, nestes, especialmente as áreas mais desenvolvidas. Trata-se de um efeito em cascata, tornando-se evidente que a desigualdade entre os desiguais gera mais desigualdade e exclusão.

Os problemas sociais do Nordeste semi-árido, especialmente do sertão potiguar, ganharam visibilidade nos órgãos de Estado, principalmente, a partir dos anos 1980; nessa fase, aumentaram os programas emergenciais de governo para tentar amenizar a problemática da "fome" e da "seca". Dentre eles, destaca-se o Programa de Convivência com a Seca, o qual foi concebido para atender à população rural atingida pelas estiagens. Em 1998, o Programa abrangeu 156 municípios do estado, dos 166 existentes, eqüivalendo a 93% de todo o território estadual, aí incluindo municípios da área litorânea.

De acordo com o PDSS (2000), as principais linhas de ação desse Programa foram: recuperação e/ou formação de infra-estrutura; Programa de alfabetização de jovens e adultos; Programa especial de financiamento de combate à estiagem – crédito rural; ação emergencial de distribuição de cestas básicas, no início da estação seca e distribuição de sementes.

Praticamente todas as linhas de ação do Programa consistiram em fortalecer o conjunto de relações assistencialistas e clientelista no interior dessa sociedade. Tais "soluções" não mexeram na raiz dos problemas, apenas amenizaram suas conseqüências, quando muito, por se constituírem em ações paliativas e pontuais.

Em 1998, num período de aproximadamente dois meses, foram distribuídas no Rio Grande do Norte 170.000 cestas básicas, contendo 20 Kg de alimentos. Ao aprofundar a análise acerca desse Programa, o PDSS (2000, p. 214) lembra que o mesmo,

> também conhecido como Programa de Emergência, tem contribuído para minorar os problemas advindos da seca, visto que proporciona, entre outros benefícios, um salário mensal ao trabalhador rural. Embora obtendo um valor inferior ao salário mínimo, a população assistida pelo Programa é variável, mas atinge números significativos em alguns municípios, superando 30% da população. A média da população assistida no Seridó é de 19%, levemente superior à atendida em todo o Estado, que é de 17%.

É por essa e outras razões que a "indústria da seca" e da "fome" não se extingue no Nordeste. Os períodos longos de estiagens continuam ocorrendo, os programas emergenciais serão sempre recriados e "revigorados" (com ampliação de recursos), e a população pobre continuará dependente da assistência pública, ou melhor, "política", reproduzindo-se as velhas

relações de clientelismo e assistencialismo, por conseguinte, garantindo e mantendo o *status quo* dos neocoronéis e das oligarquias regionais de poder.

2.7. O quadro socioeconômico e político dos anos 1990: uma contextualização

Os anos 1990 foram marcados por sensíveis mudanças nos cenários político, econômico e sociocultural norte-rio-grandenses, resistindo e persistindo "velhas" relações e surgindo "novas". Do ponto de vista econômico, a década foi marcada principalmente pela extinção do algodão, especialmente no Seridó – área maior produtora no auge desse ciclo econômico –, e decadência do ciclo minerador. A pecuária leiteira e o setor de laticínios no sertão potiguar passaram a desempenhar importância fundamental na organização do espaço agrário regional. Apesar das limitações e dificuldades que atingiram e atingem o setor, essa atividade ainda se constitui numa importante fonte de renda, muitas vezes reduzida, mas perene, para os que a integram, principalmente, para as famílias de produtores rurais.

A mineração, especialmente de scheelita, atingiu os piores resultados de sua história, restando na atualidade apenas alguns equipamentos e parte das estruturas das minas desativadas. Na atualidade algumas minerações adquiriram uma nova funcionalidade, o turismo histórico-cultural, não obstante o potencial de reserva desse minério ainda existente.

A atividade ceramista se expandiu consideravelmente na região, a ponto de constituir um importante pólo de produção cerâmica do estado, exportando, inclusive, para outros estados nordestinos. Vale lembrar que em 2004 essa atividade foi responsável por gerar boa parte do emprego formal na região, ao passo que se constitui hoje na atividade maior agressora ao meio ambiente regional.

Nos anos 1990 o êxodo rural e regional continuou intenso devido à crise econômica que continuou assolando a região. O fluxo migratório se intensificou, estendo-se não só para a

capital, mas, também, para alguns municípios vizinhos a esta, como por exemplo, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Macaíba.

Atualmente (2006), nota-se uma redução considerável do fluxo migratório regional em direção ao Sudeste e demais regiões do país; em alguns casos, é possível notar migração de retorno. Isso ocorre devido a dois fatores principais: por um lado, a crise no mercado de trabalho do Sudeste, inviabiliza a migração para essa região; por outro, os avanços ocorridos na região estudada denotam melhores condições de sobrevivência nesse espaço, ou mesmo na área metropolitana da capital do próprio estado, em relação ao Sudeste.

Dentre as mudanças positivas, destacam-se a consolidação da indústria têxtil na região, através da produção de bonés, chapéus, panos de pratos, redes de dormir, cobertas, mantas e outros artefatos de tecidos, expansão do artesanato, através da fabricação e comercialização de bordados, expansão do setor de alimentos, especialmente, massas, produtos lácteos, doces, etc., e um substrato importante oriundo do setor de comércio, principalmente nos núcleos urbanos maiores, como Caicó e Currais Novos.

Na década de 1990, a região presenciou a incidência de um longo período de estiagem e/ou distribuição irregular das chuvas, o que ampliou os problemas sociais e o quadro de ações assistencialistas do Estado.

Embora o semi-árido nordestino apresente condições edafoclimáticas, até certo ponto, desfavoráveis ao desenvolvimento pecuarista, o Seridó – cerne da depressão sertaneja –, passou a desenvolver a maior bacia leiteira do Rio Grande do Norte durante a década de 1990, resultado direto da ação de programas como o PRONAF e da política de crédito agrícola direcionada aos fazendeiros maiores, conforme análise posterior.

A região dispõe de várias unidades de laticínios, artesanais e industriais. Vários produtos alimentícios desse gênero são gerados na região e exportados para boa parte do território regional nordestino e até nacional. Trata-se da produção e comercialização de

produtos lácteos (queijos, manteiga, doces, biscoitos, carnes e outros produtos), discutidos anteriormente.

Diante desse quadro socioeconômico e político[51], o Estado, presente de diferentes formas e nas distintas esferas de governo, municipal, estadual e federal, sobressai enquanto um dos principais agentes espaciais, capaz de revitalizar a pecuária leiteira e atuar nos campos sociopolítico e econômico, não deixando, é claro, de viabilizar a reprodução e mantuenção dos seus agentes e grupos constituidores.

Assim, as configurações socioterritorais regionais associadas à formação histórica, econômica e política influenciaram sobremaneira a configuração das representações simbólicas e manifestações culturais-identitárias difundidas e expressas nesse espaço. Aí, os símbolos da cultura são cooptados pelos agentes da política, os quais, neles encontram os recursos e os meios de sustentação, manutenção e legitimação do seu *status quo*. Fato esse que pode ser constatado mediante as relações que se criam e se estabelecem na operacionalização e no funcionamento de alguns programas sociais implementados pelo governo como o Programa do Leite, o Bolsa família e outros que serão analisados no capítulo seguinte.

[51] As condições e indicadores sociais como, avanços educacionais e no setor de saúde, nível de emprego e distribuição de renda, condições de trabalho, qualidade de vida, nível de pobreza, dinâmica demográfica, condições habitacionais, saneamento básico, representação política, dentre outros fatores, serão analisados nos capítulos seguintes.

3 – O PROGRAMA DO LEITE NO RIO GRANDE DO NORTE E OUTRAS POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS: reflexos sociais e significados político-culturais

No Brasil, historicamente a maior parte dos programas sociais de governo constitui-se em ações paliativas, de bases assistencialistas e paternalistas, que não buscam em suas estruturas um amplo trabalho fomentador de liberdades individuais e/ou grupais que possam gerar no futuro uma sociedade autônoma e livre, portanto, menos dependente do setor público e dos grupos políticos vinculados a esse.

No Rio Grande do Norte, vários programas governamentais seguem essa mesma lógica. São programas que, na sua essência, buscam "assistir" a população carente, gerando dependência e subordinação desta perante o setor público e perante os grupos políticos locais e estaduais, refletindo-se, muitas vezes, no âmbito federal.

Em vez de se basearem em ações de natureza meramente assistencial, tais programas deveriam ser precedidos ou acompanhados de uma ampla política de geração de emprego e renda, vinculada a programas de qualificação e formação, passando, via de regra, por uma base educacional ampla, sólida e eficaz. Atualmente (2006), os programas sociais (exceto alguns emergenciais de curto prazo) não justificam seus custos, ou funcionam de forma errada, tendo em vista a pouca eficácia que apresentam, principalmente, se levados em consideração o tempo de funcionamento e os resultados obtidos.

Diante dos objetivos delineados, das justificativas e metas estabelecidas, e do conjunto de inter-relações com outros programas sociais de governo, é possível avaliar a importância do Programa do Leite no Rio Grande do Norte. Nesse contexto, é possível também avaliar a relevância de outros programas sociais como o Bolsa Família, o Bolsa Alimentação, o Bolsa Escola, o Bolsa Renda e o Auxílio-Gás, os quais compõem o macro-Programa do Governo Federal, intitulado Fome Zero. Antes de avaliarmos as ações desses programas, analisaremos os indicadores socioeconômicos em nível estadual, relacionando-os

aos da região Nordeste e aos de nível nacional para que se possa entender o que de fato justifica o desenvolvimento de tais programas. Avaliaremos também os "reais" objetivos desses programas, especialmente do Programa do Leite.

Também discutiremos o que de fato mudou na região Nordeste e no Seridó Potiguar, nos últimos anos, em termos de condições de vida da população, no sentido de avaliar o nível de eficiência desses programas. Tudo isso, visando relacionar posteriormente (no quarto capítulo) às ações de outras políticas públicas, a exemplo do PRONAF, e da política de crédito agrícola para a região, observando-se os limites, eficiências e deficiências de tais ações.

3.1. O Programa do Leite no Rio Grande do Norte: indicadores socioeconômicos que justificam (ou não) seu desenvolvimento

Com um contingente populacional de 2.776.782[52] habitantes, o Rio Grande do Norte representa 1,64% da população total do país. De acordo com o IBGE (2000) esse estado apresenta uma taxa de urbanização de 73,35%, bem inferior, portanto, à média nacional que é de 81,2% nesse mesmo período.

Analisando o IDH[53] brasileiro medido pelo PNUD observamos que o Rio Grande do Norte está numa melhor condição em relação aos demais estados da região Nordeste, ocupando, no ano 2000, o primeiro lugar juntamente com o estado de Pernambuco, com um índice de 0,705 que corresponde ao 17º lugar no ranking nacional (Tabela 3).

---

[52] Para o IDEMA (2004) as estatísticas populacionais do IBGE estimam um contingente populacional no estado em torno de três milhões de habitantes no ano de 2005.

[53] De acordo com o PNUD/IPEA/FJP/IBGE (2003), o IDH foi criado no início dos anos 1990 para o PNUD pelo conselheiro especial Mahbub ul Haq, combinando três componentes básicos do desenvolvimento humano: a **longevidade**, a qual reflete, dentre outras coisas, as condições de saúde da população, medida pela esperança de vida ao nascer; a **educação**, medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino: fundamental, médio e superior; e, a **renda,** que é medida através do poder de compra da população, baseado no PIB *per capita,* ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC). A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de: longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (zero) – o pior índice e 1 (um) – o melhor índice, e a combinação destes em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 este indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país, região, estado ou município.

Tabela 3 – Brasil: Índice de Desenvolvimento Humano - 1991-2000

CLASSIFICAÇÃO GERAL DOS ESTADOS 1991 – 2000	PAÍS/UF	IDH - 1991	IDH – 2000	VARIAÇÃO (%)
	Brasil	**0,696**	**0,766**	**10,06**
16º - 19º	Acre	0,624	0,697	11,70
25º - 24º	Alagoas	0,548	0,649	18,43
10º - 11º	Amapá	0,691	0,753	8,97
13º - 15º	Amazonas	0,664	0,713	7,38
22º - 20º	Bahia	0,590	0,688	16,61
21º - 18º	Ceará	0,593	0,700	18,04
1º - 1º	Distrito Federal	0,799	0,844	5,63
11º - 10º	Espírito Santo	0,690	0,765	10,87
7º - 8º	Goiás	0,700	0,776	10,86
26º - 25º	Maranhão	0,543	0,636	17,13
12º - 9º	Mato Grosso	0,685	0,773	12,85
5º - 7º	Mato Grosso do Sul	0,716	0,778	8,66
8º - 9º	Minas Gerais	0,697	0,773	10,90
24º - 22º	Paraíba	0,561	0,661	17,83
6º - 6º	Paraná	0,711	0,787	10,69
15º - 14º	Pará	0,650	0,723	11,23
17º - 17º	Pernambuco	0,620	0,705	13,71
23º - 23º	Piauí	0,566	0,656	15,90
3º - 5º	Rio de Janeiro	0,753	0,807	7,17
19º - 17º	**Rio Grande do Norte**[54]	**0,604**	**0,705**	**16,72**
3º - 4º	Rio Grande do Sul	0,753	0,814	8,10
14º - 13º	Rondônia	0,660	0,735	11,36
9º - 12º	Roraima	0,692	0,746	7,80
4º - º2	Santa Catarina	0,748	0,822	9,89
2º - 3º	São Paulo	0,778	0,820	5,40
20º - 21º	Sergipe	0,597	0,682	14,24
18º - 16º	Tocantins	0,611	0,710	16,20

Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 2003
Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)

Percebemos, ainda, que no período de 1991-2000, o referido índice no estado, aumentou 16,72%, passando de 0,604 em 1991 para 0,705 em 2000. Acréscimo esse bastante significativo e também superior ao aumento médio nacional (10,06%), bem como acima dos estados da região Sudeste e do Distrito Federal, os quais apresentaram os maiores índices. Foi a quinta maior taxa de crescimento do IDH-Médio entre os estados. Esse índice é considerado pelo PNUD/IPEA/FJP/IBGE como uma situação/condição de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). O vetor que mais contribuiu para esse avanço no período foi a

[54] Considerando que em 1991 o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul obtiveram o mesmo IDH entre os estados, por conseguinte, a terceira colocação, o Rio Grande do Norte, por sua vez, ocupará nesse ano, o 19º lugar. Já no ano 2000, considerando que Minas Gerais e Mato Grosso empataram com os mesmos índices, ocupando a nona colocação, e, o empate entre Pernambuco e Rio Grande do Norte, com a mesma taxa de IDH, os colocará no 17º lugar.

educação que apresentou evolução de 45,2%, seguida da longevidade, com 36,0% e da renda, com 18,8% (Tabela 4).

Tabela 4 – Rio Grande do Norte: Índice de Desenvolvimento Humano – 1991-2000

ÍNDICE E DIMENSÕES	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano	**0,604**	**0,705**
Educação	0,642	0,779
Longevidade	0,591	0,700
Renda	0,579	0,636

Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 2003
Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)

De acordo com o PNUD/IPEA/FJP/IBGE (2003), a longevidade no estado aumentou, bem como todas as demais variáveis apresentaram avanços. No ano 2000, a estrutura etária estadual foi representada, principalmente, por adultos e adolescentes (15 a 64 anos de idade), estimada em 62% do total de pessoas, enquanto aproximadamente 31% se constituíam de crianças e 7% de idosos com mais de 65 anos. Vale ressaltar que a população potiguar está envelhecendo devido ao aumento relativo da longevidade.

Entre 1991 e 2000, a esperança de vida ao nascer aumentou consideravelmente em todo o estado, passando de 60,5 para 67,0 anos. Reduziu-se acentuadamente a mortalidade infantil, alterando-se de 67,9 para 43,3 crianças de até 1 ano de idade (a cada grupo de mil nascidas vivas). Há de se reconhecer que, nesse aspecto, os programas sociais, especialmente o Programa de Saúde da Família, tem contribuído para essa mudança.

A taxa de analfabetismo também decresceu em todas as faixas etárias. No período 1991-2000, o nível educacional elevou-se, principalmente, no quadro de população jovem, fato que evidencia precocidade no que concerne ao acesso aos bancos escolares. A redução mais brusca do analfabetismo ocorreu na faixa etária de pessoas entre 10 e 17 anos (Tabela 5).

Tabela 5 – Rio Grande do Norte: Nível Educacional da População Jovem – 1991-2000

Faixa Etária (anos)	Taxa de Analfabetismo 1991 – 2000	% com menos de 4 anos de estudo 1991 – 2000	% com menos de 8 anos de estudo 1991 – 2000	% freqüentando a escola 1991 – 2000
7 a 14 anos	40,3 – 20,6	- -	- -	78,3 – 94,8
10 a 14 anos	28,4 – 10,9	72,9 – 52,4	- -	79,2 – 94,7
15 a 17 anos	21,8 – 7,3	41,8 – 22,3	87,0 – 72,6	56,0 – 78,5
18 a 24 anos	22,5 – 11,4	34,5 – 23,0	68,4 – 55,9	- -

Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 2003
Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)
(-) = não se aplica

No ano 2000 a menor taxa de analfabetismo apresentava-se entre os adolescentes de 15 a 17 anos, como também a menor quantidade de jovens com menos de 4 anos de estudo. Já o percentual de jovens freqüentando a escola é bastante expressivo na faixa etária de jovens entre 10 e 17 anos, situação que reduz o índice geral de analfabetismo no estado, o qual diminuiu 11,0 pontos percentuais no período (Tabela 6).

Tabela 6 – Rio Grande do Norte: Nível Educacional da População Adulta – (25 anos ou mais) – 1991-2000

Nível Educacional	1991	2000
Taxa de Analfabetismo	40,8	29,8
% com menos de 4 anos de estudo	56,6	45,4
% com menos de 8 anos de estudo	78,4	70,3
Média de anos de estudo (número de anos)	3,8	5,0

Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 2003
Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)

Verificamos que o nível educacional da população adulta (25 anos ou mais), com referência à média de anos estudados, aumentou no período, passando de 3,8 para 8 anos. De um modo geral, a taxa de analfabetismo dessa faixa etária diminuiu, como também o percentual de pessoas com poucos anos de estudo (menos de 8 anos), o que evidencia um nível de escolaridade cada vez mais elevado.

Já os indicadores de renda apontam um expressivo contingente populacional vivendo em estado de pobreza, conseqüência direta da desigualdade social marcante, que não é um problema só do estado, mas da região Nordeste e do Brasil (Tabela 7).

Tabela 7 – Brasil: Renda *per capita*[55] – 1991 - 2000

CLASSIFICAÇÃO DOS ESTADOS 1991 - 2000	BRASIL/UF	Renda *per capita* 1991	Renda *per capita* 2000	Variação (%)
	Brasil	230,30	297,23	29,06
16º - 16º	Acre	144,73	180,70	24,85
24º - 25º	Alagoas	109,13	139,91	28,20
13º - 14º	Amapá	190,59	211,39	10,91
14º - 18º	Amazonas	180,09	173,92	-3,42
22º - 22º	Bahia	119,71	160,19	33,81
23º - 23º	Ceará	113,86	156,24	37,23
1º - 1º	Distrito Federal	472,24	605,41	28,20
11º - 7º	Espírito Santo	194,78	289,59	48,68
9º - 10º	Goiás	211,90	285,96	34,95
27º - 27º	Maranhão	80,43	110,37	37,23
10º - 8º	Mato Grosso	204,86	288,06	40,62
8º - 9º	Mato Grosso do Sul	222,51	287,46	29,19
12º - 11º	Minas Gerais	193,57	276,56	42,87
17º - 20º	Pará	141,52	168,59	19,13
25º - 24º	Paraíba	101,08	150,22	48,62
7º - 6º	Paraná	226,29	321,39	42,03
18º - 15º	Pernambuco	141,37	183,76	29,99
26º - 26º	Piauí	87,12	129,02	48,09
3º - 3º	Rio de Janeiro	312,03	413,94	32,66
21º - 17º	**Rio Grande do Norte**	**125,09**	**176,21**	**40,86**
4º - 4º	Rio Grande do Sul	261,30	357,74	36,91
15º - 12º	Rondônia	161,74	233,84	44,58
5º - 13º	Roraima	252,25	232,49	-7,83
6º - 5º	Santa Catarina	232,27	348,72	50,14
2º - 2º	São Paulo	382,93	442,67	15,60
19º - 21º	Sergipe	127,47	163,50	28,27
20º - 19º	Tocantins	125,95	172,60	37,04

Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 2003
Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)

É possível observar que a renda *per capita* média estadual aumentou em 40,86%, apesar de ainda continuar muito baixa se comparada à média do Distrito Federal e do estado de São Paulo, os quais apresentam os maiores indicadores nacionais de renda (605,4 e 442,7 respectivamente). O estado permaneceu, inclusive, abaixo da média nacional, ocupando no ano 2000 o 17º lugar no ranking de renda *per capita* entre os estados.

[55] Os dados apresentados na tabela se referem a renda média *per capita* mensal

Embora a proporção de pobres tenha diminuído no período, o Índice de Gini apresentou relativo aumento evidenciando agravamento da desigualdade social (Tabela 8).

Tabela 8 – Rio Grande do Norte: Indicadores de Pobreza e Desigualdade – 1991-2000

Indicadores	1991	2000
Proporção de Pobres (%)	61,7	50,6
Índice de Gini	0,63	0,66

Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 2003
Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)

A proporção de pobres[56] apresentou no período uma redução de 17,94%, passando de 61,7% em 1991 para 50,6% em 2000. Entretanto, o Índice de Gini calculado pelo PNUD/IPEA/FJP/IBGE (2003) evidencia que a desigualdade social acirrou-se. Esse índice passou de 0,63 para 0,66 no período. Logo, elevou-se a concentração de renda, crescendo a disparidade social entre ricos e pobres (Tabela 9).

Tabela 9 – Rio Grande do Norte – Porcentagem de Renda Apropriada por Estratos da População – 1991-2000

Estratos da População	1991	2000
20% mais pobres	2,4	1,3
40% mais pobres	7,7	6,2
60% mais pobres	16,7	15,1
80% mais pobres	32,6	30,7
20% mais ricos	67,4	69,3

Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 2003
Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)

Verificamos que, muito embora a renda média *per capita* do estado tenha aumentando significativamente no período, a desigualdade social permaneceu elevada face à disparidade de apropriação de renda entre o estrato social constituído pelos mais ricos e o estrato social formado pelos mais pobres. Apenas 20% dos mais ricos detêm aproximadamente 70% da renda total, enquanto os 80% mais pobres detêm o restante. Assim, caracteriza-se, de fato, como uma estrutura social marcada por uma distribuição de renda extremamente concentrada e desigual, notadamente estigmatizada por um fosso social brutal.

[56] O PNUD/IPEA/FJP/IBGE (2003), calcula a pobreza através da proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R$ 75,50 (equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto do ano 2000).

De acordo com os dados de acesso a serviços domiciliares básicos, verificamos uma situação melhorada no estado durante o período analisado (Tabela 10).

Tabela 10 – Rio Grande do Norte: Acesso a Serviços Básicos – 1991-2000

Serviços Básicos	1991	2000
Água Encanada	48,8	67,7
Energia Elétrica	82,7	94,3
Coleta de Lixo*	77,1	92,1

Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 2003
Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)
* Somente Domicílios Urbanos

Todos os serviços tornaram-se mais acessíveis à população, merecendo destaque o acesso à água encanada (aproximadamente 20,0 pontos percentuais). Mas o tipo de serviço mais acessível à população do estado no ano 2000 foi energia elétrica, considerando que, nas duas últimas décadas fortes investimentos foram feitos no setor, principalmente no segmento de eletrificação rural.

Entretanto, poucas ações houve no sentido de viabilizar o saneamento básico da zona rural, principalmente no que se refere ao esgotamento sanitário e à água encanada potável.

Medidas como implementação de adutoras, perfuração de poços, implementações de usinas de dessalinização e construção de cisternas, açudes e barragens, têm sido adotadas, porém, carecem de aprimoramento e melhoramento, bem como maior abrangência em termos de acesso às famílias rurais.

No que concerne ao acesso aos bens de consumo domiciliares básicos, o estado apresenta uma situação razoável (Tabela 11).

Tabela 11 – Rio Grande do Norte: Acesso a Bens de Consumo – 1991-2000

Bens de Consumo	1991	2000
Geladeira	45,9	72,5
Televisão	52,6	84,8
Telefone	9,2	23,5
Computador	Não Disponível	5,3

Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 2003
Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)

Destaca-se um percentual elevado de pessoas com acesso à televisão, seguida da geladeira, telefone e computador. Todos esses bens se tornaram mais acessíveis à população no período analisado.

Diante desses indicadores socioeconômicos estaduais, é possível observar, em linhas gerais, algumas condições sociais e materiais de vida da população potiguar. É possível perceber também as reais necessidades de implementação de programas sociais assistencialistas, como o Programa do Leite, que, a longo prazo, mostram-se altamente onerosos ao setor público, frente a outras políticas e medidas que poderiam ser adotadas no sentido de viabilizar o desenvolvimento de fato.

Socioeconômica e culturalmente, o Rio Grande do Norte também apresenta certa diversidade e heterogeneidade regional. Por isso, é importante investigar as características e o perfil socioeconômico da região estudada – O Seridó Potiguar – com base nos indicadores socioeconômicos e políticos dos seus municípios, buscando compará-los aos de outras regiões do estado e até do país.

3.2. O IDH e as características socioeconômicas dos municípios seridoenses

A região do Seridó apresenta indicadores sociais bastante intrigantes e instigadores à pesquisa, chamando a atenção dos estudiosos. É o caso, por exemplo, do IDH municipal e/em suas dimensões (Educação, Longevidade e Renda), que se diferencia em termos estaduais e regionais.

Não obstante os complexos problemas sociais existentes na região, a mesma apresenta condições um tanto quanto favoráveis ao desenvolvimento humano, em relação às demais áreas do estado e até do país. Isso pode ser constatado com base no IDH regional dos municípios que formam o Seridó, em relação aos demais índices (municipais) de outras

regiões do território estadual e nacional. Há municípios com índice superior à média estadual e bastante próximo do IDH nacional, como é o caso de Caicó (Tabela 12).

Tabela 12 – Seridó Potiguar: Índice de Desenvolvimento Humano - 1991-2000

CLASSIFICAÇÃO MUNICIPAL[57] (em relação ao estado) 1991 – 2000	BRASIL/UF/MUNICÍPIO	IDH - 1991	IDH – 2000	VARIAÇÃO (%)
	Brasil	0,696	0,766	10,06
	Rio Grande do Norte	0,604	0,705	16,72
	Seridó Potiguar	**0,574**	**0,685**	**19,40**
12º - 16 º	Acari	0,611	0,698	14,24
2º - 3º	Caicó	0,659	0,756	14,72
4º - 4º	Carnaúba dos Dantas	0,635	0,742	16,85
139º - 146º	Cerro Corá	0,479	0,592	23,59
17º - 12º	Cruzeta	0,598	0,713	19,23
7º - 9º	Currais Novos	0,627	0,724	15,47
33º -???	Equador	0,556	0,665	19,60
58º - 38º	Florânia	0,535	0,657	22,80
13º - 20º	Ipueira	0,611	0,691	13,09
20º - 30º	Jardim de Piranhas	0,587	0,675	14,99
14º - 10º	Jardim do Seridó	0,610	0,722	18,36
88º - 72º	Jucurutu	0,510	0,637	24,90
142º - 106º	Lagoa Nova	0,471	0,620	31,63
18º - 15º	Ouro Branco	0,591	0,702	18,78
9º - 14º	Parelhas	0,617	0,704	14,10
23º - 24º	Santana do Seridó	0,582	0,684	17,53
38º - 35º	São Fernando	0,552	0,664	20,29
10º - 8º	São João do Sabugi	0,615	0,725	17,89
11º - 5º	São José do Seridó	0,612	0,740	20,92
71º - 67º	São Vicente	0,522	0,639	22,41
49º - 36º	Serra Negra do Norte	0,543	0,663	22,10
155º - 93º	Tenente Laurentino Cruz	0,453	0,628	38,63
8º - 11º	Timbaúba dos Batistas	0,623	0,719	15,41

Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 2003
Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)

Se compararmos os municípios produtores de petróleo, a exemplo de Guamaré, com os municípios seridoenses, também verificaremos melhores índices e maiores variações no âmbito regional no período analisado. Em 1991 Guamaré apresentou IDH de 0,52, aumentando para 0,64 em 2000, portanto, bem abaixo da média regional. A variação percentual desse município no período analisado corresponde a 23%, também abaixo da média de alguns municípios seridoenses.

[57] Essa classificação não considera a igualdade de posições entre municípios com mesmo IDH, por ser elevado o número de municípios no estado, bem como os casos de empates do índice entre estes.

É sabido que o IDH[58] brasileiro é bastante baixo se comparado aos dos países desenvolvidos, como também esse mesmo índice, no Rio Grande do Norte, é relativamente inferior ao nacional, apesar de ser considerado um nível "médio" de desenvolvimento humano e o melhor (juntamente com Pernambuco) entre os estados da região Nordeste.

No período 1991-2000, todos os municípios seridoenses apresentaram variação positiva, ou melhor, elevação do IDH médio, sobressaindo Tenente Laurentino Cruz, com a maior variação (38,63%) e, no outro extremo, Ipueira com a menor taxa de crescimento (13,09). Na classificação geral do estado, Caicó[59] apresentou a melhor colocação regional nos dois períodos consecutivos (1991 e 2000), enquanto Tenente Laurentino Cruz mostrou o pior índice em 1991 e Cerro Corá o pior índice no ano 2000. Nesse último ano, oito municípios mantiveram-se acima da média estadual, apresentando o melhor nível de desenvolvimento humano da região, sendo: Caicó, Carnaúba dos Dantas, São José do Seridó, São João do Sabugi, Currais Novos, Jardim do Seridó, Timbaúba dos Batistas e Cruzeta.

Em relação ao IDH[60] médio municipal das demais regiões do estado, o Seridó apresenta certa homogeneidade e uma condição aparentemente melhorada. Boa parte dos municípios estudados apresentou melhorias nesse índice, sobressaindo, inclusive, com melhor situação em relação à variação do estado (Mapas 4 e 5).

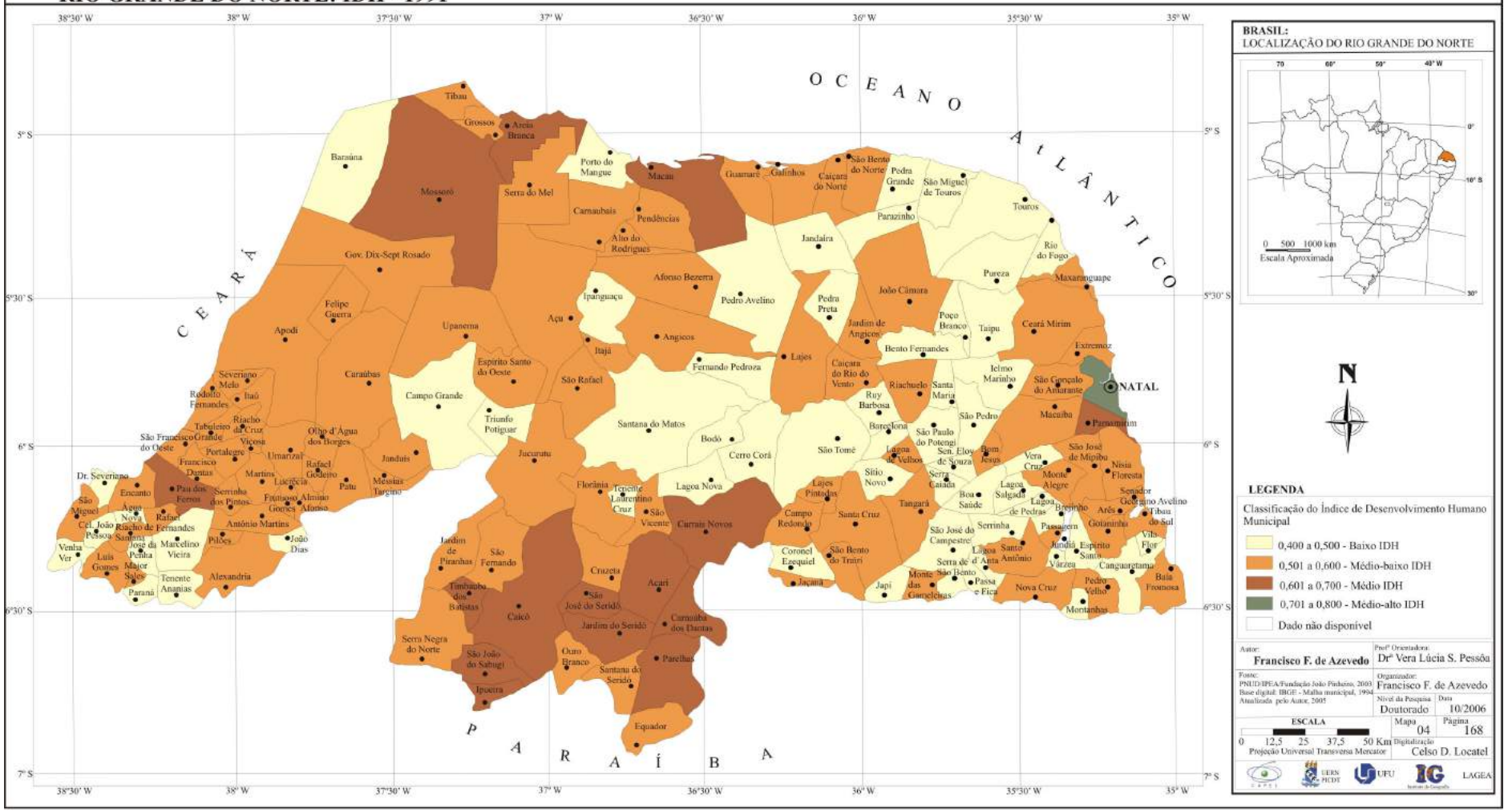
---

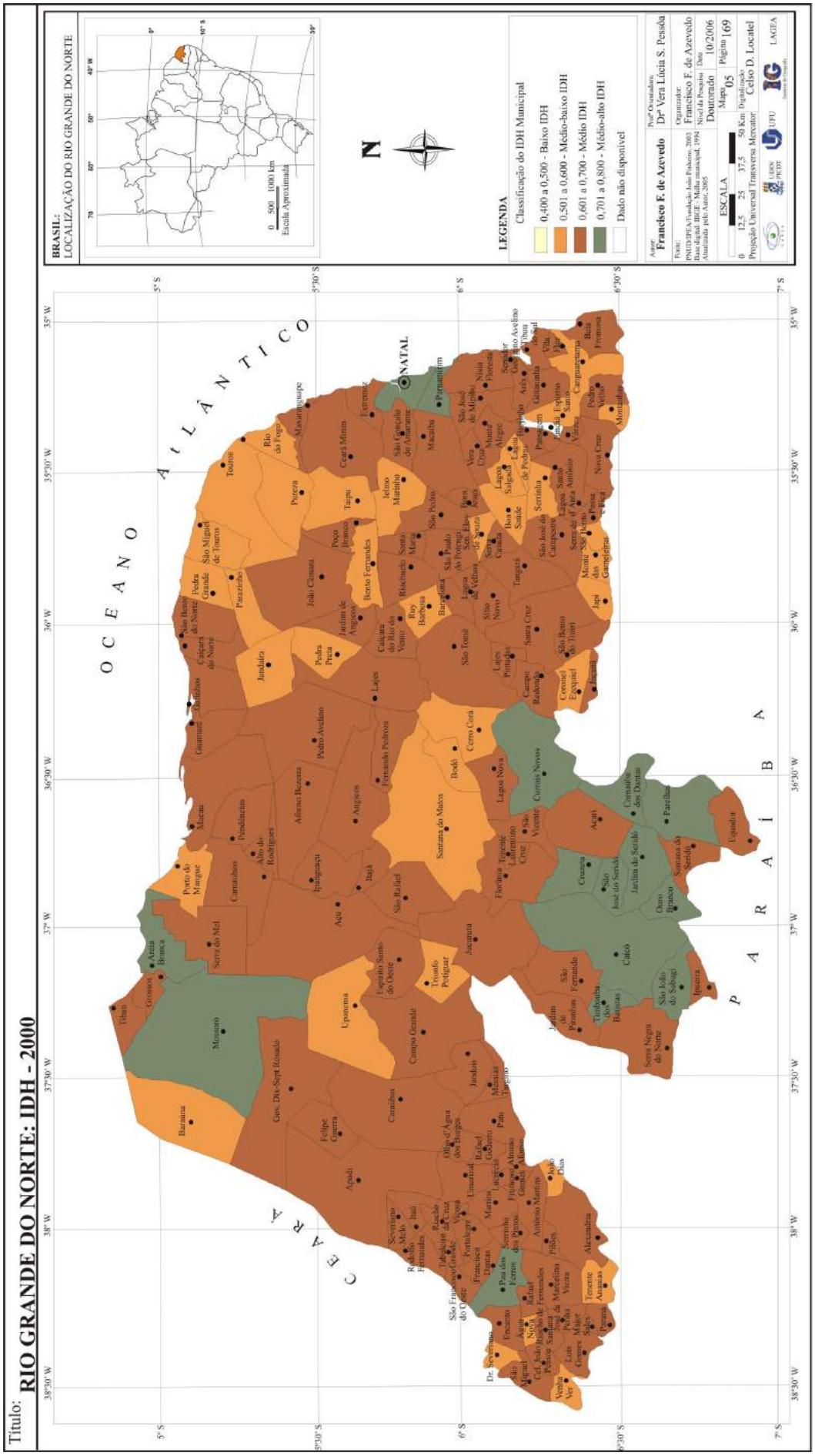
[58] Optamos por usar esse índice para explicar e caracterizar os municípios da região do Seridó, através dos seus indicadores sociais, por ser esse um parâmetro que serve de referência nacional e internacionalmente, além de ser bastante útil e bastante utilizado nas pesquisas científicas e acadêmicas.

[59] Em 1991, Caicó apresentava o segundo melhor IDH estadual, atrás apenas de Natal, assim como o melhor da região do Seridó. Em 2000, o município permaneceu com o melhor IDH da região e perdeu o 2º lugar para o município de Parnamirim, o qual está localizado na região metropolitana de Natal.

[60] Para a análise dos países, o PNUD estabeleceu a seguinte classificação do IDH:
$0,0 \leq 0,5$ = Baixo IDH; $0,5 \geq 0,8$ = Médio IDH; e $0,8 \leq 1$ = Alto IDH
Entretanto, para a nossa pesquisa estabelecemos a seguinte classificação:
0,400 a 0,500 = Baixo IDH; 0,501 a 0,600 = Médio-baixo IDH; 0,601 a 0,700 = Médio IDH; e 0,701 a 0,800 = Médio-alto IDH
Isso se justifica, haja vista a semelhança e proximidade dos índices, na maioria dos municípios do estado, quando considerada e analisada a classificação do PNUD. Com a classificação feita, especificamente para a nossa pesquisa, é possível uma melhor visualização desse indicador no que concerne a realidade estudada.

Título: **RIO GRANDE DO NORTE: IDH - 1991**




Título: RIO GRANDE DO NORTE: IDH - 2000
BRASIL:
LOCALIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE
LEGENDA
Classificação do IDH Municipal
0,400 a 0,500 - Baixo IDH
0,501 a 0,600 - Médio-baixo IDH
0,601 a 0,700 - Médio IDH
0,701 a 0,800 - Médio-alto IDH
Dado não disponivel
N
ESCALA
Projeção Universal Transversa Mercator
Autor: Francisco F. de Azevedo
Profª Orientadora: Drª Vera Lúcia S. Pessôa
Organizador: Francisco F. de Azevedo
Nível da Pesquisa: Doutorado
Data: 10/2006
Mapa: 05
Página: 169
Digitalização: Celso D. Locatel
LAGEA
OCEANO ATLÂNTICO
CEARÁ
PARAÍBA
NATAL

Em 1991, a região apresentava 10 dos seus 23 municípios com IDH no nível médio-baixo, ao mesmo tempo em que esse mesmo número de municípios tinha nível médio. Os demais municípios apresentavam baixo nível de desenvolvimento. Em relação a maior parte dos municípios do estado, a realidade regional pode ser considerada melhor.

No ano 2000, todo o estado apresentou melhorias significantes, ainda mais os municípios seridoenses. Um total de 10 municípios passou a apresentar IDH médio-alto, equiparando-se, inclusive, à capital do estado e Mossoró. Todos os demais municípios apresentaram IDH médio, igualando-se à maioria dos municípios potiguares.

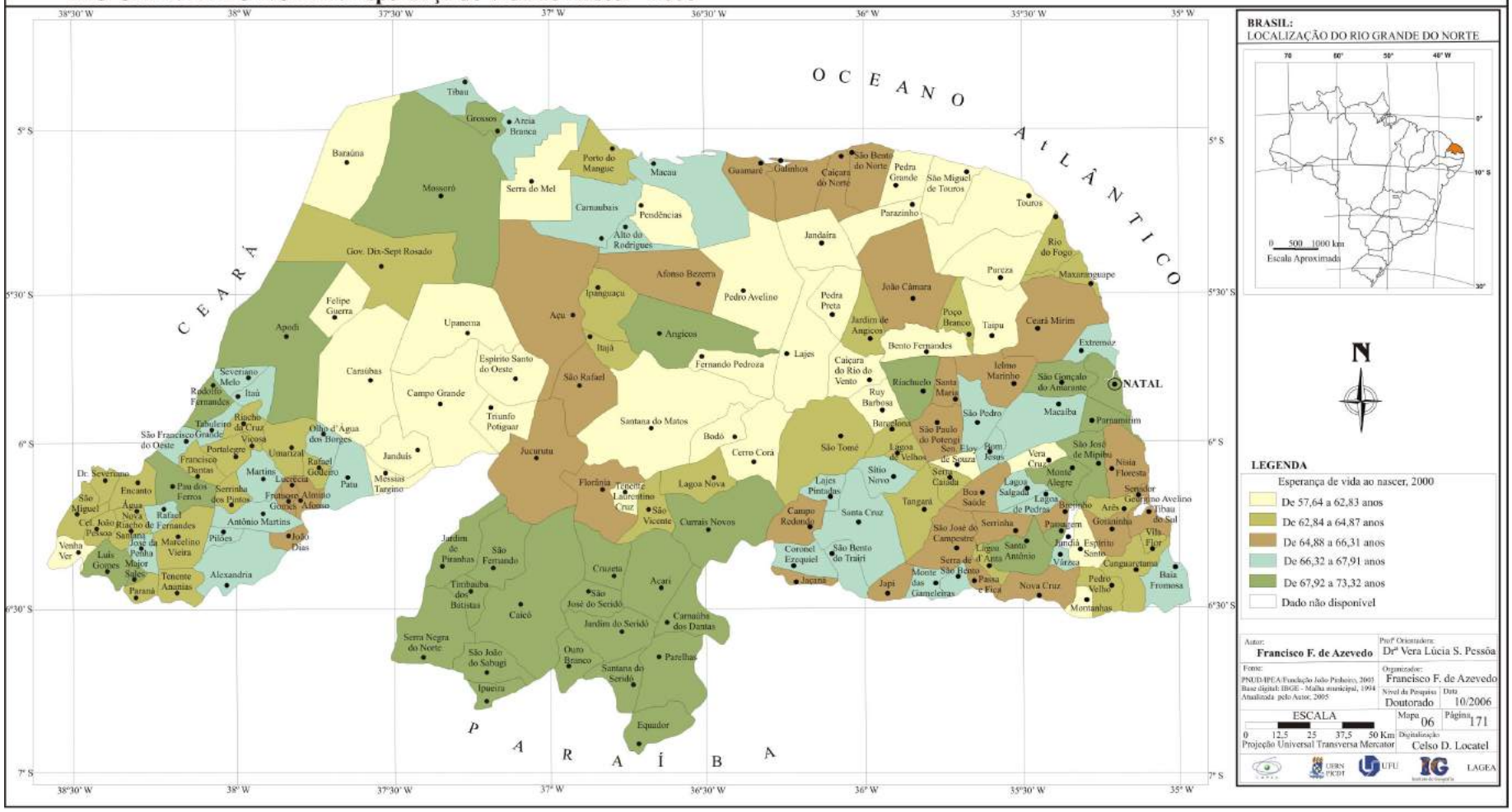
Os fatores que mais contribuíram para a elevação do IDH nos municípios da região foram: diminuição na taxa de analfabetismo (13 municípios apresentaram melhorias significativas nesse indicador), seguida do aumento da longevidade (10 municípios tiveram esse indicador como principal responsável por essa melhoria) e, por último, a renda que aumentou em torno de 20% no período, embora ainda tenha se mantido baixa e bastante concentrada.

No que se refere à esperança de vida ao nascer, a região está numa condição bastante favorável e homogênea em relação às demais regiões do estado (Mapa 6).

Na definição desse indicador, a taxa de mortalidade infantil teve importante participação. Todos os municípios seridoenses apresentaram queda acentuada no nível de mortalidade infantil, a ponto de, em municípios como Carnaúba dos Dantas, São José do Seridó, São João do Sabugi, Caicó e Timbaúba dos Batistas as reduções chegarem a 53%, enquanto Florânia apresentou a menor queda 24,79%.

Em geral, a maioria dos municípios diminuiu a mortalidade infantil na faixa de 40 a 50%, portanto, uma redução bastante significativa para um período de 10 anos. Um dos principais responsáveis por essa diminuição foi, possivelmente, o Programa Saúde da Família desenvolvido a partir da última década.

Título: **RIO GRANDE DO NORTE: Esperança de Vida ao Nascer - 2000**



No ano 2000, a melhoria na esperança de vida é notável na região, pois 17 dos seus municípios passaram a se inserir no melhor estrato de classificação desse indicador que corresponde a 67,92-73,32 anos. Em 1991, eram 15 municípios nesse nível; em 2000 o município de São Fernando passou para o primeiro estrato, Florânia para o terceiro e São Vicente para o quarto.

O crescimento médio desse índice foi de aproximadamente oito anos. O município de São Fernando apresentou o maior aumento da longevidade, ou seja, nove anos, enquanto Florânia o menor, que corresponde a 4,69 anos. Os municípios de Tenente Laurentino Cruz e Cerro Corá permaneceram no primeiro estrato de classificação, que representa a pior esperança de vida entre os demais municípios, isto é, 57,64 a 62,83 anos.

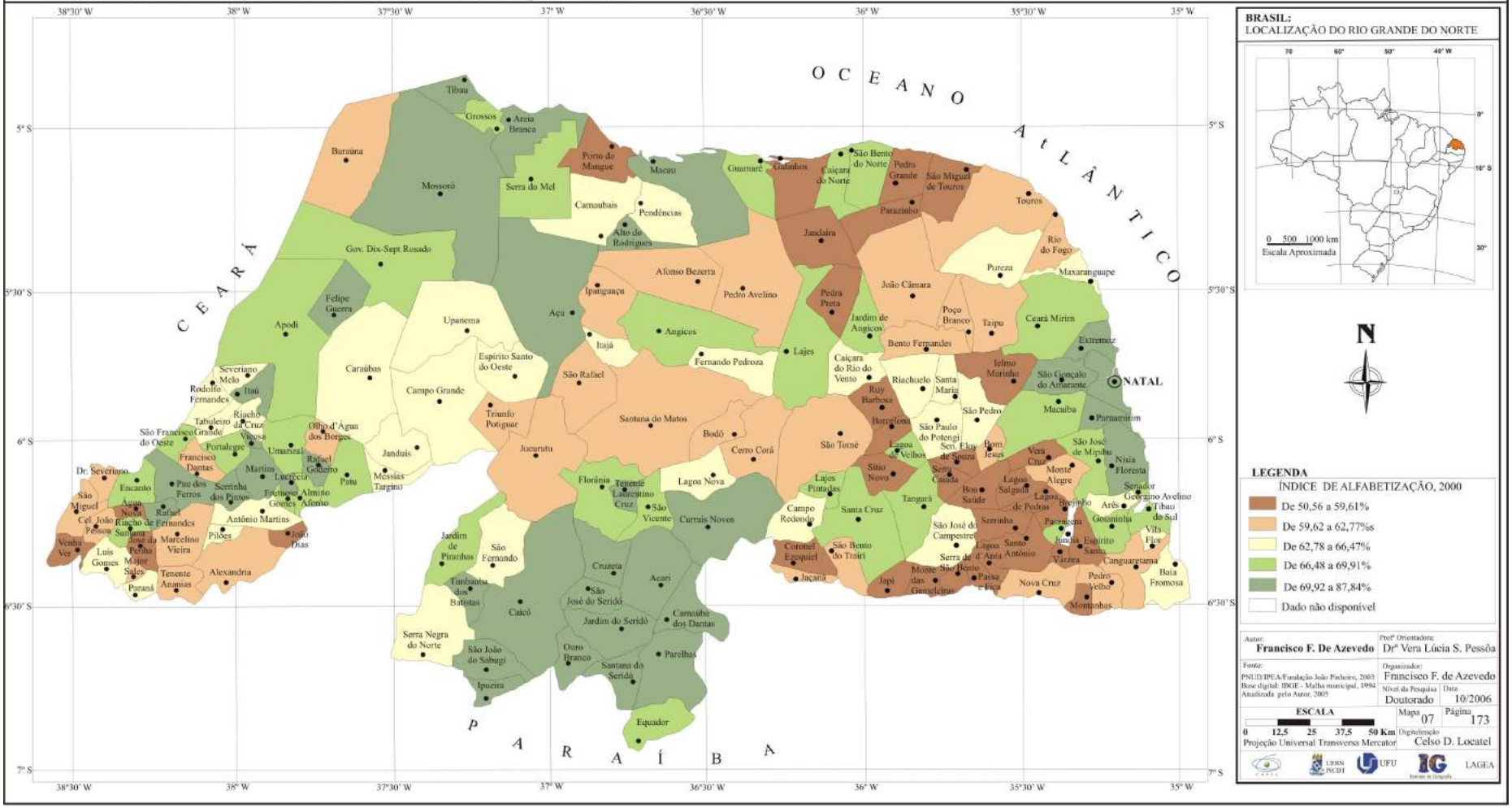
Dessa forma, é notório que a esperança de vida do seridoense ao nascer está acima da média geral do estado, destacando-se em relação às demais regiões no ano 2000. Merece destaque, inclusive, em relação ao país.

Quanto à taxa de alfabetização[61], embora bastante elevada em todo o estado, inclusive no Seridó, manteve-se dentro do melhor nível na maioria dos municípios estudados (em 14 deles), o que fica entre 58,75% e 82,93% em 1991, e 69,92% e 87,84 em 2000.

Assim, no que concerne ao nível de alfabetização da região, também se observa certa homogeneidade entre os municípios (Mapa 7).

[61] De acordo com o PNUD/IPEA/FJP/IBGE (2003), o nível de alfabetização é definido através do indicador componente do IDHM-Educação. Trata-se do percentual de pessoas acima de 15 anos de idade que são alfabetizadas e sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples

Título: **RIO GRANDE DO NORTE: Índice de Alfabetização - 2000**



No período de 1991 a 2000, todos os municípios seridoenses apresentaram melhorias significativas na taxa de alfabetização (Tabela 13).

Tabela 13 – Seridó Potiguar: Taxa de alfabetização - 1991-2000

CLASSIFICAÇÃO MUNICIPAL[62] (em relação ao estado) Ano 2000	BRASIL/UF/MUNICÍPIO	Taxa de alfabetização 1991	Taxa de alfabetização 2000	VARIAÇÃO (%)
	Brasil	79,93	86,37	8,06
	Rio Grande do Norte	63,68	74,57	17,1
1º	Natal	82,93	87,84	5,92
5º	Carnaúba dos Dantas	71,15	80,57	13,24
6º	São José do Seridó	65,47	79,14	20,88
7º	Caicó	70,74	79,03	11,72
9º	Parelhas	69,08	77,15	11,68
11º	Jardim do Seridó	67,96	76,92	13,18
13º	São João do Sabugi	64,65	76,31	18,04
14º	Currais Novos	67,73	76,06	12,30
16º	Acari	65,36	75,72	15,85
17º	Ouro Branco	65,94	75,60	14,65
19º	Cruzeta	63,47	75,08	18,29
20º	Santana do Seridó	67,82	74,96	10,53
22º	Timbaúba dos Batistas	66,93	72,59	8,46
23º	Ipueira	67,55	72,55	7,40
32º	Tenente Laurentino Cruz	48,55	70,47	45,15
42º	São Vicente	59,22	69,13	16,73
45º	Florânia	53,81	68,91	28,06
48º	Equador	57,42	68,63	19,52
60º	Jardim de Piranhas	55,68	67,30	20,87
75º	São Fernando	55,49	65,82	18,62
78º	Serra Negra do Norte	50,28	65,60	30,47
94º	Lagoa Nova	47,72	63,41	32,88
110º	Cerro Corá	51,74	61,73	19,31
122º	Jucurutu	49,34	60,84	23,31

Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 2003
Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)

Embora o analfabetismo tenha diminuído, ainda permanece bastante elevado em relação aos padrões aceitáveis por organismos nacionais e internacionais como a ONU e o Ministério da Educação. Situação bastante prejudicial ao desenvolvimento humano, considerando que a educação é um instrumento-chave de emancipação e promoção humana. Logo, quanto maior o analfabetismo, mais empecilhos tem-se para o desenvolvimento humano.

[62] Essa classificação não considera a igualdade de posições entre municípios com mesma taxa, devido ser elevado o número de municípios no estado, bem como os casos de empates da taxa de alfabetização.

No ano 2000, Natal obteve a melhor taxa de alfabetização, acima, inclusive, da média estadual e nacional (87,84%). No Seridó, Carnaúba dos Dantas apresentou o melhor índice, acima da média estadual, juntamente com outros dez municípios. Todos os demais municípios apresentaram níveis de alfabetização inferiores ao do estado e ao do país. Em 1991, o menor índice foi registrado em Lagoa Nova, enquanto, no ano 2000, Jucurutu sobressaiu com a menor taxa de alfabetização. Quanto ao percentual de variação, Tenente Laurentino Cruz apresentou o maior avanço e Ipueira o menor.

No tocante à distribuição de renda, a região, assim como o estado, apresentou situações bastante complexas, com baixo nível de renda média *per capita* e elevada concentração, a despeito da distribuição desigual (Tabela 14).

Tabela 14 – Seridó Potiguar: Renda *per capita*[63] e Índice de Gini – 1991 – 2000

PAÍS/UF/MUNICÍPIO	Renda *per capita* 1991	Renda *per capita* 2000	Variação (%)	Índice de Gini 1991	Índice de Gini 2000	Variação (%)
Brasil	230,30	297,23	29,06	0,63	0,65	3,17
Rio Grande do Norte	125,09	176,21	40,86	0,63	0,66	4,76
Seridó Potiguar	**81,26**	**121,37**	**49,36**	**0,50**	**0,54**	**8,23**
Acari	91,38	133,38	45,96	0,53	0,49	-7,55
Caicó	141,55	206,64	45,98	0,54	0,58	7,41
Carnaúba dos Dantas	101,59	152,90	50,51	0,47	0,51	8,51
Cerro Corá	48,51	70,12	44,55	0,49	0,57	16,33
Cruzeta	95,54	158,76	66,17	0,52	0,61	17,31
Currais Novos	121,25	170,80	40,87	0,61	0,61	0,00
Equador	64,99	98,88	52,15	0,48	0,52	8,33
Florânia	58,54	100,96	72,46	0,53	0,55	3,77
Ipueira	90,71	116,16	28,06	0,46	0,51	10,87
Jardim de Piranhas	98,72	113,53	15,00	0,48	0,51	6,25
Jardim do Seridó	98,16	155,21	58,12	0,49	0,54	10,20
Jucurutu	68,31	105,55	54,52	0,53	0,59	11,32
Lagoa Nova	44,32	71,48	61,28	0,49	0,63	28,57
Ouro Branco	75,81	118,98	56,94	0,49	0,52	6,12
Parelhas	82,11	122,97	49,76	0,53	0,53	0,00
Santana do Seridó	60,59	104,09	71,79	0,48	0,47	-2,08
São Fernando	76,20	103,76	36,17	0,46	0,48	4,35
São João do Sabugi	95,62	117,82	23,22	0,49	0,52	6,12
São José do Seridó	86,30	149,65	73,41	0,51	0,56	9,80
São Vicente	62,00	90,73	46,34	0,50	0,58	16,00
Serra Negra do Norte	78,60	106,33	35,28	0,52	0,51	-1,92
Tenente Laurentino Cruz	36,24	84,41	132,92	0,47	0,56	19,15
Timbaúba dos Batistas	91,97	138,35	50,43	0,47	0,54	14,89

Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 2003
Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)

[63] Os valores referentes à renda *per capita* se referem ao período de um mês.

Vale salientar que todos os municípios estão abaixo da média brasileira que já é baixa. Todavia, a taxa de crescimento no período foi superior à variação nacional na maioria dos municípios, como é o caso de Tenente Laurentino Cruz que apresentou a maior elevação: 132,92%; entretanto, manteve-se entre uma das mais baixa da região com 84,41 reais. Jardim de Piranhas obteve o menor crescimento da renda média *per capita* variando em 15% entre 1991 e 2000. O único município que superou a média estadual foi Caicó, com a maior renda *per capita* da região no período analisado, equivalendo a 206,64 reais no ano de 2000.

Analisando apenas os dados referentes à renda *per capita*, pouco se elucida da realidade regional. Ao analisar o índice de Gini, aplicado à distribuição de renda, verificamos de forma mais acurada seu nível de distribuição. Embora menos díspar que as realidades nacional e estadual, pois estas evidenciam forte desigualdade e forte concentração de renda nos dois períodos respectivamente (o contexto nacional apresentou índice de 0,63 e 0,65; o contexto estadual de 0,63 e 0,66), a região do Seridó apresentou uma distribuição mais eqüitativa da renda, talvez por ser demasiado baixa e pelo fato de a maior parte da população dispor de um padrão de renda semelhante[64]. No ano 2000, na maioria dos municípios seridoenses, apenas os 20% mais ricos detinham mais que 50% da renda e os 80% mais pobres detinham aproximadamente 40%; Cruzeta destacou-se com o maior coeficiente: 67,6% da renda era apropriada pelos 20% mais ricos do município, ou seja, a maior parte da renda era detida pela camada minoritária, porém mais abastada da sociedade.

No Brasil e no Rio Grande do Norte, as variações do coeficiente de Gini entre 1991 e 2000 foram de 3,17% e 4,76%, passando de 0,63 para 0,65 e de 0,63 para 0,66, respectivamente, o que significou uma elevada concentração de renda nas duas situações. No

[64] Em termos de comparação, o município de Uberlândia-MG, que apresentou no ano 2000 uma renda *per capita* média mensal aproximada de 390,00 reais, superou Caicó em aproximadamente 90% nesse mesmo indicador; lembrando que este foi o município com o melhor nível médio de renda *per capita* na região do Seridó no ano 2000 – 206,64 reais (PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 2003). Escolhemos o município de Uberlândia como parâmetro de comparação, por causa da nossa permanência na cidade durante parte do doutorado na condição de pesquisador, atento a várias questões sociais desse município, quando estabelecemos, inclusive, algumas comparações com a realidade estudada, por exemplo, no que diz respeito ao papel do setor terciário desta cidade em nível regional.

Seridó, mesmo que sensivelmente, a desigualdade diminuiu, melhorando a distribuição de renda em três municípios: Acari, Santana do Seridó e Serra Negra do Norte. Nos demais, a desigualdade aumentou, merecendo destaque os municípios de Lagoa Nova, Tenente Laurentino Cruz e Cruzeta onde a concentração acirrou-se. No ano 2000, Santana do Seridó era o município com a menor desigualdade de renda, enquanto Lagoa Nova foi o que apresentou maior concentração.

Considerando que o poder aquisitivo *per capita* na região é extremamente reduzido, como conseqüência direta do baixo nível de renda, os programas sociais e as transferências públicas desempenham no Seridó um importante papel, comparativamente à renda média proveniente do trabalho (Tabela 15).

Tabela 15 – Seridó Potiguar: Origem da Renda (Renda proveniente de Transferências públicas e Renda do Trabalho) – 1991 – 2000

País/UF/Município	% de Renda proveniente de transferências públicas 1991	% de Renda proveniente de transferências públicas 2000	% de renda do trabalho 1991	% de renda do trabalho 2000	% de pessoas c/ mais de 50% da renda proveniente de transferências públicas 1991	% de pessoas c/ mais de 50% da renda proveniente de transferências públicas 2000
Brasil	10,34	14,66	83,28	69,77	7,94	13,25
Rio G. do Norte	14,77	19,21	79,61	63,12	12,35	19,25
Acari	15,93	23,11	76,66	66,58	13,24	21,41
Caicó	12,48	17,67	82,06	68,25	9,55	15,21
Carn. dos Dantas	15,15	18,13	78,91	57,21	12,01	16,86
Cerro Corá	13,61	27,75	82,79	44,32	11,36	27,34
Cruzeta	13,60	21,48	78,61	64,56	9,07	21,13
Currais Novos	18,79	23,82	75,13	59,67	15,28	22,82
Equador	13,29	22,07	79,58	57,59	10,56	22,19
Florânia	18,27	26,46	72,12	55,54	16,84	26,12
Ipueira	13,38	21,92	81,89	60,86	10,35	18,87
Jd. de Piranhas	11,02	17,66	83,47	70,76	6,99	12,99
Jd. do Seridó	15,00	22,61	81,26	65,22	11,03	22,22
Jucurutu	15,72	25,52	80,26	56,54	11,83	24,66
Lagoa Nova	11,71	26,75	83,68	43,90	10,95	26,82
Ouro Branco	16,88	27,16	79,61	56,79	13,58	26,65
Parelhas	14,11	22,28	81,74	66,93	11,86	21,68
Santana do Seridó	14,90	24,81	80,55	63,40	11,47	24,33
São Fernando	12,11	23,17	81,13	61,80	8,87	20,62
São João do Sabugi	11,14	23,07	83,80	54,33	8,83	20,08
São José do Seridó	13,87	20,25	79,22	61,85	10,04	18,97
São Vicente	15,31	27,39	79,12	45,24	13,41	27,48
Serra N. do Norte	14,60	23,34	81,05	62,55	11,24	22,52
T. Laurentino Cruz	9,83	20,66	82,45	42,20	7,57	19,10
Timb. dos Batistas	12,46	22,18	84,25	66,09	8,65	19,37

Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 2003
Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)

No Brasil, assim como no Rio Grande do Norte e em todos os municípios da área estudada, o percentual de participação das transferências públicas sobre o total de renda da população cresceu, ao passo que a participação da renda proveniente do trabalho diminuiu. O percentual de pessoas com mais de 50% da renda proveniente dessa fonte de recursos também apresentou aumento expressivo[65] em todas as escalas: nacional, estadual e municipal.

Na região, destacam-se os municípios de São Vicente, com maior dependência da população perante as transferências públicas (27,48%) e Jardim de Piranhas, com o menor percentual de dependência (12,99%).

Isso resulta, também, e especialmente, da participação significativa dos programas sociais de governo na formação, redistribuição e repartição da renda nacional, regional e local perante a população de baixo poder aquisitivo.

Vale destacar que, no Rio Grande do Norte, o percentual de participação das transferências públicas na renda do estado é superior à média nacional em aproximadamente cinco pontos percentuais, respectivamente, em 1991 e 2000. No Seridó, essa participação ficou entre 17 e 27% no ano 2000.

Por conseguinte, o percentual de participação da renda proveniente do trabalho reduziu consideravelmente no período, destacando-se o município de Lagoa Nova como o de maior redução desse indicador, aproximadamente, menos 40%.

Mesmo assim, diante da forte participação do setor público na sustentação socioeconômica da região, o índice de pobreza[66] é bastante elevado em todos os municípios, embora se diferencie, para melhor, em relação ao estado (Mapa 8).

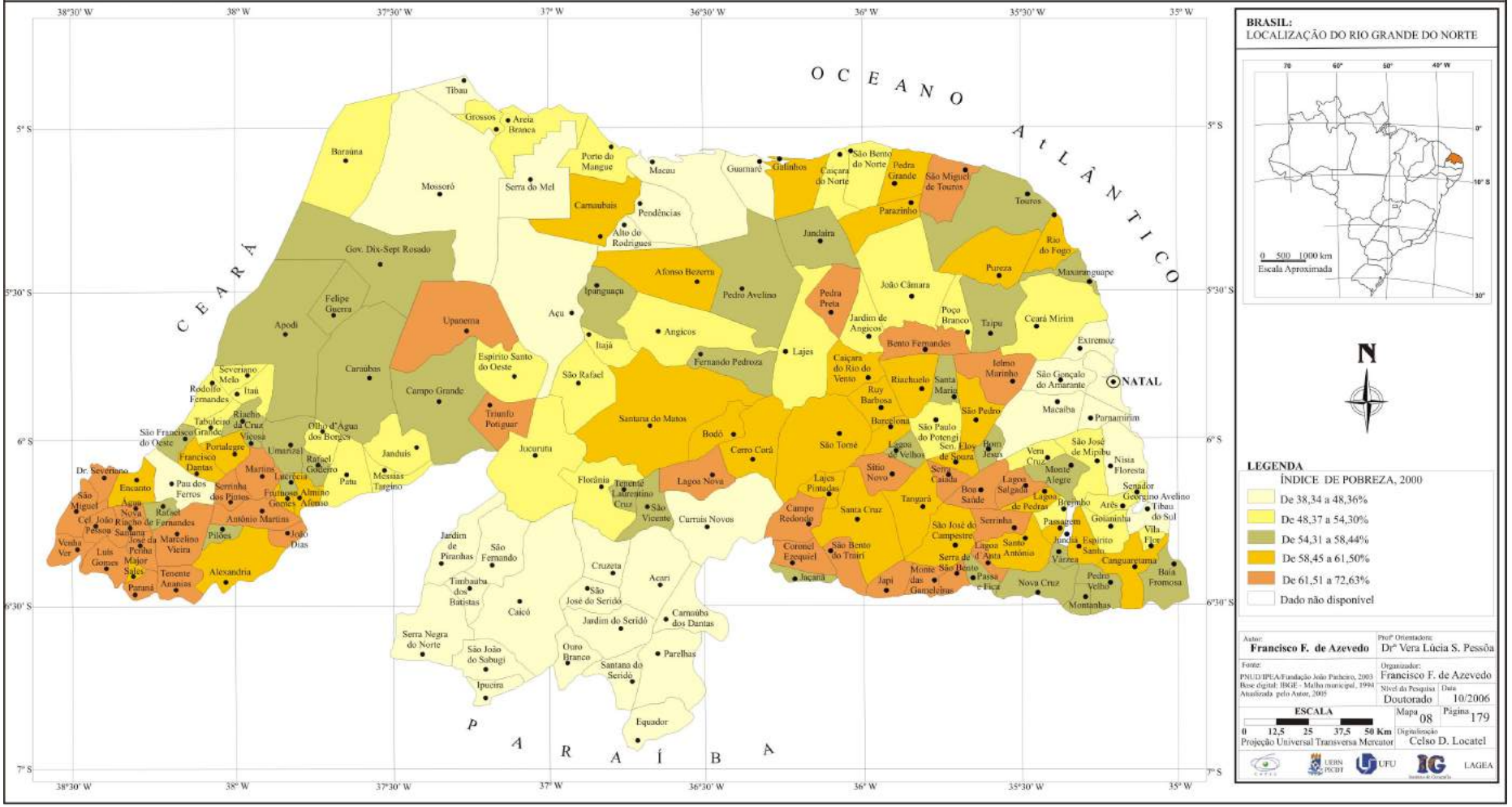
---

[65] Um dos fatores que contribuiu de forma marcante para esse aumento foi o significativo avanço da longevidade que fez aumentar o número de aposentados, conseqüentemente, a dependência da população perante o setor público. Na região, é comum a sustentação de famílias inteiras por parte de idosos aposentados ou pensionistas do INSS.

[66] De acordo com o PNUD/IPEA/FJP/IBGE (2003), a intensidade de pobreza pode ser definida a partir da "distância que separa a renda domiciliar *per capita* média dos indivíduos pobres (definidos como os indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a R$ 75,50) do valor da linha de pobreza medida em termos de percentual do valor dessa linha de pobreza".

Título:

RIO GRANDE DO NORTE: Índice de Pobreza - 2000



BRASIL:
LOCALIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE

N

LEGENDA

ÍNDICE DE POBREZA, 2000

- De 38,34 a 48,36%
- De 48,37 a 54,30%
- De 54,31 a 58,44%
- De 58,45 a 61,50%
- De 61,51 a 72,63%
- Dado não disponível

Autor: **Francisco F. de Azevedo**	Profª Orientadora: Drª Vera Lúcia S. Pessôa
Fonte: PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro, 2003. Base digital: IBGE - Malha municipal, 1994. Atualizada pelo Autor, 2005	Organizador: Francisco F. de Azevedo
	Nível da Pesquisa: Doutorado — Data: 10/2006
ESCALA	Mapa: 08 — Página: 179
0 12,5 25 37,5 50 Km	Digitalização: Celso D. Locatel
Projeção Universal Transversa Mercator	

CAPES · UERN PICDT · UFU · IG Instituto de Geografia · LAGEA

É notável que no ano 2000 quase todos os municípios apresentaram um mesmo quadro de pobreza, apesar de se evidenciar menor gravidade em relação à realidade estadual. Dos 23 municípios pesquisados, 17 se inseriram no estrato de pobreza menos acentuada (38,34% a 48,36%).

Os municípios de Jucurutu e Florânia mostraram-se no segundo estrato, de 48,37% a 54,30% de pessoas a cada grupo de 100, consideradas pobres. São Vicente e Tenente Laurentino Cruz mantiveram-se no terceiro estrato. Os municípios em situação de pobreza extrema mais acentuada na região foram: Lagoa Nova e Cerro Corá (58,45 a 61,50% de pessoas pobres).

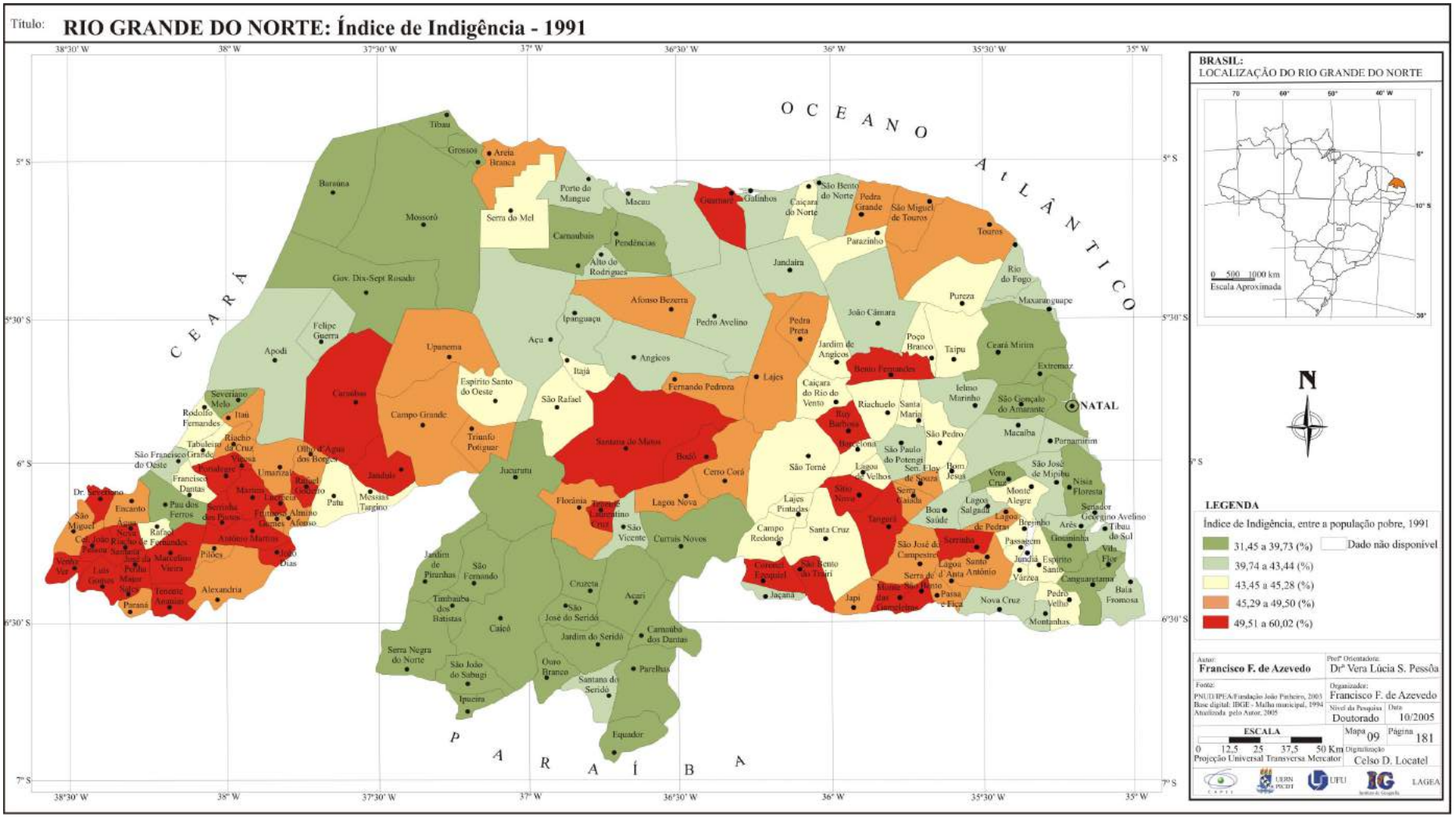
Desse modo, os dados evidenciam que entre 1991-2000 houve sensível redução no índice de pobreza da região, mas a indigência[67] sobre o percentual de pessoas pobres aumentou, como conseqüência direta do aumento na concentração e má distribuição de renda (Mapas 9 e 10).

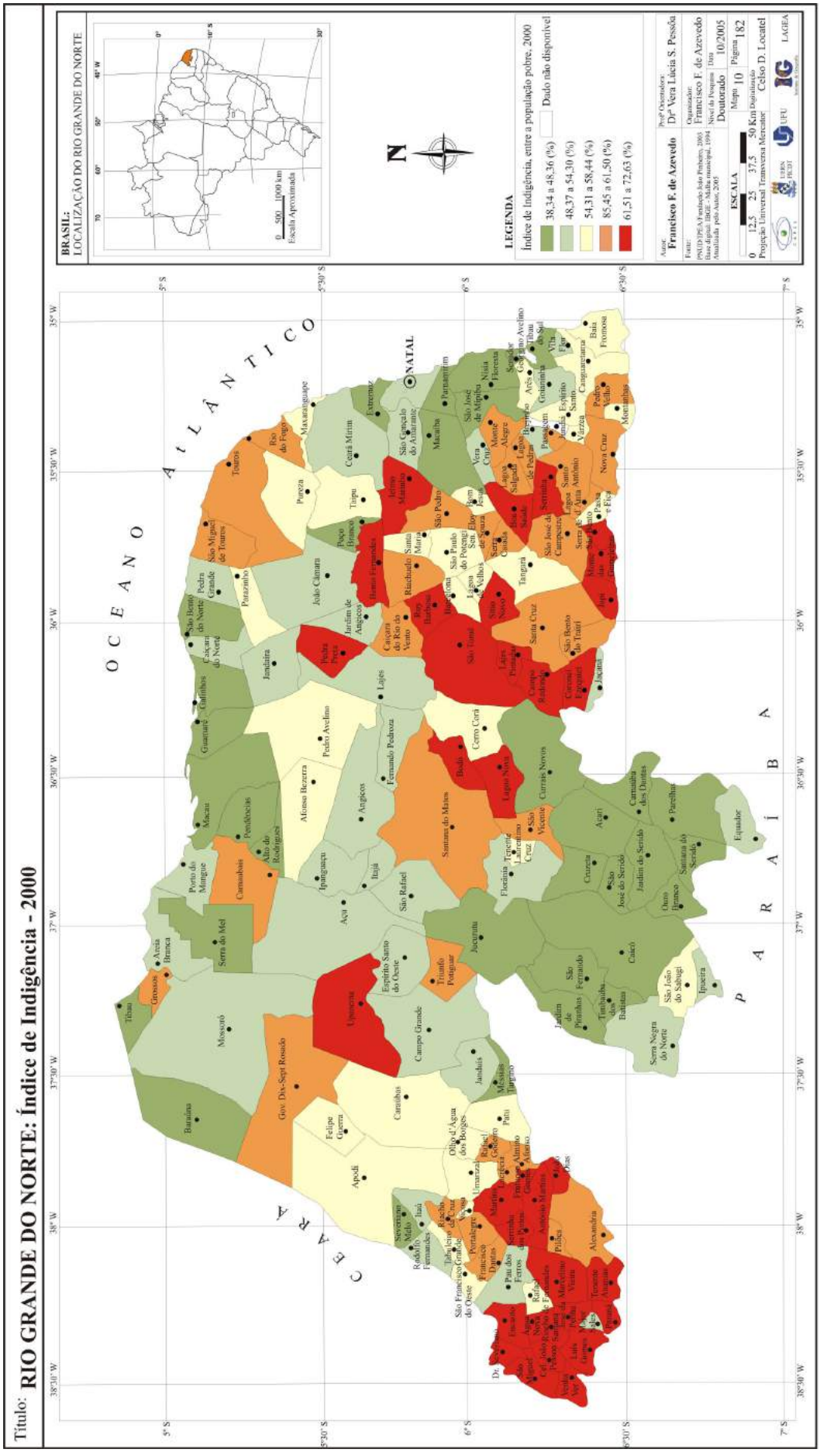
Em 1991, Tenente Laurentino Cruz apresentou o pior índice de indigência em relação aos demais municípios da região, seguido de Florânia, Lagoa Nova, Cerro Corá, São Vicente e Santana do Seridó com os maiores percentuais de indigentes. Mesmo assim, a situação regional apresenta-se menos grave em relação a outras regiões do estado.

Em 2000, a situação se agravou, tendo em vista que Serra Negra do Norte, São João do Sabugi, Ipueira e Equador apresentaram aumento no índice de indigência.

[67] O PNUD/IPEA/FJP/IBGE (2003) define a intensidade de indigência com base na "distância que separa a renda domiciliar *per capita* média dos indivíduos indigentes (definidos como os indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a R$ 37,75) do valor da linha de pobreza, medida em termos de percentual do valor dessa linha de pobreza. Isso significa que, do universo de pobres que abrange todos os indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a R$ 75,50, extrai-se o subgrupo de indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a R$ 37,75 reais. Dessa forma, obtém-se o quadro de indigência do município, estado, região ou país".

Título: **RIO GRANDE DO NORTE: Índice de Indigência - 1991**




Título: RIO GRANDE DO NORTE: Índice de Indigência - 2000
BRASIL:
LOCALIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE
0 500 1000 km
Escala Aproximada
LEGENDA
Índice de Indigência, entre a população pobre, 2000
38,34 a 48,36 (%)
48,37 a 54,30 (%)
54,31 a 58,44 (%)
85,45 a 61,50 (%)
61,51 a 72,63 (%)
Dado não disponível
Autor: Francisco F. de Azevedo
Profª Orientadora: Drª Vera Lúcia S. Pessôa
Fonte: PNUD/IPEA-Fundação João Pinheiro, 2003. Base digital: IBGE - Malha municipal, 1994. Atualizada pelo Autor, 2005
Organização: Francisco F. de Azevedo
Nível de Pesquisa: Doutorado
Data: 10/2005
Mapa 10
Página 182
ESCALA
0 12,5 25 37,5 50 Km
Projeção Universal Transversa Mercator
Digitalização: Celso D. Locatel
OCEANO ATLÂNTICO
NATAL
CEARÁ
PARAÍBA
N
5° S
5°30' S
6° S
6°30' S
7° S
35° W
35°30' W
36° W
36°30' W
37° W
37°30' W
38° W
38°30' W

Além da análise quantitativa e estatística dos dados apresentados e analisados acima é importante discutir e analisar algumas questões de ordem conceitual, como o conceito de pobreza. Para não incorrermos em erros de interpretação e/ou juízo de valor, seguiremos o pensamento de Bacelar de Araújo (2000a, p. 285), que estuda o assunto partindo de uma visão geral prevalecente entre os estudiosos, definindo o pobre como aquele "que não tem: um determinado nível de renda ou de educação, um certo padrão de moradia etc".

Nesse sentido, a autora questiona sobre quem são realmente os pobres e como é possível mensurá-los e quantificá-los. Para isso, é importante considerar dois tipos de abordagens: uma subjetiva e outra objetiva. A primeira, "parte da opinião dos próprios pobres, tentando identificar se eles se consideram, ou não, pobres. Supõem os que a adotam que os próprios indivíduos são os melhores juízes de sua situação". (BACELAR DE ARAÚJO, 2000a, p. 285). A segunda abordagem entende a pobreza como "uma situação social concreta, objetivamente identificável". Nesse caso, a pobreza é "caracterizada pela falta de recursos de um indivíduo, de uma família, de uma comunidade. Sobretudo a falta de renda monetária, além de precário acesso a um emprego ou ao poder". (BACELAR DE ARAÚJO, 2000a, p. 285).

Sob esse prisma, a pobreza corresponde à forma precária com que os indivíduos ou grupos se inserem, ou não, nos circuitos de produção ou de consumo, sobretudo no que tange a bens públicos, como também ao precário exercício da cidadania, a qual se refere à necessidade humana de participação, criação e liberdade. No presente estudo, além de discutirmos a pobreza, identificamos o expressivo quadro de "indigência" presente no universo de pobres, que para a maioria dos estudiosos está representada na "pobreza absoluta" ou "miseráveis".

Para Furtado (2002b), o problema da pobreza pode ser abordado sob diversos ângulos, porém, destacam-se três dimensões que mais preocupam os estudiosos sobre esse

assunto no mundo inteiro: “1) a questão da fome endêmica, que está presente, em graus diversos, em todo o mundo; 2) a questão da habitação popular, que em alguns países já encontrou solução; e 3) a questão da insuficiência de escolaridade, que contribui para perpetuar a pobreza”. (FURTADO, 2002b, p. 12).

De acordo com o autor, o problema da fome no Brasil seria muito fácil de ser resolvido, desde que houvesse vontade política e compromisso social do Estado, em seus diversos níveis, através dos seus respectivos agentes, considerando que o país é um dos maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos. Para isso, até se pode assegurar o acesso a uma cesta básica de alimentos num primeiro momento, mas,

> a longo prazo, a solução exige mais do que o aumento de oferta de alimentos. Exige a *habilitação* [...] para participar da distribuição da renda, a população necessita estar habilitada por um título de propriedade ou pela inserção qualificada no sistema produtivo. Ora, há sociedades em que esse processo de habilitação está bloqueado. É o que se passa com populações rurais sem acesso à terra para trabalhar ou devendo pagar rendas escorchantes para ter esse acesso. (FURTADO, 2002b, p. 16-17).

O autor considera que se faz necessário garantir meios que assegurem à população pobre uma renda mínima, sendo esse um fator marcante. Além disso, carece ser resolvido o problema do déficit habitacional, que é alarmante no país, pois,

> com efeito, o déficit habitacional é o grande empecilho para superar-se o quadro de pobreza. Os 53 milhões de pobres e miseráveis brasileiros não têm como pagar um aluguel, muito menos como possuir uma moradia. Suprir esse déficit exige um investimento a longo prazo, uma massa de recursos que podemos estimar em 4% do produto nacional. (FURTADO, 2002b, p. 18).

Nesse sentido, o autor aponta para algumas reformas, agrária, patrimonial, fiscal, constitucional, bem como o estímulo à poupança interna, de modo que viabilize o enfrentamento de problemas como o dos investimentos reprodutivos e o atraso na construção civil, buscando, assim, superar o déficit habitacional. Porém, via de regra, é necessário implementar um amplo Programa social que priorize, antes, a habitação e a educação, até mesmo antes do investimento reprodutivo, pois,

> a educação interfere no tempo, e, melhorando-se a qualidade do fator humano, modifica-se por completo o quadro do país, abrem-se possibilidades de desenvolvimento muito maiores. Não há país que tenha conseguido se desenvolver sem investir consideravelmente na formação de gente [...] Esse é o mais importante

> investimento a fazer, para que haja não só crescimento, mas autêntico desenvolvimento. (FURTADO, 2002b, p. 19).

Ademais, o autor defende uma autêntica política de redistribuição de renda que eleve o poder de poupança no país, ao mesmo tempo em que se busque implementar um sistema tributário socialmente mais justo, menos preocupado com o acúmulo do sistema financeiro, e mais voltado para a consolidação de um sistema fiscal simples e transparente que atinja, efetivamente, os setores de alta rentabilidade da sociedade e os gastos supérfluos. Resolvidos esses problemas, a questão social no Brasil estaria resolvida, ou ao menos, bastante avançada e menos complexa.

Ao contribuir de forma analítica, complementando o que se discutiu até agora, outros autores tratam a problemática da pobreza e da indigência dando uma contribuição a mais para esse entendimento.

Em sua obra, *"A segunda abolição: um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil"*, Buarque (1999) afirma que nunca existiu como nos últimos anos (final do século XX), tanto crescimento e riqueza, assim como, tanta desigualdade e pobreza. Isso referenda a idéia de que crescimento econômico não reduz pobreza. Nesse sentido, o autor destaca que

> chegamos ao final do século com um mundo onde nunca houve tanta riqueza, mas a pobreza não recua, e a distância entre ricos e pobres acentua-se. A tendência é um contínuo aumento da desigualdade social, com acirramento no quadro de pobreza [...] No mundo inteiro, uma cortina já separa os seres humanos entre os que têm e os que não têm acesso às maravilhas da técnica. No lugar da *cortina de ferro* que separava países, uma *cortina de ouro* separa os ricos e os pobres. Não mais como desigualdade contínua, mas como um corte, entre os *incluídos* e os *excluídos*. No lugar da desigualdade surge a *apartação*, um *apartheid* social. (BUARQUE, 1999, p. 33-34).

Isso se torna visível quando verificamos o nível de distanciamento entre ricos e pobres, no que diz respeito ao acesso a bens e serviços básicos, indispensáveis à vida humana, como saúde, moradia, alimentação e educação. O fosso social nesse aspecto se torna cada vez maior e se faz notar em vários aspectos, por exemplo, na marginalidade e na violência que se alastra país afora nos últimos anos.

Ao discutir os mecanismos de erradicação da pobreza, o autor reconhece a necessidade de abolir a apartação e erradicar a pobreza por meio do princípio ético de "eliminação da exclusão social" que caracteriza esse flagelo. Mas, "a pobreza não mais definida com base em indicadores econômicos, como a renda familiar. O que faz uma pessoa ser pobre não é o nível de sua renda, mas a sua exclusão aos bens e serviços sociais essenciais". (BUARQUE, 1999, p.39). Essa linha de entendimento parece divergir, ao menos parcialmente, do que foi discutido e analisado anteriormente a partir dos dados do PNUD/IPEA/FJP/IBGE no início do presente capítulo. Entretanto, consideramos um raciocínio suplementar, pois, segundo essa vertente,

> ser pobre não é só principalmente ganhar pouco; o conceito de pobreza precisa ser desmonetarizado e realizado de forma real, menos econômico e mais ético, menos contínuo e mais descontínuo; é não ter: garantia da alimentação; acesso à educação; atendimento de saúde; condições de moradia com higiene; disponibilidade de transporte urbano eficiente; proteção de justiça e segurança. (BUARQUE, 1999, p. 39).

Portanto, o caminho para atingirmos tais condições de bem-estar social no Brasil se nos apresenta árduo e, ao que parece, bastante longo, face às estruturas social, política, econômica e cultural vigentes.

Todos esses posicionamentos teóricos e suas respectivas contribuições analíticas se baseiam na teoria de Amartya Sen, consultor da ONU que ajudou a formular o PNUD. O mesmo defende o princípio da liberdade como razão principal e primordial para se alcançar o desenvolvimento.

Sem perder de vista a estatística e os números, portanto, a quantificação, o autor faz uma profunda reflexão através de uma análise "qualitativa" da pobreza, com base nos indicadores e nas dimensões que a compõem. Sobre esse assunto, Salama e Destremau[68]

[68] Economistas sociais franceses, pesquisadores também dedicados a estudar a problemática social brasileira e a complexa questão da pobreza, enfaticamente afirmam no livro, "O tamanho da pobreza", que "a medida da pobreza tem assim uma finalidade nobre, testemunhar que a pobreza desmedida é violação dos direitos do homem e contribuir para a satisfação desses direitos. Paradoxalmente, é nessa perspectiva ambiciosa que a medida da pobreza se revela mais incapaz de dar conta das dimensões menos quantificáveis da miséria e dos

(1999) salientam que para medir a pobreza humana o PNUD formulou dois indicadores principais: o IDH e o IPH, fundamentados, principalmente, nos postulados teóricos de Sen. Assim, os autores esclarecem que as definições elaboradas pelo PNUD,

> referentes ao bem-estar e à pobreza, são, em grande parte, baseadas nas inspirações teóricas de Amartya Sen, consultor da Organização. Elas são interessantes não apenas por articular diversas dimensões da pobreza, mas também por estar baseada numa teorização da produção/reprodução da pobreza que leva em conta todos os aspectos da vida econômica, social e política dos "pobres", assim como questões de identidade, de posição social e de representações. A passagem para a construção de indicadores não acontece, entretanto, sem que sejam colocados múltiplos problemas metodológicos inerentes, tanto à multiplicidade das dimensões quanto à dificuldade de se quantificar algumas delas, clara e essencialmente qualitativas. (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 80-81).

Assim, sem desconsiderar ou ignorar os problemas de ordem metodológica, os múltiplos pontos de vista sobre o assunto, e a multidimensionalidade da pobreza humana, adotamos a teoria de Amartya Sen (2000) como referência para a nossa análise, considerando que esta serve de base para a maioria dos estudiosos que se propõem a estudar com afinco a complexa questão da pobreza.

Em sua teoria, a pobreza é entendida como privação de capacidades individuais e/ou grupais. Para Sen (2000, p. 109), a pobreza, entendida sob essa ótica, não nega a sensata idéia de que a renda baixa é visivelmente uma das principais causas do problema, "pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidade de uma pessoa".

Ao analisar a pobreza como privação de capacidades, o autor observa a relação entre renda e capacidade, afetada pela idade da pessoa, pelos papéis sexuais e sociais, pela localização, pelas condições epidemiológicas e por outras variações que fogem ao efetivo controle do indivíduo. Todos esses fatores apresentam variações e diferenciações entre si, em maior ou menor grau, que podem gerar a privação de capacidades. Sobre a relação entre desemprego e privação de capacidades, o autor faz o seguinte comentário:

> há provas abundantes de que o desemprego tem efeitos abrangentes além da perda de renda, como dano psicológico, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez (e até mesmo das taxas

---

sofrimentos que ela produz inevitavelmente, salvo multiplicar e cruzar os critérios, de forma a se aproximar de sua multidimensionalidade". (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 139).

> de mortalidade), perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e das assimetrias entre os sexos. (SEN, 2000, p. 117).

Isso reforça a importância do fator renda no que concerne à privação de capacidades, mas não a estabelece e delimita como única razão e causa.

Retomando rapidamente a análise dos indicadores sociais referentes ao Rio Grande do Norte e ao Seridó, especialmente, o indicador renda, exatamente porque, bem abaixo dos demais, educação e longevidade, é possível perceber sua importância na delimitação e mensuração da pobreza e da indigência estadual e regional. Esse indicador enuncia o nível de desemprego na região e no estado, calculado a partir do nível de "emprego formal".

Entretanto, este não é suficientemente capaz de explicar o problema, haja vista a capacidade que tem essa população em se organizar e adotar estratégias de sobrevivência, buscando enfrentar seus principais problemas que são inerentes a esse espaço. Aí verficam-se níveis de solidariedade e de partilha que são visivelmente marcantes nas relações sociais da região. Por isso, faz-se necessário relativizar a expressividade e eloqüência dos dados.

Quanto à diferenciação do IDH regional e de sua elevada taxa de crescimento, no período analisado, preferimos seguir as idéias de Furtado (2002b), quando, refererindo-se ao Brasil este afirma que os indicadores sociais avançaram, mas a pobreza não recuou. As desigualdades cresceram e os pobres continuam igualmente pobres, cabendo-nos uma pergunta: houve desenvolvimento na região e/ou no país? A resposta imediata parece-nos ser "não", por acreditarmos que houve, sim, certo nível de modernização da sociedade, uma vez que "o desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada". (FURTADO, 2002b, p. 21).

No Rio Grande do Norte, a idéia da modernização, em vez de desenvolvimento, é válida ao menos do ponto de vista das formas de consumo de determinados bens e serviços. Por exemplo, de acordo com o PNUD/IPEA/FJP/IBGE (2003), o acesso a bens de consumo modernos como energia elétrica, televisão, geladeira, telefone e computador apresentaram

avanços significativos entre 1991 e 2000. A televisão foi o bem que se tornou mais acessível à população, passando de 52,6% para 84,8% dos que têm esse bem, seguida da geladeira, que avançou de 45,9% para 72,5%, do telefone que evoluiu de 9,2% para 23,5%, da energia elétrica que representava 82,7% passando para 94,3% e, por último, o computador que em 1991 não foi registrado o uso em nenhum domicílio e em 2000 um universo de 5,3% da população tinha acesso a esse bem.

Um outro fator importante a considerar é a participação das transferências públicas e dos programas sociais na constituição da renda familiar regional, e até mesmo no acesso a alimentos e outros bens[69], o que é bastante significativo. Um bom exemplo disso é o Programa do Leite, desenvolvido no estado há mais de uma década pelo setor público, abrangendo um universo populacional bastante expressivo.

3.3. O Programa do Leite em suas dimensões e fases, características gerais e bases de implementação

Instituído pela primeira vez em 1986, pelo então governador Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo (coligado político do Grupo Alves[70]), o Programa do Leite apresenta fases e faces, características e dimensões que merecem análise aprofundada. No primeiro período de funcionamento (1986-1989), o Governo Federal arcava com todos os custos do Programa, cabendo ao estado e aos municípios, apenas a operacionalização, que correspondia às funções de recebimento junto às indústrias e distribuição junto às famílias[71].

Em 1990, José Agripino Maia, um dos principais agentes políticos da oligarquia Maia, oposição ao grupo Alves, retornou à governadoria do estado e suspendeu definitivamente o Programa até o final do seu mandato, em 1994. A crise econômica se

[69] Algumas políticas e programas têm incentivado a aquisição de instrumentos de trabalho como máquina de costura e de bordar para o universo feminino, construção de cisternas para a população rural, aquisição de animais, matrizes e reprodutores; o PRONAF-Mulher é um bom exemplo disso.
[70] Grupo político composto pela família Alves e coligados, forte no estado há várias décadas.
[71] Maiores esclarecimentos ler Costa, 1994, e Melo, 1999.

estabeleceu no setor leiteiro com reflexos imediatos, também, no universo de famílias assistidas[72].

Em 1995, o então governador, Garibaldi Alves Filho, re-implanta o Programa do Leite com novas características e reconfigurações. Durante os dois mandatos (1995-1998 e 1999-2002), o Governo de Garibaldi Alves teve o Programa como um carro-chefe dentre as políticas e programas sociais de Estado. No governo atual o mesmo se constitui num Programa social custeado, principalmente, pelo tesouro estadual (85%) e, parcialmente, pelo Governo Federal (15%), comprometendo aproximadamente R$ 5 milhões de reais mensais dos recursos do setor público (SETHAS, 2004).

De acordo com informações obtidas na pesquisa de campo, durante oito anos de gestão de Garibaldi Alves, o Programa do Leite não dispunha de qualquer regulamentação criteriosa que controlasse, efetivamente, a operacionalização e o funcionamento do mesmo. Isso significou o surgimento, em 2003, de uma série de críticas ao Programa, bem como a instauração da CPI do Programa do Leite, responsabilizada de apurar as irregularidades administrativas e financeiras durante a segunda fase do Programa (1995-2002). Assunto que será discutido no quinto capítulo deste trabalho.

Mesmo assim, em 2002 Garibaldi Alves Filho foi eleito senador da República com maioria expressiva de votos e, por ironia do destino, ou melhor, da política, integrou CPIs no Congresso Nacional, sendo incumbido de investigar denúncias de corrupção de alguns parlamentares.

De acordo com o manual de procedimento operacional do Programa do Leite (2004), é de responsabilidade da SETHAS a coordenação geral do Programa, enquanto a execução

[72] De acordo com entrevistas realizadas na pesquisa de campo (2005), chefes de famílias assistidas pelo Programa do Leite atribuem, a esse veto, a derrota de José Agripino Maia nas eleições posteriores para governador. Muito embora, o mesmo já tenha sido eleito dois mandatos consecutivos para senador da República. Nesse contexto, afirma uma beneficiária ao ser questionada sobre o futuro político do governador que por ventura suspender o Programa: "*quem suspender o Programa, estará morto, cometerá suicídio político. Olhe lá, cadê Zé Agripino, se elegeu nunca mais para governador do estado? Não...*".

normalmente é feita pelas comissões municipais, compostas por três servidores públicos estaduais (SETHAS, 2004). Porém, a execução do Programa por parte dessa comissão[73] corresponde apenas à operacionalização, isto é, ao recebimento e entrega do leite às famílias nos municípios, bem como a avaliação dos critérios de seleção para inserção no Programa. O controle financeiro não cabe a mesma. As comissões sequer têm noção dos custos do Programa para o setor público e para a sociedade. Também, não há conhecimento das possíveis mudanças sociais, efetivamente, decorrentes do Programa. Mesmo assim, o Estado considera que este se constitui numa das principais ações da política de assistência às famílias carentes, sendo uma das prioridades do Governo do Estado no combate à fome (SETHAS, 2004).

Quanto à operacionalização, a situação é bastante complexa em alguns municípios. Normalmente, as comissões dispõem de postos de distribuição localizados em escolas públicas estaduais e/ou repartições do Governo do Estado nos 167 municípios potiguares. As áreas prioritárias para execução do Programa são as periferias dos centros urbanos, as vilas, os povoados e os distritos, à medida que tenham condições para execução, ou seja, a comissão reunirá e estudará a viabilidade de acordos e parcerias para ajustes e procedimentos de entrega (SETHAS, 2004).

Entretanto, em alguns municípios foram constatadas precárias condições físicas e estruturais de funcionamento dos postos de distribuição, principalmente, naqueles municípios onde a comissão não dispõe de apoio da prefeitura, do estado ou de algum outro órgão

[73] Foi constatado, durante o trabalho de campo, que todas as comissões municipais da área estudada, acredita-se, do estado, são normalmente compostas por funcionários públicos, vinculados ao partido político da atual governadora, Wilma Maria de Faria; a mesma foi prefeita de Natal por dois mandatos consecutivos, é ex-esposa de Lavoisier Maia (político influente da oligarquia Maia, ex-governador do estado, ex-Deputado Federal, eleito Deputado Estadual em 2006). Em muitos casos, o presidente da comissão municipal do Programa do Leite foi fundador do PSB no município, partido da governadora e de sua filha Márcia Maia, reeleita Deputada Estadual nas eleições de 2006, e ex-Secretária de Governo, do Trabalho, da Habitação e Ação Social, na gestão do atual governo; portanto, ex-coordenadora maior do Programa do Leite. Essa é uma das formas mais concreta e direta de se estabelecer o controle dos direitos civis e políticos da população carente, vinculando, mesmo que sutilmente, a inserção no Programa do Leite e em outros programas e políticas de governo ao compromisso do voto, mesmo que para isso algumas relações sejam disfarçadas. Durante o Governo Garibaldi Alves, os coordenadores municipais pertenciam, geralmente, ao grupo político do ex-governador.

público, privado ou da Igreja. Há casos em que a distribuição é feita nos corredores ou nos fundos das instalações das escolas. Em outros, a comissão não dispõe de recursos financeiros para pagar o transporte do leite até a comunidade rural ou bairro afastado do centro da cidade. Em alguns desses casos, a solução encontrada foi a colaboração de algumas prefeituras, no sentido de viabilizarem um moto-táxi para fazer a entrega. Mas, onde o prefeito é oposição à governadora, isso já não ocorre.

Outra dificuldade bastante presente por entre as comissões se refere à retirada do cartão de controle dos beneficiários, que é feita somente em Natal. Nas argüições ouvidas, os coordenadores entrevistados foram unânimes em dizer que esse é um sério problema operacional, pois os membros das comissões não recebem, sequer, a gratificação que foi prometida pela governadora, quando criadas as comissões. Nesse sentido, afirma uma das coordenadoras municipais: "*além de não receber a gratificação, ainda tenho que pagar passagem de ida e volta pra Natal, com um salário baixo como já é o nosso*!". (Coordenadora de comissão municipal do Programa do Leite, 2005).

São responsabilidades das comissões municipais: realizarem, juntamente com a SETHAS, reuniões de informações e esclarecimentos às comunidades, abordando quem pode se tornar beneficiário, que benefício é oferecido pelo Programa, com que freqüência o Programa contemplará os assistidos, qual a forma de se beneficiar, quais as obrigações (apresentação de certidão, pré-natal, cartão de vacina), como pode ocorrer a exclusão, quais os documentos necessários para o recadastramento, questões referentes à higiene e limpeza (SETHAS, 2004).

São, ainda, responsabilidades das bases municipais operacionalizadoras do Programa: seleção e recadastramento dos beneficiários, identificação através de uma cartela de uso pessoal e intransferível, distribuição e controle, o que implica, também

> receber o leite no local da distribuição, acompanhar a entrega diária do leite, fazer reunião mensal com os beneficiários, trocar as cartelas trimestralmente, dentro das exigências aqui descritas, fazer o acompanhamento mensal da carteira de vacinação

> da criança, verificar se o beneficiário não recebe leite pelo Programa da Prefeitura, ter como determinação constante, a integração dos beneficiários do Programa do Leite, em todos os outros programas da área social, tais como: a)melhoria e construção de habitação; b) artesanato; c) geração de renda; d) legalização do cidadão, dentre outros. (SETHAS, 2004, p. 3).

Diante dessa normatização do Programa, várias falhas foram constatadas, tais como: as reuniões não ocorrem de fato em todos os municípios e nos prazos estabelecidos. Às vezes, membros da SETHAS fazem apenas contatos telefônicos com as coordenações municipais, objetivando passar informações e confirmar se o andamento do Programa está "normal", quando, geralmente, "não encontram problemas". As comissões não realizam reuniões sem a participação direta de membros da SETHAS, a qual raramente visita os municípios. Quando ocorrem, as reuniões não têm a devida participação dos beneficiários, por conseguinte, não obtém resultados profícuos.

A entrega do leite não é feita "diariamente" nos municípios, conforme está determinado no manual de procedimento operacional do Programa, mas apenas três vezes por semana, provavelmente para reduzir os custos das indústrias de laticínios. O que é um problema para as famílias assistidas, pois subsidiadas pelo governo para ter o leite disponível diariamente, isso não ocorre, comprometendo a alimentação familiar nos dias que o leite não é distribuído, além de comprometer a qualidade do produto por necessitar de armazenamento adequado, por exemplo, em geladeira.

Nem todas as comissões acompanham, efetivamente, o andamento do Programa, pois, verificamos situações em que o presidente da comissão é vice-prefeito do município, funcionário público licenciado da Secretaria de Estado da Educação (com o cargo de professor), o qual, na data da entrevista, ocupava a função de prefeito em exercício[74].

[74] Esse fato chamou especialmente a atenção porque a entrevista foi realizada no gabinete do prefeito enquanto o mesmo resolvia questões relacionadas a essa função. E também porque, embora presidente municipal do PSB, ao ser questionado sobre o item "fiscalização e controle" no Programa, o mesmo estabeleceu críticas argumentando: "*é tudo muito desorganizado, não há controle. Se eu quisesse empurrar o leite todo pras famílias que votam comigo eu butava* (Entrevista concedida por presidente de comissão municipal em 11/08/2005)". Lembrando que o mesmo foi vereador no município durante três mandatos consecutivos, sendo, inclusive, ex-presidente da câmara municipal. Talvez, por ser oposição ao sistema político anterior, e pelo descontrole e desorganização

De acordo com a SETHAS (2004), são responsáveis e/ou parceiros do Programa os seguintes órgãos:

- a própria SETHAS incumbida da coordenação geral do Programa;
- a SAPE, encarregada de monitorar a qualidade do produto, inspecionando a produção animal;
- o LACEN da Secretaria de Saúde Pública do Governo do Estado, incumbido de fornecer os laudos das análises físico-químicas e microbiológicas do leite;
- as comissões municipais, que executam o Programa em âmbito local, constituídas por funcionários públicos, conforme discutido anteriormente;
- o SINDLEITE do Rio Grande do Norte, através das usinas de laticínios espalhadas em todo o estado, encarregadas de distribuir o leite fornecendo toda a logística do Programa;
- os conselhos de assistência social e de segurança alimentar, responsáveis por fiscalizar a distribuição do leite e os beneficiários, e,
- a EMATER, responsável por prestar assistência técnica ao produtor rural fornecedor de leite para o Programa.

Isso evidencia que, de acordo com o governo, tudo parece funcionar perfeitamente bem e sincronizado, o que nem sempre ocorre de fato. Em vários casos, é bastante visível a ingerência política, desorganização e falta de controle no interior desse processo. Pelo que se pode notar, na gestão anterior o descontrole e a desorganização foram ainda maiores.

3.3.1. Os objetivos e as justificativas do Programa do Leite por parte do governo

De acordo com a SETHAS (2004, p. 3), o Programa do Leite desenvolvido pelo governo do Rio Grande do Norte se constitui num programa social, que tem como "principal"

---

encontrada quando assumiu a coordenação municipal do Programa, o mesmo criticou ainda mais severamente o funcionamento do Programa na gestão anterior. O referido entrevistado ainda afirmou que antes "*não existia nenhum documento de controle, nem mesmo o cadastramento dos beneficiários*". Nesse mesmo município o presidente da câmara municipal é irmão do prefeito atual, o qual exerce a função de médico em outros municípios da região.

objetivo "reduzir as carências nutricionais de crianças, gestantes, nutrizes, desnutridos e deficientes, através da distribuição diária de 1 (um) litro de leite por família com renda de até (01) salário mínimo".

A partir desse objetivo, outros são traçados, e alguns reconhecidos pela SETHAS (2004,) como já atingidos. Para este órgão, além de o Programa do Leite promover o aumento da pecuária no estado e a melhoria do rebanho e da produtividade, contribui para geração de ocupação e renda ao homem do campo[75], assunto que será analisado quando formos discutir a dimensão econômica do Programa.

A redução da taxa de mortalidade infantil no Rio Grande do Norte é apontada como resultado principal do Programa, o que justifica seu desenvolvimento. Entretanto, diversos programas e ações, públicas e privadas, contribuíram para essa redução. Merecem destaque os programas de saúde pública, como o PSF, dentre outros programas sociais que serão analisados posteriormente; outras ações como as da Pastoral da Criança, dos Agentes Comunitários de Saúde Pública, e das Organizações não governamentais, e instituições educacionais, também corroboraram nesse aspecto.

O governo também tenta atribuir ao Programa a redução da desnutrição infantil que, embora tenha diminuído, ainda é bastante expressiva no estado. Foi constatado durante a pesquisa de campo (2005) que há mães de família sentindo-se instigadas a engravidar para ter acesso a um litro de leite diário, ou seja, a partir dessa ação geram-se outros problemas sociais. Às vezes, o número de crianças na composição familiar é bastante elevado, havendo casos de famílias com dez crianças, sendo todas, ou quase todas, visivelmente subnutridas, com características de desnutrição e nanição. Percebemos que não existe um trabalho de acompanhamento e conscientização no que diz respeito a essas e outras graves questões. O número de mães adolescentes, inclusive, com idade inferior a 14 anos, beneficiárias do

[75] SETHAS, Programas e projetos: Programa do Leite. Disponível em: 21/12/2004, <http://www.sethas.rn.gov.br>

Programa, é bastante elevado, o que evidencia a falta de acompanhamento e planejamento familiar por parte de organismos públicos.

Através do Relatório dos impactos sociais, econômicos e nutricionais do Programa do Leite, a SETHAS (2004, p. 2) afirma que um aspecto fundamental do Programa é

> a vinculação do benefício à obrigatoriedade da vacinação das crianças, bem como o cumprimento do cronograma de assistência pré-natal às gestantes. Com isso se pratica simultaneamente a complementação nutricional e um Programa de prevenção à saúde pública.

Todavia, observamos que na prática esse acompanhamento e essa prevenção não ocorrem, salvo durante a análise documental, quando o possível beneficiário, às vezes, passa por uma avaliação mais rigorosa. Posteriormente, não há qualquer forma de acompanhamento, formação, treinamento ou orientação no sentido desses beneficiários atingirem, no futuro, um nível de desenvolvimento humano que os tornem não dependentes do Programa. É por essa e outras razões que questionamos o funcionamento do mesmo, apesar de o governo defender sua permanência.

3.3.2. A dimensão socioeconômica do Programa do Leite: as relações assistencialistas e a intensificação das relações intersetoriais

De acordo com a SETHAS (2004), o Programa do Leite é destinado às famílias que atendem a alguns critérios básicos e a algumas exigências. Assim, podem se beneficiar com essa política

> famílias com chefes de família desempregados ou que recebam até um (01) salário mínimo contendo: crianças de 6 meses a 3 anos; gestantes apresentando atestado médico do pré-natal; nutrizes que estejam amamentando, apresentando carteira de saúde da criança; crianças desnutridas até 6 anos, com atestado médico ou nutricionistas; deficientes físicos não aposentados incapacitados para o trabalho; idosos a partir de 60 anos. (SETHAS, 2004, p. 5).

Nesse aspecto, constatamos uma série de problemas e irregularidades. Os critérios nem sempre são respeitados e seguidos. Na maior parte das famílias entrevistadas, os

beneficiários realmente obedecem aos critérios e exigências do Programa; entretanto, há várias situações que fogem ao bom senso e ao que é determinado pelas regras do programa[76].

De acordo com informações obtidas na pesquisa de campo, através de coordenadores municipais, há famílias que por falta de formação e conhecimento trocam o leite por outros alimentos, e até mesmo, por bebida alcoólica e cigarro. Isso normalmente ocorre entre membros de famílias beneficiadas e seus vizinhos, ou donos de mercearias. Uma situação como essa é bastante complexa, pois envolve uma série de outras questões e problemas de ordem mais ampla.

De acordo com a SETHAS (2004), o Programa abrange áreas urbanas periféricas, povoados e vilas. O leite distribuído é do tipo C. A partir de 1998 o governo começou a distribuir o leite de cabra[77] que tem como público alvo crianças desnutridas de até seis anos.

A inserção do leite de cabra no Programa fez crescer no estado o rebanho e a produção leiteira dessa espécie animal, haja vista a alta procura por esse tipo de leite, o qual ainda é insuficiente face à demanda existente. No que se refere à expansão e abrangência do Programa, em número de municípios, em número de famílias e no valor pago pelo leite, observamos que ocorreram, na última década, aumentos de 438,7% no número de municípios assistidos, 349,1% na quatidade de litros distribuídos por dia, 627,2% no custo mensal do Programa, e 64,2% no preço pago às indústrias por litro de leite (Tabela 16).

---

[76] Verificamos situações em que, vereadores, diretores de escolas, professores, funcionários públicos (o casal), pecuaristas fornecedores de leite para o Programa, e algumas autoridades públicas municipais, têm filhos, ou esposa (gestante ou nutriz), ou idoso beneficiário do Programa, isto é, em diversos aspectos, renda, por exemplo, os critérios e requisitos do Programa estão sendo desrespeitados, mas, por se tratar de relações políticas clientelistas e assistencialistas dá-se pouca importância a questões dessa natureza, enquanto as velhas relações se reproduzem no espaço político.

[77] A partir de entrevistas realizadas com algumas comissões, foi possível perceber que o leite de cabra enfrenta resistência de consumo por parte de diversas famílias. Embora necessitem do mesmo, por causa da desnutrição infantil de alguns dos seus membros, as famílias alegam dificuldades de consumo por parte da criança, devido ao "mal cheiro" que o leite caprino apresenta, o que caberia uma análise aprofundada para averiguar se realmente isso ocorre e, quais as possíveis causas e soluções para o possível problema. Algumas comissões discordam que o problema exista de fato. E afirmam que há casos de famílias que permutam o leite caprino por leite bovino junto a vizinhos e parentes.

Tabela 16 – Rio Grande do Norte: Evolução do Programa do Leite em termos quantitativos de distribuição e custos – 1995 – 2004

ANO	Nº de Municípios assistidos	Quantidades[78] (Litros/Dia)	Custo Mensal (em R$)	Preço pago pelo governo às indústrias[79] (um litro de leite bovino em R$)
1995	31	30.515	662.175,50	0,70
1996	103	73.717	1.599.658,90	0,70
1997	133	85.027	1.845.085,90	0,70
1998	166	120.000	2.604.000,00	0,70
1999	166	120.000	2.604.000,00	0,70
2000	166	128.000	2.797.000,00	0,70
2001	167	130.000	2.866.000,00	0,75
2002	167	130.000	2.964.000,00	0,85
2003	167	130.000	3.833.333,33	1,15
2004	167	137.035	4.815.531,90	1,15

Fonte: SEAS in MELO (1999) e SETHAS, 2004
Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)

No final da primeira gestão do governo de Garibaldi Alves, praticamente todos os municípios do estado já estavam sendo assistidos pelo Programa. No período correspondente aos dois mandatos, a quantidade de leite distribuída aumentou consideravelmente, chegando a um acréscimo aproximado de 100.000 litros diários. Na última década, incluindo o mandato da atual gestão, esse aumento foi de aproximadamente 108.000 litros/dia, o que equivale a um acréscimo em torno de 350% em relação a 1995.

É possível perceber que os custos do Programa para o setor público também evoluíram consideravelmente no decorrer do período. Em uma década de funcionamento os custos aumentaram em aproximadamente 600%, devido: ao aumento no número de famílias assistidas, por conseguinte, uma maior quantidade de leite sendo distribuída, e por causa do aumento do preço do produto nos últimos quatro anos.

[78] As quantidades referidas na tabela já incluem o volume de leite caprino distribuído a partir de 1998. Em 2005, a distribuição diária desse tipo de leite correspondia a um volume aproximado de 8.000 litros. Os dados referentes ao período 1995-1998 foram obtidos através de MELO (1999), que os obteve por meio da SEAS do Governo Garibaldi Alves. Vale ressaltar, que usamos essa fonte de informação para esse período devido à divergência de informações que há entre a SEAS (1999) e a SETHAS (2004). A partir de 2000 os dados são da SETHAS, secretaria de governo da atual gestão Wilma de Faria.

[79] O preço do litro de leite caprino, pago pelo governo às indústrias em 1998, correspondia a R$ 1,00 (um real). Em 2005, esse valor correspondia a R$ 1,40 (um real e quarenta centavos)

A maior elevação do preço do produto foi registrada durante o atual governo, provavelmente, devido ao *lobbying* dos produtores e dos industriais de laticínios sobre o setor público, o que só se ampliou desde a gestão anterior.

Durante seis anos consecutivos o preço do leite se manteve estável, apresentando aumento somente nos dois anos seguintes – 2001 e 2002. O maior aumento foi concedido pelo governo Wilma de Faria, que elevou o preço do leite duas vezes – em 2003 e em 2005. Vale lembrar que do valor pago pelo governo às indústrias, apenas uma parte destina-se aos produtores, os quais reclamam defasagem[80] no preço do leite. Em termos percentuais, o valor que vem sendo apropriado pelos industriais laticinistas é bastante elevado, se considerada a margem percentual média de lucratividade de outras atividades econômicas, a exemplo da própria agropecuária regional que apresenta custos bastante expressivos.

Durante a pesquisa de campo, observamos que as cotas diárias de distribuição de leite por município são bastante desiguais e, às vezes, bastante elevadas proporcionalmente em relação ao universo populacional de determinados municípios, ou seja, não existem parâmetros ou critérios para a delimitação e constituição das cotas municipais (Tabela 17).

A distribuição desigual das cotas entre os municípios, às vezes, díspar, evidencia possíveis influências político-partidárias no interior do Programa, como também, possíveis manipulações no exercício dos direitos civis e políticos das famílias beneficiárias.

Em todo o estado, a média proporcional de habitantes abrangidos diretamente pelo Programa do Leite corresponde ao valor relativo de aproximadamente 5% da população total. Some-se a isso o universo de produtores fornecedores de leite para o governo,que, segundo a SETHAS (2004), equivalia a 2.092 agropecuaristas em todo o estado. Isso significa que, se considerarmos a composição domiciliar média estadual estimada em torno de quatro pessoas por família no ano 2000, chegaremos a um valor aproximado de 557.000 pessoas constituindo

[80] É importante lembrar que em determinados estados brasileiros, Minas Gerais, por exemplo, o preço pago pelo litro de leite ao produtor é aproximadamente 50% inferior ao preço pago no Rio Grande do Norte; ou seja, o litro de leite vale aproximadamente R$ 0,40 centavos em Minas Gerais. (CEPEA, 2006).

grupos familiares atingidos diretamente pelo Programa do Leite. Isso corresponde a aproximadamente 20% do universo populacional, o que pode representar um curral eleitoral bastante significativo.

Tabela 17 – Seridó Potiguar: Cota de distribuição do leite pelo governo e indústrias fornecedoras por município - 2004

UF/Município	População Total (2000)	Famílias assistidas[81]		Indústrias credenciadas ao Programa[82]
		Nº absoluto	Nº relativo	
Rio Grande do Norte	2.776.782	137.035	4,94	1 a 24
Natal	712.317	16.810	2,36	2, 3, 4, 5, 7, 8, 15, 17 e 20
Acari	11.189	1.050	9,38	7 e 14
Caicó	57.002	3.051	5,35	6 e 14
Carnaúba dos Dantas	6.572	341	5,19	7 e 14
Cerro Corá	10.839	700	6,46	1 e 16
Cruzeta	8.138	620	7,62	14
Currais Novos	40.791	4.720	11,57	7, 14 e 16
Equador	5.664	220	3,88	14
Florânia	8.978	1.350	15,04	7 e 14
Ipueira	1.902	200	10,52	6
Jardim de Piranhas	11.994	500	4,17	6
Jardim do Seridó	12.041	686	5,70	14
Jucurutu	17.319	1.200	6,93	14
Lagoa Nova	12.058	600	4,98	16
Ouro Branco	4.667	500	10,71	6 e 14
Parelhas	19.319	1.100	5,69	14
Santana do Seridó	2.377	160	6,73	14
São Fernando	3.234	320	9,89	6 e 14
São João do Sabugi	5.698	500	8,78	6
São José do Seridó	3.777	400	10,59	14
São Vicente	5.633	500	8,88	7 e 14
Serra Negra do Norte	7.543	370	4,91	6
Ten. Laurentino Cruz	4.412	950	21,53	7 e 14
Timbaúba dos Batistas	2.189	347	15,85	6

Fonte: IBGE, 2000 e SETHAS, 2004
Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)

[81] O número de famílias assistidas corresponde ao volume de leite distribuído (litros/dia)

[82] De acordo com a SETHAS (2005a) e o SINDLEITE (2005), as indústrias credenciadas ao Programa são as que se seguem com as seguintes marcas de leite: 1-Cabugi (APASA), 2-Bom (M e T Ltda.), 3-Babi (Maila Macedônia Agroindustrial Ltda.), 4-Cacau Ltda. (Bom Jesus Agropecuária e industrial Ltda.), 5-Cem (Cem Indústria e comércio de produtos agropecuários ltda.), 6-Seridó (COACAL), atualmente com arrendamento da estrutura industrial e comercial, inclusive a marca, para a CERPIL, 7-Santana (Cersel-Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural do Seridó Ltda.), 8-Chaparral (Gilson de Andrade Pessoa-ME), 9-Coamtal (COAMTAL), 10-Lagoa Nova (COOLAGONOVA), 11-Ila (Indústria de Laticínios Apodi), 12-Ilbasa (ILBASA), 13-Nobre (ILMOL), 14-Caicó (LACOL), 15-Marina (Laticínios São Pedro Ltda.), 16-Master (Masterleite Laticínios Namorados Ltda.), 17-Natal (Agropecuária Natal Ltda.), 18-Ouro branco (João Francisco Chaves Neto-ME), 19-Santa Terezinha (Maria Aparecida Gurgel Veras), 20-Saúde (Nilton Pessoa de Paula Agropecuária S.A), 21-Sertanejo (Laticínio Santa Luzia Ltda), 22-Tapuio (Tapuio Agropecuária Ltda.), 23-Triunfo (Agroindustrial Triunfo Ltda.) e 24-Xodó (Xodó Laticínios Jacumirim Ltda.)

Diante do exposto é possível perceber que há uma personificação dos programas e dos benefícios sociais concedidos pelo setor público, ou seja, para muitos beneficiários não é a sociedade quem paga os custos de tais benefícios, mas os políticos ou os agentes responsáveis pela operacionalização, coordenação e gerência do Programa. A análise dos dados eleitorais e políticos que será feita no quinto capítulo, justificará essa afirmação.

Em termos regionais, a questão se agrava bastante, pois, no Seridó, as cotas apresentam-se expressivamente superiores à média relativa do estado. Merecem destaque os municípios de Tenente Laurentino Cruz, Timbaúba dos Batistas, Florânia[83] e Currais Novos[84] com as quatro primeiras maiores cotas municipais da região. Nesse primeiro município 21,53% dos habitantes são beneficiários do Programa. Lembrando que, desde a fundação do município em 16/07/1993, a administração pública municipal tem sido exercida sob o domínio político, total ou parcial, de agentes ligados ao ex-governador Garibaldi Alves. Agentes esses, historicamente fortes e consolidados politicamente no município de Florânia, do qual o município de Tenente Laurentino Cruz foi desmembrado. Nesse caso, tratam-se de agentes políticos, membros da família Laurentino, cujo nome atribuído ao município explica, por si só, a prevalência do coronelismo regional. O grupo e seus coligados administraram a prefeitura municipal de Florânia durante aproximadamente 30 anos ininterruptos.

No que concerne ao universo populacional assistido pelo Programa do Leite, o quadro classificatório das categorias sociais delimitado pela SETHAS mostra que a categoria social representada pelas crianças é majoritária em termos de número de beneficiários, o que corresponde a 60% desse universo; seguida da categoria de gestantes que representa 11%;

---

[83] Vale ressaltar, que o presidente da Cersel, empresa que foi responsável pelo monitoramento do Programa do Leite durante a maior parte do governo do PMDB, investigada pela CPI do leite, mantém laços relativamente fortes com esse município por razões familiares. Lembrando que o município apresenta a terceira maior cota regional de distribuição de leite (Pesquisa de campo, 2005).

[84] Em Currais Novos está localizada a sede da Cersel e sua referida indústria de laticínios. Durante os preparativos da campanha eleitoral de 2004, foi cogitada a candidatura do presidente dessa cooperativa a prefeito municipal, entretanto, com as denúncias de corrupção e face ao cenário político estadual, no qual o partido da governadora avançou consideravelmente na preferência eleitoral, o mesmo abriu mão da candidatura.

idosos com 9%; desnutridos, os quais representam 8%; e nutrizes e deficientes, que representam respectivamente 6% do total de beneficiários (Gráfico 1).

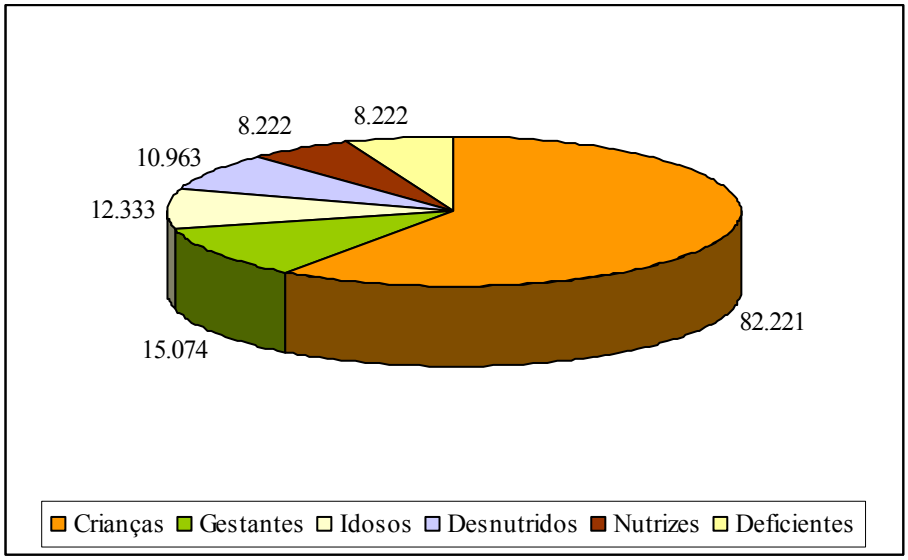


GRÁFICO 1 – Rio Grande do Norte: Quantidade de beneficiários do Programa do Leite por categoria social – 2004
Fonte: SETHAS, 2004
Org. AZEVEDO, F. F. de. (2006).

No Seridó, as categorias sociais mais presentes foram crianças (aproximadamente 70% do total de famílias pesquisadas), algumas das quais filhas de mães solteiras co-habitando com os pais ou avós dos beneficiários. Também aparecem gestantes (estimadas em 10%), muitas dessas, solteiras, e idosos também representando 10% do universo pesquisado; as demais categorias apresentaram percentuais reduzidos e mais ou menos equitativos.

Na maioria dos casos foi possível perceber que as famílias se inserem no Programa do Leite desde quando este se iniciou em 1995, portanto, há uma década. A mãe começou como gestante, passou à categoria de nutriz, quando do nascimento do filho; depois, aos seis meses, a criança se tornou beneficiária; aos três anos esta não atingiu um nível de nutrição adequado; logo, passou a categoria de desnutrido; posteriormente, a mãe engravidou novamente, iniciando um novo ciclo de contigüidade do benefício. Ou seja, há uma evidente

relação de dependência da população carente perante o Programa. Nesse sentido, afirma uma beneficiária[85] responsável por um grupo familiar composto por oito pessoas:

> há muito tempo recebo leite do governo, é uma benção de Deus... Não tenho condições de comprar leite todos os dias. Sem o Programa eu teria que diluir na água pra dar às crianças. Meus filhos chegam a passar fome, tem dias que eles choram pra comer e não tem... (a voz embargou e os olhos ficaram marejados de lágrimas, pausa diante do choro...) Tenho medo que um candidato da oposição acabe com o Programa (Beneficiária do Programa do Leite, 2005).

Acerca dos critérios e motivos que podem levar à exclusão do beneficiário, a SETHAS (2004, p. 6) estabelece que será excluído o beneficiário que: "omitir a verdade nas informações cadastrais, oferecer seus direitos a terceiros e, comprovadamente não sejam objetos da política de segurança alimentar". Porém, várias situações irregulares foram verificadas por não seguirem os critérios estabelecidos.

No que se refere à importância econômica do Programa do Leite para o estado, a SETHAS (2004, p. 15) o aponta como o principal indutor da pecuária, pois, para o governo, o mesmo se constitui em "garantia de mercado, instrumento de promoção social, assistência técnica e capacitação dos produtores, potencialidade da cadeia produtiva (leite, carne e pele)".

Contrapondo essas idéias, vale destacar que, embora reconhecendo a importância social do benefício gerado pelo Programa do Leite a uma parte das famílias assistidas, o mesmo se constitui, primordialmente, num instrumento de manipulação política da população carente, e, os altos custos para o Estado, não justificam os benefícios sociais gerados, muito menos os benefícios econômicos.

Sobre esse ponto de vista, reconhecemos que o principal indutor da pecuária estadual foi o Estado sim, mas através de programas como o PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – desenvolvido pelo Governo Federal e outros

[85] A família da qual faz parte essa beneficiária dispõe de uma renda mensal de aproximadamente R$ 100,00 para o sustento de 8 pessoas. A mesma é composta de cinco filhos, todos crianças, o primogênito tem 12 anos e o caçula 2 anos. O chefe da família é carvoeiro e a renda depende da venda do carvão que o mesmo produz. O grupo não participa de nenhum outro Programa social. A própria beneficiária é estudante do ensino supletivo. Todos os filhos com idade escolar também estudam. Vez em quando a beneficiária faz faxina e recebe aproximadamente R$ 60,00 por mês. Há meses em que o esposo não consegue vender qualquer quantia de carvão, ficando, portanto, sem rendimentos.

incentivos concedidos a esse setor, a exemplo do Crédito Agrícola – os quais analisaremos no capítulo seguinte.

É de se reconhecer que o Programa do Leite criou tão somente um mercado institucional para um determinado volume de produção gerado por uma parte dos produtores, geralmente os maiores. Mas não garantiu, necessariamente, preço justo e compatível para toda a produção leiteira da pecuária estadual, já que o número de produtores inseridos no Programa é inferior ao universo de produtores atrelados ao setor artesanal; este, responsável pela geração de queijos e derivados do leite em geral. Um bom exemplo disso é a região do Seridó, onde a maior parte dos produtores fornece leite para as queijarias e atravessadores vinculados a estas; portanto, inserem-se no setor artesanal (AZEVEDO, 2002).

3.3.3. A dimensão política do Programa do Leite: mudar para manter

Conforme analisado anteriormente, o Programa do Leite interfere decisivamente no sistema político-partidário estadual, e é influenciado por ele, constituindo-se numa das ferramentas principais que cria e recria relações, legitimadoras e mantenedoras de indivíduos e grupos nas diferentes escalas de poder. Observando os dados abaixo é possível perceber a capacidade de abrangência do Programa do Leite em relação ao total de domicílios e ao número de eleitores do estado (Tabela 18).

Em todo o estado é bastante expressiva a participação do Programa do Leite frente ao total de domicílios, correspondente a 18,31%. Na área estudada, isso se reafirma e se expande. O município de Tenente Laurentino Cruz apresentou o maior número relativo de domicílios, em relação ao número de famílias assistidas pelo governo, 86,05%, seguido de Florânia, Timbaúba dos Batistas e Currais Novos. Portanto, é bastante expressiva a abrangência do Programa do Leite em relação ao total de domicílios no estado e em toda a região.

Tabela 18 – Seridó Potiguar: Famílias assistidas pelo Programa do Leite, Número de domicílios e contingente eleitoral – 2002-2004

UF/Município	População Total (2000)	Nº de Famílias assistidas pelo Programa do Leite (2004)	Nº de Domicílios[86] (2000)		Nº de Eleitores Votantes[87] (2004)	
			Nº absoluto	Possível percentual de domicílios atingidos p/ Programa	Nº absoluto	Possível número de eleitores em domicílios atingidos p/ Programa[88]
Rio Grande do Norte	2.776.782	137.035	748.367	18,31	2.024.288	508.462
Seridó Potiguar	**263.336**	**20.385**	**72.975**	**27,93**	**181.841**	**51.568**
Acari	11.189	1.050	3.193	32,88	7.654	2517
Caicó	57.002	3.051	16.416	18,59	35.991	6689
Carnaúba dos Dantas	6.572	341	1.780	19,16	4.902	939
Cerro Corá	10.839	700	2.614	26,78	6.446	1726
Cruzeta	8.138	620	2.246	27,60	5.798	1601
Currais Novos	40.791	4.720	11.444	41,24	25.802	10642
Equador	5.664	220	1.508	14,59	3.748	547
Florânia	8.978	1.350	2.478	54,48	6.635	3615
Ipueira	1.902	200	536	37,31	1.571	586
Jardim de Piranhas	11.994	500	3.351	14,92	8.959	1337
Jardim do Seridó	12.041	686	3.554	19,30	8.634	1667
Jucurutu	17.319	1.200	4.819	24,90	12.626	3144
Lagoa Nova	12.058	600	3.007	19,95	8.877	1771
Ouro Branco	4.667	500	1.321	37,85	3.589	1358
Parelhas	19.319	1.100	5.349	20,56	13.414	2759
Santana do Seridó	2.377	160	606	26,40	1.855	490
São Fernando	3.234	320	860	37,21	2.610	971
São João do Sabugi	5.698	500	1.601	31,23	4.486	1401
São José do Seridó	3.777	400	981	40,77	3.139	1280
São Vicente	5.633	500	1.504	33,24	4.031	1340
Serra Negra do Norte	7.543	370	2.051	18,04	5.469	987
T. Laurentino Cruz	4.412	950	1.104	86,05	3.710	3192
Timb. dos Batistas	2.189	347	652	53,22	1.895	1009

Fontes: SETHAS, 2004; IBGE, 2000 e TRE, 2004
Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)

Em relação ao contingente eleitoral, os números de possíveis beneficiados pelo Programa do Leite também se apresentam bastante elevados, destacando-se mais uma vez os

[86] Dados do Censo Demográfico do IBGE, 2000. Provavelmente, para o ano 2004 os números de domicílios aumentaram, porém, são os dados disponíveis mais atualizados. De acordo com a pesquisa de campo foi constatado que podem ocorrer casos onde há mais de uma família beneficiada por domicílio.

[87] Dados do TER-RN referentes às eleições de 2004. O número referente ao estado corresponde ao eleitorado total nominal, para os municípios, corresponde ao eleitorado votante efetivamente.

[88] O cálculo do número de eleitores possivelmente atingidos pelo Programa do Leite foi feito com base no número médio de eleitores por domicílio, multiplicado pelo número total de domicílios assistidos pelo governo, que equivale aos mesmos percentuais de domicílios assistidos e, de possíveis eleitores atingidos pelo Programa.

mesmos municípios acima citados como os que chamaram mais a atenção em seus dados numéricos. Dessa forma, entende-se que, o "curral eleitoral" constituído a partir desse Programa está possivelmente representado, em termos percentuais, pelo mesmo percentual de domicílios atingidos de alguma forma pelo benefício governamental, assunto que será melhor analisado no capítulo cinco. A questão se torna mais complexa ainda quando essas relações se ampliam e atingem os demais programas sociais, mesmo que esses não necessariamente sejam desenvolvidos pelo governo estadual.

3.4. A ampliação das ações governamentais às famílias beneficiárias do Programa do Leite: configurações, perfis e dimensões de outros programas sociais.

Durante a pesquisa de campo realizada na região do Seridó potiguar (2005), constatamos que outros programas e políticas sociais de governo "assistem" as famílias carentes, constituindo-se, muitas vezes, na única alternativa de renda dessas. Além do Programa do Leite, a metade das famílias pesquisadas recebe assistência social de algum programa governamental, o que também serve como instrumento de manipulação e controle social quanto ao exercício dos direitos civis e políticos dessa população.

Assim, destacam-se as ações dos seguintes programas governamentais: Fome Zero, Bolsa Família, Bolsa Escola, PETI, Auxílio Gás e Agente Jovem, todos esses desenvolvidos a partir de articulações entre os diferentes níveis de governo, federal, estadual e municipal. Em sua tipologia, todos esses programas resultam de políticas públicas compensatórias, pois, nas suas configurações, visam a mudanças sociais imediatas e paliativas, com efeitos pouco eficazes.

A partir das ações sociais do Estado brasileiro, observamos que a experiência dos programas e políticas sociais de transferência de renda pública remonta à década de 1980, por força maior da própria Constituição de 1988. Esta assegurou determinados benefícios assistenciais à população idosa e portadores de deficiência, a título individual, delimitando um

valor máximo de um salário mínimo para aqueles cuja renda *per capita* familiar se igualasse ou não atingisse ¼ do salário mínimo do país. A partir de então, várias políticas e programas começaram a ser implementados. Ao tratar das políticas governamentais de combate à pobreza Neri (2001, p.48) discorre que

> as políticas sociais de combate à pobreza podem ser organizadas em compensatórias (frentes de trabalho, Programa de imposto de renda negativo, seguro-desemprego, previdência social, distribuição de cestas básicas, etc.) e estruturais (regularização fundiária, moradia, educação, micro crédito, reforma agrária, saúde e investimentos em infra-estrutura básica. A vantagem da política compensatória é seu efeito rápido[...] Seus efeitos, no entanto, são em geral fugazes. Depois da retirada desses acréscimos na renda a situação dos grupos afetados tende a voltar ao normal.

Na década de 1990 as políticas compensatórias no Brasil aumentaram consideravelmente, tanto em número quanto em volume de recursos. O autor acima critica tais ações, por observar "excesso de liberdade no uso dos recursos públicos" (NERI, 2001, p. 48). Isso leva a uma má utilização dos valores destinados, pois nem sempre os recursos canalizados chegam ao devido fim. Além disso, se empregados efetivamente no combate à pobreza, podem ocorrer manipulações políticas perante a população assistida.

O mesmo autor ainda mostra que as políticas estruturais são mais viáveis para a sociedade, pois criam capacidade de geração de renda. Entretanto, há lentidão para que seus efeitos sejam notados, por exemplo, "os resultados de políticas educacionais somente serão sentidos quando as crianças saírem da escola e entrarem no mercado de trabalho. Da mesma maneira, investimentos em infra-estrutura levam algum tempo até amadurecerem" (NERI, 2001, p. 48).

Diante do exposto, entendemos que, apesar de o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e trabalhos acadêmicos[89] considerarem o Programa do Leite como um tipo de política social "estrutural", discordamos sumariamente da idéia, haja vista que apesar de ser desenvolvido há mais de uma década, tal Programa não conseguiu resolver os problemas

[89] Aguiar (2003), num trabalho monográfico de conclusão do curso de graduação em Ciências Econômicas defende o Programa do Leite como uma política social "estrutural" que provocou diversos impactos econômicos e sociais positivos no estado do Rio Grande do Norte.

sociais da população pobre. Ao contrário, aumentou o nível de dependência e subordinação da população assistida perante o setor público, conforme já foi comprovado na análise dos indicadores sociais e diante dos dados referentes ao aumento de indigência no estado.

Portanto, dentre os programas sociais citados acima, a maioria se insere no quadro de políticas públicas compensatórias, por apresentarem características tipicamente assistenciais, ao passo que poucas políticas estruturais de geração permanente de emprego e renda têm sido criadas. Os referidos programas apresentam os seguintes objetivos e as seguintes configurações: o Fome Zero[90] busca promover segurança alimentar e nutricional a todos os brasileiros, atacando as causas estruturais da pobreza. As iniciativas envolvem vários ministérios, as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e a sociedade civil organizada (MDS, 2005).

Para atingir seus objetivos, o Programa atua em três frentes, quais sejam: implantação de políticas públicas, construção participativa de uma política de segurança alimentar e nutricional e mutirão contra a fome. O mesmo ainda envolve ações do tipo, instalação de restaurantes populares, fomento ao desenvolvimento da agricultura urbana, instalação de cozinhas comunitárias, ampliação do repasse da merenda escolar, implementação do Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar. No contexto desse Programa ocorre a compra direta da produção familiar, a compra antecipada e as compras locais, isso num universo de municípios mais restrito, além de estimular o Programa de aquisição e distribuição de leite bovino e caprino às famílias carentes. No estado do Rio Grande do Norte o Governo Federal arca com um percentual de 15% do custo total mensal do Programa do Leite, conforme discutido anteriormente.

O Fome Zero ainda atua na formação de grupos específicos de distribuição de cestas básicas de alimentos a sem-terras acampados, quilombolas e indígenas, como também

[90] Programa governamental de ordem transversal criado em 2003 pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o qual estabeleceu como uma das prioridades de seu governo dentre as demais políticas sociais.

incentiva o registro civil gratuito dos indivíduos que não dispõem de registro de nascimento. Uma das ações mais importantes do Fome Zero no espaço Semi-árido nordestino refere-se à construção de cisternas[91] que integra ações do Programa de convivência com a seca. Tratam-se de cisternas em placas de cimento objetivando a captação das águas pluviais nas residências rurais durante o período chuvoso, disponibilizando, assim, água potável e de boa qualidade durante boa parte do período de estiagem. Além disso, as famílias são treinadas para o tratamento da água captada e para a manutenção dos equipamentos.

No Seridó, o Programa de construção de cisternas se desenvolve através de parcerias entre o governo, a diocese (através do Departamento Diocesano de Ação Social) e associações comunitárias, sendo um dos principais e mais eficazes programas sociais de estímulo à família rural, no sentido de amenizar o problema da falta d`água, como também, por sua forma participativa e séria na operacionalização e implementação. Outros programas ainda fazem parte do Fome Zero, por exemplo, o Bolsa Família.

Lançado em outubro de 2003, o Bolsa Família[92] iniciou nesse mesmo ano o processo de unificação de outros programas de transferência de renda do Governo Federal como: o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e o Cartão Alimentação. Mas nem todos os programas sociais foram já incorporados ao Bolsa Família, pois se trata de uma incorporação

[91] Vale lembrar que a conquista desse importante benefício para a população do Semi-árido resulta, principalmente, das lutas da sociedade civil organizada, destacando-se como uma das principais reinvidicações da ASA – Articulação do Semi-Árido. Tal Organização Não-Governamental foi criada em julho de 1999 na Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca – COP3, em Recife – PE. Nesse evento, a sociedade civil organizada, atuante no Semi-Árido brasileiro, promoveu o Fórum Paralelo da Sociedade Civil. A partir daí, em fevereiro de 2000, a ASA consolidou-se como espaço de articulação política da sociedade civil. Segundo essa ONG, a base de sua constituição é a Declaração do Semi-Árido, documento que sintetiza as percepções dos grupos participantes de suas atividades no Semi-Árido. De acordo com a ASA, atualmente fazem parte da organização mais de 700 entidades dos mais diversos segmentos, como igrejas católica e evangélicas, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais. A coordenação executiva, composta por dois membros de cada estado do Semi-Árido (todos do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo), é a instância máxima da articulação, seguida dos Fóruns ou ASAs estaduais e dos Grupos de Trabalho (GTs). O programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), o projeto demonstrativo do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), e o Programa Bomba D'água Popular (BAP) são as ações atuais geridas pela ASA, além das discussões sobre desertificação e produção de biodiesel através do cultivo de oleaginosas.

[92] Programa criado em outubro de 2003 pelo Governo Federal com o objetivo de unificar os benefícios de outros programas sociais. Segundo o governo, tal unificação objetivou integrar esforços isolados dos diferentes programas sociais desenvolvidos, bem como racionalizar os custos operacionais e dirigir o foco da política social para a família como um todo.

gradual devido a questões operacionais. Esse é o segundo Programa que mais dá assistência às famílias pesquisadas, às vezes, constituindo-se na principal e/ou única alternativa de renda do grupo familiar. De acordo com o governo

> esse foi o primeiro passo para a maximização dos recursos transferidos às famílias carentes, que deve ser completamente disseminado agora em 2004. Em dezembro, o Bolsa Família cumpriu sua meta: beneficiou 3,6 milhões de famílias de 5.461 municípios brasileiros. (MDS, 2005, p. 3).

Isso reafirma o que foi dito por Marques (2004, p.17) referindo-se ao Nordeste, quando esta aponta que, no tocante à importância dos recursos originários de transferências públicas, de maneira geral, "quanto menor for a receita disponível do município, maior será a importância relativa dos recursos transferidos pelo Programa Bolsa família". O Programa apresenta dois tipos de benefícios, o básico e o variável, dependendo da situação socioeconômica da família e da sua composição. Para o governo,

> o benefício básico, de R$ 50,00, é concedido às famílias com renda mensal *per capita* de até R$ 50,00. O benefício variável, no valor de R$ 15,00, é concedido a todas as famílias que tenham filhos de até 15 anos, gestantes e mães amamentando, até o valor de R$ 45,00. O benefício variável também poderá ser recebido pelas famílias com renda mensal *per capita* de R$ 51,00 a R$ 100,00. Com isso, cada família pode receber de R$ 15,00 a R$ 95,00 por mês. O valor do benefício significa um importante incremento de moeda circulando nas economias locais, estimulando o seu dinamismo. (MDS, 2005, p. 3).

Mas, nem sempre o Programa funciona como realmente deveria, pois, de acordo com informações obtidas durante a pesquisa de campo, também ocorre manipulação política a partir do mesmo, bem como, nem todas as famílias assistidas necessitam, de fato, dos benefícios. Algumas vezes, a inserção da família carente no Programa depende do aval ou crivo de personalidades e agentes políticos influentes nos municípios, o que é inadmissível diante de um Programa com esse perfil e com essa magnitude. Um outro problema bastante sério verificado na operacionalização deste refere-se ao atraso no repasse dos recursos às famílias carentes. Foram registrados casos em que o atraso já atingiu períodos de três meses, o que dificulta ainda mais a situação socioeconômica familiar dependente desses recursos.

Sobre o Bolsa Escola, trata-se de um Programa governamental adotado inicialmente em janeiro de 1995 no Distrito Federal, atingindo em março de 2005 todos os estados

brasileiros, com assistência a um significativo número de municípios e famílias, aproximadamente 2.784.809. Ao analisar sua importância, Buarque (1999, p. 57-59) entende que

> se o melhor indicador da pobreza é o abandono de crianças, pobres, sem escola, nas ruas ou no trabalho, ou em falsas escolas, o primeiro caminho para a erradicação da pobreza está na educação para todas as crianças em escolas de qualidade[...] Nenhuma medida tem um impacto maior na luta contra a pobreza do que a escolarização de todas as crianças. Com uma medida simples, é possível a cada governo e ao mundo inteiro colocar todas as suas crianças na escola. O caminho é a *Bolsa Escola* [...] Ela parte de uma idéia óbvia: se as crianças serão adultos pobres porque não estudam no presente, e se não estudam porque são pobres, a solução é quebrar o círculo vicioso da pobreza pagando às famílias pobres para que seus filhos estudem, no lugar de trabalharem.

Considerando que existe no Brasil aproximadamente quatro milhões de crianças em idade escolar trabalhando, estima-se que o custo da escolarização nacional por essa via apresenta-se bastante elevado, mas, provavelmente, menos oneroso que os gastos que serão feitos no futuro com o intuito de combater a violência decorrente de problemas sociais como a pobreza e a falta de conhecimento. O autor sugere que

> pague-se um salário mensal a cada família, em troca de que todos seus filhos estejam na escola e nenhum deles falte às aulas no mês. Com estas bolsas de estudos para as crianças pobres, é possível levá-las e mantê-las na escola. De certa maneira, utilizam-se a pobreza e a necessidade da renda para combater a pobreza, tendo as famílias como fiscais da freqüência de seus filhos às aulas. Com isso, resolve-se ao mesmo tempo a pobreza futura, quando estas crianças forem adultos educados, e reduz-se a pobreza atual por meio de uma renda mínima para sua família. Tudo isso a um baixo custo. (BUARQUE, 1999, p. 59).

Concomitantemente a essa ação outras devem ser colocadas em prática como: melhorias infra-estruturais nas escolas, incluindo melhor remuneração para os professores, alimentação saudável para os alunos, incentivo à leitura, dentre outras medidas. Para Buarque (2005), tudo isso custaria o valor bruto aproximado de R$ 27,53 bilhões, o equivalente a mais ou menos 3% do PIB nacional do ano de 2005.

O PETI, também aparece como política social que dá assistência ao universo de famílias entrevistadas. O mesmo também envolve as três esferas governamentais. De acordo com o setor público, crianças e adolescentes têm a partir desse Programa maiores

possibilidades de ampliação do universo cultural, bem como o desenvolvimento de potencialidades que levam a melhor desempenho escolar e a melhorias na qualidade de vida.

O Programa destina-se "prioritariamente às famílias com renda *per capita* de até meio salário[93] mínimo, com crianças de 7 a 15 anos trabalhando em atividades consideradas perigosas, insalubres ou degradantes" (MDS, 2005). O valor do benefício varia entre R$ 25,00[94] e R$ 40,00, dependendo das condições sociais comprovadamente apresentadas.

Entretanto, durante a pesquisa de campo, constatamos situações em que, beneficiários do PETI, efetivamente, não se adequam aos critérios do Programa, por exemplo, filhos de funcionários públicos e vereadores. Ou seja, o Governo Federal estabelece os critérios, firma as parcerias, canaliza os recursos e a operacionalização não se efetiva conforme determinado, resultando na pouca eficiência das políticas públicas e, por conseguinte, a contigüidade dos problemas sociais relacionados à pobreza, nesse caso, o analfabetismo.

O Auxílio Gás[95] também é outra ação social governamental que assiste uma pequena parte do universo de famílias pesquisadas. De acordo com a determinação do governo, para receber esse benefício, o indivíduo deve pertencer a uma família que possua renda mensal *per capita* máxima equivalente a meio salário mínimo, sem somar os rendimentos provenientes dos demais programas sociais analisados acima. O valor mensal do benefício corresponde a R$ 7,50, pagos bimestralmente, somando, portanto, R$ 15,00. Durante as entrevistas realizadas com os chefes de famílias assistidas, verificamos situações em que os beneficiários residem em municípios onde não existem bancos ou casas lotéricas (instituições conveniadas responsáveis por repassar os recursos), tendo, assim, que pagar passagem de ida e volta a um núcleo urbano maior que dispunha desse tipo de serviço. Por causa disso, o recurso muitas

[93] Em Agosto de 2006 o valor do salário mínimo correspondia a R$ 350,00.
[94] Valor correspondente a U$ 12,00 aproximadamente (cotação de 15/08/2006 – www.bb.com.br).
[95] Criado em dezembro de 2001 pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, destinado a subsidiar o preço do gás liquefeito de petróleo às famílias de baixa renda.

vezes é suficiente apenas para cobrir as despesas do deslocamento. Ou seja, mais uma vez, a ingerência e a desorganização de instituições envolvidas na operacionalização do Programa impedem sua eficácia.

O Projeto Agente Jovem também corresponde a outra forma de incentivo governamental envolvendo algumas famílias pesquisadas. De acordo com o governo, o projeto destina-se à população jovem que tem entre 15 e 17 anos, desde que comprove renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo, preferencialmente, egressos de programas sociais, como o Bolsa Escola, o PETI e Da Rua para a Escola (MDS, 2005).

Esse projeto tem como principal objetivo apoiar jovens adolescentes no sentido de compreenderem a importância do planejamento e construção do seu próprio futuro, bem como promover o resgate de relações familiares, comunitárias e sociais, preparando-os para o mercado de trabalho e estimulando-os a entender o seu papel na sociedade. No funcionamento desse projeto também foram constatadas irregularidades semelhantes às já analisadas. Nos municípios estudados, os jovens geralmente atuam prestando serviços em prefeituras.

A partir do exposto, concluímos que todos os programas analisados integram parte das iniciativas governamentais que buscam soluções para os problemas sociais (como a pobreza) enfrentados por boa parte da população brasileira, implicando num conjunto de outras relações que nem sempre fazem parte dos objetivos de cada Programa.

Os volumes de recursos destinados a esses programas e o número de famílias assistidas mostram-se bastante significativos. Os valores acumulados no ano 2006 evidenciam o aporte de renda pública destinada às Unidades da Federação, especialmente com a finalidade de assistência social às famílias carentes. Os estados da Bahia, Minas Gerais e São Paulo se destacam em número de famílias assistidas e em volume de recursos. De modo geral, a região Nordeste apresenta-se com valores mais expressivos, tanto em número de famílias assistidas quanto em volume de recursos recebidos (Tabela 19).

Tabela 19: Brasil: Programas Sociais de Transferência de Renda por Unidades da Federação* - 2006

Estados	Programas Sociais de Transferência de Renda									
	Bolsa Família		Bolsa Escola		Bolsa Alimentação		Cartão Alimentação		Auxílio Gás	
	Nº de Famílias	Valor Total (R$)	Nº de famílias	Valor Total (R$)	Nº de famílias	Valor Total (R$)	Nº de famílias	Valor Total (R$)	Nº de famílias	Valor Total (R$)
AC	53.404	38.578.165,00	190	838.695,00	56	39.780,00	94	105.050,00	3.191	1.770.292,50
AL	339.921	237.778.776,00	680	3.379.200,00	211	108.885,00	668	732.200,00	11.095	6.549.660,00
AM	204.075	153.300.149,00	1.251	2.794.470,00	15	39.120,00	-	-	4.104	3.662.497,50
AP	26.244	14.875.734,00	2.318	1.053.585,00	-	8.310,00	-	-	1.710	1.174.605,00
BA	1.391.245	1.006.377.304,00	3.597	19.423.605,00	403	321.150,00	6.664	6.397.800,00	60.981	42.083.347,50
CE	882.220	650.956.446,00	2.660	11.005.260,00	109	106.890,00	4.670	4.231.750,00	48.564	26.280.510,00
DF	85.725	46.467.670,00	830	1.229.220,00	-	-	3	2.800,00	4.119	2.618.962,50
ES	191.421	121.944.133,00	384	2.050.050,00	50	30.330,00	85	75.200,00	7.334	4.837.185,00
GO	259.524	149.106.549,00	938	3.710.310,00	16	38.400,00	66	41.550,00	15.861	8.104.237,50
MA	706.878	540.255.598,00	1.430	7.851.930,00	87	70.185,00	812	832.350,00	19.204	14.121.270,00
MG	1.128.261	752.171.755,00	4.724	12.306.780,00	92	110.550,00	3.922	3.451.050,00	82.929	33.938.542,50
MS	114.876	69.110.530,00	236	1.192.920,00	23	37.215,00	-	-	7.565	3.638.685,00
MT	136.495	87.247.463,00	452	1.408.515,00	3	13.590,00	23	16.400,00	7.492	3.428.925,00
PA	506.444	370.230.625,00	1.643	9.778.395,00	224	181.665,00	-	150,00	13.026	12.783.247,50
PB	406.904	300.484.368,00	631	2.935.755,00	55	58.575,00	2.251	2.136.900,00	18.719	8.890.650,00
PE	860.546	599.409.419,00	1.089	6.946.215,00	160	178.575,00	7.311	6.211.500,00	50.760	21.797.070,00
PI	366.906	266.100.304,00	869	3.601.590,00	24	51.585,00	2.015	1.975.550,00	19.229	9.546.390,00
PR	452.172	289.350.049,00	4.321	6.810.195,00	380	209.010,00	91	92.000,00	50.859	19.512.142,50
RJ	441.667	270.666.179,00	942	9.254.175,00	23	24.675,00	1	950,00	18.504	16.013.197,50
RN	298.643	207.027.636,00	568	3.260.220,00	42	43.485,00	2.595	2.399.300,00	20.773	9.400.507,50
RO	94.953	64.203.055,00	282	1.200.270,00	10	15.855,00	-	200,00	1.848	1.704.157,50
RR	31.850	21.979.343,00	73	256.785,00	62	36.345,00	-	-	357	415.792,50
RS	436.169	290.873.006,00	2.116	5.095.695,00	1	11.130,00	315	248.600,00	32.959	14.098.642,50
SC	139.098	92.786.279,00	1.906	2.406.600,00	80	61.305,00	49	41.550,00	20.639	7.209.262,50
SE	189.304	139.480.028,00	302	1.363.320,00	137	161.910,00	484	636.750,00	6.328	4.191.862,50
SP	1.114.328	673.244.889,00	1.688	9.101.490,00	60	109.530,00	17	11.550,00	42.879	22.345.515,00
TO	106.537	70.655.870,00	361	1.717.260,00	151	62.580,00	-	-	5.346	3.268.687,50
BRASIL	10.965.810	7.524.661.322,00	36.481	131.972.505,00	2.474	2.130.630,00	32.136	29.641.150,00	576.375	303.385.845,00

Fonte: MDS, 2006

* Números de Famílias referentes ao total no mês de dezembro de 2006. Valores Totais (R$) referentes aos acumulados no ano de 2006

O Bolsa Família destaca-se em nível nacional como o Programa que geriu o maior volume de recursos, isto é, mais de R$ 7 bilhões, beneficiando mais de 10 milhões de famílias. Sequencialmente aparecem o Auxílio Gás, o Bolsa Escola, o Cartão Alimentação e o Bolsa Alimentação, isso em volume de recursos geridos.

O Amapá se apresenta como a Unidade da Federação que tem o menor número de famílias assistidas pelo Bolsa Família. Roraima também apresenta um reduzido número, face aos demais estados. Os mesmo se constituem nas Unidades da Federação que recebem menos volume de recursos.

De um total nacional aproximado de R$ 8 bilhões, o Nordeste sobressai com o maior volume de recursos recebidos das transferências de renda pública, correspondendo aproximadamente a 50%. Já o Rio Grande do Norte detém aproximadamente 5% do volume de recursos regional (Tabela 20). Vale destacar que o estado apresenta indicadores sociais melhorados no contexto regional. Em todos os Programas a Bahia recebeu o maior volume de recursos frente às demais Unidades da Federação.

O Bolsa Família se apresenta como o Programa de maior envergadura no montante de recursos despendido e em número de famílias assistidas, o qual geriu em torno de R$ 7,5 bilhões em nível nacional, aproximadamente R$ 734 milhões no Nordeste, R$ 207 milhões no Rio Grande do Norte e aproximadamente R$ 22 milhões na região do Seridó (Tabela 20).

No cotexto seridoense o Bolsa Família geriu o maior volume de recursos, seguido do Cartão Alimentação, do Auxilia Gás, do Bolsa Escola e do Bolsa Alimentação. Os quatro municípios regionais que apresentam mais famílias assistidas pelo Bolsa Família são: Currais Novos, seguido de Caicó, Parelhas e Jucurutu, esses também são os mais populosos. (Tabela 20).

Tabela 20: Brasil, Nordeste, Rio Grande do Norte e Seridó Potiguar: Programas Sociais de Transferência de Renda* - 2006

Brasil Nordeste RN Seridó Potiguar Município	Programas Sociais de Transferência de Renda									
	Bolsa Família		Auxílio Gás		Bolsa Alimentação		Bolsa Escola		Cartão Alimentação	
	Nº de Famílias	Valor Total (R$)	Nº de Famílias	Valor Total (R$)	Nº de Famílias	Valor Total (R$)	Nº de Famílias	Valor Total (R$)	Nº de Famílias	Valor Total (R$)
Brasil	10.965.810	7.524.661.322,00	576.375	303.385.845,00	2.474	2.130.630,00	36.481	131.972.505,00	32.136	29.641.150,00
Nordeste	1.023.507	733.822.941,00	29.582	24.779.280,00	518	383.655,00	6.118	17.639.460,00	94	105.400,00
RN	298.643	207.027.636,00	20.773	9.400.507,50	42	43.485,00	568	3.260.220,00	2.595	2.399.300,00
Seridó	32.061	21.872.992,00	2366	946.582,50	6	9.825,00	38	173.355,00	6594	4.448.291,00
Acari	1.293	744.111,00	217	67.305,00	-	1.035,00	-	2.505,00	26	21.450,00
Caicó	4.536	2.931.354,00	185	83.460,00	-	-	2	16.185,00	4.536	2.931.354,00
C. dos Dantas	642	416.026,00	57	27.667,50	-	-	-	3.045,00	10	10.650,00
Cerro Corá	1.352	1.076.582,00	94	51.555,00	1	2.505,00	-	12.075,00	51	66.550,00
Cruzeta	813	488.213,00	18	9.885,00	-	-	-	3.390,00	12	9.650,00
C. Novos	4.871	3.381.669,00	599	217.860,00	1	960,00	8	18.270,00	51	44.950,00
Equador	814	482.301,00	28	27.360,00	-	-	-	18.765,00	2	2.300,00
Florânia	1.420	1.048.288,00	55	30.255,00	-	330,00	-	9.105,00	5	3.600,00
Ipueira	244	175.145,00	36	9.600,00	-	195,00	-	315,00	24	23.100,00
Jd. Piranhas	1.551	1.123.313,00	59	28.177,50	-	-	2	6.390,00	16	12.950,00
Jd. do Seridó	1.555	1.009.010,00	101	33.187,50	-	-	1	3.390,00	19	15.000,00
Jucurutu	2.680	1.777.834,00	187	73.717,50	-	135,00	1	17.910,00	42	34.450,00
Lagoa Nova	2.056	1.552.221,00	74	34.545,00	-	1.260,00	2	10.905,00	38	34.050,00
Ouro Branco	564	379.245,00	81	24.735,00	-	75,00	-	3.300,00	43	31.550,00
Parelhas	2.687	1.845.924,00	262	99.825,00	-	345,00	16	33.180,00	38	25.550,00
Santana Seridó	353	261.467,00	8	5.700,00	-	75,00	1	1.425,00	2	3.250,00
S. Fernando	443	305.551,00	42	14.250,00	-	105,00	-	1.245,00	12	12.250,00
S. João Sabugi	810	559.298,00	51	20.017,50	-	-	-	705,00	810	559.298,00
S. José Seridó	345	210.521,00	17	4.545,00	-	-	-	180,00	10	8.500,00
São Vicente	905	669.479,00	25	13.275,00	-	75,00	-	2.475,00	4	5.950,00
S. Negra Norte	1.088	750.174,00	79	26.985,00	-	-	4	4.725,00	45	36.100,00
Ten. Laurentino	787	542.439,00	75	32.880,00	4	2.730,00	1	705,00	787	542.439,00
Timb. Batistas	252	142.827,00	16	9.795,00	-	-	-	3.165,00	11	13.350,00

Fonte: MDS, 2006

* Número de Famílias referente ao total no mês de dezembro de 2006. Valores Totais (R$) referentes aos acumulados no ano de 2006

No Seridó Potiguar o município com o menor número de famílias assistidas pelo Bolsa Família é Ipueira, que também é um dos menos populosos. Currais Novos e Parelhas mostram-se como os municípios que mais receberam recursos do Auxilia Gás no Seridó. Já Tenente Laurentino e Cerro Corá foram os municípios que mais receberam recursos do Bolsa Alimentação.

É possível perceber que o volume de recursos provenientes dos programas de transferência de renda do Governo Federal é bastante representativo, tanto no país, quanto no Nordeste, no estado do Rio Grande do Norte e na região estudada. Os Programas Sociais muitas vezes se constituem na única alternativa de renda para muitas famílias. Mas, também, há famílias que nem de longe se adequariam aos critérios de seleção estabelecidos pelo governo.

Na área de estudo constatamos situação em que uma família beneficiária de determinado programa social demonstrou condições sociais bastante satisfatória, dispondo, dentre outros bens, de um veículo novo, com modelo e ano de fabricação recentes. Além do mais, o montate de renda provavelmente auferido mensalmente a partir de determinadas atividades econômicas demonstra o não atendimento aos critérios estabelecidos pelo órgãos gestores do Programa.

Nota-se, portanto, que apesar de se justificar a assistência dos Programas Sociais para um elevado número de famías, há um determinado público que nem de longe se caracteriza como de baixa renda, portanto, necessitado dos benefícios sociais do governo.

Diante do que foi apresentado anteriormente, nota-se que os recursos provenientes dos programas sociais do Governo Federal, portanto, as transferências de renda pública e os repasses constitucionais, assim como os recursos provenientes do SUS e do sistema de benefícios sociais e de aposentadorias do INSS, constituem-se nas principais fontes de renda

dos municípios da área estudada, sendo notória tal situação também no estado do Rio Grande do Norte.

No tocante ao FPM, vale frisar que se trata de uma contribuição federal paga os municípios, criada em 1965, cujos recursos são provenientes de arrecadações tributárias do Governo Federal, calculados de acordo com percentuais pré-estabelecidos. Os valores por município baseiam-se nos dados oficiais de população levantados pelo IBGE. O repasse anual de 2006 (Tabela 21) demonstra que o Rio Grande do Norte e o Seridó, receberam valores relativamente baixos, tendo em vista as condições sociais dos mesmos.

Tabela 21 – RN e Seridó Potiguar: Repasse Constitucional - FPM – 2006

RN Região Municípios	Repasse Constitucional FPM Valor Total (R$)	% do município e da região em relação ao estado	% do município em relação à região
RN	**732.334.633,72**	**100,00**	**-**
Seridó Potiguar	**84.046.883,60**	**11,48**	**-**
Acari	3.577.180,64	0,49	4,26
Caicó	9.837.245,85	1,34	11,70
C. dos Dantas	2.682.885,59	0,37	3,19
Cerro Corá	3.577.180,64	0,49	4,26
Cruzeta	2.682.885,59	0,37	3,19
Currais Novos	7.822.667,55	1,07	9,31
Equador	2.682.885,59	0,37	3,19
Florânia	2.892.012,83	0,39	3,44
Ipueira	2.682.885,59	0,37	3,19
Jardim de Piranhas	3.577.180,64	0,49	4,26
Jardim do Seridó	3.577.180,64	0,49	4,26
Jucurutu	5.365.770,75	0,73	6,38
Lagoa Nova	3.577.180,64	0,49	4,26
Ouro Branco	2.682.885,59	0,37	3,19
Parelhas	5.365.770,75	0,73	6,38
Santana do Seridó	2.682.885,59	0,37	3,19
São Fernando	2.682.885,59	0,37	3,19
São João do Sabugi	2.682.885,59	0,37	3,19
São José do Seridó	2.682.885,59	0,37	3,19
São Vicente	2.682.885,59	0,37	3,19
Serra Negra do Norte	2.682.885,59	0,37	3,19
Tenente Laurentino Cruz	2.682.885,59	0,37	3,19
Timbaúba dos Batistas	2.682.885,59	0,37	3,19

Fonte: Tesouro Nacional, 2006
Org. AZEVEDO, F. F. de (2007)

Nota-se que, embora relativamente baixos, os valores do FPM repassados pelo Governo Federal aos municípios seridoenses, se constituem numa importante fonte de

recursos para as prefeituras que, se bem aplicados podem proporcionar certas melhorias para a população. É importante frisar que a distribuição dos valores é proporcional ao contingente populacional de cada município. Caicó e Currais Novos são os municípios que se destacam em termos de valores.

No que se refere ao FUNDEF, trata-se de uma contribuição criada em 1996 através da emenda constitucional nº 14, de 12 de setembro, regulamentado pela lei nº 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997, implantado em 1 de janeiro de 1998.

Esse fundo foi criado para servir exclusivamente à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público, bem como para a valorização do magistério. Nos estados o mesmo é composto por recursos do próprio governo estadual e de seus municípios. Esse fundo é constituído por 15% do: a) Fundo de Participação do Estado (FPE); b) Fundo de Participação dos Municípios (FPM); c) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); d) Recursos relativos à desoneração de exportações, de que trata a Lei Complementar nº 87/96; e e) Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPI-exp.). Tais recursos, auferidos conforme descrito acima é redistribuído, ao estado e aos seus municípios proporcionalmente ao número de matrículas no ensino fundamental das respectivas redes de ensino, conforme Censos Escolares do Ministério de Educação.

No Rio Grande do Norte, assim como nos municípios da área estudada, os valores desse fundo apresentam-se bastante inferiores ao FPM, o que deveria ser superior haja vista a necessidade de maior valorização do sistema educacional. É importante destacar que, embora Caicó tenha o maior número de habitantes entre os municípios da região, Currais Novos, segundo maior município em termos de população, apresenta o maior volume de recursos recebidos deste fundo. Lagoa Nova que apresenta um reduzido contingente populacional, se

comparado a Caicó e Currais Novos, recebeu em 2006 um valor próximo ao valor recebido pelo município com maior número de população, nesse caso Caicó (Tabela 22).

Tabela 22 – RN e Seridó Potiguar: Repasse Constitucional – FUNDEF – 2006

RN Região Municípios	Repasse Constitucional FUNDEF Valor Total (R$)	% do município e da região em relação ao estado	% do município em relação à região
RN	**404.192.991,28**	-	-
Seridó Potiguar	**35.996.745,56**	**8,91**	-
Acari	1.278.327,84	0,32	3,55
Caicó	3.944.814,15	0,98	10,96
C. dos Dantas	968.867,78	0,24	2,69
Cerro Corá	2.150.738,02	0,53	5,97
Cruzeta	835.711,66	0,21	2,32
Currais Novos	5.473.569,73	1,35	15,21
Equador	1.093.385,07	0,27	3,04
Florânia	903.113,21	0,22	2,51
Ipueira	204.256,83	0,05	0,57
Jardim de Piranhas	2.375.495,76	0,59	6,60
Jardim do Seridó	1.804.069,12	0,45	5,01
Jucurutu	2.427.293,69	0,60	6,74
Lagoa Nova	3.198.558,61	0,79	8,89
Ouro Branco	630.842,94	0,16	1,75
Parelhas	2.105.327,06	0,52	5,85
Santana do Seridó	233.289,25	0,06	0,65
São Fernando	709.317,20	0,18	1,97
São João do Sabugi	773.973,31	0,19	2,15
São José do Seridó	944.312,76	0,23	2,62
São Vicente	848.616,21	0,21	2,36
Serra Negra do Norte	1.514.271,05	0,37	4,21
Tenente Laurentino Cruz	1.259.951,53	0,31	3,50
Timbaúba dos Batistas	318.642,78	0,08	0,89

Fonte: Tesouro Nacional, 2006
Org. AZEVEDO, F. F. de (2007)

Em 2006 Ipueira recebeu o menor volume de recursos do FUNDEF, sendo esse um dos municípios com um dos menores contingentes populacionais da região.

Além das fontes de recursos acima, o SUS também se constitui numa importante fonte de renda para as Prefeituras Municipais da região do Seridó (Tabela 23). Em 2006 Caicó recebeu mais de 34% do volume de recursos destinado pelo SUS à região. Vale lembrar que este município dispõe do maior número de hospitais públicos e/ou filantrópicos da região, em termos proporcionais. Em volume de recursos recebidos, na seqüência aparece Currais Novos, Parelhas, Jucurutu, Lagoa Nova e Cerro Corá, como maiores recebedores do SUS.

É importante considerar que Currais Novos dispõe de um importante hospital regional, o que possivelmente tem demandado um volume maior de recursos face aos repasses feitos.

Tabela 23 – Seridó Potiguar: Repasses do SUS – 2006

Região Municípios	Repasses do SUS	% do município em relação à região
	Valor Total (R$)	
Seridó Potiguar	**23.303.328,86**	**100,00**
Acari	874.861,10	3,75
Caicó	8.000.057,09	34,33
C. dos Dantas	478.831,82	2,05
Cerro Corá	968.406,71	4,16
Cruzeta	422.844,24	1,81
Currais Novos	2.062.387,77	8,85
Equador	399.588,53	1,71
Florânia	830.420,19	3,56
Ipueira	194.414,10	0,83
Jardim de Piranhas	722.746,60	3,10
Jardim do Seridó	723.110,14	3,10
Jucurutu	1.549.529,19	6,65
Lagoa Nova	1.043.894,89	4,48
Ouro Branco	322.071,70	1,38
Parelhas	1.899.400,61	8,15
Santana do Seridó	104.157,88	0,45
São Fernando	232.360,37	1,00
São João do Sabugi	346.829,37	1,49
São José do Seridó	308.855,50	1,33
São Vicente	490.843,18	2,11
Serra Negra do Norte	759.081,62	3,26
Tenente Laurentino Cruz	408.186,86	1,75
Timbaúba dos Batistas	160.449,40	0,69

Fonte: Fundação Nacional de Saúde, 2006
Org. AZEVEDO, F. F. de (2007)

Os dois municípios seridoenses que receberam menos recursos do SUS em 2006 foram, sucessivamente, Santana do Seridó e Timbaúba dos Batistas, o que indica que a população desses municípios recorre à estrutura médica-hospitalar de outros municípios como Caicó, Currais Novos ou Parelhas.

Além das fontes de recursos acima, nota-se que os benefícios concedidos pelo INSS através, principalmente, de aposentadorias, se constituem numa importante fonte de renda para os municípios seridoenses. Apesar de não dispor dos dados para a região especificamente, o demonstrativo do estado e da região Nordeste indica a importância da injeção de recursos provenientes dessa fonte na economia regional (Tabela 24).

Tabela 24: Brasil: Número de Aposentadorias do INSS e Volume de Recursos por Clientela Urbana e Rural- 2006

Brasil, Regiões e Rio Grande do Norte	Número de Beneficiários/Aposentadorias				Valor (R$)				Valor médio (R$)		
	Total	% do total	Clientela		Total	% do total	Clientela		Total	Clientela	
			Urbana	Rural			Urbana	Rural		Urbana	Rural
BRASIL	24.593.390	100,00	17.088.587	7.504.803	12.635.504.460	100,00	10.181.274.304	2.454.230.156	513,78	595,79	327,02
SUDESTE	11.265.968	45,81	9.701.973	1.563.995	6.765.324.724	53,54	6.234.116.227	531.208.497	600,51	642,56	339,65
NORDESTE	6.625.579	26,94	3.075.350	3.550.229	2.625.140.175	20,78	1.486.572.505	1.138.567.670	396,21	483,38	320,70
Rio Grande do Norte	429.128	1,74	203.296	225.832	167.275.103	1,32	94.654.428	72.620.675	389,80	465,60	321,57
SUL	4.309.801	17,52	2.889.702	1.420.099	2.218.057.293	17,55	1.741.971.872	476.085.421	514,65	602,82	335,25
CENTRO-OESTE	1.243.367	5,06	855.472	387.895	573.626.387	4,54	446.102.806	127.523.581	461,35	521,47	328,76
NORTE	1.148.675	4,67	566.090	582.585	453.355.881	3,59	272.510.894	180.844.986	394,68	481,39	310,42

Fonte: DATAPREV/INSS, Dez/2006

Nota-se que o Nordeste detém o segundo maior número de aposentados entre as macro-regiões brasileiras, perdendo apenas para o Sudeste. A maior parte dos aposentados constitui-se de clientela rural, cujo valor médio da aposentadoria apresenta-se inferior ao da clientela urbana. No Rio Grande do Norte, percebemos que esse quadro não difere muito do regional, ou seja, a clientela rural que recebe recursos do INSS é superior à clientela urbana, ao mesmo tempo em que o valor médio recebido pela clientela rural é inferior ao da clientela urbana. Vale frisar que o número de aposentadorias concedidas pelo INSS no estado corresponde a mais de 15% da população estadual, isso se considerarmos os dados do IBGE referentes ao ano 2000. Ou seja, trata-se de um número bastante elevado de aposentados, que provavelmente contribuem com a sustentação econômica das suas respectivas famílias, especialmente no interior do estado onde a oferta de emprego é, normalmente, bastante reduzida.

Portanto, entendemos que, embora reduzidos, mas, se melhor administrados, tais recursos públicos podem trazer para a sociedade regional, em geral, mudanças sociais mais significativas, podendo, inclusive, criar alternativas viáveis de desenvolvimento, com mais autonomia e menor dependência da população perante o setor público. Observamos que se estabeleceu no interior da sociedade em análise a cultura da dependência pública, onde a população sobrevive com parcos recursos governamentais, recebendo baixíssima remuneração e donativos na forma de alimentos, a exemplo do leite e outros.

A partir da análise empírica desenvolvida com base no trabalho de campo, entendemos que outra fonte de renda importante para a população regional, diz respeito ao envio de dinheiro por parte de parentes que residem em outras regiões do estado e do país. Foi muito comum nos relatos dos entrevistados, afirmações que confirmam a hipótese de ajuda de terceiros, parentes e agregados, às famílias seridoenses, até porque a solidariedade e a partilha é uma marca característica da cultura sertaneja. É óbvio que para quantificar e mensurar isso

caberia uma pesquisa acurada sobre tal fenômeno, porém, pode-se inferir que, também essa alternativa se constitui numa fonte de renda importante para a família sertaneja.

A partir do que foi exposto, entendemos que, dentre os programas desenvolvidos na região, a maior parte apresenta enfoque socioassistencial, ou seja, são políticas públicas compensatórias. O PRONAF é um dos poucos exemplos, cujo enfoque não coincide completamente com os programas sociais. Trata-se de um Programa que, não obstante os problemas apresentados, visa, principalmente, ao desenvolvimento rural. No próximo capítulo analisaremos o PRONAF observando a valorização, ou não, da cultura local na sua implementação, assim como seus resultados, impactos e entraves na área estudada.

4 – CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS: uma análise do LEADER e do PRODER na Europa e do PRONAF no Rio Grande do Norte

Ao estudar a atuação do Estado nos diferentes segmentos da sociedade brasileira observamos que, além dos programas sociais, algumas atuações existem no sentido de minimizar as desigualdades sociais e/ou regionais. É o caso, por exemplo, dos programas que fomentam o desenvolvimento rural, não obstante os problemas existentes. Nesse contexto, podemos destacar o LEADER e o PRODER na Europa e o PRONAF no Brasil.

O PRONAF é um bom exemplo de política pública que visa ao desenvolvimento territorial rural, embora diversos problemas operacionais dificultem melhorias efetivas e mais amplas no meio rural, especialmente no universo de agricultores abrangidos.

Neste capítulo, discutiremos alguns aspectos da implantação do PRONAF no Rio Grande do Norte, especialmente na região do Seridó, atentando-se para a importância atribuída à cultura na elaboração desse Prgorama e para os problemas funcionais inerentes a este. Mostraremos as características e os elementos internos do mesmo, assim como os principais resultados do seu funcionamento.

Nesse sentido, analisaremos o volume de crédito disponível para a agricultura familiar regional e para ações que visam o desenvolvimento local, fazendo uma análise comparativa com a política de crédito agrícola. Pretendemos, assim, evidenciar as desigualdades setoriais e regionais na distribuição dos recursos para o espaço rural brasileiro e como isso entrava o processo de desenvolvimento amplo e integrado.

Além dessas questões, analisaremos as principais políticas de desenvolvimento rural européias, particularmente espanholas, buscando entender a importância atribuída à cultura na implementação e operacionalização dessas. Usaremos como exemplo o LEADER, promovido pela União Européia, e o PRODER, desenvolvido pelo governo espanhol, visando compará-los à realidade brasileira. É importante reconhecer que cada um desses contextos culturais

difere entre sí, apresentando particularidades e especificidades, assim como processos históricos bastante distintos, o que significa dizer que não é essa uma condição *sine qua non* de análise que deverá influenciar o processo de implementação de políticas públicas para o espaço rural brasileiro.

4.1. As experiências do LEADER e do PRODER e a valorização da cultura local e regional

Diferentemente do que ocorre no Brasil, quando se planeja políticas públicas para a sociedade, nos países europeus a cultura tem importância fundamental no âmbito do planejamento governamental. Geralmente, parte-se da cultura existente para se tentar aperfeiçoar e melhorar as condições sociais de vida da população. Há distinções, é claro, até porque os países europeus apresentam condições sociais bastante favoráveis se relacionados ao Brasil. Isso não significa dizer que nesses países não existem problemas, mas que, não obstante as necessidades de mudanças em algumas questões, há avanços consideráveis em termos comparativos.

Aqui intentaremos discutir a importância atribuída à cultura, quando da implementação de políticas públicas, especialmente para a população rural dos países europeus, principalmente no caso espanhol, a partir das experiências dos programas LEADER e PRODER, relacionando-os à realidade de planejamento rural e regional no Brasil.

Sem que se pretenda analisar comparativamente realidades tão distintas, vale frisar que no caso europeu a valorização da representação cultural regional e local vem sendo desenvolvida de forma mais ou menos integrada e articulada. Em alguns países, isso existe há décadas, conforme exemplos analisados a seguir no âmbito dos programas LEADER e PRODER.

Inicialmente é importante traçar um breve histórico do planejamento público que se está analisando na Europa. Nas últimas décadas, os países europeus buscaram adotar uma

Política Agrícola Comum entre os países membros da União Européia. Tal política foi adotada em meados do século XX, mais especificamente em 1958, a partir dos Tratados de Roma, e vem sendo aperfeiçoada desde então. Durante boa parte do período de sua execução, a PAC teve um caráter estritamente mercadológico e produtivista, na defesa de uma política de livre mercado, o que comprometeu parcialmente sua contigüidade.

Diante das várias reformas feitas a partir das décadas de 1970/80, mais marcadamente em 1992, 2000 e 2003, a PAC passou por várias mudanças nas suas bases de funcionamento. Isso ocorreu devido à inserção de novos países na União Européia, mas, sobretudo, porque seus resultados mostravam claramente limites e deficiências, sem mudanças efetivas no âmbito das relações sociais de produção dos espaços rurais da maioria dos países europeus.

Tais reformas buscaram essencialmente estabelecer um modelo de agricultura pautado nos marcos da multifuncionalidade, baseando-se "nos princípios econômicos de ocupação e ordenamento do território e na conservação e manutenção do meio ambiente e da paisagem". (LOCATEL, 2004, p. 344). A PAC apresenta dois pilares de sustentação: um, composto pelas políticas de mercado e ajudas diretas às formas de renda relacionadas ao mercado; e o outro, composto pelas políticas socioestruturais de caráter mais territorial.

No entanto, a distribuição do volume de recursos destinados a ajudar diretamente as formas de rendas vinculadas ao mercado mostra-se bastante desigual entre os diferentes agentes receptores, havendo forte concentração percentual no âmbito da agricultura empresarial que, no caso espanhol, está representada por pessoas jurídicas, sociedades mercantis, cooperativas, entre outras entidades, em detrimento dos outros agentes da agricultura nos moldes familiares, por exemplo (LOCATEL, 2004).

Já no pilar composto pelas políticas socioestruturais, pode-se observar uma certa ação compensatória para com os agricultores prejudicados e desfavorecidos pela política de

preços e mercados. Dessa forma, atribui-se ao agricultor novas funções que ajudam e incentivam a "manter um modelo de produção baseado no apoio à agricultura familiar e no fomento ao mundo rural, equilibrado e vivo". (LOCATEL, 2004, p. 348). Tais atribuições envolvem práticas de proteção e conservação do espaço natural e preservação do tecido social rural.

Um dos grandes desafios do presente, não só para os países subdesenvolvidos, mas para quase todas as nações do mundo, tem sido desacelerar a redução acentuada da população rural ativa, tendo em vista as seduções da modernidade que convencem cada vez mais pessoas a considerarem a cidade como o melhor lugar para se viver.

Existem quatro tipos fundamentais de ajuda à população rural no sentido de frear o processo de abandono do campo: 1) ajuda à renda, a qual se constitui numa forma de indenização compensatória aos agropecuaristas de zonas desfavorecidas (montanhosas, com risco de despovoamento e com dificuldades especiais); 2) ajuda para melhorias estruturais e de condições produtivas, como, melhorias em infra-estrutura viária, implementação de métodos de irrigação, assistência técnica aos produtores, etc. 3) ajuda para a melhoria e proteção ambiental; e, 4) ajuda à diversificação econômica das atividades rurais, aí inclusos projetos de incentivo ao turismo rural, produção e aperfeiçoamento do artesanato local, recuperação e conservação do patrimônio histórico e cultural etc.

Desses quatro tipos de ajuda, chama-nos especialmente a atenção a que fomenta melhorias estruturais e nas condições produtivas, pois, além de fomentar avanços nas estruturas produtivas agrárias e infra-estruturas em geral, também incentiva a instalação de jovens no campo, o cesse, ou aposentadoria antecipada, aperfeiçoamento do sistema de comércio, transformação e beneficiamento da produção, incentivo à prática do associativismo e o fomento à qualidade de produção e denominação de origem.

Nesse último aspecto, a ajuda está diretamente relacionada ao fator cultural, pois estimula a divulgação e o comércio de determinados produtos e serviços que trazem uma carga cultural muito forte. Os intitulados produtos com denominação de origem são resultado de uma identidade social própria, os quais envolvem um conjunto de valores, conhecimentos e práticas que se traduzem e se refletem nesses produtos alimentícios, no vestuário e no artesanato.

Avaliando os resultados da PAC até fins da década de 1980, observamos que vários avanços ocorreram especialmente nos âmbitos do setor de comércio e do setor produtivo. Entretanto, o modelo até aí vigente dava sinais claros de fragilidades e deficiências, o que levou a União Européia a buscar novas experiências e iniciativas integradoras de desenvolvimento.

No início dos anos 1990 foi adotado o Programa LEADER que, traduzido da língua francesa, significa *Relações Entre Atividades de Desenvolvimento da Economia Rural.* Esse Programa

> surge dentro da União Européia como resposta aos interesses produzidos em torno da nova concepção de desenvolvimento rural, como medida para fazer frente a crise do mundo rural e da incapacidade constatada na implementação das políticas agrárias até o início da década de 1990, para tentar resolver problemas como esvaziamento populacional de determinadas regiões, envelhecimento e masculinização da população rural, degradação de recursos naturais, entre outros. (LOCATEL, 2004, p. 353).

Portanto, o LEADER corresponde ao conjunto de políticas de desenvolvimento rural implementado nos países membros da União Européia, sustentado com recursos provenientes de fundos comunitários desse grupo de Estados. Desde o início de sua execução o LEADER tem passado por três diferentes etapas: o LEADER I, o qual foi implementado entre 1991 e 1994, o LEADER II que foi desenvolvido de 1994 a 1999 e o LEADER Plus que se desenvolveu no período de 2000 a 2006.

A implantação do LEADER I estabelece um marco histórico no contexto das políticas públicas européias, merecendo destaque pelo caráter territorial, integrador e participativo que tais políticas passaram a ter a partir do mesmo. O LEADER II difundiu o enfoque do LEADER I, dando maior atenção ao caráter inovador dos projetos propostos a partir de então. (MAPYA, 2006).

Porém, o Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação do governo espanhol admite que a aplicação do LEADER II passou por vários problemas em diversos Estados da União Européia, problemas do tipo: atrasos na seleção dos beneficiários, conseqüentemente, "en la puesta en marcha de los programas, la precariedad de las asociaciones creadas (G.A.L.) debido a una mala definición de funciones, la acumulación de procedimientos burocráticos y una dispersión de los recursos financieros entre un número muy elevado de grupos de acción local que restaron cierta eficacia a las intervenciones" (WWW.MAPYA.ES, 2006). Nessa etapa foi implantado, somente na Espanha, um total de 133 programas vinculados ao LEADER.

A partir dessa nova linha de atuação das políticas públicas européias, fundamentadas especialmente no enfoque territorial e numa perspectiva comunitária, integrada e integradora, o desenvolvimento do campo adquire nova força, fazendo surgir um novo conjunto de fatores e situações favorecedoras à vida no campo.

Já o LEADER + ou LEADER Plus corresponde à última etapa do Programa, desenvolvido no período de 2000 a 2006. Diante do exposto, observamos que o LEADER foi aperfeiçoado, passando a dispor de novas propostas de funcionamento, como: "utilização de novos conhecimentos e tecnologias, melhoria da qualidade de vida em zonas rurais, valorização dos produtos locais e valorização dos recursos naturais e culturais". (LOCATEL, 2004, p. 354).

Ao avaliar a importância e os resultados do LEADER em suas distintas fases de implementação, Pérez (2001, p. 271) enfatiza que as mudanças principais são:

> en primer lugar, el reforzamiento de la gestión local, apostando por una participación equilibrada de los diferentes agentes y actores de los espacios rurales; en segundo lugar, el reforzamiento de la cooperación entre territorios rurales, como método de aprendizaje mutuo, como forma de conseguir la masa crítica necesaria para determinados proyectos, o como vía para obtener efectos multiplicadores y a la vez cumplir con en el papel de demostración que se les supone a los territorios LEADER; la tercera novedad es el diseño de unas estrategias de desarrollo muy centradas en las principales fortalezas de los diferentes territorios, para evitar la excesiva dispersión que con cierta frecuencia se había dados en las anteriores iniciativas de desarrollo rural, LEADER I y II.

Observamos que o aumento da participação dos agentes e atores sociais no sentido de buscarem suas próprias melhorias de vida tem sido um fator fundamental, incentivado e estimulado por tais políticas de governo. Diferentemente da maioria das políticas e programas governamentais desenvolvidos no Brasil, os quais geram cada vez mais comodismo social e dependência da população perante o setor público.

Nesse sentido, observamos que a população é a principal responsável por sua história de mudança e de superação. Todavia, a classe de baixa renda no Brasil não dispõe de equilíbrio e força de transformação, isso porque existe historicamente um quadro de pobreza e um Estado provedor, paternalista e assistencialista.

Outros resultados importantes são verificados diante do reforço cooperativo entre os diferentes territórios onde tais programas atuam, pois, daí resulta um processo de aprendizagem mútua com condições tais que geram efeitos multiplicadores positivos no processo de busca por avanços sociais.

Mas de todas as novidades e caracteres de mudanças trazidas pelo LEADER, em nosso entendimento, a valorização das forças culturais, específicas dos diferentes territórios, e a credibilidade, com autoconfiança das populações locais, são as marcas mais significativas e relevantes, pois tais ações incutem na população o senso de responsabilidade sobre seu próprio destino, considerando e valorizando o que já existe de valores, conhecimento e forças que movem gerações, incentivando a busca constante pela auto-resolução dos seus problemas.

Na Espanha, a experiência do PRODER também tem seguido, via de regra, a mesma linha do LEADER, com uma distinção básica: trata-se de um Programa governamental espanhol, não da União Européia, embora sua base de funcionamento se assemelhe à anterior. Assim, o PRODER surgiu para suprir a insuficiência deixada pelo LEADER II.

O PRODER foi criado pelo governo espanhol objetivando "el impulso del desarrollo endógeno sostenible, a través de la diversificación de la economia rural como única alternativa que puede garantizar el mantenimiento de la población en el médio rural, frenando la regresión demográfica y elevando las rentas y el bienestar social". (MACÍAS, 2000, p.615).

Ao discutir a ação do PRODER na Espanha e seus objetivos enquanto Programa de base territorial rural, Viñas e Royano (2000, p. 626) afirmam que o mesmo busca "proporcionar una mayor vitalidad a las zonas rurales a través de la creación de nuevas actividades y del estímulo de los agentes locales, aprovechando potencialidades del territorio que, hasta ahora, se habían subestimado".

De acordo com as autoras, para lograr tais objetivos, o PRODER se organiza em torno de oito medidas, as quais buscam:

> "1. valorización del patrimonio rural. Renovación y desarrollo de núcleos de población con predominio de la actividad agraria. 2. Valorización del patrimonio local. Renovación y desarrollo de núcleos de población sin predominio de la actividad agraria. 3. Fomento de inversiones turísticas en el espacio rural: agroturismo. 4. Fomento de inversiones turísticas en el espacio rural: turismo local. 5. Fomento de pequeñas y medianas empresas, actividades de artesanía y servicios. 6. Servicios a las empresas en el medio rural. 7. Revalorización del potencial productivo agrario y forestal. 8. Mejora de la extensión agraria y forestal". (VIÑAS; ROYANO, 2000, p. 626).

Diante do exposto, observamos que a valorização do patrimônio cultural local é um fator de fundamental importância na implementação e desenvolvimento dos programas europeus, a exemplo do PRODER. Além do mais, busca-se o fomento do desenvolvimento de outras atividades não necessariamente agrícolas para agregar valor à renda dos seus agentes, como é o caso do turismo e outras atividades como o artesanato e a prestação de serviços especializados. Não deixando de lado também uma preocupação cautelar com a preservação e

melhorias das condições ambientais. De fato, o turismo rural é uma atividade bastante incentivada por esse Programa, atrelando também o artesanato e a prestação de serviços.

Todos os projetos implementados a partir dos incentivos do PRODER são operacionalizados pelos GALs os quais também administram as inversões financeiras dos referidos projetos. De modo geral, na Espanha as inversões financeiras de recursos privados têm alcançado um patamar cada vez mais elevado se comparadas às inversões do capital público, ou seja, trata-se do aumento da capacidade de auto-gestão e auto-financiamento dos agentes abrangidos por tal política, os quais vêem os incentivos públicos como um impulso inicial para a superação de problemas, não como um meio de dependência e um objetivo único e exclusivo.

Ao mostrar como isso ocorre, Viñas e Royano (2000) afirmam que o Programa tem atuado com maior força no sentido de dotar o meio rural de uma série de equipamentos e infra-estruturas imprescindíveis para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento econômico, estimulando a população através de incentivos públicos que põem em marcha projetos variados, o que tende a favorecer a diversificação de atividades, bem como a dinamização econômica e social, além de proporcionar melhorias do capital humano através da formação e qualificação, algo que aparece como um dos requisitos principais para se lograr o desenvolvimento econômico do setor. Ademais, observamos que,

> otro aspecto positivo ha sido que las propuestas no han nacido exclusivamente de la decisión de los G.A.L. sino, sobre todo, de la propia población, en un proceso que no se ha resuelto de arriba abajo, sino a través de la negociación entre los particulares, como demandantes de ayudas, y los G.A.L. como encargados de la distribución de los fondos públicos. Por eso, aunque el Programa ha tratado de fijar unas líneas de inversión, ha tenido un peso muy fuerte la iniciativa de los habitantes de las comarcas afectadas de modo que los recursos públicos se han adaptado, en gran medida, a las demandas de los particulares. Este parece ser el factor decisivo que ha favorecido la amplia participación privada en el Programa. (VIÑAS; ROYANO, 2000, 631).

Dessa forma, percebemos que as ações desses programas têm dado resultados bastante positivos, principalmente, porque, há envolvimento e comprometimento da população com a operacionalização dos mesmos, o que faz surgir outros projetos. Um bom

exemplo disso é o que está ocorrendo na Comunidade Autônoma de Andalucía, a qual no final do ano 2000 dispunha de 49 grupos de desenvolvimento local, sendo 22 referentes ao LEADER, cobrindo uma superfície total de quase metade da Comunidade e aproximadamente 15% do total da população, e 27 grupos pertencentes ao PRODER, abrangendo uma superfície de quase 40% do território andaluz e um universo populacional aproximado dos 30%. Isso equivale a "89% de la superficie andaluza y que el 44% de la población total de la comunidad haya sido beneficiada por alguno de los programas". (BECERRA et al., 2000, p. 641).

Esse exemplo é particularmente importante porque a Comunidade de Andalucía apresenta uma das maiores participações na Espanha, em termos de superfície territorial (87.602 Km^2), e em termos de contingente populacional (7.606.848 hab.), se relacionada às demais comunidades autônomas daquele país. Também porque, essa é uma das regiões que apresenta os indicadores socioeconômicos mais reduzidos, abaixo, inclusive, da média espanhola. Em 2003, o PIB *per capita* andaluz equivalia a 13.695 euros, enquanto o PIB *per capita* espanhol equivalia a 18.208 euros, ou seja, o PIB andaluz é aproximadamente 25% inferior à realidade nacional (HUELVA, 2005).

O PRODER, assim como o LEADER, também apresenta etapas distintas em sua execução. O PRODER I durou de 1996 a 1999, com implementação em 10 das 17 Comunidades Autônomas da Espanha. Nessa etapa, o objetivo central do Programa foi de beneficiar comarcas até então não beneficiadas pela iniciativa LEADER. O PRODER II abrange o período de 2000 a 2006, a mesma fase do LEADER Plus (MAPYA, 2006).

De acordo com Locatel (2004), a diferença principal entre o LEADER Plus e o PRODER está no nível de exigências, ou seja, no Programa da UE as ações precisam ser inovadoras e transferíveis, já no Programa espanhol isso não é exigido, mas sua aplicação não pode ocorrer em áreas abrangidas pelo primeiro, exceto nas Comunidades Autônomas de Andalucía e Madrid.

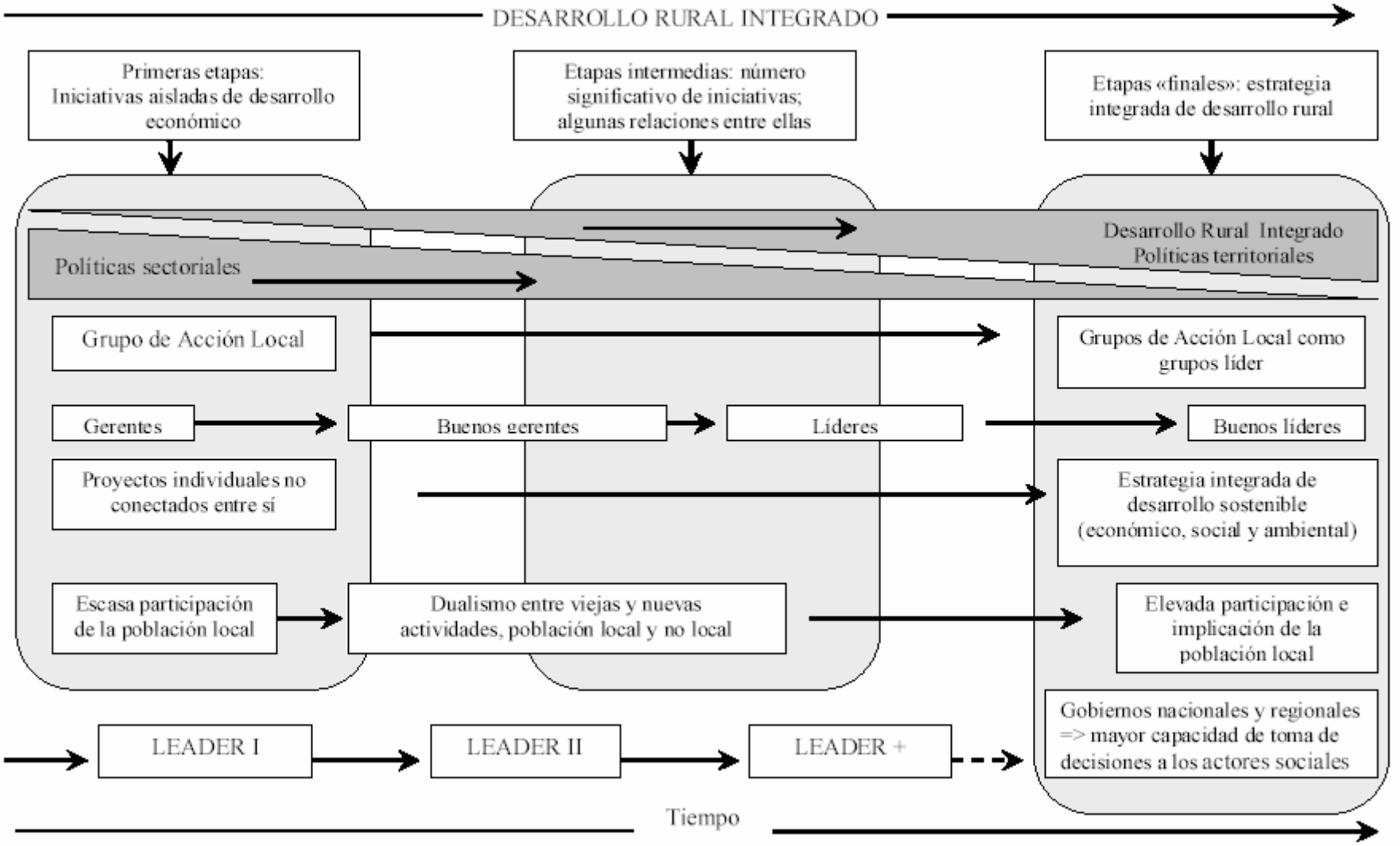
A fase inicial de implementação das iniciativas LEADER e PRODER apresenta vários problemas e dificuldades que foram sendo superadas ao longo das demais etapas. Por exemplo, no início do seu funcionamento, tais iniciativas eram um tanto quanto isoladas e pouco conectadas com os problemas existentes; já na etapa LEADER Plus e PRODER II, nota-se um nível de desenvolvimento endógeno mais integrado, com ações mais abrangentes e ao mesmo tempo mais comprometidas com os vários tipos de problemas existentes nas diferentes regiões. Some-se a isso, a credibilidade e o maior envolvimento da população, a qual passou a comprometer-se cada vez mais com a resolução dos seus próprios problemas. Isso significa dizer que, ao longo das etapas de funcionamento, esses programas adquiriram maior credibilidade e confiabilidade da população.

Tudo isso resultou numa maior dinamização do processo de avanço social e econômico local. Tal processo ocorreu associado a avanços em várias direções como: profissionalização e capacitação de pessoal, adoção de estratégias de desenvolvimento a médio e longo prazo, larga difusão de tecnologias e idéias importantes entre outras mudanças positivas. Alguns desses avanços podem ser visualizados no fluxograma 1.

No caso do LEADER, as contribuições mais importantes têm sido no sentido de gerar articulação territorial entre os atores locais, servir como instrumento de ordenação territorial a partir da cooperação supramunicipal e transnacional, incitar a constituição e funcionamento de grupos de base local que sirvam de mecanismos de participação de agentes políticos, econômicos e sociais, e avançar no exercício do diálogo e da democratização.

O LEADER tem servido, ainda, como instrumento de aprendizagem e formação para o desenvolvimento de áreas menos favorecidas, formando gestores líderes e técnicos. Além do mais, o LEADER tem contribuído no sentido de melhorar a capacidade de tomada de decisões por parte dos agentes locais, reafirmando e incitando o nacionalismo ou até mesmo a europeização nos países membros, dentre outros avanços ((PÉREZ; TUR; GARRIDO, 2000).

Fluxograma 01 – Aproximação teórica ao LEADER como desenvolvimento rural integrado e a situação nas áreas rurais espanholas



Fonte: PÉREZ, J. E.; TUR, J.N.; GARRIDO, M.D.P., 2000. p. 105.

Tudo isso está relacionado a alguns fatores que são favoráveis a esse processo, por exemplo, com a capacidade, que é histórica na Europa, de organização e mobilização social; por conseguinte, com a capacidade política desse continente, bem como com a capacidade de articulação e planejamento estratégico integrado das diferentes esferas público-privadas, fatores esses relacionados entre si e com um contexto cultural específico.

Vale salientar que uma das premissas básicas desses programas é a otimização do aproveitamento dos recursos naturais e culturais. Ao discutir as funções sociais da cultura, Verhelst (1994, p. 1) afirma que cultura é algo vivo e, por isso, deve ser preservada. A mesma é "compuesta tanto por elementos heredados del pasado como por influencias exteriores adoptadas y novedades inventadas localmente, ésta ejerce importantes funciones en la sociedad".

Já Kayser (1994, p. 7) defende que "cualquiera que sea la forma que adopte la cultura, ésta constituye el mejor y más eficaz de los vectores del desarrollo ya que contribuye a la valorización del potencial colectivo y favorece el crecimiento de la personalidad de los individuos". Kayser (1994) destaca ainda a importância dos atores sociais e das associações cujas ações apóiam, cruzam e amplificam a ação dos poderes públicos, associações essas, que mobilizam organizadamente propostas elaboradas de desenvolvimento. Quanto mais mobilizada e organizada for uma comunidade, através de associações e movimentos politizados, maiores as possibilidades de êxito da mesma.

Para Verhelst (1994), a cultura possui funções sociais que são bastante importantes para a vitalidade e para o desenvolvimento da comunidade, pois proporciona uma auto-estimação de si mesma, serve como um mecanismo de seleção em relação às numerosas influências externas, inspira estratégias de resistências, sendo, sobretudo, um dinamismo que proporciona sentido e razão de ser às coisas e aos fatos.

Ao tratar do amplo debate gerado em torno do desenvolvimento, relacionando à cultura, Martín (2000) enfaticamente defende que é importante revisar alguns conceitos usuais que têm configurado as políticas e práticas de desenvolvimento. Ademais, discorre que devemos continuar a reflexão em torno de questões e processos como:

> el orden y la escala de los valores, las políticas sociales y los comportamientos colectivos, la identificación de las necesidades humanas y la forma de satisfacerlas. Sobre la capacidad de las personas de actuar o adaptarse a las nuevas realidades tecnológicas o políticas. Estamos hablando de cultura, de valores. ¿Qué cultura tenemos? ¿Existe la cultura rural? El hecho es que las culturas autóctonas van siendo destruidas por la cultura estandar dominante y la esterilización de las raíces culturales de muchas comunidades rurales es una situación, infelizmente, irreversible. (MARTÍN, 2000, p. 87-88).

O autor ainda ressalta que a função de geração e difusão de idéias tem sido assumida parcialmente pelos meios de comunicação, os quais controlam o poder da elaboração e difusão de idéias sem possibilidade real de intercâmbio. Especialmente a televisão tem tido um forte poder de persuadir e construir a realidade, usurpando da sociedade seu protagonismo, determinando valores, comportamentos e gostos, baseados geralmente na frivolidade, mediocridade, morbidez e competitividade.

Para Martín (2000, p. 88), "sin embargo, la época histórica actual es más compleja y rica en manifestaciones de dinamismo social que el que se presenta en el panorama cotidiano-normal de los medios de comunicación". Mostra disso são os processos de retorno ao território e às identidades, como resposta a um mundo global que homogeneíza e controla, mas que leva à tendência ao renascimento e a revalorização das culturas tradicionais, como forma de sabedoria em favor da sobrevivência no mundo contemporâneo.

A proposta, portanto, é redefinir conceitos e métodos, reeditar a história, elaborar políticas comprometidas com as manifestações culturais locais específicas, direcionadas para o desenvolvimento local integrado e duradouro.

Ao analisar a cultura, enquanto instrumento de incentivo para o desenvolvimento local, Kayser (1994) mostra que as diferenças existentes entre regiões, localidades, pequenas comunidades, gerações e grupos sociais são, sobretudo, diferenças culturais. Por essa razão,

mais conveniente seria tentar consolidar e promover tais diferenças, em vez de esforçar-se para desfazê-las, ou simplesmente não fazer nada e deixá-las ruírem. Para esse autor, o desenvolvimento cultural deve ser considerado como um verdadeiro motor do desenvolvimento econômico e social, não como um luxo do que se pode prescindir ou se usufruir de alguma maneira.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, admitimos que o desenvolvimento local provém da sinergia de forças e das capacidades locais com os meios exógenos, além das inversões privadas ou créditos públicos, tudo isso associado também com o âmbito cultural. Significa dizer que no processo de desenvolvimento o sentido cultural encontra-se estreitamente relacionado aos demais, bem como vinculado à iniciativa local, ao potencial humano, à política propriamente dita, que em seus turnos compreendem o patrimônio histórico e cultural, a natureza e todo o acerco e capacidade criadora e inventiva.

Quando falamos de patrimônio cultural estamos nos referindo a patrimônio material e imaterial, ou seja, ao patrimônio arquitetônico sim, mas, também, às tradições orais, aos conhecimentos especializados peculiares, aos idiomas, aos regionalismos e às expressões locais da cultura.

A natureza é outro componente importante presente na cultura, especialmente nas áreas menos urbanizadas e nos espaços rurais. É ela a componente mais original do meio ambiente, e como tal, "forma parte integrante de la cultura expresándose bajo la forma del paisaje. Ahora bien, como se sabe, esta Naturaleza y sus paisajes han sido cultivados. Incluso los bosques no serían lo que son si no hubieran sido conservados". (KAYSER, 1994, p. 6).

Através de órgãos de Estado, países como a França têm defendido que o desenvolvimento cultural deve servir fundamentalmente como "motor do desenvolvimento econômico e social", não como um luxo para alguns. E, não obstante essa premissa,

> cuando los responsables en materia de desarrollo establecen programas en esta materia, deberían efectuar una reflexión fundamental en torno al equilibrio necesario entre la satisfacción de necesidades culturales y la satisfacción de necesidades

> económicas. Es cierto que en el campo, la simbiosis entre cultura y economía se da a menudo a través de la actividad turística, pero nada impide que los promotores de acciones culturales traten de conciliar la necesidad de atraer un público exterior con la voluntad de satisfacer las aspiraciones del público local, las que raramente tienen la posibilidad de expresarse. (KAYSER, 1994, p. 6).

Para esse autor, a cultura se constitui no ponto de partida para a elaboração de políticas de desenvolvimento, especialmente no espaço rural, pois, muito embora a modernidade prognostique sua extinção nesse espaço, a mesma é importante e forte. Ao defender a permanência da cultura camponesa, embora metamorfoseada e em processo de adaptação aos símbolos e elementos da contemporaneidade, Kayser (1994) usa com bastante propriedade as palavras do escritor espanhol Avelino Hernandez, discorrendo que quando o vento da história é favorável, os elementos vivos das culturas que se perderam recuperam toda a sua força.

Nesse sentido, a cultura rural não está morta, mas continua e continuará viva como as brasas por baixo das cinzas da passagem do tempo. E a sua persistência continuará a reacender o pressentimento de nomes, espaços, ritos, tradições, costumes, festas, como o líquen que se agarra aos velhos ramos da cultura em vigor. (KAYSER, 1994).

Na Europa alguns programas de desenvolvimento, como o LEADER, reconhecem que são poucas as regiões rurais desfavorecidas em matéria de cultura, pois estas geralmente são carregadas de história e de tradições forjadas pelo trabalho de gerações de pessoas, as quais normalmente possuem um rico patrimônio e uma forte identidade cultural. Nesse contexto, a cultura local aparece como fonte de atividades, de orgulho e de bem-estar, podendo ainda ser uma base fundamental para o desenvolvimento (MAPYA, 2006).

4.2. O LEADER e o PRODER: algumas experiências regionais na Espanha

Desde quando foram implantados na Espanha, os programas LEADER e PRODER revelam algumas particularidades e especificidades nos resultados obtidos nas distintas regiões espanholas. No caso da região do Aragón (comunidade autônoma espanhola com

baixa densidade demográfica e amplo espaço rural), percebemos uma cultura regional bastante forte. A região é caracteristicamente marcada por um conjunto de símbolos e valores culturais fortemente relacionados à atividade agropastoril. A mesma ocupa aproximadamente 10% da superfície territorial espanhola; por outro lado, mais da metade dos aragoneses vivem em Zaragoza, o que, segundo Jaime (2005, p. 4) "deja al resto del território con una densidad de población preocupante". Para esse autor,

> las políticas de reequilibrio territorial pasan, evidentemente, por lo que hoy denominamos desarrollo rural, y en éste, la agricultura, o más bien la agroalimentación, puede y debe jugar un papel de primer orden. Esta afirmación no deja de encerrar una gran paradoja, puesto que Aragón ha tenido tradicionalmente un fuerte componente agrario y a la vista está que éste no ha sido capaz de mantener la población y el desarrollo del espacio por excelencia, el medio rural. (JAIME, 2005, p. 4).

Ou seja, apesar dos avanços obtidos a partir das ações dos programas LEADER e PRODER, especialmente em virtude de levarem em consideração a riqueza cultural regional, a mesma necessita de maiores avanços no sentido de estender seu poder econômico de forma mais integrada associando os vetores de produção, transformação e comercialização em escala ampla.

Em termos culturais gastronômicos a região apresenta um potencial bastante rico e diverso, o que proporciona a geração e movimentação anual de um volume substancial de recursos. Isso contribui de forma decisiva para a elevação no nível de emprego rural, o que, para o autor, poderia ser melhor e mais expressivo.

Em uma de suas publicações na Revista Terrarum, Casanova (2003) afirma que a agroalimentação é uma das principais fontes econômicas da região de Aragon, o que tem contribuído para o surgimento de diversas associações que tentam impulsionar os produtos da comunidade em benefício do desenvolvimento rural. Nesse sentido, a mesma afirma que "los productos más ligados a estas asociaciones son lo cárnicos, queso, aceite, pastelería/repostería, cereales, vino, horticultura, aceitunas y frutas, aunque también hay otros como licores, charcutería, salazones o arroz". (CASANOVA, 2003, p.13).

No caso da comunidade autônoma de Cantabria (área montanhosa da Espanha), o PRODER atua em quatro comarcas, atingindo um total de 31 municípios que abrangem aproximadamente 34% do território dessa região e 9% de sua população (VIÑAS; ROYANO, 2000). Embora reconheçam o PRODER como "un instrumento positivo para el medio rural de Cantabria", as autoras entendem que

> por lo que respecta a la distribución por medidas, han existido también graves desigualdades según las comarcas. Teniendo en cuenta que uno de los objetivos del PRODER es tratar de llegar al máximo posible de población a través de pequeñas actuaciones, no puede considerarse muy positivo el que en algún caso concreto se haya concentrado la inversión en pocos y millonarios proyectos, favoreciendo, además, a empresarios ya establecidos y de cierto nivel. (VIÑAS; ROYANO, 2000, p. 632).

Ademais, nessa região podem ser verificados problemas de inversão de capital, seja do capital público em relação ao privado ou o contrário. Às vezes, as inversões públicas têm sido mais notáveis em algumas comarcas que em outras. Geralmente, a concessão dos recursos concentra-se principalmente nos municípios-sede dos Grupos de Apoio Local de cada comarca, preterindo municípios menores com inferior representatividade junto ao grupo e, muitas vezes, com maior necessidade de melhorias.

Já em Andalucía, em algumas de suas etapas, o LEADER surtiu um efeito bastante restritivo, isto é, beneficiou essencialmente o vetor do turismo rural. Por essa razão, algumas propostas têm surgido no sentido de reorientar as inversões de capital, buscando corrigir tal concentração e "propiciando una mayor diversificación económica del mundo rural apostándose básicamente por la puesta en valor y comercialización de los productos locales, y por el fomento de iniciativa empresarial". (RODRIGUEZ; VIEDMA; CALMAESTRA, 2000, p.637).

Na província de Granada, o LEADER e o PRODER prestam importante apoio ao meio rural, pois, "si exceptuamos Granada Capital, su entorno metropolitano y la costa, que son las áreas más dinámicas y desarrolladas de la provincia, nos encontramos con una total cobertura del territorio provincial con programas de desarrollo". (RODRIGUEZ; VIEDMA;

CALMAESTRA, 2000, p. 638). Ou seja, há abundância de recursos em algumas áreas e escassez em outras. Portanto, há uma desigual distribuição do crédito entre as regiões e províncias.

Mesmo diante dos problemas verificados no interior dessas políticas, é importante frisar que vários avanços ocorreram a partir da concepção de desenvolvimento adotada na Europa nos últimos anos. Por causa disso, avanços concretos são observados na sociedade rural, com reflexos também na sociedade urbana.

Mas os problemas-chave que são a razão maior das iniciativas LEADER e PRODER não deixaram de existir, a exemplo do contínuo esvaziamento do campo, embora de forma mais lenta, da desigualdade social e regional e da diferenciação socioeconômica rural-urbana. Isso pode ser melhor entendido a partir das idéias de Blay e Roquer (2000), os quais analisaram as diferentes fases da iniciativa LEADER e entenderam que uma das limitações do Programa constitui-se em não reconhecer um caráter geopolítico entre as diversas regiões de sua aplicação. Ou seja, embora o Programa considere e valorize o fator cultural, no caso do LEADER Plus, as diretrizes da última normativa apresentam alguns problemas na sua aplicação. Os autores afirmam que

> entre los problemas que las directrices de la nueva normativa sobre LEADER + provocan en la delimitación de territorio cabe destacar esencialmente dos. El primero, la extensión de la iniciativa a todas las zonas rurales europeas sin aportar, de entrada, ninguna diferenciación territorial. Lo cierto es que si la iniciativa debe contribuir al desarrollo de zonas rurales es porque buena parte de éstas se encuentran en una situación de inferioridad con respecto a las áreas urbanas en nivel y calidad de vida[...] El segundo problema que el texto del documento de la Comisión introduce al hablar de territorios se refiere a la existencia de limites demográficos máximo (más de 100.000 o densidad de 120 hab./km^2) y mínimo (10.000 habs. Aprox.) para la aprobación de los programas de LEADER +. (BLAY; ROQUER, 2000, p. 598).

Para esses autores, o problema diz respeito ao fato de serem utilizados critérios numéricos no sentido de selecionar programas para essa nova iniciativa, o que é bastante questionável, tanto o critério referente ao número de habitantes quanto o de densidade demográfica. Nas zonas de atuação do LEADER há casos onde se verifica escasso número de

habitantes, porém existe uma alta capacidade de atuação e mobilização da população. Também existem zonas que, em ultrapassando o limite máximo de habitantes requerido no LEADER II, foram modificando seus territórios naturais ou administrativos de modo que parte da comarca ficou de fora, rompendo a homogeneidade inicial e dificultando o andamento das atividades, por conseguinte, o processo do desenvolvimento.

Mas é importante considerar algumas questões relevantes referentes a esse processo. A questão maior é como conseguir articular as relações entre os diferentes setores dentro desses programas. Como conseguir as tão aneladas sinergias e, sobretudo, como demonstrar que se alcançou ou se pode alcançar os resultados esperados. É necessário ter em conta, também, a necessidade de avaliação interna dessas iniciativas, de modo que sejam discutidas as diferentes ações e os reais resultados obtidos, não como forma de controle e limitação ao andamento das atividades, senão como forma de reflexão sobre a importância dos programas e busca por uma reorientação daquilo que não tem proporcionado resultados satisfatórios.

Martín (2000) alerta para outra questão importante diante desse processo. Baseado em Parker (1998), o mesmo acredita que ética, democracia e desenvolvimento formam uma combinação essencial quando se pensa em políticas públicas e práticas sociais centradas no indivíduo e na busca por melhor qualidade de vida para a população. Tudo isso deve ser associado à satisfação das necessidades humanas fundamentais, com a geração de níveis crescentes de autodependência, de articulação orgânica dos seres humanos com a natureza e com as tecnologias, dos processos globais com os comportamentos locais, da pessoa com o social, da planificação com a autonomia e da sociedade civil com o Estado.

Ao se referir às necessidades humanas, Martín (2000, p.90) volta ao princípio das necessidades básicas e essenciais do ser humano, como “subsistencia, protección, afecto, entendimiento, participación, ócio, creación, identidad, libertad”. Trata-se da mesma

concepção de desenvolvimento de Amartya Sen, talvez com um pouco mais de base antropológica. Assim, entendemos que

> el desarrollo se construye a partir del protagonismo real, verdadero de cada persona. En consecuencia se debe privilegiar toda diversidad cultural, étnica, total igual que la autonomía de los espacios en que cada persona sea, se sienta protagonista. El desarrollo a escala humana sólo puede hacerse en una necesaria y permanente profundización democrática. Una práctica democrática más directa y participativa que estimula las propuestas y soluciones creativas que, surgiendo desde abajo hacia arriba, deben resultar coincidentes con las aspiraciones, ilusiones e deseos de cada persona. (MARTÍN, 2000, p. 90-91).

Nesse entendimento, consideram-se as características específicas de cada território, buscando-se o diálogo permanente entre cultura e desenvolvimento. Nesse contexto, alguns fundamentos básicos são apontados como essenciais quando se busca o desenvolvimento autêntico, fundamentos que nos propomos analisar a seguir. Em linhas gerais, trata-se da elaboração e implementação de propostas de desenvolvimento fundamentadas essencialmente na organização e participação coletiva da sociedade. De acordo com Martín (2000), tais fundamentos dizem respeito a:

- "formulación compartida de objetivos de los programas en los espacios locales": trata-se da formulação de objetivos que possam associar, necessariamente, as propostas dos programas com as necessidades coletivas e individuais, bucando coerência e proporcionalidade com os recursos disponíveis e os calendários a serem cumpridos. Para Martín (2000), a formulação dos objetivos se constitui numa peça fundamental para a definição da qualidade de vida que a população deseja para si mesma. A formulação dos objetivos supõe a tarefa prévia de identificação das necessidades da população sobre o território, o que pode auxiliar o processo de planejamento. Quando se consegue analisar com coerência e discernimento a configuração do futuro tangível ou tendencial, e antecipar as necessidades humanas, desenhando outros cenários possíveis, vantagens metodológicas surgem possibilitando futuros desejáveis.
- "La microorganización": entende-se que o desenvolvimento se encara frente a um comportamento habitual baseado na resolução individualizada dos problemas e necessidade.

Ou seja, a promoção do desenvolvimento se realiza priorizando-se a criação de organizações simples e desburocratizadas, inter-relacionadas nos espaços locais. A participação social aparece como a chave do desenvolvimento para o fomento e adoção de fórmulas e/ou soluções coletivas.

- "El espacio local como *Espacio inteligente"*: para o autor, as iniciativas de desenvolvimento só se constituem em estratégias sustentáveis se considerarem que os coletivos sociais atuam inteligentemente, e que estes têm capacidades para analisar a realidade, modificar as propostas em função de uma realidade mutante, dar respostas aos problemas, criticar e desembaraçar alguns aspectos da cultura contrários ao desenvolvimento das comunidades que "frenan sus posibilidades y favorecen la resignación, la pasividad y el aburrimiento social. O sea, comunidades inteligentes com capacidad de aprendizaje permanente" (MARTÍN, 2000, p. 91). Isso só se torna difícil onde os níveis de conhecimento são baixos; porém, é possível transformar e estabelecer mudanças coerentes e positivas.
- "La creatividad social: clave para la construcción social de la realidad local". Geralmente, a inteligência social é capaz de promover condições de criatividade, as quais geram certa capacidade de respostas, bem como a construção de novos espaços sociais diante da realidade atual. Para Martín (2000), a realidade não é definitiva e depende, muitas vezes, de períodos de crises e daquilo que as organizações socioterritoriais são capazes de imaginar, sonhar, propor e criar. Daí a importância de grupos e comunidades ativas, organizadas e mobilizadas em prol dos seus reais objetivos e interesses.
- "Una inteligencia funcional": esse fundamento serve principalmente para executar de maneira operativa as decisões tomadas pelo grupo ou pela comunidade, bem como estabelecer soluções novas em prol do desenvolvimento. Ademais, serve para gerar condições favoráveis ao funcionamento real da inteligência coletiva, a qual estimula transferências de metodologias e de tecnologias à população e às suas organizações no sentido de consolidar uma construção

compartida do território. Isso evidencia a interação entre conhecimento científico, consenso social e poder político coletivo como sendo fundamental para incitar no território processos de crescimento e de desenvolvimento.

A inteligência social é essencial para encontrar soluções de problemas quando se engendra propostas de desenvolvimento territorial. Ela pode ser responsável por encontrar soluções para problemas do tipo: carência e escassez de recursos, sejam eles de que natureza for. Nesse aspecto, Martín (2000, p. 92) discorre que

> es precisamente en estas situaciones en las que la "inteligencia social" permite obtener soluciones y adaptaciones colectivas porque en los comportamientos sociales convencionales, la primacía radica en la inteligencia individual y por consiguiente las soluciones encontradas son individuales, casi siempre en detrimento de las otras personas con el resultado global habitual de todos pierden.

Sendo assim, é importante considerar alguns pontos essenciais na concepção metodológica que norteia o processo de planejamento territorial, quais sejam: a) o diagnóstico e o autodiagnóstico do território, que deve ser discutido e elaborado com e a partir da população, no sentido de formular objetivos, detectar problemas e apontar possíveis soluções; b) não perder de vista a concepção de planos integrados que busquem sincronizar e conciliar todos os elementos do espaço local; c) o enfoque sistêmico, o qual permite compreender o território como um sistema de recursos e forças, mas também, de fragilidades e dificuldades que necessitam ser superadas, e d) o pensamento criativo que consiga visualizar o desenvolvimento muito além do pensamento dogmático ou lógico, que exercite a abertura abrangendo, assim, o desenvolvimento territorial rural e observando as capacidades de aprendizagem e criação presentes nas pessoas, comunidades ou grupos, os quais necessitam atingir um nível melhor de desenvolvimento.

Baseado nas idéias cepalinas de Sergio Boisier (1998), Martín (2000) sinaliza para a possibilidade de se trabalhar com o conceito de capital sinergético relacionando-o ao desenvolvimento territorial. Sob essa ótica, pode-se considerar diversas questões do tipo,

cognitivas, simbólicas, culturais, sociais, cívicas, entre outras que, segundo o autor, parecem vincular-se mais estreitamente com uma concepção contemporânea de desenvolvimento.

Ao discutir o desenvolvimento territorial em Espanha, Gilda Farrell (2003, p. 6) em entrevista a Revista Terrarum, defende que "el desarrollo de um territorio no se puede basar sólo en programas temporales", mas em programas que envolvam amplamente a sociedade civil na tomada de decisões e além disso se preocupe com os resultados a médio e longo prazo. Nesse sentido, a mesma acredita que tudo depende da descentralização de poder, "lo que pueden hacer está en función de las competencias que tengan, la parte administrativa y la política depende de sus atribuciones y de si las administraciones locales han evolucionado de modo que puedan integrar a la sociedad civil". (FARRELL, 2003, p. 8).

A autora indica a criação de espaços onde as estruturas políticas mais elevadas sejam aquelas em que, necessariamente, opine a sociedade civil, de modo a estabelecer um amplo processo de democratização quando da criação de políticas de desenvolvimento para a sociedade. Acredita-se que todo projeto de desenvolvimento ou projeto político que considere indispensável o fortalecimento da sociedade civil, melhores e mais positivos são os seus resultados. A autora ainda faz algumas advertências:

> cómo puede actuar realmente la sociedad civil, cómo puede proponer alternativas a las gestiones del mercado, al sistema de gobierno, en algunos aspectos que no son transparentes. Éstas son cuestiones que hacen pensar. Son cuestiones como el comercio justo, el consumo responsable, realizar un ejercicio democrático en el ámbito del mercado, esto es algo que puede resolverse al nivel de los territorios. ¿Cuál es el rol de los territorios en los mercados? Porque la responsabilidad va mucho más allá; pienso que falta reflexión, por ejemplo, cuánto se paga por los productos agrícolas, cómo se evitan el desperdicio de los recursos, cómo se reparten los recursos [...] hay un espacio de reflexión enorme. (FARRELL, 2003, p. 10).

Daí a importância de se buscar um modelo de desenvolvimento integrado, conciliando participação política da sociedade, ética, transparência, compromisso social e ambiental, leis de mercado mais justas para com a maioria da população, enfim, adoção de um modelo no qual se valorize a reflexão permanente sobre todos os temas que se relacionam de alguma forma à questão do desenvolvimento.

Reforçando as idéias acima, mesmo que se referindo ao LEADER e ao PRODER, Martín (2000) discute as chaves para o desenvolvimento local dos espaços rurais, começando pelo item *mobilização da população e coesão social* que se apresenta como um dos itens principais ao se pensar o desenvolvimento territorial rural, seguido da *imagem do mundo rural*, sugerindo que se busque superar as limitações dos modelos urbanos, buscando extinguir a reprodução da imagem arcaica do mundo rural. Nesse caso, cabe reconhecermos as novas tendências de afirmação de uma modernidade rural em curso, através de meios de comunicação com a utilização da paisagem enquanto ferramenta para mobilizar a população e renovar comunidades e seu patrimônio cultural.

A *identidade do território e a especificidade rural* também são questões importantes no processo de planejamento. O autor sugere a superação dos enfoques tradicionais que pregam o desaparecimento das formas de vida e dos saberes tradicionais, ou que os consideram somente como referência folclórica ao passado, pelo fato de existirem novas tendências de valorização das culturas e da identidade, bem como novas formas de perceber a ruralidade.

Seguindo essa linha de raciocínio, aparece ainda o item *atividade e emprego*. Nesse âmbito, observamos a necessidade de superar enfoques tradicionais que pregam o aumento do emprego público, o fomento da mobilidade da mão-de-obra que acaba estimulando o êxodo rural e a depreciação do emprego feminino, muitas vezes, mal remunerado e pouco valorizado. Faz-se necessário promover o emprego feminino em atividades, principalmente, não agrícolas, buscando-se novas formas de emprego através da cultura, do ócio, serviços, meio ambiente, valorização dos saberes tradicionais, e de formas de integração com o trabalho voluntariado. Ademais, “creación de profesiones nuevas en el mundo rural, movilización del ahorro y de la inversión local mediante el enfoque participativo, llamamiento a los emigrantes en una nueva forma de retorno, enfoque colectivo de la inversión”. (MARTÍN, 2000, p. 95).

Também é importante considerar *a competitividade e o acesso aos mercados* quando se pensa o desenvolvimento local do espaço rural. É preciso que se supere os enfoques tradicionais que visualizam o mundo rural limitado à agricultura e atividades afins, pois trata-se de uma visão essencialmente produtivista que favorece as grandes empresas e as grandes organizações comerciais.

Utilizando-se o enfoque territorial é possível aumentar o valor agregado da produção agroalimentar, valorizar o papel dos agentes locais na diversificação da economia rural, valorizar a pluriatividade, passar de uma agricultura intensiva para uma agricultura sustentável, reintroduzir os cultivos tradicionais locais, criar uma economia de rede, bem como novas vantagens comparativas através da valorização de novas funções rurais e, por último, valorizar novas relações rural-urbanas.

Outro item de fundamental importância diz respeito ao *meio ambiente, gestão do espaço e dos recursos naturais*. A partir desse, podem-se fomentar atividades comprometidas com o respeito à natureza, como o turismo, por exemplo, bem como revalorizar-se o patrimônio arquitetônico. É possível ainda racionalizar a utilização dos recursos naturais, incentivar a reciclagem de produtos e desenvolver novas atividades econômicas baseadas num conceito ideológico, como a agroecologia.

Martín (2000) ainda aponta o item-chave *população, emigração e inserção social* sinalizando para a necessidade de tomadas de decisões que visem: a criação de serviços multifuncionais, criação de serviços ambulantes, incentivos à população, quanto à prestação e utilização de serviços coletivos, instalação de serviços de acompanhamento a distância para os aposentados, valorização dos saberes e da memória histórica das pessoas idosas, criação de condições locais para a instalação profissional de jovens, incentivos ao surgimento de novas atividades como forma de gerar novas oportunidades de emprego e renda, e promoção da pluriatividade.

Por último, o item-chave – *novas tecnologias* – é visto como uma alternativa que pode permitir ao mundo rural e a cada núcleo de população assumir uma função de centralidade com revalorização e modernização das tradições produtivas. Desse modo, é possível também promover a capacidade de inovação, introduzindo um novo enfoque do *aprender a desaprender* para um novo *aprender fazendo* no âmbito da organização das empresas e das organizações locais para o acesso às tecnologias recentes. É possível ainda fomentar a transferência de tecnologias rural-rural e o desenvolvimento de novas tecnologias adaptadas ao que existe em termos de saberes locais.

Tudo isso requer um processo permanente e eficaz de formação dos agentes locais e da população-alvo de tais políticas e programas, o que não é uma tarefa fácil, mas, possível. Todos esses itens, trabalhados conjuntamente e sustentados pelos fundamentos discutidos anteriormente, levam indubitavelmente a um processo de desenvolvimento sólido e duradouro. Diante desse quadro,

> la elaboración de un plan estratégico con enfoque local se convierte en un proceso esencial para que un territorio o una ciudad pueda definir de forma rigurosa su situación actual así como su futuro. Es un proceso que puede permanecer siempre abierto con realimentación permanente, y que potencia la cohesión social y la "cultura local", la imagen de la comunidad local. (MARTÍN, 2000, p. 97).

É interessante notar o quanto o valor cultural ganha importância na análise e na elaboração de propostas para o desenvolvimento local e/ou rural. Nesse sentido, é imprescindível a participação social, o abandono do enfoque tradicional, o diálogo entre os agentes públicos e privados, a adoção de novas tendências e de novos conceitos e metodologias capazes de perceber, sentir e aproveitar as oportunidades que o espaço rural oferece. É preciso, pois, pensar e agir inteligentemente, uma vez que, somente a partir de uma

> nueva cultura del desarrollo con el compromiso de construir la gran obra del futuro del mundo con armonía entre la vida urbana y los espacios rurales es posible dar sentido a las políticas y las acciones e introducir los cambios necesarios en la mentalidad social para tomar conciencia – individual y colectiva – de la necesidad de un desarrollo a escala humana y sostenible, de la regeneración de un mundo rural con unos espacios locales "sentidos [grifo do autor]. (MARTÍN, 2000, p. 98).

Portanto, é de se reconhecer que poucas políticas e programas de desenvolvimento atuam no sentido de colocar em prática propostas baseadas no enfoque territorial. O aspecto cultural é de fundamental importância na elaboração dessas políticas, pois é a partir dele que se pode conhecer ou reconhecer os problemas apresentados por cada lugar ou região.

As iniciativas LEADER e PRODER podem se constituir em exemplos dessa natureza, onde o enfoque setorial foi substituído pelo territorial, onde a visão produtivista deu lugar, mesmo que parcialmente, a uma política integrada de desenvolvimento.

Dentre os principais problemas verificados no funcionamento do LEADER e do PRODER sobressaem: a desigualdade na distribuição dos recursos, superfavorecimento de regiões e grupos em detrimento de outros(as), dificuldades de classificação do universo a ser atendido e não abrangência de agentes e regiões de fato necessitados(as).

Não obstante esses problemas, os programas LEADER e PRODER têm proporcionado resultados bastante positivos nos países ou regiões onde estão sendo aplicados. Se os resultados justificam os custos, não se tem total certeza, caberia uma análise mais vertical e aprofundada, especialmente dos dados estatísticos que mostram o volume de capital investido e as inversões de capitais, público e privado, feitas até agora. Caberia também uma análise do número de empregos gerados e das mudanças ocorridas em termos de distribuição de renda.

Mas aqui nos interessa principalmente avaliar o nível de importância atribuída à cultura quando da implementação de políticas públicas para o espaço rural, especialmente no Brasil, e o que de fato é feito para incentivar e estimular a população que nele vive. Os exemplos do LEADER e do PRODER evidenciam nitidamente a importância da cultura para o planejamento territorial, diferentemente do Brasil, onde políticas como o PRONAF, que visam ao desenvolvimento territorial rural pouco consideram os aspectos culturais.

Por isso, faremos breves considerações sobre o PRONAF e sobre sua atuação no Rio Grande do Norte observando as premissas que norteiam o desenvolvimento dessa política, atentando para as dificuldades verificadas no seu funcionamento, e para as mudanças ocorridas na agricultura familiar, uma vez transcorrida mais de uma década de sua implantação. Faremos uma análise relacional a partir de dados e informações de órgãos como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Banco Central do Brasil, o Ministério da Agricultura, o IBGE, entre outros, buscando comparar as informações em diferentes escalas – nacional, estadual e regional.

4.3. O PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: breves considerações

O reconhecimento institucional da agricultura familiar no Brasil ocorreu, principalmente, a partir dos estudos desenvolvidos pela FAO juntamente com o INCRA no início da década de 1990. Esses estudos resultaram no relatório publicado por esses órgãos, em 1994, versando sobre as "Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável" para o país. A partir daí, o segmento de agricultores familiares ganharam visibilidade e maior participação no contexto das políticas públicas para o espaço rural; prova disso foi a criação do PRONAF.

De acordo com o referido relatório, a agricultura brasileira apresenta características e condições bastante complexas e específicas, podendo ser classificada e delimitada em dois modelos distintos, e, de certa forma, opostos em termos sociais. Trata-se dos modelos de agricultura patronal e agricultura familiar, conforme características apresentadas no quadro 2.

O relatório enfatizou, principalmente, o papel e as funções sociais de cada modelo, destacando, de modo especial, a importância e representatividade do segundo nos cenários nacional e regional, uma vez que, até então, as políticas públicas para o meio rural contemplavam tão somente o modelo patronal.

AGRICULTURA PATRONAL	AGRICULTURA FAMILIAR
Total separação dos fatores gestão e trabalho	Gestão e trabalho intimamente relacionados
Organização centralizada	Processo produtivo dirigido diretamente pelo agricultor
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificaçao
Ênfase em práticas agrícolas padronáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida
Predomínio do trabalho assalariado	Trabalho assalariado é apenas complementar
Tecnologias direcionadas à eliminação das decisões "de terreno" e "de momento"	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Tecnologias buscam principalmente a redução das necessidades de mão-de-obra	Decisões tomadas "in loco", condicionadas pelas especificidades do processo produtivo
Ênfase no uso de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos

QUADRO 2 – Modelos e características principais da agricultura brasileira
Fonte: FAO/INCRA, 1994.

A implementação do PRONAF em 1996 é uma das evidências maiores da mudança de enfoque no processo de implementação de políticas públicas para o espaço rural brasileiro. Diversos autores, como por exemplo, Mattei (2001), Locatel (2004), Aquino (2003), entre outros, com os quais concordamos e nos identificamos, ao analisarem o assunto defendem que não existiu até o início dos anos 1990 nenhuma política específica e direcionada para a promoção da agricultura familiar. Havia, inclusive, imprecisão e indefinição conceitual sobre o assunto, cujas denominações variavam de produção de subsistência, produção familiar ou pequena produção.

Porém, a organização e mobilização de uma parte dos agricultores, somada à contribuição dos estudos desenvolvidos pelos órgãos FAO-INCRA foram suficientes para dar um novo direcionamento a tais políticas. Ao discutir esse assunto, Mattei (2001, p. 1) observa que esses

> dois fatores foram decisivos para mudar o curso da história. Por um lado, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que começaram a ter voz já na Constituição de 1988 e ganharam destaques nas famosas "Jornadas Nacionais de Luta" da primeira metade da década de 90, ocuparam definitivamente a agenda pública para o meio rural. Por outro, os estudos realizados conjuntamente pela FAO e INCRA, definem com maior precisão conceitual a agricultura familiar e, mais ainda, estabelecem um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas para esse segmento específico. Sabe-se que esse estudo serviu de base para as primeiras formulações do PRONAF.

É importante considerar também que anterior à criação do PRONAF algumas medidas governamentais reconheciam a importância da agricultura familiar sem, contudo, alterar o enfoque e o modelo das políticas rurais que permaneceram de caráter estritamente setorial. Dentre essas medidas destaca-se a criação de secretarias e conselhos incumbidos de trabalhar o assunto em nível federal, a exemplo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Agrário, Conselho Curador do Banco da Terra, Secretaria de Reforma Agrária, Secretaria de Agricultura Familiar, Secretaria de Desenvolvimento Territorial, dentre outros órgãos criados ao longo da última década para tratarem do assunto.

Desde sua criação, em meados da década de 1990, o PRONAF passou por várias reformulações em virtude da necessidade de aperfeiçoamento e adequação de tal política à complexa realidade social agrária brasileira; mas, não obstante os avanços verificados nos últimos dez anos, vários problemas, de diversas naturezas persistem. É o caso da pouca valorização atribuída aos aspectos culturais de cada lugar, os quais serão analisados posteriormente.

De acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, órgão maior responsável pelo Programa, através da Secretaria de Agricultura Familiar e do CNDRS, o PRONAF é um Programa que visa essencialmente ao desenvolvimento rural através do fortalecimento da agricultura familiar, segmento esse com elevado potencial de geração de emprego e renda. De acordo com esse órgão, o Programa é executado de forma descentralizada tendo como público alvo os agricultores familiares e suas organizações (MDA, 2005a).

Para o governo, a agricultura familiar é uma forma de produção na qual se associam fatores essenciais como gestão e trabalho. Via de regra, são os próprios agricultores familiares que dirigem e executam o processo produtivo, ao mesmo tempo em que dão ênfase à diversificação da produção e à utilização do trabalho familiar que, eventualmente, pode ser

complementado com trabalho assalariado. De acordo com o MDA (2006, p. 2), o objetivo principal do PRONAF é

> construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, visando o aumento e a diversificação da produção, com o conseqüente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida.

O Programa abrange desde agricultores familiares nas condições de posseiros, arrendatários, parceiros, assentados, concessionários de terras públicas, em geral, a meeiros e proprietários de terra que utilizam principalmente mão-de-obra familiar no processo produtivo, podendo dispor ainda de até dois empregados permanentes.

De acordo com o MDA (2004), através do Manual Operacional do Plano Safra da Agricultura Familiar 2003/2004, a área da propriedade não pode ultrapassar o tamanho de quatro módulos fiscais ou no máximo seis quando se tratar de pecuarista familiar. O tamanho do módulo fiscal medido pelo INCRA varia de acordo com a região e a localização da propriedade. No caso do Nordeste, um módulo fiscal pode variar entre 10 e 70 hectares, a depender da zona geográfica onde a propriedade esteja inserida. À medida que se adentra da zona litorânea em direção ao sertão semi-árido, maior pode ser o tamanho do módulo fiscal. Ou seja, a propriedade de um agricultor familiar no semi-árido nordestino pode chegar a 280 hectares, em caso de agricultores com exploração de lavouras, e 420 hectares em caso de pecuarista.

No Seridó potiguar o módulo fiscal varia de tamanho entre 30 e 45 hectares. Portanto, o tamanho da propriedade pode chegar no máximo a 180 hectares para agricultores que se dedicam a culturas permanentes e temporárias e 270 ha para os que desenvolvem a pecuária. Dos critérios delineados ainda se estabelece que a origem da renda bruta familiar anual seja constituída de no mínimo 80% proveniente de atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas intra-estabelecimentos.

O Programa estabelece ainda que o agricultor familiar deve residir no estabelecimento, vila ou povoado próximos. Aqui se faz um questionamento: como seguir e obedecer a esse critério se em muitas pequenas “cidades” do semi-árido nordestino, de modo particular no Seridó, boa parte da população sobrevive da agricultura mesmo vivendo em “cidades”? Na área estudada existem sedes municipais que a população total não chega a 2.500 habitantes, como é o caso de Ipueira e Timbaúba dos Batistas; portanto, parte da população sobrevive essencialmente da agropecuária. Portanto, torna-se difícil seguir o critério acima.

O Programa aponta também a necessidade de criação dos chamados CMDRSs, os quais devem ser formados por representações/instituições de agricultores familiares, e por outras instituições que atuam nos municípios. Ao menos 30% dos que os compõem devem ser agricultores familiares. Tais conselhos têm a incumbência de analisar e aprovar os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural bem como sugerir mudanças nas políticas municipais, estaduais e federais. Ademais, os mesmos devem atuar no sentido de promover articulações para implementação dos referidos planos, buscando auxiliar no acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos. Além disso, o mesmo deve constituir-se num fórum permanente de debate dos interesses dos agricultores familiares. Em alguns municípios da área estudada isso ainda não se concretizou, pois os conselhos criados, muitas vezes, sequer são formados por agricultores familiares, tampouco se constituem num fórum permanente de debate entre os agricultores. Visualizamos situações onde o secretário municipal de agricultura sequer dispõe de conhecimentos suficientes para tal; em alguns casos o mesmo é semi-analfabeto. Ou seja, a situação é bastante fluída e complexa.

Dentre as linhas do Programa destacam-se a do PRONAF crédito rural, constituída pelas modalidades de custeio e investimento, atuando no sentido de apoiar financeiramente a produção; PRONAF infra-estrutura que visa dotar a propriedade familiar da infra-estrutura

necessária para sua melhoria; PRONAF capacitação e profissionalização que busca capacitar o agricultor no sentido de torná-lo eficiente economicamente diante do contexto socioeconômico que se apresenta e; PRONAF negociação de políticas públicas que é responsável pela articulação entre instituições, públicas ou não, no sentido de mobilizá-las para somar esforços em torno da busca pela eficácia no funcionamento do Programa.

Nesse último caso, trata-se de uma linha do Programa que atua junto a instituições como a Caixa Econômica Federal, através do FAT, que é responsável por 80% do crédito destinado ao Programa, além da Secretaria do Tesouro Nacional que é responsável pela autorização da aplicação dos subsídios sobre juros e taxas administrativas recebidas pelos bancos, bem como empresas estaduais de extensões rurais, a exemplo da EMATER, e Organizações Não Governamentais que assumem juntas a responsabilidade pela formação dos agricultores, dos técnicos e representantes dos conselhos. Ou seja, as linhas de atuação do PRONAF constituem uma estrutura administrativa e operacional que funciona articulada por meio de uma rede de ações de várias instituições como cooperativas de créditos, agências bancárias, sindicatos, associações rurais, organizações não governamentais, empresas de extensão rural e outros segmentos da administração pública federal, estadual e municipal.

De acordo com o MDA (2006) os recursos do Programa provêm de fontes como: BNDES, FNE, FNO, FCO, FAT, OGU, além de recursos públicos das próprias unidades federativas, isto é, dos estados. Nos últimos cinco anos o FAT e OGU destacaram-se como principais fontes financiadoras de recursos para o Programa em termos de volume de dinheiro destinado à agricultura familiar.

Na estrutura operacional do Programa, os agricultores familiares são classificados e inseridos nos seguintes grupos e modalidades: O Grupo A envolve agricultores com mão-de-obra exclusivamente familiar, com renda mínima não delimitada. Os agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária são o público alvo dessa modalidade,

incluindo aqueles oriundos de reservas extrativistas e de assentamentos estaduais e municipais reconhecidos pelo INCRA.

O Grupo B abrange agricultores cuja mão-de-obra é, também, exclusivamente familiar, cuja renda bruta anual da família não ultrapassa R$ 2 mil, excluindo-se os benefícios sociais e os recursos da previdência rural. No mínimo 30% da renda do grupo deve provir de atividades agropecuárias ou não-agropecuárias; no caso dessas últimas, desenvolvidas no estabelecimento. O crédito destinado a esse grupo deve atingir, especialmente, os agricultores familiares ou trabalhadores rurais descapitalizados.

Já o Grupo C envolve agricultores com predominância do trabalho familiar no seu estabelecimento, com possibilidade de contratação de mão-de-obra extra-familiar. A renda bruta anual pode variar entre R$ 2 e 14 mil, excluindo-se os benefícios sociais e os recursos da Previdência rural; no mínimo 60% dessa renda deve provir da exploração agropecuária e não-agropecuária intra-estabelecimento. Nesse grupo, o valor da renda bruta familiar, oriundo de atividades como a avicultura e a suinocultura não integradas, bem como da pecuária leiteira, aqüicultura, olericultura e sericicultura, deve ser rebatido em 50% no cálculo do montante final.

O Grupo A/C engloba agricultores familiares egressos do PROCERA e até mesmo agricultores do PRONAF Grupo A. Para esse grupo não é determinado o percentual de renda mínima proveniente do estabelecimento. O público alvo desse grupo corresponde a agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, incluindo os de reservas extrativistas, bem como os de assentamentos estaduais e municipais reconhecidos pelo INCRA.

Os agricultores familiares do Grupo D correspondem àqueles que eventualmente utilizam mão-de-obra temporária extra-familiar ou no máximo dois empregados permanentes. Nesse grupo a renda bruta familiar anual varia entre R$ 14 e 40 mil, excetuando-se os

benefícios sociais e proventos da previdência rural. No mínimo 70% dessa renda deve provir de atividades agropecuárias ou não-agropecuárias do estabelecimento. Para o cálculo da renda bruta familiar anual, considerando a dedução de rendas provenientes de outras culturas como as citadas no grupo C, deve ser feito o mesmo rebatimento. O público alvo desse grupo detém um bom nível de capitalização nas atividades agropecuárias ou não-agropecuárias em estabelecimentos rurais familiares.

Por último, aparece o Grupo E que é constituído por agricultores familiares que contratam eventualmente trabalhadores temporários, como os safristas ou diaristas, podendo dispor de, no máximo, dois empregados permanentes. A renda bruta anual do grupo varia entre R$ 40 e 60 mil, excetuando-se os benefícios sociais e proventos da previdência rural. Da renda total, 80%, no mínimo, deve provir da exploração agropecuária ou não-agropecuária do estabelecimento. Na dedução da renda bruta anual os valores provenientes de atividades como as citadas no grupo C e D devem ser rebatidos no mesmo percentual desses dois grupos. Os agricultores do grupo E sobressaem como os de maior nível de capitalização e de melhores condições socioeconômicas em relação aos agricultores dos demais grupos.

De acordo com o Plano Safra 2004/2005, e diante das linhas de crédito especiais do PRONAF, merecem destaque as seguintes ações mais específicas e direcionadas: o PRONAF alimentos que se refere à linha de crédito especial responsável por estimular a produção de cinco alimentos da cesta básica brasileira – arroz, feijão, mandioca, milho e trigo; o PRONAF semi-árido que corresponde à linha de crédito específica para os agricultores do espaço semi-árido, cujos recursos servem à construção de pequenas obras hídricas como cisternas, barragens para irrigação e mini-usinas de dessalinização d'água; o PRONAF mulher é destinado a agricultoras que podem acessar montantes de créditos até 50% superior aos valores dos financiamentos de investimentos dos grupos C e D para viabilizar seus projetos; o PRONAF jovem rural destina-se aos jovens que cursam o último ano em escolas agrícolas de

nível técnico-médio, os quais tenham idades entre 16 e 25 anos, podendo acessar crédito até 50% superior aos valores dos financiamentos de investimentos dos grupos C e D.

Ainda aparece o PRONAF pesca que corresponde a uma linha de investimento para pescadores artesanais com renda familiar anual bruta de até R$ 40 mil, cujos recursos servem para modernizar e ampliar as atividades produtivas desses agentes; o PRONAF florestal que serve para estimular o plantio de espécies florestais, concedendo apoio aos agricultores familiares na implementação de projetos de manejo sustentável de uso múltiplo, reflorestamento e sistemas agroflorestais; o PRONAF agroecologia que, segundo o MDA (2006), visa incentivar projetos, sejam na produção agroecológica ou na busca por uma agricultura sustentável; o PRONAF pecuária familiar que concede crédito para aquisição de animais destinados à pecuária de corte como bovinos, caprinos e ovinos; o PRONAF máquinas e equipamentos cujos recursos destinam-se à modernização das propriedades no sentido de elevar a produtividade.

Por fim, aparece o PRONAF turismo da agricultura familiar que abrange agricultores familiares com possibilidades de desenvolverem projetos de turismo rural em seus estabelecimentos, podendo oferecer serviços de restaurantes com café colonial, por exemplo, pousadas ou residências rurais aptas a receber turistas entre outros. Dentre essas linhas de crédito do PRONAF todas têm seu grau de importância e, embora tenham sido aperfeiçoadas ao longo da última década, ainda necessitam de ajustes. Vários problemas persistem no sistema de funcionamento do Programa; por exemplo, a pouca ênfase dada à cultura local e regional.

4.4. Importância dos aspectos culturais na elaboração de projetos e ações do PRONAF

A maior parte das políticas públicas desenvolvidas no Brasil não leva em consideração os aspectos locais e regionais da cultura. No quadro das políticas sociais

compensatórias, a exemplo do Bolsa Família e do Programa do Leite, observou-se que não existe uma preocupação em buscar mudanças e transformações estruturais para a sociedade, com projetos integrados que visem ao desenvolvimento amplo e duradouro. As mesmas não atuam de forma integrada com outras políticas públicas, trabalhando o contexto cultural local, incentivando e valorizando potenciais possíveis, isso porque consideram as regiões, ditas carentes, inseridas num mesmo contexto social homogêneo, vivendo problemas iguais – a pobreza e seus reflexos. Logo, as políticas elaboradas para uma região são comumente expandidas às demais. Para Ribeiro et al. (2004, p. 13),

> um costume freqüente na formulação de políticas de desenvolvimento e combate à pobreza é considerar que todas as assim denominadas regiões carentes têm problemas iguais, a renda, e que, portanto, as políticas formuladas para um caso podem ser indefinidamente replicadas para as outras. São feitos desenhos simples para casos muito diversificados e complexos, e tais desenhos não consideram as características locais, culturais e territoriais, mas apenas os macroindicadores comuns (PIB *per capita*, taxa de analfabetismo, saneamento básico, etc). Apesar de todos os alertas que as populações locais fazem sobre sua especificidade, apesar de quase toda a literatura sobre o assunto insistir nas peculiaridades de cada local, o procedimento freqüente nas ações públicas e privadas de desenvolvimento tem sido considerar iguais todos os pobres e mensura-los por meio de ferramentas universais.

Percebemos que no caso das políticas de combate à fome, as mesmas nem sempre "conseguem superar os limites das perspectivas e componente municipalistas, cujas expressões personalistas e coronelísticas têm marcado quase todas as iniciativas". (RIBEIRO et al., 2004, p. 14).

Para se tornarem de fato eficientes, os órgãos responsáveis pela formulação dessas políticas deveriam, via de regra, valorizar e considerar a cultura, as técnicas e os saberes locais, considerando ser essa a forma mais eficaz de cimentar o desenvolvimento valorizando a identidade local, capaz, inclusive, de motivar a participação social na construção e elaboração de programas e propostas mais amplas, integradas e integradoras de desenvolvimento.

É nessa perspectiva que buscamos visualizar nos projetos e ações do PRONAF a valorização ou não dos aspectos culturais. Vale ressaltar que a sociedade estudada é

fortemente marcada por relações socioculturais típicas da vida no campo, especialmente no que se refere aos municípios menores.

Desde sua instituição em 1996 até 2003, em nenhum momento as diretrizes e objetivos do PRONAF contemplaram de forma clara a questão cultural. Somente a partir de 2005 é que o mesmo passou a valorizar tais aspectos, mesmo assim de forma restrita, valorizando essencialmente o turismo rural através do **Programa de Turismo Rural para a Agricultura Familiar.** É de se reconhecer que ao destinar recursos para o beneficiamento e processamento da produção de atividades como a pecuária leiteira, fumicultura, piscicultura, entre outras mais específicas, o Programa está levando em consideração aspectos do sistema econômico de determinadas comunidades; portanto, considera, mesmo que indiretamente, elementos culturais. Mas é através do incentivo ao turismo rural que o PRONAF se refere diretamente aos aspectos da cultura local e regional.

Dessa forma, o Programa reconhece visivelmente que para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar é importante contemplar uma gama de possibilidades mais ampla que vá além das atividades agropecuárias. Sendo assim, o PRONAF reconhece que as atividades relacionadas ao turismo nas áreas rurais permitem a dinamização econômica das comunidades de agricultores familiares tradicionais, os quais podem oferecer "um produto turístico próprio, com marcas locais diferenciadas que destacam e valorizam a cultura e o modo de vida peculiar de cada região do Brasil" (MDA, 2005a, p. 3). Essa é, portanto, a forma mais objetiva e concreta de valorização dos aspectos culturais.

O referido guia demonstra cinco roteiros para o turismo rural na agricultura familiar distribuídos nos estados do Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Bahia – este último é o único estado da região Nordeste. Os roteiros envolvem elementos da cultura como gastronomia, artesanato, serviços e lazer. No Rio Grande do Sul, o roteiro intitula-se **Estrada do Sabor;** no Paraná, **Caminhos da Guajuvira;** em São Paulo, **O Lagamar;** no

Mato Grosso, **Pantanal do Mato Grosso;** na Bahia, **Rota do Sisal**. Diante da diversidade cultural dos espaços regionais brasileiros outros roteiros podem ser viabilizados, incentivando e apoiando a agricultura familiar.

Nesse sentido, para o Seridó sugerimos a criação do **Roteiro do Sertão e da Caatinga: do Queijo à Carne-de-sol**, com projetos integrados entre a agricultura e o setor de serviços na região, visando a melhoria dos serviços prestados e dos produtos oferecidos, através da capacitação e qualificação de pessoal. É possível explorar a forte representação cultural da região passando pela história e pelo patrimônio cultural, além de elementos essenciais da cultura material e imaterial como o artesanato, a gastronomia, a religiosidade entre outros aspectos.

O PRONAF admite que, se desenvolvido com responsabilidade, o turismo rural pode possibilitar "a valorização da agricultura familiar, uma vez que a sua cultura torna-se o próprio atrativo turístico, com efeitos diretos no aumento da auto-estima da população" (MDA, 2005b, p. 5).

Para o MDA (2005b) os resultados dessas ações podem refletir-se diretamente na dinamização da cultura rural, pois ajudam os agricultores familiares a preservarem e manterem sua "identidade e autenticidade". Para esse órgão, esse processo desencadeia o resgate de valores, costumes e códigos como:

> orgulhar-se da sua ascendência, relembrar histórias, resgatar a gastronomia, exibir objetos antigos antes considerados velhos e inúteis, seu modo de falar, suas vestimentas, seu saber. Ressurgem, desse modo, as artes, as crenças, os cerimoniais, a linguagem, o patrimônio arquitetônico, que são restituídos ao cotidiano, transformados em atrativos típicos usados como marcas locais interessantes para o turismo. Cabe ressaltar que a cultura não se restringe ao resgate do passado, mas também implica a absorção, adaptação, inovação e geração de conhecimento cientifico e tecnológico. (MDA, 2005b, p. 5-6).

Ou seja, trata-se da valorização da cultura de um universo de agricultores e do seu modo de vida, na dinâmica da atividade turística, mesmo que o número desses seja reduzido. É importante considerar também que tais ações públicas devem vir acompanhadas de outras medidas como: adequação do sistema de leis turísticas, sanitárias, fiscais, tributárias,

cooperativistas, ambientais, trabalhistas e previdenciárias; melhoria da infra-estrutura básica oferecida pelo setor público como estradas, saneamento básico e telefonia; infra-estrutura turística de uso coletivo como sinalização, paisagismo, segurança pública e informações turísticas; assistência técnica e extensão rural; financiamento da produção e fomento da construção com adequação de estruturas físicas que possam permitir a recepção e um atendimento confortável ao turista; intercâmbio, monitoramento e avaliação permanente com disponibilidade de um sistema de informações funcionando de forma eficente.

Diante das linhas de ações do PRONAF, observamos que a valorização dos aspectos culturais regionais ainda é muito pontual e recente, restringido-se essencialmente à prática do turismo na agricultura familiar de alguns estados. Tal valorização poderia estar presente tanto nessa atividade de lazer e entretenimento, portanto, de serviços, quanto associada ao comércio de artesanatos e alimentos em nível de mercado amplo. Dessa forma, agrega-se valor à produção local através da valorização da representação cultural regional e local, isso, de forma integrada e articulada.

A valorização da cultura poderia ocorrer no momento da elaboração dos projetos e planos de ações, levando em consideração o conhecimento do agricultor familiar sobre as condições produtivas, sobre técnicas de cultivo e manejo do rebanho, tradição na produção e consumo de determinados alimentos, além da importância das redes sociais locais.

Se esses aspectos fossem considerados e se houvesse a participação direta dos agricultores familiares, através de representações, na elaboração das ações do PRONAF e de outras políticas públicas, possivelmente teríamos programas e ações mais eficazes e mais adequadas à realidade local, o que, certamente, geraria resultados mais satisfatórios. No entanto, para se implementar isso, não se pode definir todos os programas e ações, de determinada política, na esfera macro, ou seja, em nível federal e nem mesmo estadual. Nesses níveis poderiam ser definidas apenas as diretrizes gerais, sendo necessária a criação de

uma nova institucionalidade para o meio rural que viesse a favorecer a participação de outros atores locais, em especial, dos agricultores familiares, na elaboração e gestão das políticas locais.

4.5. O PRONAF no Rio Grande do Norte: uma análise sobre a distribuição dos recursos para a agropecuária

É notório que a agricultura familiar tem um importante papel na dinâmica socioespacial potiguar, mesmo diante da persistência de problemas como a concentração fundiária, baixos níveis de qualificação, tecnificação e produtividade, desigualdade socioeconômica, instabilidade climática entre outras limitações. A atividade é responsável por manter boa parte da população do estado no meio rural.

Considerando o método de análise, embora questionável, adotado pelo IBGE para delimitar o que é população rural e o que é população urbana, verificamos que no ano 2000 mais de 26% da população estadual vivia no campo; e, desse universo, a maior parte vivia da agricultura desenvolvida nos moldes da agricultura familiar. Some-se a esse grupo a parcela de agricultores que, embora vivendo nos pequenos núcleos urbanos, sedes dos municípios potiguares, desenvolvem a atividade em tempo parcial ou integral.

Apesar de em 2003 a agropecuária potiguar representar apenas 5,28% do Produto Interno Bruto estadual, observamos que esta ocupa boa parte da população rural, e até mesmo urbana, na maioria dos municípios interioranos. Durante a nossa pesquisa de campo, realizada no Seridó potiguar entre os meses de junho e agosto de 2005, constatamos que boa parte dos entrevistados vive principalmente da agropecuária, até mesmo alguns chefes de famílias inseridas no Programa do Leite. Neste último caso, os grupos familiares normalmente vivem nas cidades, mas os mesmos trabalham no campo, ora como empregados de fazendas, ora como parceiros (meeiros) ou estabelecendo outro tipo de relação de trabalho. A maioria dos agropecuaristas entrevistados tem na agropecuária sua principal fonte de renda, enquanto boa

parte dos chefes de famílias assistidas pelo Programa do Leite tem na agropecuária um meio de sobrevivência importante.

Embora a região apresente indicadores sociais favoráveis em relação ao estado, um dos fatores que limita seu desenvolvimento social de forma mais efetiva e mais ampla, dificultando, inclusive, a existência de melhores condições de vida no campo, diz respeito à estrutura fundiária característica e demasiadamente concentrada.

No âmbito estadual esse quadro é mais agudo ainda, pois a maior parte dos estabelecimentos rurais constitui-se de parcelas aquinhoadas de terras, evidenciando uma estrutura fundiária constituída principalmente de minifúndios. Por outro lado, um reduzido número de estabelecimentos detém parcelas significativas de terras, abrangendo, portanto, a maior parte do solo agricultável do estado (Gráfico 2).

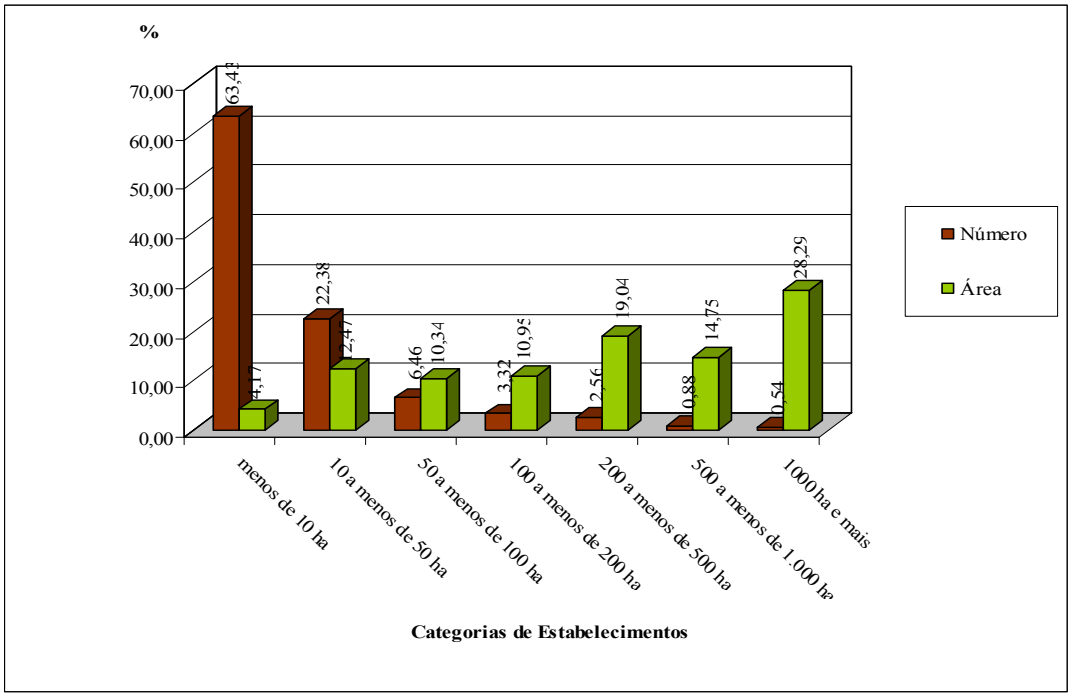


GRÁFICO 2 – Rio Grande do Norte: Estrutura Fundiária (1996)
Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1995/96.
Org. AZEVEDO, F. F. de. (2006).

De acordo com o IBGE (1995/96) são mais de noventa e um mil estabelecimentos rurais no estado, dos quais boa parte desenvolve a agricultura familiar, mesmo no contexto de elevada concentração fundiária, herança histórica do processo de colonização do país.

Percebemos que aproximadamente 63% do número de estabelecimentos rurais do estado detêm menos de 5% das terras, e se enquadram na categoria de estabelecimentos com menos de 10 ha. Já 0,54% dos estabelecimentos ocupa mais de 28% da área, classificando-se como estabelecimentos com mais de 1.000 ha.

Em termos percentuais, somando o número de estabelecimentos das duas primeiras categorias (a que apresenta menos de 10 ha, e a que tem 10 ha a menos de 50 ha) temos aproximadamente 85% do número de estabelecimentos, os quais detêm pouco mais de 6% da área total, ou seja, trata-se de uma estrutura fundiária extremamente concentrada e minifundizada.

No Seridó potiguar, a concentração fundiária também se mostra bastante elevada, porém com algumas distinções em relação ao estado (Gráfico 3).

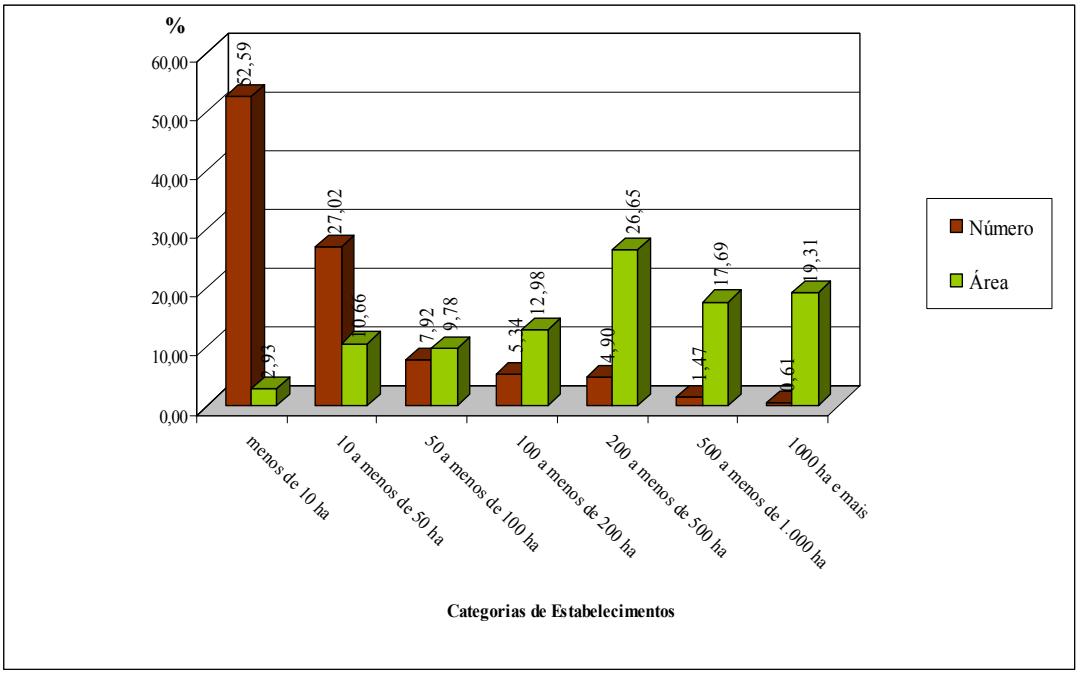


GRÁFICO 3 – Seridó Potiguar: Estrutura Fundiária (1996)
Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1996.
Org. AZEVEDO, F. F. de. (2006).

Visivelmente, há o predomínio dos minifúndios, pois, 52,59% dos estabelecimentos ocupam menos de 3% da área e têm menos de 10 ha. Mesmo assim, existem algumas distinções em relação ao estado. Por exemplo, esse mesmo percentual de estabelecimentos

com menos de 10 ha é inferior na região do Seridó, assim como a área ocupada pelos mesmos, ou seja, esses estabelecimentos são ainda menores. Já o percentual de estabelecimentos com 10 ha a menos de 50 ha é maior, mas o percentual de área dessa categoria é inferior. Enquanto isso, a terceira e quarta categorias abrangem mais estabelecimentos, mas somente o estrato com 100 ha a menos de 200 ha supera em termos de área ocupada, tudo isso, relacionando o contexto regional ao estadual.

As três categorias que mais detêm terras na região são sucessivamente: 200 ha a menos de 500 ha; 500 ha a menos de 1.000 ha; 1000 ha e mais; ou seja, trata-se daqueles estratos constituídos por estabelecimentos com dimensões maiores, o que evidencia uma estrutura fundiária também fortemente concentrada. Em relação ao Seridó, esta última categoria detém menos terras, embora apresente maior percentual de estabelecimentos em relação ao estado.

Mesmo diante desse quadro, a agricultura familiar no Seridó potiguar, e no estado, é bastante representativa, desenvolvida principalmente nos estabelecimentos menores, isto é, nas três primeiras categorias com dimensões menores de terras por estabelecimento.

Uma boa maneira de avaliarmos a força representativa da agricultura familiar na região do Seridó e no Rio Grande do Norte é através da análise dos dados referentes ao número de contratos e ao volume de recursos destinados ao PRONAF nos últimos anos, atentando-se, também, para a expansão e/ou redução ocorridas. Mas é notório o aumento desses indicadores nos últimos cinco anos.

Ao analisar os dados do MDA (2006), percebemos que esses aumentos ocorreram principalmente durante o governo Lula (2003-2006). Em 1999, 2000 e 2001 o número de contratos foi reduzido, com acirramento da disparidade regional nordeste-sul, ao passo que a partir de 2002 houve aumentos contínuos e consideráveis, tanto no número de contratos, quanto no montante de recursos destinados ao estado.

Os aumentos percentuais no número de contratos e no volume de recursos do PRONAF, no Rio Grande do Norte, no ano fiscal de 2005 em relação a 1999 foram 600% e 986% respectivamente. Já no ano de 2005 em relação a 2002, que corresponde à gestão do governo Lula, o aumento foi de 265% no número de contratos e 448% no volume de recursos. Significa dizer que em 2005 foram firmados 79.555 contratos contra 30.023 contraídos em 2002 que coincide com o último ano do governo Fernando Henrique Cardoso.

Dessa forma, o volume de recursos do PRONAF no último governo elevou-se de aproximadamente R$ 33 milhões para quase R$ 148 milhões, o que implicou suavização das disparidades regionais, embora ainda permaneçam elevadas (Tabela 25).

Tais aumentos trouxeram mudanças significativas para o meio rural potiguar, especialmente para esse segmento social, tais como aumento da produção agropecuária, melhorias na infra-estrutura dos estabelecimentos rurais, melhorias no padrão de consumo das famílias beneficiadas com conseqüente melhoria nas condições de vida da população atingida, não obstante os problemas existentes que serão mostrados posteriormente.

A partir dos dados da tabela depreendemos que a evolução na distribuição regional dos recursos e o número de contratos firmados com o PRONAF no período 2002-2005 diminuíram as disparidades entre os estados e entre as regiões, apesar de permanecerem bastante desiguais. Por exemplo, em 2002 o número de contratos do PRONAF na região Norte correspondia somente a 8,22% dos estabelecimentos familiares daquela região; na região Nordeste a 14,57%, ao passo que, na região Sul, correspondia a 52,86% dos estabelecimentos desse segmento da agricultura, ou seja, as regiões mais necessitadas e mais carentes de recursos de fomento ao desenvolvimento rural foram as que menos firmaram contratos com o Programa; portanto, tiveram menos acesso ao crédito. Isso se comprova quando avaliamos o volume de recursos destinados às regiões e aos estados. Em 2002, a região Norte recebeu somente 6,45% do total de recursos do PRONAF.

Tabela 25 – Brasil: PRONAF por Regiões, Estados, Número de Contratos e Valores (2002-2005)

Região	Estados	Número de Estabelecimentos familiares*	2002		2005	
			Contratos	Valores (R$ 1,00)	Contratos	Valores (R$ 1,00)
Norte	AC	19.977	2.296	6.865.102,60	5.525	29.430.610,65
	AP	2.274	91	832.334,66	685	4.927.387,47
	AM	64.101	702	5.436.601,91	6.415	26.994.494,02
	PA	183.569	5.376	45.605.995,90	29.285	261.322.444,26
	RO	70.377	18.776	65.748.024,94	25.420	148.886.744,55
	RR	6.049	184	1.500.202,56	2.374	21.884.046,25
	TO	34.521	3.895	29.142.841,88	10.812	89.222.024,49
	Total Região	**380.868**	**31.320**	**155.131.104,45**	**80.516**	**582.667.751,69**
Nordeste	AL	105.375	19.740	30.722.375,13	35.778	76.773.394,55
	BA	623.130	87.487	119.987.701,26	142.731	365.018.982,31
	CE	306.213	28.047	29.885.188,83	84.711	172.611.733,43
	MA	294.605	40.373	55.034.867,05	101.231	309.287.729,50
	PB	131.462	14.599	14.682.545,26	43.419	100.466.824,98
	PE	233.800	10.537	15.907.426,15	71.771	136.873.091,00
	PI	190.737	34.538	34.963.377,12	97.502	178.995.029,73
	RN	79.852	30.023	33.007.952,05	79.555	147.737.745,33
	SE	89.983	34.005	35.381.227,55	43.927	99.693.844,54
	Total Região	**2.055.157**	**299.349**	**369.572.660,40**	**700.625**	**1.587.458.375,37**
Sudeste	ES	56.744	20.820	65.030.519,37	31.166	163.470.267,61
	MG	383.793	75.134	202.585.819,20	176.200	741.780.624,89
	RJ	42.883	4.246	20.777.519,03	8.757	51.100.411,83
	SP	150.200	13.650	66.337.526,23	27.373	202.084.342,03
	Total Região	**633.620**	**113.850**	**354.731.383,83**	**243.496**	**1.158.435.646,36**
Sul	PR	321.380	107.228	315.358.446,69	146.172	727.173.600,86
	RS	394.495	277.500	732.028.459,49	323.314	1.259.525.500,59
	SC	191.760	95.029	289.337.770,30	120.101	647.761.457,08
	Total Região	**907.635**	**479.757**	**1.336.724.676,48**	**589.587**	**2.634.460.558,53**
Centro-Oeste	DF	634	173	750.144,79	223	1.116.067,81
	GO	79.569	12.075	57.306.334,85	31.597	230.672.735,15
	MT	55.070	12.656	107.579.695,55	18.673	163.536.056,19
	MS	26.789	4.066	23.049.769,66	6.344	43.890.686,01
	Total Região	**162.062**	**28.970**	**188.685.944,85**	**56.837**	**439.215.545,16**
Não Identificada UF		-	1	5.000,00	3	38.875,00
Total Brasil		**4.139.342**	**953.246**	**2.404.845.770,01**	**1.671.061**	**6.402.237.877,11**

Fonte: MDA; INCRA/FAO, 2006

* Número de estabelecimentos familiares de acordo com o INCRA/FAO, 2000, baseado no Censo Agropecuário do IBGE 1995/96.

Org. AZEVEDO, F. F. de. (2006).

A região Nordeste, embora com o maior número de estabelecimentos familiares, cerca de 50% do total, recebeu apenas 15% dos recursos, ao passo que a região Sul recebeu

56% do volume total de recursos do Programa para atender apenas a 21,9% do total de estabelecimentos familiares do país. As regiões Sudeste e Centro-Oeste receberam respectivamente 15% e 7% dos valores do PRONAF, representando 15,3% e 3,9%, respectivamente, do total de estabelecimentos familiares do país.

Em 2005 esse quadro passou por algumas alterações. Na tentativa de diminuir a desigualdade na distribuição dos recursos, o Governo Federal elevou o número de contratos em todas as regiões, priorizando as regiões Norte e Nordeste, aumentando, assim, o número de estabelecimentos rurais familiares com acesso ao crédito rural. Portanto, o número de contratos firmados na região Norte passou a corresponder a 21,14% do total de estabelecimentos familiares, no Nordeste a 34,09%, no Sudeste a 38,43%, no Sul esse percentual aumentou ainda mais, correspondendo a 64,96% e no Centro-Oeste a 35,07%.

Porém, a distribuição dos valores apresentou-se menos díspar, isto é, a região Norte passou a receber 9,10% do volume nacional de recursos do Programa, o Nordeste 24,79%, o Sudeste 18,09% e o Centro-Oeste 6,86%. Vale lembrar que no Centro-Oeste a agricultura patronal é hegemônica e bastante representativa em relação à agricultura familiar. O Sul, embora detendo menor percentual de recursos, em comparação ao período anterior, permaneceu majoritário no recebimento de valores do PRONAF, isto é, diminuiu de 55,58% para 41,14%.

Um balanço do período evoca aumento significativo de todos os números de contratos e montante de crédito. No país o número de contratos aumentou aproximadamente 175% face ao aumento de 266% no volume de recursos. A região Norte apresentou a maior elevação no número de contratos firmados (257%), seguida da região Nordeste com 234%. Na seqüência dessa evolução aparecem as regiões Sudeste com aumento de 214%, Centro-Oeste com 196% e Sul com 122%.

Quanto à expansão nacional dos recursos destinados ao Programa o percentual aproximado foi de 266%. O Nordeste, que detém o maior número de estabelecimentos familiares verificou o maior percentual evolutivo, aproximadamente 430%, seguido das regiões Norte (375,59%), Sudeste (326,56%), Centro-Oeste (232,77%) e Sul (197,08%).

Ao avaliar a distribuição dos recursos e o número de contratos firmados com o PRONAF no Rio Grande do Norte, no período 2002-2005, uma situação inusitada se apresenta. De todas as unidades da federação, o Rio Grande do Norte apresentou o maior aumento percentual no número de contratos em relação ao número de estabelecimentos familiares, ou seja, em 2002 o total de contratos contraídos equivalia a 37,60% do total de estabelecimentos familiares passando em 2005 para 99,63 desses[96]. Em 2002 o estado recebia 1,37% do volume nacional de recursos e quase 9% do total da região, já em 2005 o mesmo recebeu 2,30% do total do país, permanecendo com aproximadamente 9% do montante regional. Só a título de comparação, em 2002 o Rio Grande do Sul detinha o maior percentual de recursos entre os demais estados, isto é, 30,43%. Em 2005 o mesmo recebeu aproximadamente 20% dos recursos nacionais do PRONAF, mas a diferença ainda permaneceu majoritária.

Entre 2002 e 2005 o número de contratos firmados no Rio Grande do Norte aumentou em torno de 265% face ao aumento de 447,58% no volume de crédito do Programa. No geral, em todo o estado o PRONAF gerou fortes incentivos à atividade criatória, especialmente a pecuária leiteira, sendo ainda responsável parcial pela elevação da produção no setor de laticínios, pelo aumento do rebanho, bovino principalmente, além de caprino e ovino, pela expansão da fruticultura e pelo plantio de pastagens para dar suporte ao sistema

[96] Isso se deve principalmente ao aumento no número de famílias assentadas no Rio Grande do Norte na última década, das quais boa parte firmou contratos com o PRONAF. De acordo com o INCRA/FAO (2000) a contagem do número de estabelecimentos familiares no estado e no país baseia-se no Censo Agropecuário de 1995/96, entretanto, na última década foram assentadas no estado aproximadamente 20 mil famílias, das quais a maioria teve acesso ao crédito do PRONAF (Pesquisa de Campo, 2006). Logo, o número de estabelecimentos familiares no estado é bastante superior ao apresentado na tabela, por isso, o percentual do número de contratos em relação ao número de estabelecimentos familiares é inferior ao apresentado acima.

criatório. Posteriormente, analisaremos mais detalhadamente as mudanças nas condições sociais dos produtores rurais ao relacionarmos os dados acima à pesquisa empírica.

Dos recursos provenientes do PRONAF em 2002, o custeio e o investimento na pecuária aparecem majoritários frente ao custeio e ao investimento agrícola (Gráfico 4).

Em 2002 o volume de recursos destinado à pecuária estadual nas formas de custeio e investimento correspondeu a 76% do total de crédito do PRONAF, totalizando mais de R$ 19 milhões empregados, contra aproximadamente R$ 6 milhões do custeio e investimento agrícola nos moldes da produção familiar.

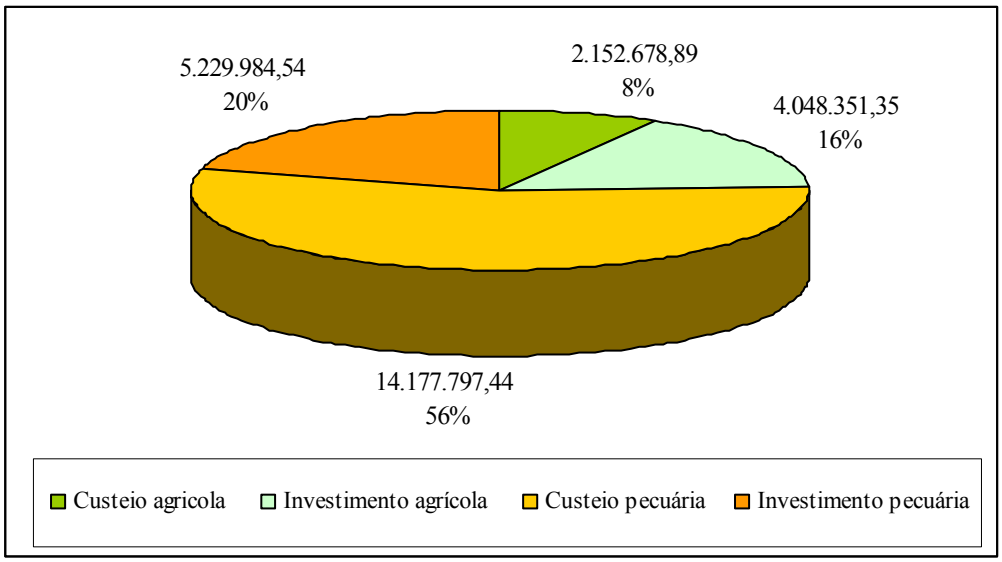


GRÁFICO 4 – Rio Grande do Norte: PRONAF – Crédito para a pecuária e para a agricultura, 2002.

Fonte: Banco Central, 2002.

Org. AZEVEDO, F. F. de. (2006).

Esses dados reafirmam a tese de que não foi o Programa do Leite, tampouco o Governo do Estado que reestruturou a pecuária leiteira potiguar, mas, principalmente, os recursos públicos federais, ora por meio do PRONAF, através do custeio e dos investimentos na pecuária, ora através de outras linhas de crédito do Governo Federal direcionadas ao setor.

Dentre as três principais linhas do PRONAF que mais receberam recursos desde sua implantação no estado destacam-se os grupos A, B e C (Tabela 26).

Tabela 26 – Rio Grande do Norte: PRONAF – Ano Fiscal, Enquadramento, Número de Contratos e Montante de Crédito

Ano	Enquadramento	Nº de Contratos	Montante (R$ 1,00)
1999	Exigibilidade Bancária (sem enquadramento)	13	34.323,85
	Grupo A	8.019	4.223.964,57
	Grupo C	402	363.065,24
	Grupo D	4.828	10.358.628,07
2000	Exigibilidade Bancária (sem enquadramento)	180	365.133,91
	Grupo A	4.012	19.639.129,57
	Grupo A/C	2	2.421,57
	Grupo B	1.714	854.915,66
	Grupo C	2.814	3.928.024,69
	Grupo D	1.714	5.629.697,09
2001	Grupo A	2.691	19.021.814,27
	Grupo A/C	1	1.480,00
	Grupo B	4.434	2.212.709,44
	Grupo C	3.483	3.230.612,69
	Grupo D	480	1.453.306,42
2002	Grupo A	1.391	11.673.353,20
	Grupo B	9.897	4.940.080,18
	Grupo C	18.379	15.085.195,76
	Grupo D	356	1.309.322,92
2003	Grupo A	2.089	21.500.691,71
	Grupo A/C	187	379.889,84
	Grupo B	9.887	9.107.378,84
	Grupo C	44.053	42.579.944,14
	Grupo D	259	1.411.835,04
	Grupo E	85	360.536,91
2004	Exigibilidade Bancária (sem enquadramento)	13	65.077,45
	Grupo A	1.392	15.668.616,54
	Grupo A/C	147	263.437,84
	Grupo B	21.797	21.575.246,47
	Grupo C	45.546	49.128.504,15
	Grupo D	649	5.457.767,88
	Grupo E	33	388.875,31
	Mini-produtores	6	97.810,00
2005	Agroindustria Familiar	2	19.872,48
	Grupo A	1.814	21.727.829,19
	Grupo A/C	484	1.130.570,03
	Grupo B	26.752	26.569.862,41
	Grupo C	48.654	79.371.926,29
	Grupo D	1.269	9.830.495,86
	Grupo E	79	1.341.264,99
	Grupo X	501	7.745.924,07

Fonte: MDA, 2006
Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)

No período de 1999-2005 o grupo A recebeu aproximadamente R$ 111 milhões através de 21.408 contratos firmados. O grupo B obteve um valor próximo de R$ 65 milhões

em 74.481 contratos. Já o grupo C recebeu em torno de R$ 193 milhões de recursos do Programa a partir de 163.331 contratos assinados.

O grupo D recebeu aproximadamente R$ 35 milhões, já o grupo E recebeu valores próximos de R$ 2 milhões no período analisado. No estado ainda aparecem contratos e valores enquadrados paulatinamente nos grupos A/C, além de contratos e valores sem enquadramento em grupo algum.

Em 1999 o Programa contemplava um reduzido número de agricultores em apenas três grupos – A, C e D –, ou seja, inicialmente o PRONAF destinava-se aos estabelecimentos com mão-de-obra exclusivamente familiar ou que utilizavam eventualmente trabalho temporário extra-familiar e, no máximo, dois empregados fixos. Nesse mesmo ano, o Programa dispôs de parcos recursos para o estado com um número reduzido de contratos firmados.

No ano 2000 o Programa passou a abranger a maioria dos grupos de agricultores aumentando consideravelmente o volume de crédito. Em 2003 o Programa passou a atingir todas as linhas de crédito no estado, beneficiando todos os grupos de agricultores com aumentos consideráveis no volume de recursos e no número de contratos firmados.

No entanto, apesar dos avanços, mais quantitativos que qualitativos, algumas considerações devem ser feitas no sentido de contribuir com o aprimoramento desse Programa governamental que mudou o enfoque das políticas públicas para o meio rural brasileiro. Embora não se constitua numa política social compensatória de base assistencialista, o PRONAF corre o risco de sê-lo, pois, vários problemas podem ser verificados, o que impede sua maior eficácia, assunto que discutiremos no final desse capítulo.

4.6. O crédito agrícola e o crédito do PRONAF: desigualdade e disparidade

Considerando a análise feita sobre as desigualdades regionais na distribuição dos recursos da agricultura familiar no Brasil, observamos que as disparidades no meio rural

acirram-se ainda mais quando correlacionamos o crédito agrícola destinado à agricultura empresarial com o crédito do PRONAF destinado à agricultura familiar. Nesse aspecto, percebemos extrema desigualdade na distribuição dos recursos entre esses dois vetores da agricultura que são de certa forma extrínsecos e antagônicos. Na distribuição e concessão do crédito do PRONAF há favoritismo de regiões e estados em detrimento de outros(as). Já na distribuição setorial desses recursos há super-favorecimento de um setor em relação ao outro. Os dados do gráfico 5 mostram claramente as disparidades na concessão do crédito entre a agricultura empresarial e a agricultura familiar.

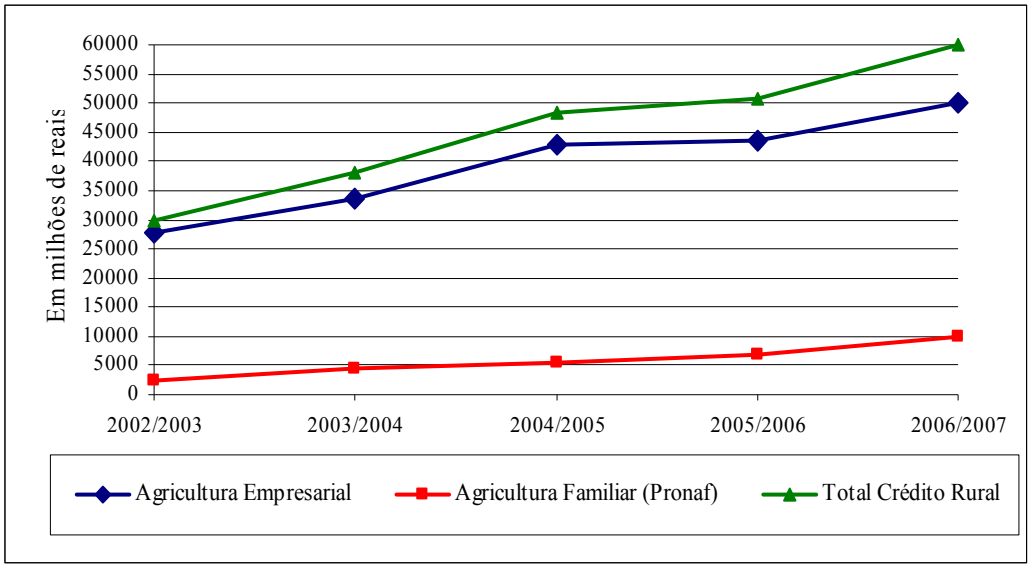


GRÁFICO 5 – Brasil: Crédito Agrícola e Crédito do PRONAF – 2001-2007 (R$ 1 milhão)

Obs. Os dados referentes ao ano agrícola de 2006/2007 são estimativas.

Fonte: Ministério da Agricultura (2006).

Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)

No período em análise, a evolução na distribuição setorial dos recursos públicos para a agricultura, por ano agrícola, evidencia nitidamente a supremacia e hegemonia da agricultura empresarial, não obstante o considerável aumento percentual no volume de crédito destinado à agricultura familiar.

Entre 2002 e 2006 o volume de crédito da agricultura empresarial quase duplicou, já o crédito da agricultura familiar mais que triplicou no período; todavia, a diferença entre

ambos permaneceu extremamente elevada. No ano agrícola-base 2002/2003 a agricultura empresarial recebeu R$ 27,6 bilhões, passando a receber R$ 43,7 bilhões no ano agrícola 2005/2006, com estimativa de chegar a julho de 2007 dispondo de R$ 50 bilhões em crédito. Já a agricultura familiar dispôs inicialmente de R$ 2,3 bilhões em 2002/2003, passando a R$ 7 bilhões no ano agrícola 2005/2006, com previsão de dispor em 2007 de aproximadamente R$ 10 bilhões em crédito. O governo estima que até 2007 o volume total de crédito para a agricultura nacional duplique, chegando, portanto, a aproximadamente R$ 60 bilhões de reais, ou seja, trata-se de um volume substancial de recursos públicos sendo destinado à agricultura, sem, contudo alterar as estruturas sociais, econômicas e políticas existentes.

Ao relacionarmos o volume de crédito por setores, regiões e número de contratos firmados na agricultura empresarial e familiar, observamos com mais nitidez as desigualdades intersetoriais e inter-regionais que permeiam a agricultura brasileira. (Tabela 27).

Com efeito, de acordo com os dados do Anuário Estatístico do Banco Central do Brasil[97] tais valores apresentam-se bastante díspares. Em 2002, a região Norte apresentou valores e contratos do crédito agrícola, equivalentes, respectivamente, a 2,82% e 4,26% dos totais nacionais. Já o volume de crédito e o número de contratos do PRONAF corresponderam a 3,07% e 4,26%. O crédito agrícola destinado a essa região foi superior ao crédito familiar em aproximadamente 615%.

Na região Nordeste o crédito agrícola equivaleu a 5,67% do montante nacional e o crédito da agricultura familiar a 11,91%. Nessa região, o crédito do PRONAF correspondeu

[97] Vale ressaltar que mesmo analisando o ano fiscal quanto aos dados do PRONAF, os valores oficiais do governo divergem entre as instituições. Nesse caso, entre o BACEN e o MDA. Depreendemos que isso ocorre por causa da desobrigação do registro de operações de investimento por parte das instituições financeiras junto ao BACEN. Por essa razão, os valores do PRONAF reconhecidos por essa instituição podem aparecer inferiores em relação aos valores do MDA mesmo em períodos iguais como é o caso do ano fiscal de 2002. Nesse sentido, a instituição afirma que "de acordo com art. 1º, inciso III, da Resolução nº 2.321, de 09.10.96, as Instituições Financeiras estão dispensadas do registro das operações de INVESTIMENTO no Sistema RECOR. Os dados de INVESTIMENTOS, portanto, NÃO espelham necessariamente o volume de recursos concedidos para esta finalidade, no âmbito do PRONAF" (sic) (BACEN, 2002, p. 955).

apenas a 22,5% do valor do crédito agrícola evidenciando expressiva desigualdade intersetorial.

Tabela 27 – Brasil: Crédito Agrícola e Crédito do PRONAF por Estados e Regiões, 2002

		Crédito Agrícola				Crédito do PRONAF			
	Estados	Contratos	%	Valor	%	Contratos	%	Valor	%
Norte	Acre	6.055	0,35	36.289.384,60	0,16	1.805	0,22	2.419.913,23	0,10
	Amapá	790	0,05	4.364.409,10	0,02	4	0,00	17.814,48	0,00
	Amazonas	3.689	0,21	36.635.395,33	0,16	37	0,00	70.153,38	0,00
	Pará	15.812	0,92	208.944.167,57	0,93	3.298	0,40	23.399.458,33	0,97
	Rondônia	22.830	1,33	155.003.195,53	0,69	17.137	2,07	55.513.908,63	2,30
	Roraima	561	0,03	5.123.097,72	0,02	0	0,00	0,00	0,00
	Tocantins	11.132	0,65	186.197.403,11	0,83	3.162	0,38	21.480.516,74	0,89
	Total da Região	**60.869**	**3,54**	**632.557.050,96**	**2,82**	**25.443**	**3,07**	**102.901.764,79**	**4,26**
Nordeste	Alagoas	24.719	1,44	75.801.377,40	0,34	15.673	1,89	26.220.493,12	1,09
	Bahia	123.790	7,20	530.908.335,08	2,37	56.348	6,79	98.388.158,38	4,07
	Ceará	38.239	2,22	152.981.280,53	0,68	7.306	0,88	16.361.616,07	0,68
	Maranhão	52.813	3,07	131.828.011,06	0,59	32.515	3,92	46.539.479,32	1,93
	Paraíba	18.762	1,09	129.409.519,72	0,58	4.205	0,51	7.037.062,08	0,29
	Pernambuco	18.222	1,06	46.862.743,69	0,21	6.223	0,75	12.648.324,49	0,52
	Piauí	40.550	2,36	66.977.231,76	0,30	24.127	2,91	28.080.626,87	1,16
	Rio Grande do Norte	38.171	2,22	90.584.348,61	0,40	26.769	3,23	25.608.812,22	1,06
	Sergipe	38.904	2,26	47.621.750,33	0,21	21.428	2,58	26.806.152,02	1,11
	Total da Região	**394.170**	**22,93**	**1.272.974.598,18**	**5,67**	**194.594**	**23,46**	**287.690.724,57**	**11,91**
Sudeste	Espirito Santo	30.266	1,76	218.565.491,45	0,97	20.006	2,41	62.920.889,08	2,61
	Minas Gerais	134.418	7,82	2.220.943.939,53	9,90	55.796	6,73	206.545.775,51	8,55
	Rio de Janeiro	5.397	0,31	59.490.280,20	0,27	4.414	0,53	22.214.158,76	0,92
	São Paulo	94.679	5,51	4.063.755.116,97	18,11	13.599	1,64	74.061.235,55	3,07
	Total da Região	**264.760**	**15,40**	**6.562.754.828,19**	**29,24**	**93.815**	**11,31**	**365.742.058,90**	**15,15**
Sul	Paraná	233.042	13,56	3.713.073.137,03	16,54	111.681	13,46	342.102.560,49	14,17
	Rio Grande do Sul	466.605	27,15	4.027.493.495,36	17,95	267.778	32,28	770.680.845,38	31,91
	Santa Catarina	198.886	11,57	1.694.398.951,88	7,55	104.302	12,58	329.751.696,44	13,66
	Total da Região	**898.533**	**52,28**	**9.434.965.584,27**	**42,04**	**483.761**	**58,32**	**1.442.535.102,31**	**59,74**
Centro Oeste	Distrito Federal	1.290	0,08	68.674.553,29	0,31	184	0,02	807.732,21	0,03
	Goiás	44.629	2,60	1.792.235.934,12	7,99	12.522	1,51	62.138.081,22	2,57
	Mato Grosso	32.801	1,91	1.706.470.608,33	7,60	15.023	1,81	130.490.430,44	5,40
	Mato Grosso do Sul	21.709	1,26	972.689.614,14	4,33	4.091	0,49	22.563.624,36	0,93
	Total da Região	**100.429**	**5,84**	**4.540.070.709,88**	**20,23**	**31.820**	**3,84**	**215.999.868,23**	**8,94**
Total Brasil		**1.718.761**	**100,00**	**22.443.322.771,48**	**100,00**	**829.433**	**100,00**	**2.414.869.518,80**	**100,00**

Fonte: BACEN, 2002. (www.bcb.gov.br).
Org. AZEVEDO, F. F. de. (2006)

No Sudeste a situação desigual se agrava ainda mais, pois a disparidade na distribuição dos recursos entre os dois setores é mais intensa. O crédito da agricultura familiar representa apenas 5,5% do crédito agrícola. A região deteve 29,24% do crédito agrícola nacional e 15,15% dos recursos do PRONAF.

Na região Sul a distribuição dos recursos elucida principalmente a disparidade regional, tanto com relação ao crédito agrícola quanto em relação ao PRONAF, detendo respectivamente 42,04% e 59,74% dos valores totais do país. Os recursos do primeiro setor superaram o segundo em aproximadamente 654%. Em todo o país, a região apresentou o maior número de contratos firmados em ambos os setores, 52,28% e 58,32% respectivamente.

No Centro-Oeste, o agronegócio apresentou a maior força e preponderância entre as demais regiões em relação à agricultura familiar, pois deteve 95,5% do total de recursos públicos destinados à sua agricultura, ou seja, os recursos do crédito agrícola superaram o PRONAF em mais de 2.100%. A região deteve 20,23% dos recursos nacionais do crédito agrícola e 8,94% do crédito do PRONAF, embora dispondo apenas de 5,84% e 8,94% dos números de contratos nesses dois setores respectivamente.Vale lembrar que o agronegócio é uma das principais atividades econômicas dessa região.

Os dados acima evidenciam a extrema e perversa desigualdade e disparidade no emprego e aplicabilidade dos recursos públicos para a agricultura nacional. Nessas circuntâncias, percebemos que quanto mais consolidados e fortes os segmentos agropecuários regionais maiores os volumes de recursos empregados e maiores as benesses do Estado; por outro lado, quanto mais frágeis e vulneráveis tais segmentos mais parcos os recursos e menores os incentivos.

Existe, portanto, um “abismo” social muito grande entre as regiões brasileiras e um fosso socioeconômico entre os dois principais segmentos da agricultura, onde prevalece, via de regra, a lei do continuísmo das condições postas, na qual o agronegócio sempre leva mais vantagem que a produção familiar, embora esta última tenha um papel social fundamental na ocupação de mão-de-obra, na manutenção de um número elevado de famílias, bem como na geração de alimentos.

No Brasil, a agricultura familiar tem expressiva representatividade no tocante à geração de renda e ocupação de pessoal. O número de estabelecimentos, a área abrangida e o valor bruto da produção por categorias, familiar e patronal, evidenciam a importância desse segmento nos territórios nacional, estadual e regional (Tabela 28).

Tabela 28 – Brasil, Rio Grande do Norte e Seridó: Número de Estabelecimentos, Área, VBP, Categorias Familiares por Tipo de Renda, Categoria Patronal e Outras, 2000

		Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Categorias	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
Brasil	**TOTAL**	**4.859.864**	**100**	**353.611.242**	**100**	**47.796.469**	**100**
	Total Familiar	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9
	maiores rendas	406.291	8,4	24.141.455	6,8	9.156.373	19,2
	renda média	993.751	20,4	33.809.622	9,6	5.311.377	11,1
	renda baixa	823.547	16,9	18.218.318	5,2	1.707.136	3,6
	quase sem renda	1.915.780	39,4	31.599.055	8,9	1.942.838	4,1
	Patronal	554.501	11,4	240.042.122	67,9	29.139.850	61,0
	Inst.Religiosas	7.143	0,1	262.817	0,1	72.327	0,2
	Entidades Públicas	158.719	3,3	5.529.574	1,6	465.608	1,0
	Não Identificado	132	0	8.280	0	960	0
Rio Grande do Norte	**TOTAL**	**91.376**	**100**	**3.733.521**	**100**	**355.930**	**100**
	Total Familiar	79.852	87,4	1.457.147	39,0	128.556	36,1
	maiores rendas	3.578	3,9	272.097	7,3	46.300	13
	renda média	11.462	12,5	403.977	10,8	37.392	10,5
	renda baixa	13.004	14,2	249.811	6,7	19.219	5,4
	quase sem renda	51.808	56,7	531.260	14,2	25.645	7,2
	Patronal	8.479	9,3	2.240.961	60,0	221.383	62,2
	Inst. Religiosas	245	0,3	3.041	0,1	946	0,3
	Entidades Públicas	2.800	3,1	32.370	0,9	5.045	1,4
Seridó Potiguar	**TOTAL**	**12.392**	**100,00**	**702.161**	**100,00**	**53.736**	**100,00**
	Total Familiar	10.003	80,72	262.526	37,39	23.465	43,67
	maiores rendas	876	7,07	72.717	10,36	10.069	18,74
	renda média	2.096	16,91	78.024	11,11	7.422	13,81
	renda baixa	1.776	14,33	37.804	5,38	2.749	5,12
	quase sem renda	5.255	42,41	73.952	10,53	3.224	6,00
	Patronal	1.590	12,83	433.576	61,75	26.500	49,32
	Inst. Religiosas	121	0,98	490	0,07	828	1,54
	Entidades Públicas	678	5,47	5.551	0,79	2.946	5,48

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE; Convênio INCRA/FAO, 2000.
Org. AZEVEDO, F. F. de. (2006)

De acordo com os dados do IBGE (1995/96) e INCRA/FAO (2000), no Brasil os estabelecimentos familiares representavam 85,2% do total de estabelecimentos rurais

existentes em 1996; portanto, detinham há uma década apenas 30,5% do total de área e 37,9% do Valor Bruto da Produção.

Os estabelecimentos considerados pelo INCRA/FAO como *quase sem renda* representavam a maior parte dos agricultores desse segmento, gerando 4,1% do VBP rural. Nos estabelecimentos familiares, ainda aparecem as subcategorias de *renda baixa,* representando 16,9%, *renda média,* representando 20,4% e de *maiores rendas,* correspondendo a 8,4% do total de estabelecimentos.

Já a agricultura patronal do país representava no período 11,4% do total de estabelecimentos nacionais, absorvendo 67,9% da área total e 61% do VBP. Os dados também mostram a presença de estabelecimentos pertencentes a instituições religiosas (0,1%) e entidades públicas (3,3%), bem como um reduzido número de estabelecimentos não identificados a que categorias ou subcategorias pertenciam.

No Rio Grande do Norte os dados sobre a agricultura familiar indicam percentuais ainda mais elevados em relação à agricultura patronal, expressando a importância ainda maior desse segmento no estado. Apenas 9,3% dos estabelecimentos rurais enquadraram-se no segmento de agricultura patronal contra 87,4% de estabelecimentos da gricultura familiar.

A concentração fundiária aparece relativamente inferior à média nacional, pois os estabelecimentos familiares detinham 39% do total de área explorada contra 60% da área dos estabelecimentos da agricultura patronal, 3,1% da área dos estabelecimentos de entidades públicas e 0,3% de área pertencente a instituições religiosas, tudo isso em relação à área total explorada.

No estado, a agricultura familiar gerou no período 36,1% do VBP, já a agricultura patronal gerou 62,2% do VBP. A subcategoria dos estabelecimentos *quase sem renda* denuncia a pobreza rural no estado, pois representa 56,7% do total de estabelecimentos familiares estaduais. A mesma ocupava 14,2% do total de área e gerava apenas 7,2 do VBP.

Trata-se de uma agricultura predominantemente de subsistência. Os estabelecimentos com *renda média* representavam 12,5% do total, ocupando 10,8% da área e gerando a maior parte do VBP em relação às demais subcategorias (10,5%). Os estabelecimentos com *renda baixa* representavam 14,2% em relação ao total, detinham 10,8% do total de área e geravam 10,5% do VBP rural do estado.

Verticalizando a análise em nível de Seridó, também observamos a importância e relevância social da agricultura familiar na região. Isso se comprova principalmente quando avaliamos a capacidade de geração do VBP e sua distribuição entre as subcategorias desse universo. Ou seja, embora a agricultura familiar regional seja menos representativa em relação à média nacional e estadual no que concerne ao número de estabelecimentos (80%), percentual ainda bastante elevado, mesmo assim, a mesma gerava no período quase 44% do VBP, ocupando 37,39% do total da área regional.

Os estabelecimentos com *maiores rendas* eram menos representativos em número (7,07%), ocupavam 10,36% da área, mas geravam a maior parte do VBP regional (18,74%). Os estabelecimentos *quase sem renda* eram mais representativos em número (42,41%), ocupavam 10,53% do total de área e geravam 6% do VBP. Os estabelecimentos de *renda baixa* representavam 14,33%, detinham 5,38% da área agricultável e geravam 5,12% do VBP, já os estabelecimentos de *renda média* são relativamente representativos em número (16,91%), em área (11,11%) e em geração do VBP regional (13,81%).

A agricultura patronal seridoense é mais representativa que a média nacional e estadual (12,83%), apesar de ter gerado no período um VBP inferior em termos proporcionais (49,32%).

Os estabelecimentos de instituições religiosas representavam quase 1% em número, ocupavam 0,07% do total de área e geravam 1,54% do VBP. As terras dessa categoria são de

propriedade principalmente da Igreja Católica, através da Diocese de Caicó, instituição que detém sítios em alguns municípios da região.

Já os estabelecimentos de entidades públicas têm relativa importância na região, pois representam 5,47% do número total e geram 5,48% do VBP embora abranjam apenas 0,79% da área total. Esses estabelecimentos são ocupados por agricultores concessionários de terras públicas do DNOCS, conhecidos na região como “rendeiros” ou “colonos” desse órgão.

Em geral, esses estabelecimentos familiares são constituídos por pequenas glebas de terras que variam de tamanho e chegam a no máximo 20 ha, situando-se normalmente nas áreas úmidas do semi-árido, localizadas à montante e à jusante dos reservatórios d`água construídos pelo mesmo órgão. Os principais municípios seridoenses que apresentam esse tipo de categoria de estabelecimentos familiares são: Caicó, Cruzeta, Currais Novos e São João do Sabugí, nos quais o DNOCS dispõe de perímetros irrigados e/ou lotes de terra.

Diante dessas constatações, é possível observar a importância socioeconômica da agropecuária na maioria dos municípios interioranos do estado, cujas bases produtivas são essencialmente rurais. O Seridó, por sua vez, não foge à regra. Das atividades produtivas desenvolvidas na região a agropecuária sobressai como a mais importante na maioria dos municípios, principalmente em termos de ocupação de pessoal e como base de sobrevivência, principalmente se comparada ao vetor indústria e comércio (Gráfico 6).

De acordo com o IBGE (2000), as três principais atividades econômicas que mais ocuparam mão-de-obra no Rio Grande do Norte no ano 2000 foram, sucessivamente, a agropecuária, representada pela agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal (21,07%), o comércio (15,84%) e a indústria extrativa e de transformação (10,43%).

No Seridó a agropecuária foi ainda mais representativa em relação ao estado, e entre as três principais atividades que mais absorveram mão-de-obra. No ano 2000, o percentual de

pessoas ocupadas na mesma correspondeu a 25,61%, contra 16,47% da indústria extrativa e de transformação, e 13,05% do setor de comércio.

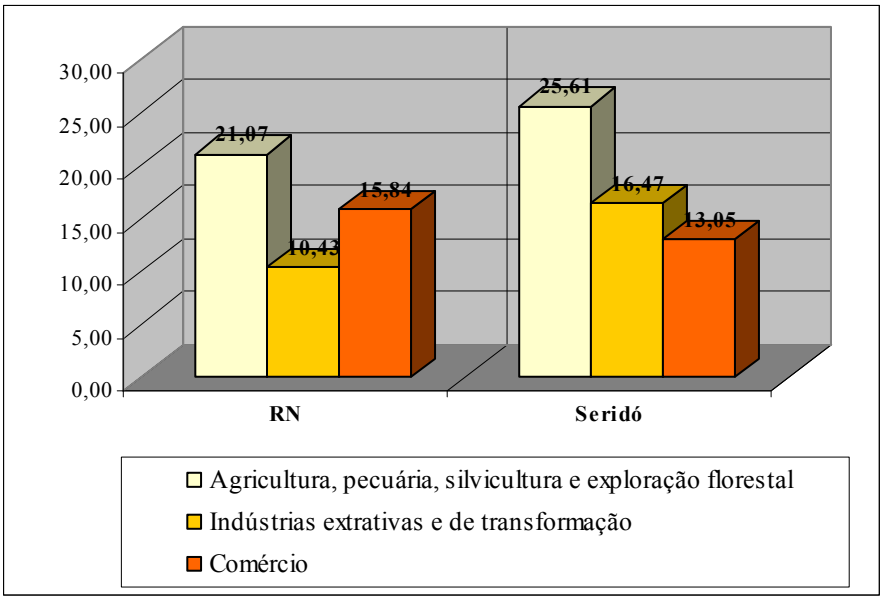


GRÁFICO 6 – Rio Grande do Norte e Seridó: Pessoal Ocupado por Atividade Econômica (2000)
Fonte: IBGE, 2000.
Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)

É importante frisar que em alguns municípios seridoenses a agropecuária apresentou percentuais ainda mais elevados em relação ao estado e à própria região. Isso pode ser verificado, por exemplo, nos municípios da microrregião de Serra de Santana onde a agropecuária ocupou aproximadamente 55% do pessoal ocupado nas três principais atividades. Isso justifica a importância de se analisar o setor produtivo agropecuário na região e sua representatividade socioeconômica atual.

4.7. A agropecuária e o PRONAF no Seridó: avanços e perspectivas

Verificamos anteriormente que o valor bruto da produção agropecuária no Rio Grande do Norte, incluindo todas as categorias produtivas do setor, correspondeu a aproximadamente 0,7% do total nacional. Já o VBP regional seridoense representou 0,11% do total nacional e 15% do total estadual. Em relação ao estado esse percentual pode ser considerado expressivo, haja vista as dificuldades enfrentadas pela população do semi-árido,

principalmente em termos de condições edafoclimáticas, pois essas refletem diretamente sobre a produção. Vale lembrar que, além das limitações climáticas, a maior parte do semi-árido potiguar dispõe de uma menor proporção de solos agricultáveis.

Os investimentos públicos na agropecuária seridoense têm sido fundamentais para favorecer a manutenção e permanência da população no campo. De acordo com o Banco Central, em 2002 a região recebeu mais de R$ 15 milhões de reais para a agropecuária. Parte desse valor referente ao crédito agrícola e a outra parte referente ao PRONAF (Tabela 29).

Tabela 29 – Seridó Potiguar: PRONAF e Crédito Agrícola por Número de Contratos e Volume de recursos – 2002

	PRONAF (a)		Crédito Agrícola (b)		Diferença a/b
Município	**Contratos**	**Valor**	**Contratos**	**Valor**	**%**
Acari	1.162	842.595,62	1.509	1.206.379,90	-30,16
Caicó	892	1.758.916,65	921	1.986.861,77	-11,47
Carnaúba dos Dantas	46	22.976,90	35	20.872,30	10,08
Cerro Corá	412	452.377,02	507	501.778,85	-9,85
Cruzeta	44	66.775,86	44	111.235,49	-39,97
Currais Novos	302	399.754,23	342	502.514,52	-20,45
Equador	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Florânia	664	1.864.988,83	532	604.272,69	208,63
Ipueira	4	2.000,00	n/d	n/d	n/d
Jardim de Piranhas	n/d	n/d	31	366.421,56	n/d
Jardim do Seridó	139	104.892,21	182	253.973,51	-58,70
Jucurutu	802	1.252.430,66	833	1.503.394,95	-16,69
Lagoa Nova	136	323.931,78	114	143.680,76	125,45
Ouro Branco	99	49.274,00	110	149.029,14	-66,94
Parelhas	119	62.529,00	121	103.565,81	-39,62
Santana do Seridó	39	36.465,00	51	70.886,61	-48,56
São Fernando	6	3.000,00	21	150.745,32	-98,01
São João do Sabugi	7	11.359,05	9	35.460,75	-67,97
São José do Seridó	5	8.650,00	23	215.829,83	-95,99
São Vicente	59	32.964,57	64	93.484,84	-64,74
Serra Negra do Norte	3	7.720,00	9	109.844,77	-92,97
Tenente Laurentino	38	19.000,00	34	24.636,47	-22,88
Timbaúba dos Batistas	12	5.998,40	15	31.180,40	-80,76
Total:	**4.990**	**7.328.599,78**	**5.507**	**8.186.050,24**	**-**

Fonte: BACEN, 2002.
Org. AZEVEDO, F. F. de. (2006)

Apesar do número de estabelecimentos familiares na região ser consideravelmente superior ao número de estabelecimentos da agricultura patronal, o número de contratos e o volume de recursos recebidos em 2002 por este último segmento foram superiores.

Diante dos dados apresentados pelo Banco Central, o crédito agrícola superou os recursos do PRONAF em aproximadamente 11%, e excetuando-se os municípios de Carnaúba dos Dantas, Florânia e Lagoa Nova, em todos os demais o volume do crédito agrícola superou o volume de recursos do PRONAF.

Os cinco principais municípios onde a diferença dos valores do crédito agrícola superou significativamente os valores do PRONAF foram sucessivamente: São Fernando, São José do Seridó, Serra Negra do Norte, Timbaúba dos Batistas e São João do Sabugi. Já os municípios onde o volume de recursos do PRONAF superou com elevada diferença o crédito agrícola foram sucessivamente Florânia e Lagoa Nova.

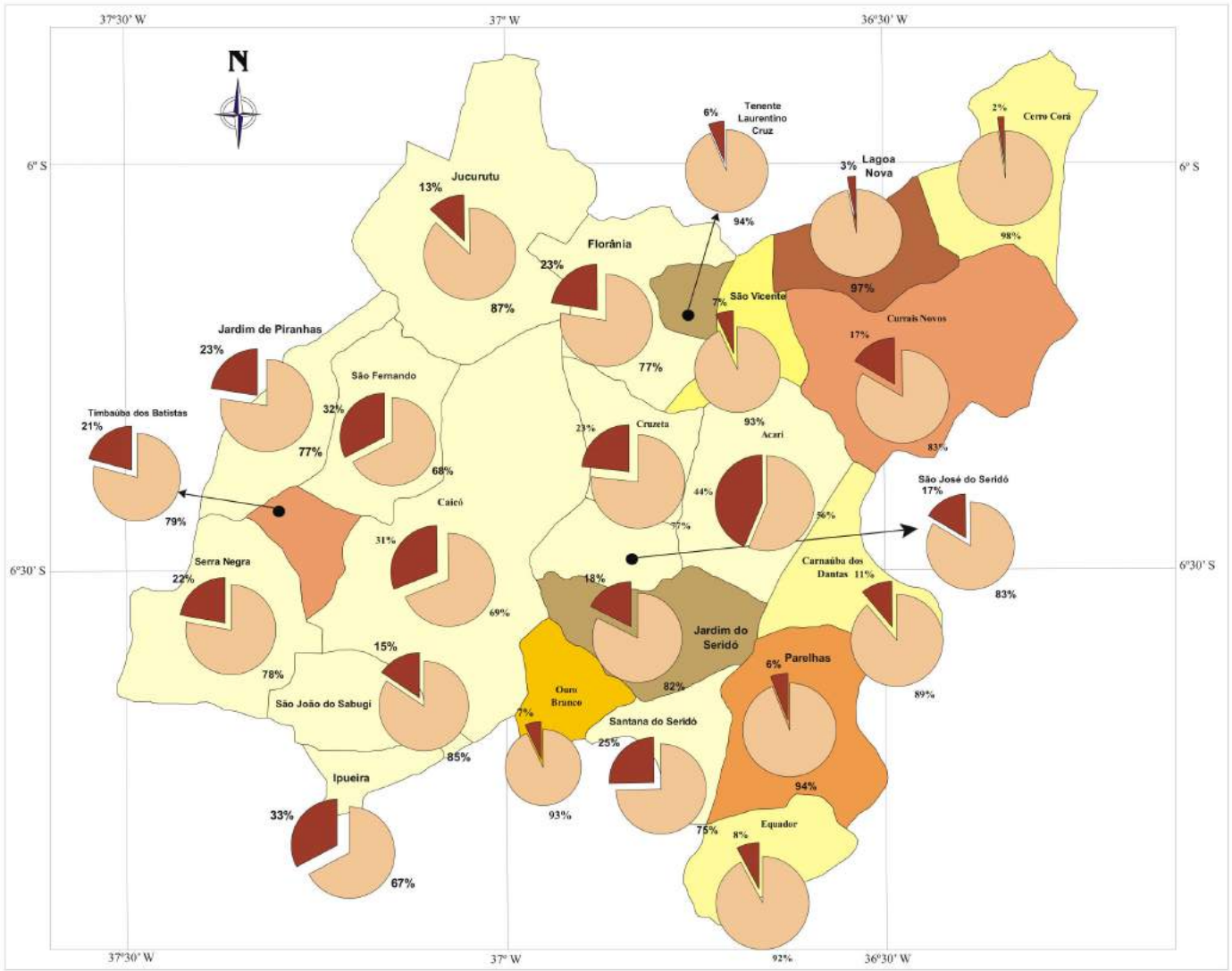
Embora discutido anteriormente, é importante ressaltar a importância da agricultura familiar por município na região, ora representada cartograficamente (Mapa 11).

Nota-se que o percentual de agricultores familiares em relação aos agricultores patronais na região é bastante expressivo, destacando-se os municípios localizados sobre a serra de Santana como Cerro Corá, Lagoa Nova e Tenente Laurentino Cruz. Se compararmos o percentual de contratos do PRONAF por município em 2005, em relação ao número de estabelecimentos rurais familiares em 2000[98], verificaremos a desigualdade regional na concessão do crédito para a agricultura familiar, ainda mais se considerarmos os percentuais de estabelecimentos agropecuários por segmentos de produção familiar e patronal.

[98] O último levantamento sobre o número de estabelecimentos rurais no Brasil foi realizado pelo IBGE no censo agropecuário de 1995/96, o qual classificou-os segundo uma metodologia própria. Em 2000, o INCRA juntamente com a FAO, utilizou a classificação do IBGE e constituiu uma outra a partir de uma nova metodologia. Diante disso, nessa parte de nossa análise, utilizaremos os dados estatísticos do INCRA/FAO referentes ao ano 2000 que, por sua vez ,baseia-se na classificação do IBGE do censo agropecuário de 1995/96. É importante considerar ainda que na última década houve variações significativas, principalmente, no número de estabelecimentos familiares a despeito da política nacional de assentamentos de reforma agrária que, na região, criou novos assentamentos, especialmente nas áreas serranas, constituindo, portanto, novos estabelecimentos familiares.

Título:

SERIDÓ POTIGUAR: Contratos do PRONAF (2005) e Estabelecimentos Agropecuários Familiar e Patronal (2000)







LEGENDA

Relação entre contratos do PRONAF e estabelecimentos familiares

- Entre 10 e 20%
- Entre 20 e 30%
- Entre 30 e 40%
- Entre 40 e 50%
- Entre 60 e 70%
- Entre 70 e 80%
- Entre 80 e 90%
- Entre 90 e 100%
- Nº de contratos superior ao nº de estabelecimentos familiares

Familiar
Patronal

Autor: Francisco Fransualdo Azevedo	Profª Orientadora: Drª Vera Lúcia Salazar Pessôa
Fonte: MDA, 2005 FAO/INCRA, 2000.	Organizador: Francisco F. de Azevedo
	Nível da Pesquisa: Doutorado — Data: 09/2006
ESCALA 0 12,5 25 Km	Mapa: 11 — Página: 288
	Edição: Celso D. Locatel

CAPES UERN PROPEG UFU IG Instituto de Geografia LAGEA

O município de Lagoa Nova destacou-se com o menor percentual de contratos firmados com o PRONAF em 2005, em relação ao número de estabelecimentos familiares do ano 2000, ou seja, menos de 20%. Depois aparecem Carnaúba dos Dantas e Cerro Corá, cujos percentuais de contratos do PRONAF em relação ao número de estabelecimentos foram 24,3% e 26,5% respectivamente.

Com base no mapa percebemos visivelmente que na maioria dos municípios seridoenses o número de contratos do PRONAF superou significativamente o número de estabelecimentos familiares, evidenciando alguns problemas de classificação no momento da concessão do crédito. Significa dizer que possivelmente agricultores patronais estão tendo acesso aos recursos destinados à agricultura familiar regional.

Doze municípios tiveram os números de contratos do PRONAF superiores aos números de estabelecimentos familiares, alguns com percentuais bastante elevados como é o caso, por exemplo, do município de Acari (599,3%). É importante frisar que, em termos de localização, a situação mostra-se de certa forma contígua, destacando-se os municípios da porção oriental da região. Os municípios com menores disparidades, ou seja, cujos percentuais no número de contratos do PRONAF mais se aproximam do número de estabelecimentos familiares foram: São João do Sabugi (101,8%), Santana do Seridó (103,3%), Jardim do Seridó (83,2%) e Tenente Laurentino Cruz (80,2%).

No Rio Grande do Norte a situação mostra-se mais ou menos equilibrada, isso porque os dados do INCRA/FAO do ano 2000 não incluem os estabelecimentos familiares constituídos a partir dos assentamentos rurais implantados na última década, cujo número de famílias assentadas no estado somam aproximadamente 20.000. De acordo com os dados acima, 99,6% dos estabelecimentos familiares do Rio Grande do Norte tiveram acesso ao crédito.

Em relação ao Brasil, os números expressam alguns problemas na distribuição dos recursos para a agricultura, pois, embora o número de estabelecimentos rurais familiares tenha aumentado nos últimos dez anos, em virtude dos assentamentos rurais, apenas 40% desses tiveram acesso ao crédito, ou seja, na realidade esse percentual é menor.

Em 2006 o volume de recursos públicos destinado à agricultura familiar seridoense foi ainda maior que no ano de 2002. Para constatar isso basta avaliarmos o número de contratos e o volume de recursos por modalidade de investimento e de custeio na região (Tabela 30).

Tabela 30 – Seridó Potiguar: PRONAF - Modalidade por investimento e custeio, 2005/2006

Município	Total		Modalidade			
			investimento		custeio	
	contratos	valor	contratos	valor	contratos	valor
Acari	820	1.156.610,36	127	458.702,70	693	697.907,66
Caicó	509	1.390.247,87	225	830.277,24	284	559.970,63
Carnaúba dos Dantas	108	201.898,07	98	187.693,08	10	14.204,99
Cerro Corá	394	3.492.282,14	321	3.391.914,31	73	100.367,83
Cruzeta	368	818.338,15	103	471.435,65	265	346.902,50
Currais Novos	668	785.158,12	282	387.667,70	386	397.490,42
Equador	139	151.450,46	139	151.450,46	0	0
Florânia	667	987.881,55	300	428.110,96	367	559.770,59
Ipueira	224	515.562,78	167	367.531,50	57	148.031,28
Jardim de Piranhas	640	1.116.777,58	521	801.498,57	119	315.279,01
Jardim do Seridó	479	696.502,16	336	427.340,10	143	269.162,06
Jucurutu	1.417	2.538.362,68	1.348	2.324.264,33	69	214.098,35
Lagoa Nova	345	981.412,04	304	914.628,46	41	66.783,58
Ouro Branco	571	703.780,13	516	581.453,97	55	122.326,16
Parelhas	341	589.404,72	298	501.420,40	43	87.984,32
Santana do Seridó	142	193.156,27	124	154.296,32	18	38.859,95
São Ferdando	413	710.150,78	284	415.267,33	129	294.883,45
São João do Sabugi	417	910.092,06	236	513.951,86	181	396.140,20
São José do Seridó	256	520.776,33	143	314.427,23	113	206.349,10
São Vicente	119	216.174,15	98	190.334,55	21	25.839,60
Serra Negra do Norte	708	1.104.135,24	385	467.076,90	323	637.058,34
Tenente Laurentino Cruz	176	594.902,61	148	517.481,25	28	77.421,36
Timbaúba dos Batistas	95	99.890,67	65	23.623,20	30	76.267,47
TOTAL	**10.016**	**20.474.946,92**	**6.568**	**14.821.848**	**3.448**	**5.653.099**

Fonte: MDA, 2006 (www.mda.gov.br)
Org. AZEVEDO, F. F. de. (2006)

Ao todo, no ano agrícola 2005/2006 os agricultores familiares regionais firmaram mais de 10 mil contratos com o PRONAF, destacando-se a modalidade investimento, acrescendo, portanto, mais que o dobro em relação a 2002. No período 2005/2006 foram concedidos mais de R$ 20 milhões em crédito, portanto, quase o triplo do valor referente a 2002, sendo 72% na forma de investimentos e 28% na forma de custeio.

Os cinco primeiros municípios que se destacaram no número de contratos firmados com o PRONAF na região nesse período foram: Jucurutu (14%), Acari (8%), Serra Negra do Norte (7%), Currais Novos (6,5%) e Florânia (6,5%). Com relação ao volume de crédito recebido destacaram-se os municípios Cerro Corá (17%), Jucurutu (12%), Caicó (7%), Acari (6%) e Jardim de Piranhas (5%). Os municípios que mais receberam recursos na forma de investimento foram Cerro Corá e Jucurutu, na forma de custeio Acari e Serra Negra do Norte.

Nesse período (2005/2006) os grupos B e C foram os que mais firmaram contratos e mais receberam recursos do PRONAF na região (Tabela 31).

Apesar de o grupo A apresentar um reduzido número de contratos em relação aos grupos B e C, foi o que mais recebeu recursos por contrato em termos proporcionais, em média R$ 15 mil. Vale lembrar que o grupo A abrange principalmente agricultores assentados pelo plano de reforma agrária do Governo Federal, destacando-se na região os municípios de Cerro Corá e Lagoa Nova, ambos situados na serra de Santana. Geralmente esses agricultores necessitam de volumes mais substanciais de recursos pelo fato de as despesas iniciais na atividade produtiva agropecuária serem normalmente mais elevadas.

O grupo C firmou o maior número de contratos e recebeu a maior parte dos recursos nesse período, superior, inclusive, à soma total dos valores recebidos pelos demais grupos. O grupo B foi o segundo colocado em número de contratos e em montante de crédito. O grupo E foi o menos representativo em ambos os indicadores.

Tabela 31 – Seridó Potiguar: PRONAF - Enquadramento, 2005/2006

Município	Enquadramento											
	Grupo A		Grupo A/C		Grupo B		Grupo C		Grupo D		Grupo E	
	contr.	valor	contr.	valor	contr.	Valor	contr.	valor	contr.	valor	contr.	valor
Acari					40	39.594,84	779	1.115.459,82	1	1.555,70		
Caicó	6	88.329,06			100	99.804,75	380	1.078.600,49	23	123.513,57		
C. Dantas					76	75.972,30	32	125.925,77				
Cerro Corá	179	2.920.594,63	2	32.635,97	61	61.000,00	140	410.609,12	12	67.442,42		
Cruzeta					14	14.000,00	347	735.081,91	7	69.256,24		
C. Novos					261	259.831,18	405	512.675,78	2	12.651,16		
Equador					136	135.580,79	3	15.869,67				
Florânia					259	258.999,10	404	712.942,31	3	12.340,14	1	3.600,00
Ipueira					141	140.713,80	70	222.899,84	13	151.949,14		
J.de Piranhas					480	476.877,34	140	430.706,08	21	181.194,16	2	28.000,00
J. do Seridó					310	307.814,48	164	365.082,75	5	23.604,93		
Jucurutu	4	16.097,03			262	729.968,12	908	1.253.398,02	219	538.899,51		
Lagoa Nova	28	463.803,41	13	27.124,86	217	215.583,64	83	261.540,54	4	13.359,59		
Ouro Branco					501	498.272,14	68	196.086,55	2	9.421,44		
Parelhas					252	248.795,46	88	324.824,76	1	15.784,50		
S. do Seridó					116	115.500,00	26	77.656,27				
S. Fernando					260	259.740,92	146	387.136,19	7	63.273,67		
S J.do Sabugi	8	79.895,48			182	180.709,66	215	556.463,65	12	93.023,27		
S.José Seridó	2	35.801,43			111	110.495,03	143	374.479,87				
São Vicente					71	71.000,00	48	145.174,15				
S. N. Norte			1	5.966,98	368	366.456,94	337	722.839,72	2	8.871,60		
T.Laurentino	1	14.809,28	18	60.235,90	36	35.999,10	121	483.858,33				
T. Batistas					59	58.948,57	34	98.448,90	2	10.200,00		
Total	**228**	**3.619.330,32**	**34**	**125.963,71**	**4.313**	**4.761.658,16**	**5.081**	**10.607.760,49**	**336**	**1.396.341,04**	**3**	**31.600**

Fonte: MDA, 2006 (www.mda.gov.br)
Org. AZEVEDO, F. F. de. (2006)

O grupo B recebeu em média aproximadamente R$ 1.100 reais por contrato, enquanto os grupos C, D e E receberam respectivamente R$ 2.087, R$ 4.155 e R$ 10.533 em média, por contrato firmado com o Programa, ou seja, trata-se provavelmente dos estabelecimentos rurais mais capitalizados e melhor estruturados do segmento de agricultores familiares.

Os únicos municípios que receberam crédito através do grupo E foram Florânia e Jardim de Piranhas; nesse grupo a agricultura familiar é mais capitalizada e os valores por contrato são maiores. Por outro lado, todos os municípios firmaram contratos através dos grupos B e C, cujos valores por contrato geralmente são menores.

Ao relacionarmos a distribuição de recursos do PRONAF com os indicadores sociais municipais analisados no capítulo anterior, observamos que naqueles municípios onde tais indicadores são mais complexos, revelando a pobreza e os problemas sociais existentes, exatamente aí, o volume de recursos para a agricultura familiar é mais escasso. Um bom exemplo disso é o município de Equador, onde os indicadores sociais e os dados da pesquisa de campo evidenciaram claramente os sérios problemas sociais existentes naquela sociedade; entretanto, é esse o município onde o volume de crédito foi mais reduzido em termos proporcionais no período analisado.

Sobre os resultados mais concretos dessa política nacional de concessão de crédito para a agropecuária brasileira, destaca-se, particularmente no Rio Grande do Norte e no Seridó, o forte crescimento da pecuária em detrimento da produção agrícola. No estado, o aumento no efetivo de animais na última década foi um fator marcante, especialmente no efetivo de rebanho bovino (Gráfico 7).

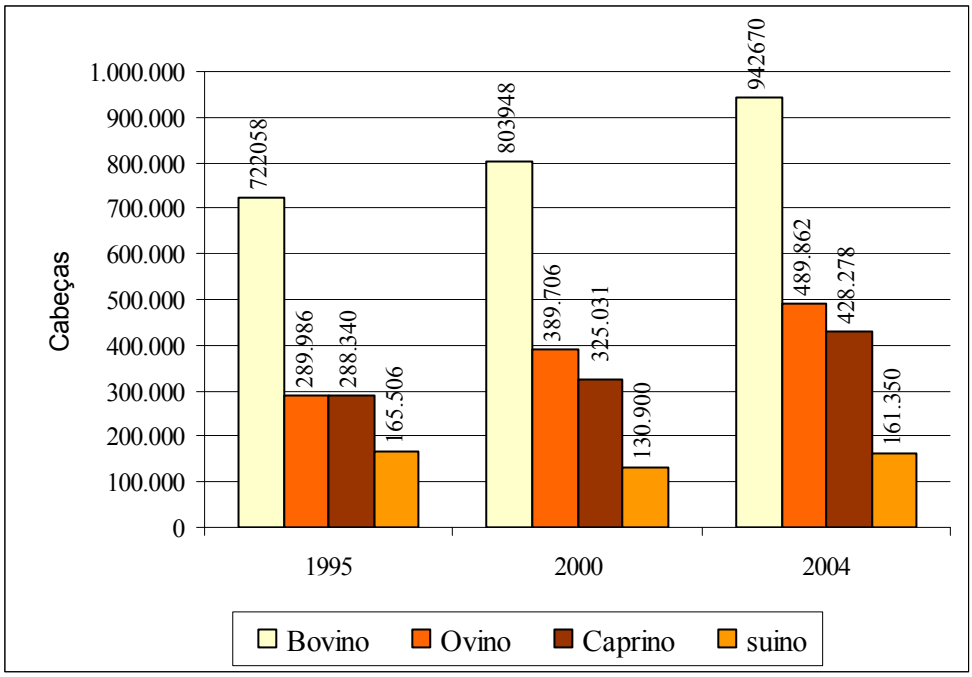


GRÁFICO 7 – Rio Grande do Norte: Variação da Pecuária (efetivo do rebanho) 1995 – 2004

Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal - IBGE, 1995, 2000 e 2005.

Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)

De acordo com a Pesquisa da Pecuária Municipal realizada pelo IBGE entre 1995 e 2004 o aumento percentual do rebanho bovino em número de cabeças, em todo o estado, foi de aproximadamente 31%. Os efetivos de ovinos e caprinos também apresentaram aumentos percentuais significativos, aproximadamente 69% e 49% respectivamente. O efetivo de suínos apresentou redução em torno de 3%.

De modo geral, na primeira metade da última década, entre 1995 e 2000, o aumento no efetivo de animais no estado considera-se baixo, devido, principalmente, à baixa pluviosidade nos últimos anos desse período. O efetivo de bovinos aumentou apenas 11%, ovinos 34%, caprinos 13%; por outro lado, o rebanho suíno reduziu aproximadamente 21%.

No Seridó, o aumento percentual no efetivo de animais foi inferior ao aumento verificado no estado, embora o rebanho bovino tenha acrescido 33%. O rebanho ovino cresceu 44%, e os rebanhos suíno e caprino diminuíram 36% e 13% respectivamente no período (Gráfico 8).

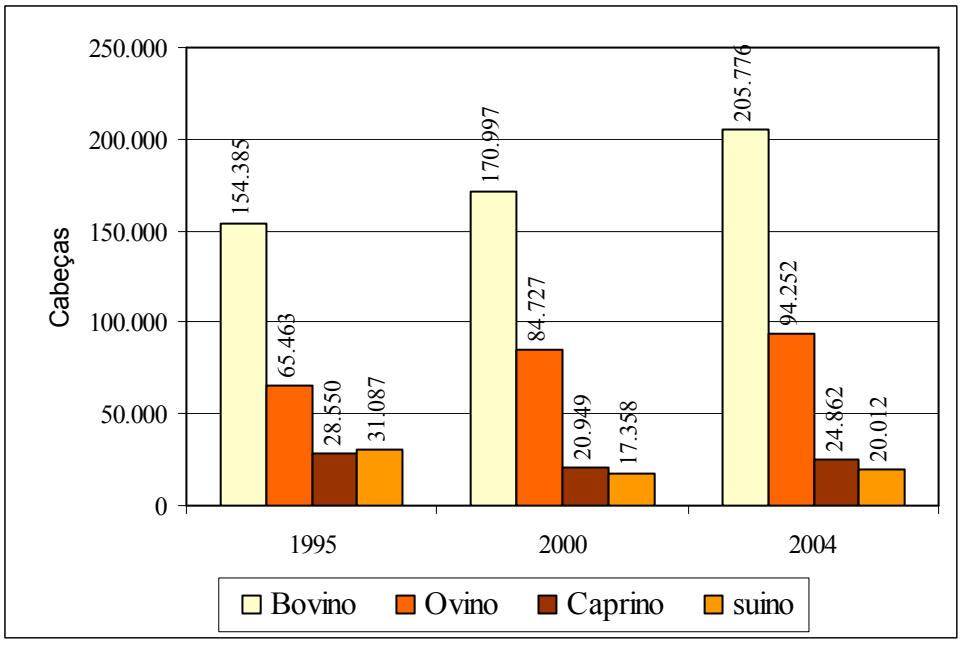


GRÁFICO 8 – Seridó Potiguar: Variação da Pecuária (efetivo do rebanho) 1995 - 2004

Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal - IBGE, 1995, 2000 e 2005

Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)

Em relação a 1995, no ano 2000 o rebanho suíno reduziu aproximadamente 44% e o rebanho caprino 27%. Nesse período, as condições climáticas influíram diretamente no comportamento da pecuária regional, pois o déficit pluviométrico fez com que os principais reservatórios da região atingissem a capacidade mínima de reserva hídrica. Entre 2000 e 2004 todos os tipos de rebanho apresentaram variações positivas, destacando-se o rebanho bovino com 20% e o caprino com 19%.

De um modo geral, a variação no efetivo de animais na última década foi bastante desigual entre os municípios da região, principalmente se levarmos em consideração as variações municipais por tipos de rebanho. De acordo com a pesquisa da pecuária municipal, entre 1995 e 2004 o município que apresentou o maior aumento percentual no rebanho bovino foi Lagoa Nova (286%), destacando-se também nesse município o aumento de caprinos (177%) e suínos (146%). Florânia foi o município que apresentou o maior aumento percentual no efetivo de ovinos (265%).

Todos os municípios apresentaram reduções em algum tipo de rebanho, destacando-se Carnaúba dos Dantas por apresentar reduções em todos os tipos de rebanhos analisados, especialmente suíno (-71%), caprino (-56%) e ovino (-48%). No período mais crítico para a pecuária regional (1995-2000), as reduções mais bruscas foram: no efetivo de caprinos (-82%) em São Fernando; suíno (-81%) em Jardim de Piranhas e Santana do Seridó; ovino (-55%) em Carnaúba dos Dantas e Jardim de Piranhas. A maior redução municipal no efetivo de bovinos foi registrada em Jardim de Piranhas (-19%).

É importante considerar ainda que na última década os fortes incentivos públicos para a agropecuária também aumentaram consideravelmente o número de vacas ordenhadas e a produção leiteira no Rio Grande do Norte e na região do Seridó (Gráfico 9).

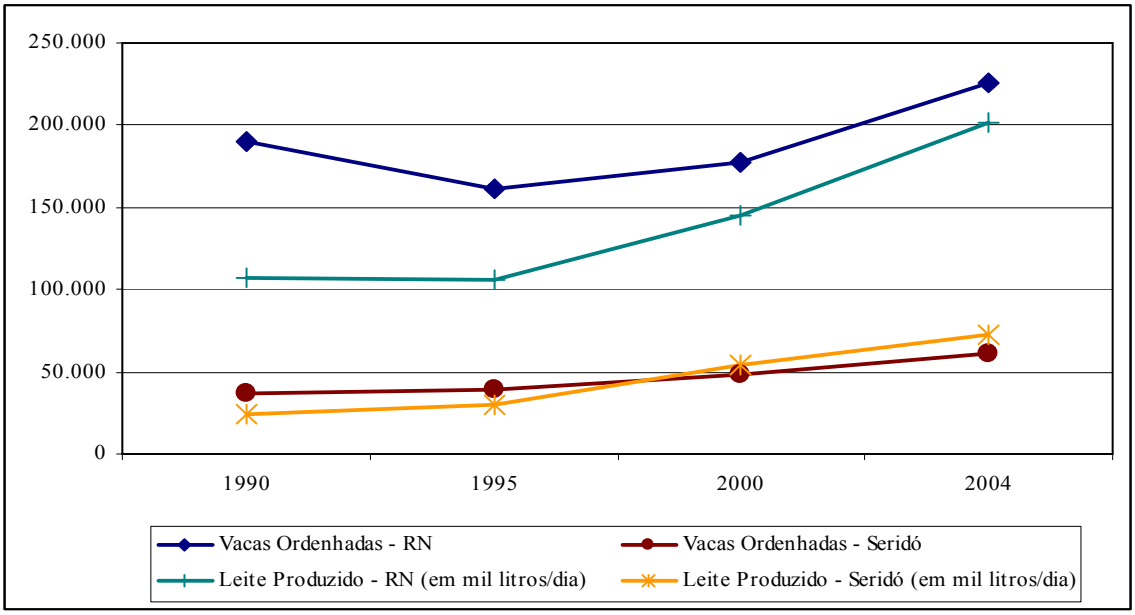


GRÁFICO 9 – Rio Grande do Norte e Seridó: Vacas Ordenhadas e Produção Leiteira (1990-2004)
Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal - IBGE, 1990, 1995, 2000 e 2004
Org. AZEVEDO, F. F. de (2006)

Depreendemos que em termos percentuais o volume de leite produzido no Seridó entre 1990 e 2004 apresentou avanço considerável, aumentando aproximadamente 200%. No estado essa variação foi de aproximadamente 88%. O aumento no número de vacas ordenhadas no Seridó (64%) foi também maior em relação ao estado (18%) entre 1990 e 2004.

Em 1990 o número de vacas ordenhadas no Seridó equivalia a aproximadamente 19% do total do estado. Já em 2004 correspondia a aproximadamente 27%, ou seja, houve uma expansão significativa da pecuária leiteira regional. Isso se confirma quando analisamos a quantidade de leite produzida no estado e na região. Em 1990 a produção leiteira regional correspondia a 22% da produção estadual; em 2004 representava 36%, reafirmando a tese de que a maior bacia leiteira do estado desenvolve-se na região do Seridó. Na última metade da década de 1990 o número de vacas ordenhadas no estado reduziu aproximadamente 16%, já a quantidade de leite produzida diminuiu 1,3%. Por outro lado, no Seridó houve aumento, tanto no número de vacas ordenhadas quanto no volume de produção leiteira.

A partir de 1995 tanto no Rio Grande do Norte quanto no Seridó a pecuária apresentou expansão progressiva em ambos os indicadores, apesar da instabilidade climática no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Vale frisar que a partir de 1995 o volume de recursos públicos destinados à pecuária foi bastante significativo, conforme analisado anteriormente.

O aumento superior no volume de leite produzido em relação ao número de vacas ordenhadas elevou a produção média por vaca em lactação. Isso ocorreu em virtude dos avanços verificados no setor, tais como melhoramento genético, manejo mais intensivo do rebanho, com uso de alimentação balanceada associando forragem silvestre, pastagens naturais e plantadas, gramíneas e leguminosas, bem como ração industrializada, como torta de babaçu e de algodão, farelos de trigo, de milho e de soja, além do melaço e outros tipos de ração. Todos os produtores pesquisados declararam o uso de todos e/ou parte desses tipos de alimentação animal.

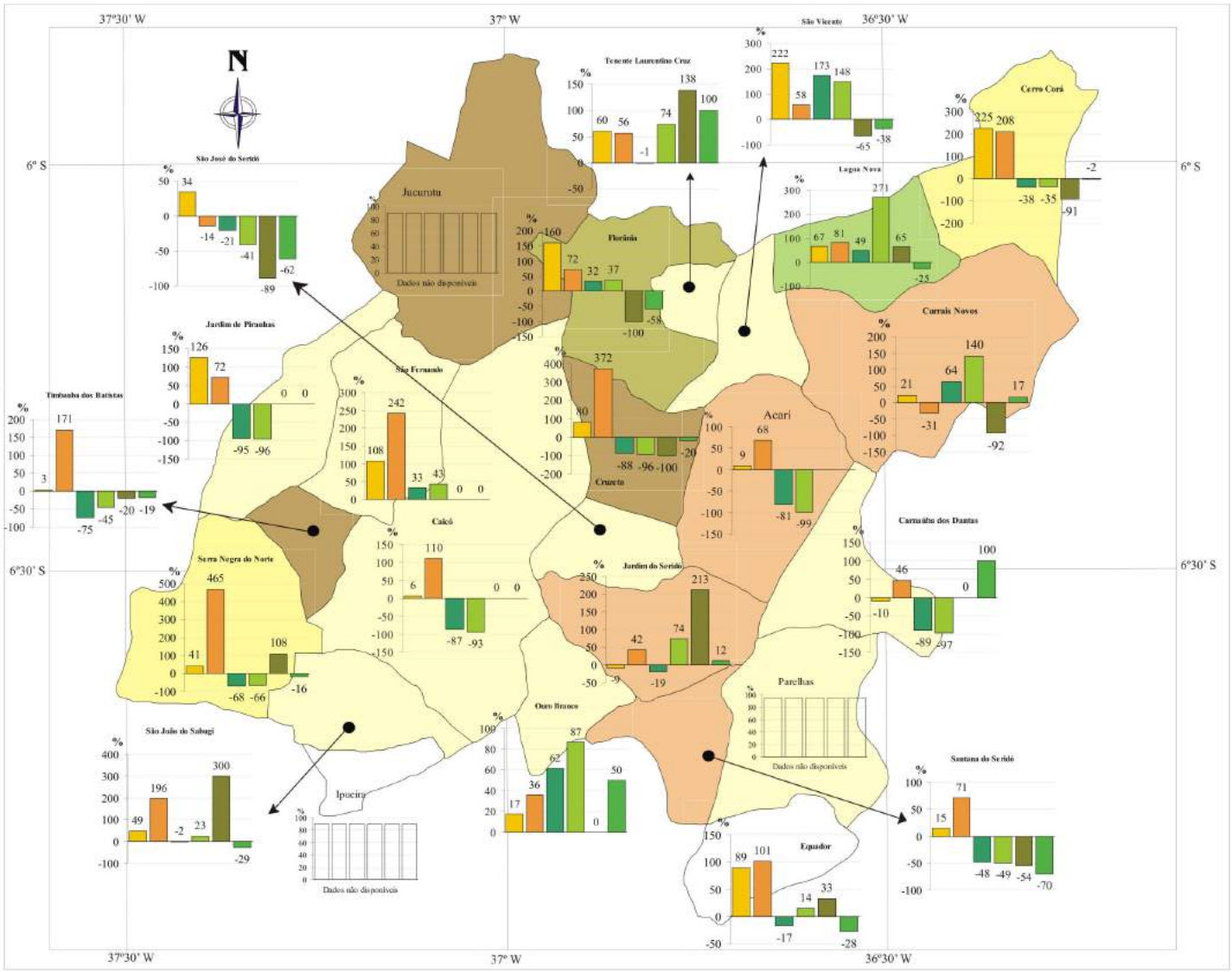
No estado, a produção média por vaca ordenhada passou de 1,5 litros/dia em 1990 para 2,5 litros/dia em 2004. Mesmo assim, a produtividade média estadual permaneceu baixa. No Seridó a produção média foi superior a do estado no período analisado, 1,8 litros/dia em 1990 e 3,3 litros/dia em 2004, ou seja, houve um aumento regional bastante representativo.

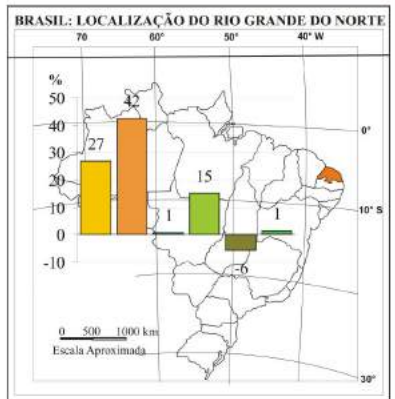
Tanto no estado quanto no Seridó essa expansão da pecuária bovina ocorreu em detrimento da produção agrícola. Para constatar isso basta avaliarmos o aumento no efetivo bovino e na produção leiteira em relação à variação da produção agrícola a partir das principais culturas desenvolvidas entre 1995 e 2004 (Mapa 12).

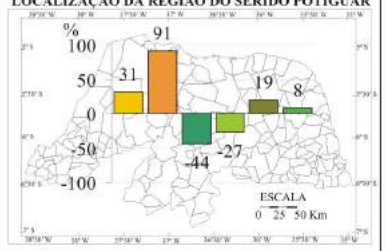
Na última década, em nível de Brasil o rebanho bovino aumentou em torno de 27% e a produção leiteira 42%. Das culturas regionais analisadas, em nível de Brasil, apenas o milho apresentou aumento representativo na quantidade produzida (15%).

Título:

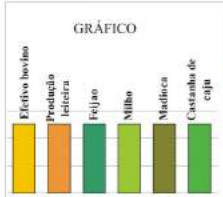
SERIDÓ POTIGUAR: Variação da Produção Agrícola e Pecuária - 1995-2004







LEGENDA



Percentual de Contratos do Crédito Agrícola para a Pecuária

- 100%
- De 90 a 99,9%
- De 80 a 89,9%
- De 70 a 79,9%
- De 60 a 69,9%
- Menos de 50%
- Dado não disponível

Autor: Francisco Fransualdo Azevedo	Profª Orientadora: Drª Vera Lúcia Salazar Pessôa
Fonte: IBGE, 2004	Organizador: Francisco F. de Azevedo
	Nível da Pesquisa: Doutorado — Data: 09/2006
ESCALA 0 12,5 25 Km	Mapa: 12 — Página: 298
	Edição: Celso D. Locatel

LAGEA

Os volumes de produção de feijão e de castanha de caju aumentaram 1% sucessivamente, e a mandioca diminuiu a produção nacional em torno de 6%.

Comparativamente, a expansão da pecuária bovina potiguar demonstrou percentuais ainda mais elevados em relação ao Brasil, com aumentos de 31% do rebanho bovino e 91% da quantidade de leite produzido. Já a produção agrícola recuou, ao menos em duas das culturas analisadas. A produção de feijão reduziu 44% e do milho 27%. Por outro lado, a produção de mandioca aumentou 19% e de castanha de caju 8%. No Seridó esses indicadores difererem entre os municípios, embora todos apresentem presença importante da pecuária.

Em quase todos os municípios da região a produção agrícola diminuiu, cedendo espaço para a pecuária, principalmente de leite. Serra Negra do Norte destacou-se com a maior variação na produção leiteira (465%), já o município de Cerro Corá apresentou a maior evolução no efetivo de bovinos (225%). Observamos ainda que Jardim do Seridó e Carnaúba dos Dantas apresentaram reduções de 9% e 10%, respectivamente, no rebanho bovino; Currais Novos e São José do Seridó reduziram a produção leiteira em 31% e 14%, respectivamente.

Entretanto, na maioria dos municípios seridoenses, onde os dados estão disponíveis para análise, a pecuária apresentou expansão significativa. Isso resultou essencialmente dos fortes incentivos públicos para essa atividade, tanto através do crédito do PRONAF quanto através do crédito agrícola. Nesse último caso, o mapa revela que em dez municípios seridoenses 100% dos contratos firmados com o crédito agrícola destinaram-se à pecuária. Em quatro municípios 90% a 99,9% dos contratos do crédito agrícola também se destinaram para essa atividade. Lagoa Nova foi o único município onde mais de 50% dos contratos do crédito agrícola destinaram-se de fato à agricultura.

Aqui fazemos uma associação ao Programa do Leite, considerando que o mesmo assegura mercado para uma parte da produção leiteira, ainda que as principais políticas responsáveis pela expansão agropecuária sejam o PRONAF e o crédito agrícola.

Portanto, as transformações ocorridas na última década na agropecuária potiguar, associadas a outros fatores e a outras políticas públicas, propiciaram mudanças significativas nas condições sociais e materiais de vida dos agropecuaristas, o que pode ser confirmado com a pesquisa de campo desenvolvida em 2005.

4.8. As condições sociais e materiais de vida dos agropecuaristas: moradia, saúde, educação, consumo e acesso a determinados bens e serviços

De acordo com as investigações da pesquisa de campo (2005), na última década os fortes incentivos públicos à agropecuária foram decisivos para proporcionar melhorias nas condições de vida da maioria dos agropecuaristas da região e do estado. Sem dúvida houve mais acesso à eletrificação rural; por conseguinte, à iluminação elétrica das residências, aos bens de consumo duráveis como eletrodomésticos – geladeira, televisão, freezer, liquidificador, telefone celular entre outros. Houve também mais acesso à água encanada e às cisternas de placas ou de alvenaria e cimento, as quais visam acumular água de boa qualidade no período chuvoso para ser consumida durante a estiagem. A maior parte dos agropecuaristas pesquisados residentes no espaço rural tem acesso a esse tipo de serviço.

Todos os entrevistados têm acesso à energia elétrica, a maioria possui geladeira e televisão, alguns possuem freezer utilizado no processo de conservação do leite, queijos, nata e alimentos, boa parte tem acesso à telefonia celular. Ainda aparece o acesso a outros tipos de eletrodomésticos como: liquidificador, máquina de lavar roupas, antena parabólica e outros.

De modo geral, as instalações físicas das residências rurais pesquisadas apresentam condições habitacionais satisfatórias, com estruturas internas compostas de cômodos amplos e bem distribuídos, arejados e bastante iluminados, construídos com base numa arquitetura

popular que chama a atenção pela simplicidade e funcionalidade. Em alguns casos a casa de morada do agropecuarista é a mesma desde o ciclo cotonicultor, ou seja, existe há várias décadas ou até mesmo há mais de um século, quando foi habitada por antepassados e transmitida às gerações seguintes. Entretanto, é comum também a presença de casas rurais abandonadas, devido principalmente à falência da cotonicultura, ou seja, foram casas ocupadas pelos cotonicultores ou seus operários e suas respectivas famílias, os quais, hoje, normalmente se encontram nos núcleos urbanos.

Na última década também houve avanços importantes no âmbito da saúde, destacando-se o PSF como alternativa de assistência à família rural. Boa parte das comunidades pesquisadas dispõe de agentes comunitários de saúde que fazem acompanhamento básico junto às famílias, mas, de modo geral, as condições de assistência nesse âmbito ainda são bastante precárias, principalmente, quando se trata de questões mais complexas. Nesses casos a população normalmente é transferida para núcleos urbanos maiores e para a capital, ou até mesmo para grandes centros urbanos de outros estados, objetivando receber assistência especializada. Muitas vezes a interferência de agentes políticos é algo comum nesses momentos. Esses atores sociais locais e regionais se prevalecem da fragilidade da família e do necessitado daquela assistência para prestar-lhes solidariedade e favor, levando-o até o serviço especializado no grande centro, custeando as despesas com transporte, alimentação, medicamentos, garantindo, inclusive, o atendimento médico-hospitalar necessário, antes, articulado politicamente. Criam-se, assim, vínculos através de dívida de gratidão.

Enquanto isso se posterga a resolução dos problemas de infra-estrutura no setor de saúde local e regionalmente, uma vez que a manutenção dessa realidade é a garantia certa da necessidade do favor a ser prestado, por conseguinte, da concessão do voto por parte do assistido. Nos relatos dos entrevistados na pesquisa de campo são comuns argüições que

justificam e evidenciam o voto em troca do favor prestado em questões de saúde, ou seja, o que é um direito do cidadão torna-se um trampolim eleitoreiro para os agentes e grupos políticos.

Algumas mudanças ocorreram também no setor educacional, mas, de modo geral, vários problemas persistem e necessitam soluções, como por exemplo, a qualidade do transporte escolar para os estudantes da zona rural. Apesar do Estado brasileiro assegurar desde 1994 o transporte escolar de boa qualidade para os estudantes da zona rural, as condições nesse tipo de serviço na região ainda são bastante precárias, o que pode ser estendido aos rincões do Nordeste brasileiro. É louvável a ampliação do transporte escolar que passou a atender a um número maior de comunidades e estudantes, mas o sistema necessita de aperfeiçoamento e melhoramento.

Em 1994 o Programa Nacional de Transporte Escolar, criado através da portaria ministerial número 955 de 21/06/1994, passou a financiar a compra de veículos novos para o transporte escolar rural. Já em 2004 o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, instituído pela lei número 10.880 de 09/06/2004, passou a garantir o acesso e permanência dos alunos do ensino fundamental público residentes em áreas rurais aos estabelecimentos escolares. Esse Programa consiste na transferência automática de recursos financeiros sem a necessidade de convênio institucional para custear as despesas com manutenção de veículos escolares pertencentes às prefeituras e aos estados ou para a contratação de serviços terceirizados de transporte.

De acordo com o FNDE, em 2006 houve mudança no critério de fixação do valor *per capita* mensal, o qual passou a variar entre R$ 81,00 e R$ 116,32, a depender da área rural do município, do contingente populacional residente no campo e da posição do município em relação à linha de pobreza. Vale lembrar que a LDB estabelece que os municípios têm a

responsabilidade de garantir o transporte escolar dos alunos da rede municipal, já os estados devem assegurar o transporte dos alunos da rede estadual, o que nem sempre ocorre.

De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação somente em 2005 o Governo Federal repassou às prefeituras dos municípios potiguares R$ 4.676.560,00 e ao estado R$ 1.928.800,00, ou seja, uma quantia bastante significativa que daria para munir o estado e/ou municípios com veículos novos de boa qualidade que pudessem garantir um conforto mínimo aos estudantes rurais da rede pública.

Na área estudada observamos que o transporte escolar dos estudantes rurais funciona normalmente em precárias ou inadequadas condições. É comum a utilização de caminhões paus-de-arara pelas prefeituras, muitas vezes contratados, nos quais as pessoas, inclusive crianças, são expostas à poeira, ao sol e ao risco de acidentes, pois os assentos normalmente são bancos de madeira afixados sobre as carrocerias dos veículos sem nenhum tipo de conforto ou segurança, sem, inclusive, o uso de equipamentos básicos como é o caso do cinto de segurança.

Tudo isso, se associado a outros fatores como a necessidade de somar mão-de-obra e força de trabalho ao grupo familiar rural, constituem fortes empecilhos à motivação e ao rendimento escolar.

Mas por qual razão não são resolvidas questões como essas? Devido, principalmente, à possibilidade de utilização desse problema para fins político-eleitoreiros ou para fins de desvio de recursos públicos. Por um lado, manter a população pouco ou nada alfabetizada gera alienação e facilidades de manipulação social. Por outro, a contratação dos serviços acima por parte das prefeituras, normalmente vincula o apoio político dos proprietários dos veículos aos referidos prefeitos, numa relação simbiótica de troca de favor. Nesse caso, é possível ocorrer situações em que, contratado o serviço, assegura-se o beneficiamento mútuo e recíproco durante quatro anos de mandato, podendo, inclusive, haver superfaturamento de

notas e recibos que comprovam a prestação de contas. Portanto, mantém-se e reproduz-se o sistema de relações que garante a contigüidade de agentes e grupos no exercício do poder público e em algumas atividades de prestação de serviços públicos.

É importante destacar que várias escolas rurais encontram-se fechadas em diversos municípios da região, ora por falta de condições de funcionamento como, carência de pessoal e/ou material, ora por apresentar número insuficiente de alunos. Nesses casos restam as opções como estudar nos centros urbanos mais próximos ou escolas rurais vizinhas.

Muitas escolas rurais abandonadas estão localizadas nas propriedades de fazendeiros, alguns deles politicamente influentes na região. Essa mesma realidade também se amplia ao setor de saúde quando em alguns municípios é possível encontrar postos municipais de saúde que foram construídos nas propriedades dos políticos, alguns deles ex-prefeitos ou possíveis candidatos. Alguns postos de saúde encontram-se fechados sem qualquer funcionalidade, quando muito, servem de morada para empregados da fazenda ou como depósito de mercadorias. Ou seja, trata-se do sub-aproveitamento dos recursos públicos ou do seu uso em favor da manutenção do *status quo* das oligarquias agrárias e de agentes políticos locais/regionais.

Com relação ao serviço de transporte utilizado pela população rural seridoense, observamos algumas mudanças importantes na última década. Em primeiro lugar, verificamos durante o trabalho que todos os municípios da região estão ligados por rodovias asfaltadas e/ou pavimentadas, cuja malha viária é relativamente recente, construída principalmente a partir dos anos 1980. Associado a isso, constatamos a proliferação de alternativas de transporte entre os municípios, o que tem aumentado a mobilidade da população intra e inter-regionalmente. Em segundo lugar, observamos que a maior parte dos estabelecimentos rurais

seridoenses dispõe de algum tipo de transporte automotivo, destacando-se a moto[99] como principal alternativa. Do universo de estabelecimentos pesquisados 100% dispõe de algum meio de transporte automotor. Tais mudanças têm facilitado o deslocamento da população rural para as sedes municipais. Portanto, os avanços e o acesso a esse e outros tipos de serviços, associados aos benefícios gerados pelos programas de governo, como o PRONAF e o Bolsa Família, têm favorecido a vida no campo, estadual e regionalmente.

4.9. Outras características importantes da agropecuária seridoense: os avanços e as dificuldades

Na última década, os fortes incentivos públicos à agropecuária regional também favoreceram mudanças na configuração do setor de laticínios. Por um lado, encontram-se as agroindústrias, representadas pelas usinas de laticínios particulares ou cooperadas; por outro, o setor artesanal, historicamente representado pelas queijarias, as quais evidenciam a resistência de uma cultura pecuarista regional secular.

Constituído por apenas uma usina no início dos anos 1990, o segmento industrial de laticínios expandiu-se consideravelmente na região na última década. Em 2005 o Seridó passou a dispor de cinco das vinte e seis indústrias de laticínios existentes no estado, todas fornecedoras de leite para o Programa do governo.

Durante a pesquisa de campo, verificamos que o setor beneficiava aproximadamente 55 mil litros de leite/dia, incluindo os tipos bovino e caprino. Nos últimos anos, apesar do aumento no número de usinas de laticínios na região, a quantidade de leite industrializado pelo setor diminuiu aproximadamente 10 mil litros/dia em relação a 2001, o que possivelmente indica um aumento no volume de produção beneficiada pelo setor artesanal, o qual beneficiava em 2001 aproximadamente 60 mil litros/dia.

[99] Na pesquisa de campo, constatamos situações em que a família, embora carente, limita a base alimentar do grupo para manter esse tipo de transporte. Determinada família rural possui e mantém duas motos, uma do chefe do grupo e outra da esposa, embora os filhos visivelmente apresentam problemas nutricionais.

Representado principalmente pelas queijarias, o setor artesanal continua enfrentando sérias dificuldades na região e no estado, o que tem impedido maiores avanços e melhorias efetivas no processo produtivo e nas relações de mercado desse segmento. São dificuldades na comercialização, dependendo quase sempre da figura do atravessador, concorrência desleal entre os atravessadores, refletindo diretamente sobre as queijarias, oscilações bruscas e periódicas nos preços dos produtos, fraudes na produção por parte de alguns queijeiros, sazonalidade na quantidade de leite ofertada decorrente principalmente das limitações do clima e do período de lactação não planejado das matrizes por parte da maioria dos produtores, pouco ou nenhum capital de giro, enfim, insuficiência de investimentos e de incentivos do setor público especificamente para esse setor. De modo geral, os maiores produtores de leite estão vinculados principalmente ao setor agroindustrial; já os menores, ao setor artesanal, expostos, portanto, às fragilidades e dificuldades que os cercam.

Apesar dos problemas enfrentados pelo setor artesanal de laticínio na região, o mesmo é uma das maiores evidências e um dos principais símbolos da cultura rural sertaneja, refletindo os aspectos econômico, social e cultural alimentar da mesma.

No que se refere à assistência técnica, verificamos que a maioria dos produtores entrevistados não utiliza qualquer tipo de assistência, salvo em algumas situações esporádicas. Isso explica parcialmente algumas das dificuldades relacionadas à produção que assolam o setor, como por exemplo, ausência de um planejamento contínuo no número de vacas em lactação, por períodos do ano, para garantir uma regularidade na oferta de leite, o que é possível simplesmente através do controle no cruzamento das matrizes com o reprodutor, além de outros diversos problemas que poderiam ser solucionados com o uso de uma assistência técnica abrangente e eficaz.

Em vários municípios da região os poucos órgãos incumbidos de prestar assistência técnica e extensão rural ao produtor são geralmente limitados e ineficazes, não atendendo a

um universo abrangente de agropecuaristas. Verificamos situações em que os funcionários de alguns desses órgãos trabalham principalmente em benefício próprio ou familiar, em suas próprias plantações e/ou criação de animais.

Dos produtores pesquisados que usam algum tipo de assistência técnica rural, a assistência particular, paga pelo próprio produtor, é a mais usada. As assistências concedidas pela EMATER, EMPARN, Secretarias de Agricultura, SEBRAE e alguns Sindicatos Rurais também são utilizadas. Os profissionais mais consultados são técnicos agrícolas, agrônomos e veterinários, os quais prestam assistência e orientações aos produtores durante os plantios e desenvolvimento de algumas culturas, como é o caso do melão e da melancia, bem como nos cuidados e manejo com os rebanhos.

A partir da pesquisa de campo, realizada em 2005, constatamos que poucos produtores fazem algum tipo de controle contábil ou financeiro para verificar a lucratividade ou prejuízo das suas atividades. Geralmente, esse tipo de controle é feito pelo próprio produtor, não por um profissional da área. Mesmo assim, todos os entrevistados afirmam que as receitas cobrem as despesas, o que, segundo eles, *"só dá mesmo para sobreviver aperreado"* (Pesquisa de campo, 2005).

Mas há casos em que as atividades são bem administradas e os produtores apresentam condições bastante satisfatórias quanto à acumulação de bens e/ou capital; por conseguinte, boas condições sociais e relativa qualidade de vida no campo.

Todos os agropecuaristas entrevistados asseguraram realizar o controle zoosanitário, principalmente de vacinas anti-rábica e antiaftosa, essa última, por ser uma exigência do governo. A comercialização de animais, por exemplo, está normalmente condicionada a esse tipo de controle, cujo órgão fiscalizador é a EMATER, ou as secretarias municipais de agricultura.

Mudanças notáveis ocorreram também no uso de insumos agrícolas, reflexos diretos dos incentivos públicos concedidos à agropecuária regional. Equipamentos como: trator, do próprio produtor ou alugado, ensiladeiras, máquinas de moer e triturar ração, motor-bomba, movido a diesel e usado na irrigação, bomba elétrica, desnatadeira, dentre outros, passaram a ser usados com muita freqüência pela maioria dos agropecuaristas seridoenses. A maior parte dos produtores entrevistados dispõe de um ou mais tipos de equipamentos na propriedade.

Ainda verificamos entre os produtores o uso razoável de insumos agrícolas como adubos, inseticidas, pesticidas, vermífugos entre outros. Quanto ao uso de agrotóxicos, constatamos pouca prudência dos agricultores e dos empregados rurais durante a aplicação dos mesmos, pois há pouca ou nenhuma precaução no uso de equipamentos de proteção individuais. Mais da metade dos produtores entrevistados declararam não dispor na propriedade dos equipamentos essenciais como luvas, máscaras, uniformes e botas, apesar de confirmarem o uso de algum tipo de agrotóxico. Portanto, carece conscientização e mudança de atitude quanto a esse tipo de procedimento, atentando-se para os riscos à saúde humana quando feito de forma incorreta.

Diante das questões até aqui apresentadas e analisadas acerca da agropecuária seridoense, percebemos que, apesar dos avanços verificados no setor durante a última década, vários problemas e dificuldades persistem na atualidade. É importante reconhecer a importância e relevância dos fortes incentivos públicos concedidos à agropecuária regional, principalmente na forma de recursos financeiros aplicados através do PRONAF, para o segmento familiar, e do crédito agrícola, para o segmento empresarial. Mas, como toda política pública que visa a melhorias para a sociedade, tais instrumentos do desenvolvimento também necessitam de aperfeiçoamento e aprimoramento de modo a se tornarem mais eficientes frente às dificuldades e problemas que se apresentam no meio rural seridoense.

4.10. Os gargalos operacionais do PRONAF no espaço rural seridoense potiguar

Nas análises anteriores, percebemos que as disparidades "regionais" quanto à concessão e distribuição do crédito para a agricultura diminuíram consideravelmente nos últimos quatro anos, embora ainda persista a desigualdade. A distribuição dos recursos entre a agricultura familiar e patronal também tem se mostrado menos desigual, mas ainda permanece bastante díspar, apesar de em números os estabelecimentos rurais familiares superarem consideravelmente os patronais.

De acordo com alguns estudiosos da agricultura brasileira, os indicadores de desempenho do PRONAF apontam três importantes inovações forjadas desde sua criação, a saber:

> o reconhecimento dos agricultores familiares como protagonistas das políticas públicas; a criação de um processo de negociação entre os agricultores e suas organizações e o governo; e o estabelecimento de um enfoque territorial para as políticas públicas, ressaltando-se, neste caso, o papel dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) criados por demanda do Pronaf Infra-estrutura e serviços municipais. (SILVA; MARQUES, 2004, p. 31).

Mas o Programa vem passando por mudanças gradativas e aperfeiçoamentos contínuos. Por isso, é importante ressaltar que a participação dos agricultores no processo de aperfeiçoamento do mesmo é fundamental. Para se tornar mais eficaz, os agricultores precisam assumir a responsabilidade primordial de participar, opinar e decidir quanto ao seu destino e, por conseguinte, o destino da agricultura familiar. Os avanços ocorridos evidenciam os reflexos mais concretos do processo de democratização em curso, atingindo, inclusive, a elaboração e criação de políticas públicas para o meio rural brasileiro, processo desencadeado recentemente.

Além disso, o novo enfoque atribuído a essas políticas públicas – o territorial – passa a valorizar as potencialidades e peculiaridades de cada espaço e de cada região, podendo-se levar em consideração, também, os valores e os aspectos culturais.

Mas, é necessário que associadas a essas políticas e programas, outras medidas, igualmente importantes, sejam adotadas no sentido de permitir maiores avanços e mais eficácia às ações do Estado na agricultura. Por exemplo, é preciso haver um intenso e amplo processo educativo e de conscientização dos produtores quanto ao fiel emprego dos recursos no setor produtivo, bem como haver uma intensa fiscalização que vise de fato a orientar e corrigir erros cometidos pelos mesmos. Para isso, faz-se necessário haver melhorias efetivas na forma de atuação de órgãos como a EMATER, secretarias municipais e estaduais de agricultura, dentre outras instituições que operacionalizam, monitoram ou até mesmo planejam e incentivam a agropecuária familiar. Sobre esse assunto, Silva e Marques (2004, p. 46) afirmam que

> a capilaridade dos serviços públicos de extensão rural encontra-se, na atualidade, profundamente abalada, após quase duas décadas de enxugamento do seu quadro de funcionários. Mesmo naqueles estados onde se preservou uma estrutura mínima de funcionamento das empresas de assistência técnica e extensão rural, essas unidades restringem-se, quase que exclusivamente, a promover o desenvolvimento agrícola *stricto sensu*, dispondo de poucos profissionais capacitados a promover o desenvolvimento rural.

Somados a esses problemas, poderíamos citar outros, como: a pouca ou nenhuma ênfase dada a novas opções de tecnologias alternativas ao padrão convencional de desenvolvimento da agricultura, não necessariamente assentadas no uso exacerbado de máquinas e insumos químicos; problemas como o caráter ainda produtivista e setorial do Programa e a forte ambigüidade na delimitação do público-alvo do Programa e seu caráter discriminatório, materializado no privilegiamento de agricultores mais capitalizados e ligados geralmente à agroindústria (AQUINO, 2003). Esses são alguns dos vários problemas enfrentados pelo PRONAF em nível nacional e regional.

Ademais, Aquino (2006) mostra algumas distorções do PRONAF que, se comprovadas, carecem ser corrigidas e superadas no Rio Grande do Norte para que esse Programa se torne mais eficiente e garanta de fato o desenvolvimento territorial rural. O autor destaca duas distorções graves que ferem gravemente a ética e os objetivos da política

nacional de fortalecimento da agricultura familiar: uma referente ao público beneficiado, que segundo ele, muitas vezes é constituído por profissionais como advogados, comerciantes, taxistas, professores, políticos, entre outros, os quais nem de longe se caracterizariam como agricultores familiares; outra grave distorção diz respeito ao uso dos recursos para fins não produtivos, como a compra de eletrodomésticos, móveis e outros bens.

De acordo com o autor, também aparecem situações em que o desvio de recursos do Programa envolve ações ainda mais sagazes. É o caso, por exemplo, de beneficiários que recebem determinada quantia, gastam uma parte com outros fins e aplicam ou depositam a outra parte em conta bancária num valor correspondente ao que deve ser pago após o rebatimento concedido para quem paga em dia o referido débito. Ou seja, se um produtor receber R$ 1.000,00, depositar R$ 800,00 e gastar R$ 200,00, pelo fato de o contrato com o PRONAF ser renovado automaticamente por até cinco anos com os beneficiários adimplentes, o mesmo terá no final do período um rendimento de aproximadamente R$ 1.000,00 sem que tenha investido qualquer quantia no setor produtivo e sem ter nenhum trabalho, tampouco desempenhado qualquer esforço físico.

Nesses termos, cabe, portanto, aos órgãos responsáveis pela operacionalização do Programa, maior rigor ético e até mesmo bom senso durante a análise das propostas de custeios e investimentos recebidas. Antes, é necessário haver uma renovação e reciclagem no interior desses órgãos, melhorando, não só em número, mas em eficiência, o quadro de funcionários, oferecendo condições técnicas e até mesmo, equipamentos adequados de trabalho e de funcionamento. Cabe também tornar eficientes os mecanismos e instrumentos de controle e fiscalização do Programa, na observância dos critérios norteadores do mesmo e no acompanhamento do processo produtivo desde seu início até os resultados efetivos.

Além disso, é importante que os agricultores familiares se conscientizem do seu papel e da importância de sua participação no processo de elaboração e implementação de

políticas de desenvolvimento rural. Quando o planejamento é feito sem a efetiva participação dos mesmos e, como se não bastasse, esses ainda dificultam a execução do que foi planejado, mudança não haverá, tampouco emancipação e promoção social, permanecendo o quadro de dificuldades e problemas que assolam essa camada da sociedade rural brasileira há décadas.

É fundamental ainda que as políticas de desenvolvimento rural, a exemplo do PRONAF, levem em consideração o arcabouço cultural existente em cada região, buscando estimular cada potencialidade local, uma vez que a cultura pode se constituir em um desses potenciais.

De acordo com o que foi analisado anteriormente, percebemos que pouca ou nenhuma ênfase é atribuída à cultura quando da implementação de políticas para o desenvolvimento rural, a não ser incentivos financeiros a atividades econômicas já existentes em determinadas regiões, como é o caso da agropecuária na região semi-árida. Tais incentivos restringem-se, tão somente, à canalização de recursos na forma de crédito para custeio e investimento, carecendo de fato um planejamento amplo e integrando, incluindo atividades que agreguem valor à dinâmica econômica da agricultura familiar, como o turismo rural e cultural, a comercialização de produtos com elevada carga simbólica através do escoamento de produtos típicos como alimentos, artesanatos, divulgação da culinária local, enfim, incentivos a essas e outras atividades econômicas.

É de fundamental importância também qualificar mão-de-obra com a criação de um processo educativo específico, eficaz e contínuo para os agricultores e seus respectivos grupos familiares, com aperfeiçoamento permanente do setor produtivo preservando as características originais de cada produtor, assessorando-o tecnicamente, partindo da realidade vigente para agregar conhecimentos e estimular as potencialidades locais.

Enfim, é importante que se esteja preocupado em planejar o desenvolvimento territorial rural a partir da cultura e da realidade de cada território. Mas para isso é essencial

que tenhamos um aparelho de Estado que de fato funcione, assim como uma sociedade que realmente participe das decisões que dizem respeito ao seu próprio destino. Daí a importância em se discutir e analisar o sistema político, controlador e manipulador que se tem regionalmente, o qual, muitas vezes, limita e impede transformações sociais mais amplas, embora, geralmente, esse esteja respaldado pelas representações culturais existentes, análise que será feita no próximo capítulo, atentando-se, também, para a importância do capital social.

5 – OS INSTRUMENTOS "ATUAIS" DE CONTROLE SOCIOPOLÍTICO REGIONAL: os novos(velhos) donos do poder e a Geografia Política Potiguar

No Brasil, a cada processo eleitoral vêm à tona as discussões sobre as articulações políticas entre os partidos e entre os agentes, muitas vezes, de um mesmo grupo partidário, visando ao fortalecimento e à consolidação de candidaturas, por conseguinte, de agentes, normalmente, pertencentes aos grupos já consolidados no poder – as chamadas oligarquias[100]. Historicamente, é notória a participação dessas na configuração e constituição política do aparelho de Estado nas escalas nacional, regional e municipal. A cada eleição, as mesmas utilizam vários instrumentos de controle político visando a suas contigüidades e reproduções.

Nesse sentido, analisaremos nesse capítulo os instrumentos atuais de controle e manipulação social no que diz respeito ao exercício de direitos civis e políticos como, por exemplo, o que influencia a intenção e o ato de votar. Mostraremos, também, como as representações simbólicas regionais referendam ou até mesmo mantêm, nutrem e contribuem com a reprodução desse quadro de relações sociais que é o sistema político estadual e regional, o qual até certo ponto retrata a realidade brasileira, em alguns lugares mais, em outros menos. Para isso, discutiremos conceitualmente a concepção de poder, para tentarmos entender como o mesmo é exercido e legitimado na sociedade atual, especialmente no sistema político brasileiro, particularmente na sociedade potiguar e seridoense.

Visando aprofundar e relacionar tal assunto à realidade estudada, tentaremos mostrar como o Estado, através dos programas sociais e outros meios, corrobora com a reprodução e manutenção de privilégios de alguns agentes políticos e de algumas oligarquias.

---

[100] Convém lembrar que em algumas ciências sociais e em algumas correntes teóricas também se utilizam denominações do tipo "elites locais e/ou regionais de poder" para referir-se aos agentes e grupos que exercem cargos públicos que, por sua vez, manipulam e controlam o sistema político nas diferentes esferas de governo e em diferentes escalas geográficas. Na nossa pesquisa, por opção teórica, ou melhor, por acreditarmos na atualidade do tema, analisamos e discutimos esses grupos denominando-os de oligarquias regionais, as quais refletem, influenciam e interagem nas escalas nacional, regional e municipal, não deixando de ser as mesmas elites locais e/ou regionais, conservadoras, discutidas em outros trabalhos e em outras ciências.

Analisaremos ainda como a partir dos contextos cultural e político vigentes, configuram-se as redes sociais intra-grupos familiares, entre estes e as comunidades, e entre os partidos políticos. Portanto, observaremos como o poder local é constituído e exercido. Por fim, intentaremos sinalizar e apontar para algumas medidas possíveis de serem adotadas, umas mais urgentes e complexas que outras, as quais poderão trazer mudanças positivas nos âmbitos político, econômico e social; por conseqüinte, na configuração do aparelho de Estado, que poderá ser menos alienante e perverso.

É sabido que vários estudiosos, entre eles, filósofos, cientistas políticos e sociólogos discutiram e discutem até hoje os conceitos de política e poder, além de mostrar como isso é vivido e exercido na prática. Na antiguidade o filósofo Platão, discípulo de Sócrates, já nos convidava em *A República* para uma reflexão aprofundada sobre o tipo ideal de sociedade, onde sobre o caos prevalecesse um sonho de vida harmoniosa e justa. O mesmo nos instiga a uma reflexão sobre qual o melhor regime político para cada sociedade, a quem se deve designar o poder de governar e qual a melhor estrutura social que devemos ter, obviamente, buscando-se sempre fazer com que o bem prevaleça sobre o mal, a justiça sobre a injustiça, a verdade sobre a mentira e a paz em vez de atrocidades.

Aristóteles foi outro filósofo que também discutiu com maestria a lógica, a política e a moral, destacando-se como um dos pensadores mais influentes na filosofia ocidental de todos os tempos, juntamente com Platão.

A partir destes, vários outros filósofos discutiram a política e o poder já na era cristã, a exemplos de Maquiavel, Thomas More, Montaigne, Hobbes, Espinosa, Hegel, Nietzsche, Marx, Rousseau, além do representativo número de estudiosos, cientistas políticos, sociólogos e filósofos recentes como: István Mészáros, Michel Foucault, Norberto Bobbio, Pierre Boudieu, Marilena Chauí, entre outros, com os quais nos identificamos, e em alguns nos basearemos para desenvolver nossa análise seguinte.

5.1. A política e o poder: (re)visitando alguns filósofos

Na prática, assim como no meio científico, há várias noções e concepções sobre política e poder, desde as mais conservadoras, autoritárias e antidemocráticas às mais flexíveis, democráticas e renovadas. Em *O Príncipe* (2004), editado pela primeira vez em 1532, Maquiavel faz uma rigorosa reflexão sobre a política e sobre o exercício do poder. Apesar das controversas interpretações dessa obra, percebemos que nela o "maquiavelismo" toma forma e difunde-se na Europa e mundo afora. Maquiavel influenciou desde pensadores como Mussolini, o qual o considerou precursor do fascismo, a Gramsci, marxista que percebeu na sua principal obra um ideal político que estimulou o partido do proletariado.

Escrita no século XVI, no contexto político contemporâneo do autor, quando havia uma busca acirrada pela unificação da Itália através do *Risorgimento,* a obra *O Príncipe* retrata uma realidade política existente, antes mesmo, do período no qual foi escrita, marcada por um repositório de práticas que informavam a ação dos detentores do poder. Nela Maquiavel apenas como que sistematizou essa realidade e esse conhecimento, tornando-os um sistema de governo.

Nesse sentido, para ele "todos os Estados, os domínios todos que já houve e que ainda há sobre os homens foram, e são, repúblicas ou principados. Os principados ou são hereditários, e têm como senhor um príncipe pelo sangue, por longa data, ou são novos" (MAQUIAVEL, 2004, p. 37). A partir dessa afirmação, percebemos a atualidade dos escritos desse filósofo que via na fortuna uma capacidade ímpar de reger as ações humanas e de dominar Estados. O mesmo defende a liberdade, a solidariedade e a destreza no governar como princípios políticos fundamentais, e afirma que a estabilidade política depende necessariamente de leis e instituições, e da coesão social, sem que jamais se faça uso da tirania de um ou de outro estadista.

Para esse filósofo, a liberdade reforça a coesão social, mas é preciso a ordem, e faz-se necessário que, "para se preservar, um príncipe aprenda a ser mau, e que se sirva ou não disso de acordo com a necessidade". (MAQUIAVEL, 2004, p. 99).

Contudo, esse mesmo filósofo afirma que

> todos os homens, em particular os príncipes, por se encontrar mais no alto, ganham notabilidade pelas qualidades que lhes proporcionam reprovação ou louvor. Ou seja, alguns são tidos como liberais, outros como miseráveis (empregando o termo toscano *misero*, porque *avaro*, em nossa língua, significa o que deseja possuir pela rapinagem, e *miseri* denominamos os que se abstêm muito de usar aquilo que possuem); alguns são tidos como pródigos, outros como rapaces, alguns são cruéis, outros piedosos; perjuros ou leais; efeminados e covardes ou truculentos e corajosos; humanitários ou arrogantes; lascivos ou castos; estúpidos ou astutos; enérgicos ou fracos; sérios ou levianos; religiosos ou incrédulos, e assim por diante (MAQUIAVEL, 2004, p. 37).

Em geral, é isso que se vê até hoje nos representantes políticos de diferentes Estados-nação. Muitos buscam incessantemente louvores e honrorais por uma ou outra dessas qualidades, principalmente por parte do povo que os elegeu e elege. Mas, há os que não fazem nenhum esforço no sentido de serem louvados; mesmo assim, tornam-se isso ou aquilo, ou seja, são de alguma forma honrados ou desacreditados, bons ou maus.

Diferentemente de Maquiavel, Hobbes entende o poder como os meios de que dispõe o homem para obter um bem futuro, o que, segundo ele, pode ser *original* ou *instrumental*. O primeiro, que também é entendido como poder natural, "é a eminência das faculdades do corpo ou do espírito; extraordinária força, beleza, prudência, capacidade, eloqüência, liberalidade ou nobreza". (HOBBES, 2004, p. 83).

Já o segundo, isto é, o poder instrumental, corresponde àquele que se adquire mediante o anterior ou até mesmo por acaso, e se constitui como meios e instrumentos para se adquirir mais poder, como "a riqueza, a reputação, os amigos, e os secretos desígnios de Deus a que os homens chamam boa sorte. Porque a natureza do poder é neste ponto idêntica à da fama, dado que cresce à medida que progride [...]". (HOBBES, 2004, p. 83).

Em relação ao poder exercido na política de Estado, Hobbes (2004) afirma que o mais forte dos poderes humanos é aquele constituído e composto pelos poderes de vários

homens unidos, consentidos para uma única pessoa, seja ela natural ou civil. Desse modo, o autor afirma que ter súditos e servidores é poder, ao mesmo tempo em que ter amigos também o é, pois existe a soma de forças juntas. A riqueza associada à liberalidade é poder, assim como a própria reputação do poder. O sucesso, a afabilidade, a nobreza, a eloqüência, a beleza, as ciências, tudo isso é poder, em grau maior ou menor. Assim,

> o valor de um homem, tal como o de todas as outras coisas, é seu preço; isto é, tanto quanto seria dado pelo uso de seu poder. Portanto não absoluto, mas algo que depende da necessidade e julgamento de outrem [...] o valor público de um homem, aquele que lhe é atribuído pelo Estado, é o que os homens vulgarmente chamam *dignidade*. E esta sua avaliação pelo Estado se exprime através de cargos de direção, funções judiciais e empregos públicos, ou pelos nomes e títulos introduzidos para a distinção de tal valor. (HOBBES, 2004, p. 84-85)

Na política, os meios acima podem ser os verdadeiros e legítimos instrumentos de poder e tudo se configura a partir deles. É, talvez, por essa razão que é tão notória a paixão política, por um lado, dos agentes políticos (candidatos) que demonstram paixão por aquilo que fazem, política, ou por aquilo que são, políticos, por outro lado, dos eleitores que normalmente votam por paixão, não havendo uma preocupação com a ética, com a lealdade ou com a honestidade e transparência dos seus escolhidos. Há pouca participação, pouca vigilância, quase nenhuma fiscalização, mas não faltam honrarias, louvor, afabilidade, fanatismo, embora exista também repúdio e cobrança, ao menos por parte de alguns.

No século XVII Espinosa (2004, p. 447) afirmou que se costumava chamar poder público a este direito

> que define o poder do número, e possui absolutamente este poder quem, pela vontade geral, cuida da coisa pública, isto é, tem a tarefa de estabelecer, interpretar e revogar as leis, defender as cidades, decidir da guerra e da paz etc. Se esta tarefa compete a uma assembléia composta por todos os cidadãos, o poder público é chamado democracia. Se a assembléia se compõe de algumas pessoas escolhidas, tem-se a aristocracia, e se, enfim o cuidado da coisa pública, e conseqüentemente o poder, pertence a um só, chama-se então monarquia.

Da afirmação desse filósofo depreendemos que o poder público está diretamente relacionado à capacidade de governar e legislar. E, no caso do regime político democrático, o poder compete a uma assembléia composta por todos os cidadãos, algo um tanto quanto difícil de se conseguir numa sociedade heterogênea e populosa, se não existisse ao representates

legais. Diz-se que no Brasil a democracia nunca foi tão plenamente exercida e vivida como agora, mas, isso se levarmos em consideração os regimes políticos autoritários despóticos sucessivos que tivemos ao longo de nossa história.

De um modo geral, o sistema político brasileiro traz consigo muitas das relações autoritárias e antidemocráticas vividas no passado. Basta olharmos o conjunto de práticas sociais adotadas por boa parte dos candidatos durante as campanhas eleitorais. Ainda se perpetua a mercantilização do voto, a troca de favor, a permuta por algum bem ou serviço prestado, ou seja, a população não tem liberdade de escolha, até porque, normalmente não consegue enxergar uma ou algumas opções parlamentares que de fato venham a trabalhar no sentido de mudar o quadro social de pobreza que atinge boa parte da população nacional, especialmente a que vive no semi-árido nordestino.

Geralmente, o voto é um dos poucos meios pelos quais o povo age concretamente no sentido de escolher o governo que deseja para o governar; por conseguinte, o Estado que se quer instituir. Por isso, é necessário que exista a liberalidade, e, depois, a participação, o controle, a vigilância e a efetiva cobrança dos compromissos assumidos pelos políticos candidatos durante as campanhas eleitorais.

No século XVIII, Hegel (2005, p. 195) já afirmava que

> por fazerem parte do Estado, os indivíduos devem, pois, aderir à sua organização, contribuir para a sua estabilidade, e subordinar-se a ele, uma vez que já não são, pelo seu caráter e estrutura psíquica os únicos representantes dos poderes morais; no Estado verdadeiro, os indivíduos devem regrar todas as particularidades da sua sensibilidade, da sua maneira de pensar e de sentir, de acordo com a legalidade.

Ou seja, sob essa ótica todos os indivíduos têm a importante responsabilidade de contribuir com a organização e com a estabilidade do Estado do qual fazem parte, devendo, inclusive, comedir suas atitudes, gestos, pensamentos e sentimentos, de acordo com as leis gerais deste, não conforme seus próprios impulsos e interesses particulares ou de algum indivíduo ou determinados agentes. Sabe-se que o voto é um meio pelo qual se pode contribuir com a organização e legitimação do Estado que se deseja instituir, mas é preciso

mais seriedade e compromisso ético com o mesmo. É necessário que se deixe de lado as paixões políticas e partidárias, as relações mercantis e de troca de favor, de modo que o ato de votar e escolher um candidato possa de fato contribuir com essa organização e estabilidade do Estado e do que é público.

Desde Marx, e talvez muito antes dele, o poder político era visto por alguns filósofos como um instrumento de consolidação de forças dos agentes já detentores do poder, nesse caso, das elites econômicas representadas pelos latifundiários e pela burguesia industrial. Desse modo, "nas lutas entre os grandes latifundiários e a burguesia, tanto quanto na luta entre a burguesia e o proletariado, tratava-se em primeiro plano de interesses econômicos, devendo o poder político servir de mero instrumento para sua realização". (MARX; ENGELS, 2006, p. 130). Por isso, é fundamentalmente importante a luta política e a participação efetiva e ativa dos indivíduos nas sociedades, no sentido de desconstruir, ou até mesmo, extinguir sistemas políticos com tais características. Nesse contexto, Marx e Engels (2006, p. 131) assinalam que na história moderna fica claramente demonstrado que

> todas as lutas políticas são lutas de classes e que todas as lutas de emancipação de classes, apesar de sua inevitável forma política, pois toda luta de classe é uma luta política giram, em última instância, em torno da emancipação econômica. Portanto, aqui pelo menos, o Estado, o regime político, é a elemento subordinado, e a sociedade civil, o reino das relações econômicas, o elemento dominante.

Seguindo essa linha de raciocínio, entendemos que na sociedade moderna a atuação do Estado geralmente reflete, ou ao menos deveria refletir, as necessidades variáveis da sociedade civil. No entanto, vemos que "à supremacia desta ou daquela classe e, em última instância, ao desenvolvimento das forças produtivas e das condições de troca [...] o Estado, de modo geral, não é mais que o reflexo em forma condensada das necessidades econômicas da classe que domina a produção". (MARX; ENGELS, 2006, p. 132).

Historicamente é o que ocorre no Brasil. O Estado normalmente representa e atende essencialmente aos interesses das elites dominantes, as quais fazem de tudo para

permanecerem no poder. Regionalmente, essa realidade é ainda mais forte, o Estado geralmente é usado para a manutenção de privilégios dos agentes políticos que o integram.

É por essa razão que vemos atualidade e pertinência nos escritos marxistas, quando, através deles, se percebe que no Estado da sociedade moderna "corporifica-se o primeiro poder ideológico sobre os homens. A sociedade cria um órgão para a defesa de seus interesses comuns, face aos ataques de dentro e de fora. Esse órgão é o poder do Estado". (MARX; ENGELS, 2006, p. 133).

Mas, de acordo com esses filósofos, se apenas criado, "esse órgão se torna independente da sociedade, tanto mais quanto mais vai-se convertendo em órgão de uma determinada classe e mais diretamente impõe o domínio dessa classe". (MARX; ENGELS, 2006, p. 133). Daí a importância fundamental da organização e mobilização da classe não detentora do poder, econômico e político, principalmente, no sentido de levantar suas necessidades e reivindicar ações e leis, por parte do Estado, que ao menos venha de fato representá-la.

É preciso saber escolher bem o corpo político que se quer para compor os poderes executivo e legislativo, pois dele depende o governo e as leis, portanto, a sociedade que se deseja. Conforme Rousseau (2002, p. 116-117)

> o poder legislativo é o coração do Estado e o poder executivo é seu cérebro, que dá movimento a todas as partes. O cérebro pode ficar com paralisia e o indivíduo viver ainda assim. Um homem se torna imbecil e vive: mas assim que o coração cessa suas funções, o animal está morto. Não é por causa das leis que o Estado subsiste, é pelo poder legislativo.

Portanto, sob essa ótica percebemos que assim como o corpo humano, o corpo político começa a fenecer desde o seu nascimento e consigo já traz as causas de sua destruição. Mas, um e outro podem se constituir de forma mais ou menos robusta, de modo a conservar-se e manter-se por mais ou menos tempo. Contudo, "a constituição do homem é obra da natureza, a do Estado é obra da arte. Não depende dos homens prolongar sua vida, mas depende deles prolongar a do Estado, tão longamente quanto possível, dando-lhe a

melhor constituição que se possa ter". (ROUSSEAU, 2002, p. 116). Mesmo assim, o Estado melhor constituído também terminará, mas durará mais que outro, desde que nenhum imprevisto ou acidente o aborte prematuramente.

Partindo para uma análise filosófica mais recente sobre o poder, e mais diretamente relacionada à realidade estudada, entendemos que de todas as afirmações feitas por Foucault (2006, p. 175), a concepção de que "o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce", bem como que o mesmo não é a "manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força", em nosso entendimento, parece ser essa uma das afirmações mais pertinentes e adequadas para se explicar o contexto atual que estamos analisando.

Para esse filósofo, "o poder é essencialmente repressivo. O poder é o que reprime a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe [...] o poder é guerra, guerra prolongada por outros meios". (FOUCAULT, 2006, p. 175-176). O poder em si é a ativação e o desdobramento de uma relação de forças. Nesse sentido, o poder político pode estar associado a relações de repressão num contexto de dominação e controle.

Por isso, é importante observar algumas precauções metodológicas quando estamos discutindo o poder. Devemos, antes, analisar o poder não a partir de suas formas regulamentares e legítimas, ou do seu centro e do que podem ser seus mecanismos gerais e seus efeitos constantes, mas a partir de "suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar". (FOUCAULT, 2006, p. 182).

É importante buscar compreender o poder a partir de "suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material", mesmo que em eventuais circunstâncias seja violento. (FOUCAULT, 2006, p. 182).

Não devemos analisar o poder no plano da intenção ou da decisão, pelo seu lado interno, mas, pela sua face externa, ou seja, pelo seu objeto, alvo ou campo de aplicação, onde seus efeitos reais são produzidos. (FOUCAULT, 2006). O autor ainda nos adverte para não tomarmos o poder como sendo algo maciço e homogêneo, exclusivo de um indivíduo, grupo ou classe sobre outros(as). Segundo ele,

> o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2006, p. 183).

Nesses termos, percebemos que, embora o poder passe pelos indivíduos, na política o mesmo pode ser continuado e exercido em rede, através de grupos familiares ou grupos políticos, como é o caso das oligarquias regionais no Brasil. Nesse caso, a forma de dominação e controle social é quase sempre a mesma, concebida, principal e inicialmente, através de influências eleitorais que começam nas urnas por meio do voto e se concretizam ao longo dos mandatos políticos quando tais agentes se beneficiam da estrutura e dos privilégios que a máquina pública oferece.

Também é interessante analisar o poder de forma ascendente, isto é, a partir dos mecanismos e procedimentos de poder que atuam nos níveis mais baixos, observando os mínimos aspectos de uma história, de um percurso, de técnicas e táticas para depois se investigar como "estes mecanismos de poder foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, subjugados, transformados, deslocados, desdobrados, etc., por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global". (FOUCAULT, 2006, p. 184).

Uma última precaução metodológica sugerida por Foucault (2006), para quando se está discutindo o poder, diz respeito às produções ideológicas que foram concebidas ao longo da história, como por exemplo, as ideologias: do poder da educação, do poder da monarquia,

da democracia parlamentar, entre outras. Todavia, para este filósofo, isso tudo pode não ser ideologia, mas

> instrumentos reais de formação e de acumulação do saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Tudo isto significa que o poder para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e por em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas. (FOUCAULT, 2006, p. 187).

Depreendemos que se tratam de construções simbólicas, reprodução de saberes e significados, portanto, de cultura, material e imaterial, que normalmente é reflexo e refletem da/na política, economia e sociedade. Esses aparelhos de saber, não necessariamente letrados, circulam e se reproduzem em vários âmbitos da sociedade, principalmente a partir da vida cotidiana, bem como na economia e na política propriamente ditas.

Percebemos, portanto, que a verdadeira gênese do pensamento político está na filosofia que desde Sócrates, Platão e Aristóteles até os filósofos contemporâneos, passou por diversas interpretações e evoluções de pensamento.

5.2. Os territórios conservadores de poder no Rio Grande do Norte e no Seridó potiguar

Na Geografia política costuma-se partir da análise sobre o poder para se explicar o território, pois a configuração e a delimitação territorial ocorrem, quase sempre, a partir de relações de poder. Para Raffestin (1993, p. 53) "o poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam". Para esse autor, as forças muitas vezes antagônicas de que dispõem os dois pólos ou parceiros, criam um campo de poder, por conseguinte, em nosso entendimento, delimitam e criam também o território.

No Rio Grande do Norte, as forças políticas conservadoras e, portanto, o poder político e econômico de que dispõem alguns grupos partidários e/ou familiares, constituem e delimitam verdadeiros territórios conservadores de poder. Nessa análise nos basearemos em

autores como Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Châtelet; Duhamel; Pisier-Kouchner (2000), Castro (2005), Chauí (2006), Silva (2005), e alguns filósofos elencados anteriormente.

De acordo com o clássico texto de Raffestin (1993, p. 60), *Por uma Geografia do poder*, "o território é o espaço político por excelência". Nele se confrontam, se consolidam, se interceptam, se cruzam, se realizam e/ou se plenificam as relações e forças políticas de uma dada nação, de um determinado estado ou de uma região; portanto, de um determinado espaço, o qual é anterior ao território.

Logo, "o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um Programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta e abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator territorializa o espaço". (RAFFESTIN, 1993, p. 143). O espaço aqui é visto sob o ponto de vista das relações, tendo ou não uma base física. Assim, embora não seja nosso objetivo discutir aqui os conceitos de espaço e território, entendemo-los e adotamo-los numa perspectiva relacional e, no caso do segundo, numa abordagem principalmente política, não obstante as demais concepções, igualmente importantes, agrupadas por Haesbaert (2004). Esse autor discute o território sob três vertentes básicas: a política, a cultural e a econômica. A concepção política diz respeito às relações espaço-poder em geral ou

> jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. (HAESBAERT, 2004, p. 40).

É nessa perspectiva que pretendemos discutir os territórios conservadores de poder na região do Seridó potiguar e no próprio estado do Rio Grande do Norte, não desconsiderando as demais concepções, que estão de algum modo inter-relacionadas. Por exemplo, a representação política que se está analisando relaciona-se intrinsecamente ao viés cultural, ou mesmo culturalista, ou simbólico-cultural de acordo com o autor. Essa vertente "prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como

o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido". (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Já a vertente econômica, ou muitas vezes economicista, "enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão 'territorial' do trabalho, por exemplo". (HAESBAERT, 2004, p.40).

Essa dimensão também se relaciona com as demais, quando, por exemplo, os recursos acumulados e/ou incorporados no embate entre as classes sociais servem à manutenção e fortalecimento econômico dos grupos familiares ou partidários que atuam no sistema político nacional, regional ou estadual. Além do mais, tais grupos muitas vezes utilizam a dimensão cultural de um determinado grupo social visando principalmente manipular e controlar alguns, ou todos, seus indivíduos no que concerne aos seus direitos, civis e políticos, por exemplo.

Baseado em Foucault, os filósofos Châtelet; Duhamel; Pisier-Kouchner (2000, p. 374) afirmam que "o poder é um exercício", e o "saber seu regulamento". Para eles, o poder é uma estratégia e está em toda parte, portanto, está na política, no Estado, no território, no espaço.

Vimos que o poder é conservador, pois mantém e constrói estruturas, destrói e extingue algumas, cria e recria outras, conserva relações de dominação e opressão, mas, também é capaz de inovar, libertar, transformar, restaurar, construir. Desse modo, o poder apresenta diversas "capacidades" e "habilidades", através das quais tudo perde ou ganha força, torna-se débil ou viril.

Historicamente, na política o poder nem sempre é exercido em favor da maioria populacional, sendo, não raro, seletivo, perverso, excludente, repressor e opressor. No Brasil, o poder político sempre esteve representado por pequenos grupos, as oligarquias regionais,

com caráter fortemente elitista e conservador. É nesse contexto que se estabelecem os territórios conservadores de poder no país.

Para Castro (2005, p. 177), "no Brasil é preciso considerar a estratégia territorialista e socialmente excludente da elite política, desde a Independência". Por isso, na nossa concepção, os territórios conservadores de poder sempre foram algo muito forte e notável no sistema político nacional. Nesse contexto,

> a história do sistema representativo brasileiro aponta uma diacronia entre a incorporação do território, como parâmetro político e condição essencial das negociações, das alianças e da composição do poder, e o lento processo de incorporação dos interesses do conjunto da sociedade. O resultado tem sido o controle da representação através da exclusão social garantida mediante engenhosas legislações eleitorais. (CASTRO, 2005, p. 177).

Para a autora é preciso reduzir a desproporcionalidade no sistema de representação política no Brasil, tanto quanto, faz-se necessário criar condições propícias para que o sistema político favoreça de fato "o processo de interiorização do desenvolvimento, que já vem ocorrendo progressivamente nas últimas décadas, criando novas atividades, novas lideranças e mais participação, estas sim os melhores antídotos contra os tradicionais vícios do poder conservador na periferia". (CASTRO, 2005, p. 190).

Seguindo esse raciocínio, Chauí na obra *Cultura e Democracia* (2006), mostra-nos como as relações de poder no Brasil se produziram e se reproduzem no contexto político atual. Para essa autora, o país conserva as marcas da sociedade colonial escravista e, por isso, a sociedade nacional mantém a supremacia das relações do "espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece". (CHAUÍ, 2006, p. 353).

Nesse contexto, perpetuam-se as relações de poder, portanto, os territórios, que conservam e mantêm os privilégios de alguns e acirram as disparidades sociais e a miséria de

outros, ao mesmo tempo em que limitam e dificultam os interesses comuns e o alcance dos direitos universais e da cidadania. Dessa forma,

> as diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações entre os que se julgam iguais são de "parentesco", isto é, de cumplicidade; ao passo que, entre os que são vistos como desiguais, tomam a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação, configurando-se como opressão quando a desigualdade é muito marcada. (CHAUÍ, 2006, p. 353).

Com base nessa afirmação, entendemos que os micropoderes se capilarizam na sociedade, prevalecendo o autoritarismo, cuja origem e reprodução está na família. Isso se espraia para as demais instituições e relações como o ambiente escolar, universitário, profissional, "o comportamento social nas ruas, o tratamento dado aos cidadãos pela burocracia estatal, e vem exprimir-se, por exemplo, no desprezo do mercado pelos direitos do consumidor (coração da ideologia capitalista) e na naturalidade da violência policial". (CHAUÍ, 2006. p. 353-354).

Nos territórios conservadores de poder constituídos historicamente no Brasil, cuja característica principal é o autoritarismo, há uma busca incessante por preservar valores como: o modelo e a estrutura familiar, cujas relações de mando e obediência, inferioridade e superioridade se ampliam a outros âmbitos; a importância da lei e do direito que deve ser enérgica e dura, principalmente para os pobres e mais fracos, mas flexível aos ricos e, nesse aspecto, Chauí (2006, p.354) reconhece que "o poder judiciário é claramente percebido como distante, secreto, representante dos privilégios das oligarquias e não dos direitos da generalidade social"; busca-se ainda evitar os conflitos e as contradições sociais, econômicas e políticas, pois estes representam uma ameaça à sociedade "pacífica", indivisa e ordeira.

Assim, "em suma, a sociedade auto-organizada é vista como perigosa para o Estado e para o funcionamento 'racional' do mercado". (CHAUÍ, 2006, p. 355). Além do mais, tenta-se, a qualquer custo, sucumbir a opinião pública quando esta expressa interesses e lutas por direitos de grupos e classes sociais distintas ou até mesmo antagônicas; instiga-se a

"naturalização das desigualdades econômicas e sociais", bem como étnicas, naturalizando-se também as diferenças religiosas e de gênero, além das formas visíveis e invisíveis de violência. (CHAUÍ, 2006, p. 355).

Portanto, há uma busca constante por despolitizar a sociedade, para torná-la inerte e passiva face às desigualdades econômicas, políticas e sociais que se apresentam. O sistema político conservador que dispomos busca até hoje (2006) impor a falsa idéia de que a existência dos movimentos sociais como: dos sem-tetos, dos sem-terras, dos desempregados, entre outros, deve-se "à preguiça e à incompetência dos miseráveis". Tenta-se assim, fazer com que a maioria da população creia nessa falsa verdade, mesmo que parte dessa população, enquadre-se na mesma condição social dos agentes desses movimentos. Ou seja, vitima-se a vítima das mazelas sociais que temos e enfrentamos. Para esta sociedade conservadora "a existência de crianças de rua é vista como tendência natural dos pobres à criminalidade". (CHAUÍ, 2006, p. 355).

Ao estudar o poder político no Sul do Brasil, mais especificamente no centro-sul do Paraná, Silva (2005) analisa os "territórios conservadores de poder", enfatizando os processos de dominação e/ou subordinação social que se estabelecem no espaço das relações. A autora mostra que o poder político naquela região "se constitui por uma mescla de grupos político-econômico-familiares, com características tradicionais de dominação". (SILVA, 2005, p. 153). Nesse espaço,

> o voto reafirma, a cada eleição, o poder dos grupos e das famílias tradicionais na política local, mesmo que isso não represente uma participação do grupo ou da família enquanto tal, mas apenas de alguns de seus membros, legitimando ou desestruturando atores coletivos. (SILVA, 2005, p. 153).

Conforme já enfatizamos, essa afirmação também se aplica à realidade estudada, onde historicamente alguns grupos familiares detêm o poder político nos municípios, na região e no estado, relacionando funções políticas ao poder econômico de que dispõem tradicionalmente. Os territórios conservadores de poder no Rio Grande do Norte, e no Seridó

potiguar, se constituem e se estabelecem a partir do campo de forças, legitimadas e legitimadoras, tecidas no espaço social, tradicional e "moderno".

Em nível de estado, as forças políticas conservadoras estão representadas principalmente em dois partidos políticos, o PFL e o PMDB, cujos agentes principais pertencem a dois ou três grupos familiares oligárquicos tradicionais. Antes, estes grupos exerciam o poder sob o julgo das forças que dispunham com base no controle fundiário, ou seja, a partir do que representava o poder dos seus latifúndios. Atualmente (2006), isso também ocorre, porém, somado ao poder econômico industrial, comercial e do funcionalismo público bem sucedido, representado por médicos, advogados, entre outros servidores públicos.

Para Santos (2005, p. 87), em termos regionais "os percentuais que apontam para as profissões dos prefeitos do Seridó, assinalam 35,29% sendo agropecuários [sic], 29,41% funcionários públicos, 17,64% médicos, e 17,66% entre comerciantes, dentistas e agente fiscal". Para a autora, isso representa uma versão cristalizada da reprodução das antigas lideranças políticas regionais, cuja ligação com a grande propriedade e com o sistema algodoeiro-pecuário é um fator marcante.

Assim, em relação aos municípios seridoenses, os territórios políticos consolidados na região apresentam características semelhantes aos do estado, constituindo-se, principalmente a partir do poder conservador de proprietários de terras, comerciantes locais, regionais ou estaduais e funcionários públicos. Nesse último caso, destaca-se a figura do médico, servidor na área de saúde pública, também beneficiado com o sistema político em vigor. Dessa forma, pode-se afirmar que o exercício dessa profissão produz "relações de confiança com o povo, de modo a criar vínculos materializados em formas de favor e benefícios, que conduzem tais profissionais a uma posição de grande notoriedade do âmbito

local, o que instiga a inserção de muitos desses profissionais na vida política". (SANTOS, 2005, p. 89).

Tais agentes, normalmente têm alguma ligação com as oligarquias estaduais. Portanto, no âmbito municipal e regional, também se destacam as forças conservadoras dos mesmos partidos políticos que no nível estadual, do PFL e do PMDB, historicamente fortes na região, analisados de forma detalhada no andamento desse capítulo.

Existem situações em que um mesmo grupo familiar mantém o controle e o comando político em mais de um município, exercendo forte influência sobre a população destes, por conseguinte da região. Isso se evidencia nas urnas, quando o desempenho de alguns de seus membros mostra votações expressivas nas eleições para deputado estadual, prefeito ou vereador, favorecendo fortemente, também, candidatos a governador, senador e deputados federais apoiados pelos mesmos. É visível a influência desses agentes sobre determinados municípios da região.

Devemos ressaltar que a família, a religião, a prestação de serviços, especialmente de saúde, ajudas financeiras, acesso a um emprego, doação de algum tipo de bem, por exemplo, material de construção, prótese dentária, concessão de benefícios de várias naturezas, inserção nos programas sociais de governo, enfim, prestação de favores, são os principais mecanismos que constituem o clientelismo; portanto, a rede de relações que corrobora a delimitação dos territórios conservadores de poder na região e no estado.

Não obstante o aparecimento de novas formas de descentralização e democratização no sistema de gestão pública do espaço geográfico potiguar "o legado histórico, marcado pela 'força' dos coronéis e pelas relações de compadrio que estes mantinham com o povo, reflete, ainda nos dias atuais, através da incipiente participação popular, no desenvolvimento das gestões municipais". (SANTOS, 2005, p. 89).

Observamos que alguns dos mecanismos utilizados podem ser novos, mas a lógica de dominação e manipulação social é a mesma de antes. O município é a base sobre a qual se ergue e se amplia a rede de relações políticas e sociais. Digamos que aí se circunscreve a capilaridade que forma os micropoderes que refletem e se deixam refletir, sobre todo o sistema político partidário – local, regional, estadual e nacional.

Tudo isso é superfavorecido e fortalecido pelos meios de comunicação existentes na região e no estado – a televisão, os jornais e o rádio –, os quais normalmente pertencem aos grupos familiares que controlam o sistema político em diferentes escalas. Por exemplo, as principais oligarquias estaduais dispõem de emissoras de rádio localizadas em pontos estratégicos no estado e, no caso do Seridó, em ao menos um município, além daquelas emissoras que não são de propriedade dos mesmos, mas se beneficiam economicamente para favorecê-los de alguma forma.

No Rio Grande do Norte, os grupos mais fortes também são donos de canais televisivos com emissoras afiliadas das grandes redes nacionais de comunicação como a rede Globo, o SBT, a rede Record e a rede Bandeirantes, além de serem donos de jornais impressos que circulam em praticamente todo o estado. Essa é uma das formas mais concreta e visível de esses grupos manterem o controle da informação sobre os territórios por eles constituídos e delimitados.

Ao analisar o discurso político e a influência da mídia e dos meios de comunicação sobre o eleitorado e as intenções de voto, Charaudeau (2006, p.280) discorre que as informações normalmente são veiculadas de forma "fragmentada, o que impede que se saiba qual é a parte da informação que remete a uma opinião civil portadora de julgamentos sobre todos os fatos sociais, a que é direcionada a uma opinião cidadã mais circunscrita e a que se destina a uma opinião militante mais visada". O autor entende que a mídia é de fundamental importância no campo político, constituindo-se numa verdadeira estratégia de comunicação

para os candidatos/agentes políticos. Esta se encontra diversificada e muitas vezes difusa, pois "há diversos tipos de suportes de informação (rádio, imprensa, televisão, internet) que se dirigem a públicos diferentes, das maneiras que lhes são próprias, ainda que a televisão pareça dominante em função do número de telespectadores que ela reúne em seus telejornais" (CHARAUDEAU, 2006, p. 280). Nesse aspecto, concordamos com o autor quando este defende que a mídia se constitui numa eficiente "máquina de captar o público" difundindo uma visão fragmentada e atemporal do mundo, gerando uma certa "guerra dos discursos".

Adentrando nessa análise sobre a importância da mídia, entendemos que tradicionalmente os políticos sempre tiveram uma preocupação exagerada com suas reputações, demonstrando um interesse tripartite no sentido de: se promoverem, apresentando necessidades de visibilidade para ter acesso à cena pública, de imagem, devendo sempre tentar seduzir a sociedade, e de legibilidade dos seus projetos políticos, buscando que esses sejam compreendidos e aceitos pela maioria.

Por isso, Charaudeau (2006, p. 287) entende que "a política se desenvolve na cena pública, e essa é uma cena de teatro na qual se expõe ao mesmo tempo o ator, o personagem e a pessoa". Assim sendo, o político é conduzido inexoravelmente a fazer o triplo papel:

> de ator, de personagem e de pessoa: como ator, mostra sua imagem, na verdade, seu carisma; como personagem, desempenha plenamente seu papel de político no exercício de suas funções; como pessoa – discretamente destilada –, mostra que não é menos humano, que tem sentimentos como os demais. O cidadão expectador dessa cena está, portanto, à espera de imagens que remetam a esses três papéis, pois ele realmente precisa de algo que justifique seus movimentos de adesão ou de rejeição ao político, mas ele espera igualmente por projetos políticos que façam sonhar e que sejam suscetíveis de transcende-lo e de provocar esse ou aquele Programa de ação. (CHARAUDEAU, 2006, p. 287).

É isso que os cidadãos espectadores anseiam em relação aos políticos, terem acesso a imagens midiatizadas imbuídas dos papéis acima, tendo em vista que, enquanto eleitores, os mesmos necessitam quase sempre de algo que justifique sua adesão ou rejeição a um ou outro agente. Eles ainda esperam projetos políticos que os façam sonhar, "pois não há sociedade sem rumores, sem imaginários, sem projetos utópicos, sem aspirações a serem jogadas na

cena do mundo real, portanto, sem o desejo de se deixar seduzir por quem desejar corresponder realmente a essas expectativas". (CHARAUDEAU, 2006, p. 288).

Assim, percebemos que o discurso político sempre busca conciliar e coincidir os papéis desempenhados pelos políticos e as expectativas geradas pelo povo e pelo eleitorado.

Ao discorrer sobre a "guerra dos discursos" travada na mídia, o autor mostra que a informação recebe um tratamento sistematicamente dramatizador, privilegiando efeitos que causam emoção e comoção, mas, geralmente, deixam de expor e debater idéias e projetos políticos. Para constatar isso, basta observarmos atentamente as técnicas utilizadas nas manchetes e nos anúncios de jornais, nos boletins de informação, nas apresentações de telejornais, nas notícias e informações divulgadas nos radiojornais e na internet.

Essas técnicas geralmente buscam impressionar e comover os espectadores, dando ênfase a determinados assuntos, mas ocultando outros. Por saberem disso, os políticos fazem muito bem o jogo e a tendência das mídias, colocando "luzes sobre certos temas e determinadas declarações que ocultarão aquelas que lhes são mais particularmente caras [...] é também o caso, em muitos países, do tema recorrente da corrupção". (CHARAUDEAU, 2006, p. 288).

Mas tudo depende do jogo de interesses em pauta, o que e a quem se pretende atingir, promover ou difamar. Essa perspicácia se torna ainda mais astuta quando os meios midiáticos pertencem a tais políticos, como ocorre na nossa área de pesquisa. As informações são, muitas vezes, manipuladas e veiculadas de acordo com os interesses dos grupos políticos que delimitam e constituem os territórios conservadores de poder. Em contrapartida, não existe na sociedade um nível de conscientização e criticidade suficientemente capaz de filtrar tais informações; existe sim, a concepção de continuísmo dos grupos político-familiares, devendo prevalecer, sobretudo, a paixão partidária, sob a qual um grupo ou partido seja idolatrado e o outro rejeitado.

Diante do exposto, percebemos que os proprietários de terras, os comerciantes, os industriais, os donos dos meios de comunicação, portanto, as elites econômicas e sociais locais, regionais e estaduais, são também os donos do poder, os quais fazem de tudo para se manterem fortes e inatingíveis, delimintando territórios e constituindo uma verdadeira cartografia do voto, assunto que discutiremos a seguir.

5.3. Uma cartografia do voto no Rio Grande do Norte: os novos(velhos) donos do poder

Retomando Faoro (2000), quando este afirma que o poder tem donos e que está representado na força política dos coronéis, portanto, no coronelismo, percebemos que poucas mudanças houve em relação à realidade pretérita de há vinte, trinta anos. O chefe político não é um delegado, um militar, mas um homem de negócios, particulares, familiares e públicos. A violência, mesmo que disfarçada, o autoritarismo e a perseguição são ferramentas-chave, asseguradoras do poder destes.

Nesse contexto, o que é público normalmente é personificado na figura de tais agentes, e "o Estado, pela cooptação sempre que possível, pela violência se necessário, resiste a todos os assaltos, reduzido, nos seus conflitos, à conquista dos membros graduados de seu estado-maior". (FAORO, 2000, p. 380).

O emprego dos recursos públicos, ainda pouco controlado e fiscalizado na contemporaneidade, favorece o mau uso ou o uso indevido daquilo que deveria trazer melhorias para a sociedade. Enquanto isso, a maior parte da população permanece pouco, ou nada, consciente acerca dessa e de outras graves e obscuras situações que acontecem no ambiente político, contribuindo assim para a manutenção e reprodução da conjuntura sociopolítica que se tem. Chauí (2006, p. 356) já nos afirmava que "a sociedade brasileira é oligárquica e está polarizada entre a carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes e dirigentes".

Boff (2003) também já nos advertiu, que a maioria da população brasileira ainda não descobriu que a opulência da casa grande foi construída às expensas do trabalho superexplorado, com sangue derramado e vidas absolutamente desgastadas. Por isso, a "alienação faz com que as massas empobrecidas não se rebelem; pior ainda, esperam a libertação como graça de seus opressores históricos e a cidadania, concedida pelo Estado elitista". (BOFF, 2003, p. 39).

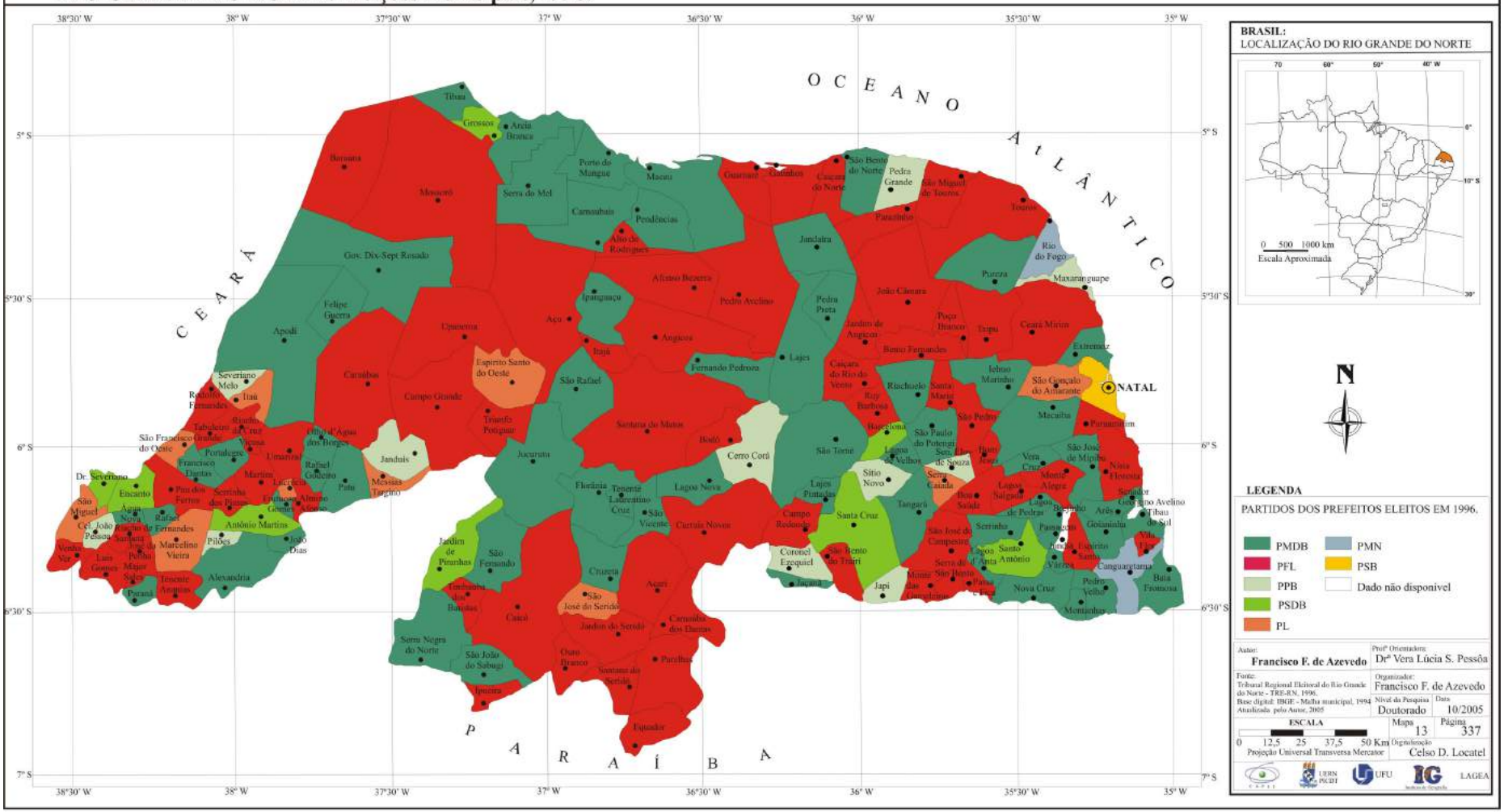
Para esse autor, a população brasileira é composta de sobreviventes dessa realidade histórica atribulada, marcada por submetimento e marginalização. As elites nacionais, em seu mimetismo, buscam sempre estar do lado dos governos, não importa os partidos, no intuito de garantirem-se no poder e manterem seus privilégios. É assim que acontece com a política contemporânea no Brasil, tanto em nível federal, quanto em nível estadual e municipal.

No Rio Grande do Norte, exceto em 1996, as últimas eleições municipais para prefeito e vereador apontaram tendência ao predomínio de elegibilidade dos candidatos pertencentes ao partido do governador da época. Fato esse favorecido pelos acordos e pactos políticos feitos, bem como, pelas coalizões partidárias firmadas a cada processo eleitoral; muitas vezes, não importa a tradição política dos partidos, o que importa são os interesses em jogo. Para verificar isso, basta avaliarmos o quadro de votação das últimas eleições municipais.

De acordo com os dados do TRE-RN, dos 167 prefeitos eleitos em 1996, a coligação do PMDB, partido do governador da época, elegeu 65 (39%), já a coligação do PFL elegeu 70 (42%) (Mapa 13).

O primeiro grupo, liderado pelo PMDB, elegeu um expressivo número de vereadores, 634 no total, já o segundo grupo elegeu 572. Nos municípios Major Sales e Rodolfo Fernandes, as coligações do PFL elegeram, respectivamente, os prefeitos e todos os vereadores que formavam suas câmaras municipais, nove em cada município.

Título: **RIO GRANDE DO NORTE: Eleições municipais, 1996.**



É importante frisar que é através dos vereadores que os instrumentos de controle e manipulação política atingem mais diretamente a população, constituindo os micropoderes, pois são eles, os vereadores, que estão mais próximos do povo, vivendo o dia-a-dia, convivendo, às vezes, no mesmo bairro, na mesma rua ou na mesma comunidade.

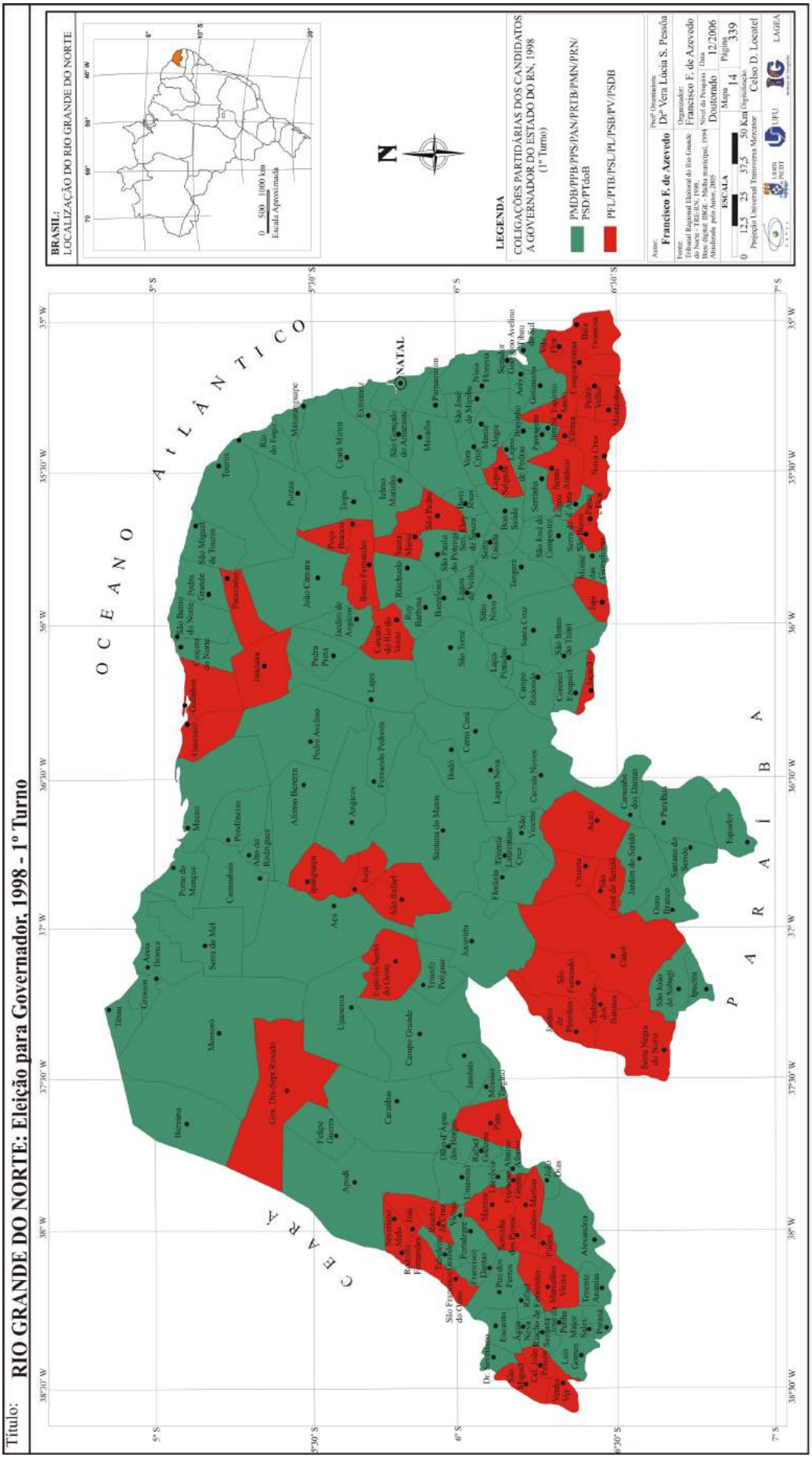
É o legislador municipal que conhece mais de perto as necessidas mais prementes da população, a não ser que este resida em outro município, aparecendo apenas esporadicamente no município onde se elegeu, seja para reuniões ou outros fins. Aliás, isso é algo comum no sertão potiguar, o que também ocorre com relação a alguns prefeitos. Vários prefeitos e vereadores dos municípios estudados sequer residem no Seridó.

Os resultados das eleições têm demonstrado que o controle político dos municípios também se dá a partir do domínio dos dois principais grupos partidários[101] analisados. No Seridó potiguar, a coligação do PMDB elegeu nove prefeitos e 93 vereadores em 1996, já o PFL elegeu onze prefeitos e 96 vereadores. O PSDB, o PTB e o PL elegeram um prefeito cada.

Em 1998, após quatro anos de governo do PMDB, os resultados eleitorais demonstraram fortalecimento do grupo político liderado por esse partido, pois a coligação liderado pelo mesmo obteve maioria de votos na maior parte dos municípios do estado e do Seridó (Mapa 14).

Em alguns municípios, em 1998 os candidatos do referido grupo obtiveram percentuais de votos bastante expressivos, principalmente, onde a cota de distribuição de leite era proporcionalmente maior em relação ao número de habitantes.

[101] Os dados ainda mostram que também foram eleitos onze prefeitos pelo PPB, nove pelo PL, oito pelo PSDB, dois pelo PMN e 1 pelo PSB, nesse último caso, a candidata Wilma de Faria, atual governadora, foi eleita como prefeita de Natal pela coligação PSB/PTB/PCB/PV/PFL, ou seja, apoiada pela oligarquia Maia do PFL O município de Natal foi o primeiro a eleger um representante político do PSB, único até as eleições do ano 2000.


Título: RIO GRANDE DO NORTE: Eleição para Governador, 1998 - 1º Turno
BRASIL:
LOCALIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE
LEGENDA
COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS DOS CANDIDATOS A GOVERNADOR DO ESTADO DO RN, 1998 (1º Turno)
PMDB/PFB/PPS/PAN/PRTB/PMN/PRN/ PSD/PTdoB
PFL/PTB/PSL/PL/PSB/PV/PSDB
Autor: Francisco F. de Azevedo
Profª Orientadora: Drª Vera Lúcia S. Pessôa
Organizador: Francisco F. de Azevedo
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte - TRE/RN, 1998.
Base digital: IBGE - Malha municipal, 1994
Atualizada pelo Autor, 2006
Nível da Pesquisa: Doutorado
Data: 12/2006
ESCALA
Mapa 14
Página 339
0 12,5 25 37,5 50 Km
Projeção Universal Transversa Mercator
Digitalização: Celso D. Locatel
OCEANO ATLÂNTICO
CEARÁ
PARAÍBA
NATAL
UFU
IG
LAGEA

Nesse processo eleitoral, o então governador Garibaldi Alves Filho foi reeleito ao cargo logo no primeiro turno, resultado visível das ações do seu governo, muitas delas assistencialistas, dentre as quais, o Programa do Leite[102], cuja continuidade foi seu principal compromisso de campanha.

Nas eleições de 1998 o quadro político do estado ficou representado da seguinte forma: as duas principais oligarquias favoreceram a reeleição, em primeiro turno, do candidato/Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Reeleição em primeiro turno do candidato/governador[103] da coligação PMDB/PPB/PPS/PAN/PRTB/PMN/PRN/PSD/PT do B, Garibaldi Alves Filho; um único senador eleito, pelo PMDB, portanto, aliado político do governador.

Dos oito deputados federais eleitos, cinco pertenciam à coligação do PMDB (oligarquia Alves) e três à coligação do PFL (oligarquia Maia); dos 24 deputados estaduais eleitos, doze pertenciam à coligação do governador reeleito, oito à coligação do PFL, dois ao PSB, um ao PT e um ao PDT. Portanto, efetivamente, as representações político-familiares conferem: à família Alves, os mandatos de governador (Garibaldi Alves Filho); de dois deputados federais (Henrique Eduardo Alves e Ana Catarina Alves) e de um deputado estadual (Carlos Eduardo Alves); em 2000 foi eleito Agnelo Alves como prefeito de Parnamirim, importante município da área metropolitana de Natal.

A família Maia continuou com: um senador (José Agripino Maia), que havia se candidatado ao Governo do Estado nesse mesmo ano, mas, como não foi eleito, e por ser senador há quatro anos, voltou ao congresso para concluir o mandato; um deputado federal (Lavoisier Maia), uma deputada estadual (Márcia Maia); além da prefeita de Natal (Wilma de

[102] Essa foi uma das principais ações, responsável pelo êxito eleitoral do governador/candidato nas urnas, por conseguinte, pela reprodução e manutenção política do grupo ao qual pertence.

[103] Em 1998, os dois candidatos mais votados ao Governo do Estado foram sucessivamente Garibaldi Alves Filho do PMDB e José Agripino Maia do PFL. Nas eleições de 2002 os mesmos permaneceram adversários, porém em 2006, uniram esforços para tentar derrotar a candidata a reeleição pelo PSB Wilma de Faria, mas não conseguiram êxito, pois a mesma foi reeleita, embora com pequena maioria de votos.

Faria), ex-esposa do ex-governador, então deputado federal Lavoisier Maia e mãe da deputada estadual Márcia Maia.

No estado, ainda temos representações políticas de outros grupos familiares, como o grupo da família Rosado, historicamente forte no município de Mossoró e na região Oeste do estado, e o grupo da família Costa, com maior força política principalmente na região do Seridó. Esse primeiro grupo passou a ser representado por dois deputados federais (Carlos Alberto de Souza Rosado – coligação do PFL – e Laire Rosado Filho – coligação do PMDB); três deputados estaduais (Carlos Frederico Rosado, Sandra Rosado, ambos da coligação do PMDB e Ruth Ciarlini, da coligação do PFL); além da prefeita de Mossoró Rosalba Ciarlini Rosado, eleita em 1996 e reeleita em 2000 pelo PFL. A família Costa passou a dispor de um deputado estadual (Vidalvo Costa, eleito pelo PL e coligado ao PFL); em 1998 Vivaldo Costa, irmão de Vidalvo Costa, renunciou ao mandato de prefeito de Caicó, para candidatar-se a deputado federal, conseguindo eleger-se apenas como suplente; João Bosco Costa (irmão de Vivaldo e de Vidalvo) permaneceu como prefeito de São José do Seridó no exercício do quinto mandato.

Durante a pesquisa de campo, constatamos diversas situações em que os entrevistados declararam votar principalmente em troca de favores prestados. Por exemplo, um eleitor, beneficiário do Programa do Leite, referiu-se ao ex-governador com denominações de paternidade, do tipo: *"papai Garibaldi foi que começou a distribuir o leite pra nós e até hoje não faltou, por isso eu voto nele"* (Beneficiário do Programa do leite, 2005). Isso é a prova da personificação do que é público e do excesso de paternalismo político dos representantes do Estado brasileiro, o que é mais forte no universo de população do semi-árido nordestino.

A força política do grupo ao qual pertence o referido agente está consolidada no sistema político estadual há mais de meio século, começando com o antigo MDB através da

figura de Aluízio Alves, com contigüidade, através de sua parentela e coligados até a atualidade através do PMDB. Lembrando que nos idos dos anos 1970-80, o partido do referido grupo competia nas eleições usando a cor "verde" como símbolo de campanha, opondo-se ao "vermelho" ou "encarnado", nesse caso, cor-símbolo da ARENA, constituída basicamente por membros políticos da oligarquia Maia, portanto, do PFL, PL e coligados no contexto atual (2006).

Cargos como de prefeito, governador(a), senador da República, deputado estadual e federal, entre outros, são exercidos, em boa parte, por membros desses dois grupos político-familiares, e por seus coligados partidários; tudo isso, resultado das campanhas eleitorais desenvolvidas e da manipulação sociopolítica estabelecida há décadas.

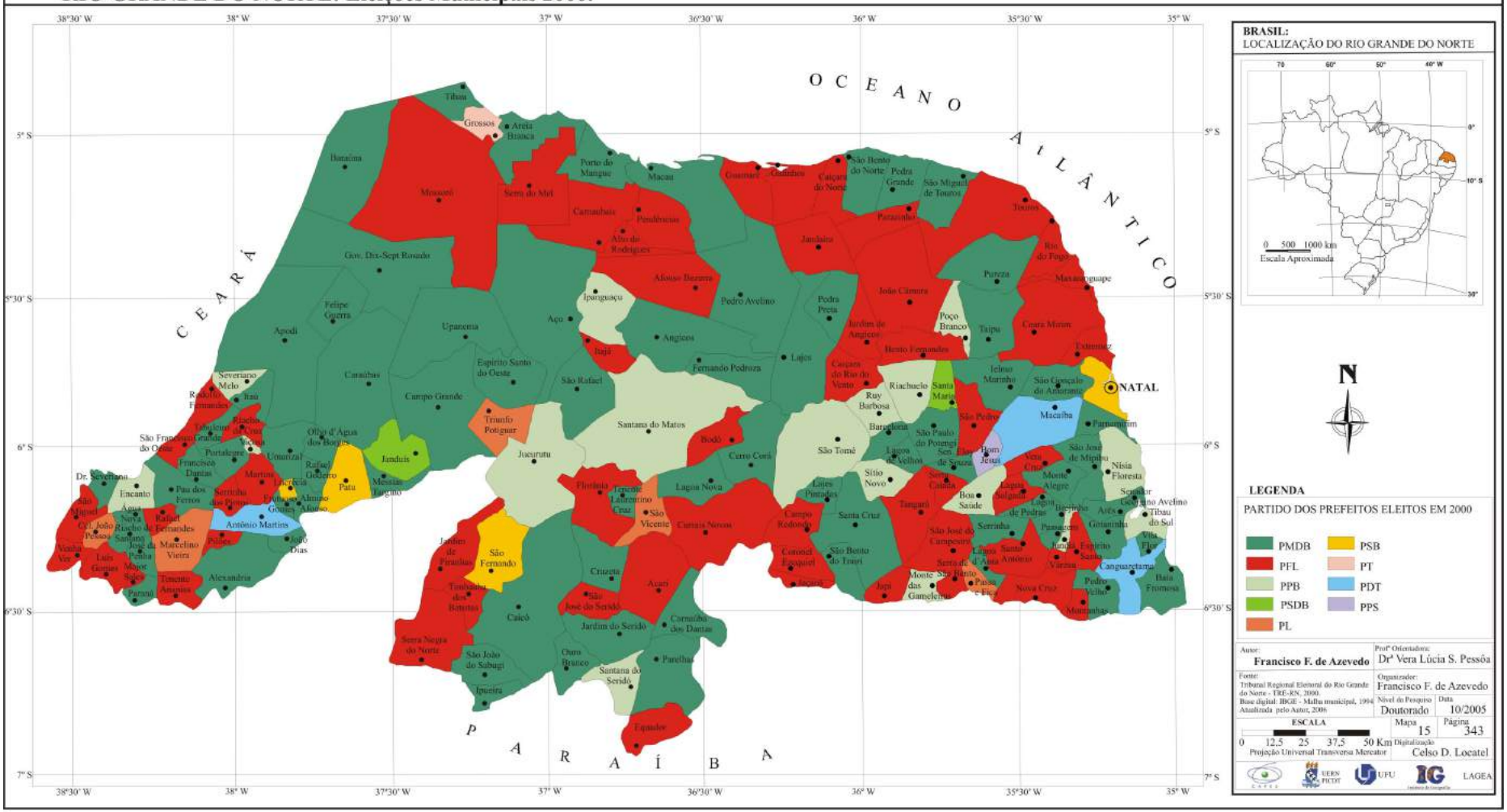
Nas eleições do ano 2000 a coligação do PMDB, partido do governador da época, elegeu 76 prefeitos e 738 vereadores, já a coligação do PFL elegeu 58 prefeitos e 487 vereadores. A coligação do PPB elegeu dezessete prefeitos, a do PL e do PSB cinco prefeitos cada, a do PDT três, a do PSDB dois e a do PT um (Mapa 15).

Em três municípios do estado, João Dias, Porto do Mangue e São Bento do Norte, a coligação do PMDB elegeu os prefeitos e todos os vereadores, já o PFL conseguiu tal domínio político no município Major Sales.

Diante desse quadro político estadual é possível observar o poder das oligarquias em nível dos municípios. No caso do PMDB, ora representado por boa parte dos prefeitos e vereadores, dos quais alguns foram coordenadores municipais do Programa do Leite desenvolvido pelo Governo do Estado.

No Seridó potiguar, dos 23 prefeitos eleitos, a coligação do PMDB elegeu treze, incluindo dois eleitos pelo PPB. O PFL elegeu dez prefeitos, incluindo um eleito do PSB e um do PL. De aproximadamente 200 vereadores eleitos na região, o PMDB elegeu 106, já o PFL 70. Os demais vereadores eleitos foram ou são coligados políticos de um desses dois partidos.

Título: **RIO GRANDE DO NORTE: Eleições Municipais 2000.**

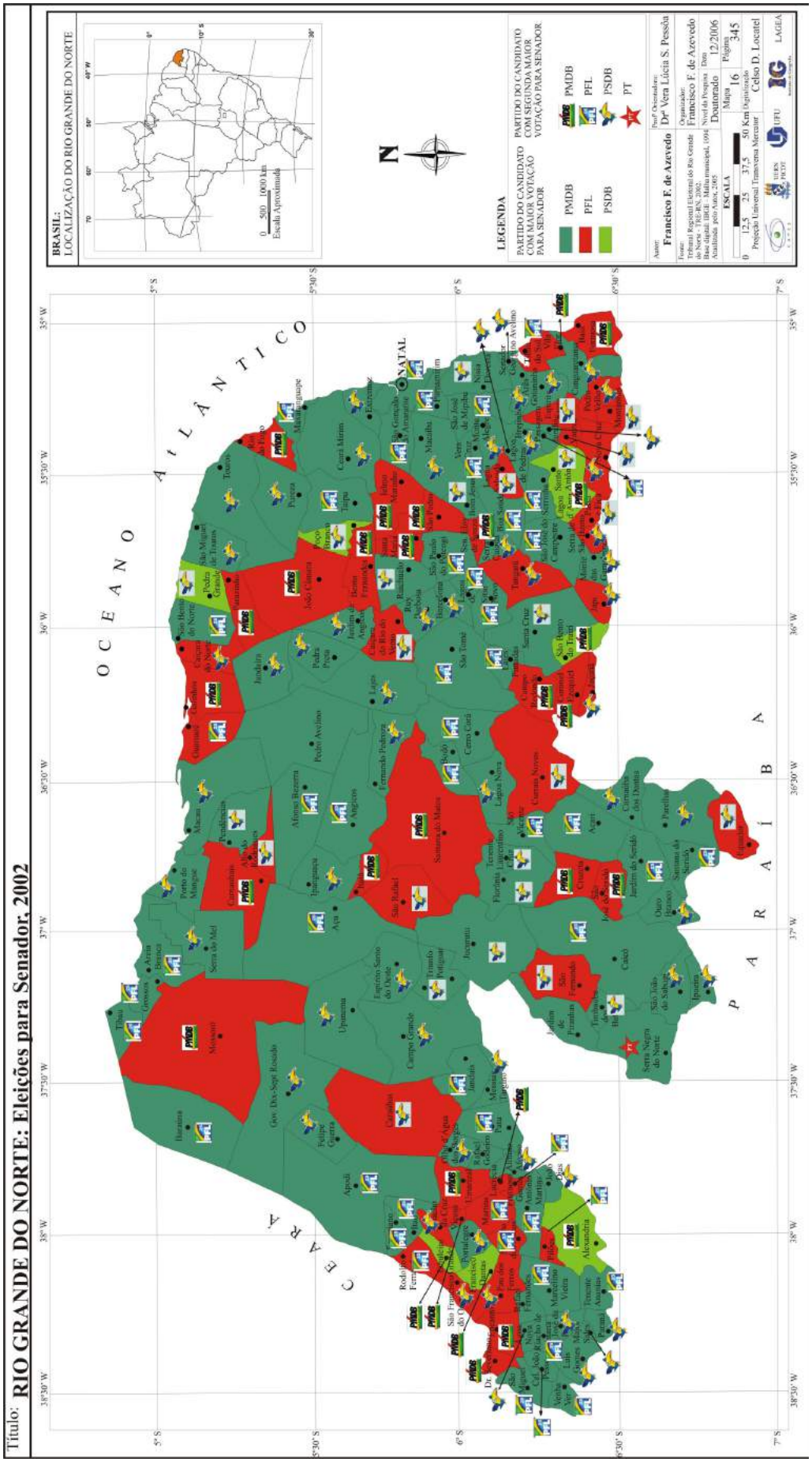


É importante frisar que em alguns municípios o PPB fez coligação com o PMDB, em outros com o PFL, e em alguns municípios com ambos. Nesse processo eleitoral, a prefeita de Natal, Wilma de Faria, foi reeleita pelo PSB, dessa vez pela coligação dos partidos PAN/PL/PMN/PPB/PPS/PSD/PV e PMDB, partido da oligarquia Alves, portanto apoiada por esta. No processo eleitoral anterior, em 1996, a candidata Wilma de Faria havia recebido apoio político do PFL, isto é, da oligarquia Maia.

Nas eleições de 2002, a situação de domínio político do grupo Alves tornou-se ainda mais evidente no Seridó e no estado, pois o candidato a senador, líder do grupo, Garibaldi Alves Filho, obteve maioria significativa de votos na maior parte dos municípios. (Mapa 16).

Naquele ano, o referido candidato foi eleito senador da República com o maior número de votos válidos do estado, 714.363, ou seja, 29,4% dos votos. Já o candidato do PFL, José Agripino Maia, segundo mais votado, e também eleito, obteve 594.912 votos, o que representou 24,4% dos votos válidos. O ex-governador e ex-coligado político do grupo Alves, candidato ao senado pelo PSDB, Geraldo José de Melo, obteve 479.723 votos, ou 19,7% dos votos válidos. Nessas eleições houve duas vagas para senador, por isso, cada grupo lançou dois candidatos ao cargo. O grupo do PFL lançou candidaturas de membros do próprio partido, já o PMDB coligou-se ao PSDB, lançando um candidato de cada partido.

O candidato do PMDB obteve maior votação em 107 municípios, e segunda colocação em 29 municípios; o PFL foi o partido mais votado em 52 municípios, sendo o segundo colocado em 50 municípios; o candidato do PSDB foi o mais votado em 8 municípios, com segunda maior votação em 107 municípios. O PT não aparece como mais votado ao cargo em nenhum município, mas obtém a segunda maior votação no município Serra Negra do Norte. No Seridó, o candidato a senador pelo PMDB, Garibaldi Alves Filho, obteve maioria de votos em 18 dos 23 municípios. Diante desse panorama, mais uma vez se confirma o poder conservador dos grupos políticos historicamente fortes no estado.


Título: RIO GRANDE DO NORTE: Eleições para Senador, 2002
BRASIL:
LOCALIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE
LEGENDA
PARTIDO DO CANDIDATO COM MAIOR VOTAÇÃO PARA SENADOR
PARTIDO DO CANDIDATO COM SEGUNDA MAIOR VOTAÇÃO PARA SENADOR
PMDB
PFL
PSDB
PT
Autor:
Francisco F. de Azevedo
Prof. Orientadora:
Drª Vera Lúcia S. Pessôa
Fonte:
Organização:
Francisco F. de Azevedo
Nível de Pesquisa
Doutorado
Data
12/2006
Mapa
16
Página
345
ESCALA
0 12,5 25 37,5 50 Km
Digitalização
Projeção Universal Transversa Mercator
Celso D. Locatel
OCEANO ATLÂNTICO
CEARÁ
PARAÍBA
NATAL

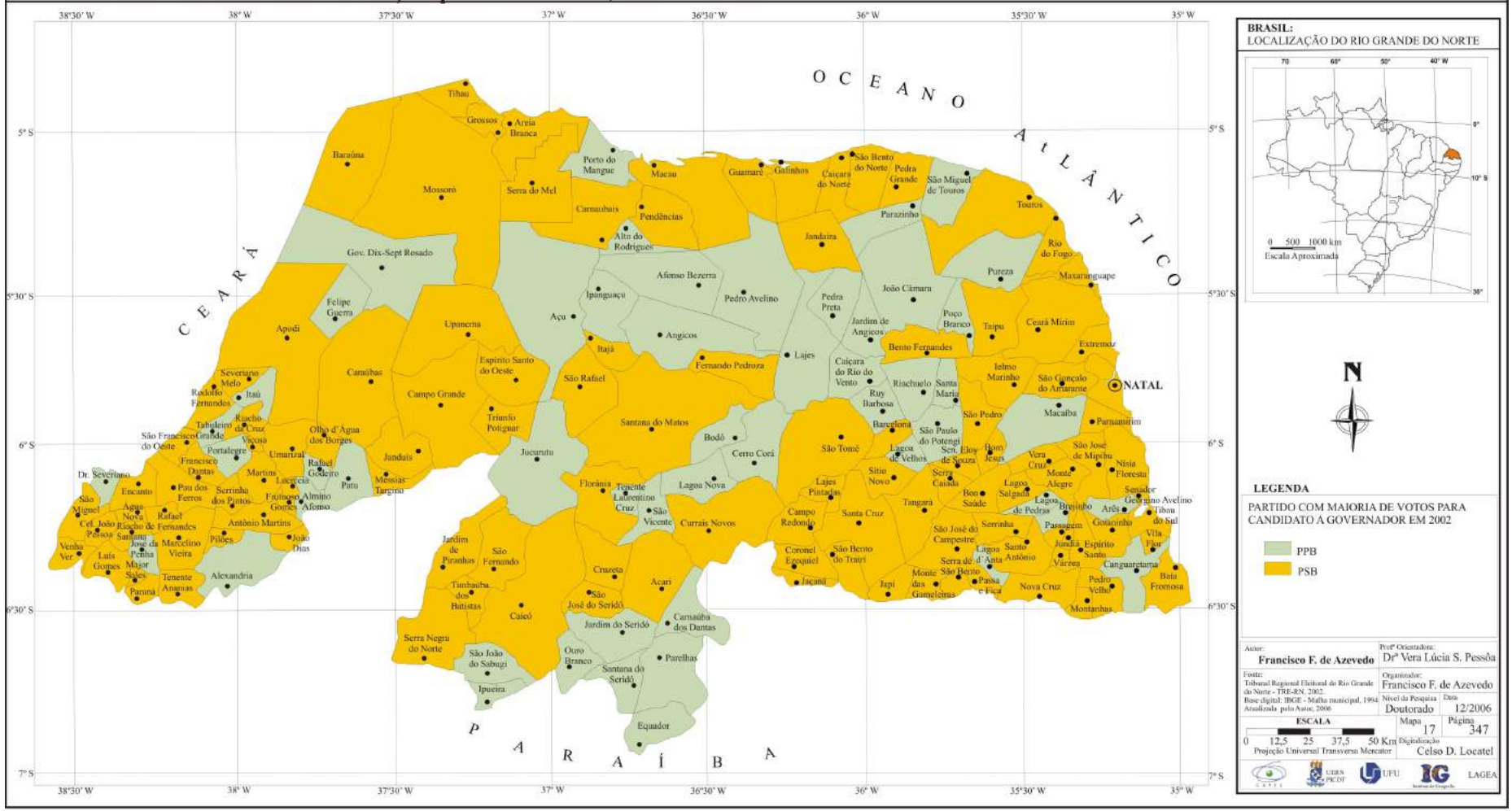
Quanto às eleições para governador em 2002, nota-se que apesar do candidato do grupo Alves não ter sido eleito, mas obteve aproximadamente 31% dos votos válidos no primeiro turno, contra 37,5% obtidos pela candidata Wilma de Faria do PSB, 20% pelo candidato Fernando Bezerra do PTB e 11% obtidos pelo candidato Ruy Pereira do PT.

No segundo turno, o candidato da coligação do PMDB/PPB, Fernando Freire, obteve maioria de votos em 52 municípios do estado, a candidata Wilma de Faria foi a mais votada em 115 municípios. No Seridó, o primeiro candidato foi majoritário em treze, dos vinte e três municípios, a candidata Wilma de Faria obteve maioria em dez municípios. (Mapa 17).

No segundo turno a candidata Wilma de Faria do PSB foi eleita com 61% dos votos válidos, o governador/candidato Fernando Freire, representante do grupo Alves, obteve aproximadamente 40% dos votos válidos. A partir daí nota-se mais visivelmente a fragmentação dos grupos historicamente consolidados na política estadual. A governadora eleita passa a buscar adesão de todos os lados, com o intuito de consolidar e formar o seu próprio grupo, muito embora tenha recebido apoio, como também colaborado no passado com ambos os grupos. Suas articulações iniciaram-se antes mesmo da campanha eleitoral de 2002. A partir de 2003 é que as adesões e subdivisões passaram a ser mais intensas.

Portanto, nas eleições de 2002 os resultados eleitorais do segundo turno no estado constituíram o seguinte quadro político: o candidato do PT à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, obteve 58,6% dos votos válidos, contra 41,3% do candidato do PSDB José Serra. A candidata Wilma de Faria do PSB foi eleita governadora com 60% dos votos válidos, contra 40% do candidato Fernando Freire do PPB. No primeiro turno, o candidato Garibaldi Alves do PMDB foi eleito senador da República com aproximadamente 30% dos votos válidos, já o candidato do PFL, José Agripino Maia, elegeu-se com aproximadamente 25% dos votos válidos para esse cargo.

Título: **RIO GRANDE DO NORTE: Eleições para Governador, 2002 - 2º Turno**



A coligação do PMDB/PPB conseguiu eleger quatro deputados federais, já a coligação do PFL elegeu três. Nessas eleições foram eleitos ainda uma deputada federal do PT e um deputado federal do PTB. Dos 30 deputados estaduais mais votados, quatorze eram da coligação PMDB/PPB, quatro do PFL, dois do PT, dois do PSB, dois do PDT, um do PTB, um do PL, um do PSDB, um do PPS e um do PSD.

Vale lembrar que nessas eleições alguns dos partidos de menor representatividade fizeram coligações, ora com o PMDB, ora com o PFL, embora haja certa sazonalidade a cada processo eleitoral, devido à infidelidade partidária.

Em termos de representações político-familiares legitimadas nas urnas constituiu-se a seguinte configuração a partir de 2002: a família Alves passou a dispor de um senador da República, um deputado federal e dois prefeitos – de Natal e Parnamirim. A família Maia continuou representada por um senador da República, um deputado federal e uma deputada estadual. A família Rosado passou a dispor de um deputado federal, dois deputados estaduais, além de permanecer à frente da prefeitura de Mossoró. A família Costa passou a ser representada por dois deputados estaduais e um prefeito, o de São José do Seridó, além de eleger em 2004, o prefeito de Caicó, importante município da região do Seridó Potiguar.

É importante considerar que existem outros grupos político-familiares de menor representatividade territorializados no estado, a exemplo dos constituídos pelas famílias: Melo, Marinho, Queiroz, Fernandes, Freire, Faria, Lopes, entre outros. Tais grupos, por apresentarem menor representatividade política, geralmente se subdividem passando a apoiar e receber apoio dos grupos mais fortes.

Quanto ao desempenho da candidata Wilma de Faria nessas eleições, seu favoritismo deve-se principalmente às coalizões feitas e ao apoio expressivo do colégio eleitoral de Natal, maior do estado, onde a mesma foi eleita prefeita por dois mandatos consecutivos. Para se candidatar ao Governo do Estado, a mesma foi substituída pelo vice-prefeito, Carlos Eduardo

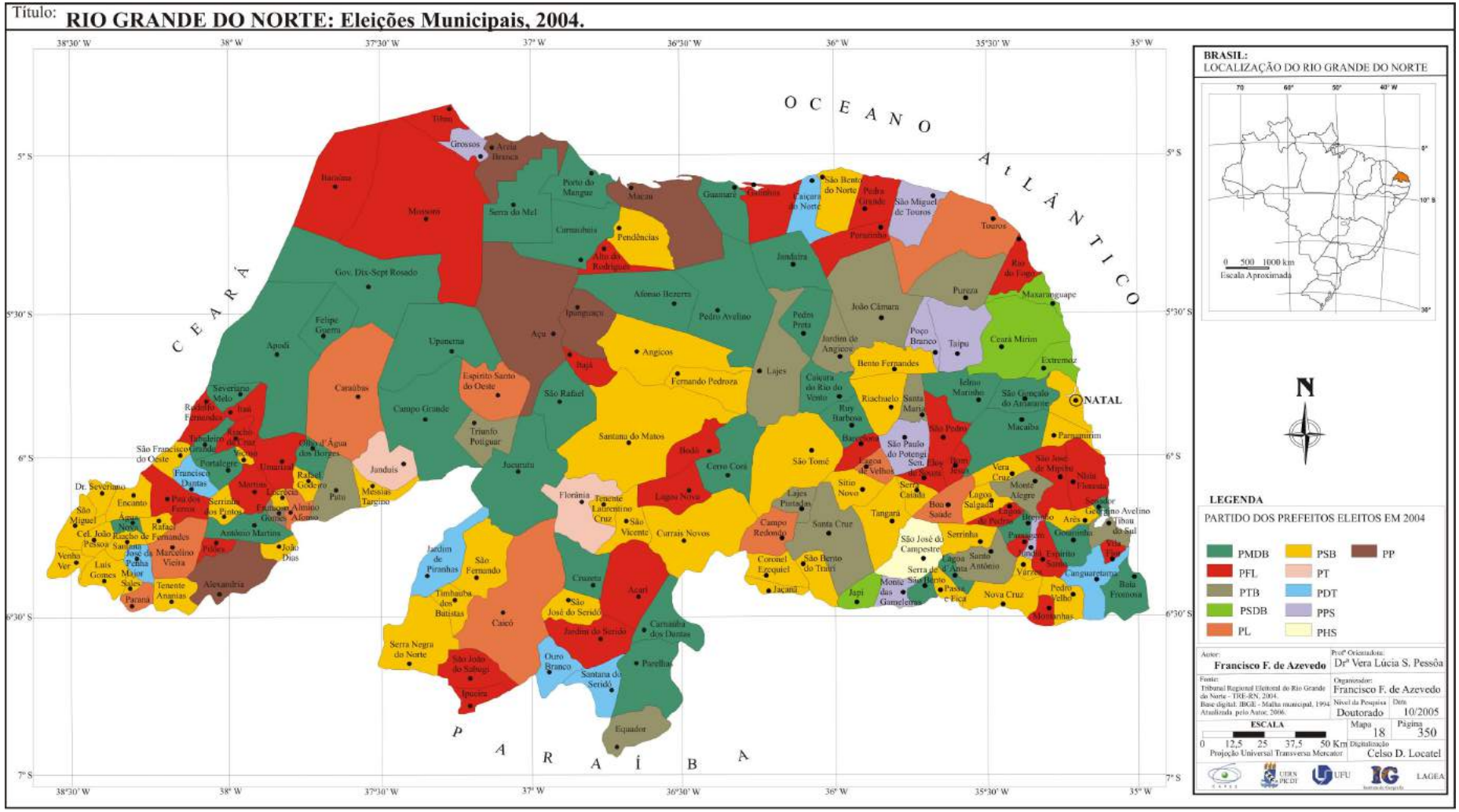
Alves (família Alves), o qual nas eleições municipais seguintes, em 2004, se reelegeu prefeito de Natal com o apoio político da então governadora. Ambos permanecem no exercício dos seus mandatos (2006).

Nota-se que nas campanhas eleitorais é comum a constituição de coligações, familiares ou simplesmente partidárias, no sentido de conseguirem adesões políticas e eleitorais mais facilmente, bem como a manutenção de poderes e reduções de custos de campanha. Por exemplo, um determinado partido, ou grupo familiar, lança candidaturas combinadas, seja a deputados federal e estadual, seja a governador e senador, prefeito e vereador ou qualquer outra combinação. Assim, cria-se a relação de beneficiamento mútuo e fortalecimento dos grupos, na busca por eleitores e adesões políticas nos municípios, além de redução dos gastos na campanha eleitoral. Dessa forma, torna-se mais fácil também manipular a população no sentido de convencê-la a votar nos pares, trios ou grupos de candidatos, partidários ou familiares.

Nas eleições municipais de 2004 configura-se uma nova conjuntura política no estado, não muito distinta da anterior, mas caracterizada pela territorialização e consolidação de três grupos partidários com representatividade mais ou menos equânime. Porém, não houve mudança significativa no conjunto das relações de dominação e manipulação social.

Além do PFL, PMDB e respectivas coligações, nessas eleições consolidou-se a força política do PSB, partido da governadora, o qual nas eleições municipais de 2000 elegeu apenas quatro prefeitos. Em 2004, o referido partido elegeu 48 prefeitos, sem contar as coligações com outros partidos, como o PL, pelo qual foram eleitos dez prefeitos, o PPS que elegeu sete, entre outros (Mapa 18).

Em 2004 o PMDB elegeu 35 prefeitos, o PFL 33, o PTB quinze, o PP seis, o PDT cinco, o PSDB quatro, o PT dois e o PHS um. O PSB foi majoritário também na soma de vereadores eleitos, 308 no total, o PMDB elegeu 293 e o PFL 234.


Título: RIO GRANDE DO NORTE: Eleições Municipais, 2004.
OCEANO ATLÂNTICO
CEARÁ
PARAÍBA
NATAL
BRASIL:
LOCALIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE
Escala Aproximada
N
LEGENDA
PARTIDO DOS PREFEITOS ELEITOS EM 2004
PMDB
PFL
PTB
PSDB
PL
PSB
PT
PDT
PPS
PHS
PP
Autor: Francisco F. de Azevedo
Profª Orientadora: Drª Vera Lúcia S. Pessôa
Organizador: Francisco F. de Azevedo
Nível da Pesquisa: Doutorado
Data: 10/2005
Mapa: 18
Página: 350
ESCALA
0 12,5 25 37,5 50 Km
Projeção Universal Transversa Mercator
Digitalização: Celso D. Locatel
UDERN PICDT
UFU
IG
LAGEA

No município João Dias o PSB elegeu o prefeito e os nove vereadores para compor o legislativo municipal. Em 2000, controle político semelhante foi estabelecido neste município pelo PMDB, partido do governador da época. Essa realidade é muito comum na maioria dos municípios interioranos do estado, ou seja, a cada eleição municipal, geralmente, a coligação do prefeito eleito elege, também, a maioria dos vereadores.

No mapa 18, nota-se que em praticamente dois anos de governo, Wilma de Faria conseguiu formar um grupo político bastante representativo. Quando afirmamos que o contexto das relações de poder não mudou é porque entendemos que os agentes que passaram a formar o "novo" grupo político no estado são praticamente os mesmos que constituíam os grupos historicamente consolidados, dos quais, a governadora já participou de alguma forma.

Nessa "nova" configuração político-partidária estadual houve rupturas, pactos, e vários agentes dos grupos anteriormente citados preferiram migrar para o que apresentava mais vantagens comparativas naquela fase política, aliás, no atual contexto político.

Assim, face às eleições do ano 2000, os resultados eleitorais de 2004 demonstraram que os territórios conservadores de poder no estado, delimitados em nível dos municípios, passaram por um processo de des-re-territorializaçao, a partir do controle sociopolítico de três grupos partidários liderados pelo PMDB, PFL e PSB.

Em Natal, o candidato/prefeito pelo PSB, partido da governadora, elegeu-se em segundo turno com 51,9% dos votos válidos. No Seridó, o mesmo partido elegeu sete prefeitos e 47 vereadores, enquanto o PMDB elegeu cinco prefeitos e 51 vereadores; o PFL também elegeu cinco prefeitos, mas apenas 29 vereadores; o PTB elegeu três prefeitos, já o PL, o PT e o PDT elegeram um prefeito cada. Houve, portanto, uma considerável expansão do território político do PSB, tanto no estado, quanto no Seridó, o que se confirmou nos resultados eleitorais de 2006.

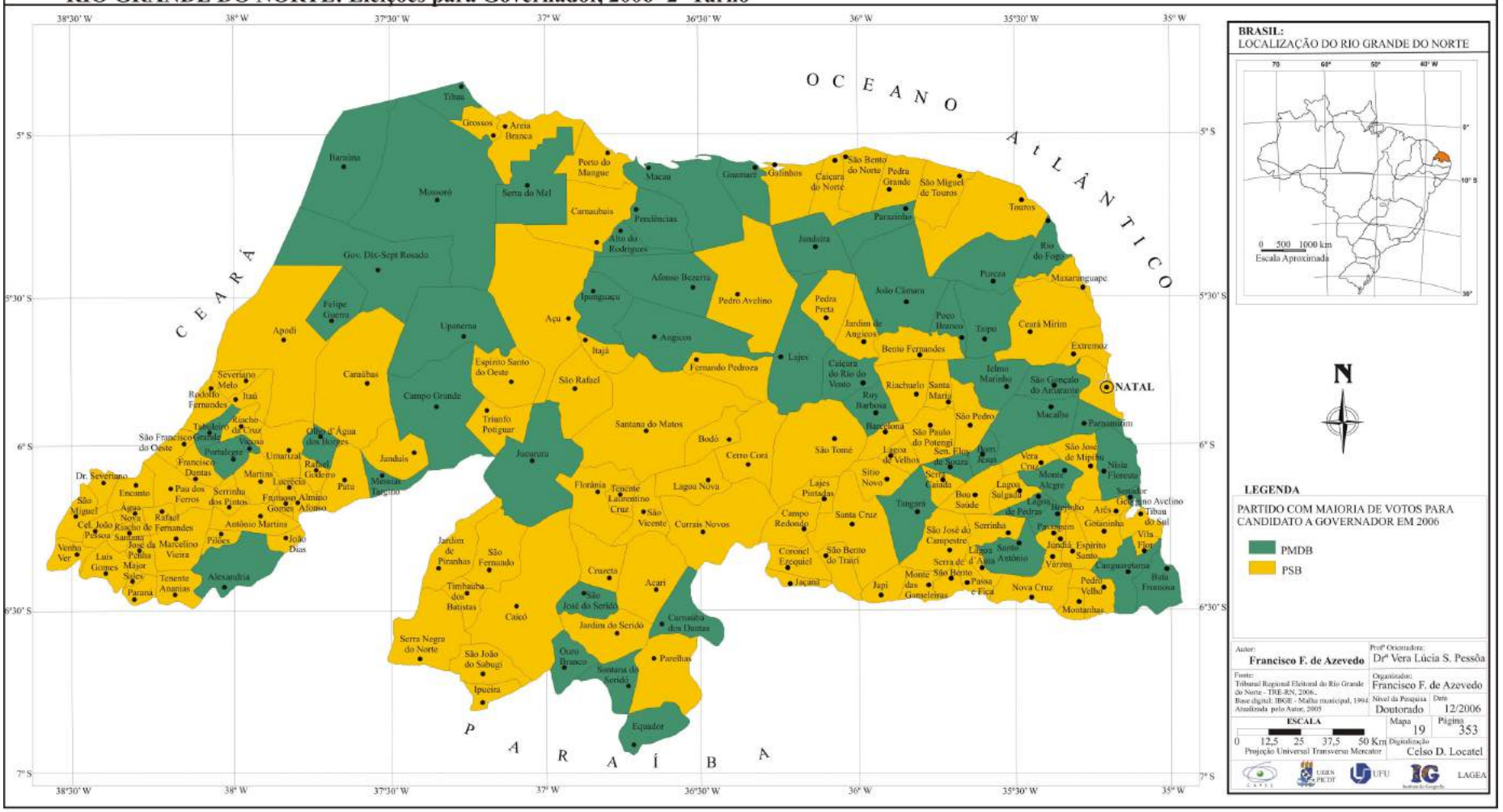
Nas eleições de 2006, o candidato a presidente da República pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva, obteve no primeiro turno 60,17% dos votos válidos no estado, o candidato Geraldo Alckmin do PSDB 31,57%, a candidata Heloísa Helena do PSOL 5,13%, o candidato Cristovam Buarque do PDT 2,76%, e os demais candidatos obtiveram menos de 1% respectivamente. No segundo turno, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva ampliou consideravelmente a vantagem, obtendo 69,73% dos votos válidos face aos 30,27% dos votos obtidos pelo candidato Geraldo Alckmin. Em todos os municípios do estado o candidato do PT obteve maioria de votos, tanto no primeiro como no segundo turnos.

Acerca das eleições para governador do estado, a candidata à reeleição pelo PSB, Wilma de Faria, obteve maioria de votos em 89 dos 167 municípios no primeiro turno. Já o candidato do PMDB, Garibaldi Alves Filho, obteve maioria de votos em 78 municípios, ou seja, este último apresentou uma diminuição considerável em relação às eleições anteriores. Nessa etapa do processo eleitoral a candidata do PSB obteve 49,57% dos votos válidos, face aos 39,05% obtidos pelo candidato do PMDB.

Vale salientar que nas eleições de 2006 ocorreu um fato inédito no quadro político do estado, os dois principais grupos político-familiares – Alves e Maia – fortes adversários em suas histórias políticas, pela primeira vez se coligaram para tentar derrotar a governadora/candidata Wilma de Faria, o que não aconteceu. No segundo turno a candidata do PSB ampliou a vantagem de votos em relação ao adversário do PMDB, conseguindo a reeleição e maioria em 115 municípios, atingindo 52,38% dos votos válidos (Mapa 19).

Tal desempenho resultou, por um lado, dos benefícios que a coligação com o PT trouxe, por outro do apoio recebido de um maior número de prefeitos, além da continuidade dos programas sociais, como o Programa do Leite. Embora reeleita com uma pequena maioria de votos, menos de 5%, a candidata derrotou o adversário, ex-governador por dois mandatos, atualmente (2006) senador da República e um dos principais líderes políticos do estado.

Título: **RIO GRANDE DO NORTE: Eleições para Governador, 2006- 2º Turno**



BRASIL:
LOCALIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE

N

LEGENDA

PARTIDO COM MAIORIA DE VOTOS PARA CANDIDATO A GOVERNADOR EM 2006

- PMDB
- PSB

Autor: **Francisco F. de Azevedo**	Profª Orientadora: Drª Vera Lúcia S. Pessôa
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte - TRE-RN, 2006.; Base digital: IBGE - Malha municipal, 1994. Atualizada pelo Autor, 2005	Organização: Francisco F. de Azevedo
	Nível da Pesquisa: Doutorado — Data: 12/2006
ESCALA: 0 12,5 25 37,5 50 Km — Projeção Universal Transverso Mercator	Mapa: 19 — Página: 353
	Digitalização: Celso D. Locatel

CAPES · CNPq · CIGEN PICDT · UFU · IG Instituto de Geografia · LAGEA

Portanto, o quadro político do Rio Grande do Norte está hoje (2006) representado da seguinte forma: Wilma de Faria reelegeu-se governadora, podendo permanecer até 2010, a qual lidera o grupo político que conseguiu consolidar através dos partidos PSB/PL/PPS; grupo que dispõe de três deputados federais e seis dos 23 deputados estaduais mais votados, além de contar com o apoio político de 65 prefeitos eleitos em 2005, sem contar aqueles que migraram para o PSB nos últimos dois anos. No universo de prefeituras administradas por agentes políticos do PSB, encontram-se importantes municípios do estado, a exemplos de Natal, Parnamirim, Caicó e Currais Novos.

Desconsiderando as coligações partidárias, as representações político-familiares passaram a ter a seguinte configuração no estado a partir de 2006: o grupo Alves permaneceu com um senador da República, Garibaldi Alves, um deputado federal, Henrique Alves, um deputado estadual, Walter Alves, filho de Garibaldi Alves, e dois prefeitos, Agnelo Alves e Carlos Eduardo Alves, de importantes municípios do estado, Natal e Parnamirim; a família Maia permaneceu com um senador da República, José Agripino Maia – líder político e presidente nacional do partido ao qual pertence, que por sinal favoreceu o filho Felipe Maia, eleito deputado federal pelo mesmo partido, além de dois deputados estaduais, pai e filha – Lavoisier Maia e Márcia Maia. Portanto, nesse caso, foram eleitos em 2006, pai, mãe (governadora) e filha; a família Rosado dispõe agora de uma senadora da República, Rosalba Ciarlini Rosado – ex-prefeita de Mossoró – uma deputada federal, Sandra Rosado –, e dois deputados estaduais – Leonardo da Vinci, esposo de Fátima Rosado, prefeita de Mossoró, e Larissa Rosado, filha da deputada federal eleita, Sandra Rosado; A família Costa elegeu um deputado estadual como suplente, dispondo ainda de um prefeito, o de Caicó.

Ainda aparecem representações político-familiares em que grupos menores elegeram um deputado estadual e um deputado federal, a exemplo de Robinson Faria e Fábio Faria, pai e filho. São comuns também laços de parentescos entre prefeitos e deputados estaduais e/ou

deputados federais eleitos, bem como entre prefeitos e vereadores eleitos em eleições anteriores.

Diante da conjuntura política que se apresenta no estado, a qual tem sido marcada pelo continuísmo a cada processo eleitoral, podemos afirmar, olhando a cartografia do voto, que os velhos donos do poder permanecem na atualidade (2006). É possível que tenha havido mudanças, mas os antigos grupos que comandavam a política há dez, vinte, trinta anos, são os mesmos de atualmente, salvo poucas exceções[104]. O contexto das relações de poder e de manipulação social é praticamente o mesmo, talvez mais sutilmente cruel e perverso, tendo em vista a conjuntura social que se tem contemporaneamente.

É por isso que Demo (2006, p. 16) observa, na sociedade brasileira, uma pobreza política que sobressai como a mais intensa de todas as pobrezas que se tem, "na qual as pessoas entregam seu destino nas mãos de outrem", sem, muitas vezes, conscientizarem-se daquilo que devem constituir frente à construção da cidadania. Na realidade estudada, isso parece agravar-se ainda mais, porque a carência material e o déficit educacional são mais fortes em relação ao Centro-sul, e os grupos político-familiares mais arraigados e consolidados.

Para esse autor, o indivíduo politicamente pobre é "massa de manobra, objeto de manipulação" e normalmente é massacrado como sujeito, restando-lhe a condição de objeto ou maioria residual. Dessa forma, "a condição de massa de manobra faculta o surgimento e a manutenção de 'famílias reais' na esfera política, à medida que tendencialmente os mesmos se elegem e reelegem, comandam presente, passado e futuro da sociedade, à revelia de processos pretensamente democráticos de acesso ao poder". (DEMO, 2006, p. 32).

[104] O grupo Mariz, historicamente forte no estado durante décadas, liderado pelo ex-governador e ex-senador da República Dinarte de Medeiros Mariz, natural do Seridó, perdeu força após a morte do seu líder, a ponto de quase ser extinto, mas não faltam alusões discursivas, até certo ponto mitológicas, por parte de alguns agentes políticos seridoenses.

Há décadas que temos na configuração dos espaços políticos, regional e nacional, a reprodução e manutenção dos privilégios dos velhos donos do poder, bem como a manutenção da desigualdade social, que se constituem num terreno fértil para a contigüidade desse processo. Nesse contexto, os representantes dos territórios conservadores de poder conseguem reproduzir na sociedade a pobreza política que leva os indivíduos a não terem noção dos seus direitos enquanto cidadãos, criando um ciclo vicioso no qual um sustenta o outro. Às vezes "essa condição é tão drástica que o pobre parece pedir permissão para ter direitos". (DEMO, 2006, p. 34).

Dessa forma, influenciado por uma religiosidade distorcida, e por uma história de carências, privações, subserviência e sujeição, o pobre considera sua exclusão uma condição natural e merecida, tendendo

> a ver pobreza como sina, destino, vontade de Deus, ordem natural das coisas; facilmente se resigna, mostrando docilidade histórica assustadora; tem a história do outro, nela sobrevive e por vezes parasita, sem chance de história própria[...] não constrói a noção essencial de que sua libertação só pode ser obra sua, embora isso não descarte outras estratégias, nas quais se inclui o papel do Estado democrático em primeiro lugar; o pobre não reivindica, pressiona, toma iniciativa, mas espera que tudo se resolva de cima para baixo, caindo na armadilha mais indigna da sociedade: imbecilizar o marginalizado a ponto de convencê-lo de que seu lugar é na margem. (DEMO, 2006, p. 34).

Associado a isso, a maioria dos agentes políticos que constituem os territórios conservadores de poder na região do Seridó e no estado do Rio Grande do Norte, além de não incentivarem a organização da população, dificultam toda e qualquer iniciativa de mobilização da mesma, seja através da cooptação das associações e conselhos existentes, seja por meio da perseguição política dos seus agentes.

A cooptação das associações e conselhos ocorre principalmente a partir do uso da máquina pública, através do poder de que dispõem seus representates, os quais normalmente tentam convencer a sociedade de que as conquistas alcançadas, através da organização e mobilização são, fundamentalmente, favores prestados, personificados na figura de um político, local, regional, estadual ou nacional, e que, por isso, precisam ser reconhecidos e

retribuídos com o voto e com o apoio político. Para isso, toda sorte de recursos e instrumentos é usada, desde as tradições culturais, familiares e religiosas às razões meramente mercantis, isto é, beneficiamento através de doações em dinheiro ou algum bem para a associação, conselho ou até mesmo para seus líderes. Isso é suficiente para fragilizar e desmobilizar o parco nível de organização que se tem na sociedade em análise.

Ao avaliarmos os montantes gastos oficialmente pelos políticos, isto é, os valores declarados ao TSE, e reconhecido por este, passamos a entender melhor o quanto o dinheiro é importante para a manutenção dos "currais eleitorais", por conseguinte, para a reprodução política dos grupos que estão no poder.

5.4. O dinheiro: condição *sine qua non* à manutenção dos "currais eleitorais" e à reprodução dos grupos políticos

Que o dinheiro é vital para a política e para os políticos, isso a sabedoria popular já atestou. Mas que os valores são muito mais elevados do que se imagina, de fontes muitas vezes inimagináveis, e que são suficientemente capazes de transformar vidas de milhares de indivíduos em sociedades predominante pobre como a nossa, isso já não é algo tão conhecido e reconhecido assim. Antes de 1993, sequer existia no Brasil uma normatização legal sobre os gastos dos políticos nas campanhas eleitorais, o que implicava a não obrigatoriedade da prestação de contas dos candidatos e partidos. A partir das eleições de 1994 é que a prestação de contas referente às receitas e despesas de campanhas tornou-se obrigatória.

A cada campanha eleitoral, valores escorchantes são gastos com o financiamento de despesas dos candidatos, do tipo: viagens, propaganda e publicidade – falada, impressa e televisiva –, comícios, produções audiovisuais, serviços prestados por terceiros, despesa com pessoal, locação de bens móveis e imóveis, cachês de artistas e animadores, camisetas, bonés e outros brindes, doações a outros candidatos ou comitês, combustíveis e lubrificantes, pesquisas de intenção de votos ou testes eleitorais, montagem de palanques e equipamentos,

bens e materiais permanentes, correios, água, luz, telefone, lanches e refeições, dentre outras despesas.

Em meio a essas despesas, admissíveis e reconhecidas pelos órgãos fiscalizadores, existem formas, nem sempre visíveis, para burlar as prestações de contas, de modo que os recursos declarados podem ser, às vezes, utilizados para outros fins como compra de votos, compra de bens e/ou serviços para serem doados aos eleitores, pagamento por apoio político de determinadas personalidades influentes nas bases locais, entre outras finalidades. Valores não declarados também podem servir para esses fins.

Ao analisar o financiamento das campanhas eleitorais no Brasil e sugerir propostas para uma reforma política, Samuels (2006, p. 134) afirma que "as quantias declaradas não refletem completamente as quantias de fato usadas". Além disso, existem fortes disparidades de gastos entre os partidos e entre os candidatos, às vezes, de um mesmo partido.

Além das contribuições do fundo partidário, o setor empresarial tem contribuído substancialmente com os partidos e candidatos, muito mais que as pessoas físicas, e "a maior parte dos contribuintes empresariais vem (não é à toa) de setores grandemente influenciados por regulamentação governamental ou muito dependentes de contratos públicos: bancos, setor financeiro, indústria pesada, construção civil". (SAMUELS, 2006, p. 134).

Somando apenas as receitas declaradas, portanto, as contribuições do caixa um dos candidatos à presidência da República nas eleições de 1994, 1998 e 2002 no Brasil, tem-se um montante de aproximadamente R$ 235 milhões de reais (Tabela 32).

Os valores das contribuições são bastante díspares entre os candidatos. Fernando Henrique Cardoso (PSDB) deteve a maior parte do montante de dinheiro declarado nas campanhas eleitorais de 1994 e 1998, eleições em que o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, declarou valores ínfimos em relação ao seu principal adversário. Em 1998, o candidato do PSDB se reelegeu com maioria expressiva de votos. Já em 2002, o candidato do PT, eleito

presidente da República no segundo turno, declarou maior receita, seguido de José Serra (PSDB), Ciro Gomes (PPS) e Anthony Garotinho (PSB).

Tabela 32 – Brasil: Receita das contribuições de campanhas eleitorais e percentuais de votos por candidato e partido – 1994, 1998 e 2002

Ano	Candidato/Partido	Receita (R$ 1,00)	(%) em relação ao total por eleição	Votação (%)
1994	Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	77.259.290,00	74,35	54,3
	Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	3.125.494,00	3,01	27,0
	Orestes Quércia (PMDB)	23.052.571,00	22,19	4,4
	Esperidião Amin (PPR)	470.937,00	0,45	2,7
	Total da campanha	**103.908.292,00**		
1998	Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	66.363.204,00	92,74	53,1
	Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	3.572.438,00	4,99	31,7
	Ciro Gomes (PPS)	1.622.729,00	2,27	11,0
	Total da campanha	**71.558.371,00**		
2002	José Serra (PSDB)	18.177.712,00	30,70	23,2
	Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	26.589.234,00	44,91	46,4
	Ciro Gomes (PPS)	13.028.981,00	22,01	12,0
	Anthony Garotinho (PSB)	1.411.265,00	2,38	17,9
	Total da campanha	**59.207.192,00**		

FONTE: SAMUELS, 2006, p. 135
Org. AZEVEDO, F. F de (2006)

Somadas as despesas totais, declaradas por todos os candidatos aos cargos de presidente da República, senador, governador, deputados federais e estaduais, estima-se, só em 1994, um total "entre US$ 3,5 e US$ 4,5 bilhões. Em contraste, os candidatos gastaram cerca de US$ 3 bilhões em eleições nos Estados Unidos em 1996. Em 1994 e 1998, Fernando Henrique declarou ter gastado mais de US$ 40 milhões em sua campanha" (SAMUELS, 2006, p. 138), com um diferencial, no Brasil os candidatos não gastam com propaganda eleitoral, no rádio e na televisão, ao passo que nos Estados Unidos, e na maioria dos países europeus, boa parte dos custos de campanha correspondem a despesas com esse item.

Portanto, trata-se de gastos excessivamente altos em campanhas eleitorais de um país subdesenvolvimento como o nosso. Vale ressaltar, com base no citado autor, que a maior parte do capital financiador das campanhas eleitorais no Brasil sai do setor empresarial, parte

dele constituído por empresas que prestaram, prestam ou pretendem prestar serviços ao governo.

É importante lembrar que Fernando Henrique Cardoso permaneceu no governo por mais de uma década, se considerado o período em que o mesmo foi ministro das relações exteriores, depois da fazenda, no governo Itamar Franco. Ao longo dessa fase, o mesmo conseguiu estimular fortemente o neoliberalismo econômico no Brasil, com o qual o setor empresarial foi o mais beneficiado, especialmente as instituições financeiras, bancos e empresas que adquiriram patrimônios públicos, a exemplo das telecomunicações. Boa parte dessas, ou suas acionistas, financiou as campanhas eleitorais do então candidato e, de alguma forma, permanece vinculada ao financiamento das campanhas atuais (2006). É evidente que esses "contribuintes esperam um 'serviço' específico que apenas um cargo público pode oferecer em retorno pelo seu investimento". (SAMUELS, 2006, p. 147).

Em relação aos gastos totais das eleições de 2002, o valor pode ser estimado "entre 3 e 4 bilhões de reais. Dessa forma, o fundo público seria apenas uma pequena parcela do que é realmente investido. Resultado: institucionalização do caixa dois" (FIGUEIREDO FILHO, 2006, p. 9). Em 2006, isso ficou mais evidente através dos escândalos de corrupção, mesmo que manipulados, mas divulgados pela mídia, envolvendo políticos responsáveis pelos "caixas dois" das campanhas eleitorais dos seus partidos.

O TSE estima que os gastos da campanha eleitoral de 2006 somam aproximadamente R$ 1,5 bilhão de reais. Só os candidatos, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB), declararam gastos respectivos de R$ 104,3 milhões e R$ 81,9 milhões. As instituições financeiras e bancárias foram a principal fonte de recursos, ao menos na categoria pessoa jurídica, para a campanha do PSDB. O Banco Itaú contribuiu com R$ 3,5 milhões, o Banco Mercantil de São Paulo, pertencente ao grupo Bradesco, com R$ 2 milhões, o Banco Alvorada, também controlado pelo Bradesco, contribuiu com R$ 1,2 milhão, o Banco Real

com R$ 1,5 milhão, o Unibanco com R$ 1,3 milhão, o Banco Safra com R$ 750 mil. Empresas de mineração e siderurgia também fizeram doações expressivas ao PSDB, mais de R$ 6 milhões. O grupo Gerdau doou R$ 3 milhões, a Ibar Administrações, pertencente ao grupo Votorantim, doou R$ 2,6 milhões (BANCOS foram os principais doadores de Alckmin, 2006).

Em 2006, os gastos da campanha eleitoral do candidato/presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foram superelevados em relação às eleições presidenciais de 2002. Considerando os valores atualizados, que correspondem a aproximadamente R$ 52,4 milhões, o candidato gastou o dobro do que foi gasto na eleição anterior. As instituições que se destacaram em valores doados ao PT nessa campanha foram: o Grupo Camargo Correia contribuiu com R$ 3,5 milhões, o grupo Gerdau com R$ 3,1 milhões, a Cutrale com R$ 4,0 milhões e o Banco Itaú com R$ 3,5 milhões. Também aparecem várias doações de empresas ligadas ao setor da construção e engenharia civil, além de pessoas físicas, políticos vinculados ao partido, entre outras (EMPREITEIRAS e bancos lideram financiadoras de Lula, 2006).

Assim, os gastos da campanha eleitoral esse ano (2006) foram superelevados em relação às campanhas anteriores, ao menos no que diz respeito aos valores declarados pelos candidatos mais votados. Isso pode indicar uma maior lisura dos partidos e candidatos na prestação de contas junto ao TSE (POR QUE é tão caro?, 2006).

Entretanto, não obstante os graves problemas sociais enfrentados pela população brasileira, o país ultrapassa, em gastos de campanhas eleitorais, países desenvolvidos como a Alemanha e a Grã-Bretanha. Na última campanha eleitoral alemã, os partidos de Angela Merkel e Gerhard Schroder investiram o equivalente a R$ 134 milhões. Na Grã-Bretanha, em 2005 o Partido Trabalhista e o Partido Conservador gastaram o equivalente a R$ 144 milhões. (GASTO eleitoral pode superar Grã-Bretanha e Alemanha, 2006).

Nas eleições para governadores dos estados, os gastos das campanhas eleitorais também foram bastante elevados. Os três candidatos que apresentaram maiores gastos foram: José Serra (PSDB-SP), com R$ 25,9 milhões, Aécio Neves (PSDB-MG), com R$ 19,4 milhões, e Cid Gomes (PSB-CE), com R$ 11,0 milhões. No Nordeste, o estado de Alagoas foi um dos que apresentou gastos mais elevados nessa campanha, R$ 7,7 milhões do candidato eleito Teotônio Vilela Filho (PSDB) e R$ 8,0 milhões do candidato João Lyra (PTB). Houve situações em que o candidato eleito gastou valores bastante inferiores em relação ao adversário derrotado, por exemplo, na Bahia, Jaques Wagner (PT), gastou R$ 4,2 milhões, enquanto Paulo Souto (PFL), gastou R$ 9,2 milhões, isso de acordo com os dados oficiais. (SALDO final tucanos batem recorde de gastos com campanha, 2006).

No Rio Grande do Norte, os gastos também foram bastante elevados, tendo em vista o perfil socioeconômico e o tamanho do estado. A candidata reeleita Wilma de Faria (PSB) declarou aproximadamente R$ 4,9 milhões de despesas[105] na campanha eleitoral de 2006, enquanto o candidato, Garibaldi Alves Filhos (PMDB), declarou mais de R$ 5,0 milhões. (Tabela 33).

Os candidatos ao senado também apresentaram gastos bastante expressivos, como é o caso do candidato Fernando Bezerra (PTB) que declarou valor superior a R$ 2,5 milhões; o candidato Geraldo Melo (PSDB) declarou mais de R$ 1,0 milhão, e a candidata eleita, Rosalba Ciarlini Rosado (PFL), declarou aproximadamente R$ 767 mil. Tanto nas candidaturas ao governo, quanto nas candidaturas ao senado, as maiores despesas não resultaram na vitória dos candidatos.

Despesas bastante elevadas também foram apresentadas pela maioria dos candidatos a deputado federal. Os dados mostram que Henrique Eduardo Alves (PMDB) sobressaiu como o candidato com maiores gastos na campanha de 2006, seguido de Felipe Maia (PFL), Fábio

[105] No Rio Grande do Norte, a maioria dos candidatos declarou despesas iguais às receitas ou ao menos próximas dessas.

Faria (PMN) e João Maia (PL); juntos os mesmos gastaram aproximadamente R$ 2,6 milhões, os demais candidatos somaram um total aproximado de R$ 1 milhão.

Tabela 33 – Rio Grande do Norte: Receitas e despesas da campanha eleitoral, votação, situação e percentual de votos por candidato, 2006

Nome do Candidato/Partido	Candidatura	Receita	Despesa	Situação	Votação	%
Wilma de Faria (PSB)	Governador	4.895.066,96	4.895.066,96	1º - Eleita	824.101	52,38
Garibaldi Alves Filho (PMDB)	Governador	5.016.533,20	5.016.439,14	2º - Não Eleito	749.172	47,62
Rosalba Ciarlini Rosado	Senador	767.220,66	767.043,19	1º - Eleita	645.869	44,18
Fernando Bezerra (PTB)	Senador	2.755.328,34	2.753.641,87	2º - Não Eleito	634.738	43,42
Geraldo José de Melo (PSDB)	Senador	1.074.215,25	1.074.196,20	3º - Não Eleito	155.608	10,65
Fábio Faria (PMN)	Dep. Federal	612.700,00	612.223,70	1º - Eleito	195.148	12,02
João Maia (PL)	Dep. Federal	542.323,34	541.299,99	2º - Eleito	193.296	11,9
Henrique Eduardo Alves (PMDB)	Dep. Federal	733.358,00	733.091,56	3º - Eleito	156.581	9,64
Rogério Marinho (PSB)	Dep. Federal	250.786,50	250.644,76	4º - Eleito	130.063	8,01
Felipe Maia (PFL)	Dep. Federal	648.600,00	648.409,66	5º - Eleito	124.382	7,66
Maria de Fátima Bezerra (PT)	Dep. Federal	301.626,00	301.621,08	6º - Eleita	116.243	7,16
Nélio Dias (PP)	Dep. Federal	262.651,80	262.441,93	7º - Eleito	93.245	5,74
Sandra Rosado (PSB)	Dep. Federal	180.789,86	180.187,50	8º - Eleita	69.277	4,27
Robinson Mesquita de Faria (PMN)	Dep. Estadual	495.960,00	495.553,60	1º - Eleito	70.782	4,31
Walter Pereira Alves (PMDB)	Dep. Estadual	172.400,40	172.400,04	2º - Eleito	55.296	3,37
Márcia Faria Maia Mendes (PSB)	Dep. Estadual	195.024,15	195.023,31	3º - Eleita	53.349	3,25
Gesane Borges Marinho (PDT)	Dep. Estadual	153.449,08	153.435,26	4º - Eleita	46.221	2,82
Leonardo da Vinci L. Nogueira (PFL)	Dep. Estadual	365.000,00	364.797,93	5º - Eleito	45.975	2,80
Francisco Gilson Moura (PV)	Dep. Estadual	116.215,00	116.105,72	6º - Eleito	45.364	2,76
Micarla Araújo de Sousa Weber (PV)	Dep. Estadual	166.019,05	165.445,71	7º - Eleita	43.936	2,68
Nelter L. de Queiroz Santos (PMDB)	Dep. Estadual	138.279,39	138.279,39	8º - Eleito	42.042	2,56
Antônio Jácome de L. Júnior (PMN)	Dep. Estadual	268.360,00	268.241,83	9º - Eleito	40.774	2,48
Gustavo Henrique L. de Carvalho (PSB)	Dep. Estadual	258.374,29	258.374,29	10º - Eleito	40.632	2,48
Álvaro Costa Dias (PDT)	Dep. Estadual	200.600,00	200.413,51	11º - Eleito	40.040	2,44
Ricardo J. Meirelles da Motta (PMN)	Dep. Estadual	126.400,00	126.384,62	12º - Eleito	36.998	2,25
Ezequiel Galvão F. de Souza (PMN)	Dep. Estadual	130.025,00	129.962,63	13º - Eleito	36.784	2,24
Lavoisier Maia Sobrinho (PSB)	Dep. Estadual	159.900,00	159.868,29	14º - Eleito	35.278	2,15
Larissa D. da Escóssia Rosado (PSB)	Dep. Estadual	138.043,92	137.885,03	15º - Eleita	34.073	2,08
Raimundo Nonato P. Fernandes (PMN)	Dep. Estadual	59.597,60	59.597,42	16º - Eleito	33.903	2,07
Wober L. Pinheiro Júnior (PPS)	Dep. Estadual	200.270,00	200.270,00	17º - Eleito	33.007	2,01
José Adécio Costa (PFL)	Dep. Estadual	190.109,92	190.109,92	18º - Eleito	32.122	1,96
Luiz Almir F. Magalhães (PSDB)	Dep. Estadual	112.500,00	112.495,45	19º - Eleito	31.064	1,89
Francisco P. Cavalcanti Júnior (PMDB)	Dep. Estadual	44.085,00	44.050,32	20º - Eleito	30.678	1,87
José Dias de S. Martins (PMDB)	Dep. Estadual	137.500,00	137.241,40	21º - Eleito	29.973	1,83
Getúlio Nunes do Rêgo (PFL)	Dep. Estadual	116.500,00	116.477,77	22º - Eleito	29.298	1,79
Fernando W. Vargas da Silva (PT)	Dep. Estadual	101.616,00	100.962,65	23º - Eleito	22.433	1,37
Arlindo Duarte Dantas (PHS)	Dep. Estadual	44.548,44	44.548,44	24º - Eleito	20.074	1,22

Fonte: TSE, 2006.
Org. AZEVEDO, F. F. de. (2006)

Vale salientar que o candidato Carlos Alberto Rosado (PFL) declarou aproximadamente R$ 292 mil de despesa, porém atingiu apenas a suplência de deputado federal, ou seja, gastou mais que alguns candidatos eleitos.

No total, os deputados federais eleitos gastaram aproximadamente R$ 3,5 milhões, enquanto os deputados estaduais gastaram em torno de R$ 4,0 milhões. Assim, os candidatos a deputado estadual também declararam despesas bastante expressivas, destacando-se Robinson Faria (PMN), Leonardo da Vinci Nogueira (PFL), Antônio Jácome Júnior (PMN) e Gustavo Henrique Carvalho (PSB), os quais gastaram mais que alguns deputados federais eleitos. É possível perceber ainda que apenas dois candidatos declararam despesas inferiores a R$ 50 mil. Portanto, também no caso dos candidatos a deputado estadual, a idéia de que "quem paga mais é mais votado" valeu, ao menos, para o primeiro colocado nas urnas.

Em relação às principais arrecadações do PSB, para a campanha da candidata ao governo, há várias fontes de recursos com valores bastante representativos, principalmente, no tocante às doações dos grupos empresariais nacionais de grande porte (Quadro 3).

Dentre os principais doares da campanha do PSB, destacam-se construtoras e companhias de engenharia, indústrias têxteis e agrícolas, indústrias de alimentos, hotéis, empresas do setor imobiliário, concessionária de veículos, além de pessoas físicas com elevadas doações, a exemplo de Carlos Weibil Neto que, de acordo com o jornal Tribuna do Norte, é um "empresário paulista do ramo de biodiesel que tem negócios com o governo federal e pretende construir uma usina em Mossoró". (WILMA recebe 34,3% das doações depois de eleita, 2006).

Várias outras empresas também contribuíram com a campanha do PSB, destacando-se as dos seguintes setores econômicos: engenharia e construção civil, produção e/ou distribuição de alimentos, distribuição/comércio de medicamentos e equipamentos

hospitalares, distribuição e comércio de combustíveis, prestação de serviços em geral, hotéis, além de doações do comitê financeiro do partido, de políticos e de diversas pessoas físicas.

Candidato/Partido	Fonte de recursos	Valor (R$ 1)	Data
Wilma de Faria (PSB)	Grupo Santana Têxtil S/A	400.000,00	17 e 20/11
	Carlos Weibil Neto	300.000,00	13/11
	Agroarte Empresa Agrícola S/A	200.000,00	15/09, 17/08 e 20/10
	Pirâmide Palace Hotel Ltda	190.000,00	10/11
	G Cinco Pan Execuções Ltda	180.000,00	10/11
	Esse Engenharia Sinalização e Serviços	165.000,00	16/11
	M. Dias Branco Ind. e Com. de Alimentos	150.000,00	07/08
	Sanchez Brasil-Invest. Imobiliários Ltda	150.000,00	27/10
	EC Engenharia e Consultoria Ltda	119.500,00	03/08, 27/11 e 03/08
	Salinas Automóveis Ltda	106.000,00	14/09, 27/09 03/08
	Delphi Engenharia Ltda	100.000,00	10/11
	Guararapes Confecções S/A	100.000,00	18/09
	Simas Industrial de Alimentos S/A	100.000,00	22/09
	Tensacciai Indústria e Comércio Ltda	100.000,00	22/11
	Posto Olinda	99.000,00	21/11
	CRR Construções e Serviços Ltda	96.000,00	18/09, 21/09 e 03/11
	Tecidos Líder Indústria e Comércio Ltda	80.000,00	29/08
	Sta Clara Indústria e Comércio Alimentos Ltda	73.000,00	12/09 e 02/10
	Dois A Engenharia e Tecnologia Ltda	73.000,00	18/09 e 03/11
	MRG Instalações Elétricas e Hidráulicas Ltda	60.000,00	23/11
	Coteminas S/A	50.000,00	25/10
	Zumba Petróleo	50.000,00	28/08 e 30/08
	Diprofarma Distr. Prod. Farmacêuticos Ltda	50.000,00	17/08
	DIA Distribuidora Internacional de Alimentos	50.000,00	15/09
	CDA Central Distr. Azevedo	50.000,00	22/11
	Astriel Vieira Mendonça Júnior	50.000,00	16/08 e 25/09
	Mercurius Construções Ltda	50.000,00	20/10
	CROP Agrícola Ltda	50.000,00	27/11
	Distribuidora de C. Natal Ltda	50.000,00	15/09

QUADRO 3 – Rio Grande do Norte: Principais doações da campanha eleitoral – candidata ao governo pelo PSB, 2006

Fonte: TSE, 2006.

Org. AZEVEDO, F. F. de. (2006)

Dos valores totais arrecadados pelo PSB, mais de 30% foram doados após o segundo turno das eleições, ou seja, depois da candidata ter sido reeleita. (WILMA recebe 34,3% das doações depois de eleita, 2006).

As arrecadações do candidato Garibaldi Alves Filho (PMDB) apresentaram algumas fontes similares às discutidas anteriormente (Quadro 4). Nesse caso, também se destacam empresas do setor de engenharia e construção civil, normalmente empreiteiras do setor público, como também, bancos, indústrias têxteis, mineradoras, empresas do setor de

comércio, distribuição de alimentos e bebidas, distribuidoras de combustíveis, indústrias de fertilizantes, usinas de açúcar e álcool, siderúrgicas, hotéis e *resorts*, além de políticos e doadores como pessoas físicas.

Candidato/Partido	Fonte de recursos	Valor (R$ 1)	Data
Garibaldi Alves Filho (PMDB)	Grupo Camargo Correa	550.000,00	18/10 e 27/10
	EMSA - Empresa Sul-americana de Montagem S/A	450.000,00	12/09, 22/09 e 18/10
	Sanchez Brasil Investimentos Ltda	370.000,00	27/09 e 27/10
	Companhia Siderúrgica Nacional	250.000,00	15/09
	Companhia Vale do Rio Doce	200.000,00	23/08
	Mendes Júnior Trading e Engenharia S/A	200.000,00	23/10
	Satélite Distribuidora de Petróleo S/A	200.000,00	18/08, 08/09 e 17/10
	CR Almeida S/A	200.000,00	20/09
	FRATELLIVITA Bebidas S/A	200.000,00	16/08 e 17/10
	Coteminas S/A	150.000,00	12/09 e 27/10
	Henrique Eduardo Alves	149.400,00	11/08
	Agroarte Empresa Agrícola S/A	120.000,00	27/09 e 20/10
	Cosima – Siderúrgica do Maranhão	120.000,00	26/09
	Banco Fator S/A	100.000,00	10/08
	Banco Itaú S/A	100.000,00	04/08
	Bolsa de Mercadorias e Futuros BM&F	100.000,00	09/08
	Caemi – Mineração e Metalurgia S/A	100.000,00	10/10
	Camter Construções e Empreendimentos	100.000,00	30/08
	Caracas Construções Ltda	100.000,00	27/10
	Guararapes Confecções S/A	100.000,00	26/07
	Santa Clara Ind. Com. de Alimentos Ltda	80.000,00	23/08 e 12/09
	Fosfertil – Fertilizantes Fosfatos S/A	75.000,00	08/09 e 11/10
	M. Dias Branco Ind. e Com. de Alimentos Ltda	75.000,00	01/08
	Ultrafertil S/A	75.000,00	08/09 e 11/10
	Ney Lopes de Souza	64.500,00	03/08 e 10/10
	Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré	60.000,00	26/09
	M. Amaral Cons. Assoc. S/C Ltda	60.000,00	11/08
	Banco Alvorada S/A	50.000,00	27/10
	Tavares de Melo Açúcar e Álcool S/A	50.000,00	22/09
	Unibanco – União de Bancos Brasileiros	50.000,00	04/08

QUADRO 4 – Rio Grande do Norte: Principais doações da campanha eleitoral – candidato a governador pelo PMDB, 2006

Fonte: TSE, 2006.

Org. AZEVEDO, F. F. de. (2006)

Vale destacar que algumas das empresas analisadas pertencem ao mesmo grupo econômico, o que eleva os valores doados por cada grupo. Por exemplo, a Caemi tem ligação com a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúgica do Maranhão com a Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, entre outras conjugações.

A partir da análise detalhada dos dados é possível entender por que os grupos políticos conseguem permanecer no poder por tanto tempo, como é o caso das oligarquias potiguares. O dinheiro é vital para a manutenção e reprodução dos agentes e grupos políticos e econômicos.

Analisando os dados do TSE, referentes à prestação de contas dos candidatos ao senado, constatamos que boa parte das doações recebidas também se origina de algumas das empresas acima, porém, com acréscimos e contribuições de outros grupos (Quadro 5).

Candidato/Partido	Fonte de recursos	Valor (R$ 1)	Data
Rosalba Ciarlini[106] Rosado (PFL)	Banco Itaú S/A	50.000,00	03/08
	Companhia Vale do Rio Doce	150.000,00	23/08
	Diretório Regional PFL-RN	500.000,00	21/09 e 26/09
Geraldo José de Melo (PSDB)	Cia Açucareira Vale Ceará Mirim	123.950,00	24/07, 10 e 31/08, 01/09
	Bunge Fertilizantes S/A	80.000,00	13/09
	Haroldo Azevedo Construções Ltda	44.000,00	19/07, 25/09 e 05/10
	Haroldo Cavalcanti Azevedo	55.146,00	16,22/08, 13,15,21,25/09, 10/10
	Klabin S/A	30.000,00	29/09
	Fontes não identificadas	279.037,39	21/08, 19, 22/09
	Recursos próprios	406.840,00	-
Fernando Bezerra (PTB)	Banco Itaú S/A	100.000,00	27/09 e 20/10
	Bolsa Mercadorias Futuros BM&F	30.000,00	09/08
	BRASIF S/A – Adm. participações	100.000,00	25/07
	Construtora Barbosa Melo	200.000,00	13/09
	Diretório Nacional e Regional PTB	605.000,00	-
	Recursos próprios	989.500,00	-
	Flávio Gurgel Rocha	150.000,00	21/09
	FRATELLI Vita Bebidas S/A	80.000,00	27/09
	Gerdau Aços Longos S/A	100.000,00	08/09
	IBS Inst. Brasileiro de Siderurgia	150.000,00	22/09
	Quatro Incorporações Ltda	130.000,00	09/08
	Votorantim Participações S/A	50.000,00	03/10

QUADRO 5 – Rio Grande do Norte: Principais doações da campanha eleitoral – candidatos ao senado da República, 2006

Fonte: TSE, 2006.

Org. AZEVEDO, F. F. de. (2006)

A ex-prefeita de Mossoró, candidata ao senado pelo PFL, recebeu 65% do valor gasto na campanha do diretório regional do seu próprio partido, aproximadamente 20% doado pela Companhia Vale do Rio Doce, 6,5% doado pelo Banco Itaú, entre outras arrecadações menores de fontes diversas.

[106] Candidata eleita como senadora

O usineiro, ex-governador e ex-senador, Geraldo José de Melo, candidato ao senado pelo PSDB, declarou arrecadações de empresas do próprio setor econômico do qual faz parte, bem como de construtoras, de fontes não identificáveis e parte significativa de recursos próprios.

O ex-presidente da CNI e do SENAI, candidato ao senado, Fernando Bezerra (PTB), declarou em sua receita, parte significativa de recursos próprios (35%), como também doações do diretório do seu partido (22%), além de valores expressivos doados por bancos, construtoras, indústrias, empresários e outras corporações, instituições e pessoas físicas.

As receitas dos candidatos a deputados federal e estadual também se constituem em doações feitas por instituições que participaram dos financiamentos das campanhas dos candidatos à presidência da República, ao Governo do Estado e ao senado, ampliando-se consideravelmente para outros segmentos econômicos, como os representados por empresas do setor de transportes, do setor salineiro, empresas jornalísticas, grupos do agronegócio, logísticas, locadoras de veículos, além de uma relação extensa de valores doados por pessoas físicas, as vezes, contribuintes de valores bastante elevados.

Entretanto, construtoras, bancos, companhias mineradoras, siderúrgicas, indústrias de alimentos, empresas comerciais, recursos dos próprios candidatos e parentes, bem como os recursos dos comitês dos partidos, destacam-se em termos de montantes de dinheiro que formam tais receitas. Assim, é visível a imbricação do poder econômico com o poder político, podendo-se afirmar que existe uma relação simbiótica entre ambos, haja vista o volume de recursos levantados nas últimas eleições.

Em relação às campanhas eleitorais municipais, os gastos podem ser menores, mas, às vezes, são mais elevados em termos proporcionais. Por exemplo, se compararmos as despesas dos candidatos a prefeitos do Seridó potiguar, na campanha eleitoral de 2004, em relação ao número de habitantes dos municípios, os gastos médios por habitante superaram

consideravelmente as despesas médias dos candidatos à presidência da República e ao Governo do Estado em 2006. Há municípios que o gasto médio em relação ao número de habitantes chegou a aproximadamente R$ 30,00 o que representa um valor bastante elevado, ou seja, podemos afirmar que o "preço do voto" é significativamente alto na região. Se levarmos em consideração o gasto médio da campanha eleitoral, por município, em relação ao número de eleitores, o "preço do voto" torna-se muito mais elevado.

Excetuando-se o candidato a prefeito de Jucurutu pelo PMDB, cuja prestação de contas não apresenta lançamentos, a soma das despesas dos demais candidatos totaliza R$ 1.752.506,56, portanto, um valor bastante elevado (Tabela 34).

No Brasil, considerando as elevadas despesas dos dois candidatos a presidente da República mais votados em 2006, o gasto médio[107] por habitante atinge aproximadamente R$ 1,00. No Rio Grande do Norte, considerando as despesas (que não são baixas) dos dois candidatos ao governo mais votados em 2006, em relação ao número de habitantes do estado, o gasto médio por pessoa chegou a aproximadamente R$ 4,00.

Os dez municípios, cujos candidatos declararam maiores gastos de campanha em relação ao número de habitantes, foram respectivamente: Timbaúba dos Batistas, São Fernando, Ipueira, Santana do Seridó, Serra Negra do Norte, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Equador, São João do Sabugi e Jardim do Seridó.

O candidato a prefeito de Cruzeta pelo PMDB apresentou a maior despesa de campanha em 2004, muito embora o município apresente menos de dez mil habitantes; seqüencialmente, os demais candidatos que formam o grupo dos três maiores gastadores da campanha eleitoral das eleições municipais de 2004 foram: José Marcionilo Barros Lins Neto (PSB) de Currais Novos, segundo maior contingente populacional e segundo maior gasto; e Edimar Medeiros Dantas (PFL) de Jardim do Seridó.

[107] Considere-se aqui a soma total das despesas declaradas por ambos os candidatos mais votados (R$ 186,2 milhões) e o contingente populacional estimado pelo IBGE para 2006 (185,2 milhões de habitantes).

Tabela 34 – Seridó Potiguar: Receita e despesa da campanha eleitoral (por candidato, a prefeito em 2004, a governador em 2006), em relação à população dos municípios e do estado (2000)

Estado/ Município	Popula-ção	Candidato/Partido	Receita	Despesa	% Votos	Custo/ Hab. (R$ 1,00)
RN	2.776.782	Wilma de Faria (PSB)	4.895.066,96	4.895.066,96	52,38	3,56
		Garibaldi Alves Filho (PMDB)	5.016.533,20	5.016.439,14	47,62	
Acari	11.189	Hermínia Bezerra (PSB)	40.000,00	39.998,00	40,64	6,46
		Juarez Bezerra de Medeiros (PL)	32.327,00	32.327,00	59,36	
Caicó	57.002	Rivaldo Costa (PL)	86.195,00	86.195,00	46,72	3,20
		Airton Dias de Araújo (PDT)	24.403,00	24.403,00	35,37	
		José Rangel de Araújo (PT)	72.032,00	72.062,00	17,91	
Carnaúba dos Dantas	6.572	Pantaleão E. Medeiros(PMDB)	76.800,00	76.800,00	54,33	16,16
		Sérgio E. Medeiros Oliveira (PSB)	29.385,00	29.385,00	45,67	
Cerro Corá	10.839	Ana Maria da Silva (PSB)	15.480,00	15.480,00	56,99	3,98
		João Batista de Melo Filho(PMDB)	27.689,00	27.679,00	43,01	
Cruzeta	8.138	José Sally de Araújo (PMDB)	95.637,00	95.622,00	54,60	13,42
		Leonardo Medeiros Neto (PT)	13.608,00	13.607,00	45,40	
Currais Novos	40.791	Francisco P. Medeiros (PMDB)	23.266,00	23.265,00	24,01	3,23
		José Marcionilo B. Lins Neto(PSB)	89.000,00	88.995,00	41,74	
		Mário Nóbrega (PFL)	19.400,00	19.318,00	34,25	
Equador	5.664	Ranieri Addário (PMDB)	40.730,00	53.381,00	45,98	12,81
		Zenon Sabino de Oliveira (PTB)	19.200,00	19.166,00	54,02	
Florânia	8.978	Flávio José de Oliveira Silva (PT)	52.153,00	52.153,00	53,94	6,48
		Francisco Nobre Filho (PFL)	5.983,00	5.983,00	46,06	
Ipueira	1.902	Concessa Araújo Macedo (PFL)	16.800,00	16.798,00	42,02	24,21
		Elias Medeiros (PSB)	18.233,00	18.220,00	33,29	
		Vivarte de Medeiros Brito (PMDB)	11.100,00	11.021,00	24,69	
Jardim de Piranhas	11.994	Antônio Soares de Araújo (PDT)	80.381,00	80.380,00	65,35	10,11
		Gutemberg Dantas de Queiroz (PT)	205,00	205,00	2,24	
		Nivaldo Borges da Silva (PP)	40.731,00	40.731,00	32,41	
Jardim do Seridó	12.041	Edimar Medeiros Dantas (PFL)	87.963,00	87.966,00	55,72	10,59
		Genilson José Dias (PT)	8.280,00	8.280,00	41,05	
		Patrício J. Medeiros Júnior(PMDB)	31.260,00	31.260,00	3,23	
Jucurutu	17.319	Francisco J. Queiroz Silva (PSB)	36.049,00	36.050,00	47,06	-
		Nelson Queiroz Filho (PMDB)	N/D	N/D	52,94	
Lagoa Nova	12.058	Cipriano Correia (PMDB)	22.070,00	22.070,00	40,19	3,19
		Erivan de Souza Costa (PFL)	16.342,00	16.343,00	59,81	
Ouro Branco	4.667	Maria da Guia D. Carneiro (PSB)	2.090,00	2.090,00	34,20	5,56
		Nilton Medeiros (PTB)	23.868,00	23.842,00	65,80	
Parelhas	19.319	Antônio P. Dantas Filho (PMDB)	75.850,00	75.849,00	50,23	6,77
		Gildete Maria da Silva Lima (PT)	1.515,00	1.514,00	2,68	
		Romildo Azevedo Santos (PTB)	53.392,00	53.392,00	47,09	
Santana do Seridó	2.377	Iranildo Pereira de Azevedo (PTB)	21.775,00	21.774,00	55,86	18,02
		Ricardo J. Barbalho Azevedo(PSB)	21.050,00	21.050,00	44,14	

Continua

Conclusão

Tabela 34 – Seridó Potiguar: Receita e despesa da campanha eleitoral (por candidato, a prefeito em 2004, a governador em 2006), em relação à população dos municípios e do estado (2000)

Estado/ Município	Popula-ção	Candidato/Partido	Receita	Despesa	% Votos	Custo/ Hab. (R$ 1,00)
São Fernando	3.234	Paula Frassinetti Torres (PPS)	42.889,00	42.689,00	26,88	
		Paulo Emídio de Medeiros (PSB)	38.710,00	38.640,65	73,12	25,15
São João do Sabugi	5.698	Elísio Brito Medeiros Galvão(PFL)	46.370,00	46.179,00	57,09	
		Luiz A. Medeiros Neto (PMDB)	14.630,00	14.619,00	42,91	10,67
São José do Seridó	3.777	Jackson Dantas (PMDB)	19.165,00	19.162,00	49,14	
		João Lázaro Dantas (PSB)	9.057,00	9.057,00	50,86	7,47
São Vicente	5.633	Ana Cristina Fonsêca Pereira (PPS)	4.000,00	4.000,00	36,63	
		Josifran Lins de Medeiros (PSB)	11.587,00	11.587,00	63,37	2,77
S. Negra do Norte	7.543	Francisco Aluizio de Faria (PP)	48.742,00	48.712,00	45,80	
		Rogério Bezerra Mariz (PSB)	74.092,00	74.088,00	54,20	16,28
Ten. L. Cruz	4.412	Agostinho Fernandes Araújo(PDT)	17.940,00	17.940,00	40,22	
		Joarimar Tavares Medeiros (PSB)	21.135,00	21.138,00	59,78	8,86
Timbaúba Batistas	2.189	Dinaldo Batista de Araújo (PMDB)	23.434,34	23.434,03	46,79	
		Ivanildo Albuquerque Filho(PSB)	36.675,51	36.606,88	53,21	27,43

Fonte: TSE, 2006 e IBGE, 2000.
Org. AZEVEDO, F. F. de. (2006)

Na seqüência, Rivaldo Costa (PL) de Caicó, cujo município apresenta o maior número de habitantes, aparece em quarto lugar em gastos de campanha; Antônio Soares de Araújo (PDT) de Jardim de Piranhas; Pantaleão Estevam de Medeiros (PMDB) de Carnaúba dos Dantas; Antônio Petronilo Dantas Filho (PMDB) de Parelhas; Rogério Bezerra Mariz (PSB) de Serra Negra do Norte; José Rangel de Araújo (PT) de Caicó e Romildo Azevedo Santos (PTB) de Parelhas. Desses candidatos, dois não foram eleitos: José Rangel de Araújo (PT) de Caicó e Romildo Azevedo Santos (PTB) de Parelhas.

Em relação às fontes de recursos que cobriram os gastos dos candidatos a prefeito da campanha eleitoral de 2004, confirma-se o poder das elites locais e regionais, haja vista as doações feitas pelas famílias dos candidatos, além de comerciantes, funcionários públicos, proprietários de terras, políticos estaduais e amigos. (Quadro 6).

Município	Candidato/Partido	Doador(a)	Valor (R$)	Votação
Acari	Hermínia Bezerra (PSB)	Vânia de Araújo Bezerra	10.000,00	2.937
		Iva Bezerra	8.000,00	
		Jurema Cavalcanti Lamartine	6.000,00	
	Juarez Bezerra de Medeiros (PL)	João da Silva Maia	10.000,00	4.290
		José Fernandes Neto	3.000,00	
		José Renato de Brito Machado	3.000,00	
		Eduardo Bastos Pontes	3.000,00	
Caicó	Rivaldo Costa (PL)	Emídio Germano da Silva Júnior	37.250,00	15.978
		Dismese Dist. Medicamentos Seridó	10.000,00	
		Recursos próprios	23.000,00	
		Iracy Góis de Azevedo	8.000,00	
	Airton Dias de Araújo (PDT)	Comitê financeiro municipal único	24.400,00	12.097
	José Rangel de Araújo (PT)	Recursos próprios	9.000,00	6.126
		Eletrocenter mat. elétricos, const.	3.850,00	
Carnaúba dos Dantas	Pantaleão E. de Medeiros (PMDB)	Arosuco Aromas e sucos S/A	35.000,00	2.570
		Votorantim Participações S/A	40.000,00	
		Virtual Brindes Ltda	1.800,00	
	Sérgio E. Medeiros Oliveira (PSB)	Marcelo Máximo Dantas	1.500,00	2.160
		Stenio de Medeiros Silva ME	1.500,00	
Cerro Corá	Ana Maria da Silva (PSB)	Francisco José da Silva	4.000,00	2.521
		Recursos próprios	4.500,00	
	João Batista de Melo Filho(PMDB)	Diretório do PMDB	6.520,00	3.340
		Recursos próprios	4.000,00	
Cruzeta	José Sally de Araújo (PMDB)	Supermercado J. Araújo Ltda	27.800,00	3.019
		Supermercado Serve Bem Ltda	66.087,00	
	Leonardo Medeiros Neto (PT)	Eloy Cesino de Medeiros Neto	2.500,00	2.510
		Recursos próprios	6.508,00	
Currais Novos	Francisco P. Medeiros (PMDB)	Danielly Maria da Costa Galvão	11.216,00	5.778
		Companhia Brasileira de Bebidas	6.000,00	
	José Marcionilo B. Lins Neto (PSB)	Acauan Comércio de minério Ltda	8.000,00	10.045
		Ind e Com alimentos Vicunha Ltda	20.000,00	
		João da Silva Maia	20.000,00	
		JVCunha Dist de alimentos	15.000,00	
		MSD com e serviços Ltda	6.000,00	
		VVC distribuidora de bebidas ltda	20.000,00	
	Mário Nóbrega (PFL)	Flaubert Sena de Medeiros	5.000,00	8.242
		Leisia Maria Galvão Araújo	5.000,00	
		Recursos próprios	3.000,00	
		Mineracão Ju-Bordeuaux Exp.Ltda	3.000,00	
Equador	Ranieri Addário (PMDB)	Auto Posto Cantalice Ltda	3.120,00	1.614
		Recursos próprios	25.200,00	
		Ubiratan Batista de Almeida	6.600,00	
	Zenon Sabino de Oliveira (PTB)	Auto Posto Cantalice	3.000,00	1.896
		Vanildo Fernandes Bezerra	4.000,00	
		Recursos próprios	8.500,00	

QUADRO 6– Seridó Potiguar: Principais doações recebidas pelos candidatos a prefeito na campanha eleitoral das eleições municipais, 2004

Continua

Continuação

Município	Candidato/Partido	Doador(a)	Valor (R$)	Votação
Florânia	Flávio José de Oliveira Silva (PT)	Maria das Graças de Medeiros	3.000,00	3.387
		Severino Manoel de Oliveira Neto	32.018,00	
		Napoleão Dantas Filho	10.615,00	
		Lirani de Oliveira Dantas	4.000,00	
	Francisco Nobre Filho (PFL)	Márcia Rejane G. Cunha Nobre	1.052,00	2.892
		Nicomar Ramos de Oliveira	1.850,00	
		Recursos próprios	2.500,00	
Ipueira	Concessa Araújo Macedo (PFL)	Posto Santana	2.500,00	645
		Severiano Firmino de Araújo Filho	5.820,00	
	Elias Medeiros (PSB)	Recursos próprios	13.000,00	511
		Macaggi Medeiros	3.000,00	
	Vivarte de Medeiros Brito (PMDB)	Joana Darc Araújo Medeiros Brito	3.000,00	379
		Recursos próprios	2.000,00	
Jardim de Piranhas	Antônio Soares de Araújo (PDT)	Recursos próprios	4.200,00	5.569
		Francimar Batista da Silva	4.600,00	
		Jairo Carvalho Dias	5.000,00	
		Posto Caicó Ltda.	5.420,00	
	Gutemberg Dantas de Queiroz (PT)	Diretório Estadual do PT	205,00	191
	Nivaldo Borges da Silva (PP)	Antonio Marcos Bezerra Cruz	4.550,00	2.762
		Edivaldo Borges da Silva	3.000,00	
		Esmeralda Duarte da Silva	6.000,00	
		Galbê Maia	3.500,00	
		Josidete Maria de Araújo Maia	3.143,00	
		Recursos próprios	5.000,00	
		Walfredo Lopes e Filhos Ltda.	8.000,00	
Jardim do Seridó	Edimar Medeiros Dantas (PFL)	Recursos próprios	3.540,00	4.605
		Francisco Assis de Araújo	4.000,00	
		Gildo Geraldo Costa de Azevedo	7.000,00	
		Gilmar Costa de Azevedo	30.500,00	
		José Dantas de Medeiros	7.400,00	
		Manoel de Medeiros Brito	4.500,00	
		Paulo Araújo da Silva	4.000,00	
	Genilson José Dias (PT)	Recursos próprios	7.370,00	267
	Patrício J. Medeiros Júnior (PMDB)	Recursos próprios	31.260,00	3.393
Jucurutu	Francisco Jares Queiroz Silva (PSB)	Recursos próprios	5.000,00	5.564
		Luciano Araújo Lopes	6.000,00	
		Lúsio Araújo Lopes	4.000,00	
	Nelson Queiroz Filho (PMDB)	N/D	N/D	6.259
Lagoa Nova	Cipriano Correia (PMDB)	Recursos próprios	22.070,00	3.350
	Erivan de Souza Costa (PFL)	Recursos próprios	5.000,00	4.985
		Genilson Pinheiro Borges	4.000,00	
		Ronaldo Alves	3.500,00	

QUADRO 6– Seridó Potiguar: Principais doações recebidas pelos candidatos a prefeito na campanha eleitoral das eleições municipais, 2004

Continua

Continuação

Município	Candidato/Partido	Doador(a)	Valor (R$)	Votação
Ouro Branco	Maria da Guia D. Carneiro (PSB)	Maria da Guia Lucena Diniz	840,00	1.164
		Dionisio Carneiro de Oliveira Neto	900,00	
	Nilton Medeiros (PTB)	Jose Batista de Lucena	3.000,00	2.240
		José Florentino de Araújo	3.000,00	
		Morgás Comércio Ltda.	5.288,00	
		Recursos próprios	9.000,00	
Parelhas	Antônio P. Dantas Filho (PMDB)	Recursos próprios	26.100,00	6.452
		Humberto Alves Gondim	6.000,00	
	Gildete Maria da Silva Lima (PT)	Recursos próprios	605,00	344
		José Jair da Nóbrega Silva	500,00	
		Diretório Estadual do PT	410,00	
	Romildo Azevedo Santos (PTB)	Comissão Provisória Estadual - PTB	10.000,00	6.048
		Comitê Financeiro Estadual – PTB	2.498,00	
		Recursos próprios	38.634,00	
Santana do Seridó	Iranildo Pereira de Azevedo (PTB)	Comissão Provisória Estadual – PTB	6.825,00	996
		I P de Azevedo e Cia Ltda	6.350,00	
		Recursos próprios	5.700,00	
	Ricardo J. Barbalho Azevedo(PSB)	João da Silva Maia	18.000,00	787
		Recursos próprios	3.050,00	
São Fernando	Paula Frassinetti Torres (PPS)	Alcimar de Almeida Silva	18.089,00	664
		Evaristo Lacava de Almeida Júnior	3.000,00	
		Recursos próprios	19.300,00	
	Paulo Emídio de Medeiros (PSB)	Recursos próprios	35.710,00	1.806
São João do Sabugi	Elísio Brito Medeiros Galvão(PFL)	Tereza Neuma de Lucena	3.600,00	2.491
		Recursos próprios	40.770,00	
	Luiz Antônio Medeiros Neto (PMDB)	Aníbal Pereira de Araújo	4.500,00	1.872
		Aprígio Pereira de Araújo Filho	2.000,00	
São José do Seridó	Jackson Dantas (PMDB)	14 Pessoas (Mil Reais por pessoa)	14.000,00	1.490
		Hiper Sucata Comercio Ltda	4.000,00	
	João Lázaro Dantas (PSB)	Recursos próprios	4.045,00	1.542
		Maria do Carmo Alves Ribeiro	4.000,00	
São Vicente	Ana Cristina Fonseca Pereira (PPS)	Recursos próprios	4.000,00	1.374
	Josifran Lins de Medeiros (PSB)	Francisco Bezerra Neto	3.880,00	2.377
		Francisco Lins de Medeiros	1.500,00	
		Recursos próprios	5.007,00	
Serra Negra do Norte	Rogério Bezerra Mariz (PSB)	Acácio Sanzio de Brito	4.640,00	2.806
		Adriano Bezerra de Faria	10.000,00	
		Com. Bens/Realização de Eventos	8.390,00	
		Fernando Batista de Faria	6.000,00	
		José Lucas de Barros	5.000,00	
		Ricardo Bezerra Mariz	11.500,00	
		Safira de Medeiros Mariz	5.000,00	
		Tarcília Araújo de Faria	10.000,00	
		Urbano Batista de Faria	3.500,00	
		Urbano Batista de Faria	8.000,00	

QUADRO 6– Seridó Potiguar: Principais doações recebidas pelos candidatos a prefeito na campanha eleitoral das eleições municipais, 2004

Continua

Conclusão

Município	Candidato/Partido	Doador(a)	Valor (R$)	Votação
Serra Negra do Norte	Francisco Aluizio de Faria (PP)	Recursos próprios	10.104,00	2.371
		Genilde Lima Santos	6.000,00	
		Manuel da Silva	6.000,00	
		Maria Nívia F. de Faria	4.200,00	
		Vauban □ecerra de Faria.	5.000,00	
Tenente Laurentino Cruz	Agostinho Fernandes Araújo(PDT)	Recursos próprios	17.940,00	1.414
	Joarimar Tavares Medeiros (PSB)	Airton Laurentino Júnior	1.000,00	2.102
		Sueleide de Morais Araújo	1.000,00	
Timbaúba dos Batistas	Dinaldo Batista de Araújo (PMDB)	Ana Maria de Araújo	2.060,00	854
		Brígida Daniella Araújo de Oliveira	9.000,00	
		Recursos próprios	2.865,00	
		Jilton Batista de Araújo	2.744,30	
		Jose Paulino da Silva Junior	2.400,00	
	Ivanildo Albuquerque Filho (PSB)	Ivanildo Araújo Albuquerque	10.925,00	971
		Ivanildo Araújo Albuquerque Filho	14.010,00	
		Posto Albuquerque	4.500,02	
		Sandoval Araújo	6.640,00	

QUADRO 6– Seridó Potiguar: Principais doações recebidas pelos candidatos a prefeito na campanha eleitoral das eleições municipais, 2004

Fonte: TSE, 2006.

Org. AZEVEDO, F. F. de. (2006)

A partir das principais arrecadações dos candidatos a prefeitos em 2004, observamos preponderância das contribuições familiares, além de recursos próprios e doações de empresas do setor de comércio, indústria de alimentos, mineções e outras.

Chama-nos especialmente a atenção as seguintes situações: o então secretário de desenvolvimento econômico do estado, eleito deputado federal em 2006, João Maia, seridoense, natural de Jardim de Piranhas, doou valores bastante representativos a três candidatos – Juarez Bezerra de Medeiros (PL) de Acari, José Marcionilo Barros Lins Neto (PSB) de Currais Novos, e Ricardo Barbalho Azevedo (PSB) de Santana do Seridó. Diante disso, percebemos a relação entre agentes políticos locais e estaduais que refletem diretamente na configuração dos territórios conservadores de poder. Em Currais Novos, o setor empresarial participou com volumes substanciais de recursos na campanha do prefeito eleito, merecendo destaque doações do grupo Vicunha, JVCunha e VVC distribuidora de bebidas.

Em Caicó, um único contribuinte financiou 43% das despesas de campanha do candidato eleito. Tal candidato declarou ter custeado 26% da campanha, além de ter recebido R$ 10 mil de uma distribuidora de medicamentos, e várias doações de pessoas físicas e pequenas empresas. Vale assinalar que existe inter-relação desse candidato com o segmento de saúde, tendo em vista que o mesmo foi diretor do Hospital do Seridó, instituição filantrópica cuja responsabilidade maior é do Deputado Vivaldo Costa, irmão do referido candidato. Em Carnaúba dos Dantas, o candidato eleito declarou ter recebido mais de 97% da receita de apenas duas empresas, a Arosuco – Aromas e Sucos S/A, de Manaus-AM, e a Votorantim participações S/A.

O candidato a prefeito, eleito pelo PMDB de Cruzeta, que teve a campanha mais cara em valor absoluto, face aos demais candidatos, declarou, em sua receita, aproximadamente 70% dos recursos como sendo oriundos do supermercado de sua propriedade, localizado na área metropolitana de Natal, e aproximadamente 30% da receita doada pelo supermercado do irmão, localizado no próprio município. O candidato do PT naquele município recebeu apenas uma doação com valor mais representativo, tendo que custear a maior parte da campanha com recursos próprios.

Vários candidatos declararam autofinanciamento de campanha, alguns desses, concorreram à reeleição e foram reeleitos. Os candidatos, cujas receitas apresentaram recursos próprios mais elevados estão nos municípios de Caicó, Cruzeta, Equador, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas. Nesse último município, o candidato eleito custeou, juntamente com o pai, a maior parte dos gastos da campanha eleitoral.

Diante desse quadro, verificamos que o dinheiro é de fundamental importância para a manutenção dos “currais eleitorais”, principalmente, nos municípios onde a população é mais

pobre e a taxa de analfabetismo é mais acentuada. Em geral, os candidatos que mais arrecadam, portanto, que mais gastam nas campanhas eleitorais, são eleitos, ou no mínimo bem votados. Por isso é que o dinheiro se constitui numa condição *sine qua non* para a manutenção e "conservação" dos grupos e agentes políticos, haja vista os pactos e acordos que são feitos, durante e após as eleições. Os valores doados pelas empresas aos candidatos dão uma boa prova da relação simbiótica existente entre os políticos, que se dizem representantes públicos, e o setor privado, o qual se beneficia do Estado.

Estima-se que somados os gastos das campanhas eleitorais de pouco mais de uma década, portanto, 1994, 1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2005[108] (referendo) e 2006, totalizam aproximadamente R$ 10 bilhões, o que seria suficiente para resolver, por exemplo, problemas habitacionais de milhares de famílias.

Todos esses gastos, que normalmente são financiados por empresas e pessoas físicas, podem ter relação, direta ou indireta, com o peculato e com o desvio de recursos públicos através de corrupção política. As Comissões Parlamentares de Inquéritos podem se constituir numa alternativa para constatar e revelar oficialmente o problema, porém, quando concluídos os trabalhos de investigação, e comprovadas as fraudes, nem sempre efetiva-se a punição dos culpados, os conhecidos "criminosos do colarinho branco".

No Rio Grande do Norte, a Comissão Parlamentar de Inquérito, que se tornou conhecida como "CPI do leite", confirmou em seu relatório final, publicado no Diário Oficial do Estado em 30/01/2004, que as irregularidades apontadas no relatório da Comissão Especial

[108] No referendo realizado em 2005, os valores arrecadados na campanha da Frente Parlamentar "Pelo direito da legítima defesa", ou seja, o grupo que votou e fez campanha pelo NÃO desarmamento do país, arrecadou R$ 5.726.491,95. Desse total, R$ 5.582.259,37, isto é, 97,5% foi doado por apenas dois grupos econômicos que detém a maior parte do mercado de armas e munições do país – Forjas Taurus S/A e Companhia Brasileira de Cartuchos. Enquanto isso, a Frente Parlamentar "Por um Brasil sem armas", que votou SIM, e fez campanha pelo desarmamento, arrecadou R$ 1.970.311,00. Portanto, o financiamento da campanha desse referendo deixa claro o quanto o interesse econômico, não raro, entrecruza-se com os interesses políticos, numa relação de reciprocidade e beneficiamento mútuo.

de Auditoria do Programa do Leite[109] eram verossímeis. A partir do relatório dessa última comissão, foi requerida a instauração da CPI através da Assembléia Legislativa do estado. Tal requerimento, de iniciativa do deputado estadual Wober Júnior (PPS), membro da base aliada da então governadora, e subscrito por outros doze deputados oposicionistas ao ex-governador Garibaldi Alves (PMDB), "se baseia numa série de ilegalidades cometidas na execução do Programa do Leite no período de 1995 a 31 de dezembro de 2002", descritas no referido relatório e elaborado pela comissão especial de auditoria da SEAS. (DOE-RN, 2004, p. 53).

Nesses termos, o relatório oficial elaborado pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Programa do Leite discorre:

> a respaldar a proposição, elencaram os proponentes, em 07 (sete) itens, as ilegalidades cometidas na execução do Programa do Leite, no período compreendido entre dezembro de 1999 até dezembro de 2002[...] 1) após análise dos processos de pagamento de prestações de contas, apresentados pela CERSEL, identificou-se diferença de valores pagos a maior, em relação à quantidade de litros/dia de leite autorizado pelos Termos 004/99 e seus aditivos. Somente no caso da CERSEL existe uma diferença a maior (autorizado x faturado) de R$ 6.825.839,12 (seis milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e doze centavos). 2) após o cruzamento de informações extraídas dos processos de prestação de contas e do mapa de quantidades de áreas de leite distribuídas em cada posto, a diferença apontada é de R$ 9.389.779,12 (nove milhões, trezentos e oitenta e nove mil, setecentos e setenta e nove reais e doze centavos); 3) 68,5% (sessenta e oito vírgula cinco por cento) dos beneficiários declararam que o leite fornecido pelo "Programa do Leite" coagula; 4) 66,67% (sessenta e seis vírgula sessenta e sete por cento) do leite bovino usado pelo Programa foi encontrada a presença de coliformes fecais; 5) 39,9% (trinta e nove vírgula nove por cento) dos beneficiários afirmam que existem falhas na entrega do leite; 6) constatou-se que a quantidade de beneficiários, por município, pré-definida em 40% (quarenta por cento) do total de pessoas indigentes, foi desvirtuada principalmente a partir do período eleitoral de 1998; 7) 72,7% (setenta e dois vírgula sete por cento) dos responsáveis pelos postos desconhecem a existência do quadro de associados, indicando um forte indício de que a distribuição do leite não era feita exclusivamente pelas entidades previamente credenciadas e sim por pessoas indicadas por lideranças locais. (DOE-RN, 30/01/2004, p. 53).

Diante do exposto, comprovam-se as afirmações desse trabalho sobre a captura do Estado servindo para beneficiar determinados grupos e agentes políticos, impedindo avanços e melhorias sociais. No caso do Programa do Leite, comprometeu-se também a saúde pública, especialmente da população carente assistida, haja vista a qualidade do produto distribuído.

[109] Tal comissão é anterior à Comissão Parlamentar de Inquérito, e foi criada através do Decreto n. 16.685/03 e elaborada pela Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEAS no início da primeira gestão da governadora Wilma de Faria.

Além disso, por se caracterizar como um Programa de base assistencialista, o mesmo serve duplamente à formação e manutenção dos "currais eleitorais", por um lado, quando incute no universo de famílias assistidas a noção de favor prestado, e que, por isso, deve ser retribuído com o voto; por outro, quando gera dividendos para os grupos e agentes que detêm o poder político e econômico, os quais, a cada processo eleitoral, usam de todos os meios e recursos para conseguirem se eleger. Percebemos que o valor supostamente desviado do Programa do Leite, no período citado, no referido relatório, é quase suficiente para cobrir as despesas da campanha eleitoral dos dois principais candidatos ao Governo do Estado em 2006.

Quanto aos resultados das investigações feitas pela CPI do Programa do Leite, notamos que depois de arroladas as provas – testemunhal, documental e técnica –, e concluído o processo investigatório, com base na metodologia adotada, foi elaborado um relatório final, o qual recomenda ao poder executivo estadual algumas medidas:

> 1º) a instituição do cartão do leite, de modo a permitir maior controle sobre os beneficiários e a distribuição; 2º) a democratização do Programa, afim [sic] de que se permita uma maior participação dos segmentos da cadeia produtiva e dos beneficiários do Programa; 3º) a adoção de critérios de proporcionalidade na distribuição das cotas, considerando-se o interesse do Estado em estimular políticas públicas para o setor; 4º) garantia do preço mínimo ao produtor, fixando-o em percentual de no mínimo 60%, sobre o preço do litro de leite pago às usinas; 5º) que seja adotado um novo modelo de gestão do Programa, a partir de uma formatação que permita: a regionalização administrativa e contratual do Programa; a reorganizando [sic] das áreas de aquisição e distribuição do produto pelas usinas, considerando-se a área de instalação das usinas e dos limites geográficos dos municípios a serem atendidos; 6º) que sejam articulados convênios entre a SEAS, SESAP, SECD, SAPE, SET e MAPA, assegurando o real envolvimento desses órgãos com a otimização completa do Programa do Leite, para que seja facilitada à [sic] fiscalização e controle sobre a aquisição e uso de soro de leite em pó, leite em pó ou soro de leite pelos laticínios fornecedores do Programa, em especial, os que não produzam bebidas lácteas; 7º) adoção de política pública que tenha por objetivo fomentar o associativismo ou cooperativismo e, assim, organizar a cadeia produtiva do leite. Será o novo enfoque dado ao produtor rural, dentro das microrregiões, que possibilitará a tão almejada geração de emprego e renda; 8º) reestruturação da Secretaria de Agricultura, no que diz respeito ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SEIPOA e aos setores de assistência técnica e extensão rural, notadamente quanto à qualidade do leite, em especial o destinado ao Programa, evitando os casos de comprometimento da qualidade como o demonstrado nos laudos da CLAN, CERSEL, CHAPARRAL E MASTER LEITE. 9º) concessão de linha de crédito para a modernização das propriedades rurais produtoras de leite e às pequenas e médias indústrias instaladas no estado do Rio Grande do Norte; 10) descredenciamento das usinas que se mostrarem incapacitadas ao atendimento global do Programa; 11) equalizar as quotas de distribuição de leite, de forma que nenhum dos fornecedores poderá participar com mais de 7%, o que corresponde aproximadamente 10.000 (dez mil litros), nem menos de 1,5% do total a ser

> distribuído, o que significa 2.000 (dois mil litros). Lembrando que, atualmente dois grupos (CLAN e CERSEL) detêm 52% de toda a distribuição de leite do Programa; 12) exigir que as empresas credenciadas informem a SEAS sobre a necessidade de se adquirir leite, em qualquer estado físico, em outras regiões do estado, ou até mesmo em outros estados da federação; 13) exigir que as empresas forneçam, mensalmente, aos órgãos responsáveis pelo Programa, cópia dos laudos de análise físico-químico e microbiológico, do leite fornecido ao Programa, realizados por instituições legalmente habilitadas; 14) padronizar formulários (notas de entrega) que deverão ser preenchidos em três vias, com papel carbono dupla face, onde deverá constar informação qualitativa e quantitativa referentes aos produtos entregues; 15) priorizar as aquisições de leite in natura a micros e pequenos produtores pecuaristas, que apresentarem produção média de até 100 litros/dia e que estejam sediados na mesma região; 16) o leite a ser distribuído pelo Programa deverá, obrigatoriamente, ser adquirido a produtores do estado do Rio Grande do Norte, evitando-se o que ocorreu durante os anos de 1998 a 2002 quando a CLAN adquiriu 4.511.198 (cinco [sic] milhões, quinhentos e onze mil, cento e noventa e oito) litros; nos anos de 1998, 2001 e 2002 quando a CERSEL adquiriu 975.025 (novecentos e setenta e cinco mil e vinte e cinco) litros de leite in natura em outros estados da federação; 17) as empresas que forem contratadas para o fornecimento ao Programa do Leite e que não tenham em sua linha de produção bebidas lácteas, devem se abster de adquirir leite em pó, soro de leite em pó e soro de leite, sob pena de rescisão contratual; 18) deve ser "descredenciado" como fornecedor do Programa do Leite, o Laticínio São Pedro Ltda (LEITE MARINA), tendo em vista a grande quantidade de leite em pó e soro de leite em pó adquiridos por tal empresa em vários estados da federação, conforme notas fiscais acostadas aos autos. Esta afirmação é corroborada em documento denominado Industrialização do Leite no Rio Grande do Norte, elaborado pelo SEBRAE/RN, e que se encontra nos autos. Isto significa que aludidos produtos podem ter sido usados para fraudar o leite do Programa. Além do mais, o relatório apresentado à CPI pela Comissão de Distribuição do Leite de Pedro Avelino/RN e que também se encontra nos autos, aponta que no ano de 2002, deixou de ser entregue pelo Laticínio São Pedro no município de Pedro Avelino, embora tenha recebido o respectivo pagamento, a quantia de 49.920 (quarenta e nove mil, novecentos e vinte) litros. (DOE-RN, 2004, p.54).

Entretanto, dessas proposições poucas medidas foram tomadas no sentido de sanar os problemas mencionados, a exemplo, dos que constam nos itens quinze e dezoito, os quais não foram resolvidos. Sabe-se que as recomendações, do primeiro ao quinto item, foram parcial ou totalmente atendidas. Quanto às demais, não obtivemos informações claras e precisas que comprovem suas resoluções.

Além das recomendações acima, o último item do relatório-síntese elaborado pela CPI do Programa do Leite, determina algumas providências a serem tomadas por parte de algumas instituições específicas do poder público, conforme o texto a seguir:

> Esta CPI, diante do término dos seus trabalhos de investigação e nos termos do art. 121 do regimento interno da Assembléia Legislativa, determina que cópias deste relatório sejam encaminhadas aos seguintes órgãos: 01. Ao poder executivo para a adoção das recomendações suso [sic] referidas; 02. A Procuradoria Geral do Estado para que promova as ações de ressarcimento necessárias; 03. Ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte para que adote as medidas judiciais que entender, com a sugestão respeitosa de que observe, julgando adequado, dente [sic] outros, os

> seguintes tópicos: a) a transformação ilegítima de contrato em convênio; b) as alterações determinadas no convênio, nas datas de 30 de janeiro de 2002 e 18 de novembro de 2002, com o desvirtuamento do Programa do Leite; c) a concentração do vínculo jurídico-administrativo do Programa do Leite com um único fornecedor: a CERSEL; d) a retenção, pela CERSEL, de 4,78% de todo o faturamento das usinas fornecedoras de leite; e) a ocorrência, apurada, de pagamento a maior, que alcançaram o valor de R$ 9.389.777,12 (nove milhões, trezentos e oitenta e nove mil, setecentos e setenta e sete reais e doze centavos); f) a grande quantidade de leite em pó, soro de leite em pó, soro de leite e leite cru resfriado importados de outros estados da federação pela CLAN; g) a injustificável importação de leite em pó e soro de leite em pó pelo Laticínio São Pedro Ltda (LEITE MARINA), que sabidamente não produz bebidas lácteas,caracterizando nessa importação a intenção de fraude do Programa; h) a má qualidade do leite distribuído, com fraude por aguagem e desnate; com a inserção de bicarbonato de sódio; com características físico-químicas anômalas da densidade, gordura e acidez fora dos padrões; com a presença de conservantes, urina e coliformes fecais; com a constatação de que 66,67% do leite bovino apresentavam coliformes fecais; com apuração de que 95,24% do leite fornecido está fora dos padrões quanto ao teor de gordura; com a verificação de que 28,57% contém urina; com a aferição de que 19,05% contém bicarbonato; com o exame circunstanciado dos laudos nos. 09, 13, 26 e 37 de 2003, todos da lavra do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte; com relação ao leite caprino verificar que 66,67% apresentam coliformes fecais e 100% exibem que o teor de gordura e a densidade estão fora dos padrões. 04. Ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte para as providências de sua competência; 05. As Comissões Permanentes desta Assembléia - Finanças e Fiscalização e, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Social - para estudar as medidas pertinentes. (DOE-RN, 2004, p.54).

Das providências determinadas, sabe-se que o valor desviado não foi ressarcido aos cofres públicos, como também não houve punição de nenhum agente político ou responsável, direto ou indiretamente, pelo Programa naquele período (dezembro de 1999 a dezembro de 2002). Ademais, o laticínio São Pedro (Leite Marina) continua fornecendo leite para o Programa, mesmo diante das fraldes apontadas, comprovadas, e da solicitação de descredenciamento do mesmo por parte da CPI.

5.5. Como ficam as redes sociais e o poder local no contexto da cultura política regional?

Diante do campo de forças políticas analisadas, percebemos que existe na sociedade em questão uma certa resignação social que corrobora a permanência de tal sistema, históricamente e regionalmente consolidado. Criou-se um ciclo vicioso no qual mandantes e mandados se reconhecem e se sustentam simultaneamente através de relações que, sob as visões dos mesmos, parecem ser indispensáveis à manutenção e reprodução do contexto social do qual fazem parte.

As redes sociais que formam esse arcabouço cultural são fundamentais para a preservação de um conjunto de relações que favorece, por um lado, indicadores que elevam o nível de desenvolvimento humano a patamares diferenciados no estado e na região Nordeste; por outro, o continuísmo político marcado pelo clientelismo. Assim, a cultura política que impera nesse espaço limita maiores avanços e melhorias sociais em setores vitais da sociedade como educação e saúde públicas.

Nesse contexto, Bourdieu (2005, p. 164) explica que "a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e portanto tanto mais provável, quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação activa na política estão os simples aderentes".

Dessa maneira, a vida política, portanto, as relações sociais tecidas no âmbito político, podem ser descritas sob a "lógica da oferta e da procura", tendo em vista a distribuição desigual dos recursos de que dispõem os atores sociais. Nesse escopo, os cidadãos comuns são reduzidos a meros consumidores de produtos políticos, programas, repositório de problemas, análises e conceitos. Daí falar-se em um mercado da política via mercantilização do voto e de influências, cujos constrangimentos "pesam em primeiro lugar sobre os membros das classes dominadas que não têm outra escolha a não ser a demissão ou a entrega de si ao partido, organização permanente que deve produzir a representação da continuidade da classe". (BOURDIEU, 2005, p. 166). A partir dessa afirmação é possível entender por que a cultura política ora analisada é marcada pelo predomínio do clientelismo que encerra a resignação e um incipiente ativismo social.

Entretanto, considerando que o poder conservador é amplamente exercido e reproduzido nessa sociedade, é importante reconhecer que a maior parte dessa população é laboriosa, solidária, intrépida e criativa, o que favorece o diferencial dos indicadores de desenvolvimento humano, conforme já analisado anteriormente, e, de certa forma, um

diferencial em termos de qualidade de vida, o que para Bourdieu, Putnam e outros autores corresponde ao capital social. Mas, conforme assinala Bourdieu (2005, p. 143),

> com os progressos da diferenciação do mundo social e a constituição de campos relativamente autônomos, o trabalho de produção e de imposição do sentido faz-se tanto no seio das lutas do campo de produção cultural como por meio delas mesmas (e sobretudo no seio do subcampo político): ele é a função própria, o interesse específico dos produtores profissionais de representações objectivadas do mundo social ou, melhor, de métodos de objectivação.

Assim, é imprescindível que, além dos avanços sociais notados no interior dessa sociedade, consigamos conceber um campo de produção cultural, em que o subcampo político em curso, se transforme e passe a ser constituído pela igualdade política, ativismo social e estruturas de cooperação que realmente funcionem. Diante disso, fica claro que não podemos ser ufanistas e valorizar tanto a cultura até o último dos seus valores e predicados, já que esta também é capaz de legitimar, produzir e reproduzir relações que limitam maiores avanços, por exemplo, no campo político.

Como bem destaca Araujo (2005, p. 21), e conforme análise anterior, no primeiro capítulo desse trabalho, a cultura de uma sociedade não resulta deliberadamente de um projeto previamente e racionalmente construído, ela é uma esfera humana gerada espontaneamente, "é produto de convivências, coincidências, crenças e valores que vão sendo construídos, por um grupo ou sociedade, em sua vida comum, em seus medos, necessidades e desejos".

Não existe motivação racional que leve certos valores a serem praticados, ou a que determinadas "crenças sirvam como guias de ação aos indivíduos comuns ou até mesmo aos governantes". Há sim, determinados "hábitos e costumes em toda sociedade que são peculiares e cujo surgimento é normalmente explicado a posteriori através de tradições que, por sua vez, são construídas socialmente. A cultura é dinâmica, mas será sempre expressão do passado, de tradições, de hábitos". (ARAUJO, 2005, p. 21). E, por causa disso, é difícil impor mudanças à mesma.

Ao discutir relações sociais, intrínsecas à diversidade cultural que podem propiciar avanços, portanto, o desenvolvimento da sociedade, Putnam (2006) entende que se trata de capital social historicamente e regionalmente concebido, mas de forma desigual, ao menos no caso da Itália. Para esse autor, o capital social é a própria organização da sociedade, em suas características mais interessantes como confiança, normas, sistemas, podendo-se acrescentar, redes sociais, desde que contribuam para melhorar a eficácia da sociedade, fazendo com que as ações coordenadas fluam e surtam efeitos positivos no processo de construção da democracia e do desenvolvimento social.

É importante notar que "os sistemas de participação cívica são uma forma essencial de capital social: quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo". (PUTNAM, 2006, p. 183). Para isso, é fundamental que haja igualdade política, de modo que as relações sociais se desenvolvam por meio de sistemas horizontais de participação cívica, e não através de sistemas verticais e hierarquizados.

Nesse último caso, as relações clientelistas "envolvem permuta interpessoal e obrigações recíprocas, mas a permuta é vertical e as obrigações assimétricas". (PUTNAM, 2006, 184). Ou seja, nos sistemas de relações clientelistas os vínculos verticais dificultam, e às vezes impedem, a organização grupal e a solidariedade horizontal, especialmente dos "clientes", isto é, dos que mais necessitam de ajuda e benefícios. O clientelismo corresponde a uma "amizade desequilibrada", ao contrário dos sistemas sociais horizontais, onde a reciprocidade, o empenho e a colaboração de todos em prol de toda, ou de quase toda a sociedade, é um fator marcante e salutar.

Nas regiões onde as comunidades cívicas participam ativamente da política, organizando-se em associações autóctones, incorporando sensos de responsabilidades sociais e se imbuindo do espírito público, os avanços sociais são mais notórios. Isso é muito mais

presente onde o personalismo político é reduzido ou nulo, isto é, onde o clientelismo personalista, constituído através do voto personificado, deu lugar a compromissos pragmáticos com as questões públicas e não com os interesses individuais ou grupais de poderes conservadores, como é o caso da sociedade que estamos analisando. Nesse sentido, Putnam (2006) afirma que os sistemas de participação cívica são parte superimportante do estoque de capital social de uma comunidade, embora criá-los não seja tarefa fácil, mas é indispensável para fazer a democracia funcionar. Desse modo,

> os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. Eis as características que definem a comunidade cívica. Por outro lado, a inexistência dessas características na comunidade não-cívica também é algo que tende a auto-reforçar-se. A deserção, a desconfiança, a omissão, a exploração, o isolamento, a desordem e a estagnação intensificam-se reciprocamente num miasma sufocante de círculos viciosos. (PUTNAM, 2006, p. 186).

Portanto, numa sociedade interiorana como a nossa – sertão do Seridó potiguar –, onde as redes sociais encontram-se estabelecidas por meio de vínculos familiares, vínculos de solidariedade, confiança, laboriosidade e outros atributos culturais, carece, principalmente, mudanças no campo político, através da constituição ampla de sistemas horizontais de participação, onde a coletividade e a reciprocidade suplantem os vínculos clientelistas e os territórios conservadores de poder.

É preciso ampliar as "liberdades individuais e grupais", conforme já destacou Amartya Sen, e isso passa necessariamente pela política. Devemos ir além da produção e da transformação econômica, do assistencialismo estatal dos programas sociais, incluindo, principalmente, "o desenvolvimento social e político". Apesar de a prosperidade econômica ajudar os indivíduos a terem "opções mais amplas e a levar uma vida mais gratificante, o mesmo se pode dizer sobre educação, melhores cuidados com a saúde, melhores serviços médicos e outros fatores que influenciam causalmente as liberdades efetivas que as pessoas realmente desfrutam". (SEN, 2000, p. 334).

Várias instituições podem contribuir com o processo de desenvolvimento, aumento e sustentação das liberdades individuais, sejam elas "ligadas à operação de mercados, a administrações, legislaturas, partidos políticos, organizações não-governamentais, poder judiciário, mídia e comunidade em geral". (SEN, 2000, p. 336). As políticas de planejamento social precisam valorizar tais instituições, buscando entendê-las de forma integrada, a partir de suas respectivas estruturas e papéis. Ademais, urge a formação de valores, pautados e norteados pela ética social e política, atributo igualmente importante do processo de desenvolvimento, tanto quanto o funcionamento dos mercados e o progresso econômico.

Para Sen (2000), uma característica importante da liberdade reside no fato de esta apresentar aspectos diversos, inter-relacionados numa gama de atividades e instituições. Com base nessa premissa, "o princípio organizador que monta todas as peças em um todo integrado é a abrangente preocupação com o processo do aumento das liberdades individuais e o comprometimento social de ajudar para que isso se concretize". (SEN, 2000, p. 336).

Entretanto, com os instrumentos de controle sociopolítico de que dispomos, torna-se difícil conseguir estabelecer um padrão de relações baseado nesse princípio de expansão das liberdades de que trata o autor. Liberdade para, por exemplo, se organizar e se articular institucionalmente, reivindicar, negociar, enfim, participar dos governos locais e, quando possível, estaduais e federal.

Experiências vividas em algumas regiões e/ou cidades brasileiras demonstram que o nível de organização da população explica a maior parte dos problemas e/ou avanços dessas. As gestões públicas mais bem sucedidas são exatamente aquelas que têm visões estratégicas de atuação, em termos políticos, administrativos ou econômicos, e que redefinem as funções do poder executivo priorizando o interesse público e suplantando o clientelismo por estratégias modernas de legitimação.

Dessa forma, é possível criar um novo jeito de governar e um novo campo democrático, enfatizando "real ou simbolicamente, a descentralização, a participação popular e as parcerias do poder público com diferentes agentes sociais (cuja composição varia de acordo com a orientação político-ideológica dos governantes e com a cultura política de cada localidade)". (SOARES; GONDIN, 2002, p. 70).

É importante ressaltar que a dinamização do poder local depende inevitavelmente da participação ativa dos cidadãos, assim como de uma intensa cooperação social e da integração das políticas públicas, as quais devem atuar energicamente na busca por soluções de problemas estruturais, como o desemprego, por exemplo. Os autores Guimarães Neto e Bacelar de Araújo (2002, p. 57) entendem que "em países continentais e muito desiguais, como o Brasil, é muito importante discutir mecanismos de articulação entre os atores locais[...]". E a descentralização coordenada parece ser o modelo mais adequado.

Portanto, não raras vezes, nos baseamos em vários teóricos para mostrar que o caminho a ser seguido é aquele que prima pelas liberdades individuais e grupais, pela organização e participação popular, descentralização política e planejamento territorial pautado nos contextos locais e regionais, onde os instrumentos modernos de democracia são o imperativo para as mudanças e melhorias de que necessita a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem pretendermos concluir ou dissecar as análises e os assuntos aqui abordados, mas, pretendendo instigar a novas possibilidades de pesquisas, faremos aqui algumas considerações sobre o presente estudo, buscando sitetizar e elencar algumas das principais mudanças observadas nesse espaço na última década. Ademais, aproveitamos, também, para fazer algumas proposições que poderão surtir efeitos positivos nos campos econômico, político e sociocultural estudados.

É sabido que os anos 1980 foram marcados por sérias dificuldades socioeconômicas no Brasil e, mais marcadamente, na área estudada. A derrocada da principal base econômica sertaneja, a cotonicultura, associada às limitações edafoclimáticas e à decadência da atividade mineradora, refletiram sobremaneira nas condições sociais e materiais de vida da população regional seridoense. Já a década seguinte, os anos 1990, foi marcada por incessantes buscas de alternativas para a reestruturação produtiva da região, que pudessem ainda viabilizar melhorias no âmbito social. Pode-se afirmar que da falência do algodão, revelou-se uma sociedade, que resistente à crise, demonstrou uma ímpar capacidade de superação de problemas e de adoção de estratégias de sobrevivência. Muito embora essa já fosse uma marca característica dessa população, associada à solidariedade e à partilha, algo consonante com o arcabouço cultural e identitário regional historicamente constituído. A década de 1990 foi marcada por mudanças importantes e significativas nos indicadores sociais da região, merecendo destaque em nível estadual e até de Nordeste. Não só o IDH, mas, também, os indicadores que compõem este índice apresentaram melhorias consideráveis, haja vista as mudanças no setor educacional, no indicador de longevidade e no nível de renda da população, não obstante os problemas ainda apresentados. O estado apresenta, juntamente com Pernambuco, o melhor IDH entre os estados do Nordeste, e, os municípios seridoenses,

apresentam índices bastante homogêneos e diferenciados positivamente em termos estaduais. Obviamente, tudo isso reflete as práticas sociais e os valores culturais difundidos e reproduzidos nesse espaço.

Fazendo um breve balanço das condições e transformações socioestruturais de alguns setores dessa sociedade, percebemos que houve várias mudanças positivas. Houve mais acesso à educação, com aumento do tempo médio de estudo das pessoas, haja vista o maior número de indivíduos que concluem o ensino médio e o nível superior. Nos últimos 10 anos aumentou consideravelmente o número de seridoenses cursando pós-graduações, nos níveis de especialização, mestrado e doutorado, com estudos, geralmente voltados para a região. Passou a existir mais acesso à informação e aos meios de comunicação, algo que reflete nas condições de vida da população e imediatamente sobre os valores culturais.

Houve melhorias no setor de saúde, especialmente nas condições sanitárias e na prestação de serviços médico-hospitalares, embora várias dificuldades persistam, como por exemplo, pouca ou nenhuma capacidade de resolução de problemas de maior complexidade. Nesses casos, a população ainda precisa recorrer aos grandes centros como Natal, Fortaleza, Recife e outros para atendimentos mais especializados. Mas, tal procedimento tornou-se mais acessível, tendo em vista as facilidades de deslocamento. As deficiências no setor de saúde apresentam-se como um dos gargalos dessa sociedade, a qual necessita urgentemente de mudanças e melhorias nesse sentido.

Pode-se afirmar que a população seridoense está tendo mais acesso aos bens de consumo duráveis e não duráveis. Houve melhorias na base alimentar, haja vista as mudanças no nível de renda *per capita*, bem como devido aos incentivos dos Programas Sociais e ao substrato de renda dos aposentados. A população rural passou a ter mais acesso ao consumo de produtos antes consumidos principalmente pela população urbana. Em parte, isso foi viabilizado pelo acesso a um rendimento mínimo e certo garantido, ora através dos programas

sociais, ora através da aposentadoria, especialmente da população idosa. Como também, isso se deve à melhoria nas condições de serviços e infra-estrutura oferecidas a essa população, como por exemplo, a energia elétrica, o telefone móvel, os meios de transporte, os quais trouxeram uma série de transformações nas práticas, costumes, valores e hábitos dessa parcela populacional, mesmo que isso não seja abrangente a toda a região.

No campo econômico, o espaço citadino passou a se organizar, parcialmente, em torno do comércio, forte nos núcleos urbanos maiores, como Caicó e Currais Novos. Esses núcleos, além de oferecerem um sistema de comércio diversificado, também oferecem uma rede de serviços a partir de instituições, públicas e privadas, nos mais variados segmentos de prestação de serviços, como por exemplo, bancários, comunicacionais (telefonia, internet, rádio, jornais, etc.), médico-hospitalares, segurança (polícias militar, civil e federal), justiça, tributação, seguridade social, educação (escolas e universidades), além de outras opções de serviços oferecidas por instituições públicas e privadas. Tudo isso também se constitui em importantes fontes geradoras de renda para a região, tendo em vista serem estas as instiuições que melhor remuneram seus funcionários no contexto regional.

No espaço econômico regional, é importante considerar também, a relevância do setor industrial, especialmente têxtil, de alimentos e cerâmico, surgido como alternativas de reestruturação econômica do território seridoense após a derrocada da cotonicultura. No setor têxtil, destacam-se as bonelarias, que de acordo com o SEBRAE somam mais de 100 empresas na região, muito embora algumas sejam de pequeno porte, conhecidas como de fundo de quintal. Caicó se constitui atualmente num importante centro de produção de bonés e chapéus do país, escoando sua produção para quase todo o território nacional e, inclusive, para o mercado internacional. No município, ainda destaca-se no setor têxtil, a confecção de redes, panos de prato, mantas, cobertores, etc., através das fábricas de tecelagem. Tais produtos, também comercializadas além-fronteiras regionais. Neste segmento, ainda

destacam-se outros municípios como Jardim de Piranhas, São José do Seridó e Currais Novos. Jardim de Piranhas se constitui atualmente (2007), num importante município gerador de produtos têxteis, sendo essa a mais importante fonte de geração de emprego e renda do município.

No setor de alimentos, destacam-se as indústrias de massas, as indústrias de beneficiamento de grãos, café, milho e arroz, pequenas fábricas de doces e um elevado número de pequenos estabelecimentos produtores de iguarias típicas da culinária regional. Aí se destaca um expressivo número de queijarias, mais de 100 em toda a região, bem como de produtores artesanais de biscoitos, bolachas, chouriço, vários tipos de doces caseiros, etc.

Ainda no setor industrial, destaca-se o segmento de produção de artefatos de cerâmica vermelha para a construção a civil, através das indústrias ceramistas. A região concentra hoje um dos principais pólos do estado, especializado nesse tipo de manufatura. Municípios como Cruzeta, Carnaúba dos Dantas, Parelhas e Jardim do Seridó, têm nessa atividade, uma das principais alternativas de geração de emprego para a população. Porém, essa atividade é considerada por vários estudiosos e ambientalistas como a principal agressora ao meio ambiente, dentre as demais desenvolvidas na região, uma vez que, além de consumir vorazmente a vegetação da caatinga, como combustíveis para os fornos, também consume um alto volume de argila, solo esse, escasso na região e utilizado para a prática agrícola.

Em termos de atividade produtiva, a pecuária desempenha um importante papel na organização e configuração do espaço rural, merecendo destaque a produção de laticínios em nível artesanal e industrial. Conforme observado no capítulo 4, os incentivos do Estado foram essenciais para a manutenção, e até expansão, dessa atividade no estado e na região do Seridó. Atualmente (2007), essa atividade desempenha um papel relativamente importante na geração de renda para uma boa parte da população rural economicamente ativa, esteja ela atrelada ao setor artesanal e/ou industrial.

Não se pode deixar de fazer menção, também, ao artesanato regional, que se constitui numa importante fonte geradora de renda para alguns municípios seridoenses, como Caicó, Timbaúba dos Batistas, Carnaúba do Dantas e outros. Aí se destacam os bordados em tecido, de vários tipos e formas, evocando o esmero e a criatividade do povo seridoense. Em termos de artesanato, também se destacam os artefatos em argila, palha, couro e outras matérias-primas.

Diante disso, é importante ressaltar aqui alguns pontos principais que caracterizam as mudanças e transformaçãoes mais relevantes observadas nesse espaço. Após a crise econômica dos anos 1980/90, a sociedade seridoense tem se sustentado e se mantido, basicamente, a partir das atividades acima citadas, bem como do amparo do setor público, ora através do funcionalismo público federal, estadual e municipal, ora através dos programas de transferência de renda, ora através dos rendimentos de aposentadorias e pensões. Somado a tudo isso, é importante destacar a relevância do capital humano, discutido por Sen (2001) ou, capital social, discutido por Putnam (2006), elemento esse, de fundamental importância nesse espaço. A solidariedade e os laços de partilha mútua são elementos e símbolos marcantes da cultura e da sociedade regional. Aí se estabelece um conjunto de relações e práticas sociais que o capital não compra nem mensura. E isso favorece a sobrevivência nesse espaço.

Para que ocorram mudanças mais amplas no campo social carecem fundamentalmente mudanças na configuração política regional e estadual, de modo que nossos gestores, políticos, principalmente, compreendam a importância da concepção de desenvolvimento como liberdade, apontada por Sen (2001), desvencilhando-se do modelo clientelista e parternalista predominante. E o povo, que também é responsável por isso, passe a entender, compreender e agir, de acordo com esse princípio.

Na década de 1990, várias políticas compensatórias passaram a ser desenvolvidas na região com o intuito de tentar amenizar a crise social existente. O Programa do Leite,

desenvolvido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, desde 1995, é um bom exemplo dessas políticas, além dos programas sociais desenvolvidos pelo Governo Federal, como o Fome Zero, o Bolsa Família, o Bolsa Escola, o Bolsa Renda e outros. Mais uma vez, os recursos públicos foram (e continuam sendo) usados para "sustentar" agentes e grupos que constituem o campo político na região e até mesmo no país. Reconhecemos a importância desses programas na maioria dos municípios da região, entretanto, não raro, seus resultados não justificam seus custos, servindo para a manutenção política de determenidados agentes e grupos.

Tais programas, normalmente são operacionalizados por prefeitos ou agentes vinculados a estes que, por sua vez, se relacionam com os demais representantes políticos nas esferas estadual e nacional. Dessa forma, o estilo operacional desses programas, não raro, personifica os benefícios gerados, exprimindo na relação Estado-beneficiário a noção de favor prestado. Desse modo, atrela-se de alguma forma a concessão do benefício a gestos de benevolência da parte dos políticos gestores ou idealizadores, incutindo, assim, a impressão de que, por ser "favor", deve ser retribuído, nesse caso, com o voto, para que a concessão permaneça. Isso os prefeitos e seus subordinados sabem articular muito bem, principalmente quando se aproximam as campanhas eleitorais, isto é, a cada dois anos, quando geralmente ocorrem eleições.

Contudo, a maioria dos programas sociais, inclusive o Programa do Leite, apresenta problemas operacionais, principalmente no que concerne à observância aos critérios. Há beneficiários que não se enquadram no contexto social alvo desses programas, como também, há situações em que determinadas famílias beneficiárias, mesmo em condições sociais difíceis, sentem-se instigadas a aumentar a fecundidade para ampliar a concessão dos benefícios, ora em relação ao tempo, ora em relação aos recursos; nesse caso, dinheiro ou alimento.

Uma parcela significativa da população seridoense sobrevive basicamente das transferências de renda do Governo Federal, através dos programas sociais, e de outras políticas públicas, como o Programa do Leite. Além disso, destacam-se outras fontes de sobrevivência como aposentadorias, empregos públicos, empregos no comércio e prestação de serviços, além de um substrato relativamente importante na agropecuária, também fortemente incentivada pelo poder público.

Um dos únicos programas que não se constitui numa política pública compensatória é o PRONAF, cujo enfoque principal visa ao desenvolvimento territorial, embora praticamente não se valorize a cultura regional na implementação de seus projetos. A partir de 2003 a distribuição dos recursos para a agricultura no Brasil passou por um processo de diminuição das disparidades regionais, impulsionando as regiões menos desenvolvidas, através da canalização de volumes mais significativos de capital, seja para a agricultura familiar, seja para a agricultura patronal. Porém, a distribuição dos recursos ainda permanece bastante desigual.

Na última década, a pecuária potiguar expandiu-se consideravelmente, reflexo direto dos incentivos financeiros do PRONAF e do Crédito Agrícola. O número de contratos e o volume de capital para essa atividade aumentaram de forma significativa, assim como o efetivo de animais e a produção leiteira, por exemplo. Isso contrapõe o discurso de alguns agentes políticos estaduais que associam a expansão da pecuária ao desenvolvimento do Programa do Leite, o qual apenas garantiu demanda certa para uma parte da produção, principalmente aquela gerada pelos produtores mais capitalizados.

No Rio Grande do Norte, o PRONAF também enfrenta uma série de problemas, a exemplo do desvirtuamento da lógica do Programa, ou seja, no tocante ao emprego dos recursos recebidos em fins alheios ao setor rural produtivo. Somado a isso, observamos certo nível de descontrole e de mau gerencialmente do Programa por parte de alguns órgãos

responsáveis pelo mesmo, bem como funcionamento não integrado com outras políticas ou programas desenvolvidos.

Falta ainda, organização política e ativismo social de modo a influenciar a elaboração de políticas públicas e programas de desenvolvimento, podendo refletir, também, no sistema operacional das ações já existentes, inclusive, no PRONAF. O PDSS é uma prova do que se conseguiu avançar em termos políticos na região. Trata-se de um eficiente diagnóstico concernete às dimensões econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional da região, o qual sinaliza, ainda, para a adoção de estratégias importantes de dinamização do espaço regional. Porém, poucas medidas foram adotadas até o momento, a partir desse diagnóstico, frente ao muito que carece ser feito pelo desenvolvimento regional.

Conforme foi discutido, embora os municípios seridoenses apresentem indicadores sociais favoráveis em relação aos municípios de outras regiões do estado, existe uma série de problemas que precisam ser resolvidos, por exemplo, nos setores de educação, saúde e habitação. Mudanças no campo político são um imperativo para alcançarmos tais avanços.

O sistema político de que dispomos, marcado pelo clientelismo, assistencialismo, incompetência administrativa, e às vezes corrupção, favorece a persistência de tais problemas. A maior parte dos agentes políticos regionais e estaduais está mais preocupada com seus próprios negócios e com a manutenção de privilégios e de suas carreiras políticas do que com as questões sociais e a gestão pública. Aliás, preservar os problemas (educacionais, habitacionais e no setor de saúde, principalmente) se constitui numa condição primordial para que as necessidades sempre existam e, portanto, as relações de troca – favor-voto – se estabeleçam e se reproduzam.

Os gastos escorchantes das campanhas eleitorais demonstram que o sistema político em vigor “não se sustenta”, haja vista que tais custos são normalmente transferidos para o conjunto da sociedade. No final, a sociedade é quem arca com as despesas dos candidatos.

Geralmente, quem mais arrecada e, portanto, quem mais gasta, se elege. Os financiadores são, não raro, as empresas prestadoras de serviços ao setor público, ou seus respectivos donos, como também, o próprio setor público, através dos fundos partidários destinados para esse fim.

Além dos recursos provenientes de tais fontes, os candidatos ainda gastam volumes substanciais de capital "próprio" ou de suas empresas que, também, são transferidos, de alguma forma, para a sociedade. Tais gastos, lícitos ou ilícitos, somam valores extremamente elevados, tendo em vista a realidade socioeconômica do estado e dos municípios. Somando os recursos que custearam as campanhas eleitorais da última década, pode-se afirmar que o montante auferido seria suficiente para resolver vários problemas sociais da região e do estado. Se somado, por exemplo, aos valores comprovadamente desviados do Programa do Leite, conforme relatório-síntese da CPI que investigou o assunto, esse montante praticamente duplicaria, elevando os custos para a sociedade e postergando a possibilidade de resolução dos problemas sociais mais prementes.

Diante desse quadro, fazemos algumas proposições que se constituem em alternativas que criam possibilidades de mudanças sociais mais amplas para a realidade observada:

- é de fundamental importância que se altere o conjunto de relações que configura o sistema político brasileiro, podendo-se começar pela despersonificação de tudo que é feito com recursos públicos, obras, benefícios dos programas sociais, fomento de projetos de desenvolvimento, enfim, toda e qualquer ação do setor público, portanto, do Estado; dessa forma, será possível alterar, até certo ponto, a cultura política caracterizada pelo clientelismo, assistencialismo e relações simultâneas de trocas de favores; para isso, uma reforma política amplamente discutida e elaborada, assim como organizada eticamente, é essencial;
- a despersonificação das ações do Estado pode ser feita através, por exemplo, da adoção de um sistema eleitoral no qual o voto deixe de ser obrigatório, mas, livre, passando-

se a votar “livremente” nos indivíduos que avaliamos serem melhores para administrar os municípios, estados, regiões e o país; vale ressaltar que o sistema eleitoral vigente encontra-se em vigor desde 1945, período em que o país vivia uma das fases iniciais do processo de democratização; os gastos dos candidatos nas campanhas eleitorais, cuja maior parte dos valores é arcada pela sociedade, demonstram que o sistema eleitoral em vigor não se sustenta, ao menos para a sociedade, por isso, é essencial que se altere o modelo que vem sendo praticado; talvez, com as alterações sugeridas anteriormente, consigamos reduzir tais custos; porém, enquanto isso não ocorre, é preciso normatizar as arrecadações lícitas e coibir as ilícitas, estabelecendo, assim, um limite máximo de despesas nas campanhas eleitorais;

- é importante frisar também que a regionalização da administração e das ações públicas no Brasil poderia surtir efeitos extremamente positivos nos campos político, econômico e social, haja vista a diversidade de valores, características e particularidades que envolvem as macrorregiões brasileiras; ou seja, num país continental como o Brasil, uma ação como essa possivelmente traria benefícios importantes;
- é preciso estimular o capital social a partir de políticas públicas específicas, direcionadas aos segmentos importantes da sociedade, sob o ponto de vista social, e não cooptar o capital social, como geralmente têm feito boa parte dos nossos políticos e gestores; muitas vezes, a incipiente organização social e as iniciativas das pessoas comuns são cooptadas pelos políticos, os quais buscam se promover com isso; portanto, é importante estimular o capital social e não cooptá-lo;
- é necessário também modificar o sistema de operacionalização dos programas sociais, criando comissões, por meio de concurso público, para que haja neutralidade político-partidária e, portanto, mais ética e criteriosidade na concessão dos benefícios; o concurso público também deveria ser indispensável para todo e qualquer cargo público, principalmente,

direções de escolas e coordenações de todo órgão público, municipal, estadual ou federal; dessa forma, valorizar-se-ia a "capacidade" profissional e não o clientelismo;

- carece também maior fiscalização dos gastos públicos por parte dos órgãos de justiça como o Ministério Público e o Tribunal de Contas; poderiam ser criadas comissões de justiça especializadas no assunto, diretamente incumbidas de fiscalizar e controlar acirradamente o emprego dos recursos públicos nas esferas de governo municipal, estadual e federal; é igualmente importante que o sistema de prestação de contas dos gastos públicos seja normatizado, tornando-se, via de regra, acessível, permanentemente, a toda população, para que essa possa ter amplo conhecimento sobre o destino dos recursos públicos que são gastos;
- é essencial que sejam criadas políticas que valorizem a cultura regional, em seus símbolos e potencialidades, estimulando sua preservação, e ao mesmo tempo, promovendo os produtos culturais, frutos da criatividade e do esmero do povo sertanejo; dessa forma, é possível considerar a cultura como um componente do capital social e não como mero instrumento de controle e manipulação política;
- o aprimoramento das políticas e programas já existentes também é indispensável para que se possa valorizar mais a cultura, criando novas possibilidades e alternativas de desenvolvimento regional;
- é interessante, também, que através da educação a população seja estimulada a se organizar por meio de associações, cooperativas e conselhos. Dessa forma é possível ampliar o ativismo social, criando sensos de responsabilidade sobre o seu próprio destino, de modo que passe a existir maior autonomia e liberdade, bem como mais cobrança e fiscalização junto ao setor público. Para isso, políticas educacionais específicas são essenciais;
- no caso do funcionamento do PRONAF, é essencial que sejam criados mecanismos para a conscientização dos produtores, quanto à importância do investimento dos recursos no setor produtivo e no fim devido, bem como o acompanhamento técnico-produtivo. È

fundamental que os CMDRSs passem a atuar de forma concreta, deixando de existir somente no papel, para que se possa atingir maior nível de eficiência dessa política; é igualmente importante, que os órgãos gestores do Programa trabalhem com empenho e de forma integrada com outros órgãos e políticas rurais;

- o desenvolvimento de projetos de geração de emprego e renda na região é crucial para que a população atinja um maior nível de liberdade e independência; durante o trabalho de campo, a criação de empregos foi o principal anseio de todo o universo pesquisado. Para isso, é essencial que sejam aperfeiçoados os projetos já existentes, criando novas alternativas e novas possibilidades de inserção no mercado de trabalho da população desempregada, ou seja, é necessário que os programas sociais comecem a ceder espaço aos programas e projetos de desenvolvimento, portanto, de geração de emprego e renda, isso, numa concepção macroeconômica;
- outra medida importante, não só para a realidade estudada, mas para o país como um todo, diz respeito à adoção de um modelo de gestão pública descentralizado, portanto, efetivamente democrático, envolvendo a participação popular no que se refere ao planejamento e à administração pública. Por isso, é importante a valorização do capital social; o pseudo-sistema de planejamento público, que ficou conhecido no Brasil como orçamento participativo, indica possibilidades de êxito de uma gestão pública democrática, marcada pelas ações de planejamento territorial colado às diferenciações socioespaciais de alguns locais, o que pode ser aperfeiçoado e ampliado para os estados, regiões e até mesmo para o âmbito nacional, não obstante as dificuldades de conciliação dos vários interesses e pressões. Dessa forma os incentivos públicos podem solucionar mais rapidamente os problemas mais urgentes, favorecendo ainda o planejamento que vise a mudanças estruturais a médio e a longo prazo.

Diante do exposto, nota-se que algumas das medidas propostas envolvem ações que causarão maiores impactos que outras, umas requerendo maiores prazos para serem implementadas, dependendo mais do poder local que do poder das instituições públicas e dos agentes políticos; porém, todas certamente trarão benefícios importantes para a sociedade.

Sendo assim, este trabalho mostrou que as matizes cultural e política da região do Seridó, e do Rio Grande do Norte, se interpenetram e se entrecruzam, constituindo um conjunto de relações que nem sempre favorece a população carente dessa "depressão" sertaneja do Nordeste brasileiro, portanto, do sertanejo comum. Historicamente, esse homem tem sofrido, não somente os rigores da natureza, típicos do semi-árido, mas, sobretudo, os reveses de um sistema político e econômico perverso, excludente, marginalizador e às vezes humilhante, impedindo que exista uma ampla emancipação e promoção humanas.

Portanto, entre a cultura e a política encontra-se, por um lado, uma sociedade que tem o Estado como um dos principais agentes modeladores do espaço e de sustentação socioeconômica regional, a ponto de através de determinadas políticas públicas garantir dentre outras coisas, a continuidade de um dos símbolos culturais regionais, o curral de gado e tudo o que ele encerra e enreda; por outro, encontra-se uma sociedade imbuída de relações sociais marcadas pela solidariedade e por vínculos de ajuda mútua, mas que as relações de poder forjadas no campo político partidário, portanto, o usufruto do Estado por parte de alguns agentes e grupos contribui, na maioria das vezes, para a manutenção e reprodução de verdadeiros currais eleitorais. Nessa teia de relações, valores culturais, paixões, crenças e política se misturam, se fundem e se sustetam. Logo, mudanças no campo político e educacional serão fundamentais para que esta sociedade se desenvolva de fato, obviamente, acompanhadas de políticas públicas eficientes e ativismo social.

É importante considerar que a linha interpretativa norteadora deste trabalho e a busca constante por respostas aos questionamentos surgidos, que não foram poucos, atingiram um

nível satisfatório de entendimento e compreensão da realidade estudada, contudo, algumas questões poderão ser mais aprofundadas, o que poderá incitar novas possibilidades de pesquisa sobre o tema. Portanto, novas análises poderão surgir a partir deste trabalho, haja vista que as temáticas estudadas podem ser discutidas e investigadas sob diversas óticas, e em diferentes áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

249ª FESTA de Santana. [Caicó]: Sonopress: Naecd, 1997. 1 CD (27 min.), estéreo.

AB'SABER, Aziz N. **Os domínios de natureza no Brasil –** Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo: HUCITEC, 1992.

___. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

AGUIAR, Antônio R. S. **O Programa do Leite e seus impactos econômicos e sociais no Rio Grande do Norte.** 2003. 67f. Monografia. (Graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

AGUIAR, Ronaldo C. Estado e modernização desigual da agricultura. In: ___**Abrindo o pacote tecnológico:** Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986. p. 56-110.

AGUIRRE, Ángel; MORALES, José F. **Identidad cultural y social**. Barcelona: Ediciones Bardenas, 1999.

AGUIRRE, Ángel. Demarcación de la psicología cultural. **Anuario de Psicología**. v. 31, n. 4. Universidad de Barcelona, 2000. p. 109-137.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2001.

ALENCAR, Maria Amélia G. de. **Cultura e identidade nos sertões do Brasil**: representações na música popular. Disponível em: <www.hist.puc.cl/iaspm/pdf/Garciamaria.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2006.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Pluriatividade: uma noção válida para análise da realidade agrária brasileira? In: ___TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 1999. p. 147-173.

ALMEIDA, Maria G. de. Em busca do poético do sertão. In:___ ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro JP (Org.) **Geografia:** leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 71-88.

ALVARENGAS, Rafael. **O desenvolvimento do Nordeste Árido.** Fortaleza: Ministério do Interior/DNOCS, 1984.

AMADO, Janaína. **Região, sertão, nação.** São Paulo: Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil, 1995. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/> Acesso em: 01 ago. 2006.

ANDRADE, Ilza A. L. de. **Políticas e poder:** o discurso da participação. São Paulo: AD HOMINEM; Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1996.

ANDRADE, Manuel C. de. **A produção do espaço norte-rio-grandense.** Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

_____. **O Nordeste e a questão regional.** São Paulo: Ática, 1988.

_____. Geografia econômica do Nordeste: O espaço e a economia nordestina. São Paulo, Atlas, 1987.

_____. **A terra e o homem no Nordeste.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

ANJOS, Flávio S. dos. **A agricultura familiar em transformação:** o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC). Pelotas: UFPEL/Editora Universitária, 1995.

ANTUNES, Francibeto D. **Carcinicultura:** uma alternativa de reestruturação produtiva do espaço econômico regional potiguar. 2003. 53f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado) – Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Assu, 2003.

AQUINO, Joacir R. de. **Agricultura familiar e políticas públicas:** o caso do Pronaf no município de São Miguel – RN. 2003. 92 f. Dissertação. (Mestrado em Economia Rural e Regional) – Departamento de Economia e Finanças. Universidade Federal de Campina Grande, 2003.

____. Avanços e distorções do PRONAF no RN. **Jornal Gazeta do Oeste. Caderno Rural.** Disponível em: <www.gazetadooeste.com.br/27_janeiro>. Acesso em: 15 set. 2006.

ARAÚJO, Douglas. **A morte do sertão antigo no Seridó:** o desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. (Série BNB teses e dissertações, 02)

ARAÚJO, Jadson G. de. **Beneficiamento do leite Santana –** uma ação lucrativa da Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural do Seridó – RN. 1996. 48f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado) – Faculdade de Ciências Econômicas de Patos, Fundação Francisco Mascarenhas, Patos, 1996.

ARAUJO, Maria Z.; DUQUÉ, Ghislaine. **É viável a produção agrícola familiar no semi-árido?** Campina Grande: EMBRAPA, 2000. Disponível em: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober2000/araujomz/Paper0711.PDF>. Acesso em: 15 jul. 2006.

ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. **Capital social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ARBOCZ, Istvan I. L. **Ensaios sobre a história do Rio Grande do Norte.** Natal: Editora Universitária/UFRN, 1986.

ARRUTI, José M. **De como a cultura se faz política e vice-versa:** sobre religiões, festas, negritudes e indianidades no Nordeste contemporâneo. Rio de Janeiro: 2002. IV Ciclo Nação e Região – Brasil 500 anos – Experiências e destino – FUNART/UERJ/UENF. Disponível em: <www.aguaforte.com/antropologia/a10-jmauricio.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2006.

AZEVEDO, Francisco F. de. **Seridó Potiguar:** dinâmica socioespacial e organização do espaço agrário regional. Uberlândia: Composer, 2005.

_____. **O processo de organização agrária do Seridó potiguar.** 2002. 210 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2002.

_____. **O beneficiamento do leite em Caicó através do sistema cooperativista.** 1997. 45f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado) – Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Assu, 1997.

BACCARO, Claudete A. D. **Zoneamento ambiental do Rio Grande do Norte.** Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq/UERN. Natal: (Digitado), 2004.

BACELAR DE ARAUJO, Tânia. **Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro:** heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000ª.

_____. Seridó: uma região viável. **Revista Caicó em foco**, Caicó, n. 1, p. 06-07, jul/2000b.

BACELAR DE ARAUJO, Tânia .A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste: da visão do GTDN aos desafios do presente. **Revista Econômica do Nordeste,** Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 451-468, 1997.

BADIE, Bertrand. **La fin des territoires:** essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect. Paris: Fayard, 1995.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Anuário Estatístico do Crédito Rural, 2002. Disponível em: <www.bcb.gov.br/?RED-RELRURAL>. Acesso em: 22 set. 2006.

BANCOS foram os principais doadores de Alckmin. Disponível em <http://congressoemfoco.ig.com.br/Noticia.aspx?id=1274>. Acesso em 15 dez. 2006.

BAUER, Márcio A. L. **A construção social da identidade:** um estudo nas organizações de agricultura ecológica em duas regiões do RS. 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BECERRA, Alfredo T. et. al. **Construcción de una red de indicadores de sostenible para la evaluación dinámica de los procesos de desarrollo rural en áreas Leader y Proder.** Madri, Departamento de Proyectos y Planificación Rural/Universidad Politécnica de Madrid, 2000 (Digitado).

BELIK, Walter; DEL GROSSI, Mauro. **O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais no Brasil.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 07 set. 2005.

BEHMER, Manuel. L. A. **Tecnologia do leite, produção, industrialização e análise.** 10. ed. São Paulo: NOBEL, 1984.

BETTO, Frei. **A mosca azul:** reflexões sobre o poder. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BLAY, Jordi; ROQUER, Santiago. De Leader II a Leader +: reflexiones sobre algunas cuestiones claves. In: **Actas del X Coloquio de Geografía Rural de España (Los espacios rurales en el cambio de siglo: Incertidumbres ante los procesos de globalización y desarrollo).** Lleida, Universidad de Lleida, 2000. 1 CD-ROM.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade:** para uma teoria geral da política. 12 ed. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

BOFF, Leonardo; ARRUDA, Marcos. **Globalização:** desafios sócio-econômicos, éticos e educativos. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOFF, Leonardo. **Depois de 500 anos:** que Brasil queremos? 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOFF, Leonardo. Uma Plataforma para a utopia. In: CHAUI, Marilena et al. **Leituras da crise**: Diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 201-255.

BOISIER, Sergio. **El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinergético.** Santiago de Chile: ILPES/CEPAL, 1998.

BORGES, Maria das Graças do L. **Transformações agrícolas no Rio Grande do Norte e o significado espacial da fruticultura.** 1996. 236f. Tese. (Doutorado em Organização do espaço) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença:** contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Tradução de Maria da Graça Jacintho Setton. São Paulo: Zouk, 2004.

_____. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____**A economia das trocas simbólicas.** Tradução de Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. 6. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRITO, Clepson de O. **O discurso do desenvolvimento sustentável e as condições para sua implantação:** o caso do município de Pendências/RN. 2003. 52f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado) – Faculdade Ciências Econômicas de Mossoró, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Assu, 2003.

BRUM, Argemiro J. A revolução verde. In:__. **Modernização da agricultura:** trigo e soja. Petrópolis; Vozes; Ijuí: FIDENE, 1988. p. 44-50.

_____. A "década perdida": a crise dos anos 80. In: ___**Desenvolvimento econômico brasileiro.** 23 ed. Petrópolis; Vozes; Ijuí: UNIJUÍ, 2003. p. 419-441.

BELIK, Walter; DEL GROSSI, Mauro. **O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais no Brasil.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 07/09/2005.

BUARQUE, Cristovam. **A segunda abolição:** um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil. 2. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

BUARQUE, Cristovam. **A desordem do progresso:** o fim da era dos economistas e a construção do futuro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

CAMPBELL, Ulisses. Estatística da vergonha: 102 mortos no campo. **Correio Brasiliense,** Brasília,19 abr. 2006. Disponível em:<http://www2.camara.gov.br/comissoes/cdhm/redeparlamentarndh/102mortos>. Acesso em: 22 set. 2006.

CANTERO, Nicolás O. **Geografía y Cultura.** Madrid: Alianza, 1987.

CAPEL, Horacio. **Geografia humana y ciencias sociales:** una perspectiva histórica. Barcelona: Montesinos, 1987.

_____. **La cosmópolis y la ciudad.** Barcelona: Ediciones del Serbal, 2003.

_____. **La morfología de las ciudades:** I. Sociedad, cultura y paisaje urbano. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

_____. **La morfología de las ciudades.** II. Aedes facere: técnica, cultura y clase social en la construcción de edificios. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2005.

CARNEIRO, Maria José. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade (versão preliminar). **II Seminário sobre o rural brasileiro:** a dinâmica das atividades agrícolas e não agrícolas no novo rural brasileiro. Campinas: NEA/Instituto de Economia da UNICAMP, 2001. 16p. (Texto 7).

CARVALHO, José M. de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste:** secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID-Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.

CASANOVA, Lola García. Asociacionismo empresarial rural – La cooperación necesaria. In: **Terrarum – Revista de la red aragonesa de desarrollo rural.** Zaragoza: v. outono 2003, n.7, p. 12-16, 2003.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Tradições populares da pecuária nordestina.** Rio de Janeiro: Ministério da agricultura – Serviço de informação agrícola, 1956.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** (A era da informação: Economia, sociedade e cultura). Tradução de Roneide Venâncio Majer. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 1.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** (A era da informação: Economia, sociedade e cultura). Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 2.

CASTRO, Maria Cristina D.; PORTUGAL, José Alberto B. (Org.). **Perspectivas e avanços em laticínios.** Juiz de Fora: EPAMIG – Centro tecnológico – ILCT, 2000.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome.** 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política.** Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAVALCANTI, Ricardo; MACEDO, Walter. **Incentivos fiscais, fundos e orçamento regionalizado:** uma proposta para a nova Sudene. Texto para discussão 02/03, jan. 2003. Salvador: Agência de Fomento do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7B41812235-9933-40BB-8ECF-F29A1D66214A%7D_incentivos_fiscais.pdf.> Acesso em: 05 jul. 2006.

CAVALCANTI, Tereza E. **Perfil da bovinocultura leiteira no município de Angicos/RN.** 2002. 60f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado) – Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Assu, 2002.

CEPEA – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE ECONOMIA APLICADA. **CEPEA lança mais um instrumento para o setor lácteo:** índice de captação. Piracicaba, 2006. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_fevereiro.pdf> Acesso em: 20 dez. 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Tradução de Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais.** São Paulo: Boitempo, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político.** Tradução de Fabiana Komesu e Dílson Fereira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

CHÂTELET, François ; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **História das ideais políticas**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2006.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **O maquinista de algodão e o capital comercial.** Natal: Editora Universitária/UFRN, 1987.

_____. **Economia e urbanização:** o Rio Grande do Norte nos anos 70. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

CORADINI, Odacir Luiz; FREDERICQ, Antoinette. **Agricultura, cooperativas e multinacionais.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CORRÊA, Roberto L. **Região e organização espacial.** São Paulo: Ática, 1998.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Luciana M. **A estrutura econômica da indústria de laticínios do Rio Grande do Norte:** evolução e perspectivas. 1994. 67f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1994.

COSTA, Francisco C. da. **Atuação da Cersel -** unidade de laticínios Santana, na microrregião do Seridó no período 1991-1999. 2000. 71f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado) – Faculdade de Ciências Econômicas de Patos – PB, Fundação Francisco Mascarenhas, Patos, 2000.

CRIADO, Encarnación Aguilar et al. Cultura, políticas de desarrollo y turismo rural en el ámbito de la globalización. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 20, p. 161-183, 2003.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** São Paulo: Ediouro. 2003 (Coleção Prestígio)

DANTAS, Maria Isabel. O chouriço no Seridó: transformação do sangue em doce. Natal: **Revista Holos** – CEFET/RN. 2004. Disponível em: <http://www.cefetrn.br/dpeq/holos/>. Acesso em: 28 jul. 2006.

DANTAS, Ivan C. **Plantas medicinais comercializadas no município de Campina Grande**, **PB.** Campina Grande: 2003. Disponível em: <http://www.uepb.edu.br/biofar/>. Acesso em: 03 jul. 2006.

DANTAS, Lissandra H. R. **O papel socioeconômico da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Norte.** 2003. 37f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado) – Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Assu, 2003.

DANTAS, Eugênia; BURITI, Iranilson (Org.). **Cidade e região:** múltiplas histórias. João Pessoa: Idéia, 2005.

DELGADO, Guilherme da C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 15, n.43, p.157-72, set/dez.2001.

DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza.** Petrópolis: Vozes, 2003.

___. **Pobreza política:** a pobreza mais intensa da pobreza brasileira. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

___. **Pobreza política.** Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção polêmica do nosso tempo; v. 27).

DOE-RN – DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório síntese da Comissão Parlamentar de Inquérito do Programa do Leite.** Natal: Imprensa Oficial, 30 jan. 2004, p. 52-54.

DINIZ, José Alexandre F. **Geografia da agricultura.** São Paulo: Difel, 1986.

DUBBAR, Claude. **La crisis de las Identidades:** la interpretación de una mutación. Traducción de José Miguel Marcén. Barcelona: Bellaterra, 2002.

EMPREITEIRAS e bancos lideram financiadoras de Lula. Disponível em <http://congressoemfoco.ig.com.br/Noticia.aspx?id=1274>. Acesso em 15 dez. 2006.

EMPARN – EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE S.A. **A pequena produção de leite e o setor queijeiro artesanal da região do Seridó Potiguar.** Digitado. Natal, 2000.

ESPINOSA, Baruch. **Tratado Político**. Tradução de Manuel de Castro. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

FALEIROS, Vicente de P. **A política social do Estado capitalista:** as funções da Previdência e da assistência sociais. São Paulo: Cortez, 1987.

FARIA, Cleide N. de. Puxando a Sanfona e rasgando o Nordeste: relações de gênero na música popular nordestina (1950-1990). **Revista de Humanidades – Mneme.** Caicó. n. 2, out./nov. 2002. Disponível em: <http://www.seol.com.br/mneme/>. Acesso em: 15 ago. 2006.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 10.ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. (v. 1 e 2. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

FARRELL, Gilda. El desarrollo de un territorio no se puede basar sólo en programas temporales. **Terrarum – Revista de la red aragonesa de desarrollo rural.** Zaragoza: v. outono 2003, n. 7, p. 6-11, 2003.

FELIPE, José L. A. **Elementos de Geografia do RN.** Natal: Editora Universitária/UFRN, 1986.

FERNANDES, Geraldo de M. **Caminhos para o RN:** uma visão. Natal: Digitado, 2005.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Gastos eleitorais: os determinantes das eleições? Estimando a influência dos gastos de campanha nas eleições de 2002. **Revista Urutágua.** Maringá. n. 8, dez/jan/fev/mar. 2006. Disponível em <www.uem.br/urutagua/008/08figueiredofilho.htm>. Acesso em 16 dez. 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer:** reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002a.

_____. **Em busca de novo modelo:** reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo, Paz e Terra, 2002b.

_____. **Formação econômica do Brasil.** 27. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional: Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro)

_____. **O mito do desenvolvimento.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

GALVÃO, Edneide M. P.; SOUZA, Iranete M. de; MEDEIROS, Getson L. D. de (Org.). **Currais Novos:**das inscrições rupestres do Totoró às galerias da Mina Brejuí. Natal: UFRN, SEBRAE, 2004.

GARCIA JÚNIOR., Afrânio R. **O Sul:** caminho do roçado, estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.

_____. **Terra de trabalho:** trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GASTO eleitoral pode superar Grã-Bretanha e Alemanha. Disponível em <htpp://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/07/060705_gastocampnhabrasilmundo.shtml>. Acesso em 15 dez. 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a violência:** Segundo volume de uma crítica contemporânea ao Materialismo histórico. Tradução de Beatriz Guimarães. São Paulo: EDUSP, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Estigma***:* notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*.* 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOMÉZ, José M. **Política e democracia em tempos de globalização.** Petrópolis: Vozes, 2000.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira – 1960-1980. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 141-225.

GONZÁLEZ, Román R. El Desarrollo rural en iberoamérica desde una óptica eurocéntrica. **Actas del X Coloquio de Geografía Rural de España (Los espacios rurales en el cambio de siglo: Incertidumbres ante los procesos de globalización y desarrollo).** Lleida, Universidad de Lleida, 2000. 1 CD-ROM.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Governo do Estado cria Pólo de Desenvolvimento Turístico do Seridó.** Natal: ASSECOM, ago./2005. Disponível em: <www.assecom.rn.gov.br/pg_noticias.asp? NOI_id=1851>. Acesso em: 10 ago. 2006.

_____. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó.** Natal: IICA, 2001. 2 v.

_____. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do RN.** Natal: 2000a.

_____. Revista do Rio Grande do Norte. Natal: Governadoria do estado, 2000b.

GRAZIANO DA SILVA, José; BELIK, Walter; TAKAGI, Maya. **Para os críticos do Fome Zero.** Disponível em: <http://www.icidadania.org.br>. Acesso em: 09 set. 2005.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

_____. A nova dinâmica da agricultura brasileira. 2. ed. rev. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 1980. p. 13 - 31.

GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Org.) **Geografia Humana:** sociedade, espaço e ciência social. Tradução de Mylan Isaack. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

GUERRA FILHO, Adauto. **O Seridó na memória de seu povo.** Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2001.

GUIMARÃES, Alberto P. **A crise agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Quatro séculos de latifúndio.** 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUIMARÃES NETO, Leonardo; BACELAR DE ARAÚJO, Tânia. Poder local, governos municipais e políticas de indução do desenvolvimento econômico no Brasil. In: SOARES, José Arlindo; CACCIA-BAVA, Silvio (Org.). **Os desafios da gestão municipal democrática.** São Paulo: Cortez, 2002. 2 ed. p. 9-60.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

____. Territórios alternativos. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A. , 2005.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Estética**: A idéia e o ideal. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

HENRIQUES, Ricardo (Org.).**Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HUELVA, Daniel Coq. Evolución de los patrones de localización de las inversiones industrialies en Andalucía. **Economía, sociedad y territorio – Red de revistas científicas de América Latina, y el Caribe, España y Portugal.** Toluca-México, Universidad Autónoma del Estado de México, 2005. p. 275-299.

HOBBES, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

IANI, Octavio. **A idéia de Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

____. A formação do Estado populista na América Latina. São Paulo: Ática, 1989.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa da pecuária municipal – Caicó: IBGE, 2004.

_____. Pesquisa da pecuária municipal – Caicó: IBGE, 1999.

_____. Levantamento sistemático da produção agrícola – Caicó: IBGE, 1998 .

_____. Pesquisa da pecuária municipal – Caicó: IBGE, 1996.

_____. Censo agropecuário – Rio Grande do Norte – 1995-96, Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. Pesquisa da pecuária municipal – Caicó: IBGE, 1995.

_____. Levantamento sistemático da produção agrícola – Caicó: IBGE, 1995.

_____. Levantamento sistemático da produção agrícola – Caicó: IBGE, 1991.

_____. Censo agropecuário – Rio Grande do Norte – 1985, Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

_____. Levantamento sistemático da produção agrícola – Caicó: IBGE, 1985.

_____. Pesquisa da pecuária municipal – Caicó: IBGE, 1985.

_____. Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidades/default.php>. Acesso em: 06 set. 2005.

_____. Censos Demográficos, 1991 e 2000. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 06 set. 2005.

IDEC – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE. **Região do Seridó.** Natal: 1998.

_____. **O mapa da fome no Rio Grande do Norte.** Natal: 1993.

IDEMA – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE. **Perfil do Estado do Rio Grande do Norte.** Natal, 2002.

_____. **Indicadores socioeconômicos do Rio Grande do Norte.** Natal, 2003.

_____. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte.** Natal, 2003.

_____. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte.** Natal, 2004.

INCRA/FAO – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA /ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar** - o Brasil redescoberto, 2000. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/proyecto/brazil/censo.pdf>. Acesso em: 20 set. 2006.

JAIME, Miguel Ángel M. Agroalimentación, una oportunidad para el medio rural. **Terrarum – Revista de la red aragonesa de desarrollo rural.** Zaragoza: v. invierno 2005, n. 11, p. 4-7, 2005.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Tradução de Carlos Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KAYSER, Bernard. La cultura, un incentivo para el desarrollo local. In: Cultura y Desarrollo – **Revista Leader Magazine.** Bruxelas: 1994. n. 8. Disponível em: <http://europa.eu/comm/archives/leader2/rural-es/biblio/culture/art03.htm>. Acesso em: 12 maio 2006.

KEYNES, John M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda:** inflação e deflação. Tradução de Mário R. da Cruz. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KLIKSBERG, Bernardo. **Repensando o Estado para o desenvolvimento social:** superando dogmas e convencionalismos. Tradução de Joaquim Ozório Pires da Silva. São Pulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 64).

LINHARES, Maria Yeda; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco. O debate sobre as estruturas sócio-econômica do Brasil nas décadas de 1950 a 1970. In:___ **História da agricultura brasileira:** combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.36-72.

LOCATEL, Celso D. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade:** mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis – SP. 2004. 423 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias/ UNESP/ Campus de Presidente Prudente, 2004.

MACEDO, Muirakytan K. de (Org.). **Acari:** berço da cultura e religiosidade na saga de um povo hospitaleiro: Natal: UFRN, SEBRAE, 2004.

_____. **Caicó:** uma viagem pela memória seridoense. Natal: UFRN, SEBRAE, 2003.

MACEDO, Muirakytan K. de. História e espaço seridoense entre os séculos XVII e XIX. **Revista de Humanidades - Mneme.** Caicó. n. 2, out/nov. 2005. Disponível em: <http://www.seol.com.br/mneme/>. Acesso em: 15 ago. 2006.

MACEDO, Muirakytan K. de. Tudo que brilha é ouro branco – as estratégias das elites algodoeiro-pecuaristas para a construção discursiva do Seridó norte-rio-grandense. **Revista de Humanidades - Mneme.** Caicó. n. 2, out/nov. 2002. Disponível em: <http://www.seol.com.br/mneme/>. Acesso em: 15 ago. 2006.

_____. A penúltima versão do Seridó – espaço e história no regionalismo seridoense. 1998. 200f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998.

MACEDO, Helder A. M. de. **Remanescentes indígenas numa freguesia colonial do Brasil:** Sant'ana, no sertão do Seridó, Rio Grande do Norte (Sécs. XVIII-XIX). IV Congreso Virtual de Antropologia y Arqueologia – Mesa Cultura, identidad y patrimonio. Disponível em: <www.naya.org.ar/congreso2004/mesa_cultura_identidad.html>. Acesso em: 5 ago. 2006.

_____. Plantas do sertão: uma viagem pela Geografia botânica e pela história do Seridó, Rio Grande do Norte. Caicó: 2002. **Revista de Humanidades – Mneme.** Disponível em: <http://www.seol.com.br/mneme/>. Acesso em: 15 ago. 2006.

MACEDO, Helder A. M. de. O viver indígena na freguesia da gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó: histórias de índios no Rio Grande do Norte, Brasil (Séculos XVIII e XIX). Jaén – Espanha: 2003. **Revista de Antropologia Experimental.** Disponível em: <http://www.ujaen.es/huesped/rae>. Acesso em: 8 ago. 2006.

MACÍAS, Rafael Cortés. Actuaciones para el desarrollo rural de la comarca malagueña de Guadalteba. Aplicación del Proder. **Actas del X Coloquio de Geografía Rural de España (Los espacios rurales en el cambio de siglo: Incertidumbres ante los procesos de globalización y desarrollo).** Lleida, Universidad de Lleida, 2000. 1 CD-ROM.

MAIA, Doralice S. A geografia e o estudo dos costumes e das tradições. **Revista Terra Livre,** São Paulo, n.16, p. 71-98, 2001.

_____. A vaquejada**:** de festa sertaneja a espetáculo nas cidades. In: ALMEIDA, Maria G. de; RATTS, Alecsandro JP. **Geografia:** leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 134-159.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe.** Tradução de Olívia Bauduh. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

MALUF, Renato S. O novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar. In: BELIK, Walter; MALUF, Renato S. (Org.). **Abastecimento e segurança alimentar:** os limites da liberalização. Campinas: IE/UNICAMP, 2000. p.37-63.

MALUF, Renato S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira. In: CARNEIRO, Maria José. MALUF, Renato S. (Org.). **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p.135-152.

MAPYA – Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. Gobierno de España. (www.mapa.es), 2006.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Marta Inês M. Que rural é esse? Uma reflexão sobre o significado do rural na sociedade capitalista. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XIII. 2002, João Pessoa. **Anais.** João Pessoa: AGB, 2002. 1 CD-ROM.

MARQUES, Paulo Eduardo M. Participação e Pronaf: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo M. (Org.) **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 51-119.

MARQUES, Rosa Maria (Coord.). **A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros.** Brasília, MDS, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 7 set. 2005.

MARTÍN, José C. Desarrollo local para un nuevo desarrollo rural. **Anales de Geografía de la Universidad complutense**, Madrid, 2000. p. 85-100. Disponível em: <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02119803/articulos/AGUC0000110085A.PDF>. Acesso em: 14 abr. 2006.

MARTÍN, José Carpio. Desarrollo Local en los espacios rurales. **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana,** Santiago, v.1, n. 2, p. 85-100, 2001.

MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Planejamento e Políticas públicas,** Brasília, n. 3, p. 3-44, jun. 1990.

MARTINS, Patrícia de L. et. al. As essências florestais utilizadas nas fogueiras de São João, na cidade de Campina Grande – PB. **Revista de Biologia e Ciências da Terra.** Campina Grande. s/n. 2004. Disponível em: <www.uepb.edu.br/eduep/rbct/sumarios/pdf/essenciasflore st.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2006.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrech. **A ideologia alemã.** Tradução de Frank Müller. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MATTEI, Lauro Francisco. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. **Anais do IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, 2001, Belém. p. 1-15. Disponível em: <http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/lauromattei/trabalhosbsp.doc.>. Acesso em: 31 ago. 2006.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo:** do neolítico à crise contemporânea. Tradução de José Luís Godinho. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MCDOWELL, Linda. A transformação da geografia cultural. In: DEREK, Gregory, MARTIN, Ron, SMITH, Graham (Org.). Tradução de Mylan Isaack. **Geografia Humana:** sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.159-247.

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar** – 2006**.** Brasília. p. 1-6. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br/quem_somos/perguntas2.htm>. Acesso em: 20 jun. 2006.

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Guia do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar –** 2005a**.** Brasília. p. 1-46. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2006.

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar** – 2005b**.** Brasília. p. 1-28. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br/ turismo/programadeturismorural.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2006.

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Manual Operacional do Plano Safra para a Agricultura Familiar – 2003/2004.** Brasília. p. 1-53. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br/plano_safra/documentos/planosafra.doc.> Acesso em: 20 ago. 2006.

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Textos diversos. Disponível em: <http://www.mds.gov.br> e <http://www.fomezero.gov.br>. Acesso em: 07 set. 2005.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Cronologia seridoense.** Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, Coleção Mossoroense, 2002.

_____. **Índios do Açu e Seridó.** Brasília: Centro Gráfico Senado Federal, 1984.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó.** 2. ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

MEDEIROS, Herbert José Viana de. **O "Novo" paradoxo:** a expansão do crédito do PRONAF e a estagnação da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Norte. 2005. 77f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MEDEIROS, Maria de Fátima L. de; MACEDO, Helder Alexandre M. de. **Bordado à mão.** Caicó: 2005. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/carnauba/inventario/bordadoamao.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2006.

MEDEIROS NETA, Olívia Morais de. (De)Marcando o espaço, escrevendo marcas. **Revista Autor**. São Paulo. s/n. 2006. Disponível em: <http://revistaautor.com.br>. Acesso em: 15 ago. 2006.

MELO, Alexandra M. L. da S. **O Programa do Leite e seus impactos no setor leiteiro do Rio Grande do Norte:** com uma análise da produção e industrialização do leite. 1999. 56f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1999.

MENESES, Ulpiano T. B. de. Memoria e cultura material: documentos pessoais no espaço público. São Paulo: 1997. **Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, Rio/São Paulo.** CPDOC/FGV–IEB/USP. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/238.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2006.

MENEZES, Ana Virgínia C. de. **Estado e organização do espaço semi-árido sergipano.** Aracaju: NPGEO/UFS, 1999.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

MIRANDA, E.E. de; (Coord.). **Brasil em Relevo**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005.

MORAIS, Ione R. D. **Desvendando a cidade:** Caicó em sua dinâmica espacial. Brasília: Senado Federal, 1999.

MORAIS, Ione R. D. **Seridó Norte-rio-grandense:** uma geografia da resistência. 2004. 449f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

MORAIS, Ione R. D.; ARAÚJO, Marcos Antônio A. de. Territorialidades e sociabilidades na feira livre da cidade de Caicó (RN). **Revista Caminhos de Geografia.** Uberlândia. n. 17. fev. 2006. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html> Acesso em: 15 ago. 2006.

MORALES, José Francisco. La identidad social. In: AGUIRRE, Ángel; MORALES, José F. **Identidad cultural y social**. Barcelona: Ediciones Bardenas, 1999. p. 79-112.

MORE, Thomas. **A utopia.** Tradução de Luís de Andrade. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

MOREIRA, Raimundo. **O nordeste brasileiro: u**ma política regional de industrialização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

MORIN, Edgar **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2000.

MOURA, Maria da Conceição de A. **Terra e seca:** o Estado capitalista. Natal: Cooperativa cultural da UFRN, 1989..

NASCIMENTO NETO, Luiz Eduardo do. **Território das festas religiosas no Seridó potiguar.** 2005. 146 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

NERI, Marcelo. Combate à pobreza sustentável**. Revista Conjuntura Econômica**. Temas Sociais. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, v. 1, n. 2, p. 48-51, jan/2001.

NEVES, Leonardo A. Um novo tempo para novas urbanidades: o papel da paisagem nos estudos do mundo rural. In: MARAFON, Gláucio J. RIBEIRO, Miguel A. (Org.) **Revisitando o território fluminense.** Rio de Janeiro: NEGEF, 2003. p. 11-30.

NIEPCE - NÚCLEO INDEPENDENTE DE ESTUDOS E PESQ. DO CEARÁ. **O DNOCS e o novo Nordeste:** uma perspectiva histórica, 1909-1984. Fortaleza: DNOCS, 1985.

NIETSCHE, Friedrich Wilhelm. **Humano, demasiado humano.** Tradução Heloisa da Graça Burati. São Paulo: Rideel, 2005. (Biblioteca Clássica).

NOGUEIRA, Sandra. Cultura material - a emoção e o prazer de criar, sentir e entender os objectos. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção – RBSE.** João Pessoa. v. 1. n. 2. 2002. p. 140-151.

NOVAES, Adauto (Org.) **A crise do Estado-nação.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, André Jean T. de. **A economia de Pedro Avelino pós-declínio da cotonicultura.** 2002. 42f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado) – Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Assu, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia Teorética,** Rio Claro, v. 25, n. 49/50, p. 15-58, 1995.

OLIVEIRA, Clélia Maria R. de S. **Evolução da produção leiteira no Rio Grande do Norte no período de 1985 a 1994.** 1996. 53f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1996.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. Potencialidades del desarrollo agrícola y rural en América Latina y el Caribe. **Pobreza Rural.** Anexo II. Roma: 1988. p. 1-101.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura.** São Paulo : Brasiliense, 2003a.

_____. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo : Brasiliense, 2003b.

PARKER, Christian G. **Ética, democracia y desarrollo humano.** Santiago: LOM, CERC-UAHC, 1998.

PDSS – **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó.** Natal: IICA, 2001 (2 v.)

PEREIRA, Luiz Carlos B. **A reforma do Estado dos anos 90:** lógica e mecanismos de controle. Trabalho apresentado à Segunda reunião do Círculo de Montevidéu. Barcelona. Digitado, 1997.

PÉREZ, Javier Esparcia. Las políticas de desarrollo rural: evaluación de resultados y debate en torno a sus orientaciones futuras. **Anales X Coloquio de Geografía Rural de España de la Asociación de Geógrafos Españoles.** Lleida, 2001. p. 267-307.

PÉREZ, Javier Esparcia ; TUR, Joan Noguera ; GARRIDO, María Dolores. LEADER en España: desarrollo rural, poder, legitimación, aprendizaje y nuevas estructuras. **Documents d Anàlisi Geográfica – Revista do Departamento de Geografia da Universidade Autônoma de Barcelona.** n. 37, p. 95-113, 2000.

PINTO, Josefa Eliane S. de S. **Os reflexos da seca no Estado de Sergipe.** Aracaju: NPGEO/UFS, 1999.

POR QUE É TÃO CARO? **Revista Época.** Disponível em <htpp://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG75860-6009-446,00.html>. Acesso 16 dez. 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1962.

PNUD/IPEA/FJP/IBGE – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO/INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA/ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Brasília. 1 CD-ROM, 2003.

PROJETO ÁRIDAS. **Nordeste: Uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável.** Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 1995.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Aparecido Francisco dos; MULLER, Rosângela Carla de O. A retórica da perda da identidade cultural e a globalização. Campo Grande: 2005. Disponível em: <http://www.fes.br/revistas/agora/ojs/>. Acesso em: 12 jul. 2006.

REVISTA LEADER MAGAZINE. **Cultura y Desarrollo.** Bruxelas: 1994. n. 8. Disponível em: <http://europa.eu.int/spain/servicio_documentacion/revistas/leader_magazine.html>. Acesso em: 12 maio 2006.

RIBAS, Simone Augusta. **Metodologia científica aplicada.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

RIBEIRO, Eduardo M. et. al. **Agricultura familiar, cultura local e políticas públicas:** o caso dos lavradores do Alto Jequitinhonha. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2004. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A035.PDF>. Acesso em: 18 ago. 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

RIBEIRO, Heloisa. Festas juninas. Rio de Janeiro: set./2002. Caderno Virtual de Turismo do Instituto Virtual de Turismo. Disponível em: <www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/5/rotas/rotas.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2006.

RICO, Elizabeth M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais:** uma questão em debate. 4 ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais, 2006.

RITTER, Joachim. **Subjetividad.** Seis ensayos. Barcelona: Alfa, 1986

RODRIGUES, Maria Celeste. **Perímetro irrigado Cruzeta:** da política de modernização à realidade atual (1976 – 2001). 2002. 50f. Monografia (Graduação em História – Licenciatura e Bacharelado) – Centro Regional de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2002.

RODRIGUES, Jackeline S. de S. **Perímetro irrigado Baixo-Açu:** da política de modernização agrícola ao potencial socioeconômico. 2002. 40f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado) – Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Assu, 2002.

RODRIGUEZ, Amparo F; VIEDMA, María Eugenia U; CALMAESTRA, José Antonio N. Algunas actuaciones en política de desarrollo rural en Andalucía : el caso de la provincia de Granada. **Actas del X Coloquio de Geografía Rural de España (Los espacios rurales en el**

cambio de siglo: Incertidumbres ante los procesos de globalización y desarrollo). Lleida, Universidad de Lleida, 2000. 1 CD-ROM.

ROMEIRO, Ademar R. A difusão mundial do modelo euro-americano de agricultura. In: _____. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura.** São Paulo: Anablume/FAPESP, 1998. p. 97-122.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Geografia:** temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Geografia cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002

_____. **Religião, identidade e território.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001a.

_____. **Paisagem, imaginário e espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001b.

_____. **Matrizes da Geografia cultural.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001c.

_____. **Geografia cultural**: um século (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000a.

_____. **Geografia cultural**: um século (2). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000b.

_____. Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

ROSSINI, Rosa E. A produção do novo espaço rural: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. (Org.) **A construção do espaço.** São Paulo: Nobel, 1986. p. 97-119.

ROUSSEAU, Jean J. **Do contrato social:** princípios de direito político. Tradução de J. Cretella Júnior e Agnes Cretella. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, Gláucio J. RIBEIRO, Marta F. (Org.) **Estudos de geografia fluminense.** Rio de Janeiro. UERJ, 2001. p. 27-42.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. **La geografia y el espacio social del poder.** Barcelona. Amelia Romero Editor, 1981.

SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo S. (Org.) **Brasil:** um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU Blandine. **O tamanho da pobreza.** Tradução Heloísa Brambatti. Rio de Janeiro, Garamond, 1999.

SALDO final tucanos batem recorde de gastos com campanha. **Revista Consultor Jurídico**. Disponível em <http://conjur.estadao.com.br/static/text/4987,1>. Acesso em 16 dez. 2006.

SAMUELS, David. Financiamento de campanhas no Brasil e propostas de reforma no Brasil. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; RENNÓ, Lucio R. **Reforma política**: lições da história recente. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 133-153.

SANTOS, Adelci Figueiredo; ANDRADE, José Augusto. **Delimitação e Regionalização do Brasil Semi-árido –** Sergipe. Aracaju: CNPq/SUDENE, UFS, 1992.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil** – território e sociedade no início do século 21. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

_____.**O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, Paulo P. dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte:** século XVI ao XX. Natal: Clima, 1994.

SANTOS, Antônio de P dos; CAVIGNAC, Julie Antoinette; DANTAS, Maria Isabel. O chouriço: uma doce dádiva. **Anais.** Seminário Gastronomia em Gilberto Freyre. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2003. p. 46-52 Disponível em: <http://www.fgf.org.br/centrodedocumentacao/publicacoes/gastronomia_gf/10_AntonioSantos.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2006.

SANTOS, Vaneska Tatiana Silva, **Reestruturação socioespacial do Seridó Norte-Rio-Grandense**: desafios e veredas construindo uma "nova" realidade. 2005. 263 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

SANTOS, Francimário V. dos. **Rezadeiras**: prática e reconhecimento social. 2004. 92f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais - Bacharelado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar e pluriatividade. In: ___**Agricultura familiar e industrialização:** pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 177-190.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir A.; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. M. (Org.) **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21-49.

SEABRA, Giovanni de F. **Pesquisa científica:** o método em questão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SEBRAE-RN. **Plano de Turismo Sustentável** – Roteiro Seridó. Natal: SEBRAE, 2004.

_____. Diagnóstico sócio-econômico e cadastro empresarial de Caicó-RN. 1995.

SEBRAE-RN/EMPARN/EMATER-RN. **Diagnóstico da bovinocultura leiteira do Rio Grande do Norte.** Natal/RN, SEBRAE-RN, 1998.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada.** Tradução de Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Texeira Motta – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SETHAS – SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Relação de produtores do Programa do Leite por município.** Natal, 2005a. (Digitado).

_____. **Manual de procedimento operacional.** Programa do Leite. Natal, 2005b.

_____. Relatório dos impactos sociais, econômicos e nutricionais do Programa do Leite. Natal, 2004. (Digitado)

SINDLEITE – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS E PRODUTOS DERIVADOS DO RIO GRANDE DO NORTE. **Relação das indústrias de laticínios sindicalizadas.** Natal, 2005.

_____. **Controle de entrega das prestações de contas das indústrias de laticínios contratadas.** Natal, 2005.

SILVA, Aldenor G. da. **A parceria na agricultura irrigada no Baixo Açu.** Natal: CCHLA, 1992.

SILVA, Angela Maria; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas; FREITAS, Nara Eugênia de. **Guia para normalização de trabalhos técnicos-científicos:** projetos de pesquisa, monografias, dissertações e teses. 4. ed. rev. Uberlândia: UFU, 2004.

SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. M. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. M. (Org.) **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 9-20.

SILVA, Márcia da. **Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná.** 2005. 263 f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

SILVA, Maria do Rosário de Medeiros. Rezar, curar: um caso de persistência cultural no Seridó. **Revista de Humanidades – Mneme.** Caicó. n. 1. abr/mai. 2002. Disponível em: <http://www.seol.com.br/mneme/>. Acesso em: 15 ago. 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SMITH, Adam. **Riqueza das nações.** Tradução de Norberto de Paula Lima. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986.

SOARES, Adriano Campolina. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Proposta,** Rio de Janeiro, n. 87, p. 40-49, dez./2000/fev/2001.

SOARES, José Arlindo; GONDIM, Linda. Novos Modelos de gestão: lições que vêm do poder local. In: SOARES, José Arlindo; CACCIA-BAVA, Silvio (Org.). **Os desafios da gestão municipal democrática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 61-96.

SOARES, Gláucio A. D.; RENNÓ, Lucio R. **Reforma política**: lições da história recente. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SOFFIATI, Arthur. **A proteção da cultura material e seus impasses.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/5/imaterial>. Acesso em: 23 jun. 2006.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____.O novo padrão de desenvolvimento agrícola: caráter da intervenção estatal. In: _____. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** 2 ed. ampl. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 69-117.

SOUZA, Marcelo Medeiros C. de. **A trajetória do welfare state no Brasil:** papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 8 set. 2005.

_____. **A transposição de teorias sobre a institucionalização do welfare state para o caso dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 8 set. 2005.

SUASSUNA, Ariano. Violeiros e cirandas: poesia improvisada. O Nordeste e sua música. **Estudos Avançados**. São Paulo. v. 11. n. 29. jan/abr. 1997. p. 219-240. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a12.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2006.

THOMPSON, John B. **Ideología e cultura moderna**: teoría crítica na era dos meios de comunicação de massa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

TRE – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Resultados das Eleições de 1996, 1998, 2000, 2002 e 2004. Disponível em: <http://www.tre.rn.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2005.

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Sistema de prestação de contas das campanhas eleitorais de 2002, 2004 e 2006. Disponível em <http://www.tse.gov.br>. Acesso em 17 dez. 2006.

TRIGUEIRO, Osvaldo M. **Apropriações do folclore pelos meios de comunicação de massa e pelo turismo.** o caso concreto do São João de Campina Grande – PB. Lisboa: 1999. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/trigueiro-osvaldo-apropriacao-folclore.pdf>. Acesso em: 18 ago. /2006.

UMA DÉCADA de crise na bacia leiteira. **Gazeta Mercantil do Nordeste**, Recife 21 mar. 2002. Economia, p.6.

VAIDERGORN, José; BERTONI, Luci M. **Indústria cultural e educação:** ensaios, pesquisa, formação. Araraquara: JM, 2003.

VALVERDE, Orlando. **Estudos de geografia agrária brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1985.

VARELA-FREIRE, Adalberto Antônio. **A caatinga hiperxerófila Seridó, a sua caracterização e estratégias para a sua conservação.** São Paulo: Academia de Ciências do Estado de São Paulo/U.S. Fish & Wildlife Service, 2001.

VARGAS, Maria Augusta M. Sustentabilidade cultural e as estratégias de desenvolvimento do Baixo São Francisco. In: ____ALMEIDA, Maria G. de; RATTS, Alecsandro JP (Org.) **Geografia:** leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 113-131.

VEIGA, José E. da. Território. In: ___. **A face rural do desenvolvimento:** natureza, território e agricultura. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 141-97.

VELLOSO, João Paulo dos R.; ALBUQUERQUE, Roberto C. de. (Org.). **A nova geografia da fome e da pobreza.** Rio de Janeiro, José Olympio, 2004.

VERHELST, Thierry. Las funciones sociales de la cultura. **Revista Leader Magazine.** Bruxelas. n. 8. 1994. Disponível em <http://europa.eu.int/spain/servicio_ documentacion/revistas/leader_magazine.html>. Acesso em: 12 maio 2006.

VIEIRA, Evaldo. **Poder político e resistência cultural.** Campinas: Autores Associados, 1998.

VILELA, Duarte et. al. **Restrições técnicas, econômicas e institucionais ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite no Brasil.** Brasília: MCT/CNPq/PADCT, Juiz de Fora: EMBRAPA-CNPGL, 1999.

VIÑAS, Carmen D.; ROYANO, Maria Teresa de la Fuente. Las estrategias de desarrollo rural : una valoración del Proder en Cantabria. **Actas del X Coloquio de Geografía Rural de España (Los espacios rurales en el cambio de siglo: Incertidumbres ante los procesos de globalización y desarrollo).** Lleida, Universidad de Lleida, 2000. 1 CD-ROM.

WILKINSON, John. **Estudo da competitividade da indústria brasileira:** O complexo agroindustrial. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1996.

WILMA recebe 34,3% das doações depois de eleita. **Tribuna do Norte.** Disponível em <http://tribunadonorte.com.br/noticiaprint.php?id=28311>. Acesso em 15 dez. 2006.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres** (Colonos do sul e sitiantes do Nordeste). São Paulo-Brasília: HUCITEC/Edunb, 1995.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO/DOUTORADO

TESE: **ENTRE CULTURA E POLÍTICA:** uma geografia dos "currais" no sertão do Seridó Potiguar

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA com os Produtores de Leite Fornecedores para as Indústrias de Laticínios no Rio Grande do Norte

I – IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR E DO ESTABELECIMENTO RURAL

Data: ____/____/_____

1. Nome do Produtor:_____
2. Nome da Propriedade ou Sítio:_____
3. Localização da Propriedade ou Sítio:

a. Município:_____

b. Distância da sede do Município:_____

c. Distância da indústria de beneficiamento/Nome da indústria:_____

4. Área total da propriedade (em ha):_____
5. Tempo de atuação na atividade agropecuária:_____
6. Tempo de fornecimento do leite para a indústria de beneficiamento atual:_____
7. Já forneceu à outra antes? ( ) Sim ( ) Não

7.1. Se a resposta for afirmativa, por que mudou?_____

8. Mora na Propriedade? ( ) Sim ( ) Não Por que?_____
9. Condição do produtor

( ) Proprietário – Grau de instrução:_____

( ) Parceiro – Grau de instrução:_____

( ) Arrendatário – Grau de instrução:_____

( ) Ocupante – Grau de instrução:_____

a. Há Quanto tempo?_____

b. Tipo de contrato?_____

10. Áreas de uso da propriedade: (em ha)

a. Culturas temporárias:_____

b. Culturas permanentes:_____

c. Pastagens naturais:_____

d. Pastagens plantadas:_____

e. Matas e reservas nativas:_____

II. DADOS SOBRE A PRODUÇÃO E A PRODUTIVIDADE

1. Há quanto tempo trabalha com pecuária?_____

2. Por que desenvolve essa atividade?_____

3. Desenvolve outro tipo de atividade? ( ) Sim ( ) Não

3.1. Caso afirmativo, qual?_____

3.2. Qual a mais importante?_____

3.3. Desenvolveu outra atividade antes? ( ) Sim ( ) Não

3.4. Caso afirmativo, qual?_____

3.5. Por que mudou?_____

4. O que a propriedade produz?

Leite (Litros/Dia)	N.º de Ordenhas/Dia	N.º de Vacas Ordenhadas/Ordenha	Preço pago pela usina na propriedade	Prazo para Pagto.

Outras produções/Tipo	Área Plantada (ha)	Quantidade produzida/Safra	Destino

III. DADOS SOBRE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, CONTROLE CONTÁBIL/FINANCEIRO, FITO E ZOOSANITÁRIO, INSUMOS E EQUIPAMENTOS

1. Na atividade criatória usa?

( ) Assistência Técnica. Qual (is)?_____

( ) Controle de vacinas. Qual (is)?_____

( ) Controle de Pesticidas. Qual (is)?_____

( ) Inseminação artificial. Qual Raça Genética?_____

( ) Ração industrializada. Qual (is)?_____

( ) Irrigação de pastagens. Área/Tipo?_____

( ) Controle Contábil/Financeiro. Qual_____

( ) Associativismo, Cooperativismo, Sindicalismo? Qual_____

Tempo?_____ Benefícios?_____

Grau de satisfação: ( ) Ruim ( )Bom ( ) Muito Bom ( ) Excelente

Situações que deveriam melhorar:_____

( ) Energia Elétrica ( ) Sim ( ) Não

Qual concessionária energética_____ Custo mensal:_____

( ) Outro tipo de energia ( ) Sim ( ) Não Qual/Por que?_____

( ) Máquinas e Equipamentos? ( ) Sim ( ) Não Quais? _____

2. Principal alimentação animal usada durante a estiagem:_____

3. Faz análise de solo ( ) Sim ( ) Não

Periodicidade? _____ Onde?_____ Custo? _____

4. Utiliza alguma técnica de conservação de solo e água?

( ) Sim ( ) Não Qual(is)_____Resultados:_____

4.1. Usa fertilizantes? ( ) Sim ( ) Não Qual (is)?_____

4.2. Usa correção de solo? ( ) Sim ( ) Não Qual(is)?_____

4.3. Usa defensivos agrícolas (herbicidas, inseticidas, etc.)? ( ) Sim ( ) Não

a. Qual(is)?_____ a.1. Equipamentos de segurança usados durante aplicação:_____

b. Qual o destino da embalagem?_____

5. Existem problemas de contaminação de solo e água? ( ) Sim ( ) Não

Quais?_____

6. Existem problemas de erosões e/ou assoreamento? ( ) Sim ( ) Não

Qual(is)? _____

7. Mantém convênio/relação com instituições prestadoras de assistência técnica como

a. EMATER ( ) Sim ( ) Não

b. EMPARN ( ) Sim ( ) Não

c. Secretaria Municipal de Agricultura ( ) Sim ( ) Não

d. Cooperativa ( ) Sim ( ) Não

e. Outras. Qual (is)? _____

Tipo/Qualidade da Assistência:_____

8. Caso não use assistência técnica, qual o motivo? _____

9. Custo mensal com manutenção do rebanho:_____

10. Lucratividade:_____

11. Usa beneficiamento parcial próprio da produção? ( ) Sim ( ) Não

Quantidade?_____ Destino dos derivados? _____

12. Tem financiamento contraído? ( ) Sim ( ) Não Instituição?_____

Valor?_____ Tempo para pagamento?_____

13. Fornece produção ao setor artesanal? ( ) Sim ( ) Não

Qual queijeira? _____ Localização/Município?_____

Quantidade fornecida/Dia?_____ Preço/Litro:_____

14. Utiliza adubação de pastagens ou lavouras? ( ) Sim ( ) Não Tipo:_____

15. Utiliza sementes ou mudas selecionadas ( ) Sim ( ) Não Tipo:_____

IV. DADOS SOBRE A FORÇA DE TRABALHO NA PROPRIEDADE

1. Familiar

a. N.º de membros da família_____ Graus de parentesco_____

b. Tarefas realizadas_____

c. Jornada de diária trabalho_____

2. Assalariamento ( ) Permanente ( ) Temporário

a. Origem_____ b. Escolaridade_____

c. Quantidade:_____ d. Época de maior utilização:_____

e. Tarefas realizadas:_____

f. Forma de contratação:_____ g. Salário médio mensal:_____

h. Problemas enfrentados:_____

V. DADOS SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO E TRANSPORTE DA PRODUÇÃO

1. Vende para agente intermediário? ( ) Sim ( ) Não Por que?_____

Quantos?_____ Procedência/Município?_____

Quantidade fornecida?_____ Preço:_____ Prazo:_____

2. Intermedia algum produtor? ( ) Sim ( ) Não Por que?_____

Quantos?_____ Procedência/Município?_____

Quantidade absorvida/dia?_____ Preço na propriedade/rodovia:_____

Prazo para o produtor:_____ Preço na usina?_____ Prazo da usina?_____

3. Tipo de transporte?

( ) Veículo próprio ( ) Veículo fretado/alugado ( ) Veículo da cooperativa ( ) Veículo de agentes intermediário ( ) Outro Qual?_____

4. Existe algum problema quanto à comercialização e preço em algum período do ano?

( ) Sim Qual período? _____ Qual(is) problema(s)_____

( ) Não

5. Qual a importância para o produtor em conceder essas informações?

_____

_____

6. Como o produtor avalia o setor leiteiro no Rio Grande do Norte e no Brasil diante das exigências do mercado consumidor e das oscilações de preço?

_____

7. O associativismo/cooperativismo é importante ( ) Sim ( ) Não

Por que?_____

8. Qual a importância da usina de laticínios para o produtor?

_____

9. O Programa do leite é importante para o produtor? ( ) Sim ( ) Não

Por que? _____

10. O Programa do leite é importante para a população do RN ( ) Sim ( ) Não

Por que? _____

VI. DADOS SOBRE A CULTURA SERTANEJA

1. Música?_____

2. Entretenimento/divertimento/Tipos de festa populares ou grupo que participa?

_____

3. Relação com a natureza (lua, sol, ventos, chuva, animais - de estimação - plantas, água)

_____

4. Desenvolve algum tipo de atividade urbana? ( ) Sim ( ) Não

Caso afirmativo, qual e por que?_____

5. Crê ou faz experiências relacionadas ao tempo vindouro (seca e inverno)?

( ) Sim ( ) Não Caso afirmativo, qual(is)?_____

Resultados?_____

6. Acredita em benzedeira? ( ) Sim ( ) Não

Por que?_____

2. Outras crenças populares?_____

3. Religiosidade? ( ) Católica ( ) Evangélica ( ) Espírita ( ) Outra – Qual?_____

4. Relação com o Padre?_____

5. Relação com o Prefeito?_____

6. Relação com o Vereador?_____

7. Relação com os vizinhos?_____

8. Nível de Solidariedade entre a família? ( ) Ruim ( ) Bom ( ) Muito Bom ( ) Excelente

Por que?_____

14. Nível de solidariedade entre os vizinhos? ( ) Ruim ( ) Bom ( ) Muito Bom ( ) Excelente

Por que?_____

14. Seu lugar?_____ Por que?_____

15. Tecnologias às quais tem acesso?_____

16. Sonho de consumo?_____

17. Alimento típico mais apreciado pelo grupo familiar?_____

18. Tipo de relação com a burocracia institucionalizada – Bancos e órgãos de Estado?

_____

19. Costumes comuns da família?_____

20. Utiliza o mutirão ou troca de dias de serviços? ( ) Sim ( ) Não

Por que?_____

21. Troca alimentos ou produtos? ( ) Sim ( )Não Por que?_____

Caso afirmativo, quais?_____

21. Empresta equipamentos, alimentos, materiais ou outros produtos à vizinhos ou parentes?

( ) Sim ( ) Não Caso afirmativo, quais e por que?_____

Informações adicionais:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO/DOUTORADO

TESE: **ENTRE CULTURA E POLÍTICA:** uma geografia dos "currais" no sertão do Seridó Potiguar

ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA c/ Proprietários de Laticínios no Seridó Potiguar

Data: ___/___/___

- Proprietário/Gerente ou Responsável:_____
- Nome da Indústria:_____
- Quando foi criada e por quais motivos?_____
- Qual a área geográfica de atuação quanto à aquisição do leite?_____

_____Quantidade de fornecedores?_____

- Qual a área geográfica de atuação quanto à entrega/consumo do leite?

_____

Número de famílias que recebem o leite?_____

- Quantidade beneficiada: _____ Subprodutos gerados?_____

Principal produto?_____ Quantidade?_____

- O principal agente receptor é o Governo do estado? ( ) Sim ( ) Não
- Quantidade fornecida para o Governo do estado através do Programa do leite_____ l/dia
- Preço pago/litro_____ Prazo de pagamento_____
- Forma de pagamento_____
- Local(is) da entrega?_____
- Instituição de Monitoramento/controle?_____
- Meio/condições de transporte antes do beneficiamento?_____

- Meio/condições de transporte utilizado durante a entrega às instituições do Programa do leite?_____
- Controle de qualidade adotado durante a recepção?_____
- Qual o tipo de controle ou fiscalização/instituição:

a. no processo de beneficiamento_____

b. na entrega do produto_____

- Quais os incentivos para o setor?_____
- Como é definido o preço do leite:

a. perante o produtor?_____

b. perante o governo?_____

- Fornece para outras instituições ou órgãos? ( ) Sim ( ) Não Quais?_____
- Existe algum problema com os produtores fornecedores? ( ) Sim ( ) Não

Quais?_____

- Existe algum problema com os consumidores do Programa do leite? ( ) Sim ( ) Não

Quais?_____

- Desenvolve outra atividade? ( ) Sim ( ) Não Quais?_____

Qual a mais importante?_____

- Tem vínculo com algum partido político? ( ) Sim ( ) Não Qual?_____
- Tem bom relacionamento com o atual governo? ( ) Sim ( )Não

Por que?_____

- Tinha bons relacionamentos com o governo anterior? ( ) Sim ( ) Não

Por que?_____

O que mudou com o atual governo?_____

- Qual a importância do Programa do leite?_____
- Em que poderia melhorar?_____

- Qual a avaliação feita quanto a atuação da instituição principal responsável pela administração do Programa?_____
- Qual a avaliação da CPI do leite?_____
- Como é feita a qualificação da mão-de-obra da usina?_____
- Condições de trabalho dos funcionários da usina?_____
- Enfrenta problemas com funcionários? Quais?_____
- Concede algum tipo de assistência social aos funcionários?_____
- Concede algum tipo de assistência técnica ao produtor fornecedor?_____
- Quais os principais problemas e dificuldades enfrentadas pelo setor? _____
- Dispõe de financiamentos junto à instituições financeiras pública e/ou privada?

( ) Sim ( ) Não Quais?_____

Qual o valor?_____

Situação da dívida/Prazo para quitação_____

- Valor estimado do empreendimento atualmente?_____
- O que aconteceria com o negócio/empreendimento caso o Programa do leite fosse definitivamente suspenso?_____
- Há privilégios de alguns laticínios quanto à quantidade fornecida para o Programa do leite? ( ) Sim ( ) Não Quais?_____

Quem são os privilegiados?_____

Por que?_____

- Há pretensão em elevar o volume de produção benefeciada? ( ) Sim ( ) Não

Por que?_____

- Quais as perspectivas para este setor?

_____

Informações Adicionais:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO/DOUTORADO

TESE: **ENTRE CULTURA E POLÍTICA**: uma geografia dos "currais" no sertão do Seridó Potiguar

ANEXO C – ROTEIRO DE ENTREVISTA com os Chefes de Famílias Beneficiadas pelo Programa do Leite do Governo do Estado do Rio Grande do Norte

Data: ____/____/2005

Chefe ou membro da família beneficiada:_____

Município/localidade:_____

I. DADOS SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E DE PARTICIPAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR NO PROGRAMA DO LEITE

1. Informações sobre a composição e condições sociais da família

N.º de pessoas	Adultos	Crianças	Beneficiados c/ o Progr. do Leite	Trabalhadores c/ carteira assinada	Trabalhadores s/ carteira assinada	Renda média mensal

9. Há quanto tempo participa do Programa do leite?_____

10. Qual o volume de leite recebido do Programa/dia?_____

11. Quem orientou a participar?_____

12. Como foi o processo de inserção no Programa?_____

13. Desde a inserção houve alguma interrupção? ( ) Sim ( ) Não

Caso afirmativo, Por que e por quanto tempo?_____

O que isso significou à família?_____

7. A família participa de algum outro Programa ou incentivo de Governo, seja Municipal, Estadual ou Federal? ( ) Sim ( ) Não

Caso afirmativo, qual e há quanto tempo?_____

Qual a estimativa de valor do benefício?_____

8. Há algum aposentado na família? ( ) Sim ( ) Não

Caso afirmativo, quantos?_____

9. A família dispõe de assistência à saúde? ( ) Sim ( ) Não

Caso afirmativo, qual?_____

Qualidade da assistência? ( ) Ruim ( ) Boa ( ) Muito Boa ( ) Excelente

10. O médico da família exerce algum cargo político? ( ) Sim ( ) Não

Caso afirmativo, qual e há quanto tempo?_____

Ele interferiu de alguma forma para a inserção da família no Progr. do leite ( ) Sim ( ) Não

11. Ao escolher o candidato político é levado em conta os benefícios ou assistência dada pelo mesmo? ( ) Sim ( ) Não

Por que?_____

Caso afirmativo, qual a assistência ou benefício?_____

12. A família dispõe de assistência educacional? ( ) Sim ( ) Não

Caso afirmativo, qual e quantos estudam_____

13. Nível de escolaridade do(s) responsável(is) pelo grupo:_____

22. Quanto às condições alimentares da família considera-se:

( ) Ruim ( ) Boa ( ) Muito Boa ( ) Excelente

Por que?_____

15. Quanto às condições habitacionais (moradia) considera-se:

( ) Ruim ( ) Boa ( ) Muito Boa ( ) Excelente

Por que?_____

16. Quanto às condições de lazer e entretenimento da família considera-se:

( ) Ruim ( ) Boa ( ) Muito Boa ( ) Excelente

Por que?_____

17. Quais os principais problemas e dificuldades enfrentados pela família?

_____

_____

18. O que precisa ser feito para melhorar tais condições?

_____

II. DADOS SOBRE A CULTURA E A RELIGIOSIDADE FAMILIAR SERTANEJA

6. Música?_____

7. Entretenimento/divertimento/Tipos de festa populares ou grupo que participa?

_____

8. Relação com a natureza (lua, sol, ventos, chuva, animais - de estimação - plantas, água)

_____

9. Desenvolve algum tipo de atividade rural? ( ) Sim ( ) Não

Caso afirmativo, qual e por que?_____

10. Crê ou faz experiências relacionadas ao tempo vindouro (seca e inverno)?

( ) Sim ( ) Não Caso afirmativo, qual(is)?_____

Resultados?_____

6. Acredita em benzedeira? ( ) Sim ( ) Não

Por que?_____

14. Outras crenças populares?_____

15. Religiosidade? ( ) Católica ( ) Evangélica ( ) Espírita ( ) Outra – Qual?_____

16. Relação com o Padre?_____

17. Relação com o Prefeito?_____

18. Relação com o Vereador?_____

19. Relação com os vizinhos?_____

20. Nível de solidariedade da família? ( ) Ruim ( ) Bom ( ) Muito Bom ( ) Excelente

Por que?_____

14. Nível de solidariedade com os vizinhos? ( ) Ruim ( ) Bom ( ) Muito Bom ( ) Excelente

Por que?_____

23. Seu lugar?_____ Por que?_____

24. Tecnologias às quais tem acesso?_____

25. Sonho de consumo?_____

26. Alimento típico que mais aprecia e sabe fazer?_____

27. Tipo de relação com a burocracia institucionalizada – Bancos e órgãos de Estado?

_____

28. Costumes comuns da família?_____

Informações adicionais:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

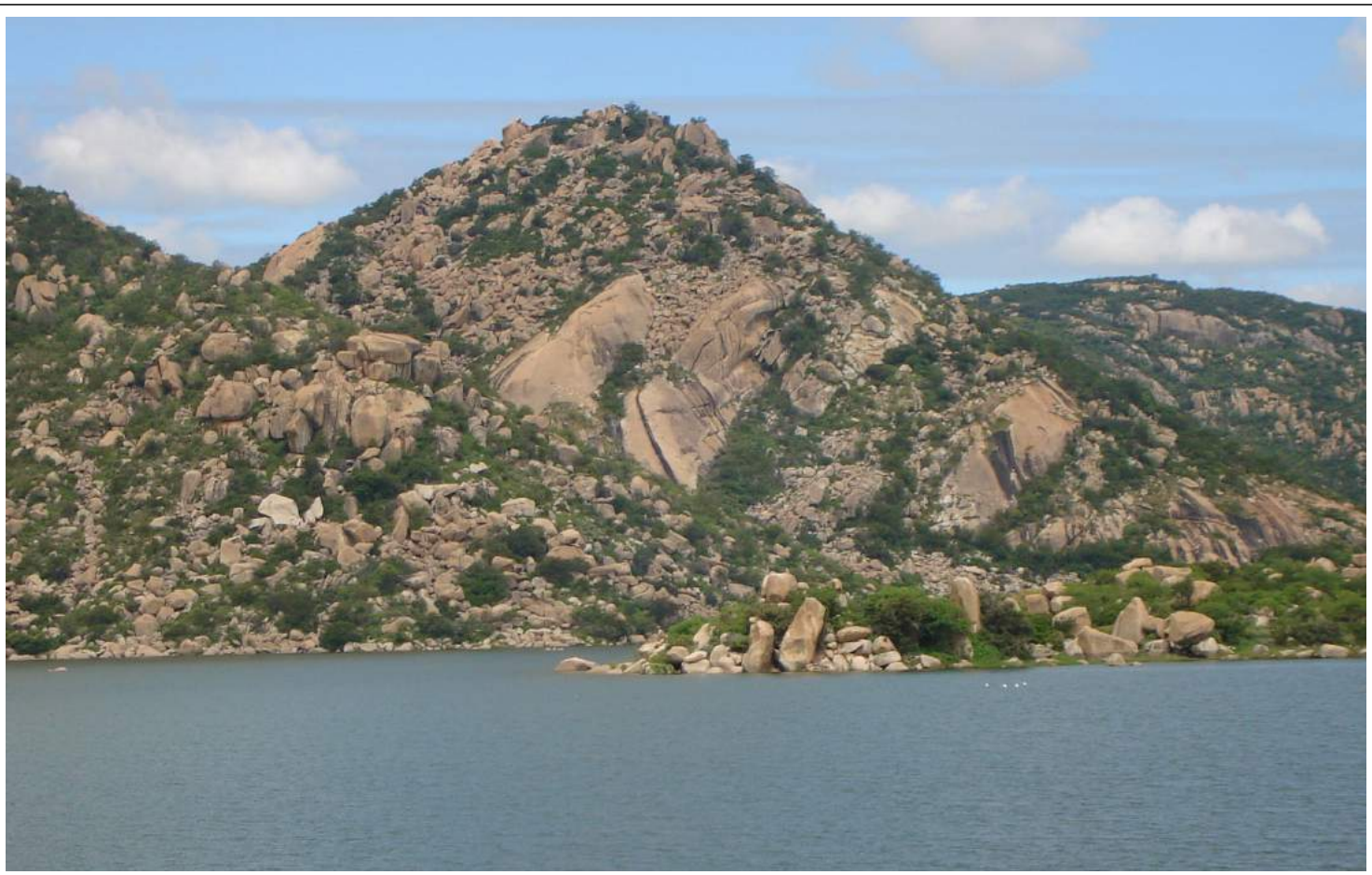
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO/DOUTORADO

TESE: **ENTRE CULTURA E POLÍTICA:** uma geografia dos “currais” no sertão do Seridó Potiguar

ANEXO D – CD – O SERTÃO DO SERIDÓ POTIGUAR EM FOTOS

Anexo D

O Sertão do Seridó Potiguar em Fotos



Açude Gargalheiras e Serra de Lagoa Seca - Acarí (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



Propriedade rural - Serra da Formiga - Cruzeta (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



BR - 427 (Inselberg ao fundo conhecido como Serra da Rajada) - Acarí (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



Rio Seridó no Perímetro urbano de Caicó (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



Flor do Mandacaru (cardeiro)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



Cactáceo (xique-xique)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



Uso agrícola do solo - Açude Zangarelha - Jardim do Seridó (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



Uso agrícola do solo - Comunidade Pau Lagôa - Cruzeta (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



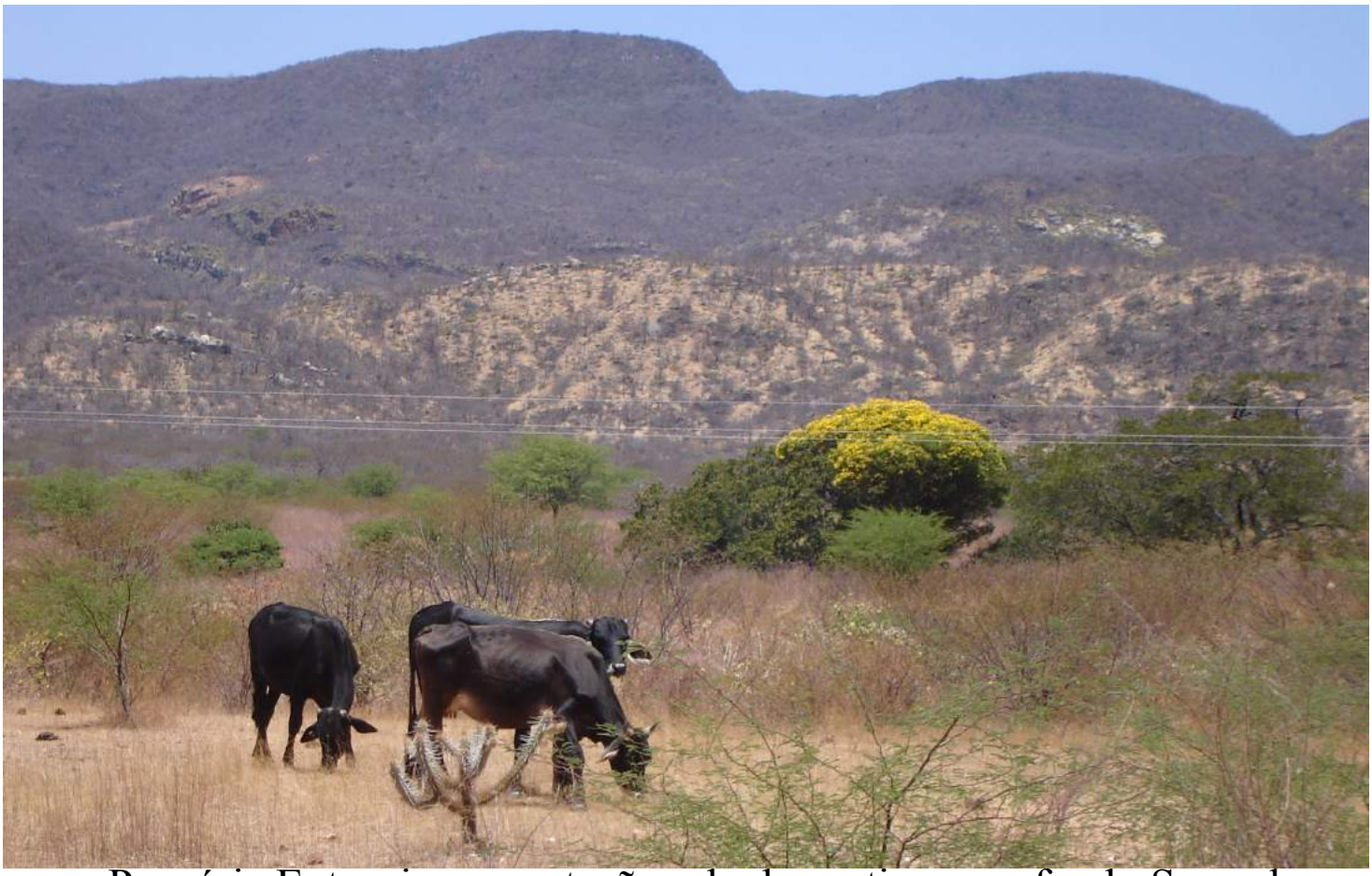
Criação de gado mestiço - Comunidade Pau Lagôa - Cruzeta (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2004



Transporte de ração a tração animal - Caicó (RN)

Foto: Art Lab, 2005



Pecuária Extensiva, vegetação rala da caatinga, ao fundo Serra da Queimada - Santana do Seridó (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



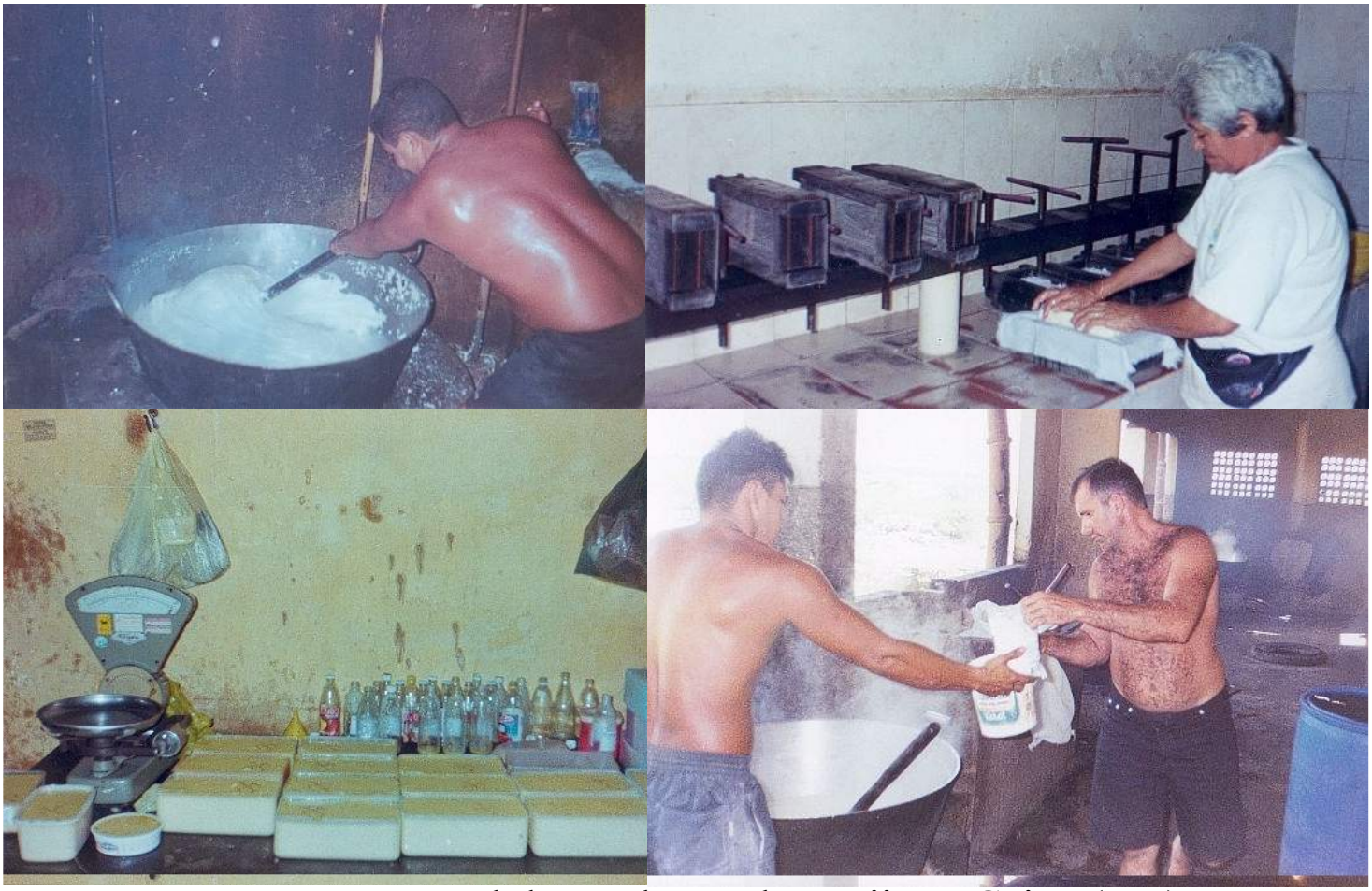
Gado pastando em várzea de açude - Comunidade Pau Lagôa - Cruzeta (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



Instalações rurais (Curral feito com fragmentos de rochas) - São Fernando (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2002



Processo artesanal de produção de queijos - Caicó (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2002



Nata e Queijos tipo coalho - Feira livre de Caicó (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2002



Manteiga fundida (manteiga da terra ou manteiga do sertão)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



Artefatos de couro (chapéus, selas de montaria, arreios, chicotes, etc.)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2001



Artesão trabalhando a matéria-prima do couro

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2001



Raizeiro na Feira Livre de Cruzeta (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



Utensílios domésticos comercializados na feira livre - Cruzeta (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



Utensílios domésticos artesanais comercializados na Feira Livre - Cruzeta (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



Comercialização de Carne-de-sol na Feira Livre de Caicó (RN)

Foto: Gilton Filho, 2001



Comercialização de Queijos na Feira Livre de Currais Novos (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2001



Ervas medicinais e outros produtos domésticos (mezinhas) comercializados na Feira Livre de Cruzeta (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



Igreja de Nossa Senhora Daguia - Acarí (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



Igreja do Rosário - Acarí (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



Catedral de Sant'ana - Caicó (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



Igreja do Rosário – Caicó (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



Arco do Triunfo – Praça da Catedral de Sant'ana - Caicó (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



Museu Histórico de Acarí - Acarí (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



Casa em Arquitetura Colonial no Centro de Caicó (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2006



Maquinária de Indústria Têxtil em Jardim de Piranhas (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2007



Processo produtivo de indústria têxtil em Jardim de Piranhas (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2007



Processo produtivo de indústria têxtil em Jardim de Piranhas (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2007



Arte do Bordado de Caicó (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2007



Bordados de Caicó (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2007



Artesanato de Argila, Bordado, e Quadro com imagem da Catedral de Sant'ana - Caicó (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2007



Remédios Caseiros

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2007



Biscoitos Caseiros de Caicó (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2007



Processo de Fabricação de Biscoitos Caseiros de Caicó (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2007



Lenha utilizada como combustível no processo produtivo de biscoitos caseiros de Caicó (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2007



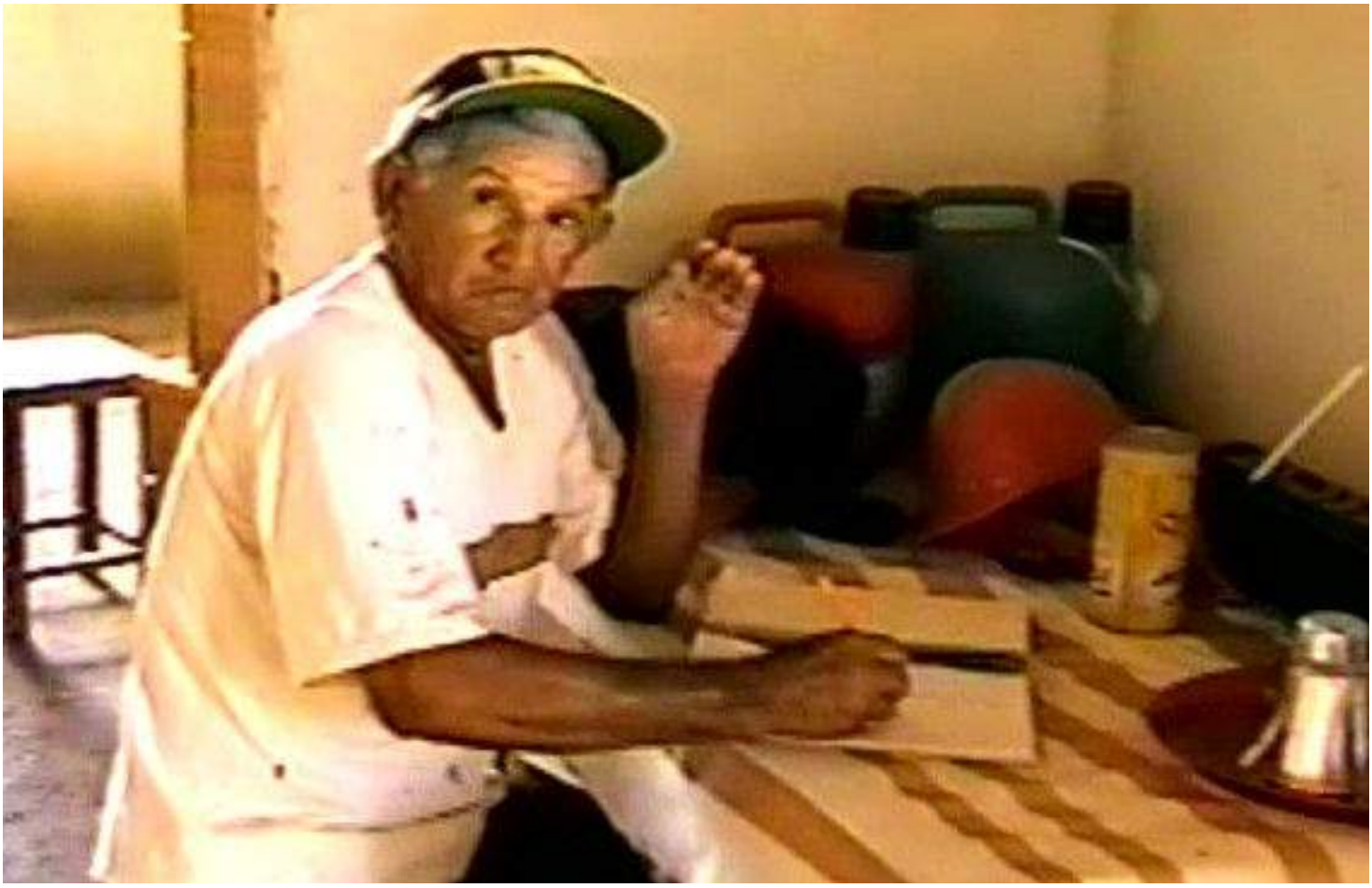
População a espera d'água no chafariz da sede municipal de Equador (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2001



Agricultor Sertanejo - Comunidade Pau Lagôa - Cruzeta (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2001



Agricultor Sertanejo - Comunidade Caridade - Caicó (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2001



Agricultor sertanejo queimando os espinhos do xique-xique para alimentar o gado no período da estiagem - Cruzeta (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2000



Vaqueiro paramentado na caatinga sertaneja - São Vicente (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2000



Comício de Vivaldo Costa em Caicó (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 1996



Comício de Vivaldo Costa em Caicó (RN)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 1996



Participação do bispo diocesano, lideranças políticas e sociais em leilão de animais no município de Currais Novos (RN)

Foto: CERSEL, 2001



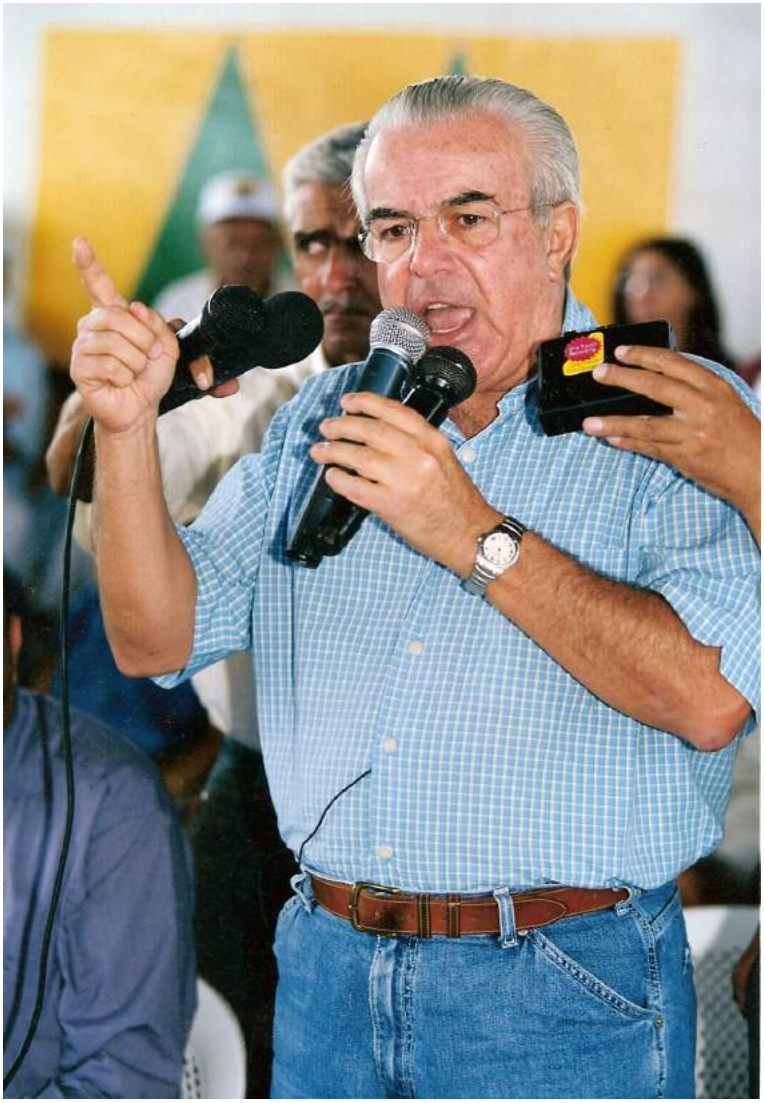
Participação de lideranças políticas e sociais em leilão de animais no município de Currais Novos (RN)

Foto: CERSEL, 2001



Participação de lideranças políticas e sociais (coligados da oligarquia Maia) em assembléia da CERSEL - Currais Novos (RN)

Foto: CERSEL, 2001



Agente Político discursando na Assembléia da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural do Seridó Ltda (CERSEL - Currais Novos (RN)

Foto: CERSEL, 2001



Presidente da CERSEL discursando durante Assembléia de cooperados no Município de Currais Novos (RN)

Foto: CERSEL, 2001



Procissão da gloriosa Senhora Sant'Ana nas ruas de Caicó (RN) - No meio da multidão o andor com a imagem da Padroeira rodeada de políticos e fiéis, ao fundo o carro de som de um político regional

Foto: Foto Bezerra, 2006



Procissão da gloriosa Senhora Sant'Ana em Caicó (RN). Andor com a imagem carregado pelo Prefeito Municipal, Ridalvo Costa, jutamente com outros fiéis devotos.

Foto: Foto Bezerra, 2006



Procissão da gloriosa Senhora Sant'Ana em Caicó (RN). Andor com a imagem da gloriosa Senhora Sant'Ana sendo carregado pelo político Vivaldo Costa e outros fieis. Foto: Foto Bezerra, 2006



Pequena plantação de melão no tabuleiro caatingueiro, ao fundo lua cheia no Sertão do Seridó Potiguar

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2007



Crepúsculo Vespertino (pôr-do-sol do Sertão)

Foto: Francisco Fransualdo de Azevedo, 2007